



UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO
SENSU EM HISTÓRIA
PPGH-DOUTORADO EM HISTÓRIA

DENISE MARIA COUTO GOMES PORTO

**AS AQUARELAS DA BAHIA OITOCENTISTA
ATRIBUÍDAS À MARIA GRAHAM NA
BIBLIOTECA NACIONAL: UM NOVO OLHAR
SOBRE ANTIGAS ABORDAGENS**

1930-1950

NITERÓI

2024

DENISE MARIA COUTO GOMES PORTO

**AS AQUARELAS DA BAHIA OITOCENTISTA ATRIBUÍDAS
À MARIA GRAHAM NA BIBLIOTECA NACIONAL:
UM NOVO OLHAR SOBRE ANTIGAS ABORDAGENS
1930-1950**

LINHA DE PESQUISA: SOCIEDADE E MOVIMENTOS POPULACIONAIS E DE
CULTURAS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História, da Universidade Salgado de Oliveira,
como requisito necessário à obtenção do título de
Doutora em História.

Orientadora: Prof. ^a Dr^a. Cláudia Cristina de
Mesquita Garcia Dias

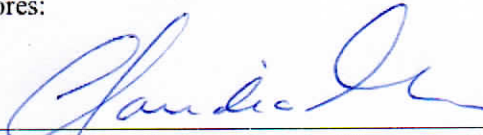
NITERÓI

2024

DENISE MARIA COUTO GOMES PORTO

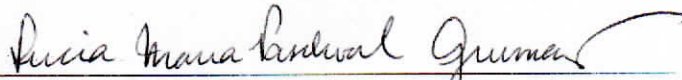
**“AS AQUARELAS DA BAHIA OITOCENTISTA ATRIBUÍDAS À MARIA GRAHAM
NA BIBLIOTECA NACIONAL: UM NOVO OLHAR SOBRE ANTIGAS
ABORDAGENS-1930-1950.”**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História, aprovada no dia 16 de dezembro de 2024 pela banca examinadora, composta pelos professores:



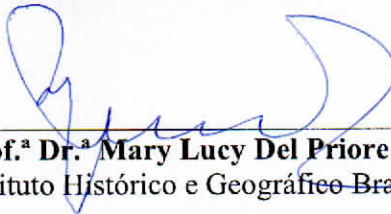
Prof.ª Dr.ª Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof.ª Dr.ª Lúcia Maria Paschoal Guimarães

Professora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)



Prof.ª Dr.ª Mary Lucy Del Priore

Professora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)



Prof.ª Dr.ª Neusa Fernandes

Professora do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)



Prof. Dr. Diogo Pereira da Silva

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof.ª Dr.ª Vivian Cristina da Silva Zampa

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

CIP - Catalogação na Publicação

p853 Porto, Denise Maria Couto Gomes.
As aquarelas da Bahia oitocentista atribuídas à Maria Graham na Biblioteca Nacional: um novo olhar sobre antigas abordagens (1930-1950). / Denise Maria Couto Gomes Porto. -- Niterói, RJ, 2024.
xiv, 1-345p. il.; tab.
Numeração da publicação: [i] – xii, 13-345p].
Referência(s): P. 314-345.

Orientadora: PhD. Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2024.

1. Aquarelas da Bahia – Brasil – História (1930-1950). 2. Maria Graham - Biblioteca Nacional. 3. Fundação Biblioteca Nacional - Aquarelas. I. TÍTULO.

CDD 759.0981

*Dedico esta Tese de Doutorado
a magistral escritora, generosa amiga
e brilhante professora,
Dalma Nascimento.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer talvez seja o ato existencial que melhor defina a nossa dimensão humana e sensível de ser.

Agradecer aos que vieram antes de mim, cujos exemplos de amor, determinação e generosidade, inspiram-me nos cotidianos caminhos que agora percorro... aos meus amados e inesquecíveis pais, aos meus antepassados, e a vida.

Agradecer aos fazedores de sonhos, aqueles seres que sempre acreditaram na potência transformadora do intangível...e a Universidade Salgado de Oliveira, ao PPHG-UNIVERSO, do qual tive a honra de participar no Mestrado e no Doutorado, possibilitando a realização desse sonho concedendo-me uma bolsa de estudos; aos professores doutores, Márcia Amantino, Vívian Zampa, Diogo Pereira da Silva, Vitória Schettini, Cláudia Mesquita e Marcelo Timótheo, que estiveram ao meu lado compartilhando generosamente os seus doutos saberes.

Agradecer a quem me pegou com mãos seguras para que eu descobrisse maravilhamentos... a minha orientadora Cláudia Mesquita, que com o seu brilhantismo e amizade iluminou caminhos sombrios na noite escura das minhas incertezas acadêmicas.

Agradecer carinhosamente aos tão queridos e luminares professores que participaram da banca de arguição, honrando-me com a leitura da tese e engrandecendo-me com sábias e precisas contribuições... aos mestres para a vida inteira, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Mary Del Priore, Neusa Fernandes, Vivian Zampa e Diogo Pereira da Silva.

Agradecer aqueles que me colocaram em suas vidas para que juntos pudéssemos alcançar lugares desconhecidos e quase apagados nas névoas das pesquisas históricas documentais... aos amigos, João Carlos Nara Júnior, Paulo de Assunção e Érika Dias.

Agradecer aos eruditos trabalhadores de Clio que me proporcionaram a alegria de juntar-me a eles no cotidiano e incessante labor pelo engrandecimento da História, e que vibraram pela realização dessa tese... aos queridos confrades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, IHGRJ, Miridan Britto Falci, Neusa Fernandes, Lená Medeiros de Menezes, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, João Carlos Nara Júnior, Nelson Senra, Vera Cabana de Andrade, Paulo Knauss e Luciane Carris,

e aos confrades do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, IHGN.

Agradecer as sábias guardiãs dos arquivos e bibliotecas que encontrei ao longo dessa fascinante pesquisa e que pacientemente tornaram tangível o acesso ao passado... a coordenadora de Acervos Especiais da Fundação Biblioteca Nacional, Mônica Carneiro Alves, a chefe da Seção de Manuscritos, Luciane Medeiros e as bibliotecárias Ana Lúcia Merege e Maria Fernanda Nogueira da FBN; a coordenadora de Projetos Especiais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Sônia de Lima, e a diretora da Biblioteca do IHGB, Ana Virgínia Pinheiro.

Agradecer aos generosos sorrisos, incentivos e amores desmedidos dos familiares que pacientemente compartilharam das minhas ausências e silêncios sem fim, decorrentes das exigências postas por uma investigação histórica de longo curso... ao meu companheiro Ricardo, meus filhos, Vicente, Mariano e Luciano e aos meus irmãos, Márcio e Liliane.

Niterói, 16 de dezembro de 2024

RESUMO

A presente tese de Doutorado tem como objeto de estudo investigar as fundamentações conceituais e metodológicas que determinaram as divergências dos pareceres de Rodolfo Garcia (1873-1949) e de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha (1922-2009), quanto a escritora inglesa Maria Graham (1785-1842) ser a autora do conjunto de aquarelas da Bahia custodiados na Seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional, FBN. Tal investigação teve o propósito de comprovar a hipótese de que o primeiro parecer cancelado por Rodolfo Garcia no ano de 1938 atribuindo a autoria das aquarelas da Bahia a Maria Graham, permanece válido contemporaneamente, uma vez que o parecer se justifica na preservação da linha de propriedade com o acervo documental privado de Maria Graham. Logo, com base nessa hipótese, demonstramos na tese que a despeito das discordâncias conceituais entre a primeira análise realizada no ano de 1938, por Rodolfo Garcia, e a segunda, empreendida por Lygia da Cunha na década de 1950, ambas as opiniões eram coincidentes ao preservar a linha de propriedade do acervo pessoal da artista inglesa, ou seja, o vínculo entre as aquarelas da Bahia como documentos pertencentes ao acervo privado de Maria Graham nunca foi rompido, desde que Rodolfo Garcia adquiriu o Espólio Literário e Artístico da escritora inglesa na década de 30 do século XX. Por conseguinte, a tese demonstrou que foi a partir desse ponto de convergência entre os pareceres, que o termo “atribuição de autoria a Maria Graham” foi inserido por Lygia da Cunha na catalogação do conjunto de aquarelas da Bahia da Biblioteca Nacional na década de 1950. O estudo contemplou um recorte temporal entrelaçando a década de 1820, aos decênios de 30, 40 e 50 do século XX, apoiando-se na noção de intersubjetividades compreensíveis e verificáveis concebida por Wolfgang Mommsen e na abordagem da micro análise de Carlo Ginzburg, para investigar o corpus documental compreendido na pesquisa.

Palavras-chave: Aquarelas da Bahia; Maria Graham; Rodolfo Garcia; Lygia da Cunha; Fundação Biblioteca Nacional.

ABSTRACT

The purpose of this doctoral thesis aims to investigate the conceptual and methodological foundations that determined the differences between the opinions of Rodolfo Garcia (1873-1949) and Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha (1922-2009) as to whether the English writer Maria Graham (1785-1842) was the author of the set of watercolors of Bahia held in the Iconography Section of the National Library Foundation (FBN). The purpose of this investigation was to prove the hypothesis that the first opinion signed by Rodolfo Garcia in 1938, attributing the authorship of the watercolors of Bahia to Maria Graham, remains valid today, since the opinion is justified in preserving the line of ownership with Maria Graham's private documentary collection. Therefore, based on this hypothesis, we demonstrate in the thesis that despite the conceptual disagreements between the first analysis carried out in 1938 by Rodolfo Garcia and the second, undertaken by Lygia da Cunha in the 1950s, both opinions agreed when they preserved the line of ownership of the English artist's personal collection, in other words, the link between the watercolors of Bahia as documents belonging to Maria Graham's personal collection has never been broken since Rodolfo Garcia acquired the English writer's literary and artistic estate in the 30s of the twentieth century. Therefore, the thesis demonstrated that it was from this point of convergence between the opinions that the term "attribution of authorship to Maria Graham" was inserted by Lygia da Cunha in the cataloguing of the set of watercolors of Bahia at the National Library in the 1950s. The thesis contemplated a time frame intertwining the 1820s, the 30s, 40s, 50s of the twentieth century, and was based on the notion of understandable and verifiable intersubjectivities conceived by Wolfgang Mommsen, and on the micro-analysis approach of Carlo Ginzburg, to analyze the documentary corpus included in the research.

Keywords: Bahia watercolors; Maria Graham; Rodolfo Garcia; Lygia da Cunha; National Library Foundation.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABH	Associação Brasileira de História.
ABL	Academia Brasileira de Letras.
ABM	Academia Brasileira de Medicina.
AN	Arquivo Nacional.
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino.
ANPUH	Associação Nacional de História.
APL	Academia Pernambucana de letras.
BN	Biblioteca Nacional.
CEPHAS	Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas.
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público.
FEB	Força Expedicionária Brasileira.
FBN	Fundação Biblioteca Nacional.
FDR	Faculdade de Direito do Recife.
FEMURJ	Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro.
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco.
HMS	Her/His Majesty's Ship.
IAB	Instituto dos Advogados do Brasil.
IADF	Instituto dos Advogados do Distrito Federal.
IAHGP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
IHGRJ	Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
INL	Instituto Nacional do Livro.
MAM	Museu de Arte Moderna.
MHN	Museu Histórico Nacional.
MIP	Museu Imperial de Petrópolis.
MN	Museu Nacional.
RIAHGP	Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.
SMB	Sua Majestade Britânica.
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Identificação das aquarelas da Bahia- Fontes iconográficas pertencentes ao conjunto de Aquarelas da Bahia do século XIX sob a guarda da Seção de Iconografia da FBN	24
Tabela 2: Gravuras de Maria Graham com representações de tipos e hábitos locais publicadas no <i>Journal of a Residence in India</i>	45
Tabela 3: Gravuras de Maria Graham com representações de tipos e hábitos locais publicado no <i>Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823</i>	49
Tabela 4: Gravuras de Maria Graham com representações tipos e hábitos locais encontrados no catálogo - “Roma” no <i>British Museum</i>	52
Tabela 5: Aquarelas da Bahia do Século XIX- <i>Market Woman</i> , <i>Fish Woman</i> -Bahia, <i>Seller of sweetmeats</i> (doces), <i>Cadeira</i> - Bahia, <i>Cadeira</i> , e, <i>Private-Cadeira</i>	71
Tabela 6: Detalhes - <i>Market Woman</i> , <i>Seller of sweetmeats</i> (doces), <i>Fish Woman</i> -Bahia	72
Tabela 7: Detalhes - <i>Cadeira Bahia</i> , <i>Cadeira</i> e <i>Private Cadeira</i>	73
Tabela 8: <i>Franciscano</i> , <i>Beneditino</i> , <i>São Francisco</i> , <i>Carmo</i> -Bahia, <i>Beneditinos</i> , <i>Capuchinhos</i>	76
Tabela 9: Detalhes- <i>Franciscano</i> , <i>Beneditino</i> , <i>São Francisco</i> , <i>Carmo</i> -Bahia	77
Tabela 10: <i>Police-Bahia</i> , <i>Soldier</i> [do <i>Batalhão provisório da Bahia</i>], e <i>Batalhão provisório da Bahia</i>	78
Tabela 11: Detalhes- <i>Police-Bahia</i> , <i>Soldier</i> [do <i>Batalhão provisório da Bahia</i>], e <i>Batalhão provisório da Bahia</i>	79
Tabela 12: Livrarias e Editores recorrentes nos livros de registros de compras de obras para o acervo da Biblioteca Nacional	152
Tabela 13: Quadro de disciplinas e professores da turma de 1940	244
Tabela 14: Transcrição da lista de alunos aprovados na turma de 1940	246
Tabela 15: Gravuras do <i>Journal of a Voyage to Brazil</i> (1824)	262

Tabela 16: Vinhetas publicadas no <i>Journal of a Voyage to Brazil</i> (1824) e comuns as publicadas no <i>Diário de uma viagem ao Brasil</i> (1956)	263
Tabela 17: Gravuras do <i>Diário de uma viagem ao Brasil</i> (1956) comuns a edição original do <i>Journal of a Voyage to Brazil</i> (1824)	267
Tabela 18: Vinhetas publicadas no <i>Diário de uma viagem ao Brasil</i> (1956) e comuns as publicadas no <i>Journal of a Voyage to Brazil</i> (1824)	269
Tabela 19: Gravuras inéditas publicadas no <i>Diário de uma viagem ao Brasil</i> (1956) e não constantes da edição original do <i>Journal of a Voyage to Brazil</i> (1824)	269
Tabela 20: Quadro do <i>Álbum de Vistas da Índia, Itália, Malta e Inglaterra</i> -1803-1819	273
Tabela 21: Quadro do <i>Álbum de Esboços, principalmente da América do Sul</i> , desenhados entre 1821 e 1825	273
Tabela 22: Quadro do <i>Álbum de Gravuras de Gênova</i>	274

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Anais da Biblioteca Nacional v. LX, 1938	38
Figura 2: <i>Carswell House</i> - Desenho de Maria Graham-1803	60
Figura 3: Parte do antigo <i>Palácio de Richmond</i> -Desenho de Maria Graham-1824	62
Figura 4: <i>The Harbour and bay of Bahia, Brazil</i>	73
Figura 5: Detalhes- <i>The Harbour and bay of Bahia, Brazil</i>	75
Figura 6: Mapa da cidade de Salvador de 1894 de Élisée Reclus	75
Figura 7: <i>Fishman's hut Bahia</i>	80
Figura 8: Detalhe- <i>Fishman's hut. Bahia</i>	81
Figura 9: <i>Fish Woman-Bahia</i>	85
Figura 10: <i>Seller of sweetmeats (doces)</i>	85
Figura 11: <i>Fish Woman-Bahia</i>	90
Figura 12: <i>Seller of sweetmeats (doces)</i>	92
Figura13: Retrato de Maria Graham- August Earle, 1819	123
Figura14: Construção do novo prédio da Biblioteca Nacional	144
Figura15: Inauguração do novo prédio da Biblioteca Nacional	147
Figura 16: Documento: Livro de Compra com o registro de aquisição do espólio literário de Maria Graham	153

Figura 17: Documento: Detalhe do Livro de Compras- registro da compra do Espólio Literário de Maria Graham	153
Figura18: Documento: capa do Livro de Compra dos anos 1934 a 1944	154
Figura19: Documento: registro da compra do <i>Journal of a Voyage to Brazil</i> , no ano de 1939	155
Figura 20: Documento: Carta de Falcão sobre Garcia	157
Figura 21: Carta manuscrita de Clemente Gaspar Maria Brandenburger para Rodolfo Garcia	165
Figura 22: Retrato de Rodolfo Garcia	167
Figura 23: O Cenáculo do Silveira	180
Figura 24: RIAHGP-V. XI-1904	184
Figura 25: O Assédio do Recife	184
Figura 26: Folha de Rosto da História Geral do Brasil-1907	195
Figura 27: RIHGB- Tomo LXXVI, parte 1- ano 1913	204
Figura 28: Documento de aprovação pela Comissão de Admissão de Sócios do IHGB	208
Figura 29: Documento de aprovação de Rodolfo Garcia para sócio benemérito...	209
Figura 30: Documento: Catalogo de aprovação de Rodolfo Garcia para sócio benemérito	219
Figura 31: Exposição Comemorativa do Centenário de Abdicação de d. Pedro I- MHN	220
Figura 32: Documento: Fotografia da inauguração do Curso de Museus do MHN	223
Figura 33: Documento: Carta de Gilberto Freyre a Rodolfo Garcia	224
Figura 34: Fotografia de Lygia da Cunha em Paris no ano de 1947	242
Figura 35: Documento: Lista dos aprovados na turma do Curso de Biblioteconomia de 1940	245
Figura 36: Documento: Parte do <i>Curriculum Vitae</i> de Lygia da Cunha (p. 6)	249

Figura 37: Documento: Capa dos <i>Anais da Biblioteca Nacional</i> , V. 101, 1981	257
Figura 38: Documento: Sumário do <i>Journal of a Voyage to Brazil</i> (1824) - Edição original	262
Figura 39: Vinheta 3- Escravos transportando uma pipa nas ruas de Pernambuco	263
Figura 40: Vinheta 4- Cadeirinha da Bahia	264
Figura 41: Vinheta 8- Presos incumbidos de carregar água no Rio de Janeiro.	264
Figura 42: Vinheta 9- Carros de pedras no Rio de Janeiro	264
Figura 43: Aquarela da Bahia – <i>Ganhadores</i>	265
Figura 44: Aquarela da Bahia - <i>Cadeira Bahia</i>	265
Figura 45: Aquarela da Bahia - <i>Convicts -Bahia</i>	265
Figura 46: Documento: Índice Geral do Diário de uma viagem ao Brasil (1956) .	266
Figura 47: Documento: continuação do Índice Geral do Diário de uma viagem ao Brasil (1956)	268
Figura 48: Documento: Carta do 2º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa de 21 de maio de 1971	298
Figura 49: Documento: Carta de Lygia da Cunha ao 2º Secretário do IHGB, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, datada de 24 de maio de 1971	299
Figura 50: Documento: Carta de Lygia da Cunha para o 2º Secretário Manuel Xavier Vasconcellos Pedrosa de 5 de agosto de 1971	300
Figura 51: Documento: Carta do 2º Secretário do IHGB, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa de 12 de dezembro de 1974	301
Figura 52: Documento: Parecer da Comissão de História.	304

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 Olhos sensíveis, espelhos de uma alma crítica: Maria Graham e a representação do Brasil nos anos da independência	17
1. 1 Da pena aos pincéis: diálogos possíveis entre os diários de viagem de Maria Graham e as aquarelas da Bahia do século XIX.	17
1. 2 Um breve histórico da polêmica em torno da atribuição de autoria das aquarelas da Bahia do século XIX	33
1. 3 No olhar para o Oitocentos, o espírito romântico do século	57
1.4 Aspectos comparativos: o que revelam as aquarelas da Bahia do século XIX	65
1.5 Entre vendeiras e quitandeiras: o olhar de Maria Graham para a paisagem social da Bahia oitocentista	81
CAPÍTULO 2 Biblioteca Nacional- guardiã da memória e da cultura bibliográfica brasileira-1810-1960	97
2. 1 Arqueologia institucional do monumento de memória	97
2. 2 Da Real Biblioteca a Biblioteca Nacional- gênese e história	105
2. 3 A fundação da Biblioteca Real: herança intelectual do império português na nova metrópole americana	113
2. 4 Destinos que se cruzam: Maria Graham na Biblioteca Imperial e Pública da Corte	121
2. 5 Acenos dos tempos difíceis: Frei Camillo de Montserrat à frente da Biblioteca Imperial e Pública da Corte	127
2. 6 De Benjamin Franklin Ramiz Galvão a João de Saldanha da Gama: renovação e consolidação da Biblioteca Nacional	133
2. 7 Novos tempos para a Biblioteca Nacional: de Manuel Cicero Peregrino a Celso Ferreira da Cunha	141

CAPÍTULO 3 Rodolfo Garcia: pelas mãos do historiador, Maria Graham volta à Biblioteca Nacional	164
3. 1 A gênese da trajetória biográfica de Rodolfo Garcia	164
3. 2 No Recife da virada do século XX, os alicerces academicistas de Rodolfo Garcia	170
3. 3 Conexões entre Rodolfo Garcia, Alfredo de Carvalho e Manoel de Oliveira Lima e as primeiras publicações da obra de Maria Graham na Historiografia Brasileira do século XX	182
3. 4 Algumas considerações acerca das disputas teóricas no campo da História que incidiram nas escolhas metodológicas de Rodolfo Garcia	189
3. 5 A República das Letras e a consagração do historiador no IHGB	197
3. 6 Rodolfo Garcia no Museu Histórico Nacional- o <i>conceito de curadoria</i> e o <i>Curso de Museus</i> como legado museológico para o Brasil	216
3. 7 O historiador na Biblioteca Nacional: um tempo próspero para as aquarelas da Bahia e os manuscritos de Maria Graham	225
 CAPÍTULO 4 Lygia da Cunha: O olhar da especialista para as Aquarelas da Bahia atribuídas à Maria Graham	235
4. 1 Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha: um perfil biográfico da bibliotecária e pesquisadora nos primeiros anos de sua formação	235
4. 2 Do Museu Nacional à Biblioteca Nacional: trajetórias em um novo tempo	246
4. 3 A especialista na chefia da Seção de Iconografia: o seu olhar para as aquarelas da Bahia e a atribuição de autoria para Maria Graham	255
4. 4 O <i>Diário de uma viagem ao Brasil</i> como fonte histórica: a contribuição metodológica comparativa de Lygia da Cunha para os estudos históricos	277
4. 5 O protagonismo feminino de Lygia da Cunha alcança a academia: uma pioneira na Biblioteca do IHGB	292
 CONCLUSÃO	306
FONTES	314
BIBLIOGRAFIA	325

INTRODUÇÃO

Por tudo quanto fica sumariamente apontado nessas linhas, o que se vai ler nas páginas seguintes apresenta aos estudiosos minúcias e novidades dignas de despertar sua atenção para essa fase da história do Brasil, que embora bastante versada, não dispensa para a sua maior clareza os depoimentos que lhes possam trazer testemunhas fidedignas, com mais fortes razões quando o depoente, que vem a juízo, pertence a sublimada categoria de Maria Graham.

Rodolfo Garcia

Esta tese traz à luz uma pesquisa que preenche uma lacuna na historiografia brasileira contemporânea. Fruto de uma longa trajetória de estudos dedicados a historicidade de Maria Graham durante as três estadas da escritora e pintora inglesa no Brasil, nos anos de 1821, 1822, 1823, 1824 e 1825, e que coincidiram com o processo de Independência do Brasil, a tese foi construída a partir do questionamento acerca de uma misteriosa história que esteve presente em nossas investigações, a contar da pioneira síntese historiográfica nos idos do mestrado em História.

Ainda que tivéssemos indícios e pistas sobre como desvendar a história desconhecida que ora apresentamos, a névoa que envolve o tempo pretérito em silêncios e ausências insistia em encobri-la em mistérios e apagamentos. Contudo, agora no Doutorado, o complexo enredo de acontecimentos que a cercava foi-se desvelando, pouco a pouco, na medida em que insistíamos em descobrir-lhe os meandros da sua tão fascinante, quanto emaranhada trama. Assim, impulsionadas pelos instigantes questionamentos que inicialmente nos assombravam, percorremos labirínticos arquivos documentais em busca de fontes e de todos os tipos de evidências que nos levasse a elucidar os seus intrincados enigmas. Por conseguinte, no transcurso dos anos dedicados a presente pesquisa, pacientemente fomos recuperando e completando, lado a lado, passo a passo, as pequenas tesselas factuais que formaram por fim, um grande mosaico polifônico, que, a despeito do distanciamento temporal, revelava a plenitude de uma vigorosa paleta vocal a cada novo documento histórico descoberto.

Logo, o até então desconhecido problema historiográfico que a pesquisa revela, apresenta-se repleto de recomeços, de maravilhamentos, de esperanças, de sobrevivências, mas acima de tudo, de estranhamentos e de denúncias. O enredo transita entre as primeiras décadas do século XIX, e as de 30, 40 e 50 do século XX, entrelaçando, simultaneamente, as distintas temporalidades. O cenário é ambientado na

cidade do Rio de Janeiro e tem como palco compartilhado, a Biblioteca Nacional e a sua Seção de Iconografia. As cenas em monólogos reveladores, que tem como objeto o conjunto das 38 aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham serão protagonizadas por Lygia da Cunha (1922-2009), Rodolfo Garcia (1873-1949) e Maria Graham (1775-1842), três destacados intelectuais no panorama histórico e letrado brasileiro, que envolveriam-se mutuamente em algum lugar do passado, numa trama fascinante cercada por incertezas.

Portanto, feita essa breve contextualização temática e temporal da pesquisa em foco, tomemos como ponto de partida para o nosso percurso introdutório, o acontecimento da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro em 7 de março de 1808.

O século XIX inaugurou na porção portuguesa da América, um novo tempo. Aquela que, até então, fora uma colônia protegida pela metrópole lusitana dos olhos curiosos das nações estrangeiras, tornou-se a sede política, econômica e administrativa da monarquia portuguesa, que daquele ano até a Proclamação da República em 1889, fincaria profundas raízes em solo brasileiro. Era preciso, portanto, modernizar e transformar a antiga e isolada cidade de São Sebastião, em uma próspera e cosmopolita capital da monarquia, que aspirava “ser uma nova Lisboa”,¹ aos moldes da “concepção de cidade ilustrada que vigorou na Europa ao longo do século XVIII”.²

Dando prosseguimento a uma espécie de cruzada civilizatória que contemplava o “compromisso assumido por d. João VI de fundar um Império no Novo Mundo”,³ tão logo chegou ao Rio de Janeiro, o príncipe regente tomou conhecimento de que sua Real Biblioteca e da Casa do Infantado havia ficado esquecida em Lisboa, e ordenou para que ela fosse remetida o quanto antes para o Brasil. Afinal, para os Bragança, a instalação da Real Biblioteca reforçava o espírito ilustrado de uma política de Estado que se pretendia implantar na metrópole americana, na qual, a posse de uma Biblioteca simbolizava um repositório universal e estratégico do saber e poder.

A fabulosa coleção, formada por livros de horas renascentistas, incunábulos, impressos, códices, livros de história, ciência e filosofia, bíblias sagradas, partituras, libretos, e obras de autores quinhentistas portugueses, catecismos e gramáticas raras,

¹ CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma ideia ilustrada de cidade — As transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisseia, 2008.

² MEIRELLES, Juliana Gessuelli. *A nova Corte e a circulação de ideias nos impérios luso-Brasileiros*. In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladis Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira; MOMESSO, Beatriz (orgs.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016, Capítulo 9.

³ TELLES, “A marcha civilizadora”...p. 59-68.

deu origem a atual Biblioteca Nacional. O dia 29 de outubro de 1810, foi a data oficializada por Decreto do príncipe regente para a fundação da Biblioteca Real, na recém instaurada metrópole americana do Império português.

Nesse contexto de implantação da nova metrópole americana, a abertura do Brasil ao mundo no século XIX atraiu um grande número de viajantes estrangeiros, ávidos por explorar as novas terras e seus recursos, a sociedade, a cultura e a natureza brasileiras, onde destacamos nesse cenário, a presença da escritora e pintora inglesa, Maria Graham, que esteve de passagem pelas terras brasileiras, entre os anos de 1821 e 1825.

Ao longo de suas estadas nas províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, Maria Graham documentou em desenhos e no texto do *Journal of a Voyage to Brazil and Residence there during part of the Years 1821, 1822, 1823, (1824)*, a realidade complexa do Brasil oitocentista marcado pela desigualdade, escravidão e instabilidade política, à beira da Independência. Atenta observadora das cenas urbanas, agente histórica atuante e testemunha ocular em importantes acontecimentos da política imperial, a sua obra constituiu-se num valioso legado histórico, cuja relevância, contribui para enriquecer a compreensão dos estudos do longo processo de Independência do Brasil.

Em sintonia com a intelectualidade inglesa do início do Oitocentos, ao chegar ao Brasil com 36 anos, Maria Graham já havia publicado na Inglaterra três diários de viagem e um livro de memórias. Essas obras foram ricamente ilustradas com gravuras, desenhos e aquarelas de sua autoria, criadas nas visitas que ela fez ao continente indiano nos anos de 1810 e 1813, e durante os três meses em que residiu em Roma em 1819. Destacamos que Maria Graham como uma escritora mulher, alcançou o feito extraordinário para a época, de ter duas publicações reeditadas em segundas edições, sendo a sua produção literária bem-sucedida em termos de vendas. Por conseguinte, mantendo as atenções voltadas para a publicação de suas obras no mercado editorial londrino, Maria Graham o longo da vida publicou um total de 17 obras escritas e ilustrados por ela, incluindo livros de viagem, história, arte, botânica e literatura infantil, o que revela o acentuado ecletismo de seu processo criativo, tanto na literatura, quanto na pintura.

Dona de um estilo interpretativo marcado pela observação crítica, refinamento descritivo e a capacidade de alcançar certas subjetividades nas paisagens sociais do Brasil oitocentista, Maria Graham trouxe na bagagem cultural, a vitalidade poética e a

intensidade narrativa, próprias do movimento romântico inglês. Durante a estada em Salvador, Mrs. Graham conviveu cotidianamente com a população escravizada local, predominantemente composta de cativos africanos, submetidos a precárias condições de sobrevivência. A cronista teve a oportunidade de conhecer os mosteiros e conventos católicos de Salvador, de transitar por entre ruas e ladeiras em cadeiras, seges ou a pé. Em excursões exploratórias, Maria Graham pôde visitar os sítios e fazendas dos arredores da capital e ainda, excursionar na ilha de Itaparica, quando, então, ela conheceu as senzalas de uma fazenda de farinha e conversou com os africanos escravizados que trabalhavam nos campos. Ressaltamos, que essas visitas estão detalhadamente narradas na tradução para o português, do *Diário de uma viagem ao Brasil*, publicado em 1956.

Por conseguinte, do longo período em que esteve no Brasil, Maria Graham produziu um grande número de desenhos e pinturas em aquarelas, as quais se encontram, em parte, no acervo da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, e a outra parte, no *British Museum* de Londres. Sublinhamos, contudo, que Maria Graham tinha a intencionalidade de ilustrar o seu *Diário de viagem ao Brasil* com desenhos que ela havia produzido, ou recolhido, como afirmado pela autora no excerto da carta ao seu editor, John Murray, em Londres, apresentada a seguir:

Tenho uma grande quantidade de diários que espero que você ou alguns de seus irmãos não se arrependam de imprimir. Eu também tenho muitos desenhos e acredito que alguns deles sejam interessantes o suficiente para serem capazes, por seus meios, de tornar o (cruzeiro?) da viúva um pouco mais completo do que seria provável que fosse. No entanto, empenhei-me em organizar muito do que havia coletado antes[...]e que tenho materiais autênticos para um mero relato interessante dos países, homens e coisas que eu vi mais do que qualquer um até agora tenha fornecido. (CARTA DE MARIA GRAHAM PARA JOHN MURRAY, Rio de Janeiro, 05 ago. 1823) - tradução nossa.

Diante disso, deduzimos que a informação de que ela havia se empenhado bastante em “organizar muito do que havia coletado antes”, demonstra que desde a sua chegada ao Brasil no ano de 1821, Maria Graham havia recolhido e registrado uma grande quantidade de imagens e informações sobre “homens e coisas”. Importa mencionar, entretanto, que no início do século XIX, era uma prática comum entre os artistas viajantes negociarem seus desenhos de representação etnográfica, e dos tipos

característicos dos países exóticos visitados. Por conseguinte, em diversas situações tais desenhos eram copiados, recortados ou inseridos em contextos pictóricos específicos, resultando em composições inéditas que não raramente, trouxeram fama e reconhecimento ao criador da obra, sem que, no entanto, este tenha sido o seu verdadeiro autor. Diante disso, não é improvável que Maria Graham tanto tivesse sob a sua posse desenhos adquiridos de outros artistas, como os de sua própria autoria.

Conforme destacado no início da Introdução, a produção visual de Maria Graham, no que tange as representações dos tipos e costumes baianos do século XIX, e o enigma que as envolve quanto a sua autoria, moveu-nos a realização da presente tese. O motivo de tal propósito, originou-se no desejo de responder as nossas próprias inquietações heurísticas quanto à procedência das aquarelas, e por elas não dialogarem com o estilo pictórico das gravuras publicadas no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956). Ademais, o fato de observarmos que as aquarelas da Bahia, em conjunto ou em parte, pouco aparecem em teses, dissertações ou artigos acadêmicos, sejam estas relativas aos estudos históricos, ou as pesquisas de outros campos afins das ciências humanas e sociais, evidenciou a existência de certos receios e desconfiâncias por parte dos pesquisadores, que deduzimos serem provenientes da análise técnica acerca da autoria das aquarelas cancelada pela bibliotecária Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, na década de 1950. O parecer de Cunha foi publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 101, de 1981, quando ela contestou o parecer anterior de autoria das aquarelas lavrado pelo historiador Rodolfo Garcia no ano de 1938 que foi baseado na procedência da coleção de desenhos. No seu texto, Lygia da Cunha informa que levou em consideração na análise, as características de representação estilística das imagens, ou seja, os atributos externos e materiais das aquarelas, em comparação a concepção pictórica paisagística das demais gravuras de autoria de Maria Graham, publicadas no seu diário de viagem.

Logo, como apresentado até aqui, o problema que inspirou a presente tese, tem como origem, a contestação quanto a autoria do conjunto de 38 aquarelas atribuído a Maria Graham, produzido nas primeiras décadas do século XIX na província da Bahia. Contudo, e essas foram as perguntas originárias da nossa pesquisa: como essa fabulosa documentação veio à luz no Brasil? Por quais mãos? Quando?

E, assim, quem elucidou a questão, foi, como não poderia deixar de ser, o historiador erudito e então diretor da Biblioteca Nacional, entre os anos de 1932 a 1945, Rodolfo Garcia. Ao consultarmos os *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LX, 1938, em

busca de respostas para as nossas dúvidas, — quando ainda incidiam as primeiras luzes sobre a presente pesquisa—, lá estava ele, o Garcia, divulgando em primeira mão, mundialmente, a inédita aquisição do Espólio Literário e Artístico de Maria Graham, que ele fizera para a Biblioteca Nacional no ano de 1938.

Sob o título “ *Maria Graham no Brasil*”, Rodolfo Garcia publicou os documentos textuais e iconográficos que integram o Espólio documental, atribuindo a autoria dos mesmos a escritora inglesa e justificando o seu parecer na preservação da linha de propriedade do acervo documental privado de Maria Graham. Nos *Anais*, Rodolfo Garcia apresentou os documentos adquiridos agrupando-os como a demonstrado a seguir: I-*Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz D. Leopoldina e cartas anexas*, II- *Escoço Biográfico de D. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro*, e o álbum *Vistas, Tipos e Meios de Transporte da Bahia e Pernambuco*, composto por sessenta e duas aquarelas. Naquela ocasião o álbum foi inteiramente atribuído a Maria Graham, sendo que, mais tarde, na década de 1950, Lygia da Fonseca, dividiu as atribuições de autoria entre Graham e o pintor inglês H. Lewis. Na época, a recepção da inédita aquisição do Espólio Literário e Artístico de Maria Graham por Rodolfo Garcia para a Biblioteca Nacional foi festejada pela imprensa carioca e, também pelo mercado editorial brasileiro, que desejou publicar as aquarelas da Bahia.

Entretanto, após termos conseguido, por intermédio de Rodolfo Garcia, as respostas para as nossas perguntas, iniciais, surgiram, a seguir, outros dois novos instigantes questionamentos: afinal, se o conjunto de aquarelas foi atribuído a Maria Graham por Rodolfo Garcia em 1938, por que motivo, então, as pinturas teriam sido reanalisadas na década de 1950, e, a partir disso, por que teria sido instituída a dúvida quanto à sua autoria?

A surpreendente explicação, contudo, soprou dos ventos das intrigas institucionais que varreram a Biblioteca Nacional no ano de 1945, retirando Rodolfo Garcia da sua cadeira de diretor e colocando em seu lugar, Rubens Borba de Moraes, entre os anos de 1946 e 48. Na sua gestão, Borba de Moraes instituiu uma grande reforma administrativa e setorial na Biblioteca Nacional, quando foi criada a Seção de Iconografia, e para a chefia da mesma, foi admitida no cargo a bibliotecária Lygia da Cunha. A partir desse momento, o acervo do setor foi inventariado e as aquarelas do Espólio de Maria Graham, catalogadas e separadas por Lygia da Cunha e sua equipe.

Desde então, as aquarelas tiveram a atribuição de autoria questionada, sendo, entretanto, preservada a linha de procedência do conjunto por Lygia da Cunha.

Logo, com base nas evidências apresentadas, trabalhamos com a hipótese de que a despeito das divergências conceituais que incidiram nas interpretações chanceladas por Rodolfo Garcia e Lygia da Cunha, a atribuição de autoria das aquarelas da Bahia a Maria Graham, justifica-se pela preservação da linha de propriedade do conjunto iconográfico, em relação ao acervo documental privado da autora, ou seja, que a conexão entre as aquarelas e Maria Graham como a original proprietária dos documentos permanece inalterada. Por essa razão, o primeiro parecer de Rodolfo Garcia se mantém válido, por considerar que a inquestionável origem dos documentos comprova a autoria a Maria Graham, uma vez que ao vincular as aquarelas a seu acervo pessoal, Rodolfo Garcia sugere que as obras não são apenas representações visuais, mas documentos que testemunharam a experiência existencial e a perspectiva crítica de Maria Graham sobre a escravidão na Bahia. A hipótese busca comprovar o caráter íntimo e subjetivo das obras defendido por Rodolfo Garcia, por ele considerar a dimensão pessoal da artista na representação da paisagem social da Bahia oitocentista, característica esta, comum a totalidade do conjunto do Espólio documental de Maria Graham. Logo, com base nessa hipótese, demonstraremos na tese, que, ainda que as discordâncias conceituais entre as análises de Garcia e Fonseca permaneçam, a linha de propriedade, ou seja, a ligação das aquarelas da Bahia enquanto documentos pessoais de Maria Graham, nunca se rompeu.

Por conseguinte, a presente pesquisa adotou a noção de intersubjetividades verificáveis de Wolfgang Mommsen,⁴ como lente analítica para investigar as dinâmicas socioculturais presentes nos documentos e fontes arroladas, e ainda, contou com a perspectiva da micro-história Carlo Ginzburg,⁵ como uma ferramenta complementar para aprofundar a análise dos documentos. Mommsen propõe um conjunto de ferramentas analíticas para avaliar a qualidade e a pertinência das interpretações históricas, que consiste em confrontar a perspectiva em questão com outras fontes históricas relevantes. Ao comparar diferentes entendimentos e evidências, o

⁴ MOMMSEN, W. J. Social Conditioning and Social Relevance In: Historical Judgment. *History and Theory Studies in the Philosophy of History*. XVII, Supl. 17 (Historical Consciousness and Political Action), pp. 19-35, 1978. *apud* LE GOFF, Jacques. *História e Memória*- 1º Volume: História. Lisboa: Edições 70, 2000.

⁵ GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

historiador, pode então, identificar contradições, lacunas e vieses presentes nas interpretações anteriores dos documentos, fortalecendo assim a sua análise.

Nesse sentido, Mommsen propõe uma revisão sistemática da bibliografia, das fontes primárias e dos estudos mais recentes sobre o tema investigado. Em adição a isso, Ginzburg, destaca a importância da análise detalhada das fontes para identificar casos particulares e detalhes específicos, buscando reconstruir a complexidade da experiência humana em um determinado contexto histórico. Logo, a construção de tal arcabouço teórico-metodológico proporcionou que a análise do *corpus* documental investigado na tese, reconstruísse as narrativas e experiências individuais e coletivas que moldaram os fatos e os atores históricos envolvidos na investigação, revelando as motivações, representações e conflitos que marcaram suas posições destacadas no cenário histórico-cultural brasileiro dos séculos XIX e XX. Essa abordagem permitiu identificar interações complexas entre os sujeitos históricos elencados, suas crenças, valores e práticas, revelando as nuances de suas escolhas e contradições.

Destarte, tendo em vista a Biblioteca Nacional como um *lócus* privilegiado da análise, examinamos os vínculos históricos da instituição desde a sua formação em Lisboa, nos valendo das contribuições de Ana Virgínia Pinheiro,⁶ Lygia da Cunha,⁷ Lilia Schwarcz,⁸ Mary Del Priore,⁹ e, relativo ao papel da instituição na dinâmica de afirmação e transformação identitária da nação, destacamos os trabalhos de Elísio Condé,¹⁰ Eric Hobsbawn,¹¹ Gilberto Vilar de Carvalho,¹² e Marieta Moraes Ferreira.¹³ No contexto de afirmação nacional, o qual terá grande influência e impacto nas representações institucionais, culturais e sociais examinadas na tese, a nação não é uma entidade natural ou primordial, mas sim uma construção social e cultural, segundo Benedict Anderson.¹⁴ Nesse sentido, os atores históricos no âmbito do presente estudo, estão inseridos em um conjunto de práticas e representações intelectuais em constante progresso, impulsionados pela própria natureza do devir histórico das mentalidades coletivas, o que nos permite pensar que as produções intelectuais ou artísticas de uma

⁶ PINHEIRO, Ana Virgínia. Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional. In: *Brasiliiana da Biblioteca Nacional: Guia das Fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

⁷ CUNHA, I- *Real Biblioteca*.... v. 101.

⁸ SCHWARCZ, *A longa viagem da Biblioteca dos Reis*...2002.

⁹ DEL PRIORE, D. *Maria I: as perdas e as glória* ...2019.

¹⁰ CONDÉ, *Guia da Biblioteca Nacional*...1960.

¹¹ HOBSBAWN, *A Invenção das Tradições*...., 2008.

¹² CARVALHO, *Biografia da Biblioteca Nacional*....1994.

¹³ FERREIRA, *Apresentação*... 2010.

¹⁴ ANDERSON, *Comunidades Imaginadas*... 1993.

dada época se relacionam “com as outras produções culturais que são suas contemporâneas”, na perspectiva de Roger Chartier.¹⁵

Em vista disso, como indivíduos que exercem papéis fundamentais na disseminação e interpretação de conhecimento, atuando como pontes e referências em instituições culturais em diferentes esferas do conhecimento, Rodolfo Garcia, Lygia da Cunha e Maria Graham, estão inseridos na pesquisa, segundo a noção de intelectuais mediadores, concebida por Angela de Castro Gomes.¹⁶ De maneira a compreendermos a formação mental, visões de mundo e as sensibilidades desses intelectuais, nos valem da noção de “trajetória” de Pierre Bourdieu,¹⁷ auxiliados pelos estudos de Arno Wehling,¹⁸ Hélio Viana,¹⁹ Joaquim Marçal de Andrade,²⁰ Lúcia Maria Paschoal Guimarães,²¹ Maria de Lourdes Vianna Lyra,²² Mônica Carneiro Alves²³ e Pedro Calmon.²⁴ Nesse sentido, identificamos nos percursos biográficos de Rodolfo Garcia e Lygia da Fonseca, a centralidade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, como o *locus* que consagrou intelectualmente os seus nomes na cultura letrada nacional. Por conseguinte, analisamos a historicidade da instituição e os mecanismos de consagração dos atores históricos destacados nessa pesquisa, sob as lentes interpretativas de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, Manoel Salgado Guimarães²⁵ e Sérgio Micelli.²⁶ Em meio a tal conjuntura, aludimos os fundamentos da gênese da escrita da história pátria e a sua função para a legitimação da identidade nacional republicana, tendo como parâmetros teóricos os estudos de Arno Wehling, José Honório Rodrigues,²⁷ José Murilo de Carvalho²⁸ e Lúcia Maria Paschoal Guimarães.

A cidade do Rio de Janeiro, sob as suas múltiplas dimensões simbólicas, políticas e culturais ao longo dos séculos XIX e XX, foi investigada tendo em vista as

¹⁵ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Algés: DIFEL, 2002.

¹⁶ GOMES, *Intelectuais Mediadores...* 2016.

¹⁷ BOURDIEU, *A Ilusão Biográfica...* 1996.

¹⁸ WEHLING, *O Triunfo da Memória...* 2007.

¹⁹ VIANA, *Curso Varnhagen- Rodolfo Garcia...* (1873-1949).

²⁰ ANDRADE, *Estampas antigas, tempos modernos...* 2019.

²¹ GUIMARÃES, *Da Escola Palatina ao Silogeu...* 2006.

²² LYRA, *Perfil Biográfico de Lygia da Fonseca...* 2010.

²³ ALVES, *Entrevista concedida a Denise G. Porto*. 2024..

²⁴ CALMON, *Prefácio...* 1973.

²⁵ GUIMARÃES, *Nação e Civilização nos trópicos...* 1988.

²⁶ MICELLI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

²⁷ RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

²⁸ CARVALHO, *Os Bestializados...* 1997.

referências teóricas de Cláudia Mesquita,²⁹ Brito Broca,³⁰ Ismênia Martins,³¹ Maria Odila Dias,³² Marieta Pinheiro de Carvalho,³³ e Mônica Velloso.³⁴ Na análise das trajetórias individuais de Rodolfo Garcia e Lygia da Cunha relativas as suas conexões com museus, patrimônio e memória, sublinhamos as contribuições de Cláudia Mesquita,³⁵ José Bittencourt³⁶ e Paulo Knauss.³⁷

A partir da representatividade histórica de Lygia da Cunha, a tese apresenta uma análise aprofundada da presença feminina na primeira metade do século XX, revelando a complexidade e a diversidade das suas experiências nesse período. Ao explorar as múltiplas representações femininas, o presente trabalho destaca as intensas lutas das mulheres pela emancipação, que se manifestaram em diversas frentes. Nesse sentido, uma das temáticas abordadas na tese foi a conquista dos espaços públicos em museus e bibliotecas pelas mulheres brasileiras, onde anteriormente predominava um universo hegemonicamente masculino. Em vista disso, para esse estudo sublinhamos as contribuições de Mary Del Priore,³⁸ Paola Cappelin Giuliani,³⁹ e Tais da Silva Kneodler.⁴⁰

A obra de Maria Graham, com suas impressões críticas sobre a escravidão, a política e a vida cotidiana no Brasil oitocentista, tornou-se um ponto de partida para a elaboração desta pesquisa. A autora, enquanto viajante inglesa e participante de uma missão diplomática, inseria-se em um contexto de intensa mobilidade transnacional, comum aos viajantes estrangeiros do século XIX. Suas observações e registros visuais contribuíram significativamente para a construção de um imaginário sobre o novo mundo americano. O legado de Maria Graham para os estudos sobre o Brasil oitocentista é inegável. Seus relatos sobre a escravidão africana no Brasil, sobretudo na Bahia, por exemplo, oferecem testemunhos fidedignos sobre o período, permitindo análises mais aprofundadas das relações raciais e sociais na época. Além disso, suas

²⁹ MESQUITA, Cláudia. *De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

³⁰ BROCA, A vida literária no Brasil-1900. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990.

³¹ MARTINS, D. *João VI: um rei e muitas controvérsias...* 2022.

³² DIAS, A interiorização da metrópole... 2006.

³³ CARVALHO, Uma ideia ilustrada de cidade... 2008.

³⁴ VELLOSO, As tradições populares na Belle Époque Carioca... 1988.

³⁵ MESQUITA, Um Museu para a Guanabara... 2009.

³⁶ BITTENCOURT, Museu Histórico Nacional ...2001.

³⁷ KNAUSS, Apresentação....2001.

³⁸ DEL PRIORE, Apresentação.... 2015.

³⁹ GIULANI, Os Movimentos de trabalhadoras... 2015.

⁴⁰ KNEODLER, Mulheres de Prontidão...2015.

observações e testemunhos sobre os acontecimentos políticos na província da Bahia contribuem para a compreensão dos processos de construção do estado nacional brasileiro, tal como será apresentado nesse estudo. Logo para uma análise das aquarelas da Bahia e dos relatos de Maria Graham no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), enquanto representações culturais, a presente pesquisa se insere em um campo de estudos que conta com a contribuição de pesquisadores, como Ana Maria Belluzzo,⁴¹ Eneida Mercadante Sela,⁴² Laura Burman,⁴³ Lúcia Ricota,⁴⁴ Mirian Moreira Leite,⁴⁵ e Thomas Lago,⁴⁶ Salette Kosel, Beatriz Helena Furnaletto,⁴⁷ Paulo Knauss,⁴⁸ Jonathan Crary.⁴⁹

O século XIX havia trazido para a antiga capital colonial, o incremento do tráfego de escravizados e a intensificação do comércio interprovincial. A instituição do trabalho escravo era a base da economia local, permeando todos os aspectos da vida social. Para os senhores de escravizados, a posse de um cativo significava, apenas, um investimento financeiro que deveria resultar em lucro e produtividade. Logo, a realidade dos escravizados era pautada por rígida sujeição ao modelo patriarcal, no qual, esperava-se do escravo a gratidão por receber a proteção e sustento dos senhores com trabalho, fidelidade, obediência e humildade. As diversas práticas subjacentes na dinâmica escravagista e documentadas por Maria Graham, demonstram que os escravizados e escravizadas urbanas viviam em Salvador como ganhadores e quitadeiras. Por certo, não faltaram nos relatos de estrangeiros, homens e mulheres que estiveram no Brasil durante as primeiras décadas do século XIX, um acentuado estranhamento eurocêntrico relativo à aparência e aos valores culturais das negras vendeiras e quitadeiras de ganho. Logo, relativo a tais abordagens, devemos registrar as contribuições de Amanda Teixeira,⁵⁰ Caio Itália Costa,⁵¹ Cláudia Cristina Mól,⁵²

⁴¹ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. Volume. I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; São Paulo: Metalivros. Fundação Odebrecht, 2000.

⁴² SELA, *Modos de ser, modos de ver...* 2008.

⁴³ BURMAN, *A natureza como experiência do ser...* 1992.

⁴⁴ RICOTTA, *Natureza, Ciência e Estética...* 2003.

⁴⁵ LEITE, *Livros de Viagem...* 1997.

⁴⁶ LAGO, *La Viajera Ilustrada...* 2000.

⁴⁷ KOSEL, *Paisagem Cultural...* 2014.

⁴⁸ KNAUSS, *No domínio dos acervos...* 2016.

⁴⁹ CRARY, *Técnicas do observador...* 2012.

⁵⁰ TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Joalheria de crioulas: subversão e poder no Brasil colonial. *Revista Antíteses*, v. 10, n. 20, p. 829-856, jul. dez. 2017.

⁵¹ COSTA, *Jóias de Crioula...* 2018.

⁵² MÓL, *Entre sedas e baetas...* p.176-189.

Flávio dos Santos Gomes,⁵³ João José Reis,⁵⁴ Luiz Carlos Soares,⁵⁵ Luiz dos Santos Vilhena,⁵⁶ Mary Del Priore,⁵⁷ Kátia Mattoso,⁵⁸ Salete Kosel e Beatriz Furlanetto,⁵⁹ Peter Burke.⁶⁰

Em vista disso, era chegada a hora de buscar as fontes históricas para que pudéssemos completar as lacunas e entender os complexos meandros da trama. Logo, uma das tarefas mais árduas para o historiador é, de fato, a identificação, seleção e a recolha dos documentos necessários para a sua investigação e escrita histórica. A pesquisa é, portanto, o fundamento e o meio pelo qual a história e a memória plasmam o sentido dos documentos na narrativa historiográfica, quando traz à luz do presente, o conhecimento de fatos pretéritos. Aos historiadores, compete, portanto, a responsabilidade de reconstruírem um passado que deixe aflorar de seus documentos, retratos fidedignos da experiência humana ao longo da história, uma vez que eles, como trabalhadores a serviço de Clio, saibam como interrogar as suas fontes para estabelecer diálogos críticos com os problemas do decurso do tempo. Numa síntese bastante apropriada para essa reflexão, Paul Veyne,⁶¹ concluía que os historiadores contam os acontecimentos que tem os homens como atores, posto que os fatos e os indivíduos estão representados em meio a pluralidade de perspectivas sociais e culturais de seu tempo histórico.

Nesse sentido, de posse das fontes primárias *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence there during part of the years 1821, 1822, 1823.* (1824); *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956); *Journal of a Residence in India* (1813) e *Diário de mi Residencia em Chile* (1824), pertencentes ao nosso acervo bibliográfico particular, a primeira fase da pesquisa em arquivos externos concentrou-se na Biblioteca Nacional, onde recolhemos na plataforma da BNdigital, as 38 imagens referentes ao conjunto de aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham. Em seguida, pesquisamos presencialmente na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, os Relatórios da Diretoria dos anos de 1932 a 1945, relativos à gestão de Rodolfo Garcia na BN. Nesses documentos foi possível mapear a trajetória de Garcia durante os anos em que ele esteve

⁵³ GOMES, *História dos Quilombolas*...1992.

⁵⁴ REIS, *De escravo a rico liberto*... p. 15-68.

⁵⁵ SOARES, *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX* ... p. 107-142.

⁵⁶ VILHENA, *A Bahia no século XVIII*.... 1969.

⁵⁷ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira*... 2016.

⁵⁸ MATTOSO, *Ser escravo no Brasil*. p. 140.

⁵⁹ FURLANETTO; KOSEL; *Paisagem Cultural* p. 215-232.

⁶⁰ BURKE, *Testemunha Ocular*... 2027.

⁶¹ VEYNE, *Como se escreve a História*....1971.

à frente da diretoria da Biblioteca Nacional, e ainda, registrar a passagem de Lygia da Cunha no Curso de Biblioteconomia da instituição. Consultamos, igualmente, os Livros de Aquisição e Compras de objetos bibliográficos da Biblioteca Nacional, onde localizamos os registros de compra dos manuscritos inéditos, do álbum de aquarelas, e do exemplar do diário de viagem de Maria Graham, publicado em Londres em 1824. Ainda na Seção de Manuscritos, encontramos cartas pessoais de Rodolfo Garcia e correspondências institucionais. Relativo aos demais documentos cotejados na Seção de Manuscritos, destacamos; fontes raras ligadas as gestões dos primeiros bibliotecários da Biblioteca Real e consultas em diversos números dos *Anais da Biblioteca Nacional*, onde foi possível mapear a história institucional e da aquisição do seu rico acervo, desde o ano de 1876, quando foi publicado o primeiro número dos *Anais* na gestão de Franklin Ramiz Galvão. Apontamos, em especial, a relevância dos volumes LX, 1938, e v. 101, 1981, dos *Anais*, por constarem os pareceres de autoria das aquarelas da Bahia publicados por Rodolfo Garcia e Lygia da Cunha, respectivamente. Ao conjunto de fontes acima descrito, foram incluídos periódicos e mapas recolhidos na Hemeroteca e Seção de Cartografia da Biblioteca Nacional, e ainda, documentos manuscritos pertencentes as Coleções *Rodolfo Garcia* e *Maria Graham*, provenientes da BNdigital.

Com a ocorrência da pandemia da COVID 19, os arquivos públicos e privados foram fechados em março do ano de 2020 para pesquisas públicas, retornando apenas em meados do ano de 2022. Assim, passada a pandemia, concentramos as pesquisas no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, onde consultamos os documentos pessoais de Lygia da Cunha e de Rodolfo Garcia. Nesses arquivos privados cotejamos um diversificado conjunto de documentos biográficos e de manuscritos pessoais, fotografias e correspondências particulares dos dois destacados intelectuais, acrescentando para a nossa pesquisa fontes primárias inéditas.

Sublinhamos como de destacada relevância documental para a presente pesquisa, as consultas que fizemos a coleção da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RIHGB, disponível na plataforma digital do IHGB. A partir das consultas na RIHGB, localizamos o percurso das produções historiográficas de Rodolfo Garcia, Lygia da Cunha e de outros personagens de relevância histórica no recorte temático e temporal da tese, na mais antiga publicação nacional em circulação até os dias atuais, sem descontinuidade em sua periodicidade.

De maneira a complementar o rol de fontes históricas para a investigação, consultamos remotamente os arquivos do *British Museum* de Londres, para mapear a produção iconográfica de Maria Graham, com o objetivo de procurar evidências sobre as possíveis limitações técnicas da prática artística da escritora, quanto a uma suposta dificuldade de desenhar figuras humanas, como denunciado por Lygia da Cunha em seu parecer técnico. Ademais, procuramos verificar as ocorrências das assinaturas de Maria Graham nos esboços, desenhos e gravuras, e investigar a linha de origem e procedência das coleções atribuídas a autora custodiadas no museu britânico. Tendo o objetivo de arrolar documentos que comprovassem a sua atividade como uma artista que registrou a singularidade dos tipos da paisagem social brasileira, para além dos seus conhecidos registros de vistas e paisagens, uma vez que Maria Graham ilustrava os seus livros com os desenhos de sua autoria, encontramos no Catálogo de Cartas a John Murray, custodiado na *Nacional Library of Scotland*, uma carta de Maria Graham endereçada ao seu editor John Murray em Londres, datada de 05 de agosto de 1823, constituindo este documento em uma fonte primária da maior relevância para a tese.

Com o objetivo de aprofundar a nossa pesquisa acerca dos procedimentos metodológicos de Lygia da Cunha relativos à atribuição de autoria das aquarelas da Bahia, entrevistamos oralmente a bibliotecária e coordenadora de Acervos Especiais da Biblioteca Nacional, Mônica Carneiro Alves, que trabalhou com Lygia da Cunha na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. Apontamos que tal entrevista, em especial, constitui uma fonte primária inédita e de fundamental importância para a presente pesquisa.

Nesse sentido, de maneira a termos uma perspectiva abrangente de quem foi Lygia da Cunha na convivência institucional, entrevistamos igualmente a bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro, ex coordenadora e diretora da Área de Acervos Especiais da Biblioteca Nacional, e a museóloga e historiadora, Neusa Fernandes, ex-diretora da Fundação Estadual de Museus do Estado-FEMURJ, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, IHGRJ, e contemporânea de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha na mesma instituição histórica.

Logo, finalmente de posse de um rico arsenal de fontes iconográficas, e inéditos documentos manuscritos, registros administrativos institucionais, cartas, bibliografia, fotografias, documentos particulares e entrevistas orais, foi possível que a pesquisa restaurasse as delicadas tesselas do grande mosaico histórico que se apresentou no coração da Biblioteca Nacional, entrecruzando, indefinidamente, os itinerários de vida

de Maria Graham, Rodolfo Garcia e Lygia da Cunha, e que a densa névoa do passado insistia em mantê-lo encoberto e desconhecido do tempo presente.

Por conseguinte, o primeiro capítulo intitulado “Olhos sensíveis, espelhos de uma alma crítica: Maria Graham e a representação do Brasil nos anos da independência”, inicia a nossa narrativa historiográfica, localizando o problema central da tese e situando a escritora e pintora Maria Graham como uma intelectual representante da vanguarda inglesa de seu tempo, e que legou uma extensa obra literária e pictórica de inquestionável relevância para os estudos do Brasil dos anos da Independência. No capítulo apresentamos as trinta e oito imagens que compõem o conjunto de aquarelas da Bahia em relação comparativa a uma seleção de esboços, desenhos e gravuras ainda inéditos no Brasil, e publicados por Maria Graham em seus diários de viagem da Índia, Chile, Brasil e Roma, custodiados no *British Museum* em Londres.

No segundo capítulo, intitulado “Biblioteca Nacional- guardiã da memória e da cultura bibliográfica brasileira-1810-1960”, será destacado o papel institucional da Biblioteca Nacional como um local privilegiado da memória pátria, responsável pela produção e divulgação de documentação histórica e de bens culturais do Brasil, e em especial, pela guarda das aquarelas da Bahia, como parte do Espólio Literário e Artístico de Maria Graham. Sublinhamos, que o acervo da escritora inglesa custodiado na Biblioteca Nacional representa a maior coleção pictórica e literária da autora inglesa reunida em território brasileiro. A partir da indiscutível representatividade da Biblioteca Nacional, aprofundamos a investigação questionando qual terá sido o papel da instituição na construção da memória coletiva brasileira ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, e como os seus diretores moldaram o acervo monumental da instituição. Nessa reflexão, a atuação dos atores históricos que estiveram à frente da direção da Biblioteca Nacional é apurada, com o intuito de revelar o alcance das suas intenções, práticas institucionais, trajetórias profissionais e redes de sociabilidades envolvidas no exercício de aquisição, guarda, conservação e divulgação do acervo, bem como, na afirmação da Biblioteca Nacional na cena cultural brasileira no transcurso do tempo.

Em continuidade ao enfoque temático desta tese, no terceiro capítulo intitulado “Rodolfo Garcia: pelas mãos do historiador, Maria Graham volta à Biblioteca Nacional”, analisa a trajetória biográfica e intelectual do historiador e erudito Rodolfo Garcia, entre os anos de 1873-1945, percorrendo, desde os primeiros anos de formação

no Recife, até a consagração do historiador na República das Letras. Nesse cenário, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB é contemplado como *locus* privilegiado de confluência de intelectuais em torno dos debates e circulação de ideias no panorama da cultura histórica brasileira na primeira metade do século XX. O capítulo oferece um estudo inédito apresentando os caminhos percorridos por Rodolfo Garcia para proceder a crítica de autenticidade ao Espólio Literário e Artístico de Maria Graham, e discorre acerca da sua contribuição no tocante a compra, atribuição de autoria e divulgação dos documentos pertencentes ao acervo pessoal da escritora inglesa, como fontes históricas fidedignas para a historiografia da Independência do Brasil.

O quarto e último capítulo da presente tese, intitulado “Lygia da Cunha: o olhar da especialista para as aquarelas da Bahia atribuídas à Maria Graham”, dará um salto temporal para a década de 50 do século XX, quando aborda o protagonismo feminino no contexto histórico da primeira metade dos anos 1900, onde a presença de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha se insere. Neste capítulo, a historicidade de mulheres pioneiras que contribuíram de forma significativa para a construção do conhecimento cultural e científico no Brasil é evidenciada, sobrelevando os caminhos percorridos pela bibliotecária e museóloga Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. O capítulo traça um perfil biográfico de Lygia para destacar a trajetória da sua formação intelectual e profissional como reconhecida especialista em estudos da técnica artística da gravura no Brasil. Nesse sentido, é discutida a contribuição da bibliotecária e chefe da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, entre os anos de 1950 a 1976, relativa às suas práticas metodológicas na atribuição de autoria das aquarelas da Bahia, e os impactos das suas conclusões no âmbito dos estudos acadêmicos da obra de Maria Graham e das pesquisas históricas referentes ao período da Independência do Brasil.

Logo, após o texto introdutório, adentraremos silenciosos no grande mosaico polifônico que a tese apresenta, deixando-nos guiar apenas pelos límpidos ecos vocais da escritora Maria Graham, do historiador Rodolfo Garcia e da bibliotecária Lygia da Cunha, entrelaçados à pluralidade tonal das vozes anônimas que, através das aquarelas da Bahia, nos revelam as nuances da vida cotidiana e das representações da escravidão urbana na Bahia dos anos da independência do Brasil.

CAPÍTULO 1

OLHOS SENSÍVEIS, ESPELHOS DE UMA ALMA CRÍTICA: MARIA GRAHAM E A REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NOS ANOS DA INDEPENDÊNCIA

“O passado é por definição, um dado que nada modificará, mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”.
Marc Bloch⁶²

1.1 Da pena aos pincéis: diálogos possíveis entre os diários de viagem de Maria Graham e as aquarelas da Bahia do século XIX

Ao refletir sobre como os historiadores apreendem o passado e constroem o seu sentido histórico, voltamos as nossas atenções às lições do medievalista Marc Bloch, que já nos alertava nos idos dos anos 1940, de que só alcançamos o conhecimento dos fatos humanos pretéritos através de vestígios, pegadas, fragmentos e documentos. Logo, questionaria o mestre — “o que entendemos efetivamente por documentos senão ‘vestígios’, quer dizer, a marca perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar?”.⁶³

Como visto acima, Bloch recomenda que diante da evidente impossibilidade de reconstituir o passado tal como ele se deu, os usos dos vestígios humanos nos documentos tornam-se as únicas vias de acesso seguras para que os historiadores transponham os portais do tempo pretérito e alcancem as sociedades antigas, suas práticas, mentalidades e sensibilidades cotidianas. Entretanto, de maneira a dar a ver e a ouvir o que os documentos do passado têm a lhes revelar, os historiadores precisam lançar mão de arsenais teórico-metodológicos que dialoguem com suas perspectivas interpretativas sobre os fatos históricos investigados. Logo, a elaboração das sínteses historiográficas será balizada por uma combinação de procedimentos críticos e interpretativos dos documentos, fundamentados nas sensibilidades individuais, visão de mundo e empatia dos historiadores com os objetos de suas pesquisas. Como visto, a obra historiográfica é uma atividade intelectual que combina elementos poéticos, científicos e filosóficos, onde os fatos históricos, longe de serem dados absolutos, são

⁶²BLOCH, Marc. *A Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 75.

⁶³BLOCH, *A Apologia da História...* p.73.

constructos inteligíveis,⁶⁴ sempre moldados pelas perspectivas pessoais, pelo presente e pela interpretação dos historiadores.⁶⁵ Por conseguinte, embora os documentos e os acontecimentos possam restringir o que podemos dizer sobre o passado, isto não implica que devamos adotar uma única interpretação dos fatos históricos, pois, como lembra Michel de Certeau, todo fato histórico é resultado de uma ação, e, portanto, da afirmação dos procedimentos críticos e metodológicos que permitiram articular uma forma de compreensão dos “fatos”.⁶⁶

Em vista disto, levando em conta a investigação das circunstâncias históricas, políticas e culturais que incidiram nas ações, metodologias, mentalidades, visões de mundo e representatividade social dos sujeitos históricos elencados nesta pesquisa, a presente tese tem como objeto de estudo investigar as fundamentações conceituais e metodológicas que determinaram as divergências dos pareceres de Rodolfo Garcia (1873-1949), e Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha (1922-2009), quanto a Maria Graham (1785-1842), ser ou não, a autora dos trinta e oito desenhos que integram o conjunto de aquarelas da Bahia custodiados na Seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional, FBN, de maneira a comprovar a hipótese de que, a autoria das aquarelas da Bahia justifica-se pela preservação de sua linha de propriedade com o acervo documental privado de Maria Graham. Logo, com base nessa hipótese, demonstraremos que, a despeito das discordâncias postas entre as análises de Garcia e Fonseca, a linha de propriedade, ou seja, a ligação das aquarelas da Bahia enquanto documentos pessoais de Maria Graham, nunca se rompeu. Por conseguinte, foi a partir desse o ponto de convergência entre ambos os pareceres, que o termo “atribuição de autoria a Maria Graham” foi inserido por Lygia da Cunha na catalogação do conjunto de aquarelas da Bahia da Biblioteca Nacional.

Isso posto, o primeiro parecer de autoria das aquarelas, chancelado pelo então diretor da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia, no ano de 1938, foi, anos depois, já na década de 1950, revisado por um novo estudo assinado pela bibliotecária e especialista em gravuras, Lygia da Cunha, que à época, era a chefe da Sessão de Iconografia da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional. Em seu estudo, Lygia da Cunha contestou a autoria das aquarelas da Bahia a Maria Graham, por não haver

⁶⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória* ... p. 37.

⁶⁵ JENKINS, A *História repensada*... p. 33.

⁶⁶ CERTEAU, A *escrita da História*... p. 35.

“condição de se atribuir autoria dos desenhos da Bahia”.⁶⁷ Desde então, as dúvidas quanto a autoria dos desenhos cercara esta documentação, ocultando-a das lentes investigadoras das pesquisas históricas, enquanto que, por outro lado, lançaram luz sobre a arena das disputas latentes entre as premissas historiográficas dos anos 1930 e 1940, e a mudança paradigmática institucional da Biblioteca Nacional ocorrida nos anos 1946.

Em consideração a isso, analisaremos o *corpus* documental compreendido pelas 38 aquarelas de costumes atribuídas à Maria Graham, e que pertencem ao acervo da Seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional, FBN, relacionando-o com as fontes: *Diário de uma viagem ao Brasil*, editado no ano de 1956,⁶⁸ a coleção de iconografia atribuída a escritora e pintora inglesa que integram a coleção *Maria, Lady Callcott* do Departamento de Gravuras e Desenhos do *British Museum*,⁶⁹ e as edições do *Journal of a Residence in India* (1813)⁷⁰ e do *Diário de mi Residencia em Chile* (1824).⁷¹

Faz-se relevante mencionar que na edição brasileira do *Diário de uma viagem ao Brasil*, traduzida para o vernáculo pelo historiador Américo Jacobina Lacombe (1909-1993),⁷² foram adicionadas vinte e duas reproduções fotográficas de gravuras e

⁶⁷ CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Iconografia Baiana do século XIX. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, 1981, p. 151.

⁶⁸ Título original: *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme e Brown; and John Murray, 1824. No Brasil a primeira edição do *Diário de uma viagem ao Brasil* foi publicada pela Editora Companhia Nacional no ano de 1956, e, posteriormente, no ano de 1999, a Editora Itatiaia em parceria com a Editora Universidade de São Paulo, reeditou o *Diário de uma viagem ao Brasil*. GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

⁶⁹ O acervo relacionado aos esboços e gravuras de Maria Graham alusivos à América do Sul, e os respectivos números de catalogação do museu dado a tais obras, podem ser acessados no link disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-14-1-261 Acesso em: 12 de junho de 2024.

⁷⁰ GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in India*. Edinburgh: Printed by George Ramsay and company, for Archibald Constable and Company, and Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown. London, 1813. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

⁷¹ GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row; and John Murray-Albemarle-Street-1824. Madri: Editorial América, 1916.

⁷² Américo Jacobina Lacombe, historiador, nasceu no Rio de Janeiro em 1909 e faleceu na mesma cidade no ano de 1993. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorou-se na mesma Universidade. Foi Secretário do Conselho Nacional da Educação de 1931 a 1932, Diretor da Casa e Rui Barbosa e depois Presidente da mesma Instituição desde 1939. Sócio Efetivo do IHGB em setembro de 1945, benemérito em agosto de 1968 e Grande Benemérito em maio 1971. Foi Presidente do IHGB em 1985, sucedendo Pedro Calmon. Possui vasta obra historiográfica, onde destacamos sua contribuição por meio das suas traduções para o vernáculo, das obras literárias de Maria Graham no Brasil, como o *Diário de uma Viagem ao Brasil* publicado em 1956 e *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e Cartas*

desenhos inéditos de autoria de Maria Graham, doadas pelo embaixador Joaquim de Souza Leão Filho à Companhia Editora Nacional,⁷³ às demais onze gravuras que integravam originalmente a edição do *Journal of a Voyage to Brazil and Residence there during part of the Years 1821, 1822, 1823*, publicada em Londres no ano de 1824. De acordo com o tradutor Américo Jacobina Lacombe, tais cópias fotográficas doadas pelo diplomata pernambucano foram obtidas a partir dos desenhos originais cedidos para o *British Museum* pelo viúvo da autora, Sir Augustus Wall Callcott (1779-1844),⁷⁴ no ano de 1845.⁷⁵ Convém ressaltar, igualmente, que a edição brasileira do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956) foi acrescida das anotações pessoais de Maria Graham redigidas durante a sua segunda viagem ao Brasil no ano de 1824, as quais foram transcritas do manuscrito original da própria autora, exemplar este, adquirido por

Anexas, publicada no ano de 1940. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ajlacombe.html> Acesso em 24 de maio de 2024.

⁷³ A edição brasileira do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), carece de uma revisão quanto ao ano que o Embaixador pernambucano Joaquim de Souza Leão Filho doou os desenhos de Maria Graham à Companhia Editora Nacional. Pelos dados que colhemos, cruzando informações da biografia pessoal e da trajetória profissional do Embaixador, o ano provável de ter sido realizada a doação dos desenhos de Maria Graham a Editora Companhia Nacional é o de 1949, e não o ano de 1849, como consta na “Advertência do Tradutor”, página XII, da citada edição. Registre-se que o Embaixador Joaquim de Souza Leão Filho nasceu a 9 de setembro de 1897, na cidade pernambucana de Jaboatão dos Guararapes e faleceu no dia 24 de abril de 1976, na cidade de Siquara, no Estado do Rio de Janeiro. N/A.

⁷⁴ O pintor inglês Sir Augustus Callcott (1779-1844), nasceu em Londres e alcançou ao longo da sua vida um grande sucesso como pintor de paisagens na Inglaterra, chegando a integrar em 1806, a Royal Academy of Arts. Em carta para a Imperatriz Leopoldina datada de 2 de novembro de 1826, Maria Graham anuncia para a querida amiga o motivo que a levou decidir a se casar novamente, e em seguida, descreve as virtudes do seu futuro marido: “Estando cansada de viver só neste mundo, não me recusei em casar-me novamente – mas não será senão no mês de fevereiro que isto se dará. O homem que escolhi é um pintor[...]Chama-se Callcott. É um belo homem, de 47 anos que muito me ama e me amou há muito tempo. GRAHAM, Maria. *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997, p. 53.

⁷⁵ Relativo ao acréscimo dos vinte e um desenhos inéditos de Maria Graham na edição brasileira do *Diário de uma viagem ao Brasil* publicados pela Companhia Editora Nacional no ano de 1956, o historiador e tradutor Américo Jacobina Lacombe esclarece ao leitor na “Advertência do Tradutor” daquela edição: “É esta a primeira tradução integral do jornal de Maria Graham (Maria e não Mary, como insistem em escrever muitos autores).[...]As ilustrações desta edição exigem, ainda, uma explicação especial. Em 1845, Sir William Callcott, viúvo da autora, legou ao *British Museum* uma centena de desenhos relativos às viagens ao Brasil. Em 1849[?], obteve o Embaixador Joaquim de Souza Leão Filho uma coleção de fotografias desses debuxos que cedeu à Companhia Editora Nacional e aqui se publicam pela primeira vez por gentileza daquele historiador. São todos de autoria de Maria Graham”. LACOMBE, Américo Jacobina. Advertência do Tradutor. In: *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. XII. Ressaltamos, entretanto, que Sir Augustus Wall Callcott, viúvo de Maria, Lady Callcott, pelo segundo casamento, doou para o *British Museum* no ano de 1844, uma grande coleção de esboços de desenhos, gravuras e aquarelas da autora, referentes às suas viagens a Itália, Índia e América do Sul. Contudo, por motivos administrativos relacionados a troca de direção do Museu, a coleção só foi catalogada no ano seguinte de 1845. Para maiores informações: disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1878-0713-4562 Acesso em 12 de junho de 2024.

Oliveira Lima, por compra ao livreiro londrino, *Casa Edwards*,⁷⁶ no ano de 1906. Sublinhamos que tal volume de valor histórico, encontra-se permanentemente sob a custódia da *Lima Library*, da *Catholic University of America*, em Washington, U. S. A. Segundo o relato de próprio punho de Oliveira Lima no texto introdutório do “Apêndice II” do *Diário de uma viagem ao Brasil*:

Há um deus para os bibliômanos. Nem vejo por que deixaria de existir, havendo-se para os borrachos, que são personagens mais ruidosos, mas menos interessantes. A esse deus, devo o ter adquirido recentemente um livro único: o exemplar, que pertenceu à autora, da *Viagem ao Brasil* de Mrs. Graham[...] Ao embarcar em obediência ao apelo imperial, Mrs. Graham trouxe consigo um exemplar entremeado de páginas em branco da sua obra sobre o Brasil (a qual teve por completo outra do Chile) que acabava de ser editada em Londres. Era seu intuito corrigi-la e aumentá-la com novas observações e novos fatos, com vista numa futura edição. Este exemplar, largamente usado pela autora, foi que me coube a boa fortuna de encontrar numa livraria de Londres, a Casa Edwards, ainda conservando dentro, como marca de página, um cartão de visita do Barão de Mareschal, Encarregado de Negócios da Áustria no Rio de Janeiro, por ocasião da Independência e dos começos do Primeiro Reinado.⁷⁷

Como pode ser observado, muitas foram as motivações que nos levaram a esta investigação histórica. Em vista disso, neste subcapítulo, serão apresentadas as aproximações entre as trinta e oito imagens que compõem o conjunto de aquarelas da Bahia do Século XIX, doravante mencionado, aquarelas da Bahia, em relação a uma seleção de esboços, desenhos e gravuras ainda inéditos no Brasil e publicados por Maria Graham em seus diários de viagem da Itália, Índia, Chile e Brasil, custodiados no *British Museum*, quanto a esta seleção de imagens apresentar ou não, identificação de autoria ou legendas explicativas.

Destacaremos ainda, as conexões e os encadeamentos temporais, geográficos e temáticos das cenas de caracterização etnográfica e de costumes da paisagem social do

⁷⁶ Edward Daniel (1807-1892) foi um grande negociante e belas artes e gravuras em Londres desde o século XIX ao XX. Em atividade já no ano de 1827, a Casa de Leilões P&D, de sua propriedade, foi a responsável por uma expressiva circulação de obras de Maria Graham no mercado de leilões europeus, como também intermediou boa parte da venda das obras da pintora para o *British Museum*. No século XX, sucedeu na administração da Casa de Leilões, Walter V. Daniel, de quem Oliveira Lima adquiriu no ano de 1906, o volume original do *Journal of a Voyage to Brazil* que pertencera a própria autora. N/A. Para maiores informações, acesse o link: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1878-0713-4562 Acesso em 12 de junho de 2024.

⁷⁷ LIMA, Mrs. Graham e a Confederação do Equador... p. 374.

Brasil oitocentista, retratadas nas aquarelas da Bahia, com os excertos selecionados no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), tendo como critério metodológico uma análise comparativa entre as aquarelas em questão e os fragmentos narrativos selecionados.

Devemos ressaltar, oportunamente, que não há estudos históricos pretéritos que tenham discutido o problema historiográfico sobre o qual esta tese se debruça, da mesma forma que não encontramos pesquisas acadêmicas contemporâneas que apresentassem revisões críticas relativas aos pareceres de autoria das aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham, sob a perspectiva investigativa do campo da História Cultural. Por tudo isso posto, o conjunto documental em questão têm sido relegado ao limbo do esquecimento pelos pesquisadores acadêmicos, sejam eles das áreas da História, ou de outros campos afins das ciências humanas e sociais. Acreditamos que a razão da ausência de trabalhos que priorizem análises referentes as citadas aquarelas, sejam as incertezas suscitadas pela antiga controvérsia quanto a autoria, instaurada pelo parecer de Lygia da Cunha na década de 1950, fato este, que pôde ser confirmado na argumentação de Maria de Fátima Medeiros, quando justificou que o motivo de não ter incluído as aquarelas da Bahia nas pesquisas para a sua tese de doutoramento foi precisamente a “contestação da autoria por parte de Cunha”,⁷⁸ como demonstrado a seguir:

No acervo da Biblioteca Nacional, um conjunto de desenhos e de aquarelas que registraram os costumes e as vestimentas da população de Pernambuco, Bahia e do Rio de Janeiro aparece como parte da Iconografia de Maria Graham. Porém, Lygia Cunha, chefe da Iconografia da Biblioteca Nacional entre 1945 e 1976, questionou a atribuição desse conjunto de ilustrações à Graham: “Se confrontados com os desenhos de Maria Graham, existentes no British Museum e já reproduzidos na tradução portuguesa de seu livro, será fácil perceber a diferença. Admite-se que tais desenhos tenham sido obtidos por Maria Graham de amadores ou artistas que esporadicamente passaram pela Bahia e Pernambuco, na mesma época em que por ali passara a viajante inglesa e foram guardados juntamente com seus manuscritos”.⁷⁹

Frente a essa contestação de autoria por parte de Cunha, esta tese não tratará dessas ilustrações de costumes.

⁷⁸ SOUZA, Maria de Fátima Medeiros. *Viajar, observar e registrar: coleção e circulação da produção visual de Maria Graham*. Tese (Doutorado em Artes Visuais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

⁷⁹CUNHA, *Anais da Biblioteca Nacional...*p.151.

Pelo exposto, e em vista da argumentação de Lygia da Cunha no parecer que será apresentado nesse capítulo, analisaremos os caminhos metodológicos trilhados por Rodolfo Garcia e Lygia da Cunha, tendo como parâmetros investigativos a noção de intersubjetividades compreensíveis e verificáveis concebida por Wolfgang Mommsen,⁸⁰ complementada pela abordagem da micro análise de Carlo Ginzburg.⁸¹ Tal escolha tem como propósito, identificar entre os documentos consultados os indícios de complementariedades e interconexões recíprocas que auxiliem na revisão crítica quanto as formulações conceituais que inspiraram os dois pareceres de atribuição autoral do conjunto de aquarelas da Bahia.⁸² Ressaltamos, a propósito, que tanto a curadoria do álbum, quanto a descrição e as especificações técnicas que integram as imagens, são de autoria de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, e foram reproduzidas no presente estudo, tal como constam no seu parecer intitulado *Iconografia Baiana do Século XIX*, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, pg. 147-156, 1981. A reprodução do *corpus* documental desta pesquisa integra a Coleção Maria Graham[Maria Callcott],⁸³ da Biblioteca Nacional, cujo acervo disponibilizado no site da BN Digital,⁸⁴ pode ser acessado com o termo de busca simples: Maria, Lady Callcott.

⁸⁰ Wolfgang Mommsen, propõe três abordagens teórico-metodológicas para examinar a pertinência das diversas versões interpretativas dos documentos e fatos históricos: compará-las com outras fontes relevantes, verificar se todas as informações anteriores foram consideradas e se o mais recente estágio de investigação foi tomado em consideração; avaliar se essas interpretações conseguem abranger todos os dados históricos disponíveis; verificar se as explicações explícitas ou implícitas são consistentes, rigorosas e não contraditórias. MOMMSEN, W. J. Social Conditioning and Social Relevance In: *Historical Judgment*. In: *History and Theory Studies in the Philosophy of History*. XVII, Supl. 17 (Historical Consciousness and Political Action), pp. 19-35, 1978. *apud* LE GOFF, Jacques. *História e Memória*- 1º Volume: História. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 31.

⁸¹ De acordo com o historiador Carlo Ginzburg, este método funciona como uma ferramenta auxiliar, permitindo que o conhecedor de arte se assemelhe a um detetive. Isso ocorre quando ele identifica o autor desconhecido de uma obra de arte por meio de exames minuciosos de detalhes que passam despercebidos para a maioria das pessoas. GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras. 2014, p. 145.

⁸² Para a identificação do conjunto de aquarelas da Bahia do século XIX atribuído à Maria Graham, utilizarei a descrição tipológica apresentada no parecer de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha sobre a autoria das imagens publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, V. 101, pg. 147-156, 1981. Ressalto, que na descrição das imagens, ao título original da obra em inglês foi acrescida a sua tradução para o vernáculo, seguida da informação sobre a técnica artística empregada e das dimensões da obra. (N. A).

⁸³ O acervo documental que integra a Coleção Maria Graham está relacionado no *Guia de Coleções a Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: FBN, 2018.

⁸⁴ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Acesso em: 12 de junho de 2024.

Tabela 1: Identificação das aquarelas da Bahia⁸⁵

FONTES ICONOGRÁFICAS PERTENCENTES AO CONJUNTO DE AQUARELAS DA BAHIA DO SÉCULO XIX SOB A GUARDA DA SEÇÃO DE ICONOGRAFIA DA FBN	
	Identificação: Ganhadores - Bahia Descrição: negros de ganho, levando carga, caminham em ordem ritmada por cadência. O artista transmite com rara felicidade uma informação iconográfica, acentuando inclusive a posição do pé, idêntica em todos os elementos do grupo. Aquarela - 138x190
	Identificação: Ganhadores - Bahia Descrição: cena muito semelhante, contudo sem a presença do coqueiro e registrando diferenças nas vestimentas dos carregadores Aquarela - 108x160
	Identificação: Bread seller - Bahia Vendedor de pão (enorme cesta à cabeça) Aquarela - 130x78

⁸⁵Quanto à identificação temática do conjunto de aquarelas, consta no parecer de Lygia da Cunha a explicação que se segue: “O conjunto de aquarelas sobre a Bahia foi grupado e numerado, com legendas explicativas, a tinta, acrescentadas na montagem. Cada peça foi, posteriormente, colada em álbum formando um conjunto sobre a Bahia e um conjunto sobre Pernambuco (já divulgado). Não há condições de se atribuir autoria dos desenhos da Bahia, enquanto os desenhos de Pernambuco pertencem a H. Lewis”. CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Iconografia Baiana do Século XIX. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, V. 101, pg. 147-156, 1981.

	Identificação: Milk vender - Bahia Vendedor de leite
	Identificação: Milkman - Bahia Leiteiro Aquarela colorida-146x111
	Aquarela Identificação: Market Woman Mulher de Mercado Aquarela - 105x85colorida-135x89
	Identificação: Seller of prints etc. - Bahia Vendedora de chitas etc. (com o filho nas costas) Aquarela colorida-130x78



Identificação: **Market Woman**
Mulher de mercado
 Aquarela-105x85



Identificação: **Fish woman - Bahia**
Vendedora de peixe - Bahia
 Aquarela colorida-135x87



Identificação: **Fruits woman - Bahia**
Vendedora de frutas
 Aquarela-133x78



Identificação: **Seller of smallwares,
 sweetmeat, etc. - Bahia**
Vendedora de doces
 Aquarela colorida-60x114



Identificação: **Seller of sweetmeets-
(Doce) Bahia**
Aquarela-130x79



Identificação: **Water Carrier - Bahia**
carregador de água
Aquarela colorida-130x75



Identificação: **Market woman and water
carrier - Bahia**
**Mulher de mercado; carregadora de
água**
Aquarela colorida-115x145



Identificação: **Market woman-Bahia**
Mulher no Mercado
Aquarela-30x75



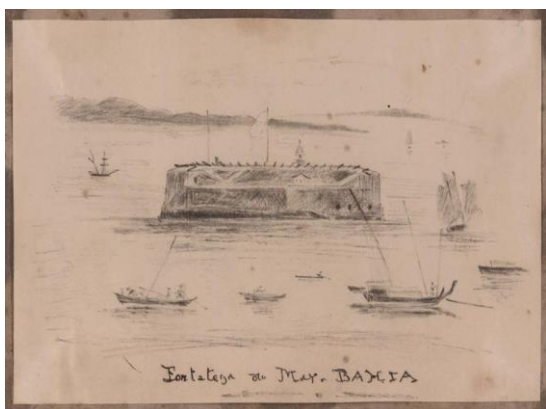
Identificação: **Holiday dress**
Indumentária de dia de festa
 Aquarela colorida-108x86
 A riqueza do vestuário e o pote à cabeça
 sugerem a festa do Bonfim.



Identificação: **Holiday dress-Bahia**
Roupa de festa
 Aquarela colorida-135x114
 Identificação: **Brazilian Slaves**
Escravos, carregando barril
 Aguada de nanquim e tinta-58x18
 Identificação: **Vista de um lugarejo no**
interior do recôncavo, ao fundo
montanhas
 Aguada de nanquim-50x126



Identificação: **The Harbour and the bay**
of Bahia
O recôncavo e a baía da Bahia
 Aquarela colorida-163x275



Identificação: **Fortaleza do Mar-Bahia**
Forte de São Marcelo, também
chamado do Mar
 Desenho a lápis-95x154



Identificação: **Fisherman's Hut-Bahia**
Cabana de Pescador
 Aquarela colorida-135x190



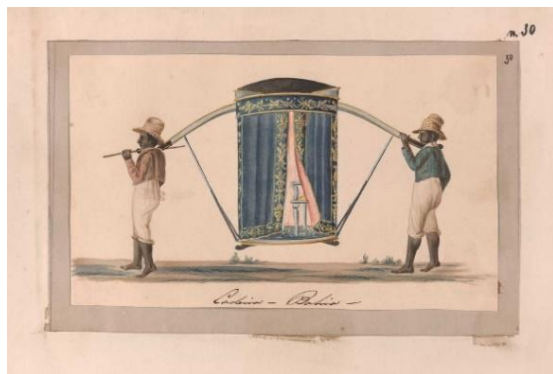
Identificação: **Fishermen in jangada and**
Canoe-Bahia
Pescadores com jangada e canoa
 Aquarela colorida-100x123



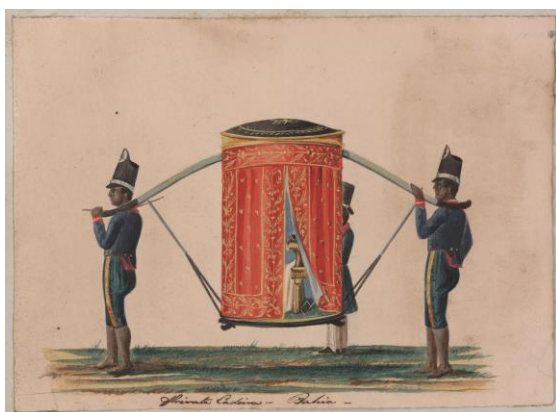
Identificação: **Bahia-Um Barco**
 Aquarela 127x173



Identificação: **Cadeira-Bahia**
 Aquarela-108x174



Identificação: **Cadeira-Bahia**[i. é. **Serpentina**]
Modelo semelhante ao anterior, sem tanto apuro nos andas.
Aquarela-105x158



Identificação: **Private Cadeira**
Aquarela- Sem dimensões especificadas



Identificação: **Bishop's Carriage-Bahia**
A carruagem do Bispo (traquitana, puxada por duas pares de cavalos, por dois sotas e um boleiro).
Aquarela-108x173



Identificação: **São Francisco – Carmo-Bahia**
Aquarela-135x119



Identificação: **São Francisco- Carmo-
Bahia**

Aquarela- 125x165



Identificação: **Procession of the Host
(Sacramento) - Bahia**

Procissão do Santíssimo

Sacramento, atravassendo a rua. Na frente os coroinhas e membros da irmandade com velas e lanternas acesas, turíbulo e cruz alçada; o padre, sob o pálio carregado pelos irmãos de opa vermelha. Fecham o cortejo 4 soldados de cabeça descoberta e armas ao ombro (fuzil).

Aquarela-136x190



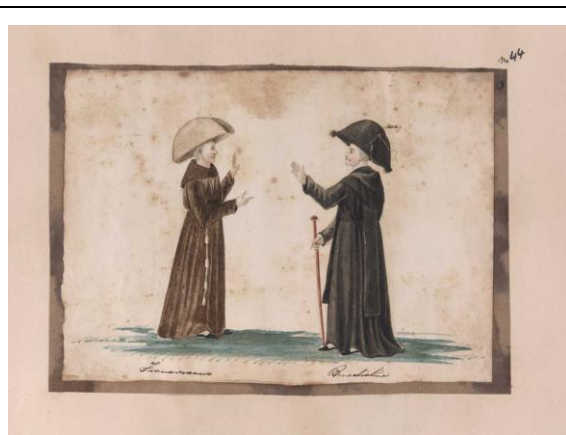
Identificação: **Benedictinos- Capuchinhos**

Aquarela-108x158



Identificação: **Franciscano- Carmelita**

Aquarela-108x160



Identificação: **Franciscano- Beneditino**
Aquarela-108x160



Identificação: **Carmo- Penha (Italian) - Bahia**
Aquarela-138x190



Identificação: **Going to Mass-Bahia**
Duas figuras femininas, vestidas com apuro; a mais jovem com a cabeça descoberta, a mais idosa de matilha e capuz.
Aquarela- 120x165



Identificação: **Batalhão Provisório da Bahia**
Uniforme branco, barrete azul com as iniciais BPB; armado de fuzil e espadim-oficial.
Aquarela-160x112

	Identificação: Soldier[do Batalhão Provisório da Bahia] A mesma farda, soldado em outra posição Aquarela- 137x88
	Identificação: Police- Bahia Aquarela-136x90
	Identificação: Convicts-Bahia Prisioneiros Aquarela- sem dimensões especificadas

1.2 Um breve histórico da polêmica em torno da atribuição de autoria das aquarelas da Bahia do século XIX

Antigos funcionários da Biblioteca Nacional entre os anos 1932 a 2000, respectivamente, Rodolfo Amorim Garcia e Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, são, segundo Gilberto Vilar de Carvalho, reconhecidos intelectuais que ocuparam uma “posição relevante na vida cultural do Brasil”.⁸⁶ Isso posto, o primeiro parecer de

⁸⁶ CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional. 1807-1990*. Rio de Janeiro: Editora Irradiação Cultural, 1994, p. 190.

autoria envolvendo as aquarelas da Bahia ocorreu no ano de 1938, quando o então diretor da Biblioteca Nacional, o historiador Rodolfo Garcia, após adquirir para a instituição parte do Espólio Literário e Artístico que havia pertencido a Maria Graham, atribuiu a autoria do conjunto de aquarelas a escritora, pintora e viajante inglesa.

Historiador, estudioso erudito e editor, Rodolfo Garcia foi diretor da Biblioteca Nacional desde 1932 a 1945, dedicando-se à coleta, ampliação, divulgação e publicação dos acervos históricos. Dono de vasta erudição e reconhecido pelos seus pares por sua generosa e inesgotável ilustração, Garcia dedicou grande parte de seu tempo aos “esforços de classificação[de acervos], especialmente os que se configuraram na escolha dos materiais para publicar, na atribuição de autoria e na definição de especialidades no campo da História”.⁸⁷ Entre as suas inúmeras contribuições historiográficas e de editoração de documentos históricos, está a reedição dos *Anais da Biblioteca Nacional*,⁸⁸ cujo primeiro volume foi publicado em 1876 durante a gestão de Benjamim Franklin Galvão. Contudo, no ano de 1928, já nos tempos de Mário Marinho de Carvalho Behring (1924-1932) à frente da Biblioteca Nacional, a publicação dos *Anais* foi interrompida voltando a ser editado na administração de Rodolfo Garcia.

No histórico arquivístico da Biblioteca Nacional sobre a aquisição do Espólio Artístico e Literário de Maria Graham no Brasil,⁸⁹ consta que a compra foi feita do livreiro-antiquário londrino Walter Spencer, por intermédio do também livreiro Erich

⁸⁷ BRONSTRUP, Gabriela D’Avila. Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da História-1932-1945. In: VARELA, Flávia Florentino; ANHEZINI, Karina (orgs.). *Desafios e Caminhos da Teoria e da História da historiografia*. Mariana- MG: Editora SBTHH, 2018, p. 148.

⁸⁸ Os *Anais da Biblioteca Nacional* é a publicação mais antiga da Biblioteca Nacional (circula desde 1876). O seu objetivo é apresentar o acervo da instituição, por meio, principalmente, de inventários, transcrições de documentos, estudos e pesquisas, e os conteúdos de atividades técnicas e culturais desenvolvidas anualmente na instituição, como seminários e ciclos de palestras. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/anais-biblioteca-nacional-vol60> Acesso em: 23/05/2024.

⁸⁹ Sobre a história arquivística da compra do Espólio Literário e Artístico de Maria Graham pela BN encontramos que “a BN comprou em 1938 da Livraria Kosmos, por meio de Erich Eichner, parte dos documentos artísticos e literários de Maria Graham. Esses documentos, por sua vez, tinham sido adquiridos pela Kosmos de Walter T. Spencer, livreiro de Londres. Procedência: compra a Livraria Kosmos em dezembro de 1938, por 2: 000\$000”. PEREZ, Eliana (org.). *Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008, p. 411-415. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2019/20190312_guia-4980.pdf Acesso em: 25 de maio de 2024.

Eichmer, proprietário da Livraria Kosmos⁹⁰ no Rio de Janeiro, em dezembro de 1938, pela soma de 2: 000\$000 (dois mil réis). Por conseguinte, passados então dois anos da aquisição inaugural, o Espólio Literário de Maria Graham foi publicado ineditamente no Brasil nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LX, 1938, sob o título de “*Maria Graham no Brasil*”, cuja tradução dos originais manuscritos do inglês para o vernáculo, coube ao historiador Américo Jacobina Lacombe, à época, diretor da Casa de Rui Barbosa. No Sumário dos *Anais* estão descritos os documentos que a partir daquela data foram divulgados para o mundo pela primeira vez. Dentre o conjunto de documentos adquiridos, Rodolfo Garcia selecionou as fontes textuais agrupando-as como a seguir:

⁹⁰A Livraria Kosmos-Erich Eichner e Cia-Ltda é uma antiga e tradicional livraria do Rio de Janeiro fundada no ano de 1935 pelo imigrante austríaco Erich Eichner. À época da intermediação para a compra do Espólio Literário de Maria Graham pela Biblioteca Nacional, a Livraria Kosmos funcionava na rua do Rosário nº 135/137, no centro do Rio de Janeiro. Atualmente o estabelecimento funciona na Rua Uruguaiana, 118, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://acervo.if.usp.br/index.php/orcamentos-de-livraria-kosmos-erich-eichner-cia-ltda> Acesso em: 23 de maio de 2024.

*I-Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz D. Leopoldina*⁹¹ e *cartas anexas*^{92, 93, 94} *II- Escorço Biográfico de D. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro*⁹⁵. As fontes iconográficas que integravam o Espólio Literário e Artístico da escritora inglesa, estavam reunidas no álbum *Vistas, Tipos e Meios de Transporte da Bahia e Pernambuco*, composto por sessenta e duas aquarelas, que naquela ocasião foi inteiramente atribuído a Maria Graham, sendo mais tarde divididas as atribuições por Lygia da Cunha entre Graham e o pintor inglês H. Lewis, por constar a assinatura do próprio autor nos desenhos atribuídos a ele por Lygia. Na sessão introdutória da publicação nos *Anais*, v. LX, 1938, denominada *Explicação*, Rodolfo Garcia revela as circunstâncias em que se deu a aquisição do Espólio Literário e Artístico de Maria Graham, deixando o pesquisador entre ouvir na fonte, os ecos de um

⁹¹ A Arquiduquesa Austríaca Maria Leopoldina (1797-1826) chegou ao Brasil para casar-se com o Príncipe d. Pedro em 1817 e tornar-se a primeira Imperatriz brasileira do ano de 1822, até a sua morte prematura aos 29 anos de idade, em dezembro de 1822. D. Leopoldina foi uma intelectual que teve participação ativa no processo de Independência do Brasil. Com a chegada de Maria Graham ao palácio de São Cristóvão em setembro de 1824 para ocupar a função de governanta da princesa d. Maria da Glória, as duas mulheres tornaram-se grandes amigas e confidentes, pois que a Imperatriz, que sofria do desrespeito e preconceito da corte palaciana portuguesa por motivo da sua nacionalidade “estrangeira”, encontrou na amiga inglesa alguém com quem pudesse dialogar e compartilhar saberes referentes ao mundo das letras, artes, ciências naturais e filosofia. Ao longo dos anos de 1824, 1825 e 1826, Maria Graham e a Imperatriz d. Leopoldina trocaram vasta correspondência epistolar, que perdurou até a morte da monarca. PORTO, Denise G. *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

⁹² Sir Charles Stuart (1779-1845) foi um diplomata britânico, ministro plenipotenciário de Portugal e intermediário nas negociações pelo reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal no ano de 1825. Sir Charles Stuart teve importante atuação para que Maria Graham conseguisse as licenças necessárias e o passaporte para retornar finalmente a Inglaterra em outubro de 1825. Após transcorrido um ano desde a sua saída das funções de governanta da princesa d. Maria da Glória no Palácio de São Cristóvão, em setembro de 1824, Maria Graham pode finalmente embarcar no navio *Sibillia*, a mesma embarcação que levava os despachos oficiais anunciando o desfecho favorável do acordo de reconhecimento da Independência do Brasil firmado entre Portugal e o Brasil. Naquele momento, a escritora inglesa recebeu pessoalmente de Sir Charles Stuart, um bilhete incumbindo-a de entregar para a sua esposa os presentes que ele estava lhe enviando. PORTO, Denise G. *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

⁹³ Barão de Mareschal (1784-1851) Wenzel Phillip Leopold, Barão de Mareschal foi Embaixador da Áustria Brasil, tendo exercido as suas funções diplomáticas em terras brasileiras dos anos de 1819 a 1830, primeiramente como Secretário da Legação da Áustria no Rio de Janeiro, para mais tarde, alcançar a posição de embaixador. Disponível em: https://atom.itamaraty.gov.br/index.php/min-281-3-7-1827-09-03:isad?sf_culture=fr Acesso em 10 de maio de 2024.

⁹⁴ O diplomata britânico Sir Robert Gordon (1791-1847) foi um Enviado Extraordinário ao Brasil, para negociar o Tratado Britânico de 1826 que proibia o comércio de escravizados africanos. Em 2 de julho de 1827, o Parlamento do Reino Unido aprovou a legislação e fez cumprir o Tratado de Tráfico de escravos, convenção com o Brasil, Lei 1827. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/> Acesso em: 10 de maio de 2024.

⁹⁵ *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1938, vol. LX, Rio de Janeiro: 1940. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630_1938_00060.pdf Acesso em 23 de maio de 2024.

tom genuinamente otimista quanto à contribuição inédita destes documentos testemunhais para os estudos da “História do Brasil Independente”:

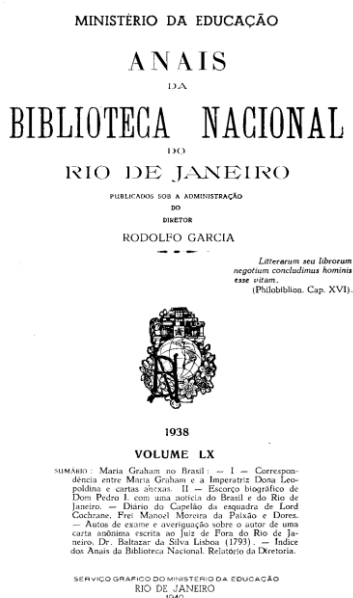
Por diligência do prestimoso Sr. Erich Eichner, da Livraria Kosmos, desta Capital, adquiriu a Biblioteca Nacional, em 1938, do Sr. Walter T. Spencer, livreiro-antiquário de Londres, uma parte do espólio literário e artístico de Maria Graham, constante da correspondência epistolar entre ela e a Imperatriz Maria Leopoldina, acompanhada de algumas cartas do Barão de Mareschal, de Sir Charles Stuart, de Sir Robert Gordon, e de sessenta e uma pequenas aquarelas de sua autoria, representando aspectos, tipos e costumes do Brasil.

Essa feliz aquisição proporciona aos *Anais da Biblioteca* a oportunidade de inserir no presente volume a Correspondência e o Escorço biográfico, que são escritos absolutamente inéditos e de particular interesse para a história dos primórdios do Brasil independente.

Da tradução para o vernáculo encarregou-se gentilmente o jovem e ilustrado Professor Américo Jacobina Lacombe, Diretor da Casa de Rui Barbosa, que se desempenhou da tarefa com zelo e a diligência que todos lhe reconhecem, oferecendo uma versão tão elegante e fiel quanto era justo exigir[...].

[...]Por tudo quanto fica sumariamente apontado nessas linhas, o que se vai ler nas páginas seguintes apresenta aos estudiosos minúcias e novidades dignas de despertar sua atenção para essa fase da História do Brasil que, embora bastante versada, não dispensa para sua maior clareza os depoimentos que lhe possam trazer testemunhas fidedignas, com mais fortes razões quando o depoente, que vem a juízo, pertence à sublimada categoria de Maria Graham.⁹⁶

⁹⁶ GARCIA, Rodolfo. Maria Graham no Brasil. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LX, 1938. Rio de Janeiro, 1940.

Figura1: Anais da Biblioteca Nacional v. LX, 1938

Naquela ocasião, Rodolfo Garcia atribuiu a autoria integral do álbum adquirido *Vistas, Tipos e Meios de Transporte da Bahia e Pernambuco*, a escritora inglesa. Os parâmetros que Rodolfo Garcia utilizou para analisar o conjunto iconográfico, atribuindo aos desenhos um estatuto “representando aspectos, tipos e costumes do Brasil” apontam que para ele, as aquarelas se relacionavam implícita e explicitamente aos contextos temáticos e históricos do conjunto documental de manuscritos agrupados ao Espólio de Maria Graham, o que corrobora para a assertiva de Paulo Knauss, de que “a erudição significa, sobretudo, não reduzir o objeto de estudo, o estudo da imagem, a ela mesma. A erudição significa colocar em diálogo, considerar qual o diálogo que a imagem estabelece em sua criação, na sua circulação, qual é a sua procedência.”.⁹⁷ Isso posto, com a indiscutível chancela historiográfica de Américo Jacobina Lacombe, como tradutor dos manuscritos, os documentos foram compilados em uma publicação dos *Anais* da BN e a partir disso, tornados públicos para consultas acadêmicas. Todo esse relevante esforço intelectual de Rodolfo Garcia em adquirir e divulgar a obra de Maria Graham e de tornar os documentos acessíveis aos pesquisadores brasileiros, é ressignificado até os dias atuais, a cada nova consulta ao conjunto de aquarelas da Bahia

⁹⁷ KNAUSS, Paulo. No domínio dos acervos: história e as práticas do olhar. *Revista Maracanan*, vol. 12, n. 14, p. 12-24, jan/jun. 2016.

no acervo do Setor de Iconografia da Biblioteca Nacional, e na reedição dos livros de Maria Graham pelo mercado editorial brasileiro.

Passados então cinquenta e sete anos desde publicação inaugural do Espólio Literário de Maria Graham, Américo Jacobina Lacombe relembrou no texto de *Apresentação* do livro *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e Cartas Anexas*, obra organizada e traduzida por ele, e, publicada pela Editora Itatiaia em 1997,⁹⁸ o dia em que a documentação chegou às mãos de Rodolfo Garcia. Nesse relato memorial é possível identificar o impacto e a expectativa que tal aquisição provocou nos meios letrados dos estudiosos da História do Brasil dos anos 1930, como nota-se, igualmente, a distinção dada ao “sábio pesquisador” Rodolfo Garcia pelo interesse e esforços pessoais para a aquisição dos documentos de Maria Graham pela Biblioteca Nacional. Américo Jacobina Lacombe destacou ainda, a festejada recepção da notícia da compra pela imprensa carioca, publicada na coluna do jornalista Carlos Pontes, no *Correio da Manhã* de 29 de outubro de 1940.⁹⁹

[...] A publicação desses documentos mereceu uma excelente recensão em artigo de Carlos Pontes no *Correio da Manhã* de 29 de outubro de 1940[...] A divulgação desses preciosos documentos é mais uma benemerência que fica o Brasil devendo ao esclarecido editor que vem fornecendo aos estudiosos os mais preciosos elementos para a compreensão de nossa História.¹⁰⁰

Com tudo isso exposto, cabe acrescentar que segundo Ana Cecília Martins, Marcela Miller e Monica Sochaczewski,¹⁰¹ desde a data da incorporação do Espólio de Maria Graham ao acervo da Biblioteca Nacional, as aquarelas “teriam sido guardadas

⁹⁸ GRAHAM, Maria. *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e Cartas anexas*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

⁹⁹ A matéria assinada pelo jornalista Carlos Pontes no *Correio da Manhã* do dia 29 de outubro de 1940 divulga entusiasticamente a aquisição do espólio literário e artístico de Maria Graham adquirido pela Biblioteca Nacional e enfatiza a eficiência e o interesse do diretor da Instituição em atualizar na sua gestão (1932-1945), as publicações dos *Anais* que não eram editados desde o ano de 1924: “A gestão do Sr. Rodolfo Garcia que não conta dois lustros de existência, têm-se caracterizado de forma admirável por uma fecunda atividade: basta assinalar que os *Annaes* que se vinham arrastando no atraso de alguns anos, dentro de poucos dias terão[...]retornado o ritmo de sua pontualidade”. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=%22Anais%22%20%22%20Biblioteca%20Nacional%22&pagfis=3722 Acesso em 17 de abril de 2024.

¹⁰⁰ LACOMBE, *Correspondência entre Maria Graham ...*p. 28.

¹⁰¹ MARTINS; MILLER; SOCHACZEWSKI, *Iconografia Baiana do Século XIX...* p. 69.

junto com seus manuscritos”, o que caracterizaria, *a priori*, a validação da atribuição de autoria conferida por Rodolfo Garcia ao conjunto de aquarelas da Bahia, por este integrar o Espólio documental de propriedade privada de Maria Graham.

Mencionamos a seguir, que o segundo parecer de autoria das aquarelas da Bahia foi conferido pela especialista em gravuras e chefe da Sessão de Iconografia e Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, na década de 1950, quando ela, após “estudar com mais minúcia o conjunto de aquarelas”,¹⁰² asseverou não ser de Maria Graham a autoria das mesmas. Bibliotecária diplomada no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1940, na gestão do diretor Rodolfo Garcia, Lygia da Cunha faz parte de uma geração de intelectuais que se dedicou aos estudos e especializações técnicas, teóricas e metodológicas em suas áreas do saber. Segundo Maria de Lurdes Viana Lyra:

Pioneira na área da biblioteconomia no Brasil, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha também se destaca pelo profundo conhecimento adquirido no campo da imagem gravada. Seu magnífico trabalho de catalogação e análise da documentação iconográfica existente na Biblioteca Nacional, sobretudo aquela produzida no século XIX referente ao Rio de Janeiro e aos viajantes, a torna ainda precursora no estudo da gravura no Brasil.¹⁰³

Reconhecida pelos seus pares como “fonte obrigatória da área de informação iconográfica”,¹⁰⁴ Lygia da Cunha se distinguiu por realizar a catalogação do acervo iconográfico da Biblioteca Nacional e de contribuir com a divulgação do mesmo por meio de uma extensa produção bibliográfica sobre o tema. O parecer de Lygia da Cunha onde contesta a autoria do conjunto de aquarelas da Bahia foi publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 101, de 1981,¹⁰⁵ como reproduzido abaixo:

Na gestão do historiador Rodolfo Garcia, foi adquirido um conjunto de aquarelas por ele atribuído a Maria Graham (vide *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 60 — Introdução ao Diário e Escorço Biográfico de Pedro I, por R. Garcia).

¹⁰² CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Iconografia Baiana do século XIX. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 101. Rio de Janeiro: 1981, p. 147-156.

¹⁰³ SANTOS; RIBEIRO; LYRA, *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional...* p. 25.

¹⁰⁴ GRINGS, *Mulheres na Administração da Biblioteca Nacional...* p. 250.

¹⁰⁵ O parecer de autoria conferido por Lygia da Cunha está disponível em: https://memoria.bn.gov.br/pdf/402630/per402630_1981_00101.pdf.

Entretanto, a partir de 1950, pudemos estudar com mais minúcia o conjunto das aquarelas e assim considerá-lo obra de dois artistas amadores.

O primeiro, H. Lewis, é o autor dos desenhos de Pernambuco, já divulgados por ocasião das comemorações do Tricentenário da restauração Pernambucana, em 1954, quando no Recife se organizou a exposição de Iconografias do Recife do século XIX. Cedeu a Biblioteca Nacional a cópia fotográfica dos originais; algumas figuraram no catálogo publicado. Ficaram então divididas as atribuições, restando considerar ou não Maria Graham autora dos desenhos da Bahia.

Pela análise estilística dos desenhos, infere-se não pertencer a autoria dos mesmos à viajante inglesa. Constitui o conjunto de peças um documentário da maior importância onde estão representados os escravos nas suas diferentes atividades; mulheres do povo, desde a moça branca às doceiras mulatas; baianas livres com luxuosa roupa típica; a variedade dos religiosos dos vários conventos de Salvador; os soldados, os presos nas suas humildes funções; os transportes das classes abastadas; as cerimônias de caráter religioso, tudo está registrado. A singeleza do traço, a simplicidade de soluções técnicas, as pouquíssimas notações gráficas da natureza (árvores, paisagens etc., mesmo quando esses detalhes completariam as figuras, compondo um fundo), poucas pinceladas de aquarela, são os principais característicos da fatura dos mesmos. Se confrontados com os desenhos de Maria Graham existentes no British Museum e já reproduzidos na tradução portuguesa de seu livro, será fácil perceber a diferença de tratamento estilístico.

Admite-se que tais desenhos tenham sido obtidos por Maria Graham de amadores ou artistas que esporadicamente passaram pela Bahia e Pernambuco, na mesma época em que por ali passara a viajante inglesa e foram guardados juntamente com os seus manuscritos. Em seu *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There During Part of the Years 1821, 22, 23* ocorrem três estampas gravadas a Água-tinta, copiando desenhos de August Earle e referências explícitas ao fato de que recebera pessoalmente “o retrato que o Sr. Earle (sic), talentoso jovem artista inglês, pintou da Senhora Alferes Dona Maria de Jesus...”

A constatação de que as ilustrações de Maria Graham estão na sua totalidade voltadas para a paisagem e a existência de desenhos feitos por Earle, fixando figuras, provando assim que o seu pouco interesse nos tipos e hábitos locais decorria de alguma dificuldade para desenhá-los, concorre para asseverar que não são de autoria de Maria Graham os desenhos adiante descritos[...].¹⁰⁶

Contudo, como anteriormente mencionado, a abordagem metodológica comparativa elaborada por Lygia da Cunha, ao contrário da perspectiva interpretativa

¹⁰⁶Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1981_00101.pdf Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

anteriormente utilizada por Rodolfo Garcia, levou em conta uma análise que priorizou as diferenças estéticas e formais das imagens que integram o conjunto das aquarelas da Bahia, em relação aos desenhos e gravuras de Maria Graham custodiados no *British Museum* e publicados na edição inglesa de 1824, do *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There During Part of the Years 1821, 22, 23*, e da versão brasileira do *Diário de Uma viagem ao Brasil*, de 1956. Na edição inglesa estão reproduzidas nove gravuras representando cenas urbanas e paisagens produzidas por Maria Graham,¹⁰⁷ três gravuras figurativas concebidas pelo jovem artista inglês Augustus Earle (1793-1838),¹⁰⁸ e nove vinhetas ilustrativas, sendo cinco delas apresentando motivos paisagísticos e quatro outras imagens relacionadas a representações figurativas. Quanto a edição brasileira do *Diário de Uma viagem ao Brasil* de 1956, constam, além das vinhetas e gravuras facsimilares à versão inglesa de 1824, outras vinte e duas gravuras inéditas de autoria de Maria Graham. Na sua análise comparativa, Lygia da Cunha priorizou parâmetros técnicos para enfatizar as características estilísticas associadas as representações de paisagens ao estilo do romantismo pitoresco,¹⁰⁹ sem considerar, no entanto, as similaridades temáticas e descritivas que as imagens estabelecem com a narrativa textual observadas ao longo da leitura do *Journal of a Voyage to Brazil*

¹⁰⁷ Maria Graham desenhou cenas bucólicas em composições pitorescas, bem ao gosto das sensibilidades românticas inglesas. Seguindo os preceitos de uma tradição naturalista divulgada por Alexander von Humboldt (1789-1859), no início do século XIX a compreensão do universo e da vida natural, deveria ser “considerada como um espaço elaborado por forças conjugadas da natureza, do homem e do tempo”, segundo Ana Maria Belluzzo. BELLUZZO, Ana Maria. O Viajante e a paisagem brasileira. *Revista Porto Alegre*: Porto Alegre, v. 15, nº25, nov. 2008, pp. 01-17. Desta forma, para ilustrar o *Diário de uma viagem ao Brasil* e bem ao gosto do romantismo pitoresco inglês, Mrs. Graham procurou capturar nos desenhos das cenas urbanas e paisagísticas, uma expressividade subjetiva, capaz de alcançar as fronteiras sensoriais dos seus expectadores e provocar-lhes emoções sublimes. PORTO, Denise G. *Notas sobre a pitoresca paisagem baiana no Diário de uma viagem ao Brasil da inglesa Maria Graham*. *Revista Educação a Distância*, nº 14 (2022), p. 1-10.

¹⁰⁸ Augustus Earle (1793-1838) esteve no Brasil por três vezes. Ele chegou pela primeira vez em terras brasileiras no ano de 1820 onde permaneceu durante dois anos. No ano de 1821 Augustus Earle conheceu a escritora Maria Graham para quem contribuiu com as gravuras “Valongo, ou mercado de escravos no Rio”, “Vista do Portão Conde Maurício em Pernambuco com o mercado de escravos” e “D. Maria Quitéria de Jesus”. JOSEPHINO, Marcos Ferreira. O Brasil de Darwin nas aquarelas de Augustus Earle e Conrad Martens. *Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 1, p. 37-58, 2023.

¹⁰⁹ Sobre o sentido nostálgico do pitoresco introduzido no repertório conceitual na segunda metade do século XVIII, Thiago Costa esclarece que o termo ganhou autonomia como um modelo artístico formal, caracterizando-se por composições que fugiam ao padrão clássico de beleza. Inicialmente relacionado à construção idealizada da natureza, o termo logo passou a englobar um conjunto mais amplo de práticas e motivos. Ao longo do século XIX, o pitoresco teve uma influência decisiva na formação da sensibilidade romântica, moldando uma forma de apreender e conceber o mundo baseada na visualidade, no belo e na nostalgia. COSTA, Thiago. *Percepções da Natureza: o pitoresco*. Anais do VIII Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual: arquivos, memórias, afetos. Goiânia, GO: UFG/ Núcleo Editorial FAV, 2015.

(1824), e do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), onde a artista “parece deixar-se guiar somente pelo que atinge os seus sentidos naquele determinado momento, pelas sensações que que[a]colocam em contato imediato com as coisas circundantes”.¹¹⁰ Nesse sentido, para além das representações sensíveis do universo da paisagem natural, uma outra matriz do pitoresco na iconografia e na literatura de viagem oitocentista que incluía tanto a representação de paisagens, quanto de elementos humanos que se destacassem pela sua peculiaridade, estranheza ou beleza, foi o da representação dos tipos de figuras e de cenas de costume a população escravizada “transmitindo-nos a ideia de que o autor estava deliberadamente buscando elementos que compusessem tópicos dignos de nota[...]no sentido de documentar aquilo que é singular aos olhos”.¹¹¹

Naquela década de 1950, Lygia da Cunha ao conduzir novos estudos “com mais minúcia do conjunto de aquarelas”, considerou-o como sendo uma “obra de dois artistas amadores”.¹¹² A parte dos desenhos que representava aspectos paisagísticos de Pernambuco foi atribuída ao pintor H. Lewis, restando considerar ou não, a autoria das aquarelas da Bahia a Maria Graham. Em seu parecer, Lygia da Cunha sugere também, que os desenhos, ainda que representem “um documentário da maior importância”, podem ter sido adquiridas de outros artistas amadores que estivessem de passagem por Pernambuco e Bahia, e que Maria Graham as tivesse guardado “juntamente com os seus manuscritos”. A bibliotecária sublinha ainda, o fato de a escritora inglesa ter recebido do pintor August Earle (1793-1838),¹¹³ o retrato da “senhora Alferes dona Maria de Jesus” publicado no *Journal of a Voyage of Brazil and Residence there during part of the Years 1821, 22 e 23* (1824), juntamente com mais duas “estampas gravadas

¹¹⁰ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. Volume. I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; São Paulo: Metalivros. Fundação Odebrecht, 2000, p. 97.

¹¹¹ BELLUZZO, *O Brasil dos Viajantes...*2000.

¹¹² O parecer de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha referente a autoria do conjunto das aquarelas da Bahia está disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1981_00101.pdf Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

¹¹³ August Earle nasceu em Londres em 1793 e faleceu na mesma cidade no ano de 1838. Admitido na Royal Academy of Arts em Londres em 1807, August Earle foi um pintor de paisagens, costumes e retratos que esteve no Brasil nos anos de 1820, 1821 e 1832. Durante a sua permanência em terras brasileiras nos anos de 1821 a 1824, August Earle tornou-se um grande amigo de Maria Graham, contribuindo com duas ilustrações para o *Journal of a Voyage to Brazil and a residence there in the years 1821, 22 e 23*, descritas a seguir: “Vista do Portão do Conde Maurício em Pernambuco, com o Mercado de Escravos” e “D. Maria Quitéria de Jesus”. Ao longo dos anos 1825 a 1828 August Earle viajou pela Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura e Índia. No ano de 1832, ele esteve de volta ao Brasil como desenhista da expedição científica do navio HMS Beagle, comandada pelo capitão Robert Fitzroy (1805-1865) e que trazia a bordo o naturalista Charles Darwin (1809-1882). MARTINS, Ana Cecília; MILLER, Marcela; SOCHACZEWSKI, Monique. *Iconografia Baiana do Século XIX na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Nacional, 2005, p. 110-101.

a água-tinta, copiando desenhos de August Earle”. Para Lygia da Cunha, esse acontecimento, somado aos demais argumentos descritos anteriormente, levaram-na a “constatação de que as ilustrações de Maria Graham estão na sua totalidade voltadas para a paisagem” e que o fato dos desenhos do pintor August Earle terem sido publicados no seu diário de viagem, provam que o pouco interesse da escritora inglesa em representar os tipos e costumes locais seria em “decorrência de alguma dificuldade para desenhá-los” o que levou Lygia da Cunha a “asseverar que não são de autoria de Maria Graham, os desenhos”, conforme declarado no seu parecer.¹¹⁴ Destacamos que, oportunamente, retornaremos a este tópico no Capítulo IV da presente tese.

Como visto, trata-se aqui da análise de duas diferentes perspectivas interpretativas acerca de um mesmo conjunto iconográfico, propostas por profissionais reconhecidos na crítica de autoridade documental, fato este, que evidencia os distintos projetos de investimentos na produção do conhecimento histórico no Brasil ao longo da primeira metade do século XX. Isso posto, a partir de suas observações pessoais, Lygia da Cunha refutou a autoria das aquarelas firmada anteriormente por Rodolfo Garcia, por constatar que os desenhos quando comparados às demais gravuras custodiadas no acervo do *British Museum*,¹¹⁵ que foram publicadas na primeira edição do *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence there during part of the Years 1821, 1822, 1823*,¹¹⁶ não apresentavam entre si os mesmos tratamentos estilísticos, e ainda, quando afirmou que Maria Graham tinha dificuldades para desenhar tipos locais. Quanto a essa última afirmativa, acreditamos que ela não se fundamenta nos dias atuais, pela generalidade que a assertiva apresenta, uma vez que encontramos, como demonstraremos a seguir, oito gravuras publicadas no *Journal of a residence in India*,¹¹⁷ e ainda, outras duas vinhetas e seis ilustrações no *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*, que apresentam tipos e hábitos locais em suas

¹¹⁴ O parecer de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha referente a autoria do conjunto das aquarelas da Bahia está disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1981_00101.pdf Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

¹¹⁵ Os álbuns de desenhos e gravuras de Maria Graham custodiados no *British Museum* estão disponíveis em: <https://www.britishmuseum.org/collection/search?agent=Maria,%20Lady%20Callcott> Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

¹¹⁶ *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme e Brown; and John Murray, 1824.

¹¹⁷ GRAHAM, *Journal of a Residence in India*...1813.

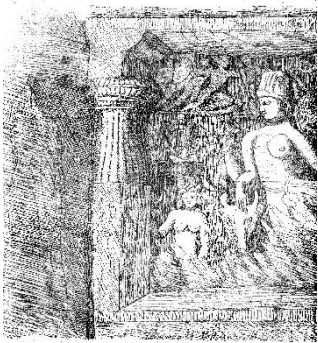
composições.¹¹⁸ Acrescenta-se a este total, nove gravuras relacionadas ao álbum “Roma”, sendo toda esta relação de desenhos pertencente ao acervo de Desenhos e Gravuras do *British Museum*. Salientamos, ainda, que alguns desenhos apresentados nesta pesquisa são assinados por Maria Graham, ao contrário de outros, que, tal como ocorre com as aquarelas da Bahia, possuem apenas legendas explicativas com a caligrafia da autora. As obras selecionadas a seguir, apresentam composições que associam paisagens naturais e figuras humanas caracterizando tipos e costumes locais, como demonstrado nas gravuras abaixo:

Tabela 2: Gravuras de Maria Graham com representações de tipos e hábitos locais publicadas no *Journal of a Residence in India*

<i>Journal of a Residence in India</i>		
	Temple to Maha Deo in Bombay¹¹⁹ No primeiro plano da composição é possível observar a representação de três personagens. Publicado por Constable and Co. em 1812	P.1

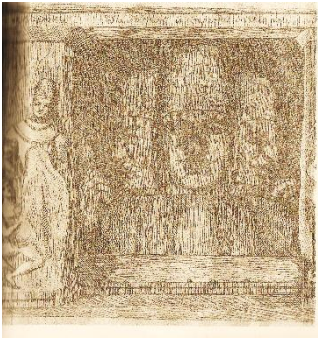
¹¹⁸ GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray-Albemarle-Street-1824. Disponível em: <https://archive.org/details/journalofresiden01call/page/n555/mode/2up?view=theater> Acesso em 12 de junho de 2024.

¹¹⁹ *Pagoda to Mahadeo*. Desenho de caneta e tinta preta com aguada cinza e azul. Agosto de 1809. Assinado: M. Dundas. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1845, 0405. 13. 1-167. Data da aquisição: 1845, doado por Sir August Callcott. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-167 Acesso em: 12 de junho de 2024. Posteriormente, este desenho foi gravado em água tinta e publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in India*. Edinburgh: Printed by George Ramsay and company, for Archibald Constable and Company, and Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown. London, 1813, p. 1. Na versão impressa do desenho consta a assinatura: MG Del.

	Banian Tree¹²⁰ Na composição é possível observar no segundo plano, a presença de um conjunto formado por três personagens retratadas embaixo das grandes figueiras no primeiro plano da obra. Publicado por Constable and Co. em 1812	P.7
	Figures in Cave of Elephanta¹²¹ (1) Na primeira parte da composição é possível observar a grande imagem de uma divindade feminina em primeiro plano, seguida de outras representações e grupos de figuras menores, nos segundo e terceiro planos da imagem. Publicado por Constable and Co. em 1812	P.55

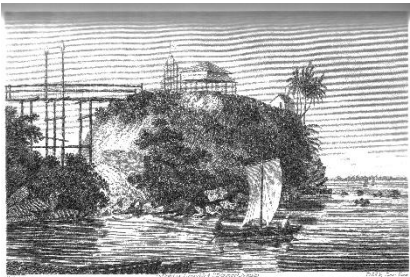
¹²⁰ *Banian Tree*. Desenho em caneta e tinta preta. 1810. Assinado: MG. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1845, 0405. 13. 1-167. Data da aquisição: 1845, doado por Sir August Callcott. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-167 Acesso em: 12 de junho de 2024. Posteriormente, este desenho foi gravado em água tinta e publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in India*. Edinburgh: Printed by George Ramsay and company, for Archibald Constable and Company, and Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown. London, 1813, p. 7. Na versão impressa do desenho consta a assinatura: M G Del.

¹²¹ *Figures in Cave of Elephanta* (1) -Litogravura. Assinado: MG. Publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in India*. Edinburgh: Printed by George Ramsay and company, for Archibald Constable and Company, and Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown. London, 1813, p. 55. Não encontramos a versão original desta Litogravura no acervo do *British Museum*.

	Figures in Cave of Elephanta¹²² (2) Na imagem é possível observar a figura de uma divindade no primeiro plano e três grandes cabeças esculpidas no segundo plano representando as divindades Brahma, Shiva e Vishnu. Publicado por Constable and Co. em 1812	P.56
	Entrance to the great Cave of Carli¹²³ A cena representa a vista parcial da entrada das cavernas budistas escavadas na rocha em Carli, com duas figuras humanas sentadas sobre um muro no primeiro plano à direita da composição. Publicado por Constable and Co. em 1812 Publicado por Constable and Co. em 1812	P.65

¹²² *Figures in Cave of Elephanta (2)* - Litogravura. Assinado: MG. Publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in India*. Edinburgh: Printed by George Ramsay and company, for Archibald Constable and Company, and Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown. London, 1813, p. 56. Não encontramos a versão original desta Litogravura no acervo do *British Museum*.

¹²³ *Entrance to the great Cave of Carli*: Esboço/Desenho. Aguada marron. 1810. Sem assinatura. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1845, 0405. 13. 1-167. Data da aquisição: 1845, doado por Sir August Callcott. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-167 Acesso em: 12 de junho de 2024. Posteriormente, este desenho foi gravado em água tinta e publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in India*. Edinburgh: Printed by George Ramsay and company, for Archibald Constable and Company, and Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown. London, 1813, p. 65. Na versão impressa consta a assinatura: MG Del.

	Temporary Bridge & Bungalo at Barbareen¹²⁴ A composição destaca no primeiro plano a representação de uma embarcação com dois tripulantes a sentados a bordo, cuja gestualidade da figura da popa sugere que está remando. Publicado por Constable and Co. em 1812	P.98
	Great Cave at Canary¹²⁵ A cena é uma vista da entrada da Cave of Canary, onde podem ser observados as duas figuras esculpidas na rocha destacadas na fachada mural do primeiro plano da imagem. Publicado por Constable and Co. em 1812	P.117

¹²⁴ *Temporary Bridge & Bungalo at Barbareen*. Gravura em água-tinta. Assinado: MG Del. fev. 1810. Publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in India*. Edinburgh: Printed by George Ramsay and company, for Archibald Constable and Company, and Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown. London, 1813, p. 98. A versão original desta gravura é um desenho em aquarela e tinta preta. Sem assinatura. fev. 1810 Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1845, 0405. 13. 1-167. Data da aquisição: 1845, doado por Sir August Callcott. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-167 Acesso em1: 12 de junho de 2024.

¹²⁵ *Great Cave at Canary*. Aquarela. Sem assinatura. maio de 1810. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1845, 0405. 13. 1-167. Data da aquisição: 1845, doado por Sir August Callcott. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-167 Acesso em1: 12 de junho de 2024. Este desenho foi gravado em água- tinta e publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in India*. Edinburgh: Printed by George Ramsay and company, for Archibald Constable and Company, and Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown. London, 1813, p. 117. Na versão impressa desta aquarela consta a assinatura: MG Del.

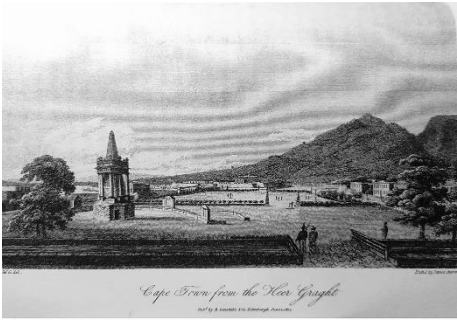
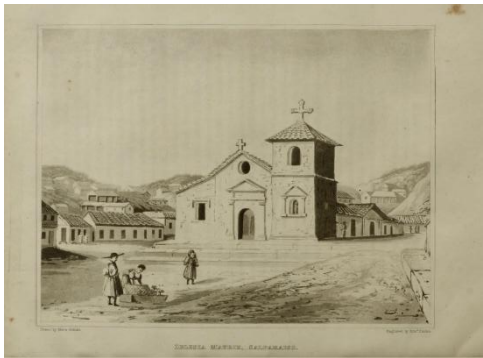
	Castle and Parade at Cape-Town¹²⁶ A vista descreve uma cena que destaca dois soldados no centro do primeiro plano da paisagem e uma terceira figura masculina, à direita da cena. No segundo plano, são observados três grupos esparsos de figuras humanas. Publicado por Constable and Co. em 1812	P.174

Tabela 3: Gravuras de Maria Graham com representações de tipos e hábitos locais publicado no
Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823

<i>Journal of a Residence in Chile and a voyage to Brazil in 1823</i>		
	Iglesia Matriz of Valparaiso¹²⁷ Vista de uma praça com a igreja Matriz de Valparaiso ao fundo, e três figuras femininas com trajés típicos chilenos no primeiro plano representando uma cena de costumes. Publicado por: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray	P. 116

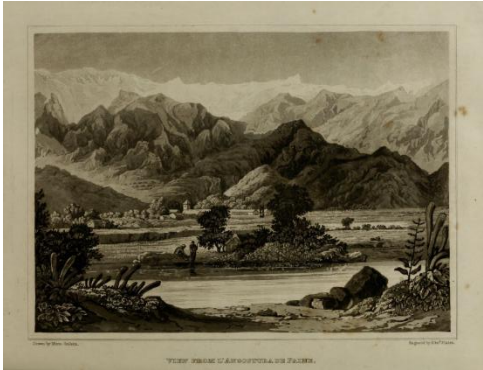
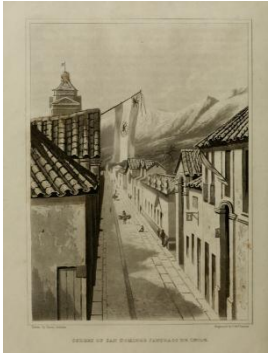
¹²⁶ *Castle and Parade at Cape-Town*. Gravura. Assinada: MG Del. Não encontramos a versão do desenho original dessa gravura no acervo do *British Museum*.

¹²⁷ *Iglesia Matriz of Valparaiso*. Gravura. Assinada: Maria Graham. 1824. Publicada em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray-Albemarle-Street-1824. Não encontramos a versão original do desenho desta gravura no acervo do *British Museum*.

	View of Valparaíso Bay from my House¹²⁸ Vista de uma ponte, com longos postes apoiados em uma cerca de madeira no primeiro plano à direita e um homem caminhando em uma estrada em direção às casas. Publicado por: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray	P. 146
	View from the foot of the Cuesta de Prado¹²⁹ Vista de uma encosta, com um conjunto de árvores e plantas ícu em primeiro plano à esquerda. Ao centro, no segundo plano, a representação de dois adultos e uma criança caminhando por uma estrada sinuosa. Publicado por: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray	P. 197

¹²⁸ *View of Valparaíso Bay from my House*. Gravura. Água-tinta. 1824. Assinado: Maria Graham. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1938, 0919. 8 Data da aquisição: 1938, vendido por: RW Stacey. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-1670 Acesso em 12 de junho de 2024. Publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray-Albemarle-Street-1824. A versão original desta gravura é um desenho em aquarela, sem assinatura, e encontra-se no catálogo que consta no link anteriormente referido.

¹²⁹ *View from the foot of the Cuesta de Prado*. Gravura. Água-tinta. Assinado: Maria Graham. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1938, 0919. 6 Data da aquisição: 1938, vendido por: RW Stacey. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-1670 Acesso em 12 de junho de 2024. Publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray-Albemarle-Street-1824. A versão original desta gravura é um desenho em aquarela, sem assinatura, e encontra-se no catálogo que consta no link anteriormente referido.

	View from L' Angostura Paine¹³⁰ Vista de uma paisagem com uma cadeia de montanhas ao fundo. No centro da composição, a representação de um lago com uma pequena ilha onde dois homens compõem uma cena que sugere ser uma pescaria. Publicado por: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray	P. 241
	Watering Plaque Juan Fernandes¹³¹ Vista em Juan Fernandez, com dois barcos em primeiro plano e a direita, no segundo plano, duas figuras em pé caminham em uma estrada. Publicado por: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray	P. 251
	Street of San Domingo, from my balcony¹³² Vista de uma rua com fileiras de edifícios e diversas pessoas caminhando, algumas delas carregando grandes cestos. Publicado por: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray	P. 269

¹³⁰ *View from L' Angostura Paine*. Gravura. Água-tinta. 1824. Assinado: Maria Graham. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1938, 0919. 4 Data da aquisição: 1938, vendido por: RW Stacey. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-1670 Acesso em 12 de junho de 2024. Publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray-Albemarle-Street-1824. Não encontramos a versão original do desenho desta gravura no acervo do *British Museum*.

¹³¹ *Watering Plaque Juan Fernandes*. Gravura. Água-tinta. Assinado: Maria Graham. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1938, 0919. 3 Data da aquisição: 1938, vendido por: RW Stacey. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-1670 Acesso em 12 de junho de 2024. Publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray-Albemarle-Street-1824. Não encontramos a versão original desta gravura no acervo do *British Museum*.

¹³² *Street of San Domingo, from my balcony*. Gravura. Água-tinta. Assinado: Maria Graham. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1938, 0919. 7 Data da aquisição: 1938, vendido por: RW Stacey. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-1670 Acesso em 12 de junho de 2024. Publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray-Albemarle-Street-1824. A versão original desta

	Vinheta: Great. Ovens for baking the wine jars, the plain of Mellipilla¹³³ Cena de costume representando o processo de cozimento do vinho em grandes jarros de cerâmica realizado pelos dois homens ao centro da composição. Publicado por: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John	P. 262
	Vinheta: The Chile Palm Tree.¹³⁴ Cena de costume representando dois homens, sendo um em pé e o outro sentado, aparentemente descansando à sombra de uma grande palmeira Jubaea Chilensis. Publicado por: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray	P. 299

Tabela 4: Gravuras de Maria Graham com representações tipos e hábitos locais encontrados no catálogo - “Roma” no *British Museum*

Gravuras de Maria Graham com representações de figuras humanas no catálogo “Roma” do *British Museum*

gravura é um desenho em aquarela, sem assinatura, e encontra-se no catálogo que consta no link anteriormente referido.

¹³³ *Great Ovens for baking the wine jars, the plain of Mellipilla.* Gravura. Sem assinatura. Publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray-Albemarle-Street-1824. Não encontramos a versão do desenho original desta gravura no acervo do *British Museum*.

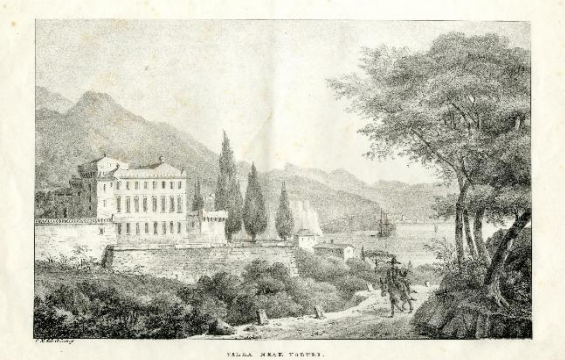
¹³⁴ *The Chile Palm Tree.* Gravura. Sem assinatura. Publicado em: GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray-Albemarle-Street-1824. Não encontramos a versão do desenho original desta gravura no acervo do *British Museum*.

	Jardim da Villa Albani Roma¹³⁵ Vista do pátio do jardim, com quatro figuras sentadas no primeiro plano à direita, uma delas sentada na beira de um lago redondo à esquerda, um par de esfinges nos cantos do parapeito atrás, uma estátua sob um dossel à meia distância, árvores à direita, um edifício de estilo clássico no fundo à esquerda.
	Entrada para a Baía de Siracusa pela foz do Anapus¹³⁶ Vista da baía com três figuras encostadas num barco no primeiro plano à esquerda. Ao centro outros barcos navegando na baía à direita e a uma distância média, um forte no fundo à esquerda.
	Siracusa¹³⁷ Vista da cidade com três figuras e mulas se aproximando em direção ao observador numa estrada em primeiro plano. No segundo plano, nota-se a presença de um outro personagem compondo uma cena de costume.

¹³⁵ *Jardim da Villa Albani Roma*. Litografia. 1834. Assinado: Maria Callcott. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1878, 0713. 4562 Data da aquisição: 1878, doado por: Willian Wells. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1878-0713-4562 Acesso em 12 de junho de 2024. Não encontramos a versão do desenho original desta gravura no acervo do *British Museum*.

¹³⁶ *Entrada para a Baía de Siracusa pela foz do Anapus*. Litografia. 1834. Assinado: M Callcott. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1878, 0822. 6433 Data da aquisição: 1878, comprado de: Edward Daniel. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1878-0713-4562 Acesso em 12 de junho de 2024. A versão original desta gravura é um desenho em aguada cinza, sem assinatura, e encontra-se no catálogo que consta no link anteriormente referido.

¹³⁷ *Siracusa*. Água-forte. 1834. Assinado: M Callcott. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1878, 0822. 6433 Data da aquisição: 1878, Doado por: Félix Slade. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1878-0713-4562 Acesso em 12 de junho de 2024. A versão original desta gravura é um desenho em aguada cinza, sem assinatura, e encontra-se no catálogo que consta no link anteriormente referido.

	Circo de Salústrio, Roma¹³⁸ Vista com uma mulher em primeiro plano sentada em um tijolo ao longo do caminho que contorna um edifício romano em ruínas à direita. No meio da distância uma floresta à esquerda, e duas figuras no centro caminhando vistas de trás, com um aqueduto e outro edifício ao fundo.
	Alassio- Route de la Corniche¹³⁹ A vista representa uma mulher carregando uma carga na cabeça e um homem com um burro caminhando em primeiro plano à esquerda, de costas para o observador, em uma estrada sob um pórtico que leva a cidade de Alassio ao fundo, com o mar à direita.
	Vila perto de Voltri¹⁴⁰ Vista de uma vila à distância. À esquerda, um homem em um burro ao longo de uma estrada em primeiro plano à direita e o mar ao fundo

¹³⁸ *Circo de Salústrio, Roma*. Litografia. 1800-1834. Assinado: M Callcott. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1860, 0811. 20 Data da aquisição: 1860. Comprado de: Edward Daniel. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1878-0713-4562 Acesso em 12 de junho de 2024. A versão original desta gravura é um desenho em aguada cinza, sem assinatura, e encontra-se no catálogo que consta no link anteriormente referido.

¹³⁹ *Alassio- Route de la Corniche*. Litografia. 1826. Assinado: M G Del. Autor: Maria, Lady Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1940, 0810. 2. 4 Data da aquisição: 1940. Comprado de: Edward Daniel. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1940-0810-2-4 Acesso em 12 de junho de 2024. A versão original desta gravura é um desenho em aguada cinza, sem assinatura, e encontra-se no catálogo que consta no link anteriormente referido.

¹⁴⁰ *Vila perto de Voltri*. Litografia. 1826. Assinado: M G Del. Autor: Maria, Lady Callcott. Assinado M G Del. *British Museum*. Número do museu: 1940, 0810. 2. 4 Data da aquisição: 1940. Comprado de: Edward Daniel. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1940-0810-2-5 Acesso em 12 de junho de 2024. A versão original desta gravura é um desenho em aguada cinza, sem assinatura a, e encontra-se no catálogo que consta no link anteriormente referido.

	Frascati¹⁴¹ Vista da cidade de Frascati à meia distância, vista de um caminho rural onde três figuras descansam no primeiro plano da imagem à direita.
	Ponte Sistina do Jardim Farnesina, Roma¹⁴² Vista da ponte de três arcos na distância central média sobre um rio; um casal com um cachorro no primeiro plano à direita passeando ao longo do rio, outra figura sentada no parapeito ao lado; uma cruz na cúpula de um edifício na margem esquerda.
	Convento de San Francesco di Paola- Gênova¹⁴³ Vista do convento em primeiro plano à direita, dois monges em pé do lado de fora à esquerda, o porto ao fundo.

¹⁴¹ *Frascati*. Gravura- Água-forte. 1834. Sem assinatura. *British Museum*. Número do museu: 1868, 0822. 4666 data de aquisição: 1834. Doado por Felix Slade. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1868-0822-4666 acesso em 12 de junho de 2024.

¹⁴² *Ponte Sistina do Jardim Farnesina, Roma*. Litografia. 1800-1834. Assinado: M Callcott. *British Museum*. Número do museu: 1878, 0713. 45613 Data da aquisição: 1878. Comprado de: Edward Daniel. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1878-0713-4561 Acesso em 12 de junho de 2024. A versão original desta gravura é um desenho em aguada cinza, sem assinatura, e encontra-se no catálogo que consta no link anteriormente referido.

¹⁴³ *Convento de San Francesco di Paola. Gênova*. Litografia. 1826. Assinado: MG. *British Museum*. Número do museu: 1940, 0810. 2. 3. data de aquisição: 1940. Doado pela Sra. C F D'Oyly. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1940-0810-2-3 acesso em 12 de junho de 2024. Não encontramos a versão do desenho original desta gravura no acervo do *British Museum*.

Como mencionado anteriormente, o argumento interpretativo formulado por Lygia da Cunha para analisar as aquarelas da Bahia em relação as ilustrações voltadas para as representações paisagísticas publicadas no diário de viagem da escritora inglesa, sucedeu o parecer anterior do citado conjunto de desenhos, atestado pelo diretor da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia, na década de 1938. Em sua apreciação, Garcia atribuiu a autoria das aquarelas à Maria Graham, considerando a verossimilhança temática do conjunto de desenhos em relação a narrativa testemunhal do manuscrito inédito, *Escorço Biográfico de D. Pedro I*, e da correspondência epistolar entre Maria Graham e a imperatriz D. Leopoldina, que integrava o Espólio da escritora inglesa, como declarado pelo próprio Garcia no seu texto introdutório intitulado “*Explicações*”, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LX, 1938, para a apresentação do conjunto documental “Maria Graham no Brasil”.¹⁴⁴ Logo, entendemos que para Rodolfo Garcia, a atribuição de autoria de tais representações de figuras e cenas de costumes,¹⁴⁵ empreendida por meio de “crítica histórica apurada, conhecimento metodológico[e] investigação documental exaustiva”,¹⁴⁶ fundamentou-se na constatação da complementariedade contextual, fidedignidade temática e temporal das aquarelas aos temas tratados “sob a autoridade[da]figura autoral”.¹⁴⁷ de Maria Graham, nos manuscritos “de particular interesse para a história dos primórdios do Brasil independente”.¹⁴⁸

Em contrapartida, Lygia da Cunha fundamentou a sua análise em parâmetros técnicos e teóricos comparativos, contrapondo “a singeleza do traço, a simplicidade de soluções técnicas,[e] as pouquíssimas notações gráficas da natureza” das aquarelas da Bahia, aos demais desenhos da autora “voltadas para a paisagem” publicados na edição inglesa de 1824 do *Journal of a Voyage to Brazil*, e na edição traduzida para o

¹⁴⁴ O texto integral, “Maria Graham no Brasil” pode ser encontrado também no livro *Escritos Avulsos* de autoria de Rodolfo Garcia, cujo prefácio é assinado por Pedro Calmon. GARCIA, Rodolfo. *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

¹⁴⁵ Embora fosse uma antiga linguagem iconográfica na Europa, a partir da segunda metade do século XVIII, o registro de costumes recebeu um novo impulso e adquiriu novos significados, resultado de diversas confluências culturais, como o aprimoramento e a maior eficiência das técnicas de gravura, além do crescente interesse do público consumidor por imagens e livros ilustrados, segundo Eneida Maria Mercadante Sela. SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de Ser, Modos de Ver*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 101.

¹⁴⁶ RODRIGUES, *História e Historiadores...* p. 184.

¹⁴⁷ BRÖNSTRUP, *Um ofício polivalente...* 2015.

¹⁴⁸ O Parecer de Rodolfo Garcia está disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1938_00060.pdf Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

português por Américo Jacobina Lacombe, publicada em 1956. Relativo aos comentários de Lygia da Cunha quanto às prováveis preferências formais e possíveis limitações técnicas do fazer artístico de Maria Graham, tais alusões deixam lacunas argumentativas em aberto, o que possibilita outras interpretações sobre o tópico. Por conseguinte, no tocante à natureza discursiva dos temas abordados no conjunto das aquarelas da Bahia, evidenciamos a intenção contida singularmente em cada desenho e o nexo de seus significados em relação comparativa ao *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), cujo texto, tal como um espelho do passado, reflete “como as culturas se olham umas às outras”.¹⁴⁹ Logo, estabelecendo elos de reciprocidade mutua de significados entre o texto e as iconografias, “procurando justamente perceber como o olhar e a letra se encontram e como um estimula o outro”,¹⁵⁰ será identificada nesse estudo, a caracterização etnográfica e da indumentária própria dos cativos, forros e livres, homens e mulheres, retratados em suas diversas funções no cotidiano laboral das ruas das cidades provinciais do Brasil oitocentista; a tipificação dos setores eclesiásticos dos conventos de Salvador e a representação das festas rituais da igreja católica; a caracterização dos uniformes dos soldados integrantes das milícias do governo provincial baiano e a tipificação racial de batalhões de negros e de brancos; a representação das atividades pesqueiras dos barqueiros e ribeirinhos pobres da província baiana, bem como, as características das construções e a estética simplória de suas modestas habitações, e ainda, a tipificação das cadeiras de arruar e de seges como meios de transporte das elites provinciais.

1.3 No olhar para o Oitocentos, o espírito romântico do século.

A escritora e pintora inglesa Maria Graham esteve de passagem pelas terras brasileiras, entre os anos de 1821 e 1825. Durante esse tempo, a inglesa percorreu as províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, anotando em textos e aquarelas no seu *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There During Part of the Years 1821, 22, 23* (1824), os aspectos sociais, étnicos, culturais e paisagísticos de um Brasil desigual, escravagista, e que, em meio a revoltas e rebeliões, gestava um conturbado

¹⁴⁹ SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de Ser, Modos de Ver*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 156.

¹⁵⁰ KNAUSS, *No domínio dos acervos...* p. 12-24.

processo de Independência. Atenta observadora das cenas urbanas, agente histórica e testemunha ocular em importantes acontecimentos da política imperial de então, Maria Graham é uma cronista, por excelência, dos anos da Independência do Brasil. Em suas obras textuais e pictóricas, a autora registrou o desejo de que, no futuro, os testemunhos anotados por sua pena, assim como criados por seus pincéis, servissem como fontes documentais para os estudos da História do Brasil. Por tudo isso, Maria Graham é considerada uma representante da vanguarda intelectual inglesa do século XIX. Sendo um exemplo feminino das novas sensibilidades literárias, científicas e artísticas europeias emergentes no início daquele século, a subjetividade de seu olhar singular, ao utilizar a pintura e a literatura de viagem para criar uma obra crítica, histórica e intencionalmente documental, alinhava-se com o espírito romântico de seu tempo. No começo do século XIX, as principais ideias sobre o observador viajante “eram baseadas em modelos de visão subjetiva, em oposição à tendência na visão que prevaleceu nos séculos XVII e XVIII. A noção de “visão subjetiva” permaneceu nas discussões da cultura oitocentista, especialmente dentro do romantismo. “¹⁵¹ Tal ruptura com os modelos clássicos de visão representou uma transformação profunda não apenas na estética artística e literária, como também nas estruturas sociais e cognitivas que moldaram a experiência humana no início do Oitocentos. Essa mudança, que se intensificou com o advento da modernidade na Europa, introduziu novas formas de ver e interpretar o mundo, refletindo uma época de incertezas e questionamentos. Por conseguinte, a representação artística passou a dialogar com as realidades subjetivas e internas do indivíduo, afastando-se da busca por uma representação fiel da realidade. Essa nova abordagem permitiu que artistas e escritores expressassem suas emoções, pensamentos e percepções de maneira mais livre e original, rompendo com as convenções estabelecidas nos séculos anteriores que privilegiavam a objetividade e a *mimese* no campo criativo. A arte tornou-se uma arena de experimentação onde a individualidade e a subjetividade foram celebradas. Logo, o sujeito moderno passou a ser visto como um ser cujos desejos e capacidades são moldados por uma série de influências sociais, culturais e históricas. Essa nova visão ampliou as possibilidades de interpretação e significado, tanto na arte, quanto na literatura.

¹⁵¹ CRARY, Jonathan. *Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 18.

Em vista disso, em sintonia com a modernidade inglesa do início do Oitocentos, ao chegar ao Brasil com 36 anos, Maria Graham já havia publicado na Inglaterra três diários de viagem e um livro de memórias. Essas obras foram ilustradas com gravuras, desenhos e aquarelas de sua autoria, criadas durante suas visitas ao continente indiano nos anos de 1810 e 1813, e durante os três meses em que residiu em Roma em 1819. Destacamos que Maria Graham como escritora mulher, alcançou o feito extraordinário para a época, de ter duas de suas publicações reeditadas em segundas edições, sendo sua produção literária igualmente bem-sucedida em termos de vendas. Ao longo de sua vida, ela publicou um total de dezessete obras, incluindo livros de viagem, história, arte, botânica e literatura infantil, como as relacionadas a seguir:¹⁵²

Journal of a residence in India. Illustrated by engravings. Edinburg: G. Ramsay and Co., 1812, 2ª Edição, 1813; *Letters on India- With etchings and a map*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1814; *Three months passed in the mountains east of Rome during the year 1819*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1820, 2ª edição, 1821; *Memoirs of the Life of Nicholes Poussin*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme e Brown, Paternoster-Row; E A Constable and Co., Edinburg, 1820. 1820; *Journal of a Residence in Chile, during the year 1822; and a Voyage from Chile to Brazil, in 1823*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme e Brown; and John Murray, 1824, 2ª edição em 1825; *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence there during part of the years 821, 1822, 1823*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme e Brown; and John Murray, 1824; *Voyage of H. M. S. Blonde to the Sandwich Islands, in the years 1824-1825*. London: John Murray, 1826 (Nesse livro, Maria Graham foi contratada pelo editor John Murray, para organizar a obra); *A Short History of Spain*. London: John Murray, 1828 (Esta obra obteve novas edições entre os anos 1835 e 1840, e foi encomendada pelo editor John Murray, que desejava que fosse escrita uma História da Espanha com uma linguagem mais popular e acessível ao público jovem); *Description of The Chapel of the Annunziata Dell'Arena; Or Giotto's Chapel, in Pádua*. 1835 (Este livro foi editado e impresso por Maria Graham, sem recorrer a qualquer editora); *Little Arthur's History of England*. London: John Murray, 1835;¹⁵³ *Histoire de France du*

¹⁵² PORTO, Denise G. *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2020, p. 68.

¹⁵³ Este foi o livro de maior sucesso da autora, alcançando mais de 70 edições, chegando a ter a última edição atualizada no ano de 1937, e perfazer um total de 800 mil cópias. No Brasil foi traduzido ineditamente para a língua portuguesa pelo Acadêmico piauiense Buggy Britto em 1941/43, cuja edição encontra-se esgotada. N/A.

Petit Louis. London: Edward Moxon, 1836; *Essays Towards the History of Painting, by Mrs. Callcott*. London: Edward Moxon, 1836; *Continuation of Essays Towards the History of Painting*. London: Edward Moxon, 1838; *Palm Sunday; or Little Mary's Saturdays Walk*. Kensington. Birch, Highstreet, 1840; *The Little Bracken-Burns. A Tale: And Little Mary's four Saturdays*. London: John W. Parker. 1841. (2ª ed. 1847; 3ªed. 1849; 4ªed. 1854; 5ªed. 1861); *A Scripture Herbal*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans, Paternoster-Row, 1842.

Filha, neta e sobrinha de almirantes da armada de guerra S. M. B, Maria Graham nasceu em Papcastle na Inglaterra em 1785. Desde pequena, sua educação dividiu-se, por um lado, nos estudos da literatura, botânica, história, geografia, desenho e pintura, e, por outro, nos conhecimentos náuticos e de navegação ligados a linhagem masculina e militar de seu pai. Até os oito anos, Maria foi educada por uma tutora e mais tarde transferida para um colégio interno, onde permaneceu até os dezessete anos. Para complementar sua formação, ela passou um ano na Universidade de Edimburgo, Escócia, embora sem um vínculo formal com a instituição, uma vez que não era permitido que mulheres requentassem as universidades. Esse período foi significativo para a escritora-pintora pois na Universidade ela conheceu figuras proeminentes do Iluminismo escocês, como John Playfair (1748-1819) e Sir John Leslie (1766-1832).¹⁵⁴

Figura 2: *Carswell House*- Desenho de Maria Graham-1803¹⁵⁵



Fonte: *British Museum*

¹⁵⁴ SOUZA, M. de F. M de. Viajar, observar e registrar: coleção e circulação da produção visual de Maria Graham. *MODOS: Revista de História da Arte*, Campinas, SP, V. 5, n. 2, p. 59-85, 2021.

¹⁵⁵ *Carswell House*. Desenho de Maria Graham em grafite com aguada cinza. 1803. O desenho representa a escola onde Maria Graham, Lady Callcott, foi educada na juventude. Número do museu: 1845, 0405. 13. 1-167. Ano da aquisição: 1845. Doado por: Sir Augustus Callcott. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-167 acesso em 12 de junho de 2024.

Na sua juventude, Maria Graham passava as férias em Richmond, Londres, na casa do tio paterno Sir David Dundas, médico e boticário do rei Jorge III. Nos salões aristocráticos da residência do tio, récitas musicais e poéticas, abrilhantadas por representações de peças teatrais animavam os concorridos saraus vespertinos frequentados por poetisas, artistas e músicos. Ali, cercada de livros da grande biblioteca de seu tio, ela conheceu os poetas românticos Robert Southey (1774-1843),¹⁵⁶ Thomas Campbell (1777-1844),¹⁵⁷ Samuel Rogers (1763-1855),¹⁵⁸ e o pintor Thomas Lawrence (1769-1830),¹⁵⁹ com os quais manteve contatos ao longo de sua vida. Em um tal ambiente de opulência cultivada, onde a modernidade inglesa concebia uma identidade romântica e liberal, a escritora e pintora Maria Graham lapidou o estilo crítico, livre e de sofisticada acuidade perceptiva, que caracterizaria toda a sua obra por vir. Segundo o seu biógrafo, “ali Maria havia nutrido seu pensamento e sua têmpera

¹⁵⁶ O poeta e historiador inglês Robert Southey (1774-1843), foi um representante do historicismo-romântico que muito contribuiu para a historiografia brasileira do século XIX, quando escreveu a obra *History of Brazil* publicada em Londres entre os anos de 1810 e 1819. Neste livro seminal, Southey, amigo e contemporâneo da escritora Maria Graham nos meios literários da intelectualidade londrina do começo do século, compilou e sistematizou, ineditamente, uma síntese da história do Brasil desde o século XVI até a chegada da família real em 1808, a partir de correspondências privadas, relatos de viagens e documentos oficiais recolhidos em arquivos particulares europeus. Logo, bem ao gosto do historicismo - romântico-liberal inglês, a obra de Southey faria com que a história colonial brasileira fosse pela primeira vez integrada ao contexto da moderna civilização europeia. Maria Odila da Silva Dias informa que, “Robert Southey ficaria para a posteridade, na literatura inglesa, como o autor do conto infantil dos três ursos, das biografias de Nelson e de Wesley. Foi um homem profundamente enfiado nos problemas de sua época e do meio em que vivia[...]. Desde o início de sua carreira como escritor, interessou-se pela literatura de viagem e resenhou os primeiros livros ingleses sobre o Brasil, como o de Thomas Lindley; interessou-se pela obra de John Mawe, de Henderson; manteve contatos pessoais com Maria Graham[...]. “DIAS, Maria Odila da Silva. *O Fardo do Homem Branco: Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. p. 9-72.

¹⁵⁷ Thomas Campbell (1777-1844) foi um proeminente poeta inglês que publicou no ano de 1799 o seu grande poema “The Pleasures of Hope”. A obra por se tratar de um poema retórico e didático bem ao gosto de sua época e por abordar temas como a Revolução Francesa, a escravidão e a divisão da Polônia, obteve sucesso imediato junto ao público londrino. Campbell também foi um dos idealizadores da Universidade de Londres. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Encyclopaedia-Britannica-English-language-reference-work/Eleventh-edition-and-its-supplements> Acesso em: 12 de junho de 2024.

¹⁵⁸ Samuel Rogers (1763-1855), poeta inglês considerado como uma referência do Romantismo na Inglaterra, publicou em 1792 o poema “*The Pleasures of Memory*” e, em 1830, a edição ilustrada de “*Itália*” com gravuras de Turner e Stothard, com os quais obteve grande sucesso e reconhecimento do público. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-22288-9_67 Acesso em: 12 de junho de 2024.

¹⁵⁹ O pintor romântico Thomas Lawrence (1768-1830) foi um dos principais pintores retratistas britânicos do século XIX. Membro e presidente da Real Academia Inglesa, é considerado o mais proeminente e popular pintor da Europa do seu tempo. Disponível em: <https://www.nationalgallery.org.uk/artists/sir-thomas-lawrence> Acesso em: 12 de junho de 2024.

emocional. Ela estava em concordância com o estilo desses autores desde seu *Jeu d'esprit*, até seu código moral e a teoria social que praticavam”.¹⁶⁰

Figura 3: Parte do antigo Palácio de Richmond-Desenho de Maria Graham-1824¹⁶¹



Fonte: *British Museum*

Quando adulta, casou-se com o capitão Thomas Graham, que também era um oficial da Marinha de Guerra de S. M. B. e como uma cidadã da Commonwealth, os conceitos políticos, imperialistas e abolicionistas do liberalismo inglês foram presentes na formação da mentalidade ideológica da escritora. Em vista disso, sua obra revela, um diálogo concebido entre o fecundo movimento artístico e literário do romantismo inglês e o projeto imperialista britânico com pretensões de difundir um novo modelo de civilidade ao mundo. Maria Graham pertencia, portanto, aos dois universos, simultaneamente. Opostos e complementares, como o anverso e o reverso de uma mesma moeda. No início do século XIX, a cultura, a educação, a economia e a política inglesa estavam de mãos dadas, e Maria Graham registaria em sua obra, os avanços desse empreendimento civilizatório.

¹⁶⁰ LAGO, Tomás. *La Viajera Ilustrada- La vida de Maria Graham*. Santiago: Editorial Planeta, 2000, p. 18.

¹⁶¹ *Parte do antigo palácio de Richmond*. Desenho a caneta, tinta preta e lápis de Maria Graham-1824. O desenho representa a residência de[seu tio] Sir David Dundas, onde Maria Graham, Lady Callcott, passou a primeira parte de sua vida. Número do museu: 1845, 0405. 13. 1-167. Ano da aquisição: 1845. Doado por: Sir Augustus Callcott. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-13-1-167 acesso em 12 de junho de 2024.

A Europa oitocentista de Maria Graham foi pautada por uma nova ordem de modelos epistemológicos. Em meio a reconfiguração geopolítica da Europa, consequência das guerras napoleônicas, o século XIX teve no movimento romântico, respostas às inquietudes das emergentes sensibilidades artísticas. Ao tema do racionalismo das Luzes do século anterior, se opuseram a subjetividade, o sentimentalismo, e o individualismo humano. Respostas intelectuais às mudanças no campo das ideias, observadas desde o final do século XVIII, foi na Alemanha que o Romantismo surgiu, buscando nos fatos humanos, tanto quanto, na língua e nas tradições populares, os critérios simbólicos que alegassem na sua unidade, a legitimação histórica e cultural para a formação tardia de um novo Estado Nacional.¹⁶² O século que surgia, se mostrava promissor. No lugar das “funções de crítica social”,¹⁶³ anunciadas pelos Iluministas, um inesperado movimento intelectual apregoava serem a verdade, a arte, a ciência e a natureza, partes indissociáveis de uma mesma organicidade cosmogônica universal. Para os românticos, “o espírito social da época deveria ser uma crítica aos sistemas sociais do passado que impediam o livre desenvolvimento da natureza do ser humano”.¹⁶⁴ Os românticos buscavam instituir uma unidade fundamental também no campo da natureza, que contrastava com a interpretação racionalista da realidade iluminista em todos os aspectos, incluindo a filosofia, a religião, a arte, a moral e a ciência. Dessa forma, a preocupação com a concepção de um sentido de complementariedade entre o homem, a ciência e a natureza é uma característica constante do Romantismo,¹⁶⁵ e contribuiu para a formação da visão de mundo dos intelectuais, naturalistas e viajantes oitocentistas, a exemplo de Maria Graham.¹⁶⁶ É nesse momento que por intermédio da intermediação dos artistas

¹⁶² Francisco Falcon cita que o romantismo “associou as ideias de povo e nação como constitutivas de uma mesma entidade coletiva manifesta na língua, na história e na cultura comuns. Entificada como alma ou espírito nacional, a realidade intrínseca de cada povo nação representa uma individualidade histórica irreduzível”. FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: FLAMARION, Ciro Cardoso; VAIFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1997. p. 103.

¹⁶³ FONTANA, *A História dos Homens...* p. 223.

¹⁶⁴ FALBEL, *Os Fundamentos Históricos do Romantismo...* p. 35.

¹⁶⁵ NUNES, *A Visão Romântica...* p. 59.

¹⁶⁶ Miriam Moreira Leite cita que “naturalistas e artistas muitas vezes vieram juntos, integrando expedições científicas que, através de viagens de circunavegação e roteiros mais delimitados, seguiram as pegadas e a orientação de Humboldt[...]. Quase todos vieram por recomendação ou estímulo do autor do *Cosmos*, cuja preocupação com as ciências naturais, abrangia os habitantes dos territórios percorridos e as línguas antigas e modernas que falavam”. LEITE, Miriam. *Livros de Viagem-1803-1900*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 18.

viajantes, o mundo sensível se torna inteligível e é organizado em uma segunda interpretação da natureza. O Romantismo, agrupa as sociedades em mundos, comunidades, nações e raças que possuem culturas ao invés de civilizações.¹⁶⁷ Essas culturas geram uma individualidade única e uma identidade própria, não de cada indivíduo, mas do grupo específico, distinto de todos os outros.

Dona de um estilo narrativo marcado pela observação crítica, refinamento descritivo e a capacidade de alcançar subjetividades nas paisagens sociais do Brasil oitocentista, Maria Graham trouxe na sua equipagem cultural, a vitalidade poética e a intensidade narrativa, próprias do romantismo inglês. Nas primeiras luzes do século XIX, o modelo teórico conceitual romântico, influenciou toda uma geração de intelectuais, artistas e escritores, da qual ela era uma ativa participante. Desta forma, sublinhamos que Maria Graham ao interpretar a peculiar pluralidade da cultura brasileira, registrou em sua obra uma imensa galeria de cenas históricas, onde estão representadas, desde vistas das paisagens pitorescas locais, às práticas do cotidiano urbano brasileiro oitocentista, retratadas nas irmandades religiosas, pescadores e notadamente, na imensa população de escravizados homens e mulheres, que chegavam aos milhares nos portos brasileiros vindos da África, e ocupavam as vilas, cidades, fazendas, campos e sertões do Brasil.

De início, a pictórica paisagem brasileira sugeriu-lhe comparações apaixonadas ao estado de contemplação sublime da natureza, tão próprias das narrativas românticas inglesas daquele início de século. Este foi o momento, em que poetas, pintores e intelectuais elevaram os seus discursos e olhares para o campo da crítica aos sistemas sociais do passado,¹⁶⁸ para compreender o ser humano diante da natureza. Segundo Salet Kosel e Beatriz Furnaletto, “Humboldt procura na ‘característica total’ fisionômica de uma região, ou seja, no plano estético, a chave da essência transcendental da paisagem”.¹⁶⁹ Entretanto, não foi apenas a paisagem geográfica que atraiu a atenção de Maria Graham, durante a sua estada no Brasil. Ao contrário, logo

¹⁶⁷ GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013. p. 15.

¹⁶⁹ Segundo Lúcia Ricotta, o modelo Humboldtiano de ciência prescreve uma “dimensão antropológica do conhecimento[...]sua ciência é constitutiva de uma consciência da natureza, da forma mesma da sua linguagem, só podendo, por isso, ser explicada quando se está a pensar, a ver, a imaginar, a sentir ou a perceber, ao mesmo tempo. A existência verdadeiramente real do espetáculo perceptível da natureza é o nome de duas coisas ao mesmo tempo: o nome da ‘visão geral do fenômeno’, induzido racionalmente, e o nome da ‘beleza natural’ sentida em troca do bem que a natureza faz ao homem”. RICOTTA, Lúcia. *Natureza, Ciência e Estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2003, p. 137.

ao chegar à cidade de Recife na manhã do dia 21 de setembro de 1821, na primeira mirada para as terras sul-americanas os olhos da autora voltaram-se atentos para a sombria realidade que permeava o cotidiano urbano daquela cidade. O cenário social da escravidão, a desnudar-se por inteiro com tamanha violência, ocupou o lugar de destaque na produção textual da escritora.

Ao longo do *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There During Part of the Years 1821, 22, 23* (1824), serão constantes as denúncias feitas ao cotidiano escravista nas províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro e Maria Graham fará comparações entre estes distintos mundos cotidianos, buscando ilustrar para o seu público leitor inglês a realidade desconhecida que se revelou aos seus olhos, utilizando para isso, uma narrativa sensível, que detalhou aspectos muito próprios de cada contexto observado, refletidos como se fossem espelhos que ampliassem o alcance das suas denúncias, como analisaremos a seguir.

1.4 Aspectos comparativos: o que revelam as aquarelas da Bahia do século XIX

Por conseguinte, a partir de excertos da edição brasileira traduzida, *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), demonstraremos que Maria Graham observou atentamente a realidade escravagista do Brasil, registrando práticas e peculiaridades do cotidiano urbano e rural da imensa população cativa das províncias que visitou, descrevendo criticamente, o drama social fomentado pela exploração do comércio escravista a serviço das elites senhoriais provinciais.¹⁷⁰ Para além das cenas cotidianas da escravidão, Maria Graham documentou a indumentária própria dos cativos, forros e livres, homens e mulheres e os retratou em suas diversas funções no cotidiano laboral nas ruas das cidades brasileiras; caracterizou a tipificação dos setores eclesiásticos femininos e masculinos dos conventos baianos e representou as festas rituais religiosas; detalhou os uniformes dos soldados integrantes das milícias do governo provincial baiano; representou as atividades diurnas dos simplórios barqueiros ribeirinhos e pobres da província da Bahia, bem como, caracterizou as suas modestas habitações. Sobre o cotidiano baiano, Maria Graham ainda descreveu a aparência das cadeiras de arruar e das seges como meios de transporte das elites provinciais brasileiras, as quais

¹⁷⁰ Sobre o tópico das representações dos aspectos etnográficos e sociais da Bahia oitocentista, ver: PORTO, Denise G. Entre vendeiras e quitandeiras: o olhar de Maria Graham para a paisagem urbana da Bahia Oitocentista. *Revue Passages de Paris*, nº 20 (2020. 2) -p. 1-20. Disponível em: <https://www.apebfr.org/ojs/index.php/passadesdeparis/issue/view/3> Acesso em: 24 de setembro de 2023.

e são facilmente identificados em seu texto, em comparação aos personagens retratados no conjunto de aquarelas atribuído a escritora inglesa. Logo, seguindo Peter Burke, sublinhamos que parte do nosso esforço na presente tese visa a demonstrar que, “os testemunhos sobre o passado oferecidos pelas imagens são de valor real[...]apoando as evidências dos documentos escritos”.¹⁷¹

Ao longo da escrita do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), constatamos a intencionalidade da autora em reforçar a veracidade e a originalidade da narrativa testemunhal com o acréscimo de representações visuais em sua obra, uma vez que a publicação iria constar do catálogo das duas maiores editoras associadas de Londres daqueles anos; a John Murray,¹⁷² e a Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green.¹⁷³ Tal intencionalidade da autora, pode ser percebida na carta que se encontra sob a guarda da *National Library of Scotland*, remetida por Maria Graham do Rio de Janeiro ao editor londrino John Murray II, no dia 5 de agosto de 1823, após a escritora ter ser recuperado de uma grave doença pulmonar que a manteve acamada e sozinha em casa por dezessete dias, pois, tal como consta no seu *Diário*, “desde o dia em que fui a S. Cristóvão, fiquei presa em meu quarto em total abatimento tanto de espírito como de corpo, atacada por uma severa indisposição”.¹⁷⁴ Na missiva para o editor, Maria Graham informa que reuniu diversos desenhos inéditos e que pensa, “ter material

¹⁷¹ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: o uso das imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2027, p. 277.

¹⁷² John Murray II (1778-1843) foi um editor escocês e membro da Editora John Murray fundada pelo seu pai em Edimburgo, Escócia. Em 1812, John Murray estabeleceu-se em Londres na rua Albemarle Street, 50, para onde afluíram grandes escritores representantes do romantismo, tais como, Lord Byron, Robert Southey, Sir Walter Scott e Maria Graham, dentre outros nomes igualmente notáveis. A casa editorial de John Murray tornou-se o centro do mundo editorial Londrino e John Murray esteve presente em diversas publicações de Maria Graham, como já descrito anteriormente nesse capítulo. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/John_Murray_\(publisher,_born_1778\)](https://en.wikipedia.org/wiki/John_Murray_(publisher,_born_1778)) Acesso em: 12 de junho de 2024.

¹⁷³ O fundador da empresa, Thomas Longman (1699-1755) foi aprendiz em 1716 de John Osborn, o livreiro de Londres. A antiga editora de livros e gravuras é conhecida por uma série de nomes que refletem parcerias sucessivas ao longo dos séculos XVIII ao XX. Em 1968, foi assumida pela Financial and Provincial Publishing Company, e em 1970 (sob a gestão de Mark Longman) fundiu-se com a Penguin Books, tornando-se o Pearson Longman Group. Os editores Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green publicaram diversas obras de Maria Graham, como já citado nesse capítulo. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/term/BIOG73914> Acesso em: 12 de junho de 2024.

¹⁷⁴ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 281.

autêntico para fazer um relato dos países, homens e coisas que eu vi mais do que qualquer um até agora tenha fornecido”:¹⁷⁵

I have a great quantity of journal which I hope either you or some of your brethren will not be sorry to print. I have a great many drawings too and I believe some of them to be interesting enough to be able by their means to make the widow's (cruise?) a little fuller than it is otherwise likely to be. I am just recovered from a long and very dangerous illness which has hindered me in every way – and the consequences of it are keeping me more inactive than I like. However, I have employed myself in arranging much that I had collected before and I think I have authentic materials for a mere interesting account of the countries men and things I have seen than anybody as yet has given (LETTER FROM MARIA GRAHAM TO JOHN MURRAY, Rio de Janeiro, 05 Aug. 1823).

Transcrição traduzida do documento anterior:

Tenho uma grande quantidade de diários que espero que você ou alguns de seus irmãos não se arrependam de imprimir. Eu também tenho muitos desenhos e acredito que alguns deles sejam interessantes o suficiente para serem capazes, por seus meios, de tornar o (cruzeiro?) da viúva um pouco mais completo do que seria provável que fosse. Acabei de me recuperar de uma doença longa e muito perigosa que me prejudicou de todas as maneiras – e as consequências disso estão me mantendo mais inativa do que gostaria. No entanto, empenhei-me em organizar muito do que havia coletado antes e acho que tenho materiais autênticos para um mero relato interessante dos países, homens e coisas que eu vi mais do que qualquer um até agora tenha fornecido.¹⁷⁶ (CARTA DE MARIA GRAHAM PARA JOHN MURRAY, Rio de Janeiro, 05 ago. 1823) - tradução nossa.

Logo, a partir das motivações externadas por Maria Graham ao seu editor, de modo a convencê-lo a publicar o *Journal of a Voyage to Brazil* e o *Journal of a residence in Chile and a Voyage to Brazil*, deduzimos que a informação de que ela havia se empenhado bastante em “organizar muito do que havia coletado antes”, demonstra que desde a sua chegada ao Brasil no ano de 1821, Maria Graham havia recolhido e registrado uma grande quantidade de imagens e informações sobre “homens e

¹⁷⁵ LETTER FROM MARIA GRAHAM TO JOHN MURRAY II, Rio de Janeiro, 05 Aug. 1823. Disponível em: https://manuscripts.nls.uk/repositories/2/archival_objects/18828 Acesso em 12 de junho de 2024.

¹⁷⁶ LETTER FROM MARIA GRAHAM TO JOHN MURRAY II, Rio de Janeiro, 05 Aug. 1823. Disponível em: https://manuscripts.nls.uk/repositories/2/archival_objects/18828 Acesso em 12 de junho de 2024.

coisas”. Por conseguinte, a partir destas referências, apresentaremos as simetrias temáticas e figurativas percebidas entre as aquarelas da Bahia e alguns excertos da tradução brasileira do *Diário de uma viagem ao Brasil*, publicado em 1956, considerando uma suposta intenção de Maria Graham de incluir algumas imagens na publicação do seu diário do Brasil. Para tanto, realizamos uma amostragem comparativa entre o *corpus* documental na sequência deste capítulo, e, oportunamente, voltaremos a abordar este tópico ao longo do presente estudo.

Quanto a tipologia da fonte bibliográfica, *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), trata-se de um longo relato testemunhal que descreve textual e pictoricamente a paisagem e o panorama político e social do Brasil durante as duas estadas de Maria Graham em terras brasileiras, entre os anos de 1821 e 1823 e é acrescida com as “as notas constantes do exemplar da autora, redigidas em sua segunda viagem ao Brasil, quando vinha assumir o cargo de professora da futura rainha de Portugal”,¹⁷⁷ no ano de 1824.¹⁷⁸ No texto autoral do *Diário* a escritora inglesa nos informa que no dia 21 de setembro de 1821, ela e a tripulação da fragata inglesa HMS *Doris* pilotada por seu marido, o capitão Thomas Graham, haviam chegado ao porto da capital da província de Pernambuco, onde permaneceriam por vinte e três dias. Após a longa estadia na cidade de Recife, a fragata *Doris* seguiu para Bahia, ancorando no porto de Salvador na noite de 16 de outubro. Na manhã seguinte a sua chegada, Maria Graham avistou a paisagem geográfica e arquitetônica urbana de Salvador. Diante do ineditismo da vista formada por uma profusão de texturas, cores e luminosidade que compunham vivamente aquele panorama desconhecido, a autora informa que recorreu à linguagem pictórica, a fim de descrever plenamente a intensidade narrativa da cena revelada. Visto a partir do mar, o cenário soteropolitano lhe pareceu fabuloso e os desenhos registrando este encontro foram publicados no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956). Entretanto, em terra firme, a realidade era bem menos atraente. Pelos próximos cinquenta e quatro

¹⁷⁷ No texto de apresentação “Advertência do Tradutor”, do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), Américo Jacobina Lacombe se refere ao ano de 1824, como sendo aquele em que Maria Graham retornara ao Brasil, vinda da Inglaterra, para assumir o posto de governanta da princesa d. Maria da Glória. Ocorre que esta data corresponde a terceira viagem que a escritora faria ao Brasil, e não a segunda, como consta no livro. N/A.

¹⁷⁸ Sobre a breve e conturbada experiência de Maria Graham como preceptora da princesa d. Maria da Glória e os testemunhos da viva amizade que estabeleceu com a Imperatriz d. Leopoldina, ver: PORTO, Denise G. A Imperatriz Austríaca e a Viajante Inglesa: entre cartas e tristezas, a história de uma amizade nos tempos da Independência do Brasil. In: *O Movimento da Independência: homens e mulheres na conquista da autonomia nacional*. André Heráclito do Rêgo (org.). Curitiba: Appris Editora, 2023, p. 119-132.

dias, a desigual paisagem social que encontrara será descrita em seu diário de viagem por meio da denúncia da conjuntura escravocrata que subsistia na província baiana e no Brasil como um todo. Naqueles dias, os olhos da autora voltaram-se atentos, também, para a sombria realidade que permeava o cotidiano urbano da cidade de Salvador. O cenário social da escravidão revelar-se por inteiro com tamanha violência, ocupou um lugar destacado na produção textual da escritora, pois nada justificava “a injustiça e a miséria da escravidão, nem a maneira como eram tratados aqueles desventurados filhos de Deus”.¹⁷⁹ Por conseguinte, a observação da estranha realidade brasileira alcançou na pena da autora, a sua interpretação crítica mais contundente, logo nos seus primeiros momentos em terras brasileiras:

Era a primeira vez que tanto os rapazes quanto eu estávamos num país de escravidão e por mais que os sentimentos sejam penosos e fortes quando em nossa terra imaginamos a servidão, não são nada em comparação com a visão tremenda de um mercado de escravos.¹⁸⁰

o longo período em que morou no Brasil, Maria Graham deixou um grande acervo de desenhos em aquarelas e grafite.¹⁸¹ Na sua permanência em Salvador, a cronista conviveu cotidianamente com a população escravizada local, predominantemente composta de cativos africanos, submetidos a precárias condições de sobrevivência. Em 1821, a dominação senhorial na Bahia atingira gigantescas proporções. A constatação da servidão e das relações pessoais dos proprietários com seus escravizados foram reveladas nos textos do *Diário de uma Viagem ao Brasil* (1956) e afetaram profundamente o olhar da autora. Sublinhamos que, para além da Bahia, a realidade social, política e cultural do Brasil oitocentista, em meio ao seu turbulento processo e Independência, influenciou a sensibilidade crítica de Maria Graham, o que pode ser constatado nas narrativas decorrentes dos períodos em que residiu nas províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

¹⁷⁹ NARA Júnior, João Carlos. Fronteiras da escravidão: da África ao cemitério dos pretos novos de Santa Rita no Rio de Janeiro. Brasília: Edições do Senado Federal, 2024, p. 181.

¹⁸⁰ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 114.

¹⁸¹ As aquarelas, desenhos e esboços originais de Maria Graham sobre as cenas de costume e de paisagens de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, que originaram as gravuras publicadas no *Diário de uma Viagem ao Brasil*, encontram-se no acervo Maria, Lady Callcott, no British Museum. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/search?keyword=maria&keyword=Lady&keyword=callcott&view=grid&sort=object_name_asc&page=1 Acesso em 12 de junho de 2024.

Em outubro de 1821, e inspirada pela Revolução Constitucionalista Pernambucana, Salvador encontrava-se em plena efervescência política sob as pressões do Governo Provisório da Bahia, que demonstrava a sua insubordinação ao regente d. João e a total lealdade às Cortes Portuguesas.¹⁸² Havia na cidade, por parte dos brasileiros, uma atitude de hostilidade aos cidadãos portugueses. Assim, centenas de soldados da milícia provincial eram vistos uniformizados em atividade militar e de vigilância pelas ruas e ladeiras baianas. Ao longo de sua permanência na Bahia, Maria Graham teve a oportunidade de conhecer os mosteiros e conventos católicos de Salvador, de transitar por entre ruas e ladeiras em cadeiras, seges ou a pé, de visitar os sítios e fazendas dos arredores da capital e ainda, de excursionar na ilha de Itaparica, quando ela pode conhecer as senzalas de uma fazenda de farinha e de conversar com os africanos escravizados que trabalhavam nos campos. Essas visitas estão detalhadamente narradas no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), e descrevem o cotidiano político, cultural, social e econômico da capital e de seus arredores. Naqueles dias, Salvador contava com um dinâmico comércio local, interprovincial e de importações de produtos manufaturados, o que garantia à capital o abastecimento dos mercados da cidade.¹⁸³ Entretanto, no *Diário de uma Viagem ao Brasil* (1956), Mrs. Graham ressaltou que foi a cena da escravidão baiana que se mostrou mais brutal, expondo “estas desgraçadas criaturas[...]a todas as misérias da vida”.¹⁸⁴ Desta forma, a inglesa pode ter representado em aquarelas a paisagem escravagista baiana, o que confirmaria a percepção que, também na produção pictórica de Maria Graham, vida e obra humanas são reflexos de uma experiência contínua e sensíveis das realidades da alma”.¹⁸⁵ Logo, a partir do olhar crítico da escritora e pintora inglesa, iniciaremos uma análise por amostragem, que destacará indícios das confluências dialógicas percebidas entre a fonte literária *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956) e os documentos iconográficos das aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham.

Por conseguinte, relacionaremos as figuras *Market Woman*, *Seller of sweetmeats* (doces); *Fish Woman*- Bahia; Cadeira-Bahia; Cadeira e *Private-Cadeira*;

¹⁸² PORTO, Denise G. *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2020, p. 45.

¹⁸³ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 163.

¹⁸⁴ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 189.

¹⁸⁵ BONAVENTURE, *Prefácio à edição brasileira...* p. 16.

ao excerto correspondente em similaridade temática e espacial no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), que se segue:

Tabela 5: Aquarelas da Bahia do Século XIX- *Market Woman*, *Fish Woman-Bahia*, *Seller of sweetmeats* (doces), *Cadeira- Bahia*, *Cadeira*, e, *Private-Cadeira*.



Bahia-Quarta-feira, 17 de outubro de 1821, p. 145.

A rua pela qual entramos através do portão do Arsenal ocupa aqui a largura de toda a cidade baixa da Bahia[...]Todos os artífices trazem seus bancos[...]Nos espaços que deixam livres[...]estão vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras (espécie de liteiras) com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação, nem distinção[...]Chovia quando desembarcamos[...]por isso alugamos cadeiras e as achamos, se não agradáveis, ao menos cómodas. Consistem numa poltrona de vime, com estribo e um dossel coberto de couro. Cortinas, geralmente de melania,¹⁸⁶ com debruns dourados e forrados em algodão ou linho, estão dispostas em torno do dossel, ou abertas, como se queira. Tudo é suspenso pelo alto por um único varal, pelo qual dois negros o carregam a passo rápido sobre os ombros, mudando de vez em quando do direito para o esquerdo.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Melânia, melanha ou melania é uma espécie de tecido de lã ou de seda utilizado para guarnições. Fonte: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1981, vol. 16, p. 764. MD e AD Disponível em: <https://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario/melanha-melania/> Acesso em: 12 de junho de 2024.

¹⁸⁷ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 145.

Apontamos que a partir da narrativa textual de Maria Graham sobre a dinâmica e as características do comércio no mercado popular de Salvador, e da aparência das cadeiras de transporte urbano utilizadas pela população abastada de Salvador, é possível reconhecer nas iconografias selecionadas no conjunto das aquarelas da Bahia, as correspondências visuais das iconografias *Market Woman*, *Fish Woman-Bahia*, *Seller of sweetmeats* (doces), com as cenas narradas no *Diário de uma Viagem ao Brasil* (1956), relativas ao comércio realizado pelos vendedores de frutas, peixes e doces. Quanto ao transporte urbano realizado pelos africanos escravizados nas figuras; *Cadeira Bahia*, *Cadeira* e *Private Cadeira*, por exemplo, estão destacados para o observador as características funcionais e estéticas dos equipamentos, com ênfase na representação da abertura das cortinas de melania forradas com algodão ou linho e adornadas com debruns dourados, que deixam à mostra as cadeiras de vime de seus interiores, tal como está descrito no texto de Maria Graham.

Tabela 6: Detalhes - *Market Woman*, *Seller of sweetmeats* (doces), *Fish Woman-Bahia*

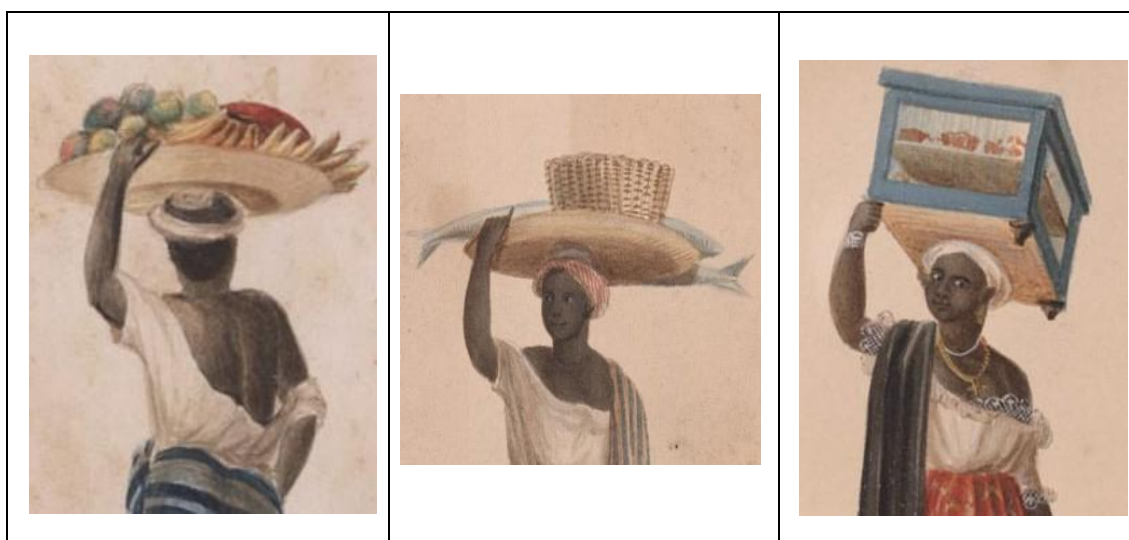


Tabela 7: Detalhes - *Cadeira Bahia, Cadeira e Private Cadeira*



A seguir, relacionaremos a figura *The Harbour and bay of Bahia -Brazil* ao excerto correspondente no *Diario de uma viagem ao Brasil* (1956).

Figura 4: *The Harbour and bay of Bahia, Brazil*



Quarta- feira, 17 de outubro de 1821, p. 145-146.

À medida que subíamos, cada passo nos trazia à vista um belo espetáculo, em geral enquadrado pela baía e pelas embarcações. Há qualquer coisa no panorama daqui de particularmente agradável. A verdura, a floresta, as íngremes bordas e os campos docemente inclinados, geralmente abrindo-se para o mar ou para a lagoa, atrás da cidade, tem uma frescura e uma amenidade que dificilmente me lembra ter visto antes. Não vimos senão pouco da cidade alta, mas esse pouco era belo, em nosso caminho para a casa do cônsul. Sua casa, como todas as dos comerciantes ingleses, fica um pouco longe da cidade, no subúrbio da Vitória, que ocupa a maior parte de um estreito espigão, que se estende da cidade até Santo Antônio. Entre ele e a cidade fica o forte de São Pedro, construído, penso eu, primitivamente de barro pelos

holandeses. Foi recoberto de pedra na retomada da Bahia aos holandeses, no começo do último século.¹⁸⁸

No excerto do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), Maria Graham alude a bela paisagem baiana “enquadrada pela baía e pelas embarcações”, composta pela “verdura, a floresta, as íngremes bordas e os campos docemente inclinados” e destaca o forte São Pedro e as peculiaridades de sua edificação. Reconhecemos nessa citação uma acentuada equivalência descritiva em relação a pintura *The Harbour and bay of Bahia, Brazil*. Na representação visual da cena, podem ser observadas três figuras humanas no primeiro plano da composição e no meio plano, a reprodução da construção holandesa do século XVII, cuja técnica de edificação, feita “primitivamente de barro”, é confirmada pelo cronista setecentista Luiz do Santos Vilhena e pelo arquiteto e restaurador baiano Mário Mendonça de Oliveira. Segundo Mário Mendonça:

A construção primitiva[do forte] não era de pedra e cal como a conhecemos hoje e sim de terra batida ou de torrão[...]alguns estudiosos defendem que existia, junto da Ermida de São Pedro, um fortim português[...]que os holandeses transformaram em defesa mais elaborada quando ocuparam a cidade entre 1624 e 1625.¹⁸⁹

Certamente o arquiteto Mário Mendonça de Oliveira, consultou em suas pesquisas o professor régio de grego e cronista setecentista, Luís do Santos Vilhena, pois é visto que na *Carta VI* da obra clássica da historiografia colonial brasileira *A Bahia no século XVIII*,¹⁹⁰ Vilhena registra em detalhes, o prospecto e da planta baixa do forte de São Pedro, com a descrição da localização geográfica da fortificação em relação ao centro da cidade de Salvador. Segundo Vilhena,

Já te disse, meu Filopono, que pela parte do Sul havia um passo seco entre o dique e o despenhadeiro para o mar, e que para evitar por ali a entrada para a cidade havia os holandeses feito de terra o forte chamado hoje de S. Pedro. No tempo do vice-reinado do Marquês de Amgeja se acabou este de revestir de muralha, a sua trincheira, e mais obras exteriores; acabou-se o seu fosso, fez-se lhe esplanada, e estrada coberta para encobrir a muralha até o cordão.¹⁹¹

¹⁸⁸ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1956, p. 145-146.

¹⁸⁹ OLIVEIRA, As fortalezas e a defesa de Salvador... 126.

¹⁹⁰ VILHENA, A Bahia no século XVIII... 1969.

¹⁹¹ VILHENA, A Bahia no século XVIII... p. 227.

Figura 5: Detalhes- *The Harbour and bay of Bahia, Brazil*



A seguir apresentamos o *Mapa da cidade de Salvador de 1894* de Élisée Reclus¹⁹² onde foi capturada a cena pictórica, segundo nossas comparações, relacionando: o ponto de perspectiva da observação do artista na aquarela *The Harbour and bay of Bahia*,

Figura 6: *Mapa da cidade de Salvador de 1894* de Élisée Reclus



Na sequência, relacionaremos as figuras *Franciscano, Beneditino; São Francisco, Carmo-Bahia; Beneditinos, Capuchinhos*, aos excertos do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956).

¹⁹² Mapa da Bahia século XIX. RECLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brasil- Geografia, Ethnografia, Estatística*. Trad. B. F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro. Garnier, 1900, p. 231.

Tabela 8: *Franciscano, Beneditino, São Francisco, Carmo-Bahia, Beneditinos, Capuchinhos*



Quarta-feira, 10 de outubro de 1821, p. 136-137.

Fomos à terra cedo pela primeira vez desde o armistício. Os canhões foram retirados das ruas e as lojas reabriram. Os negros não estão mais encerrados portas adentro e os padres reapareceram. Seus chapéus largos e amplos mantos dão-lhes importância no meio do povo, agora ocupado e ativo.¹⁹³

Quarta-feira, 17 de outubro de 1821, p. 146-147.

Ansiosos por aproveitar uma oportunidade para passear[...]aceitamos o amável oferecimento de miss Pennell para mostrar-nos algumas das redondezas antes do jantar e acompanhamo-la até a igreja dedicada a N^a Sr^a da Graça. Quando o famoso Caramuru naufragou em Itaparica[...]sua mulher, Catarina de Paraguaçu[...]teve uma visão[...]e Caramuru seguiu na direção apontada por sua mulher. Descobriu[...]em uma das cabanas, uma imagem de N^a Sr^a da Graça e de acordo com as instruções que sua mulher recebera na visão, construiu e dedicou-lhe a igreja, doando-a, bem como uma casa junto a ela aos Beneditinos.¹⁹⁴

Observa-se na primeira citação acima, que Maria Graham enfatiza o volume dos trajés eclesiásticos e chama a atenção para os diversos estilos dos chapéus usados pelos padres em Salvador, o que corresponde a caracterização visual das figuras *Franciscano, Beneditino*; e *São Francisco-Carmo, Bahia*, como demonstrado a seguir

¹⁹³ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 136-137.

¹⁹⁴ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 146-147.

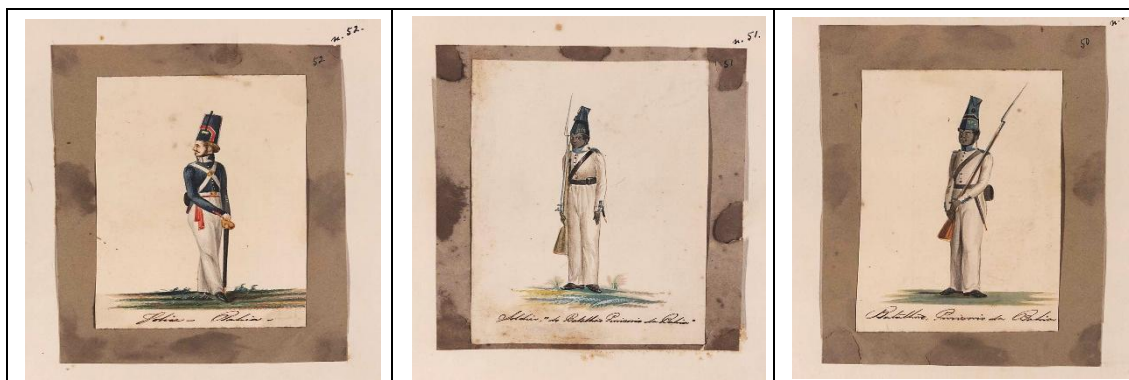
na Figura 12. Na citação seguinte, a inglesa impressiona-se ao conhecer a igreja dedicada a N^a Sr^a da Graça. Tomada pela emoção do momento, ela narra a fascinante história da mística visão de Catarina de Paraguaçu, que ao encontrar a imagem de N^a Sr^a da Graça, “dedicou-lhe a igreja, doando-a, bem como uma casa junto a ela aos Beneditinos. “ Nessa passagem, Maria Graham destaca para o seu leitor que Catarina de Paraguaçu destinou aos padres Beneditinos a manutenção e proteção espiritual do templo sagrado. No conjunto de aquarelas da Bahia, ocorrem seis pinturas representando figuras masculinas que ilustram a diversidade de ordens religiosas existentes na Bahia oitocentista, a exemplo das imagens de Franciscanos, Beneditinos; Carmelitas e Capuchinhos e que podem ser apreciadas pelo cuidadoso apuro no colorido das figuras e na caracterização visual dos detalhes das vestimentas das ordens eclesiásticas, bem como pela expressiva gestualidade dos religiosos que dialogam entre si. Em duas destas composições ocorrem representações dos Beneditinos.

Tabela 9: Detalhes-*Franciscano, Beneditino, São Francisco, Carmo-Bahia*



A seguir, relacionaremos as iconografias *Police-Bahia; Soldier[do Batalhão provisório da Bahia]; e Batalhão provisório da Bahia*; aos fragmentos narrativos correspondentes no *Diario de uma viagem ao Brasil* (1956).

Tabela 10: *Police-Bahia, Soldier[do Batalhão provisório da Bahia], e Batalhão provisório da Bahia*



Sábado, 28 de setembro de 1821, p. 118.

Os milicianos são mais bem uniformizados e estão agora empregados no serviço regular alternando com as tropas reais, que desertam para os patriotas diariamente.¹⁹⁵

Domingo, 21 de outubro de 1821, p. 154-155.

Voltando da capela, vimos grande parte das tropas formadas em ordem de revista, no pequeno campo entre *Buenos Aires* (nome do hospital) e o forte Pedro[São Pedro]. Todo português, ao que parece, nasce soldado, e não há nada que isente um homem dos deveres cívicos, a não ser um cargo público. Há seis corpos de milícia na cidade da Bahia: 1º— uma companhia de nobres da cavalaria, que forma a guarda de honra do governo; 2º— um esquadrão de artilharia montada; 3º— dois regimentos de brancos, quase todos comerciantes; 5º—um regimento de mulatos e 6º—um de negros livres, atingindo todos reunidos 4. 000 homens[...]os oficiais são escolhidos entre as famílias mais respeitáveis e, com exceção dos majores e ajudantes, que são de linha, não recebem pagamento. As tropas da capital são em geral passadas em revista ou inspecionadas nos domingos e algumas vezes as tropas regulares portuguesas são passadas em revista junto com elas.¹⁹⁶

Domingo, 4 de novembro de 1821, p. 185.

Ao olharmos para a terra, ao romper dessa manhã, vimos a artilharia em posição e as tropas formadas na praça em frente ao teatro.¹⁹⁷

¹⁹⁵ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 118.

¹⁹⁶ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 154-155.

¹⁹⁷ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 185.

Observa-se nessa passagem, que Maria Graham enfatiza a aparência do fardamento dos militares e procura trazer para o leitor um panorama das milícias realistas e independentes que circulavam na cidade de Salvador, tendo o cuidado de descrever os perfis étnicos ligados aos estratos sociais dos diversos grupos de combatentes. A mesma perspicácia descritiva é identificada nas figuras representadas nas aquarelas que dialogam visualmente com o que está relatado no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956).

Tabela 11: Detalhes- *Police-Bahia*, *Soldier*[do Batalhão provisório da Bahia], e *Batalhão provisório da Bahia*



A seguir, relacionaremos a iconografia *Fisherman's hut Bahia* ao excerto correspondente no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956).

Figura 7: *Fishman's hut Bahia*



Domingo, 28 de outubro de 1821, p. 163.

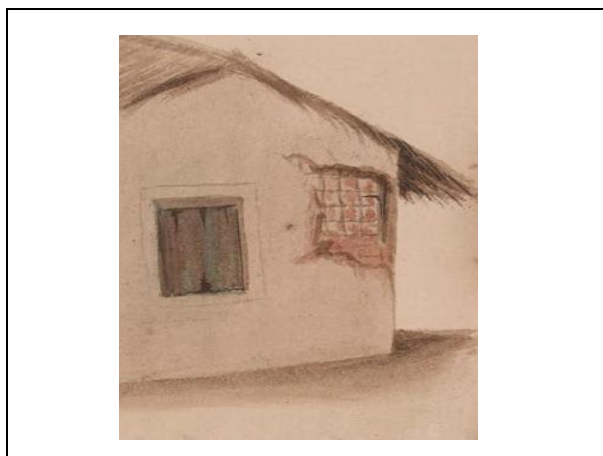
As cabanas dos pobres são feitas de estacas verticais com galhos de árvores trançados entre elas, cobertos e revestidos seja com folhas de coqueiros, seja com barro. Os tetos são também cobertos de palha.¹⁹⁸

Na citação, o paralelismo entre a descrição textual da cena retratada no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956) e a representação imagética correspondente na aquarela *Fishman's hut Bahia*, é evidenciada no detalhamento do teto da casa coberto de palha, e na representação intencional de um grande recorte na parede lateral da choupana, que deixa a mostra para o observador a técnica de construção utilizada nessas edificações, “feitas de estacas trançadas entre elas, cobertos e revestidos, seja com folhas de coqueiros, seja com barro”,¹⁹⁹ como demonstra o detalhe da aquarela *Fishman's hut Bahia* apresentado a seguir:

¹⁹⁸ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 163.

¹⁹⁹ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 163.

Figura 8: Detalhe-Fishman's hut. Bahia



Após a análise das confluências dialógicas identificadas entre a obra literária *Diário de uma Viagem ao Brasil* (1956), e os documentos iconográficos das aquarelas da Bahia do século XIX atribuídas a Maria Graham, prosseguiremos investigando as relações entre as imagens *Fish Woman-Bahia* e *Seller of Sweetmeats* e os seus significados implícitos, como fontes privilegiadas para exemplificar a riqueza discursiva das fontes imagéticas atribuídas a Maria Graham.

1.5 Entre vendeiras e quitandeiras: o olhar de Maria Graham para a paisagem social da Bahia oitocentista

A população da Bahia era mestiça.²⁰⁰ Por toda parte podia ser vista; nos vastos campos agrícolas dos grandes proprietários, nos interiores das rústicas casas grandes, nas instalações dos engenhos de açúcar, ou no vaivém urbano de vilas e cidades. E lá, por entre fazendas, vielas, becos e ladeiras, transitavam centenas de homens e mulheres anônimos que vindos da África, e crioulos nascidos na terra, eram forros, livres ou escravizados.

Nas cidades da Bahia, milhares de indivíduos escravizados e forros ou livres, fossem eles, jovens ou adultos, velhos ou crianças, homens e mulheres, eram ganhadores e ganhadoras, quitandeiros e vendeiras de aluguel, ou carregadores

²⁰⁰ Ver: PORTO, Denise G. Entre vendeiras e quitandeiras: o olhar de Maria Graham para a paisagem urbana da Bahia Oitocentista. *Revue Passages de Paris*, nº 20 (2020. 2). Disponível em: <https://www.apebfr.org/ojs/index.php/passadesdeparis/issue/view/3> Acesso em: 24 de setembro de 2023.

contratados em ofícios mecânicos e braçais nas mais diversas atividades. Segundo Kátia Mattoso:²⁰¹

O escravo da cidade é eclético. Alguns deles, evidentemente, adquiriram na África, ou com o seu senhor, um ofício determinado (cozinheiro, cocheiro, bordadeira, costureira, calafate, pedreiro, caldeireiro, carpinteiro etc.). Estes vendem sua competência, se o mercado a requer. Outro venderá da mesma maneira sua habilidade em levar o cliente a comprar o que lhe queira vender.

Entretanto, apesar de tal riqueza de saberes, a pluralidade desse elenco somou, desde o século XVI, apenas para formar a paisagem brasileira de uma realidade social, opressora, excludente e desigual por longos três séculos. Sobre esses tempos pretéritos, Kátia Mattoso observou que foram “três séculos durante os quais as relações sociais jamais se estratificaram, ao contrário, evoluíram numa conjuntura mutante. Três séculos também de analfabetismo generalizado em quase todas as categorias da população”.²⁰²

O obscuro universo de servidão que Maria Graham encontrou no Brasil, levou-a a esboçar a realidade do contexto escravocrata que subsistia na província da Bahia. Nas palavras da autora, “outro dia tomei alguns jornais velhos da Bahia, exemplares da *Idade D’ouro do Brasil*²⁰³ e encontrei na lista dos navios entrados durante três meses deste ano os seguintes dados: entre 25 de março a 26 de junho de 1821, chegaram 1574 escravos vivos e 374 mortos”. E a autora continua a informar sobre a terrível estatística: “de modo que da carga destes cinco navios, calculada acidentalmente, um quinto morreu na travessia”.²⁰⁴

Nos primeiros decênios do século XIX, a dominação senhorial na Bahia alcançara gigantescas proporções. A observação da violência praticada na escravidão e

²⁰¹ MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3°. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 140.

²⁰² MATTOSO, *Ser escravo no Brasil...* p. 232.

²⁰³ Sobre o jornal *Idade D’ouro do Brasil*, este foi o segundo jornal brasileiro a circular após a chegada de D. João ao Brasil em 1808: “segundo jornal publicado no Brasil[...]foi lançado no dia 14 de maio de 1811 em Salvador, sob a proteção do então governador geral da Bahia, Marco de Noronha e Brito, o conde dos Arcos.[...]era uma espécie de diário oficial da época, feito para dar publicidade aos atos oficiais e defender os direitos da Coroa portuguesa no Brasil. *Idade D’ouro do Brasil*. Edição 00012, 11 fev. 1823. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/idade-d-ouro/749940> Acesso em 12 de agosto de 2024.

²⁰⁴ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 166-171.

os vínculos abusivos dos proprietários para com os seus escravizados foi documentado na obra de Maria Graham e afetou profundamente o olhar da autora. Não foram poucas as oportunidades em que ela testemunhou o dia a dia de escravizados. Nos trabalhos dos engenhos, nos campos das fazendas, na intimidade doméstica das casas grandes ou no cotidiano da escravidão urbana de Salvador. Para os senhores de escravizados, a posse de um cativo significava, apenas, um investimento financeiro que deveria resultar em lucro e produtividade. Logo, a existência dos escravizados era marcada pela rígida sujeição ao modelo patriarcal, no qual, esperava-se do escravo a gratidão por receber proteção e sustento dos senhores com trabalho, fidelidade, obediência e humildade. Portanto, para Maria Graham, aqueles escravizados estariam fadados à invisibilidade social, pois “uma vez que se admite o tráfico, não admira que o coração se torne duro para os sofrimentos individuais dos escravos”.²⁰⁵

As práticas subjacentes na dinâmica escravagista documentadas pela autora, demonstram que aqueles homens e mulheres que viviam em Salvador como ganhadores e quitandeiras, e que ficavam na maior parte dos dias longe das vistas dos capatazes e dos seus senhores usufruíam de alguma liberdade de ação. Eles viviam em condições superiores aos seus irmãos de cativeiro nas fazendas, já que estes, permaneciam mais próximos dos seus proprietários nos campos agrícolas e na intimidade familiar das casas-grandes. E da percepção sobre as diferentes formas de cativeiros, Maria Graham documentou um interessante depoimento de um escravo empregado nas lidas de um grande engenho baiano. Nesse relato, foi observado como certos cativos entendiam suas próprias perspectivas de autonomia, no interior de um sistema de dominação patriarcal, a partir da proximidade ou afastamento de seus senhores:

“Quanto mais o senhor está distante de nós em lugar e categoria, mais liberdade usufruímos, menos são inspecionadas e controladas as nossas ações, e mais pálida fica a cruel comparação entre nossa própria sujeição e a liberdade, ou mesmo o domínio do outro”.²⁰⁶

Durante o tempo em que Maria Graham esteve visitando a Bahia, ela procurou delinear a singularidade da escravidão que acabara de ter contato. Observadora da cena cotidiana, seu olhar voltou-se para a representação da indumentária das mulheres

²⁰⁵ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 166.

²⁰⁶ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 158-159.

escravizadas e forras. Eram as vendeiras de ganho e quitandeiras que, com desenvoltura exibiam uma individualidade, cuja dignidade de seus legados ancestrais, não passou despercebida para a escritora. O século XIX trouxe para a antiga capital colonial, o aumento do tráfego de escravizados e a intensificação do comércio interprovincial. No cotidiano das ruas e mercados, da “cidade em pleno desenvolvimento, aberta, colhedora”,²⁰⁷ Maria Graham registrou em seu diário retratos etnográficos das mulheres vendeiras, que oferecendo seus produtos expostos sobre rústicas esteiras e transportados em grandes cestas de palha ou em caixas envidraçadas, confirmariam um lugar histórico na circularidade de mercadorias de subsistência e dos produtos manufaturados na economia baiana oitocentista.

Uma exótica natureza tropical misturava-se a paisagem urbana de Salvador. A cidade inteiramente formada por ladeiras, vielas, becos e várzeas, lembrava uma cópia mal-acabada da distante Lisboa. A arquitetura barroca das igrejas conventos e mosteiros católicos se misturava numa original composição, ao casario colonial e neoclássico de pedra e cal, onde, segundo relata Mary Del Priore, “havia sobrados com três, quatro, e até mesmo cinco andares[...]Na cidade baixa, dos altos sobrados, habitavam os comerciantes; os mais ricos possuíam casas de campo nas colinas, fora do centro da cidade”.²⁰⁸ Contudo, para Maria Graham a cidade baixa apresentava a aparência de uma mistura de ruelas estreitas, que “sem exceção, é o lugar mais sujo em que eu tenha estado”.²⁰⁹ Na longa via, que a partir do Arsenal cruzava toda a extensão da cidade baixa, transitavam vendedores, artífices e carregadores, junto a comerciantes portugueses, estrangeiros e brasileiros. A escritora inglesa relatou que aquele lugar abrigava os maiores armazéns e escritórios comerciais da Bahia, e que lá encontravam-se “os mercados que parecem estar bem sortidos, especialmente de peixe”.²¹⁰ Era ali que estava, também, o mercado de escravos, “cena que ainda não aprendi a ver sem vergonha e indignação”.²¹¹

²⁰⁷ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo na Bahia*. 3ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 205.

²⁰⁸ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira-2 Império...*p. 156-157.

²⁰⁹ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 145.

²¹⁰ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 150.

²¹¹ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 150.

Figura 9: *Fish Woman-Bahia*



Figura 10: *Seller of sweetmeats (doces)*



Em 1821, pelas ruas de Salvador transitava uma imensa população de escravizadas de ganho que, entre outras mulheres livres e forras, apregoavam em altas vozes suas mercadorias num esforço contínuo de venda. Enquanto as vendeiras livres e libertas arrecadavam, inteiramente para si o ganho de suas vendas, as cativas e escravizadas de aluguel tinham a obrigação de efetuar aos seus proprietários, os

pagamentos dos valores amealhados com o trabalho diário. Todas elas, contudo, transitavam livremente pelas ruas da capital, levando aos mercados da cidade uma grande variedade de produtos. Por outro lado, as senhoras brancas e pertencentes às distintas famílias ricas baianas, deviam ficar recolhidas em suas casas, de onde só saíam em companhia de seus maridos, irmãos ou filhos. A rotina de muitas destas mulheres da elite compreendia passar horas de seus dias nas grandes cozinhas de suas casas, comandando de perto, o preparo dos quitutes pelas escravizadas. Sobre esta prática baiana, o cronista Luís dos Santos Vilhena conta que não era incomum, que das residências mais ricas da cidade, fossem enviadas, diariamente às ruas, mulheres escravizadas do serviço doméstico, com o objetivo de vender “produtos da sua indústria[...]e ainda contrabandos, tirados por alto, ou comprados em navios estrangeiros”.²¹² Mary Del Priore completa que “também na primeira metade do século XIX, no interior de sobrados, donas de casa de ‘tamancas, sem meias com um penteador de cassa por vestido’ presidiam a fabricação de doces caseiros, que mandavam as escravas venderem em tabuleiros pelas ruas”. A autora aponta que “algumas dessas escravas além de cozinhar quitutes, os vendiam, também, como ambulantes. Para as mulheres escravizadas contratadas não havia distinção do serviço a ser executado, nem horário de trabalho fixo a cumprir”.²¹³ Sobre as práticas do mercado de aluguel de escravizadas, forras, mulatas e livres, Kátia Mattoso, sublinha:

Na realidade, a especialização do escravo é determinada segundo as necessidades do mercado ou a boa vontade do senhor[...].O escravo é, às vezes, simplesmente alugado no mercado de locação de serviços. É possível alugá-lo ao dia, à semana, ao mês, ao ano ou por mais tempo. Em geral, para prazos muito curtos (um dia, uma semana) o contrato é verbal; para períodos mais longos é feito um registro no cartório.²¹⁴

Para as vendeiras e quitandeiras, o trabalho lhes valeria uma pequena renda amealhada pela paga de seus bons serviços. Flávio dos Santos Gomes aponta, que estas

²¹² VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã, 1969, p. 131.

²¹³ DEL PRIORE, *Histórias da gente brasileira-2 Império...* p. 204-286-287.

²¹⁴ MATTOSO, *Ser escravo na Bahia...* p. 141.

“mulheres escravizadas agenciavam suas vidas não como objetos passivos[...], mas como sujeitos com lógicas próprias forjadas em experiências sociais concretas”.²¹⁵

Esses pequenos ganhos, eram gratificações que variavam de acordo com a boa vontade de seus senhores, e seriam utilizados para conquistar, ao longo da vida, um pecúlio pessoal, que, num futuro lhes tornaria possível, dentre outras aspirações, a compra da própria alforria. Algumas escravizadas de ganho, puderam economizar dinheiro suficiente para libertar a si e a outros membros de suas famílias.²¹⁶ Tal prática de mobilidade social foi verificada por Luiz Carlos Soares a partir do caso da escrava de ganho Bertoleza: “ela era escrava de um senhor cego, residente em Juiz de Fora e todo mês tinha que mandar para ele a quantia de 20\$000 Reis. Apesar do trabalho intenso, a quitandeira conseguiu fazer economia para comprar sua liberdade”.²¹⁷ Para o autor, sendo mais uma das contradições da economia escravista, essa era uma prática que permitia alguma mobilidade social entre a população feminina cativa, embora, houvesse requisitos importantes a serem observados:

As escravas preferidas para essa atividade (ganho) possuíam certas características mais procuradas para que desempenhassem bem a tarefa, como o domínio sobre a língua portuguesa, boa aparência e tino comercial, lembrando que muitas destas vieram de tribos africanas onde o papel comercial era exclusivo das mulheres[...]Logo, as mulheres negras ganhadeiras, como eram chamadas, tanto as escravas, quanto as livres ou libertas, ocuparam papel de destaque nesse cenário[...]O sucesso se refletia, sobretudo, no controle que as ganhadeiras vieram a ter sobre o comércio varejista de produtos perecíveis.²¹⁸

Ao observar as ganhadeiras nos mercados baianos da cidade baixa, o historiador oitocentista Frank Vincent deixou uma descrição, no mínimo curiosa, sobre a aparência física daquelas mulheres: “ao longo do mar existe um grande mercado a céu aberto, com todo o tipo de peixes, frutas e vegetais, oferecidos à venda por negras gigantescas”.²¹⁹

²¹⁵ GOMES, Flávio dos Santos. *História dos Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas do Rio de Janeiro- século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1992, p. 19.

²¹⁶ REIS, *De escravo a rico liberto...* p. 15-68.

²¹⁷ SOARES, *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX...* p. 123.

²¹⁸ SOARES, *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX...*p108.

²¹⁹ VINCENT, *Around and About South América...*p. 306.

Por certo, não faltaram nos relatos de estrangeiros, homens e mulheres que passaram pelo Brasil durante as primeiras décadas do século XIX, um acentuado estranhamento eurocêntrico relativo à aparência e aos valores culturais das mulheres negras vendeiras e quitandeiras de ganho.²²⁰ No século anterior, o professor régio de grego, Luís dos Santos Vilhena, estranhava que em Salvador, fossem vendidos pelas negras escravizadas, forras e livres, toda a sorte de mercadorias como, por exemplo, carne seca, carne de baleia, toucinho, hortaliças e peixes, em mercados chamados de quitandas. Ele relata que o comércio de peixes era privativo das negras ganhadeiras e que elas monopolizavam a venda de pescado na Bahia: “vendem as ganhadeiras o peixe a outras negras, para tornarem a vender, e a esta passagem chamam carambola”.²²¹ Embora esta fosse uma prática proibida pela administração pública, ele acrescenta que “de ordinário são, ou foram cativas de casas ricas, e chamadas nobres, com as quais ninguém se quer intrometer, pela certeza que tem de ficar mal, pelo interesse que de comum tem as senhoras naquela negociação”.²²² Como observado nesse relato, as senhoras proprietárias exploravam as habilidades de suas escravizadas, de forma a garantir rendas, que, não raro, sustentavam a própria da família dos senhores. Por conseguinte, pelo numeroso grupo de quitandeiras continuamente movimentar um comércio lucrativo e ligado à economia da nobreza da terra, Vilhena informa que o “Senado mandou fazer umas casinhas para alugar às quitandeiras, com a desgraça, porém de serem tão pequenas que nenhuma as quis alugar”.²²³

Entretanto, para Maria Graham a representatividade das mulheres vendeiras e quitandeiras, não se limitou às atividades comerciais que exerciam. Num esforço em documentar aquelas que colocavam em movimento com sua força de trabalho a engrenagem da economia de subsistência e do comércio de rua baiano, a escritora registrou no seu diário de viagem como as mulheres se mostravam atuando em seus ofícios cotidianos. Ela expõe os detalhes estéticos e culturais peculiares ao grupo, ou seja, como se vestiam, quais eram os acessórios e as joias que portavam, o que vendiam

²²⁰ Ver: PORTO, Denise G Entre vendeiras e quitandeiras: o olhar de Maria Graham para a paisagem urbana da Bahia Oitocentista. *Revue Passages de Paris*, nº 20 (2020. 2). Disponível em: <https://www.apebfr.org/ojs/index.php/passadesdeparis/issue/view/3> Acesso em: 24 de setembro de 2023.

²²¹ VILHENA, *A Bahia no Século XVIII...* p. 127.

²²² VILHENA, *A Bahia no Século XVIII...*p. 131.

²²³ VILHENA, *A Bahia no Século XVIII...* p. 93.

e se eram cativas ou libertas. O uso destes sinais exteriores pelas vendeiras e quitandeiras baianas, as distinguíam no animado vai e vem de cestas e baús, repletos de mercadorias que, habitualmente, carregavam sobre suas cabeças para os mercados e quitandas baianos.

As representações dos elementos de costumes nos desenhos produzidos pelos viajantes estrangeiros ao longo do século XIX, são usualmente delineados pelas representações de figuras humanas isoladas, e, em algumas variações compositivas, em pares, ou em grupos. No caso das duas aquarelas atribuídas a Maria Graham e analisadas nesse subcapítulo, elas nos falam o que vendiam e, também, sobre os seus status, quanto a serem escravizadas ou libertas. Essas imagens evidenciam, a tipificação dos principais sinais exteriores que diferem estas mulheres na hierarquia social da escravidão: os pés descalços ou calçados, os trajes, os tecidos e os acessórios usados por elas, revelam, ora, a preservação das referências culturais africanas originárias, ora, a apropriação dos costumes europeus, pelas crioulas mulatas, escravizadas forras e livres no Brasil do Oitocentos.²²⁴

Desde os grandes fardos que equilibram à cabeça, aos panos coloridos ou objetos que levam sobre os ombros, até as joias que exibem pelas ruas em sinal de distinção, todos estes signos informam os diversos ofícios e labores destas mulheres nos afazeres do cotidiano. Portanto, estas iconografias da Bahia atribuídas a Maria Graham, destacam o complexo universo social escravista baiano, no qual a participação do feminino na manutenção da economia de subsistência, se destaca por sua originalidade. Como destaca Eneida Maria Mercadante Sela, em tais registros “mesmo que sejam deliberadamente construções, composições, personagens pictóricas estáticas, vemo-las — ou podemos supô-las — em situações específicas”.²²⁵

Assim, percebemos que as escolhas compositivas e temáticas das imagens, indicam as motivações que inspiraram o observador, em função do uso para o qual estes registros foram produzidos. Sobre estas escolhas estilísticas, Carlo Ginzburg sublinha o “conceito de função” formulado por Ernest Gombrich para quem “a forma de uma

²²⁴ Ver: PORTO, Denise G. Entre vendeiras e quitandeiras: o olhar de Maria Graham para a paisagem urbana da Bahia Oitocentista. *Revue Passages de Paris*, nº 20 (2020. 2). Disponível em: <https://www.apebfr.org/ojs/index.php/passadesdeparis/issue/view/3> Acesso em: 24 de setembro de 2023.

²²⁵ SELA, *Modos de Ser, Modos de Ver...* p. 113.

representação não pode ser separada do seu fim e das exigências (requirements) da sociedade onde aquela determinada linguagem visual é válida”.²²⁶

Por conseguinte, as representações artísticas dos costumes praticados no Brasil escravista, eram, pelas mãos dos viajantes estrangeiros, cada vez mais divulgadas na Europa em diversas publicações de diários de viagem, álbuns com temas relativos ao “pitoresco”, e tratados científicos sobre a diversidade dos tipos humanos. Quanto às escolhas e omissões do observador registradas nas imagens, estas preferências estavam relacionadas aos propósitos aos quais os viajantes estavam a serviço, e, no caso de Maria Graham, ela estava voltada para os seus leitores e para o mercado editorial inglês. Ainda segundo Eneida Maria Mercadante Sela, desde as últimas décadas do século XVIII, “as expressões iconográficas adquiriram uma importância ímpar para vários públicos consumidores, ou seja, passaram a integrar e informar a sua cultura visual”.²²⁷

Figura 11: *Fish Woman-Bahia*



Na análise da aquarela acima, *Fish Woman- Bahia*, observamos que é destacada a figura isolada de uma vendeira, que leva à cabeça uma imensa cesta repleta

²²⁶ GOMBRICH, Ernest. *apud*: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História*. 2. ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014, p. 135.

²²⁷ SELA, *Modos de Ser, Modos de Ver...* p. 52.

de peixes. Na imagem reconhecemos o status social da mulher negra, que, por estar descalça, indica tratar-se de uma escravizada de ganho baiana. Suas vestes singelas, são formadas por duas peças compostas por uma saia longa e rodada, costurada em tecido liso na cor azul acinzentada, e por uma camisa branca, larga e decotada, de mangas curtas, em tecido de aparência rústica.²²⁸ A cintura da saia, marcada por um pano estampado enrolado em torno do corpo, pressupõe ser utilizado como um porta moedas ou para outros usos correlatos. Colocado sobre o ombro esquerdo, a vendeira baiana sustenta um comprido e largo pano em listas vermelhas, bege e branco e, por fim, envolvendo toda a cabeça, a cativa usa um turbante de finas listras vermelhas e brancas. O uso de panos coloridos, lenços enrolados sobre o corpo e turbantes na cabeça, indica, segundo Cláudia Cristina Mól, hábitos próprios das mulheres africanas.²²⁹ Relativo ao costume de vestir as escravizadas e as mulheres livres e libertas, com duas peças compostas por saias e blusas, a autora nos informa, que, em 20 de fevereiro de 1696 houve uma ordem régia, proibindo às mulheres negras o uso de vestidos “em todo o Estado do Brasil e em nenhuma das capitanias dele possam usar vestido algum de seda nem se sirvam de cambraias ou de Holandas, com rendas ou sem elas”.²³⁰ Apesar da dita proibição ter acabado em fins do século XVIII, o uso das saias e blusas ficou marcado como um indicador social. Maria Graham confirmou esta prática, quando descreveu no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), o ritual da entrega de roupas para os escravizados, durante uma visita que fez a Fazenda da Luz em Guaxindiba, nos arredores do Rio de Janeiro, no ano de 1822:

Depois do almoço, assisti a revista semanal de todos os negros da fazenda. Distribuíram-se camisas e calças limpas aos homens; blusas e saias às mulheres, de algodão branco muito grosso.²³¹

Na sociedade escravista brasileira no século XIX, a indumentária tinha a função de definir as identidades sociais. Amanda Gatinho Teixeira nos lembra que as roupas eram responsáveis por “assinalar as distâncias sociais entre os indivíduos de uma

²²⁸ Ver: PORTO, Denise G. Entre vendeiras e quitandeiras: o olhar de Maria Graham para a paisagem urbana da Bahia Oitocentista. *Revue Passages de Paris*, nº 20 (2020. 2). Disponível em: <https://www.apebfr.org/ojs/index.php/passadesdeparis/issue/view/3> Acesso em: 24 de setembro de 2023.

²²⁹ MÓL, *Entre sedas e baetas...* p. 7.

²³⁰ MÓL, *Entre sedas e baetas...*p. 6.

²³¹ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil...* p. 119-210.

sociedade que era praticamente analfabeta, criando assim, uma comunicação não verbal”.²³² Logo, o que se vestia, revelava o lugar que o indivíduo ocupava na hierarquia daquela sociedade patriarcal e escravocrata. Desta forma, pelo fato de a imagem da vendeira não apresentar qualquer tipo de joia ou ornamentos indicativos da sua linhagem étnica, ou mesmo de uma irmandade religiosa a qual ela pudesse pertencer, a construção imagética em questão nos informa sobre a sua condição de escrava, crioula ou africana, despossuída de quaisquer riquezas. Para complementar a composição, é enfatizada a postura física da mulher cativa. A gestualidade da vendeira que segura com firmeza o grande cesto de peixes levado à cabeça, qualifica a sua atividade cotidiana de vendedora, tanto quanto, denota o tipo de mercadoria que oferece aos seus clientes. Estas informações, foram certificadas por Maria Graham, na descrição da legenda ao pé da aquarela, onde é explicitado, tanto, o gênero da cativa, a atividade de seu trabalho e o produto comercializado por ela, quanto, a indicação geográfica da cena retratada. Todos estes signos presentes na imagem, “devem ser vistos como importantes elementos simbólicos para compreendermos a dinâmica social, a qual, estas mulheres estavam inseridas”.²³³

Figura 12: *Seller of sweetmeats (doces)*



²³² TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Joalheria de crioulas: subversão e poder no Brasil colonial. *Revista Antíteses*, v. 10, n. 20, p. 829-856, jul. dez. 2017, p. 10.

²³³ TEIXEIRA, *Joalheria de crioulas...*p. 8.

Na representação da figura *Seller of sweetmeats* (doces), há uma nítida mudança na linguagem da aquarela. Não obstante a figura de a vendeira estar representada de forma isolada na composição pictórica, tal qual, no exemplo anteriormente comentado, desta vez, entretanto, será enfatizada na pintura o estatuto social de liberta e de próspera doceira da personagem retratada. E será a partir de uma minuciosa caracterização dos vários atributos externos da sua indumentária e adornos, que atestam e informam sobre a diferenciação social daquela mulher dentre a comunidade africana e crioula.²³⁴

Na aquarela em questão nota-se o destaque dado pela autora, aos detalhes que compõem a figura retratada: as vestes guarnecidas de delicadas rendas e crivos; as diversas joias de crioula²³⁵ que enfeitam com graça o corpo da vendeira; os pés calçados por sapatos pretos e o fino acabamento do baú de vidro que ela ostenta sobre a cabeça protegida por um turbante. A ênfase dada à representação do baú, sugere ao observador, o cuidado e asseio na apresentação dos doces oferecidos pela vendeira a sua clientela. Como visto, todos estes elementos simbólicos presentes na imagem, além de serem um indicativo de resistência cultural, sugerem, pelas características ornamentais da composição, tratar-se de uma experiente e bem-sucedida ganhadeira. Como observado por Caio Itália Costa “o uso de adornos, além de demonstrar plenitude e prosperidade, era um sinal de qualidade dos produtos ora vendidos”.²³⁶ Para as vendeiras e quitandeiras escravizadas, o trabalho lhes valeria uma pequena renda amealhada pelo pagamento de seus bons serviços. Por conseguinte, podemos supô-la uma orgulhosa possuidora de bens, prestígio e riquezas. A tipificação das joias, que mesclam referências culturais afro-brasileiras e europeias, bem como, o uso que ela faz de calçados, aponta para o lugar social ocupado pela ganhadeira, na coletividade das mulheres de livres e alforriadas na Bahia oitocentista. Símbolo distintivo por

²³⁴ Ver: PORTO, Denise G. Entre vendeiras e quitandeiras: o olhar de Maria Graham para a paisagem urbana da Bahia Oitocentista. *Revue Passages de Paris*, nº 20 (2020. 2).

²³⁵ Sobre o significado e usos pelas escravizadas, forras e libertas das chamadas ‘joias de crioulas’ Cristina Anielle Silva e Priscila Miraz de Freitas esclarecem que esta forma de joalheria foi “criada no Brasil, mais especificamente na Bahia, no século XVIII, sendo mais comum no século XIX, ressaltando as mudanças com relação à vida privada, assim como, na dinâmica social e suas consequências na relação entre senhores e escravos. Hibridismo cultural, importante fenômeno social, foi o que possibilitou o surgimento dessas joias, através de ricas influências de culturas diferentes, tanto na criação de símbolos utilizados, quanto, no tratamento e manipulação dos materiais. Joias que se tornam, então, símbolos de resistência escrava dentro dessa sociedade, uma vez que negros eram proibidos, tanto de usar, quanto de trabalhar com ouro e metais nobres”. SILVA, Anielle Cristina; GRECCO, Priscila Miraz de Freitas. *Joalheria e resistência escrava na Bahia colonial- As Joias de Crioulas*. Disponível em: http://www.cicfio.edubr/anaaisCIC/anaais2016/pdf/04_04.pdf. Acesso em 18 de setembro de 2023.

²³⁶ COSTA, *Joias de Crioula...*p. 8.

excelência, que atesta o estatuto social de liberta da personagem retratada, os calçados, “além de serem tidos, na época, como objetos de grande prestígio, simbolizavam principalmente a liberdade”.²³⁷

A cena retrata uma vendeira de doces carregando um grande baú, construído em vidro e madeira, com acabamento em pintura azul celeste. No interior da caixa, é possível reconhecer uma prateleira, onde estão expostos cuidadosamente, os quitutes que serão comercializados nos mercados e quitandas de Salvador. A indumentária da figura é constituída por duas peças independentes, sendo elas, uma saia vermelha longa e rodada, e uma blusa branca de mangas curtas. A saia, cuja estamparia de inspiração neoclássica é formada por um padrão na cor amarelo-ouro, apresenta na sua parte inferior, um grande babado com debrum em crivo branco – outra referência aos costumes europeus – que é visto também, como enfeite no acabamento da bainha. Compondo o belo e colorido conjunto de duas peças, a blusa branca aparenta ter sido confeccionada em tecido de delicada textura, o que agrega à imagem, uma evidente percepção de sensualidade na vestimenta. Inteiramente ornamentada nos acabamentos do decote e das mangas por fina renda da mesma cor, este é mais um indicativo das apropriações da moda europeia nos modos de vestir, que, cada vez mais, eram praticadas pelas mulheres forras e libertas no Oitocentos. Por outro lado, o grande decote da blusa que deixa propositalmente à mostra, parte do colo e dos ombros do corpo feminino, remete ao legado estético e cultural da ancestralidade africana na indumentária da figura retratada. Complementando o traje descrito, a vendeira usa sobre o ombro direito, um longo pano de costas na cor preta. Este adorno, cujo uso era um hábito entre as mulheres africanas, é forrado com tecido azul celeste, e aparenta ter o acabamento das pontas em barrado adamascado preto. Relativo a crescente assimilação da moda europeia no Brasil, Amanda Gatinho Teixeira lembra que ao longo do século XIX, a incorporação do gosto europeu nas maneiras do vestir passou a ser um indicativo dos distintos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos, onde o prazer de ser visto era “imprescindível em todas as camadas sociais”.²³⁸

²³⁷ COSTA, Caio Itália. *Jóias de Crioula: estudo etnográfico sobre brincos, colares, anéis e pulseiras balangandãs no Brasil Colônia*. Artigo (Bacharelado) - Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018, p. 8.

²³⁸ TEIXEIRA, Joalheria de crioulas...p. 10.

Na descrição dos adornos que compõem a indumentária da *Seller of sweetmeats* (doces), nota-se que a personagem guarnece o pescoço com um colar de pingente em cruz, enfeita com pulseiras os seus braços, e emoldura o rosto com um par de brincos de contas. O uso destas “Joias de Crioulas” destinavam-se às escravizadas, forras e libertas, negras ou mulatas, e tinham como propósito, comunicar visualmente, em meio àquela hierarquia social escravocrata e excludente, que, aquelas que as usavam, haviam conquistado ao longo de toda a sua vida, pecúlio, influência ou credibilidade, uma vez que “as negras se adornavam com correntes de ouro de uma a três jardas de comprimento, enroladas em três ou quatro voltas no pescoço, tendo preso um crucifixo, santo ou bentinho de ouro”.²³⁹

Como visto, as representações do rico conjunto de atributos visuais alusivos ao bem-sucedido ofício de quituteira, foram destacados na iconografia *Seller of sweetmeats* (doces). A tipificação material condizente com o status social conquistado pela doceira, foi reforçada na figura, na ênfase atribuída à gestualidade corporal da liberta. Nas entrelinhas do não dito, podemos reconhecer no porte aprumado da personagem, uma sugestiva altivez de mulher vaidosa. Além disso, uma leitura atenta dos demais parâmetros subjetivos que compõe a imagem, inspira o olhar do observador a perceber um certo ar de dignidade na expressão facial da figura. Por último, a composição imagética é certificada por uma legenda explicativa, onde são identificados, tal como observado anteriormente na figura *Fish Woman-Bahia*, o gênero e o ofício da mulher vendeira, os produtos que comercializava, bem como, a localização geográfica da cena retratada.

Como visto, as duas aquarelas analisadas na presente tese, demonstraram, respectivamente, como os registros de costumes foram delineados minuciosamente nas aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham. Exemplos distintos de realidades coexistentes, ainda que, assimétricas, a aquarela da escrava *Fish Woman-Bahia* denuncia a sua sujeição e invisibilidade social, enquanto, a representação da mulher livre em *Seller of sweetmeats (doces)*, deixa entrever ao observador a sua autonomia e individualidade. Assim, a visualidade das exteriorizações simbólicas da liberdade e do cativeiro foram aqui retratadas, lado a lado, de maneira a denunciar ao leitor, a trama

²³⁹ LEITÃO, C. de Mello. *O Brasil visto por ingleses*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 133.

de um tecido social frágil e desigual, no qual a prática da escravidão constituiu as bases permanentes da sua urdidura.

Por conseguinte, no próximo capítulo será destacado o papel institucional da Biblioteca Nacional, como um local privilegiado da memória nacional, responsável pela produção e divulgação de documentação histórica e bens culturais do Brasil, e em especial, pela guarda das aquarelas da Bahia, como parte do Espólio Literário e Artístico de Maria Graham, que representa o maior acervo pictórico e literário da autora inglesa reunida em território brasileiro.

CAPÍTULO 2

BIBLIOTECA NACIONAL — GUARDIÃ DA MEMÓRIA E DA CULTURA BIBLIOGRÁFICA BRASILEIRA, 1810-1960

Tanto ontem quanto hoje, fui a biblioteca, onde um pequeno gabinete agradável e fresco me foi destinado; qualquer livro que peço me é trazido, e ali tenho pena, tinta e papel à mão para tomar notas. Isto é uma gentileza e uma atenção a uma mulher, e estrangeira, para a qual não estava preparada.

Maria Graham.²⁴⁰

2.1 Arqueologia institucional do monumento de memória

Neste capítulo destacaremos a historicidade institucional da Biblioteca Nacional-BN, principal repositório da memória cultural brasileira e locus privilegiado de guarda e preservação de parte do espólio literário e artístico de Maria Graham no Brasil, percorrendo 150 anos da memória histórica desta instituição. Desde a fundação da Biblioteca Real na corte do Rio de Janeiro,²⁴¹ em 29 de outubro de 1810, por determinação do regente d. João, a Biblioteca consolidou-se ao longo de sua existência como o mais relevante lugar da memória bibliográfica brasileira. Logo, a partir de sua inquestionável representatividade, qual terá sido o papel da Biblioteca Nacional na construção da memória coletiva brasileira no transcurso do século XIX e da primeira metade do século XX, e como os seus diretores moldaram o acervo monumental da instituição? Por conseguinte, tal argumentação nos levou a refletir de que o longo percurso histórico da instituição insere-se, ele mesmo, na dinâmica temporal dos processos de afirmação e de transformação da identidade nacional nos séculos XIX e XX,²⁴² e que a atuação dos atores históricos que estiveram à frente da direção da

²⁴⁰ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1956, p. 339.

²⁴¹ Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 7 de março de 1808, o século XIX inaugurou na porção portuguesa da América, um novo tempo. Aquela que até então fora uma colônia protegida pela metrópole lusitana dos olhos curiosos das nações estrangeiras, tornou-se a sede política, econômica e administrativa e cultural da monarquia portuguesa, que daquele ano até a Proclamação da República em 1889, fincaria profundas raízes em solo brasileiro. Era preciso, portanto, modernizar e transformar a antiga e isolada cidade de São Sebastião, em uma próspera e cosmopolita capital da monarquia da casa dos Bragança. PORTO, Denise G. A Missão Artística Francesa e a introdução da arte cortesã no Brasil Oitocentista. In: CHRISTILLINO, Cristiano; SCHETTINI, Vitória (orgs.). *O que disse à imprensa sobre o Brasil Imperial: fontes e propostas didáticas para a sala de aula*. Rio de Janeiro: Editora Igualdade, 2023, p. 52.

²⁴² FERREIRA, *Memória e Identidade Nacional...* p. 7.

Biblioteca Nacional revela o alcance das suas intenções, práticas institucionais, trajetórias profissionais e redes de sociabilidades, envolvidas no exercício de aquisição, guarda, conservação e divulgação do acervo, bem como na afirmação da Biblioteca Nacional na cena cultural brasileira no transcurso do tempo. Desta forma, no contexto temático abordado neste capítulo, estes gestores são identificados como intelectuais mediadores,²⁴³ que ora se alternam entre bibliotecários,²⁴⁴ bibliófilos, historiadores e acadêmicos, e que agenciaram as suas práticas “reconhecendo a história como um dos espaços privilegiados de desenvolvimento desses processos de construção identitária[...]construindo e fixando uma memória comum[...]em uma dimensão político-cultural, tanto prática quanto simbólica”.²⁴⁵ Por conseguinte, estes indivíduos mediados pela singularidade de suas escolhas²⁴⁶ empreenderam, segundo Jean Baudrillard, “uma organização mais ou menos complexa de objetos que se relacionam uns com os outros”,²⁴⁷ contribuindo, decididamente, para instituir ao longo percurso histórico da Biblioteca Nacional, um fabuloso acervo de coleções bibliográficas e documentais, cuja estimativa, atualmente, é de cerca de dez milhões de itens.²⁴⁸ Para Baudrillard:

²⁴³ No contexto abordado neste capítulo, as práticas atribuídas ao intelectual mediador referem-se àquele que desempenha um papel estratégico numa instituição cultural, seja ela pública ou privada, numa associação ou organização política, ou que atua a partir de uma posição privilegiada em redes de sociabilidade. Esse intelectual é responsável por liderar projetos de mediação cultural que possuem impactos políticos e culturais significativos. GOMES, Angela de Castro (org.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 18.

²⁴⁴ A designação “Bibliotecário” foi utilizada inicialmente na Biblioteca Real, depois Biblioteca Imperial e Pública até o ano de 1889, para indicar o posto máximo administrativo da instituição. Contudo, contemporaneamente, o termo é relativo ao profissional portador de nível superior em Biblioteconomia, formação oferecida de modo pioneiro na América Latina pela Biblioteca Nacional a partir de 1911, na gestão de Manoel Cícero Peregrino, e regido pela legislação regulamentadora da profissão (Lei nº 4. 084, de junho de 1962, decreto nº 56. 725, de 16 de agosto de 1965). GRINGS, Luciana. *O Leigo e a Especialista*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2019, p. 16.

²⁴⁵ FERREIRA, *Memória e Identidade Nacional...* p. 7.

²⁴⁶ Sobre os métodos de escolha e seleção de documentos, Jacques Le Goff sublinha que “hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros documentos”. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 462.

²⁴⁷ BAUDRILLARD, *O sistema dos objetos...* p. 93.

²⁴⁸ Compreende-se por itens pertencentes ao acervo, um documento ou grupo de documentos em qualquer suporte, editado, distribuído ou tratado de maneira autônoma, constituindo a base de uma descrição bibliográfica. ALVES, Monica Carneiro; RAMOS, Diana dos Santos; FERNANDES, Maria José da Silva. *A Importância do Carimbo e outras marcas de Propriedade no acervo da Biblioteca Nacional*. Ponto de Acesso, Salvador, v. 16, n. 3, p. 730-761, dez. 2022.

A coleção emerge para a cultura: visa objetos diferenciados que tem frequentemente valor de troca, que são também “objetos” de conservação, de comercio, de ritual social, de exibição[....]estes objetos são acompanhados de projetos. Sem cessar de se remeterem uns aos outros, incluem neste jogo uma exterioridade das relações humanas.²⁴⁹

Complementando o conceito de coleção destacado por Baudrillard, Krzysztof Pomian ressalta a necessidade de os objetos diferenciados serem potencialmente protegidos e conservados para que lhes sejam conferidos “valor de troca”. Satisfeitas essas atribuições primárias de custódia, o autor sublinha que “para um valor de troca possa ser atribuído a um semióforo por um grupo ou por um indivíduo, é necessário e suficiente que esse objeto seja útil ou que seja carregado de significado”, uma vez que “é o seu significado que funda o valor de troca das peças de coleção”.²⁵⁰ Sobre os significados atribuídos aos objetos ou documentos de coleções que criam “alianças entre diferentes culturas e séculos”,²⁵¹ como aqueles que compõem o acervo da Biblioteca Nacional, e em especial, o Espólio Literário e Artístico de Maria Graham, Krzysztof Pomian chama a atenção para o fato de que estes objetos “adquirem um significado preciso a partir do momento em que se tornam objetos de estudo[...]através de pesquisas que consistem em confrontá-los uns com os outros”.²⁵² Ressaltamos que tal abordagem acerca da atribuição de significado aos objetos colecionáveis coincide com o procedimento metodológico empregado na presente tese, que confronta as aquarelas da Bahia que integram o Espólio Literário e Artístico de Maria Graham a outros documentos colecionáveis da autora, como por exemplo, o seu *Diário de uma viagem ao Brasil*, demonstrando que os documentos são sempre ressignificados a partir de novas intervenções dos especialistas que os avaliam a partir dos usos do passado no presente. Mas, afinal “como, quando e onde começa uma biblioteca nacional[...]que, perpetuada e enobrecida pela mão do leitor, denuncia o fazer literário e científico e tem a dimensão de monumento nacional?”²⁵³ Esta indagação inspira-nos a pensar na existência de um enigmático mosaico simbólico, representado pela Biblioteca Nacional, cujo incessante processo de reorganização e aquisição de objetos

²⁴⁹ BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 111.

²⁵⁰ POMIAN, *Coleção...* p. 72.

²⁵¹ MANGUEL, *A Biblioteca à noite...* p. 24.

²⁵² POMIAN, *Coleção...* p. 76.

²⁵³ PINHEIRO, *Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional...* p. 241.

coleccionáveis ao longo dos séculos pelos seus gestores, resultou em polissêmicas tesselas documentais, permitindo infinitas possibilidades de pesquisa e interpretações em todos os campos dos saberes humanos. Faz-se relevante destacar, que a origem da Biblioteca Nacional está intrinsecamente relacionada ao surgimento de outros museus nacionais no Brasil voltados para as pesquisas etnográficas e para os estudos das denominadas ciências naturais. Por conseguinte, a inteligibilidade de instituições públicas, a exemplo da Biblioteca Nacional, requer uma análise de seu contexto histórico, o que implica na recuperação de suas fundações ideológicas e culturais. Portanto, estas instituições se configuram como campos de memória em disputa, englobando diversas camadas de significados, que ao longo do tempo foram obscurecidas e, em muitas ocasiões, relegadas ao esquecimento, como apontado por Cláudia Mesquita.²⁵⁴ Ao conceituarmos a Biblioteca Nacional como um monumento por excelência da cultura bibliográfica brasileira, evocamos o sentido *lato* conferido por Jacques Le Goff às origens etimológicas da palavra latina *Monumentum*, por entendermos que “a condição primordial que define uma biblioteca como nacional é o fato de a instituição ser depositária da produção intelectual do país[...]da memória da sociedade em que ela se insere”²⁵⁵ e de tesouros bibliográficos das sociedades históricas desde a antiguidade clássica:

A palavra latina *Monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *Monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação[...]voluntária ou involuntariamente, das sociedades humanas.²⁵⁶

Logo, tal qual um farol que lança seu facho luminoso sobre o passado, uma das funções essenciais de uma biblioteca nacional é a de ser uma espécie de guardião do tempo histórico e pretérito da nação, “capaz de trazer à luz tanto experiências passadas, completamente estranhas, como também experiências históricas que nos são

²⁵⁴ MESQUITA, Cláudia. *Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro: Edições Folha Seca, 2009, p. 32.

²⁵⁵ GRINGS, *O Leigo e a Especialista...* p. 43.

²⁵⁶ LE GOFF, *História e Memória...* p. 462-463.

próprias”,²⁵⁷ perpetuando-as num labirinto de fragmentos de memórias e tradições inventadas²⁵⁸ comuns àquela sociedade, preservando-as para o conhecimento das gerações futuras. Por sua vez, quando frangueadas à consulta pública, estas memórias conservadas na forma de objetos carregados de significados e organizados numa dimensão sistemática, temporal, visível e tátil, constituem-se em um meio privilegiado de recuperação de um passado coletivo silenciado pelo tempo. Assim sendo, as coleções tornaram-se espécies de elos metafóricos que engastam entre si o passado, o presente e o futuro, levando-nos a reflexão de que “a problemática temporal é essencial à coleção[...]a organização da coleção substitui o tempo[...]. Inventariando o tempo em termos fixos[...]a coleção representa o perpétuo reinício de um ciclo dirigido pelo homem”,²⁵⁹ no qual o passado, “só pode ser experimentado porque ele mesmo contém um elemento de futuridade[...]. O futuro tornou-se um campo de possibilidades[...]organizadas segundo o maior ou menor grau de probabilidades”.²⁶⁰ Nesse sentido, o “perpétuo reinício” dos ciclos representados pelas coleções, seja pela “capacidade de repetição dos eventos, seja por meio de uma suposta identidade entre eles”,²⁶¹ possibilitou que homens e mulheres pudessem alcançar ao longo dos séculos os saberes e as mentalidades das sociedades pretéritas. Isso posto, a partir do século XVII, as coleções de arte sacra e profana, as curiosidades exóticas, as antiguidades, livros e manuscritos foram tirados da esfera do colecionismo aristocrático, privado e religioso para, finalmente, serem expostas publicamente aos olhares de sábios, escritores, eruditos e artistas. Pertencentes aos estratos médios da sociedade, esta era uma população de profissionais que, embora estivesse às margens dos círculos hierárquicos de poder, riqueza e nobreza, ansiava, igualmente, pelo livre acesso ao universo iluminado das coleções. A partir desse movimento vemos na Europa o surgimento tardio das primeiras bibliotecas e museus públicos:

²⁵⁷ KOSELLECK, *Futuro passado...* p. 120.

²⁵⁸ O termo “tradição inventada” é utilizado em um sentido abrangente, embora claramente delimitado. Abrange tanto as tradições que foram explicitamente criadas, desenvolvidas e formalmente institucionalizadas, quanto aquelas cuja origem é mais difícil de determinar, surgindo ao longo de um período indefinido. Esse conceito refere-se a um conjunto de práticas de natureza simbólica, que pressupõem uma continuidade com um passado histórico apropriado. HOBBSAWN, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 6ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008, p. 9.

²⁵⁹ BAUDRILLARD, *O sistema dos objetos...* p. 103.

²⁶⁰ KOSELLECK, *Futuro passado...* p. 31-36.

²⁶¹ KOSELLECK, *Futuro passado...* p. 121.

São os membros destes estratos[...]que não conseguiram ainda frequentar os poderosos ou os ricos, que começaram a exercer pressão para ter livre acesso aos diversos objetos de que necessitavam, para exercer as suas atividades profissionais: aos livros e aos manuscritos, às fontes históricas, aos objetos[...]. É à sua demanda que respondem os particulares e os detentores do poder que, a partir do início do século XVII, empreendem primeiro a fundação de bibliotecas públicas e depois também de museus.²⁶²

Talvez inspiradas na prima ancestral e bem-sucedida da antiguidade clássica, estas novas instituições de memória, que se abriam para um público leitor especializado na Europa, tiveram como paradigma conceitual a pretensão à universalidade de saberes aspirado pelo colossal projeto da *Bibliotheca Alexandrina*.²⁶³ Criada pelo rei Ptolomeu no século III a. c. na cidade egípcia de Alexandria, a *Bibliotheca* tinha a atribuição de zelar pela imortalidade dos saberes infinitos contidos no seu vasto acervo. A *Bibliotheca Alexandrina* ergueu-se quando as histórias dos homens e dos mitos foram então contadas em livros e aspirou encontrar uma sintaxe que conferisse a toda a escrita o seu lugar iluminador e necessário. Para os alexandrinos, a *Bibliotheca* era um lugar onde a memória era mantida viva, e no seu interior os leitores podiam encontrar o seu próprio itinerário traçado em livros e textos e onde o universo encontrava o seu reflexo feito de palavras. A monumentalidade de saberes pretendida na *Bibliotheca de Alexandria* teria sido,

indistinta, majestosa, onnipresente a[...]biblioteca infinita continua a assombrar os nossos sonhos de ordem universal[...]nunca mais se conseguiu uma coisa igual, embora outras bibliotecas[...]tenham tentado copiar sua espantosa ambição. Permanece ímpar na história do mundo, como o único lugar[...]proposto a registrar tudo, passado e futuro[...].²⁶⁴

²⁶² BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 81-82.

²⁶³ Sobre o colossal projeto da *Bibliotheca Alexandrina* Alberto Manguel destaca que: “um curioso documento do século II a. c. a *Carta de Aristeias*, talvez apócrifa, registra uma história acerca das origens da Biblioteca de Alexandria que é emblemática do seu sonho colossal. Para reunir uma biblioteca universal (diz a carta), o rei Ptolomeu I escreveu a ‘todos os soberanos da terra’, rogando-lhes que enviassem todo o tipo de livros de todo o gênero de autores, ‘poetas e prosadores, retóricos e sofistas, médicos e profetas, historiadores e todos os outros’. Os sábios que aconselhavam o rei tinham calculado que seriam precisos 500 mil rolos para reunir em Alexandria ‘todos os livros de todos os povos do mundo’”. MANGUEL, Alberto. *A Biblioteca à noite*. Lisboa: Tinta da China, 2016, p. 33.

²⁶⁴ MANGUEL, *A Biblioteca à noite*... p. 33.

Entretanto, longe de alcançar a tal monumentalidade pretendida por sua famosa parente oriental, o aparecimento das bibliotecas públicas ao longo de todo o século XVII representou um marco fundamental no processo europeu de difusão e circulação dos saberes humanos produzidos até então. Por conseguinte, põe-se em marcha ascendente um aparato de difusão cada vez mais eficiente para o desenvolvimento dos conhecimentos históricos e científicos, como também para a circulação dos pressupostos ideológicos dos *Beaux esprits* que inspirariam mudanças culturais, sociais e políticas ao longo do Seiscentos e nos séculos seguintes. Nesse contexto florescem na Europa os mercados de arte, antiguidades e curiosidades científicas que encontram nos negócios impulsionados pelos pregões das hastas públicas dos leilões e dos catálogos impressos produzidos por colecionadores particulares,²⁶⁵ os meios privilegiados de divulgação popular destes novos objetos de desejo postos em circulação. Esse foi um tempo marcado por uma ideia de progresso que anunciava um futuro capaz de transpor o espaço da experiência cultural comum e presumível, para alcançar novas e desconhecidas experimentações existenciais e sensoriais de longo prazo, segundo Reinhart Koselleck.²⁶⁶ Assim observamos, como dito anteriormente, que todo esse progresso foi impulsionado, sobretudo, a partir da exposição de coleções de objetos tais como, antiguidades,²⁶⁷ moedas, desenhos, gravuras, estampas, exemplares de história natural, curiosidades exóticas de povos não europeus,

²⁶⁵ Relativo à eficiência dos mecanismos de circulação de objetos colecionáveis, Krzysztof Pomian acrescenta que, “na organização do sistema das hastas públicas, um dos momentos mais importantes é o que vê o aparecimento do catálogo impresso dos objetos que serão postos à venda. A primeira obra deste gênero foi publicada na Holanda em 1616. Ela testemunha a existência de um público suficientemente numeroso que se interessa por peças de coleção e que só as pode obter comprando-as em hasta pública, primeiro local e depois internacional[...]um cálculo baseado no número dos catálogos impressos permite constatar que, até meados do século XVIII, o grande centro de hastas públicas é Amsterdã; que mais tarde será suplantado primeiro por Londres e depois por Paris[...]mas é sobretudo em Itália que se concentra o maior número de obras de arte moderna e de antiguidades[...]Todavia, o comércio de arte e de antiguidades em Itália não se faz nas vendas em hasta pública, mas nas lojas dos mercadores. Os objetos que afluem ao mercado não provêm, aliás, apenas da dispersão das velhas coleções e da produção artística corrente; são também achados (é o caso em particular, dos tesouros monetários desenterrados um pouco por toda a parte), trazidos das viagens e expedições ou das escavações, que a partir do século XVIII se praticam cada vez mais”. POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. *Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional-casa da Moeda, 1984, volume 1, p. 81.

²⁶⁶ KOSELLECK, *Futuro passado...*p. 36.

²⁶⁷ Quanto ao valor atribuído aos objetos, segundo Krzysztof Pomian “todos estes objetos não têm, todavia nos séculos XVI e XVII o mesmo estatuto de antiguidades. Mais do que objetos de estudo, são curiosidades[...]São sobretudo os sábios que se interessam por eles. Até metade do século XVIII, pelo menos em França, são as *medailles*, isto é, as moedas antigas, as peças de coleção por excelência. A partir desta data, serão suplantadas pelos objetos de história natural. POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. *Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional-casa da Moeda, 1984, volume 1, p. 77.

documentos manuscritos, livros e outros objetos, para um público especializado cada vez amplo e diversificado.²⁶⁸ Logo, a irreversibilidade deste longo processo de difusão cultural e intelectual nos séculos, XVII, XVIII e XIX foi tão intenso que,

É neste contexto que se formam novas disciplinas que elaboram as técnicas de uma investigação destinada a descobrir novos objetos e que constroem, para este fim, as teorias que permitem classificá-los, datá-los, e tirar deles informações de toda a espécie: a arqueologia com os seus múltiplos ramos, a paleontologia, a história da arte, a etnografia.²⁶⁹

Logo, no alvorecer do século XVII, representando a vanguarda inglesa de um movimento que reverberaria por toda a Europa e nas Américas nos séculos porvir, a Biblioteca Bodleiana de Oxford foi a primeira grande biblioteca pública a ser inaugurada no ano de 1602 e permitia o acesso de todos os membros da Universidade. Em seguida, sete anos depois, em 1609, foi a vez da Itália ser representada na Biblioteca Ambrosiana, fundada pelo bispo Frederico Borromeu, na cidade de Milão. Passados onze anos, outro representante da Igreja, o bispo Angelo Rocca, inaugurou em Roma a Biblioteca Angélica em 1620. Quarenta e três anos à frente, em Paris, foi aberta a primeira biblioteca pública fundada também por um membro eclesiástico, o Bispo Mazarin. Relativo a essa biblioteca Robert Darnton observa que “os parisienses não podiam levar o livro para casa, mas desfrutavam da hospitalidade de uma era mais ociosa. Embora o bibliotecário só lhes abrisse as portas duas manhãs por semana, ele lhes oferecia uma refeição antes de despedi-los”.²⁷⁰ Sobre o avanço das bibliotecas e museus públicos na Europa ao longo dos séculos XVII e XVIII, Krzysztof Pomian informa:

Na segunda metade do século, o número de estabelecimentos deste gênero aumenta; é ainda nesta altura que nasce o primeiro museu: em

²⁶⁸ Relativo às preferências temáticas e conceituais do crescente público especializado com acesso às coleções, Krzysztof Pomian acrescenta que: “um estudo das coleções e dos colecionadores não pode fechar-se no quadro conceitual de uma psicologia individual que explica tudo utilizando como referências noções como o “gosto”, o “interesse” ou ainda o “prazer estético”. É exatamente o fato de o gosto se dirigir a certos objetos e não para outros, de se interessar por isso e não por aquilo, de determinadas obras serem fontes de prazer, que deve ser explicado[...]A partir daí, é possível estabelecer o que é significativo para uma dada sociedade, quais os objetos que privilegia e quais são os comportamentos que estes objetos impõem a colecionadores. POMIAN, Krzysztof. *Coleção*. In: Enciclopédia Einaudi. *Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional-casa da Moeda, 1984, volume 1, p. 75.

²⁶⁹ POMIAN, *Coleção...* p. 81.

²⁷⁰ DARNTON, *O beijo de Lamourette...*p. 178.

1675, Elias Ashmole deixa as suas coleções à Universidade de Oxford, para uso dos estudantes; estas tornam-se acessíveis em 1683. Em 1734 abre ao público em Roma o Museu Capitolino, uma fundação do papa. Em 1743, Anna Maria Luisa de Medici oferece ao estado da Toscana as coleções acumuladas pela sua família durante três séculos com a reserva expressa da sua inalienabilidade e acessibilidade ao público. Em 1753, o Parlamento britânico cria o *British Museum* a partir de coleções adquiridas a Hans Sloane. Depois o movimento acelera-se e propaga-se noutros países Europeus.²⁷¹

2.2 Da Real Biblioteca a Biblioteca Nacional- gênese e história

Enquanto isso, em Portugal, de cuja capital, “dizia-se que, em 1750, Lisboa era a quinta cidade europeia em população, só ultrapassada por Londres, Paris, Nápoles e Amsterdã”,²⁷² a Real Biblioteca da Ajuda que remonta as suas origens ao século XVI, de propriedade privada da monarquia portuguesa—ainda que fosse concedida mercê real privilegiando a alguns poucos eruditos e estudiosos acessar o seu precioso acervo—havia sido consumida pelo terremoto seguido do incêndio que destruiu Lisboa em 1º de novembro de 1755. Em questão de horas, todo o acalentado sonho de d. João V continuado por seu filho d. José I na idealização de uma monumental biblioteca, que naqueles dias representava o ideal cultural conquistado pelo absolutismo despótico do marques de Pombal, teria sido reduzido às cinzas. Lilia Schwarcz aponta que, “muitos edifícios, documentos e tesouros artísticos desapareceram, consumidos pelo fogo que ardeu durante seis dias no centro da cidade de Lisboa, precisamente na zona em que se concentravam palácios e monumentos históricos”.²⁷³ A catástrofe foi de proporções tão imensuráveis que:

comentava-se que cerca de metade das casas haviam sido arruinadas, além de prédios públicos, igrejas, conventos, residências de estrangeiros, palácios de muitos fidalgos e, finalmente, o próprio palácio real. Todo o conjunto monumental—que compreendia o palácio construído no século XVI e aumentado na época de d. João V (1689-1750), o Teatro da Ópera, inaugurado pouco antes da catástrofe, e a capela real—erguido desde d. Manoel I, e ampliado por tantos reis portugueses até d. José, tudo ficou irremediavelmente destruído. Além disso, calcula-se que um terço da cidade tenha sido arrasado, não só

²⁷¹ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. *Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, volume 1, p. 82.

²⁷² SCHWARCZ, *A longa viagem da Biblioteca dos Reis...* p. 31.

²⁷³ SCHWARCZ, *A longa viagem da Biblioteca dos Reis...*p. 29.

pelos abalos do terremoto como também pelo fogo e pelo maremoto que a ele se seguiram.²⁷⁴

Considerada uma das maiores e mais importantes bibliotecas privadas da Europa no século XVIII, a Real Biblioteca era reconhecida como a representação de uma monarquia que se pretendia ilustrada, afirmando seu lugar no teatro político europeu por meio de um prestígio intelectual construído ao longo de muitos séculos. Constituindo-se em um “capital cultural digno dos mais importantes negócios do Estado”²⁷⁵ a antiguidade da Livraria Real, como também era conhecida, “remontava a d. João II (1477-95), que por sua vez, reunira até os livros dos primeiros monarcas da dinastia de Avis: d. João I- “o Boa Memória” (1385-1433) e d. Duarte (1433-8) “. Com a ascensão de d. João V, o Magnânimo, ao trono português em 1706, houve um enriquecimento de seis mil volumes ao acervo da Livraria da Sereníssima Casa de Bragança e, passado algum tempo, “pela ação dos bibliotecários José Caetano de Almeida, do conde de Arouca, de Francisco Mendes de Góis, de d. Luís da Cunha[...]foram multiplicados para 60. 000”.²⁷⁶ Tal grandeza de seu acervo a colocavam dentre as grandes bibliotecas da Europa, pois afinal, “ela possuía não só um rico acervo de livros e manuscritos, que cobriam diferentes áreas do conhecimento— desde a religião, passando pelos clássicos, e chegando aos historiadores portugueses— , como coleções preciosas de iconografias[...].²⁷⁷ A tragédia nacional de proporções monumentais de 1755, teria destruído quase todo o magnífico acervo da Real Biblioteca da Ajuda. Com isso, a fim de substituir as coleções da antiga biblioteca, e ainda reafirmar o prestígio político e cultural de Portugal como uma monarquia absolutista

²⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 29.

²⁷⁵ SCHWARCZ, *A longa viagem da Biblioteca dos Reis*...p. 35.

²⁷⁶ PINHEIRO, *Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional*...p. 242.

²⁷⁷ Relativo à compra de manuscritos e coleções de livros e objetos preciosos ainda no reinado de d. João V, Lilia Moritz informa que “em face disso, comerciantes especializados no mercado livreiro e atentos ao mecenato do rei português passaram a frequentar a corte a partir de 1720. Esse é o caso dos negociantes Lerzo e Morganti, que trouxeram do estrangeiro, e, conforme se depreende de documentos legados por esses profissionais, livros preciosíssimos e raríssimos dos reis antigos, objetos de rara encadernação e coleções inteiras de livros[...]. Nessa época, chegaram à Real Biblioteca a primeira edição de livros como o *Catholicon* de frei João de Janua, feita no ano de 1460; a Bíblia impressa em Mogúncia em 1462; estampas e estudos de Rafael, Ticiano, Michelangelo; esculturas como as de *Regaut*, e manuscritos reativos à história de Portugal. Mas as peças de estimação eram os *Livros de horas* que haviam pertencido a Francisco I, rei da França, com estampas e muitas iluminuras. Além das raridades adquiridas, o soberano mandava fazer cópias, no exterior, de tratados e obras relevantes para os interesses do reino[...].” SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 33-73.

esclarecida, frente às Luzes racionais das nações civilizadas na Europa setecentista, o rei d. José I mandara organizar uma nova coleção bibliográfica para o uso privado da família real. Relativo às relevantes aquisições da Real Biblioteca da Ajuda, Elísio Condé sublinha que “entre 1770 e 1773, o acervo se enriquecera com as preciosidades sabiamente reunidas numa coleção de 5. 764 volumes, doadas ao rei pelo grande bibliófilo Diego Barbosa Machado, abade de Santo Adrião de Server”.²⁷⁸ A biblioteca formava dois conjuntos de acervos distintos em suas especificidades, sendo eles denominados como a Livraria Real, de uso dos monarcas e que possuía os documentos oficiais do governo, e a Casa do Infantado, cuja coleção privilegiava a formação educacional e intelectual dos infantes reais, de maneira que ambas reunidas, constituíam o acervo bibliográfico e documental da Real Biblioteca da Ajuda.

Para tanto, foram grandes os esforços da Coroa Lusitana em adquirir impressos portugueses, bem como, obras publicadas em outros países, enviando para isso representantes diplomáticos e comerciantes do Reino de Portugal aos centros irradiadores de cultura europeus. Estes agentes oficiais intermediavam a seleção e compra de material bibliográfico e de coleções especiais, ou seja, mapas, manuscritos, estampas, moedas e medalhas, enquanto eruditos e estudiosos portugueses foram requisitados no Paço da Ajuda para selecionar e organizar todo o rico acervo recolhido. Além dos objetos acima mencionados, foram adquiridos também:

[...]os livros do Colégio de Todos os Santos instalado na Ilha de São Miguel (nos Açores) e patrimônio da Companhia de Jesus, foram pela extinção da mesma, determinada pelo Marquês de Pombal, incorporadas ao acervo Real[...]. Valiosa contribuição recebeu[...]D. José, de estampas raras e códices manuscritos doados pelo artista inglês Guighelmo Dugood[...]. Foram ainda adquiridos ao Dr. Miguel Franzini cento e noventa e dois volumes, incorporados à Livraria do Paço[...]em janeiro de 1773. Em 1779, comprara-se ao Dr. Bartholomé Ulloa um caixote de livros, remetidos de Madri para a Biblioteca do Palácio Real[...]ainda a coleção do Cardeal da Cunha, num total de hum mil duzentos e trinta e quatro obras, foi[...]pela quantia de 8: 355\$420.²⁷⁹

Todo este magnífico conjunto de objetos colecionáveis relacionado acima recolhido na Real Biblioteca e na Casa do Infantado foi enviado para o Brasil nos anos

²⁷⁸ CONDÉ, Elísio. *Guia da Biblioteca Nacional-1810-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960, p. 11.

²⁷⁹ CUNHA, I *Real Biblioteca*.... p. 131-132.

de 1810 e 1811, respectivamente, ou seja, após dois anos da chegada da família real e da corte portuguesa em 1808 no Rio de Janeiro.²⁸⁰ Com a morte de d. José I em 24 de fevereiro de 1777, subiu ao trono a sua filha, d. Maria I, “tornando-se a 26ª monarca da Lusitânia e a primeira mulher a titularizar o comando do vasto império”.²⁸¹ Anos mais tarde, contudo, por volta de 1792, a rainha começou a apresentar indisposições passageiras e oscilações “entre a extrema apatia[...]e uma excitação violenta[...]. Segundo o relatório médico da Casa Real d. Maria apresentava sintomas do que hoje chamamos de depressão”.²⁸² Por conseguinte, no dia 10 de fevereiro de 1792, a junta médica e os ministros de Estado resolveram pela incapacidade de d. Maria I permanecer no trono e reconheceram o direito de seu filho, d. João, de assumir formalmente a regência do reino no ano de 1799.

Em inícios do século XIX as guerras napoleônicas mudariam drasticamente a história política e social dos países peninsulares e de suas possessões coloniais. O avanço das tropas francesas do general Junot sobre o território português em novembro de 1807, culminou para que o príncipe regente d. João ordenasse a retirada estratégica da família real e de toda a sua corte para a colônia continental sul-americana, sob a escolta da marinha inglesa. A isso, Ismênia de Lima Marins acrescenta que d. João “teria sido o agente fundamental de uma inteligente manobra política que enfrentou a hegemonia napoleônica, resguardando a Coroa portuguesa das humilhações sofridas por outras monarquias europeias”.²⁸³ A partir do traslado da monarquia portuguesa, o Brasil teve como certa a promessa de vir a ser a metrópole do nascente império lusitano em terras do além-mar atlântico.²⁸⁴ Entretanto, para além das razões políticas que fundamentaram a transmigração da família real para o Brasil no limiar do século XIX, assegurando, por conseguinte, a sobrevivência da monarquia portuguesa e a continuidade dinástica dos Bragança no trono, a ideia fundadora da transferência da capital do reino de Lisboa para o Rio de Janeiro veio à luz muito tempo antes, ainda no século XVII, por meio do padre Antonio Vieira (1608-1697), quem primeiro sugeriu tal possibilidade, baseando-se em argumentos econômicos favoráveis a Portugal, ainda

²⁸⁰ PINHEIRO, Ana Virgínia. Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional. In: *Brasiliana da Biblioteca Nacional: Guia das Fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001, p. 243.

²⁸¹ DEL PRIORE, D. *Maria I: as perdas e as glórias* ...p. 65.

²⁸² DEL PRIORE, D. *Maria I: as perdas e as glórias* ...p. 151.

²⁸³ MARTINS, D. *João VI: um rei e muitas controvérsias*... p. 27.

²⁸⁴ PORTO, Maria Graham: *uma inglesa na Independência do Brasil*... p. 27.

que “sem a fundamentação e justificativa política que, mais tarde, lhe conferiria o poder e a riqueza do Brasil”.²⁸⁵

Transcorridos alguns anos à frente, os vislumbres iniciais de Vieira foram reescritos e apresentados pelo diplomata português d. Luis da Cunha (1662-1749), sobretudo, aqueles que demonstravam as vantagens econômicas que a transferência da capital traria ao Reino. Considerado “um dos mais prestigiados embaixadores da Europa de seu tempo, homem culto, dotado de fina inteligência e espírito crítico, d. Luís da Cunha justificou a sua argumentação na obra *Instruções Políticas*²⁸⁶ elencando alguns conselhos úteis ao Rei e medidas necessárias para a viabilização da sua ousada proposta, apresentando um amplo projeto para o reino português, no qual o Brasil ocuparia a centralidade política, como sublinha Ismênia de Lima Martins.²⁸⁷ Suas inovadoras ideias inspiraram os principais meios intelectuais de portugueses ilustrados na segunda metade do século XVIII, cujos acalorados debates confluíam em torno dos rumos políticos e econômicos do Brasil e do Império Português.

Contudo, coube a d. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, ser o principal articulador do projeto da transferência da família real para o Brasil. Influenciado pelas ideias de seu antecessor, d. Luís da Cunha, consideradas então, como um verdadeiro manual a ser seguido pelos homens ilustrados da corte, o conde de Linhares “exortou d. João a preparar a defesa de Portugal contra a pressão francesa, desafiando-o, desde 1798 a fundar o mais vasto Império do Brasil”.²⁸⁸ Neste contexto, Maria Odila da Silva Dias cita que “a vinda da corte com o enraizamento do Estado Português no Centro - Sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada[...]como metrópole interiorizada, a corte do Rio de Janeiro lançou os fundamentos do novo império português”.²⁸⁹

²⁸⁵ MARTINS, Ismênia de Lima. *D. João VI: um rei e muitas controvérsias*. Niterói: Editora Proprietas, 2022, p. 28.

²⁸⁶ SILVA, *Instruções Políticas...* 2022.

²⁸⁷ MARTINS, *D. João VI: um rei e muitas controvérsias...* p. 28-29.

²⁸⁸ Sobre a atuação decisiva de d. Rodrigo de Souza Coutinho no papel de principal articulador do projeto da transferência da corte para o Brasil, Ismênia de Lima Martins sustenta que “o projeto de d. Rodrigo e os pronunciamentos de vários membros do Conselho de Estado na mesma direção, além das sugestões objetivas encaminhadas e as evidências de gestões administrativas, no sentido de viabilizá-la, tal como a documentação diplomática, constituem-se em dados inquestionáveis quanto ao planejamento da viagem”. MARTINS, Ismênia de Lima. *D. João VI: um rei e muitas controvérsias*. Niterói: Editora Proprietas, 2022, pp. 31-32.

²⁸⁹ DIAS, *A interiorização da metrópole e outros estudos...* p. 19.

Imbuído pelo ideário de construção de um novo modelo de Império, d. João chegou ao Rio de Janeiro no dia 7 de março de 1808. A partir desse momento, o século XIX inaugurou na porção portuguesa da América, um novo tempo. Aquela que até então fora uma colônia protegida pela metrópole lusitana dos olhos curiosos das nações estrangeiras, tornou-se a sede política, econômica, administrativa e cultural da monarquia portuguesa, que daquele ano até a Proclamação da República em 1889, fincaria profundas raízes em solo brasileiro. Era preciso, portanto, modernizar e transformar a antiga e isolada cidade e São Sebastião, em uma próspera e cosmopolita capital da monarquia que aspirava ser uma nova Lisboa aos moldes da “concepção de cidade ilustrada que vigorou na Europa ao longo do século XIII.”²⁹⁰ Assim, em 13 de maio de 1808, há apenas alguns meses da sua chegada e no próprio dia de seu aniversário, o príncipe regente d. João instituiu o decreto que colocava em marcha o início de seu projeto civilizatório nos trópicos, com a criação da Impressão e Tipografia Régia, que a partir de 10 de setembro do mesmo ano passou a publicar o periódico oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*. Nas palavras de Marieta de Carvalho, “a gazeta além da publicação da legislação portuguesa, possuía a finalidade de incentivar a publicação de textos relacionados a ciência e literatura”.²⁹¹ Sobre o conteúdo informativo da *Gazeta do Rio de Janeiro*, Ismênia Martins informa: “ainda que[...]se divulgasse as realizações oficiais, as matérias suscitavam interesse geral. Prova disso, é que a Gazeta influenciou na formação de um público leitor[...]proporcional às modificações socioeconômicas que[...]a Corte provocou”.²⁹² Relativo à amplitude de saberes proporcionado pelas publicações da Impressão Régia nos habitantes letrados da corte, desde os decretos reais até os livros que eram publicados ou disponibilizados para venda, passando por almanaques, cartazes e pela própria *Gazeta do Rio de Janeiro*, os habitantes da nova capital, apesar da intervenção dos censores, dispunham de uma variedade de fontes que lhes permitiam acessar múltiplas interpretações da realidade que vivenciavam, como aponta Juliana Gesuelli Meirelles.²⁹³

A instituição da Tipografia Régia no Brasil pelo príncipe regente d. João foi a chama primordial para o incremento intelectual e industrial de uma nova cultura que

²⁹⁰ CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisseia, 2008, p. 69.

²⁹¹ CARVALHO, *Uma ideia ilustrada de cidade...* p. 69.

²⁹² MARTINS, D. *João VI: um rei e muitas controvérsias...* p. 68.

²⁹³ MEIRELLES, *A nova Corte e a circulação de ideias...* p. 179.

estava em formação, além de constituir-se, segundo Meirelles, em “peça fundamental no processo de comunicação interatlântica, intimamente associado à veiculação da propaganda do estado e, conseqüentemente, à sustentação do Império Português nos dois lados do Atlântico”.²⁹⁴ Além da publicação da *Gazeta* e dos documentos diplomáticos, decretos e de todas e quaisquer veiculações governamentais, a Imprensa Régia foi responsável pela publicação, circulação e divulgação de novos tratados e estudos científicos. Editaram-se livros sobre os mais variados temas que fossem úteis ao progresso das ciências, política e letras, de maneira a dar continuidade à herança intelectual construída pelo reformismo ilustrado lusitano na nova metrópole americana do Império Português. Como visto, o projeto civilizatório de d. João para o Império, pretendia a um só tempo, consolidar um modelo de política cultural entre seus súditos, a partir da publicação e divulgação de obras pedagógicas dos mais variados temas. Logo, um universo literário que incluía ensaios sobre botânica, história natural, mineralogia, medicina, agricultura, comércio e indústria, matemática, história, economia, política, e ainda, obras literárias, dicionários, manuais de civilidade, obras sacras, poéticas e dramáticas foram publicadas pela Imprensa Régia, desde que tivessem a prévia aprovação dos censores régios.

De todo modo, é de se notar que a vinda da Real Biblioteca esteve atrelada a introdução da Imprensa Régia, uma vez que a mesma “foi responsável pelo pioneirismo nas edições brasileiras e particularmente pela publicação de obras a serem utilizadas nas escolas recém-criadas”,²⁹⁵ assim como, das publicações que seriam incorporadas ao acervo da Biblioteca Real e distribuídas suas cópias, a título de propinas, para outras bibliotecas do reino, tais como a Biblioteca Pública da Bahia, a Biblioteca dos Guarda Marinha e a Real Biblioteca da Ajuda em Portugal. Sobre tais publicações, o padre Luis dos Santos Marrocos, ajudante bibliotecário na Real Livraria da Ajuda, e que havia acompanhado a família real no seu traslado para o Brasil, assinala em carta enviada ao seu pai, em 2 de dezembro de 1811, a importância da tipografia instalada no Rio de Janeiro em 1808 para a Biblioteca Real: “Com bem custo consegui dar-se p (ara) esta Bibliotheca Propina de Imprensa Régia de tudo quanto se tem aqui impresso e houver

²⁹⁴ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. A nova Corte e a circulação de ideias nos Império luso-brasileiro: Imprensa Régia e Real Biblioteca do Rio de Janeiro durante o governo joanino (1808-1821). In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira; MOMESSO, Beatriz (orgs). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009, p. 180.

²⁹⁵ MARTINS, D. *João VI: um rei e muitas controvérsias...* p. 62.

imprimir-se, o que tenho por um passo m (uito) vantajoso, a benefício desta Casa”.²⁹⁶ Por conseguinte, tal foi o impacto da criação da Tipografia Régia na corte do Rio de Janeiro para a realização do projeto civilizatório idealizado por d. João aos moldes da Ilustração, que levou o padre Luís Gonçalves dos Santos a descrever o sentimento faustoso daquele momento:

O Brasil até o feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era tipografia: foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor[...]viesse vivificar este país, não só quanto à sua agricultura, comércio e indústria, mas também quanto às artes, e ciências dissipando as trevas da ignorância, cujas negras, e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria. Assim, por decreto datado do mesmo dia dos seus felizes anos, Sua Alteza foi servido mandar que se estabelecesse nessa Corte a Impressão Régia para nela se imprimirem exclusivamente toda a legislação, e papéis diplomáticos[...]e que se imprimam na América Portuguesa obras muito interessantes, que ou já compostas, jazem na poeira do esquecimento, e do desprezo, ou que para o futuro se hajam de compor facilitados os meios de se darem à luz pelo prelo.²⁹⁷

A esquadra que conduziu a família real, para o Brasil era composta por 15 embarcações, sendo, 8 naus, 3 fragatas, 2 briges, 1 escuna e 1 chalupa. Na nau *Principe Real*, vieram a Rainha d. Maria I e o príncipe regente d. João, os infantes d. Miguel e d. Pedro, seguidos pelos marqueses de Aguiar e o conselheiro de Estado d. Fernando José de Portugal. Na nau *Afonso* estavam embarcadas a Princesa Regente com a Princesa da Beira e as infantas d. Maria Izabel, d. Maria d’Assumpção e Anna de Jesus Maria, acompanhadas pelos condes de Caparica e Cavaleiros. A Princesa do Brasil, viúva, juntamente com as infantas d. Izabel Maria, d. Maria Francisca e d. Marianna, vieram na nau *Rainha* acompanhadas pelo marques do Lavradio, como informa Benjamin Franklin Ramiz Galvão, dirigente da Biblioteca Nacional entre os anos 1870 e 1882.²⁹⁸ O embarque da família real e da corte para o Brasil foi marcado

²⁹⁶ Carta de Luiz Gonçalves dos Santos Marrocos. Fragmento do documento manuscrito parcialmente transcrito dos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 56, 1943, p. 53, carta nº 11. Disponível em https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1934_00056.pdf acesso em: 12 de março de 2023.

²⁹⁷ SANTOS, *Memórias para servir à história do reino do Brasil...*p. 348-350.

²⁹⁸ Relativo ao documento em que consta a relação das embarcações que formava a esquadra que trouxe a Família Real para o Brasil e, respectivamente, os nomes dos tripulantes de cada uma delas, o Bibliotecário Benjamim Franklin Ramiz Galvão (1846-1938) informa que: “um manuscrito (cópia) existente na Bibliotheca Nacional, que provavelmente fazia parte de algum relatório, como documento anexo, sem data, nem assinatura, dá a este respeito notícias minuciosas: transcrevemos aqui esse documento[...]. GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *O Conde da Barca*. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. II, Fascículo I, 1876-1877. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger & Filhos, 1877, p. 13.

por tantos atropelos e correrias, que, na pressa, resultou o esquecimento das 230 caixas que acondicionavam o acervo da Real Biblioteca e Casa do Infantado, ficando abandonadas às intempéries do tempo no porto de Lisboa. Entretanto, o então ministro de Estado, Antônio de Araújo de Azevedo, o futuro conde da Barca, que era parte da comitiva governamental e estava na tripulação da nau *Meduza*, havia trazido na bagagem a sua livraria particular e “determinou sobre as providências dos equipamentos da Imprensa Régia de Lisboa importados da Inglaterra”²⁹⁹ que estavam sob a sua responsabilidade, de modo a serem montados na futura corte do Rio de Janeiro. Ramiz Galvão descreveu nos *Anais da Biblioteca Nacional* v. II, Fascículo I, de 1876-1877, a preciosa bagagem pessoal trazida pelo conde da Barca,³⁰⁰ e que após a sua morte foi incorporada por compra ao acervo da Biblioteca Nacional sob a denominação de *Coleção do Conde da Barca*:

A esquadra que transportava a Família Real para o Brasil, fez-se de vela do Tejo no dia 29 de novembro de 1807, vindo separadamente em diferentes navios da Frota os membros da Casa de Bragança e o Ministro de Estado Antônio de Araújo na nau *Meduza*, na qual tinha tido a cautela de mandar embarcar sua importante livraria, uma tipografia completa (a primeira regular que houve no Brasil), uma riquíssima coleção mineralógica, organizada pelo célebre Werner, e instrumentos próprios para o estudo da química, tudo disposto e organizado pelos cuidados do sábio Ministro.³⁰¹

2.3 A fundação da Biblioteca Real: herança intelectual do império português na nova metrópole americana

Assim, tão logo chegou ao Rio de Janeiro, d. João tomou conhecimento de que sua Real Biblioteca e da Casa do Infantado havia ficado esquecida em Lisboa e ordenou

Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630> Acesso em: 10 de abril de 2023.

²⁹⁹ IPANEMA, Rogéria. Conde da Barca: um estadista no governo de d. João. In: *D. João e a cidade do Rio de Janeiro-1808-2008*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. 2008, p. 86.

³⁰⁰ A instalação da primeira oficina tipográfica da Imprensa Régia no Brasil foi na residência do conde da Barca no Passeio Público, nº 44 como informa Rogéria de Ipanema: “Em 1808, no Rio de Janeiro, o futuro conde da Barca instala-se nas casas de sobrado, uma com duas janelas e outra com uma só janela, 10 braças de frente, na Rua do Passeio Público, nº44, e os fundos correndo até a rua dos Barbonos[...]no pavimento térreo do endereço de Barca, foi instalado todo o equipamento gráfico, capacitando o funcionamento da primeira oficina tipográfica oficial do Brasil”. IPANEMA, Rogéria. Conde da Barca: um estadista no governo de d. João. In: *D. João e a cidade do Rio de Janeiro-1808-2008*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. 2008, p. 87.

³⁰¹ GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. O Conde da Barca. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. II, Fascículo I, 1876-1877. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger & Filhos, 1877, p. 13. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630> Acesso em: 10 de abril de 2023

para que ela fosse remetida o quanto antes para o Brasil. Afinal, para os Bragança, a instalação da Real Biblioteca reforçava o espírito ilustrado de uma política de Estado que se pretendia implantar na metrópole americana, na qual, a Biblioteca simbolizava um repositório universal e estratégico do saber e poder. A fabulosa coleção, formada por “livros de horas renascentistas, incunábulo, impressos, códices, livros de história, ciência e filosofia, bíblias sagradas[...]partituras, libretos[...]e obras de autores quinhentistas portugueses, catecismos e gramáticas raras”,³⁰² deu origem a atual Biblioteca Nacional. Não sabemos com precisão quantos livros vieram para o Brasil com a família real, mas consta que em 1814, a Biblioteca Real tinha em seu acervo 60.000 livros,³⁰³ segundo informava o padre Perereca, Luis Gonçalves dos Santos:

Esta Real Bibliotheca tem chegado a ser a primeira, e a mas insigne, que existe no Novo Mundo, não só pelo copioso número de livros de todas as ciências, artes, impressos nas línguas antigas, e modernas, cujo número passa de sessenta mil volumes, mas também pela preciosa coleção de estampas, mapas, manuscritos, e outras ricas e singulares coisas, que muito a enriquecem, e que cada vez mais se aumentam.³⁰⁴

A instalação do volumoso acervo da Real Biblioteca exigia, contudo, um local seguro e apropriado. Desta forma, logo em fevereiro de 1810 foi designado inicialmente, o andar superior do prédio do Hospital da Ordem Terceira do Carmo para acomodar todos os livros e instrumentos de física e matemática constantes dos caixotes que haviam chegado de Lisboa ao Rio de Janeiro. Entretanto, em outubro do mesmo ano, “em decorrência da necessidade de melhor instalação e organização do material, foi o espaço físico ampliado, ocupando também o andar térreo”³⁰⁵ da instituição, como relata o padre Perereca em sua obra *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*:

Depois de feitas as necessárias reparações neste edifício, e os arranjos próprios para estabelecimento da Real Biblioteca, foi esta ali colocada,

³⁰² SCHWARCZ, Lília Moritz. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/as-colecoes-formadoras/a-historia-de-uma-biblioteca-a-real-biblioteca-e-a-sina-comum-e-apartada-de-brasil-e-portugal/>. Acesso em 10 de abril de 2023.

³⁰³ CARVALHO, Gilberto Vilar de. Biblioteca Nacional de Brasil. *Revista B. AnaBad*, XLII (192), Núm. 3-4, p. 3. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/224203.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

³⁰⁴ SANTOS, *Memórias para servir à história do reino do Brasil...*p. 524.

³⁰⁵ CUNHA, I- *Real Biblioteca...* p. 132.

e confiada por Sua Alteza Real ao incansável zelo do r. p. Joaquim Dâmaso, da Congregação do oratório de Lisboa, e fr. Gregório José Viegas, da terceira ordem de São Francisco, por cuja ativa e acertada direção a Real Biblioteca tem sido muito bem arranjada, e repartida por diversas salas, segundo as diferentes classes de objetos científicos ou de literatura, de que tratam os livros, de que ela se compõe, os quais estão hoje por uma ordem muito metódica, e fácil de encontrar qualquer deles quando são procurados pelos estudiosos.³⁰⁶

O dia 29 de outubro de 1810 foi a data oficializada por Decreto do príncipe regente para a fundação da Biblioteca Real na recém instaurada metrópole americana do Império português. Para dirigi-la, d. João instituiu como Prefeitos da sua Biblioteca Real, dois bibliotecários régios e eruditos que haviam chegado de Portugal com a Família Real: o franciscano Gregório José Viegas, administrador da Biblioteca Real entre os anos de 1810 e 1821 e o Padre Joaquim Dâmaso, da Congregação do Oratório de Lisboa, encarregado da conservação e organização do acervo desde 1810 a 1822. No cargo de ajudante de bibliotecário estava o frei Antônio de Arrábida, e como zelador oficial dos manuscritos da Coroa, constava Luiz Joaquim dos Santos Marrocos.³⁰⁷ Segundo Gilberto Vilar de Carvalho:

Frei Gregório e Padre Joaquim Dâmaso, ambos bibliotecários régios, foram, juntos, os primeiros encarregados do arranjo e conservação da Real Biblioteca com o título de Prefeitos. frei Gregório voltou para Portugal, junto com D. João VI em 1821. O Padre Dâmaso ficou mais um ano no cargo, quando se demitiu e voltou para Portugal em 1822, por ter-se recusado a aderir à Independência do Brasil[...]levando consigo, nessa ocasião, senão todos os manuscritos que lhe estavam confiados, boa cópia deles, ou talvez, sua máxima parte.³⁰⁸

³⁰⁶ SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil: divididas em três épocas da felicidade, honra e glória: escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821*. Brasília: Edições Senado Federal; v. 180, 2013, p. 524.

³⁰⁷ A correspondência de Luís Joaquim dos Santos Marrocos com a sua família em Portugal, foi transcrita por Rodolfo Garcia, e encontra-se nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 56 de 1934. Na “Explicação das cartas de Joaquim dos Santos Marrocos, escritas no Rio de Janeiro, à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821”, Rodolfo Garcia informa que Luís Joaquim dos Santos Marrocos “logo que chegou teve exercício na Real Biblioteca, em companhia do Padre Joaquim Dâmaso[...]e de frei Gregório José Viegas[...]. Em 8 de setembro de 1811 recebeu chamado do Ministro Visconde de Vila Nova da Rainha[...]foi certificado de que o Príncipe Regente, tendo pleno conhecimento de sua pessoa e conduta queria tomasse conta e cuidasse do arranjo e conservação dos Manuscritos da Coroa que S. A. R. determinava permanecessem junto à sua pessoa, e dos mais papéis que ordenasse para o futuro[...]o lugar pertencera a frei Antônio de Arrábida, que o deixava para ter cargo melhor”. GARCIA, Rodolfo. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 56, 1934, p. 9. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1934_00056.pdf Acesso em: 12 de março de 2023.

³⁰⁸ CARVALHO, Gilberto Vilar de. Biblioteca Nacional de Brasil. *Revista B. AnaBad*, XLII (192), Núm. 3-4, p. 4. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/224203.pdf> Acesso em: 10 de abril de 2023.

No dia 3 de dezembro de 1811, a Biblioteca Real fora aberta a “estudiosos, desde que sob licença régia, e em 1814, foi frangueada a todo o público, sob as mesmas condições”.³⁰⁹ Abaixo apresentamos a transcrição do documento manuscrito referente ao Decreto Real³¹⁰ de d. João, Príncipe Regente, em que consta a criação da Biblioteca Real e sua instalação no andar térreo e das catacumbas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo. O documento encontra-se sob a guarda da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional- FBN:

1810, outubro. 29

Decreto= Manda acomodar no lugar das catacumbas da Ordem terceira do Carmo

Havendo ordenado por Decreto de 27 de Junho do presente anno, que nas Cazas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo situado à minha Real Capella, se collocassem a minha Real Bibliotheca e gabinete dos instrumentos de physica e mathematica, vindos ultimamente de Lisboa: e constando-me pelas ultimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edificio não tem toda a luz necessária, nem oferece os cômodos indispensaveis em hum estabelecimento desta natureza, e que no lugar que havia servido de catacumbas aos religiosos do Carmo se podia fazer huma mais própria e decente accomodação para a dita livraria: hei por bem, revogando o mencionado Real Decreto de 27 de junho, determinar que nas ditas catacumbas se erija e accomode a minha Real Biblioteca e instrumentos de physica e mathematica dando-se a custo da[?]toda a despeza /fl. 2/ conducente ao arranjo e manutenção do referido estabelecimento. O Conde de Aguiar, do Conselho de Estado, Presidente do Real Erario, o tenha assim entendido e faça executar por este Decreto somente, sem embargo de quaisquer Leis, Requerimentos ou Disposições em contrário.

Palacio do Rio de Janeiro em 29 de outubro de 1810.

Com a rubrica do Principe Regente nosso Senhor.

No documento manuscrito datado de 19 de outubro de 1811,³¹¹ ou seja, após a chegada da segunda remessa de livros que foi acompanhada por Luis Joaquim do Santos Marrocos, os bibliotecários régios padre Joaquim Dâmaso e frei Gregório José Viegas informam a Santos Marrocos estarem cientes das ordens régias concernentes os

³⁰⁹ PINHEIRO, *Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional...*p. 243.

³¹⁰ Documento: decreto real da fundação da Biblioteca Real[LEIS, decretos e avisos]. Rio de Janeiro, RJ:[s. n.],[1810 – 1831]. 17 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1289273/mss1289273. Acesso em: 13 de abril de 2023.[Transcrição nossa].

³¹¹ Documento:[LEIS, decretos e avisos]. Rio de Janeiro, RJ:[s. n.],[1810 – 1831]. 17 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1289273/mss1289273. Acesso em: 13 de abril de 2023.[Transcrição nossa].

cuidados que deveriam ser observados quanto a separação e conferência dos livros pertencentes a Sereníssima Casa do Infantado, e dos demais livros do acervo da Real Biblioteca, e acusam a falta de 48 volumes “os quaes se achão entre a Collecção dos Manuscritos da Coroa, assim como tao bem estão com elles 343 volumes q (eu) pertencem à Bibliotheca das Obras impressas da Coroa”. Segue a transcrição do documento manuscrito:

Ill (ustríssimo) e Exc (ellentíssimo) S (e) n (hor)
 Tendo S (ua) A (lteza) R (eal) o Principe Regente
 N (osso) Senhor declarado (?) expressamente ser sua vontade q (ue)
 houvesse todo o cuidado em conservar divididos, e em separação, os
 livros q (ue) se soubesse serem pertencentes à Sereníssima Caza do
 Infantado, julgamos ser do nosso dever da parte a V (ossa) Ex
 (cellencia) q (eu) faltão à Collecção dos Manuscritos do Infantado 48
 volumes de folha desde o N° 92 até o N (umero) 96 inclusive os quaes
 se achão entre a Collecção dos Manuscritos da Coroa, assim como tao
 bem estão com elles 343 volumes q (ue) pertencem à Bibliotheca das
 Obras impressas da Coroa.
 D (eus) Q (uarde) a V (ossa) Ex (cellencia)
 Rio de Jan (eiro) 19 de outubro de 1811
 Joaquim Damaso
 Fr (ei) Gregório Joze Viegas

Dando prosseguimento a uma espécie de cruzada civilizatória que contemplava o “compromisso assumido por d. João de fundar um Império no Novo Mundo”.³¹² foram criadas ainda em 1808 diversas outras instituições e escolas de ensino superior no Brasil, como por exemplo, a Escola Médico Cirúrgica da Bahia, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro e o Horto Imperial.

Em 1810 foi a vez da criação da Academia Real Militar, da autorização da construção de um teatro na cidade do Rio de Janeiro, o Real teatro de São João, e do Decreto que ordenou a fundação da Biblioteca Real. Mais à frente, em 1816, foi construída a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e em 1818, o príncipe regente, então clamado d. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, após a morte de sua mãe, a rainha d. Maria I, decretou a criação do Museu Real, dentre outras instituições educativas, culturais, administrativas e comerciais estabelecidas no Reino do Brasil. Por ocasião da criação do Museu Real, foram transferidos do acervo da Biblioteca Real para o novo museu que surgia, o Gabinete dos instrumentos de física e

³¹² TELES, *A marcha civilizatória nos trópicos...* p. 59-68.

matemática, e ainda, a coleção de numismática, que passou a integrar o acervo da recém-criada instituição voltada para as ciências.

Entretanto, era a Biblioteca Real o centro das atenções da Coroa portuguesa. Desde a sua criação assegurou para a monarquia portuguesa a legitimação de uma “espécie de política do conhecimento”³¹³ que se implantava tardiamente no Brasil com a vinda da família real para o Rio de Janeiro. Destarte, a partir do aval dos monarcas, ao longo dos reinados de d. João VI, d. Pedro I e depois, d. Pedro II, era função dos Prefeitos da Biblioteca Real e dos bibliotecários da Biblioteca Imperial e Pública da Corte e, posteriormente, Biblioteca Nacional, serem os agentes mediadores junto aos colecionadores, bibliófilos, livreiros, diplomatas e comerciantes, para as aquisições de coleções particulares e espólios bibliográficos, documentais e institucionais que viessem a enriquecer o acervo da instituição.

Logo, os pioneiros administradores que estiveram à frente da instituição como o frei Gregório José Viegas, o padre Joaquim Dâmaso, o frei Antônio de Arrábida, e Luis Joaquim dos Santos Marrocos, foram destacados intelectuais mediadores e eruditos agentes formadores do acervo da Biblioteca Nacional, que por meio de negociações e intermediações com leiloeiros, livreiros, compra de espólios e doações particulares, adquiriram coleções de mapas, desenhos, manuscritos, papéis e documentos diversos e mais de vinte mil livros (20. 000) de grande valor, constituindo as coleções formadoras da atual Biblioteca Nacional, como as coleções de frei Veloso, de Manuel Alvarenga, do conde da Barca, de Francisco Melo e Franco, de José Bonifácio e de Pedro de Angelis, como destacado por Lygia da Cunha:

São dessa época as aquisições valiosíssimas das coleções de frei Veloso, de Manuel Alvarenga, do conde da Barca, de Francisco Melo e Franco, de José Bonifácio e do bibliófilo italiano residente na Argentina, Pedro de Angelis, entre muitos outros.³¹⁴

De maneira a ilustrar a complexa dinâmica das redes de sociabilidades estabelecidas pelos primeiros agentes formadores do acervo da Biblioteca Nacional e que possibilitaram as aquisições das coleções no Brasil, citamos que no ano de 1811, o

³¹³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/as-colecoes-formadoras/a-historia-de-uma-biblioteca-a-real-biblioteca-e-a-sina-comum-e-apartada-de-brasil-e-portugal/> Acesso em 10 de abril de 2023.

³¹⁴ CARVALHO, Gilberto Vilar de. Biblioteca Nacional de Brasil. *B. AnaBad*, XLII (1992), Núm. 3-4, p. 41.

provincial do Convento de Santo Antônio, doou ao príncipe regente o espólio literário do falecido botânico e frade da ordem franciscana, José Mariano da Conceição Veloso (1741-1811), espólio este, voltado para os estudos da Botânica.

Dentre o magnífico acervo do estudioso clérigo, que por meio de doação particular passou a pertencer a Real Biblioteca, destacamos a obra *Florae Fluminensis* datada de 1790 e composta por cinco volumes, acrescidos dos estudos científicos e desenhos originais de autoria de frei José Mariano Veloso, para a publicação da monumental coleção botânica. Mais à frente, no ano de 1815, foram adquiridos por compra intermediada pelo livreiro lusitano estabelecido no Rio de Janeiro, Manuel Joaquim da Silva Porto, os livros de propriedade de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, fidalgo dos mais ilustrados da corte, cuja biblioteca particular, segundo Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha “se compunha de aproximadamente hum mil quinhentos e setenta e seis volumes (1576 v.)”.³¹⁵

No ano de 1818 foram incorporados ao acervo da Biblioteca, por ordem de d. João VI, diversos conjuntos de desenhos originais de artistas italianos, assim como de livros, manuscritos e gravuras de artistas europeus, comprados do arquiteto real português José da Costa e Silva, estabelecido no Rio de Janeiro desde 1810. No que concerne a relevância das coleções bibliográficas, e aos critérios de organização do acervo da instituição naquelas primeiras décadas do século XIX, ressaltamos a aquisição no ano de 1934, das cópias autênticas das cartas de Luis Joaquim dos Santos Marrocos a seus familiares em Portugal, escritas no Rio de Janeiro entre os anos de 1811 e 1821, e guardadas na Biblioteca da Ajuda em Lisboa. Segundo Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional nos anos de 1932 a 1945 e responsável pela compra das cópias:

Os originais das cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas no Rio de Janeiro a sua família em Lisboa, de 1811 a 1821, guardam-se na Biblioteca da Ajuda em Lisboa. Por obsequiosa intervenção do eminente escritor Luiz Edmundo obteve a Biblioteca Nacional cópias autênticas dessas cartas, conservadas inéditas até agora e até agora só utilizadas por M. de Oliveira Lima, em seu grande livro d. João VI no Brasil, Rio, 1908. Publicando-as neste volume dos Anais, fica certo o abaixo assinado de que serão recebidas jubilosamente pelos que estudam o período histórico a que se referem.³¹⁶

³¹⁵ CUNHA, I- *Real Biblioteca*.... p. 103-145, 1981.

³¹⁶ As cópias do epistolário de Luís Joaquim dos Santos Marrocos foram adquiridas pela Biblioteca Nacional no ano de 1934 e publicadas nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 56, 1939, pelo então Diretor da Biblioteca Nacional. GARCIA, Rodolfo. “ “Explicação”. Cartas de Luiz Joaquim dos Santos

Por ocasião do retorno de d. João VI e da família real para Lisboa em 26 de abril de 1821, por exigência das Cortes portuguesas, o bibliotecário frei Gregório José Viegas juntou-se a comitiva do monarca na volta para a Europa, passando a ficar a conservação e arrumação da Biblioteca Real nas mãos do seu colega de ofício, padre Joaquim Dâmaso e do ajudante Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. Contudo, no ano seguinte, com a Proclamação da Independência em 7 setembro de 1822, pelo príncipe regente d. Pedro, o clérigo bibliotecário régio Joaquim Dâmaso também retornaria para Portugal, por não aceitar a dissolução dos laços entre o Brasil e Portugal, e levaria consigo a maioria dos manuscritos da Coroa que lhe estavam confiados a guarda. Antes, porém, em abril do mesmo ano, o próprio bibliotecário régio arrematou em leilão a biblioteca de Antônio de Araújo de Azevedo, o 1º conde da Barca e ministro de Estado do Reino de Portugal, que falecera em 1817. A biblioteca comprada pelas expensas do tesouro público do então príncipe regente d. Pedro, era composta de “duas mil trezentas e sessenta e cinco obras (2.365) em seis mil e vinte e nove volumes (6.329) cujo pagamento foi providenciado a 28 de setembro do mesmo ano”,³¹⁷ ou seja, logo após a Proclamação da Independência. Assim, tão logo os trâmites burocráticos para a aquisição do espólio foram concretizados, o bibliotecário padre Joaquim Dâmaso pode finalmente retornar para Lisboa e, então, foi nomeado o primeiro administrador com a designação de “Bibliotecário”, a 23 de outubro de 1822, “trata-se de frei Antônio de Arrábida, antigo preceptor dos príncipes d. Pedro (depois d. Pedro I) e d. Miguel”.³¹⁸ Como encarregado de bibliotecário, Luis Joaquim dos Santos Marrocos assumiu o arranjo da Biblioteca Real, onde permaneceu até o ano de 1825.

Porém, os tempos eram de mudanças nos horizontes políticos do Brasil, e ainda que o Rei d. João VI houvesse retornado à Portugal, o seu filho, o príncipe regente d. Pedro, havia desafiado as cortes portuguesas, que também exigiam o seu retorno para Lisboa. Decidido a ficar no Brasil em 9 de janeiro de 1822, d. Pedro foi aclamado Imperador do Brasil em 1º de dezembro do mesmo ano. Em 2 de junho de 1822, o monarca determinou a abertura de uma Assembleia Constituinte, ainda que a mesma só fosse efetivamente convocada a ter os seus trabalhos iniciados em 17 de abril do ano

Marrocos escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 56, 1934, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1934_00056.pdf Acesso em: 12 de março de 2023.

³¹⁷ CUNHA, I- *Real Biblioteca...* p. 103-145, 1981.

³¹⁸ CONDÉ, *Guia da Biblioteca Nacional...* p. 12.

de 1823. Durante as sessões da Assembleia Constituinte, a então Biblioteca Imperial e Pública da Corte, renomeada no ano de 1822 por ocasião da Independência, teve um papel relevante como fonte de pesquisas e consultas em assuntos de jurisprudência e outros temas pertinentes para a “conveniente illustração dos negócios que se tratão nas sessões da mesma Assembléa”, como instrui o ministro José Bonifácio de Andrada e Silva ao bibliotecário da Biblioteca Imperial e Pública da Corte, frei Antônio de Arrábida, no documento referente a Portaria nº1ª de 23 de maio de 1823,³¹⁹ transcrito a seguir:

Port (aria) 1º= Manda pôr à disposição da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa, as suas obras.

S. (ua) M. (agestade) o I. (mperador) há por bem permitir que o Bibliothecario da Bibliotheca Imperial e Publica desta Corte ponha a disposição da Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do império de todos os livros de jurisprudência, e ainda alguns outros que forem necessarios para a conveniente illustração dos negocios que se tratão nas sessões da mesma Assembléa, quando por parte dellas forem pedidos e concorrerem aquellas clarezas e formalidades que se achão estabelecidas na referida Bibliotheca. O que o mesmo Augusto Senhor manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, participar ao respectivo Bibliothecario para sua intelligência e governo.

Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1823.

Jose Bonifacio de Andrada e Silva, — Acha-se no Diario do Governo nº123, de 4 de junho de 1823, sobre os actos de officio.

2.4 Destinos que se cruzam: Maria Graham na Biblioteca Imperial e Pública da Corte

Um interessante depoimento acerca de como a Biblioteca Imperial e Pública da Corte era percebida pelos estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro daqueles anos pós Independência, foi documentado pela escritora inglesa Maria Graham na fonte *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956). Ao longo do ano de 1823, Maria Graham esteve no Rio de Janeiro retornando do Chile em companhia do amigo, o almirante Lorde Thomas Cochrane,³²⁰ que havia sido contratado pelo Imperador d. Pedro I para

³¹⁹ Documento: Portaria nº1 de 23 de maio de 1823.[LEIS, decretos e avisos]. Rio de Janeiro, RJ:[s. n.],[1810 – 1831]. 17 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1289273/mss1289273. Acesso em: 13 de abril de 2023.[Transcrição nossa].

³²⁰ Thomas Alexander Cochrane (1775-1860), décimo conde de Dundonald e marquês do Maranhão, nasceu na Escócia, a 14 de dezembro[...].famoso em seu país, durante as guerras de Napoleão contra a Inglaterra, Cochrane demonstrou tanta ousadia em operações navais que os franceses o apelidaram de *loup de mer* (lobo do mar). No entanto, suas espetaculares atividades Navais não agradavam ao almirantado britânico por sua frequente desobediência e excessiva popularidade nacional, despertando

comandar a Esquadra Imperial brasileira contra as forças portuguesas insurgentes nas guerras pela consolidação da Independência nas províncias do Nordeste.³²¹ No *Diário*, a inglesa relata a suas impressões durante as visitas que fez à Biblioteca Imperial e Pública da Corte, a qual ela chama de Biblioteca Pública. Ao longo da narrativa, Maria Graham adverte sobre o horário de funcionamento da instituição, descreve as agradáveis instalações da Biblioteca e menciona a cortesia com que foi tratada pelos bibliotecários, o que para ela foi uma agradável surpresa, uma vez que a frequência de mulheres na Biblioteca era algo improvável.³²²

Outra interessante suposição que o depoimento suscita, está no fato de que, ainda que o nome dos funcionários que a atenderam nas duas vezes em que ela esteve visitando a Biblioteca Imperial e Pública da Corte não tenham sido mencionados no seu *Diário*, é possível inferir, pelo cruzamento das datas já citadas anteriormente neste estudo, de que se tratava do bibliotecário, frei Antônio de Arrábida, e do encarregado de bibliotecário, Luiz Joaquim dos Santos Marrocos:

18 de setembro. — Fui hoje à Biblioteca Pública para indagar acerca de alguns livros e fui convidada a frequentá-la e usar do que quiser ali. Os bibliotecários são todos extremamente polidos e a biblioteca está aberta a todas as pessoas por seis horas diárias[...]tanto ontem como hoje, fui à biblioteca, onde um pequeno gabinete agradável e fresco me foi destinado; qualquer livro que peço me é ali trazido, e ali tenho pena, tinta e papel à mão para tomar notas. Isso é uma gentileza e

ciúmes. Thomas se candidatou ao parlamento e da segunda vez foi eleito. Teve a ousadia de bater-se contra a corrupção na administração naval e essa atitude intransigente lhe criou inimigos influentes, que o acusaram de atividades fraudulentas e especulação na bolsa e valores. Foi condenado em 1814, e esteve preso por dois anos. Retiraram-lhe o título nobiliárquico e foi desligado da Marinha Real. Em 1817, casou-se com Catherine Barnes Cochrane e tiveram um filho. Em 1818, Cochrane aceitou o convite para trabalhar para a Marinha chilena nas guerras de independência daquele país e do Peru. Mariz, Vasco. *Retratos do Império: os Orléans, os Saxe-Coburgo e outras personalidades da época*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016, pp. 145-146.

³²¹ PORTO, Maria Graham, *uma inglesa na Independência do Brasil...* p. 97.

³²² A educação feminina no Brasil nas primeiras décadas do século XIX direcionava-se às moças das famílias abastadas. Contudo, o precário sistema educacional limitava-se à instrução primária, que abarcava o ensino das primeiras letras e das operações básicas da matemática, além de disciplinas como catecismo, bordado, pintura, canto e piano. Segundo Mary Del Priore, “a precariedade dos centros educativos, a instrução primária de curta duração e de qualidade insatisfatória, bem como o estado de ignorância em que as mulheres eram mantidas, foram objeto de críticas por parte de viajantes estrangeiros provenientes de países onde as disparidades educacionais entre os gêneros praticamente não mais existiam. “ DEL PRIORE, Mary. As mulheres e os livros: vidas que se contam. In: PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasileira da Biblioteca Nacional: guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova fronteira, 2001, p. 372.

atenção a uma mulher, e estrangeira, para a qual não estava preparada.³²³

Figura 13: Retrato de Maria Graham- August Earle, 1819



Fonte: *British Museum*

Maria Graham relata no decorrer do texto, a história da transferência da Real Biblioteca para o Brasil e as adaptações necessárias para a sua instalação no Hospital da Ordem Terceira do Carmo, informa que o acervo bibliográfico é estimado entre sessenta mil e setenta mil livros (60. 000 e 70. 000) livros, e faz um panorama das principais coleções bibliográficas encontradas no catálogo da Biblioteca.

A escritora inglesa demonstra ter sido informada, provavelmente pelos responsáveis da Biblioteca, da importante aquisição “que foi trazida ao estabelecimento com a compra da biblioteca do conde da Barca”, além de revelar ter tido acesso aos manuscritos dos séculos XVI, XVII e XVIII, que sabemos serem os livros, opúsculos, cartas e impressos originais da Livraria Real e da Casa do Infantado adquiridos nos

³²³ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 328-339.

tempos de d. João V, como já citado nesse estudo. Maria Graham reforça a excelência do acervo bibliográfico, quando revela que se instruía sobre a história de Portugal e do Brasil na Biblioteca Pública:

A biblioteca foi trazida para cá, de Lisboa em 1810 e colocada na atual instalação que foi outrora o hospital pertencente aos Carmelitas. Este hospital foi transferido para uma situação mais saudável e mais cômoda e as salas, admiravelmente adaptadas para essa finalidade, receberam os livros que alcançam entre sessenta e setenta mil. A maior parte dos livros é de teologia e direito. Há uma boa coleção de história eclesiástica e, especialmente, todas as narrativas dos jesuítas acerca da América do Sul. Não faltam História Geral e Civil e há boas edições dos clássicos. Há alguns belos trabalhos de História Natural; mas exceto esses, nada de moderno; raros livros foram comprados desde sessenta anos. Mas uma importante contribuição foi trazida ao estabelecimento com a compra da biblioteca do conde da Barca, na qual há alguns trabalhos modernos dos mais valiosos e uma lindíssima coleção de impressos topográficos de todas as partes do mundo. Comecei a ler diligentemente todo fragmento de História do Brasil que possa encontrar. Comecei por uma coleção de opúsculos, jornais e algumas cartas e proclamações manuscritas, desde 1576 até 1757, encadernadas juntas.³²⁴

É relevante destacar que, paralelamente ao tempo em que Maria Graham frequentava a Biblioteca Imperial e Pública da Corte, ela redigia o seu *Diário de uma viagem ao Brasil*. Por conseguinte, a citação acima revela a dimensão do empenho pessoal empreendido pela autora, no sentido de coletar informações históricas fidedignas, a partir de estudos minuciosos nas fontes históricas do maior arquivo documental e bibliográfico sobre a história colonial brasileira e lusitana fora dos limites territoriais de Portugal. Para além de seus esforços cotidianos no sentido de adquirir conhecimentos privilegiados sobre a história política, econômica e social do reino português e de suas possessões ultramarinas, Maria Graham dedicou-se a documentar em textos, desenhos e aquarelas as cenas do cotidiano urbano provincial de uma sociedade escravocrata que se revelava duramente impactante aos seus sentidos:

1º e maio de 1823. Vi hoje o Val longo[Valongo]. É um mercado de escravos do Rio. Quase todas as casas desta longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi a na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos

³²⁴ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 339-340.

macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, a alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me deles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraiu a atenção; tocavam-se uns nos outros para certificarem-se de que todos me estavam vendo e depois conversaram no dialeto africano próprio com muita vivacidade. Dirigi-me a eles e olhei-os de perto, e ainda que mais disposta a chorar, fiz um esforço para lhes sorrir com alegria e beijei minha mão para eles; com tudo isso pareceram eles encantados; pularam e dançaram como que retribuindo as minhas cortesias. Pobres criaturas! Mesmo que pudesse eu não diminuiria seus momentos de alegria, despertando neles a compreensão das coisas tristes da escravidão; mas apelaria para os seus senhores, para os que compram e para os que vendem, e lhes imploraria que pensassem nos males que traz a escravidão, não somente para os negros, mas para eles próprios e, não somente para eles, mas para suas famílias e para suas descendências.³²⁵

A escritora aproveitou os dias de verão passados na corte, para “conhecer um pouco mais dos habitantes, dos quais, os mais divertidos, tanto quanto pude ver até agora, são certamente os negros que transportam frutas e verduras para vender”.³²⁶ Maria Graham continuou a descrever o singular grupo de escravos de ganho. Acentuou, entretanto, que ao tomar conhecimento da história de vida destes indivíduos, sua maneira de vê-los mudou:

Os guardas –marinha fizeram amizade com alguns. Um deles tornou-se até amigo da casa, e depois de vender frutas de seu senhor, ganha uma pequena gratificação para ele próprio, pelos contos, suas danças e suas cantigas. Sua tribo, ao que parece, estava em guerra com um rei vizinho. Ele partiu para a luta ainda menino, foi feito prisioneiro e vendido. Esta é provavelmente a história de muitos, mas o nosso amigo a conta com movimento e ênfase, mostra as feridas, dança a sua dança de guerra, grita sua canção bárbara, de modo que, de escravo selvagem, transforma-se em objeto de tocante interesse.³²⁷

Maria atribuía a alegria da cidade do Rio de Janeiro à população desterrada e escravizada que ocupava as ruas, movidas pelas lembranças de suas memórias coletivas

³²⁵ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 254.

³²⁶ GRAHAM, *Diário de uma Viagem ao Brasil...* p. 183.

³²⁷ GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 183.

expressadas nos cantos, batuques e danças ancestrais de suas saudosas nações originárias:

Os negros tanto livres quanto escravos, parecem alegres e felizes no trabalho. Há tanta procura deles que se encontram em pleno emprego e têm, naturalmente boa paga. Lembram aos outros aqui o menos possível a triste condição servil, a não ser quando se passa pela rua do Valongo. Então todo o tráfico de escravos surge com todos os seus horrores perante nossos olhos. De ambos os lados estão armazéns de escravos novos, chamados aqui peças, e aqui as desgraçadas criaturas ficam sujeitas a todas as misérias da vida de um negro novo, escassa dieta, exame brutal e açoite.³²⁸

Evidenciamos ainda, que ao longo da narrativa do *Diário de Uma viagem ao Brasil*, Maria Graham entremeou às suas observações sobre a política e a sociedade brasileira, o universo cotidiano dos sujeitos escravizados trazidos da África em suas várias funções; ora como escravos de ganho nas cidades provinciais, ora na rotina diária das senzalas nas fazendas que visitou em Itaparica, na província da Bahia e nas de Guapimirim, Guaxindiba e Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Quanto ao cotidiano dos escravizados nas senzalas visitadas, citamos a seguir um excerto do *Diário*, no qual Maria Graham descreve um episódio “que assisti à revista semanal de todos os negros da fazenda” por ocasião da visita à fazenda Ns. Sra. Da Luz em Guaxindiba, no ano de 1822:

Depois do almoço, assisti à revista semanal de todos os negros da fazenda. Distribuíram-se camisas e calças limpas aos homens; blusas e saias às mulheres, de algodão branco muito grosso[...]à medida que cada escravo era passado em revista, faziam-se algumas perguntas relativas a ele próprio, sua família, se ele a tinha, e seu trabalho. Cada um recebia uma quantidade de rapé ou tabaco, segundo a preferência[...]à tarde acompanhei o Sr. P., para ver os negros receberem a ração diária de comida. Consistia em farinha, feijão e carne-seca, uma quantidade fixa de cada coisa por pessoa. Um homem pediu duas rações em vista da ausência do vizinho, cuja mulher pedira que fosse enviada sua quota para estar preparada quando ele voltasse.³²⁹

³²⁸ GRAHAM, *Diário de uma Viagem ao Brasil...* p. 188.

³²⁹ GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 239, 240.

Em outra passagem, durante a sua visita a Guaxindiba, Maria Graham descreve a sua ida à noite na senzala, quando presenciou um momento de descanso e descontração dos escravos que dançavam, cantavam e tocavam os seus “rudes instrumentos”:

Foi então, quando ouvi sons de música, —não exatamente como um eco do poema de Milton[...], mas a voz dos escravos, em noite de férias, enganando seus sofrimentos com cantigas estranhas tocadas em rudes instrumentos africanos[...]fui logo às cabanas dos escravos casados, onde se realizava a função e encontrei os grupos a brincar, a cantar e a dançar à luz da lua[...]provavelmente os escravos, ainda que batizados, dançam para a lua lembrando-se de casa.³³⁰

Como observado, os hábitos e vestuário dos cativos na senzala da fazenda Ns. Sra. da Luz foram descritos por Maria Graham como para destacar a condição de precariedade existencial dessa população, amenizada apenas pelo compartilhamento das memórias coletivas de suas saudosas ancestralidades.

Da mesma forma, a indumentária usada pelas lavadeiras em meio ao cenário urbano da corte foi igualmente notada por Maria Graham, que destacou o uso de panos coloridos e estampados enrolados nos ombros e cabeças de um grupo de mulheres reunidas à beira de um córrego no bairro de Laranjeiras. Logo, por toda a sua vivência *in loco* como uma observadora crítica e sensível sobre as características das condições de vida da população cativa no Brasil oitocentista, é aceitável supor que Maria Graham tenha registrado em desenhos e aquarelas, as práticas cotidianas a que estavam submetidas essa população, tanto quanto as características de suas moradias, vestes e outras singularidades próprias de tais sujeitos, ainda que estes esboços não seguissem a estética romântica de cenas pitorescas encontradas em outros desenhos seus como aqueles publicados no *Diário de Uma viagem ao Brasil*.

2.5 Acenos dos tempos difíceis: Frei Camillo de Montserrat à frente da Biblioteca Imperial e Pública da Corte

Por conseguinte, em meio a essa realidade escravocrata presenciada por Maria Graham, os tempos que se seguiram ao grito do Ipiranga do 7 de setembro de 1822

³³⁰ GRAHAM, *Diário de uma Viagem ao Brasil...* p. 242.

foram marcados por disputas políticas e militares entre Portugal o Brasil pelo reconhecimento da independência brasileira por parte de Portugal. O ano de 1825 ratificou o fim da controvérsia diplomática entre os dois países, com a assinatura da Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade entre as duas nações, no qual Portugal reconhecia a Independência do Brasil, e, em troca, exigia uma indenização pelos bens deixados em terras brasileiras. Sobre as implicações do Tratado, Gilberto de Carvalho complementa que “em 29 de agosto de 1825, a então Bibliotheca Imperial e Pública da Corte estaria mais uma vez no centro de graves decisões políticas”.³³¹ Como parte do pagamento indenizatório de um milhão e meio de libras esterlinas que o Brasil deveria pagar à Portugal pelos bens e propriedades deixadas pela família real portuguesa e incorporadas ao Império brasileiro, estava “justamente a Biblioteca Nacional que foi devidamente incorporada ao Império do Brasil pelo preço[...]de 800 contos de réis”.³³² A partir dessa data, a Biblioteca Real que foi comprada por d. Pedro I, passa oficialmente a ser denominada Biblioteca Imperial e Pública da Corte.

Contudo, as preocupações do Imperador d. Pedro I com a aquisição livros e de coleções bibliográficas para o enriquecimento do acervo da Biblioteca, de maneira a contemplar as demandas “sobre o importante ramo da instrução publica, não só conservando em actividade ás aulas e escolas estabelecidas neste Imperio e destinadas ao progresso dos conhecimentos literários em benefício da mocidade”, datam de antes da compra da Biblioteca Real pelo governo imperial e podem ser observadas na transcrição do documento manuscrito apresentado ao final do parágrafo. No documento, o Imperador ordena ao bibliotecário, que interceda e facilite a compra da coleção de Francisco de Mello Franco, “que se acha a venda”, recomendando-lhe, entretanto, ter “em atenção a maior economia da Fazenda Pública”.

O documento ainda revela que ao administrador bibliotecário competia a escolha das coleções para compra ou trocas “nos diferentes ramos das sciencias quando appareção ou destacados ou em pequenas bibliothecas” como explicitado no manuscrito abaixo, demonstrando que o bibliotecário havia enviado um ofício em “15 de outubro próximo passado” dando ciência de que “se acha a venda” a coleção de livros de Francisco de Mello Franco. O documento referente a Portaria de 2 de

³³¹ CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional-1807-1990*. Rio de Janeiro: Editora Irradiação Cultural, 1994, p. 41.

³³² CARVALHO, *Biografia da Biblioteca Nacional...*p. 41.

dezembro de 1823, onde o secretário de Estado dos Negócios do Império instrui ao bibliotecário à época, frei Antonio d'Arrábida, a compra de livros para a Biblioteca Imperial e Pública da Corte está sob a guarda da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Segue a transcrição do documento:

1823 dezembro 2. Port (aria) 2ª= Compras de livros se ordenarão, e várias providencias para seu melhoramento: Tomando S. (ua) M. (agestade) o I. (mperador) em consideração a necessidade de providencia com enérgicas medidas sobre o importante ramo da instrucção publica, não só conservando em actividade as aulas e escolas estabelecidas neste Imperio, e destinadas ao progresso dos conhecimentos literários em beneficio da mocidade, mas facilitando quanto seja possivel aos seus subditos o meio de se applicarem pela franqueza da Bibliotheca Imperial e Publica desta Corte, que lhes oferece hum auxilio prompto permanece proporcionando aos seus estudos e deveria por tão singular motivo, ser da maior importância o fornecimento das obras mais estimáveis e preciosas nos diferentes ramos das sciencias quando appareção ou destacados, ou em pequenas bibliothecas, por meio de compra ou troca, a fim de que a nação, estudiosa e instruída, não padeça detrimento quando pretenda consultar os seus autores: -Manda S. M. I. pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, que o Bibliothecario da referida Bibliotheca empregue as diligencias que julgar necessárias para se ajustar e verificar a compra da escolhida Bibliotheca do falecido Dr. Francisco de Mello Franco, que se acha a venda, como participou o Bibliothecario no seu officio de 15 de outubro próximo passado, para o que o mesmo augusto Senhor há por bem de autorizar, tendo todavia em atenção a maior economia da Fazenda Pública, e dando conta desta diligencia pela referida Secretaria de Estado afim de se darem as ultteriores ordens pelas repartição da Fazenda:

O officio ainda instrui o bibliotecário a negociar, por compra ou troca, as obras constantes da Biblioteca de Francisco de Mello Franco que estejam duplicadas:

Promova da maneira mais commoda, facil e útil á Bibliotheca a venda ou troca assim das obras que se tornarem duplicadas por occasião desta compra, como aquelle que já de tempo anterior ali se achão dando por este modo cumprimento às ordens que lhe forão expedidas pela mesma secretaria de Estado, em portaria de 22 de novembro do anno próximo passado, e cuja execução agora muito lhe recomenda. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1823: =João Severianno Maciel da Costa.³³³

³³³ Documento-Portaria de 2 de dezembro de 1823.[LEIS, decretos e avisos]. Rio de Janeiro, RJ:[s. n.],[1810 – 1831]. 17 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1289273/mss1289273. Acesso em: 13 de abril de 2023.[Transcrição nossa].

Em 1831, com o retorno de d. Pedro I para Portugal, a Biblioteca Imperial e Pública da Corte passou por um longo período de esquecimento e abandono durante o período regencial de d. Pedro II. Entretanto, nos anos seguintes, além das poucas aquisições que foram feitas, o problema relativo à deficiência de espaço para acomodação da Biblioteca, aliado à insalubridade de suas instalações no antigo Hospital da Ordem Terceira do Carmo, só agravavam as dificuldades. Em meio a esse contexto de descuido administrativo governamental pela Biblioteca, o cônego Francisco Vieira tomou posse com Bibliotecário nos anos de 1837 a 1839, sendo sucedido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, entre 1839 e 1846, e por José de Assis Alves Branco Muniz, nas décadas de 1846 e 1853.

Acrescia aos acenos dos tempos difíceis, o fato de que a Biblioteca Imperial e Pública da Corte havia se transformado numa espécie de arena de disputas de interesses individuais dos políticos ligados à administração imperial de d. Pedro II, “que se imiscuía em detalhes sem importância, tirando qualquer iniciativa do Bibliotecário[...] transformando o diretor da Biblioteca em um mero encarregado”.³³⁴

Ainda sobre a intromissão dos atores políticos ligados a administração do governo de d. Pedro II nos assuntos internos da Biblioteca, “a arrogância e a centralização do poder eram tantas que, além de esses nobres senhores nada concederem à instituição, se excediam no cuidado de, acima de tudo ressaltar a sua autoridade”.³³⁵ Contudo, apesar de tantos percalços, na década de 1850, o acervo da Biblioteca já se constituía como um dos maiores das Américas e era preciso ter a frente da diretoria “quem estivesse decidido a enfrentar os problemas estruturais da Casa e a falta de perspectiva cultural dos políticos, patenteada nos endêmicos cortes de verba e[...]interferências nas rotinas da Biblioteca”.³³⁶

E foi nesse conturbado cenário de incertezas administrativas que o frei Camillo de Monserrat assumiu a direção da Biblioteca Imperial e Publica da Corte no ano de 1853, permanecendo à frente da instituição pelos dezessete anos seguintes.

Não obstante aos constantes esforços em denunciar às autoridades os graves problemas de espaço para a adequada arrumação das coleções nas “antigas e acanhadas instalações” do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, de maneira a promover as

³³⁴ CARVALHO, *Biblioteca Nacional de Brasil*.... p. 57.

³³⁵ CARVALHO, *Biografia da Biblioteca Nacional*...p. 58.

³³⁶ CARVALHO, *Biografia da Biblioteca Nacional*... p. 52.

necessárias melhorias na Biblioteca Imperial e Pública da Corte, frei Camillo de Monserrat ficou à frente da instituição sem ter tido a liberdade de comprar “um só livro, ou documento, ou assinar revistas estrangeiras, de encadernar uma brochura, de dar nomes às próprias salas da Biblioteca”.³³⁷

Apesar disso, chamam a atenção, as aquisições de coleções doadas e deixadas em testamentos por bibliófilos e colecionadores particulares para o governo Imperial, desde o ano de 1838 a 1873, que foram catalogadas posteriormente pelo bibliotecário Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938) no *Catálogo de Manuscriptos da Bibliotheca Nacional*.³³⁸ Em vista disso, Tânia Bessone sublinha que “a Biblioteca Nacional obtinha, frequentemente, ajuda de vários colaboradores, bibliófilos, empresários e leitores mais próximos da administração para a aquisição de novas obras, recuperação de acervos e compras de coleções”.³³⁹

Nesse sentido, é interessante constatar, que tal fluxo de doações à instituição inicia-se ao tempo da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, em 1838, sinalizando com isso, a gênese de uma articulação entre os intelectuais brasileiros para pensar o Brasil a partir de um mito fundador. Em dada conjuntura de criação de uma memória histórica coletiva, a Biblioteca Nacional teria assumido um papel referencial. Como fiel depositária dos inúmeros documentos e coleções que se recolhiam ao seu acervo, a instituição se tornou essencial para o projeto de uma nova historiografia brasileira em formação, como meio de “transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro”.³⁴⁰

Logo, o Bibliotecário e erudito Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que sucedeu o frei Camillo de Monserrat na direção da Biblioteca Imperial e Pública da Corte no ano de 1870, informa no breve resumo introdutório ao *Catálogo de Manuscriptos da Bibliotheca Nacional*, sobre as aquisições de bibliotecas privadas e documentos

³³⁷ GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *Anais da Biblioteca Nacional-1877-1878*. v. IV. Rio de Janeiro: Typografia. G. Leuzinger e Filhos, 1878, p. VI Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1877_00004.pdf

³³⁸ GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *Anais da Biblioteca Nacional. 1877-1878*. v. IV. *Catálogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Nacional* Rio de Janeiro: Typografia. G. Leuzinger e Filhos, 1878, p. X. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1877_00004.pdf

³³⁹ BESSONE, *Palácios de destinos cruzados...* p. 193.

³⁴⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 26-27.

históricos que se deram por doações particulares ao longo do século XIX, onde também constam duas compras pelo governo Imperial nos anos de 1853 e 1873, respectivamente. Segundo o autor foram adquiridas: “da livraria do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, doada pelos herdeiros à Bibliotheca Nacional em maio de 1838, constante[...]de cinco mil volumes”. Mais à frente, Ramiz Galvão informa que em junho de 1853 entrou para a Biblioteca Nacional e Pública da Corte “41 volumes de obras manuscritas[...]do distinto médico e naturalista Antonio Correa de Lacerda[...]deixadas em testamento pelo auctor ao governo Imperial”. Ainda segundo Galvão, no mesmo ano de 1853, “veio encorporar-se às nossas riquezas a[...]Livraria do argentino Pedro de Angelis, contendo numerosas obras impressas e 1. 295 manuscritos[...]Comprando-a realizou o governo Imperial uma importantíssima aquisição”.³⁴¹

Enfim, no ano de 1855, passados dois anos desde a chegada do frei Camillo de Monserrat à direção da Biblioteca Nacional e Publica da Corte e após muitos ofícios e persistência para conseguir junto aos Secretários de Estado do Império instalações adequadas para a Biblioteca, o governo de d. Pedro II entregou as chaves do imóvel situado no Largo da Lapa, nº48, atual Rua do Passeio, para ser o novo endereço da Biblioteca Nacional e Pública da Corte.

Após três anos de reformas e adaptações prediais, no dia 4 de agosto de 1858, as novas instalações da Biblioteca foram finalmente inauguradas.³⁴² Contudo as dificuldades de frei Camillo de Monserrat à frente da Biblioteca Nacional e Publica da Corte persistiram e “a impossibilidade de organizar a Biblioteca Nacional o levou, nos seus últimos dias de vida a recolher-se à pesquisa e ao acolhimento de estudiosos e pesquisadores que procuravam os tesouros de seu valioso acervo”.³⁴³ Com a morte de frei Camillo em 14 de dezembro de 1870, foi nomeado para o cargo o jovem erudito Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão, que o ocupou pelos 12 anos seguintes, até julho de 1882.

³⁴¹ GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Anais da Biblioteca Nacional. 1877-1878. v. IV. *Catálogo dos Manuscritos da Bibliotheca Nacional* Rio de Janeiro: Typografia. G. Leuzinger e Filhos, 1878, p. X. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1877_00004.pdf p. X-XI.

³⁴² As novas instalações da Biblioteca Imperial e Pública da Corte na rua da Lapa, 48, atual rua do Passeio, permitiram que fossem feitas ampliações na arrumação do acervo e inauguradas as Salas de Leitura, de Mapas e Iconografia e de Periódicos. O seu belo edifício em estilo eclético neoclássico abriga atualmente a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. N/A.

³⁴³CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional-1807-1990*. Rio de Janeiro: Editora Irradiação Cultural, 1994, p. 45.

2.6 De Benjamin Franklin Ramiz Galvão a João de Saldanha da Gama: renovação e consolidação da Biblioteca Nacional

Os anos 1870 instauram um novo tempo para a Biblioteca Imperial e Pública da Corte. A nomeação para o cargo de bibliotecário do historiador Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Barão de Ramiz,³⁴⁴ por meio do primeiro concurso público para esta função administrativa cancelado “por um ministro com outra mentalidade, o conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira[...]que lhe deu todos os meios para transformar a criança trôpega e linfática em um adolescente vigoroso, sanguíneo e capaz de um grande futuro”.³⁴⁵

Como visto, até a década de 1870 a Biblioteca enfrentava diversos desafios, como a falta de espaço adequado, problemas na organização do acervo e a escassez de profissionais. Entretanto, com a nomeação de Ramiz Galvão como bibliotecário, a instituição passou por uma série de melhorias, incluindo reformas no edifício, ampliação do acervo e a extensão do horário de funcionamento. Entretanto, com o decreto n.º 6.141, de 4 de março de 1876, foi implementado um novo regulamento e mudado o nome da instituição para Biblioteca Nacional.³⁴⁶

Esse regulamento marcou uma nova fase, dividindo a biblioteca em diferentes unidades administrativas, como a Seção de Impressos e Cartas Geográficas, a Seção de Manuscritos e a Seção de Estampas. Além disso, o ato estabeleceu a criação dos *Anais da Biblioteca Nacional*, a importante publicação periódica que se mantém em circulação até os dias atuais. Durante a sua gestão à frente da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão instituiu o primeiro concurso público para o cargo de Bibliotecário, no qual se destacou o historiador Capistrano de Abreu (1853-1927),³⁴⁷ personagem que será destacado no Capítulo III desta tese.

³⁴⁴ Benjamin Franklin Ramiz Galvão- Barão de Ramiz (1846-1938), médico, professor, filólogo e biógrafo, nasceu em Rio Pardo, SP e faleceu na cidade do Rio de Janeiro. Foi preceptor dos filhos e dos netos do imperador d. Pedro II de 1882 a 1889. Por decreto de 18 de junho de 1888, recebeu o título de Barão de Ramiz (com grandeza). Foi sócio Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB e membro de outras instituições científicas. Ocupou a cadeira nº 32 da Academia Brasileira de Letras-ABL, quando ingressou em 12 de abril de 1928. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/ramiz-galvao-barao-de-ramiz-galvao/biografia> Acesso em: 14 de junho de 2023.

³⁴⁵ CARVALHO, *Biografia da Biblioteca Nacional*...p. 65.

³⁴⁶ Biblioteca Imperial e Pública Brasileira. In: *Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial (1822-1889)*. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/component/content/article?id=624> Acesso em: 12 maio de 2023.

³⁴⁷ João Capistrano de Abreu (1853-1927) foi um historiador brasileiro nascido em Maranguape, CE. No ano de 1875 mudou-se para o Rio de Janeiro e em 1879 foi aprovado em concurso para oficial da Biblioteca Nacional, onde permaneceu até o ano de 1883. Foi membro do Instituto Histórico e

Por conseguinte, contando com o auxílio de uma equipe de historiadores e pesquisadores formada por nomes como os de Menezes Brum (1825-1893),³⁴⁸ João de Saldanha da Gama (1835-1899),³⁴⁹ Valle Cabral (1851-1894),³⁵⁰ e do jovem Capistrano de Abreu (1853-1927), o Bibliotecário Ramiz Galvão criou e organizou os *Anais da Biblioteca Nacional*. A importantíssima e longa publicação periódica, teve, desde a sua primeira edição em 1876, a missão de publicar e divulgar materiais referentes à Biblioteca, sua organização, técnicas de conservação de acervo, aquisições de documentos históricos e de coleções bibliográficas, iconográficas, cartográficas e de periódicos.

De igual modo, o regulamento interno da instituição previa que aos *Anais* competia difundir as pesquisas elaboradas a partir dos seus diversos acervos, divulgar a realização de cursos e conferências científicas e literárias oferecidas pela instituição, e ainda, disponibilizar transcrições de manuscritos originais. A partir da leitura dos *Anais* é possível conhecer toda a trajetória institucional e documental da Biblioteca Nacional transpassada por sua história, desde a fundação em 29 de outubro de 1810.

Além de promover a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* a partir do ano de 1876, Ramiz Galvão, foi o responsável pela realização das primeiras exposições sediadas na Biblioteca Nacional ainda no século XIX: a do Tricentenário da

Geográfico Brasileiro, IHGB, e colaborou com artigos para o jornal o Globo e Gazetas de Notícias. Capistrano de Abreu publicou entre outras obras igualmente relevantes para a historiografia brasileira: *Ensaio e Estudos* (1875); *O Brasil no século XVI* (1883); *Caminhos Antigos e povoamento do Brasil* (1930); *Capítulos da História do Brasil* (1907); *Edição Crítica da História Geral do Brasil*, de Varnhagen (1907); *Edição Crítica da História do Brasil de frei Vicente Salvador* (1918). Coleção Capistrano de Abreu. In: PEREZ, Eliana (org.). *Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: FBN, 2018.

³⁴⁸ O médico baiano Zefherino de Menezes Brum (1825-1893) foi chefe da Seção de Estampas da Biblioteca Nacional, na gestão de Ramiz Galvão e no ano de 1875, Menezes Brum foi eleito para a cadeira nº116, na Academia Nacional de Medicina no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.anm.org.br/jose-zepherino-de-menezes-brum/> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

³⁴⁹ João de Saldanha da Gama (1835-1899) foi bibliotecário da Biblioteca Nacional de outubro de 1882 a 1889. Durante a sua gestão ele publicou o *Catálogo da Exposição Permanente dos Cimérios da Biblioteca Nacional*, no ano de 1885. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/historico/1881-1900> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

³⁵⁰ O historiador, folclorista e epigrafista Alfredo do Valle Cabral, nasceu na Bahia em 1851 e morreu no Rio de Janeiro no ano de 1894. O intelectual admitido na Biblioteca Nacional em 1873, durante a administração de Ramiz Galvão e considerado um pesquisador de notória erudição, foi o responsável pela organização da Seção de Manuscritos. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/personagens-da-biblioteca-nacional-alfredo-do-vale-cabral-pesquisador-de-notoria-erudicao/> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

morte de Camões, em 10 de junho de 1880 e a da História do Brasil em 02 de fevereiro de 1881. Em vista disso, uma leitura atenta da “*Introdução*” ao catálogo da Coleção *Camoneana* organizada por João de Saldanha Marinho, sucessor de Ramiz Galvão na administração da Biblioteca e publicado nos *Anais* v. I e v. II do ano de 1876,³⁵¹ nos informa sobre a sua relevância e grandeza histórica para o arquivo da instituição, considerada pelo autor como uma “rara e magnífica coleção!”. Ademais o autor da “*Introdução*” menciona a diligência de três mediadores na aquisição dos quatrocentos e quarenta (440) volumes da Coleção *Camoneana*, tendo em vista que uma parte dos livros foi adquirida por doação particular que “pertenceram outrora a excelente biblioteca de Barbosa Machado”, e a maior parte, por compra envolvendo o “livreiro Trübner, de Londres” e um colecionador “Sñr. João Evangelista Guerra Rebello da Fontoura”:

No seu todo abrange a nossa Camoneana duzentas e trinta e três obras diversas e perto de 440 volumes. Algumas d’ellas pertenceram outrora a excelente bibliotheca de Barbosa Machado, mas a maior parte foi ultimamente comprada do livreiro Trübner, de Londres, o qual, por diligência própria e por compra feita ao inteligente colecionador—o Sñr. João Evangelista Guerra Rebello da Fontoura—conseguiu acumular este grande tesouro. É uma rara e magnífica coleção! Possa aproveitar ainda aos doutos, e fecundar, com a lição desta generosa mocidade, que é hoje a esperança, e será amanhã a glória de nossa pátria.³⁵²

Como visto a partir do excerto apresentado, compreendemos que a procedência de origem da Coleção *Camoneana* é mencionada como para delinear a sua dimensão documental em relação a outras aquisições realizadas pela instituição. De igual maneira, a historicidade do objeto construída a partir de sua procedência, indica a intenção institucional que se pretendia no dado período histórico de sua aquisição, que era o de “fecundar, com a lição desta generosa mocidade, que é hoje a esperança, e será amanhã a glória de nossa pátria”, como citado no documento por Saldanha Marinho.

Os registros de procedência dos objetos adquiridos pela Biblioteca Nacional constituem fontes primárias indispensáveis para a pesquisa histórica. Ao detalhar a

³⁵¹ Ver *Anais da Biblioteca Nacional* v. I e II: Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_1876_00001.pdf e https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_1876_A00002.pdf Acesso e, 18 de agosto de 2023.

³⁵² MARINHO, *O Catálogo da Camoneana...* p. 102.

origem e as circunstâncias de cada aquisição, esses documentos permitem reconstruir a trajetória da instituição e compreender as motivações que guiaram suas decisões. Além disso, a análise da procedência contribui para a avaliação do valor cultural e científico dos objetos, uma vez que revela informações sobre seu contexto de produção, circulação e recepção. Em tal contexto, sublinhamos que os *Livro de Registro de Obras Adquiridas* e o *Livro de Compras*, disponíveis na Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, constituem um inestimável acervo documental para a investigação da história das coleções da instituição.

A partir da análise dessa documentação administrativa, onde estão catalogadas as obras com a data da sua aquisição e procedência—se por compra, doação, permuta ou empréstimo—, constatamos que todas as aquisições são marcadas por articulações e negociações de vasta rede de mediadores, tais como, colecionadores, livreiros, leiloeiros, antiquários, doadores particulares e os próprios diretores da Biblioteca.

As aquisições dessas coleções documentais, portanto, não são eventos isolados, mas sim o resultado de processos históricos que moldaram o acervo ao longo do tempo. Nesse sentido, a compra pela Biblioteca Nacional do espólio literário e artístico de Maria Graham em 1938, na gestão do Diretor Rodolfo Garcia, por exemplo, resultou de negociações entre um antiquário, um livreiro e o próprio Diretor da instituição de memória: o livreiro-antiquário londrino Walter T. Spencer, o proprietário da Livraria Kosmos no Rio de Janeiro, Erich Eichmer e Rodolfo Garcia.

Essa importante aquisição para a historiografia do período da Independência do Brasil demonstra que a historicidade da procedência dos documentos não apenas revela as condições de formação do acervo, como ainda oferece pistas valiosas para a compreensão das relações sociais e culturais de cada época, na arena das disputas políticas pelas memórias e das “diversas trajetórias que se entrecruzam nesse processo: pessoas, objetos e instituições, suas histórias e particularidades”.³⁵³ Como visto, ao longo da história das coleções formadoras da Biblioteca Nacional, a aquisição de obras por intermédio de doações de espólios bibliográficos privados representou um importante meio de constituição dos acervos de instituições públicas de memória, como os museus, arquivos e bibliotecas. Contudo, como os documentos não são uma

³⁵³SILVA, Iuri Azevedo Lapa. *Sobre papéis, trajetórias e dádivas: a doação da Coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020, p. 18-19.

construção de memórias sociais isentas, “mas sim carregados de interesses diversos”,³⁵⁴ o ato de ceder suas coleções particulares proporcionou aos seus doadores a oportunidade de deixar um legado duradouro para as gerações futuras, uma vez que no mais das vezes são doações referentes a “memória dos grupos dominantes das elites culturais e políticas daquele momento”.³⁵⁵

Ao incorporar objetos e coleções aos seus acervos, essas instituições garantem a visibilidade e a preservação da lembrança de seus doadores, contribuindo para a construção de uma memória coletiva em constante progresso.³⁵⁶

Logo, como um representante da intelectualidade do seu tempo, Ramiz Galvão, o inquieto Bibliotecário e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, imbuído de um espírito visionário, tinha em meio as suas iniciativas inovadoras, a pretensão de colocar a Biblioteca em sintonia com a nascente ciência da História, que naqueles anos elegia os arquivos e bibliotecas como o *loci* para a prática da investigação histórica, angariando para isso, recursos e meios para a compra de documentos que fossem, nas palavras dele, “essenciais para se escrever a história das nações, especialmente de uma nação como o Brasil”.³⁵⁷

Desta forma, a fim de ilustrar algumas das aquisições feitas ao longo de sua gestão, citamos que no ano de 1872, o intelectual alagoano Alexandre José de Mello Moraes³⁵⁸ fez uma doação à Biblioteca de perto de duzentos volumes manuscritos, e em março de 1873 foi comprada de d. Francisca da Costa Ferreira Lagos, viúva do comendador Manuel Ferreira Lagos, a livraria de seu finado marido e de toda sua coleção de manuscritos, que monta para mais de trezentos documentos. Em setembro de 1878, no ano em que a instituição de memória passou a chamar-se Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi adquirida por compra em Lisboa, no leilão do espólio

³⁵⁴ JUVÊNCIO, Símbolos e Representações: a Biblioteca Nacional. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 132, 2012, p. 199. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_2012_00132.pdf Acesso em 14 de setembro de 2023.

³⁵⁵ JUVÊNCIO, *Símbolos e Representação*...p. 199.

³⁵⁶ SILVA, *Sobre papéis, trajetórias e dádivas*... p. 18-19.

³⁵⁷ CALDEIRA, *O Bibliotecário perfeito*... p. 140.

³⁵⁸ O intelectual alagoano Alexandre José de Mello Moraes (1816-1883), foi um médico, historiador e documentarista, autor de vasta obra historiográfica, notadamente, *O Brasil Social e Histórico*, publicado em 1872. Sendo um hábil colecionador de documentos históricos, Mello Moraes possuía uma vasta e valiosa biblioteca que foi doada, em parte, para a Biblioteca Nacional no ano de 1872. JESUS, Simoneide Correia Araújo de. *Mello Moraes e o modelo de escrita científica historiográfica no Brasil-Império*. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

do historiador português Rodrigo José Lima Felner,³⁵⁹ sessenta volumes manuscritos históricos, entre os quais se destacam as Cartas Andradinas (1824-1838), publicadas nos *Anais da Biblioteca nacional*, v. XIV- 1890.

Em 1879, adquiriu-se por compra em leilão da Livraria da Casa dos Marqueses de Castelo-Melhor, a coleção de quarenta e um manuscritos e em dezembro de 1880, o conselheiro Octaviano de Almeida Rosa, doou à Biblioteca trinta e oito manuscritos de grande valor. No ano de 1881, foi a vez de José Maria da Silva Paranhos Filho, ofertar para a Biblioteca os documentos e cartas coligidos por seu pai, o visconde do Rio Branco,³⁶⁰ durante as campanhas da guerra do Paraguai. Ainda ao longo do ano de 1881, o livreiro João Martins Ribeiro doou dezoito volumes manuscritos que haviam sido do espólio do marques de Olinda, e outros importantes legados documentais, tais como, os do engenheiro Francisco Antonio Pimenta Bueno, do advogado Cândido de Oliveira Lins de Vasconcellos, do comendador Joaquim Norberto de Souza e Silva e de José Gurgel do Amaral Valente, que “constituíram grandes aquisições para a Biblioteca”.³⁶¹

Em fins da gestão de Benjamim Franklin Ramiz Galvão à frente da Biblioteca Nacional, o acervo da instituição alcançava quatrocentos e dezesseis mil e quinhentos e quarenta e três exemplares, entre códices encadernados, livros impressos, documentos biográficos e cartográficos, estampas e iconografias, partituras, numismática e documentos manuscritos, “obrigando a utilização do prédio vizinho ao prédio do Largo da Lapa, onde seriam inauguradas as oficinas de encadernação e tipografias”.³⁶² Com a saída de Ramiz Galvão da direção da Biblioteca, para assumir a função de tutor dos netos do imperador d. Pedro II em 1882, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro passou

³⁵⁹ Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa, 1809-1877, foi um escritor, historiador e acadêmico português, que passou a infância no Brasil, regressando para Portugal em 1824. Eleito para a Academia de Ciências de Lisboa no ano de 1876, Lima Felder é autor de vasta obra historiográfica, destacando-se as seguintes: *Collecção de monumentos inéditos para a História das conquistas dos portugueses em África, Ásia e América* (1868) e *Década de 13 da História da Índia* (1876). Disponível em: <https://arquivo.acad-ciencias.pt/details?id=20387&detailsType=Authority> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

³⁶⁰ As cartas do visconde do Rio Branco escritas durante a guerra do Paraguai e doadas para a Biblioteca Nacional podem ser consultadas na Coleção Rio Branco-Arquivo do Paraguai v. Rio Branco. PEREZ, Eliana (org.). *Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Coleção Ramiz Galvão, v. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2028, p. 193.

³⁶¹ CARVALHO, *Biografia da Biblioteca Nacional*...p. 67-68.

³⁶² COSTA, Luiz Antônio Severo da. E outros. *O Brasil 1900-1910*. Apresentação: DOYLE, Plínio. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Coleção Rodolfo Garcia, 1980, p. 172.

a ser dirigida pelo Bibliotecário João de Saldanha da Gama, antigo funcionário da casa, que anteriormente ocupava o cargo de chefe da Seção de Impressos, desde 1882 a 1889.

Logo, em tempos de mudanças políticas, em que os ventos republicanos sopravam com intensidade sobre o território brasileiro, João de Saldanha da Gama manteve-se no cargo entre os anos 1882 e 1889, ou seja, até pouco depois da Proclamação da República.

Durante a sua gestão, Saldanha da Gama criou a exposição permanente de Címélios, publicou a partir do 1886 os Boletins de Aquisições e recebeu de d. Pedro II, após o golpe republicano que o depôs do governo e o exilou do Brasil, a doação de sua riquíssima coleção particular de livros, obras raras, revistas, estampas, partituras musicais, fotografias, manuscritos, mapas e mais de quarenta e oito mil volumes encadernados. Ao doar esse imenso tesouro, d. Pedro II exigiu, contudo, que a coleção não se dispersasse de seu conjunto original e que recebesse o nome de Coleção Thereza Cristina Maria, em homenagem a sua esposa e última Imperatriz do Brasil.

Por ser considerada como a mais importante doação recebida pela Biblioteca Nacional, a Coleção Thereza Cristina Maria reúne obras como a *Arte Gramática da língua mais falada na costa do Brasil*, do padre Anchieta, editada em 1585, incunábulos, livros de horas, Corão em caligrafia desenhada, a *Galeria dos Condenados*, 1859-1876, além de outros documentos igualmente relevantes.³⁶³

Destacamos ainda, a aquisição de um conjunto de mais de vinte e mil fotografias, reunidas pelo imperador em suas viagens ou mandadas executar por renomados fotógrafos imperiais. Tendo em vista a monumentalidade e relevância histórica e cultural desta coleção, a UNESCO a inscreveu no Registro Internacional de Memória do Mundo em 2003, sendo o primeiro conjunto documental brasileiro a integrar esse programa até então. Por ocasião da doação do acervo, d. Pedro II instruiu ao seu procurador, Silva Costa, que o conjunto de objetos de sua biblioteca fosse distribuído entre instituições culturais e científicas, tais como, a Biblioteca Nacional, BN, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, o Arquivo Nacional, NA, o

³⁶³ *Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Coleção Ramiz Galvão, v. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2028, p. 617. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/bndigital2888/bndigital2888.pdf Acesso em 14 de setembro de 2023.

Museu Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, MNBA e o Museu Imperial, MIP.³⁶⁴

Contudo, com a Proclamação da República em 1889, a nova Biblioteca, que até aquela data mantinha-se sob a custódia do governo imperial, nasce assim cingida pelos vernizes republicanos, que irão imprimir-lhe novos rumos para o seu antigo arquétipo de guardião do tempo histórico e pretérito da nação, que o mantém e o preserva para o conhecimento das próximas gerações. Nesse contexto de grandes mudanças nacionais, o cargo máximo administrativo da instituição passará a ser o de Diretor, e no decurso dos próximos sessenta anos, os esforços dos gestores da Biblioteca Nacional consolidarão o seu lugar de maior instituição de salvaguarda da cultura bibliográfica nacional.³⁶⁵ Por tudo isso, sublinhamos que o longo percurso da construção simbólica da Biblioteca Nacional abordado no recorte desta tese, é construído, sobretudo, pela agência de intelectuais que transitaram por entre os espaços institucionais dos seus gabinetes de diretoria, acervos, e corredores, para criar redes de contatos e sociabilidades em torno da ideia de representação de nação brasileira e de cultura histórica comum. Nesse sentido, segundo Anderson,³⁶⁶ (1983), a nação é uma construção social e cultural, uma “comunidade imaginada” que se baseia em um sentimento de pertencimento compartilhado. Logo, a noção de cultura histórica pode englobar múltiplas definições e construções de um passado comum para um grupo. Ao vincular a construção de uma cultura histórica à produção de um passado histórico, destacam-se, por um lado, o que pode ser classificado como passado e, por outro, os esforços necessários para a criação de narrativas, que exigiram estratégias específicas

³⁶⁴ A carta do imperador Pedro II ao seu procurador Silva Costa tratando da distribuição de seu acervo entre as instituições citadas, encontra-se no Museu Imperial de Petrópolis. ARGON, Fátima. *Reflexões sobre o arquivo da família imperial e o papel de d. Pedro II na sua formação*. Texto da palestra do Instituto Histórico de Petrópolis em 8 de abril de 2011. Disponível em: <https://ihp.org.br/> acesso em 13 de agosto de 2023.

³⁶⁵ Citamos a seguir os diretores da Biblioteca Nacional e o período das suas respectivas gestões, a partir do Bibliotecário João de Saldanha da Gama, ainda que alguns deles não tenham sido contemplados na presente tese: Francisco Leite de Bittencourt Sampaio (dezembro de 1889 a outubro de 1892); Francisco Mendes da Rocha (novembro de 1882 a julho de 1894); Raul d’Ávila Pompéia (julho de 1894 a setembro de 1895); José Alexandre Teixeira de Melo (setembro de 1895 a março de 1900); Manoel Cicero Peregrino da Silva (julho de 1900 a janeiro de 1924); Mário Marinho de Carvalho Behring (fevereiro de 1924 a novembro de 1932); Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (de novembro de 1932 a dezembro de 1945); Rubens Borba de Moraes (dezembro de 1945 a dezembro de 1947); Josué de Souza Montello (janeiro de 1948 a março de 1951); Eugênio Gomes (março de 1951 a fevereiro de 1956) Celso Ferreira da Cunha (março de 1956 a abril de 1960). CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional-1807-1990*. Rio de Janeiro: Editora Irradiação Cultural, 1994, p. 183.

³⁶⁶ ANDERSON, *Comunidades imaginadas...* p. 58.

dos intelectuais envolvidos. De todo modo, examinar a dinâmica de produção e divulgação de um passado histórico plasmado nos documentos manuscritos, iconográficos e bibliográficos da Biblioteca Nacional por meio de seus gestores implica compreender “como uma interpretação/narrativa da história do Brasil foi elaborada, divulgada e consolidada, integrando-se a uma cultura histórica e uma cultura política constituindo[...]o que chamamos conhecimento histórico[...]”.³⁶⁷

2.7 Novos tempos para a Biblioteca Nacional: de Manuel Cicero Peregrino a Celso Ferreira da Cunha

A chegada do século XX inaugura finalmente um tempo de grandes mudanças para a Biblioteca Nacional. Com a posse do novo Diretor, Manoel Cícero Peregrino da Silva (1866-1956),³⁶⁸ em 30 de junho de 1900, os próximos vinte e quatro anos de sua gestão concretizarão projetos que, há muito, já eram acalentados por seus antecessores.³⁶⁹ Com os adventos da abolição da escravidão, a derrocada do regime monárquico e a proclamação da república, os três acontecimentos que representaram rupturas definitivas com passado de uma nação escravista, as décadas que se seguiriam iriam inflamar os debates entre grupos de intelectuais e políticos em torno das causas do atraso brasileiro, e, ao mesmo tempo, insistir na urgência de um grande projeto de modernização para o Brasil. Estes grupos procuravam articular um ideal comum de progresso que elegia a ciência como instrumento para a construção de uma sociedade moderna e civilizada, e a história como meio privilegiado para escrever uma nova tradição republicana aos moldes das grandes nações europeias, e em especial, da França, que inspiraria a modernização urbana da Capital Federal, transformada então, no grande “cartão postal” da modernidade sonhada nos trópicos. Diante disso, no centro de tal cenário de debates acalorados sobre como legitimar o sistema republicano brasileiro que acabara de ser instaurado, o tema da construção de uma identidade

³⁶⁷ GOMES, Angela de Castro. Nas gavetas da História do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos 1930. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *Memória e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 35.

³⁶⁸ Após o término de seu mandato na Biblioteca Nacional, Manoel Cícero Peregrino foi Prefeito interino do Distrito Federal- (1918-1919), Reitor da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (1926-1930) e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- IHGB- (1938-1939). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/manuelCicero.html> Acesso em 14 de junho de 2023.

³⁶⁹ Para pensar sobre o papel cultural da Biblioteca no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX, Gilberto de Carvalho esclarece que “para uma cidade na época com uma população que não ultrapassava 50 mil habitantes, a Biblioteca tinha uma média de 74 leitores diários, que consultavam uma média de 100 livros”. CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional-1807-1990*. Rio de Janeiro: Editora Irradiação Cultural, 1994, p. 78.

nacional iria se pautar, como mencionado, na escrita de uma nova história para o Brasil e na “busca por reinventar ou forjar símbolos nacionais: uma nova bandeira nacional foi criada, mantendo-se o verde e amarelo e trocando-se o símbolo do império pelo ideário positivista-republicano do período”.³⁷⁰

Por conseguinte, os intelectuais que protagonizam o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico, “eram uma categoria socioprofissional de contornos pouco rígidos, mas foram essenciais para pôr em marcha o projeto de civilização e modernidade aspirado na Primeira República.”³⁷¹ Nesse sentido, tal como assinala Sergio Micelli, o “recrutamento, as trajetórias, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual, vão depender quase que exclusivamente das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação”.³⁷²

Como visto na citação anterior, a agência de intelectuais em cargos proeminentes nas instituições de memória e científicas da Capital Federal, a exemplo da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, era parte de uma estratégia de divulgação da produção de conhecimento vinculadas aos discursos políticos de dado momento histórico, e, por conseguinte, as escolhas e preferências nas aquisições de documentos e divulgação dos mesmos, refletem “as funções, programas e atividades da pessoa, programa ou instituição que os produziu”.³⁷³ Destarte, no âmago da nova cena política republicana, que tinha como pano de fundo o discurso da modernização como meio para alcançar um futuro promissor para o país, o novo Diretor Manuel Cícero Peregrino, escritor, advogado e bibliófilo instalou no ano de 1902 uma oficina de encadernação e uma tipografia. Dois anos depois, em 1904, ele aprovou o projeto de *Ex-Libris* e do emblema da Biblioteca, ambos criados pelo artista plástico Eliseu Visconti.³⁷⁴ Anos à frente, em 1915, Cícero Peregrino criou o curso de

³⁷⁰ JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Símbolos e Representações: a Biblioteca Nacional. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 132, 2012, p. 199.

³⁷¹ GOMES, *República, educação cívica e história pátria...*p. 1-12

³⁷² MICELLI, *Poder, Sexo e Letras na República Velha...* p. 14.

³⁷³ COOK, *O conceito de fundo arquivístico...*p. 9.

³⁷⁴ O pintor e designer Eliseu Visconti (1866-1944), que imigrou para o Brasil ainda jovem, foi um dos principais nomes da arte brasileira no início do século XX. Sua produção, marcada pela liberdade de expressão e pela busca por inovação, dialogou com os principais movimentos artísticos da época. A decoração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com seu painel circular no teto, é considerada sua obra-prima e um marco do impressionismo brasileiro. Além disso, Visconti deixou sua marca na Biblioteca Nacional, criando elementos visuais que a identificam até hoje. PEDROSA, Mário. Visconti

Biblioteconomia, sediado nas dependências da Biblioteca Nacional, sendo este, o primeiro na América Latina e o terceiro do mundo, cuja grade curricular incluía as seguintes disciplinas: Bibliografia, História do Livro, Administração de Bibliotecas, Catalogação, Paleografia, Diplomática, Iconografia e Numismática. Contudo, coube a Cícero Peregrino realizar a tão aguardada construção do novo prédio para a Biblioteca, localizado na Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. As novas instalações foram pensadas para que acomodassem adequadamente o acervo da Casa, e, que, igualmente, traduzisse o grande valor simbólico que a instituição representava para a memória, a cultura e as letras nacionais. Por conseguinte, dando início a uma longa e fecunda jornada à frente da Biblioteca Nacional, coube a Cícero Peregrino, acompanhar desde o primeiro ano de sua administração a construção da nova sede da Biblioteca Nacional, inaugurada apenas no dia 29 de outubro de 1910, já durante governo do Presidente Nilo Peçanha,³⁷⁵ ou seja, há exatos cem anos da fundação da Biblioteca Real pelo príncipe regente d. João em 1810.³⁷⁶ Sobre as modernas instalações da Biblioteca Nacional, Elísio Condé³⁷⁷ informa que:

As instalações correspondiam a todas as exigências técnicas do tempo para a sua alta função e cultura: pavimentação de vidro nos armazéns, armações e estantes de aço; galerias; depósitos; cofres; claros e amplos

diante das modernas gerações. In: _____. *Acadêmicos e Modernos: textos escolhidos III*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 119-133.

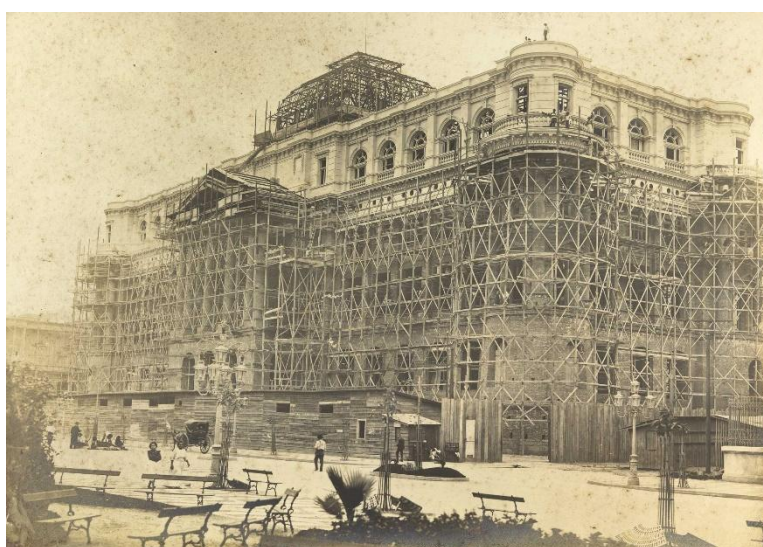
³⁷⁵ Nilo Peçanha (1867-1924) assumiu a Presidência da República após a morte de Francisco Afonso Pena. É o primeiro presidente negro do Brasil e considerado o patrono da educação técnica-profissionalizante. Seu mandato foi curto, de 1909 a 1910, e marcado por crises econômicas. Segundo Marieta de M. Ferreira, “Nilo Peçanha iniciou-se na política ao se engajar nos movimentos abolicionista e republicano em Campos, onde ajudou a instalar o Partido Republicano após a fundação em 13 de novembro de 1888, do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro[...]ele foi presidente do Estado do Rio de Janeiro em 1903[...]e 1914. No campo da educação deu atenção à educação profissionalizante”. FERREIRA, Marieta de Moraes. PEÇANHA, Nilo. Verbete. In: *Dicionário Biográfico da Primeira República-1889-1930*. ABREU, Alzira Alves de (org.). Rio de Janeiro: FGV-Editora CPDOC, 2015.

³⁷⁶ Quanto às características arquitetônicas e das modernizações técnicas da nova sede da Biblioteca Nacional, Gilberto de Carvalho complementa: “quando da inauguração, o edifício além de monumental, e de projetar-se como uma verdadeira obra de arte arquitetônica, era provido de instalações e acomodações de acordo com as mais modernas exigências técnicas da época[...]projetada pelo construtor e engenheiro Francisco Marcelino de Souza Aguiar, em 1º de setembro de 1909 foi iniciada a transferência do acervo para o novo prédio, só terminada em 21 de setembro do ano seguinte”. CARVALHO, *Biblioteca Nacional de Brasil...*p.8.

³⁷⁷ O escritor e jornalista Elísio Condé ocupou o cargo de diretor-geral da Biblioteca Nacional durante o curto período de quatro meses no ano de 1960, ano em que se comemorava o sesquicentenário da fundação da instituição (1810-1960) e o cinquentenário da inauguração do prédio atual (1910-1960). Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sobre-bn/historico> acesso em 16 de agosto de 2023.

salões de leitura, de consulta e de exposições; tubos pneumáticos para transporte de pedidos ou de livros etc.³⁷⁸

Figura14: Construção do novo prédio da Biblioteca Nacional



Fonte: Biblioteca Nacional

Entretanto, as aspirações pela modernização da nova nação republicana começariam por remodelar e embelezar a sua capital. Para tanto, seria necessário apagar um passado colonial e antigo e projetar uma cidade aos moldes de Paris, a capital europeia da cultura, beleza e modernidade daquele início de século. Logo, sob a liderança do prefeito Pereira Passos, a cidade experimentaria uma profunda transformação nos seus espaços urbanos, que objetivava torná-la atraente aos olhos da elite e dos estrangeiros, como aponta Brito Broca:

O Prefeito Pereira Passos vai tornar-se, segundo Brito Broca, o “Barão Hausmann” do Rio de Janeiro, modernizando a velha cidade colonial de ruas estreitas

³⁷⁸CONDÉ, *Guia da Biblioteca Nacional...* p.13.

e tortuosas, com fins progressistas para emprestar ao Rio uma fisionomia parisiense, um aspecto de cidade europeia.³⁷⁹

Em um tal contexto de mudanças, uma das principais intervenções da reforma foi a abertura da Avenida Central, hoje conhecida como Avenida Rio Branco. Essa grande via, inspirada nos modelos da reforma da cidade de Paris concebida pelo barão Haussmann (1809-1891), cortou o centro da cidade, demovendo cortiços e construções antigas. A grande e larga Avenida Central se tornou um símbolo da nova era, representando o compromisso do governo em promover o progresso e a modernização cultural do Brasil espelhados nos imponentes prédios recém-construídos como o da Biblioteca Nacional, do Teatro Municipal,³⁸⁰ da Escola Nacional de Belas Artes,³⁸¹ e do Supremo Tribunal Federal.³⁸²

A reforma urbanística realizada por Pereira Passos foi influenciada por diversas correntes teóricas, como o positivismo e o higienismo. A ideia de que a cidade deveria ser organizada de forma racional e eficiente, a fim de garantir o bem-estar da população, era amplamente compartilhada pelas elites. A demolição de cortiços e a construção de novos edifícios públicos foram justificadas pela necessidade de melhorar as condições de vida e de saúde da população. Nesse contexto, o Morro do Castelo é derrubado para “ceder espaço para a nova cidade”:

No projeto urbanístico de Pereira Passos é a dimensão espacial que está em jogo. Procura-se criar um espaço urbano, uma nova forma de vida, centrada na categoria do moderno. O morro do Castelo—núcleo originário da cidade—é derrubado para ceder lugar à nova cidade. As novas ruas ganham títulos honoríficos, perdendo seus vínculos com o cotidiano popular. Transformando-se num conjunto arquitetônico

³⁷⁹ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil-1900*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1900, p. 3.

³⁸⁰ No ano de 1909 foi inaugurado no Distrito federal o Teatro Municipal, tendo como autor do projeto, o engenheiro Francisco de Oliveira Passos (1878-1958). DIAS, Sonia. PASSOS, Francisco de Oliveira. In: *Dicionário Biográfico da Primeira República-1889-1930*. ABREU, Alzira Alves de (org.). Rio de Janeiro: FGV- Editora CPDOC, 2015. p. 1.

³⁸¹ O novo prédio da Escola Nacional de Belas Artes na Avenida Central foi inaugurado em setembro de 1908, e teve o projeto assinado pelo arquiteto espanhol Adolfo Morales Los Rios y Garcia de Pimentel (1858-1928). Disponível em: <https://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/es/morales-de-los-rios-garcia-de-pimentel-adolfo/ar-81651/> Acesso em 15 de agosto de 2023.

³⁸² Projetado pelo arquiteto espanhol Adolfo Morales Los Rios y Garcia de Pimentel, o prédio do Supremo Tribunal Federal foi inaugurado em 1909, no mesmo contexto da reforma urbana do prefeito Pereira Passos. Disponível em <https://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/es/morales-de-los-rios-garcia-de-pimentel-adolfo/ar-81651/> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

modelar, o centro da cidade é agora destinado praticamente ao usufruto das elites.³⁸³

Por conseguinte, as modernas e amplas instalações da nova sede da Biblioteca Nacional, projetadas pelo general Francisco Marcelino de Souza Aguiar³⁸⁴ permitiram que Cícero Peregrino pusesse em prática todo um novo planejamento estrutural, que previa, dentre outros pontos importantes, readequar os serviços internos da instituição, intensificar o intercâmbio e permutas bibliográficas entre instituições congêneres no Brasil e no exterior. Durante a gestão de Manuel Cícero Peregrino, as aquisições de documentos históricos foram expressivas, uma vez que diversos funcionários da casa foram enviados aos arquivos e bibliotecas na Europa e América do Norte para comprar ou copiar documentos sobre o Brasil colonial. Por ocasião dos festejos do Centenário da Independência em 1922, a Biblioteca Nacional abrigou em suas dependências a Câmara dos Deputados, após esta ter deixado as instalações do Palácio Monroe para a Comissão Executiva da Exposição do Centenário da Independência do Brasil durante a Exposição Internacional de 1922.

³⁸³ VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore, 1988, p. 31.

³⁸⁴ Francisco Marcelino de Souza Aguiar (1855-1868) foi um engenheiro militar e político brasileiro. Segundo Cláudia Mesquita, “no ano de 1904 foi presidente da Comissão de Representação do Brasil na Exposição Universal de Saint Louis, EUA, quando obteve o grande prêmio de arquitetura com o projeto do Pavilhão do Brasil. Ao concebê-lo inspirou-se na arquitetura francesa, empregando elementos neoclássicos e *art nouveau*, e para construí-lo utilizou uma estrutura totalmente metálica, o que foi considerado uma inovação para a época. Ainda nos EUA[...]criou o projeto da Biblioteca Nacional, utilizando as mesmas técnicas de construção empregadas no Pavilhão do Brasil. No seu retorno ao Brasil, foi encarregado da construção da Biblioteca Nacional. Francisco de Souza Aguiar foi nomeado pelo presidente Afonso Pena para prefeito do Distrito Federal em 16 de novembro de 1906, sucedendo Francisco Pereira Passos”. MESQUITA, Cláudia. AGUIAR, Souza Verbete. In: *Dicionário Biográfico da Primeira República-1889-1930*. ABREU, Alzira Alves de (org.). Rio de Janeiro: FGV- Editora CPDOC, 2015. p. 2-5.

Figura 14:Inauguração do novo prédio da Biblioteca Nacional



Fonte:Museu nacional

Passada a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional esteve sob a direção de Mário Marinho de Carvalho Behring (1876-1933), entre 1924 e 1932, que contribuiu com uma nova e significativa publicação intitulada *Documentos Históricos*, cujas atribuições preveem a divulgação de documentos recuperados e transcritos sobre a história do Brasil. Ao final da sua gestão Mário Behring deixou publicados a expressiva soma de dezenove volumes dos *Documentos Históricos*.³⁸⁵

Em seguida, o historiador erudito e editor Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, que figura como um dos protagonistas desta pesquisa, assumiu como diretor da Biblioteca Nacional, de novembro de 1932 a dezembro de 1945. Sua passagem pela Biblioteca foi marcada por uma produção bibliográfica caracterizada por “*Explicações*” e anotações nos *Anais da Biblioteca Nacional* e nos catálogos de documentos, autores e obras selecionados por ele para serem publicados, e ainda, na atuação das principais funções que caracterizavam o historiador erudito daqueles anos, ou seja, aquelas ligadas à seleção, coleta, pareceres de autoria e organização documental de acervos.

³⁸⁵CARVALHO, *Biblioteca Nacional de Brasil...* p. 49.

Nos treze anos em que esteve à frente da instituição, Rodolfo Garcia testemunhou do seu gabinete, chamado por Pedro Calmon de “Palestra Literária”,³⁸⁶ a passagem daqueles conturbados anos da política nacional que acabaram por entrelaçarem-se ao dramático contexto global da II Guerra Mundial. No cenário brasileiro, a chegada dos anos 1930 acirrou as fortes disputas entre as oligarquias políticas de Minas Gerais e São Paulo, agravadas sobretudo, com a deposição do Presidente da República Washington Luis pelas forças vindas do Sul sob o comando de Getúlio Vargas, pondo um final a Primeira República. Logo, o processo revolucionário iniciado com a revolução de 1930,³⁸⁷ “perturbado pelos descaminhos do liberalismo constitucional dos anos 32-34”³⁸⁸ e culminando com a implantação do Estado Novo em 1937,³⁸⁹ teve o seu desfecho com a deposição de Getúlio Vargas e o término do governo estadonovista em 29 outubro de 1945. Contudo, o governo Vargas, que se estendeu em dois momentos distintos por mais de duas décadas (1930-1945 e 1951-1954), foi marcado por grandes transformações nos setores sociais, políticos e econômicos brasileiros. Nesse período, o Estado assumiu um papel cada vez mais central na vida dos brasileiros, e a cultura e foi utilizada como uma potente ferramenta para a

³⁸⁶ Gabriela D’Ávila Brönstrup assinala que “a década de 1930 foi marcada pelo delineamento de um novo modelo de historiador. Rodolfo Garcia[...]considerado referência na obtenção de informações de diversas áreas do conhecimento especialmente a História do Brasil Colonial, seu gabinete na Biblioteca Nacional era chamado por Pedro Calmon como “palestra literária”. BRONSTRUP, Gabriela D’Ávila. Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da História-1932-1945. In: *Desafios e caminhos da Teoria e da História da historiografia*. VARELA, Flávia Florentino; ANHEZINI, Karina (orgs). Mariana: Editora SBTHH, 2016, p. 145.

³⁸⁷ Segundo Angela de Castro Gomes “A Revolução de 1930, embora sendo apenas um primeiro momento desse processo revolucionário - momento de libertação do antigo regime – tem o grande mérito de tornar consciente o que existia apenas no subconsciente da nação[...]Foi para romper com esse passado que se fez a revolução, que marcou uma fase violenta em nosso processo político”. GOMES, Ângela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 118.

³⁸⁸ GOMES, *O redescobrimento do Brasil...* p. 118.

³⁸⁹ Para Lúcia Lippi Oliveira, “O Estado Novo não produziu uma doutrina oficial; os discursos de Vargas podem ser, e o foram[...]tomados como os que mais se aproximam de um pensamento oficial, sem, entretanto, terem assumido esta feição explícita[...]Quais seriam as visões compartilhadas pela maioria dos membros da elite intelectual e política nos anos 30? De um lado, a defesa de um projeto centralizador para a política brasileira. A crítica ao modelo liberal, consubstanciado na Carta de 1891, e aos problemas enfrentados pelo país durante a República Velha, tinham penetrado profundamente na vida Brasileira[...]A proposta do “novo” vem associada às condições da realidade nacional. O país teria sido obscurecido pela influência das ideias importadas, quando da feitura do pacto republicano. O novo regime deveria voltar-se para as nossas origens, para as raízes brasileiras, verdadeira matéria-prima nas mãos do novo artesão”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Tradição e Política: o pensamento de Almir e Andrade*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro (orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, pp. 31-32-33.

construção de uma identidade nacional. A ideia de “novo” estaria associada “às condições da realidade nacional.

O país teria sido obscurecido pela influência das ideias importadas, quando da feitura do “pacto republicano”.³⁹⁰ Nessa perspectiva, o regime de Vargas deveria “voltar-se para as nossas origens, para as raízes brasileiras, verdadeira matéria-prima nas mãos do novo artesão”. O período em que Rodolfo Garcia esteve à frente da Biblioteca Nacional, coincidiu com a vigência do Estado Novo, e, no contexto intervencionista daqueles anos ele atuou como uma espécie de *pièce de résistance* na defesa da autonomia institucional, lutando pela melhoria das condições de salvaguarda e da preservação documental de seus acervos, constantemente assombrada por incursões intervencionistas do governo de Getúlio Vargas, tanto quanto, pelas infundáveis dificuldades administrativas, advindas dentre outros motivos, do insuficiente orçamento de que dispunha a Biblioteca Nacional.

Ainda assim, o legado de Rodolfo Garcia esteve em sintonia com as propostas progressistas de Vargas, colaborando com a publicação de obras e organização de exposições e de eventos culturais na instituição. A sua gestão contemplou a necessária revitalização da Seção de Publicações deixando prontas novas edições referentes a variados temas históricos, sobretudo aqueles ligados à história do Brasil, como por exemplo, os setenta volumes da *Coleção Documentos Históricos*, diversos volumes dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* e ainda, vinte volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, que após um longo intervalo de doze anos voltaram a ser publicados na sua gestão. Foi dele também, a iniciativa de reestruturar o Curso de Biblioteconomia, de organizar a Seção de Referências e de adquirir valiosos conjuntos documentais para o acervo da Biblioteca Nacional, dentre os quais, citamos, a compra no ano de 1936, da Coleção Diogo Barbosa Machado, “*Biblioteca Lusitana*” 2ª edição; no ano de 1937, a aquisição de um conjunto de duzentos e quarenta e quatro desenhos do pintor Thomas Ender, e no ano seguinte, a compra por dois mil réis, do Espólio Literário e Artístico da escritora inglesa Maria Graham do antiquário britânico Walter T. Spencer, por intermédio do livreiro Erich Eichner proprietário da Livraria Kosmos³⁹¹

³⁹⁰ OLIVEIRA, O *Pensamento de Almir Andrade...* p. 31.

³⁹¹ História arquivística: a BN comprou em 1938 da Livraria Kosmos, por meio de Erich Eichinger, parte dos documentos artísticos e literários de Maria Graham. Esses documentos, por sua vez, tinham sido adquiridos pela Kosmos de Walter T. Spencer, livreiro de Londres. Procedência: compra a Livraria Kosmos em dezembro de 1938, por dois mil réis (2: 000\$000). PEREZ, Eliana (org.). *Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008,

no Rio de Janeiro. Logo, a partir da compra do espólio documental de Maria Graham, a Biblioteca Nacional passou a ter sob a sua custódia o maior acervo de obras reunidas da escritora inglesa no Brasil, graças a sensibilidade de Rodolfo Garcia em identificar o ineditismo da narrativa testemunhal de uma mulher, que apresentava um panorama desconhecido do Brasil dos anos da independência, na escrita das suas cartas, ensaios manuscritos e no conjunto de desenhos em aquarela representando aspectos da paisagem social escravocrata urbana da Bahia. Segundo Garcia,

Essa feliz aquisição proporciona aos Anais da Biblioteca Nacional a oportunidade de inserir no presente volume a Correspondência e o esboço Biográfico, que são escritos absolutamente inéditos e de particular interesse para a história dos primórdios do Brasil independente.³⁹²

De fato, naquele momento tal aquisição representou uma grande contribuição para os estudiosos da história da independência, pois revelou informações relevantes sobre o cotidiano da vida privada da corte e da família imperial no Palácio de São Cristóvão, como igualmente, trouxe à luz, uma desconhecida versão das negociações extra oficiais que contribuíram para o desfecho da Confederação do Equador, a revolta federalista ocorrida em Pernambuco, em 1824, e que teve na figura de Maria Graham uma destacada protagonista.³⁹³ Estas novas fontes para a historiografia do Brasil contemplam o manuscrito *D. Pedro*, as trinta e nove cartas trocadas entre Maria Graham e a Imperatriz Leopoldina, e outras sete correspondências epistolares realizadas com autoridades de grande relevância no cenário político do processo de independência do Brasil, tais como, Sir Charles Stuart, Sir Robert Gordon, o Conde de Palmela e o barão de Mareschal.

Acresce a este conjunto documental, “sessenta e uma pequenas aquarelas de sua autoria, representando aspectos, tipos e costumes do Brasil”,³⁹⁴ o que, como anteriormente mencionado, a bibliotecária Lygia da Cunha nos anos 1950, verificou

p. 411-415. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2019/20190312_guia-4980.pdf Acesso em: 25/01/2022.

³⁹² GARCIA, Explicação... p. 7.

³⁹³ Sobre a participação de Maria Graham como um mediadora diplomática representando o governo brasileiro nas tratativas para a rendição do chefe dos confederados, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, na Confederação do Equador, ver: PORTO, Denise G. *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2020, p. 118.

³⁹⁴ GARCIA, Rodolfo. Explicação. Maria Graham no Brasil. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LX, 1938, p. 7.

que do total das sessenta e uma aquarelas, os vinte e quatro referentes a Pernambuco eram de autoria do pintor H. Lewis, “restando considerar ou não Maria Graham como autora dos desenhos da Bahia”.³⁹⁵ Numa síntese, o entusiasmo de Rodolfo Garcia expresso nas palavras do texto introdutório da “*Explicação*” de *Maria Graham no Brasil*, revela a expectativa do diretor-historiador da Biblioteca Nacional, quanto a contribuição desses documentos para os estudiosos da história do Brasil:

Por tudo quanto fica sumariamente apontado nessas linhas, o que se vai ler nas páginas seguintes apresenta aos estudiosos minúcias e novidades dignas de despertar sua atenção para essa fase da História do Brasil, que, embora bastante versada, não dispensa para a sua maior clareza os depoimentos que lhe possam trazer testemunhas fidedignas, com mais fortes razões quando o depoente, que vem à juízo, pertence à sublimada categoria de Maria Graham.³⁹⁶

Por conseguinte, tal como nos mostra o registro de “Objeto adquirido” incluso no *Livro de Compra*, localizado na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, a aquisição de tal relevante conjunto documental viabilizou-se a partir dos negócios de compra e venda de documentos, estabelecidos entre uma rede de livreiros e editores nacionais e internacionais com a Biblioteca Nacional.

Em vista disso, ao realizarmos investigações nos documentos, *Livro de Compra* e *Livro de Registros de Obras Adquiridas*, ambos referentes ao período compreendido entre os anos de 1934 e 1944, para localizar o registro de compra e procedência do conjunto documental de Maria Graham ao acervo da Biblioteca Nacional, curiosamente observamos a recorrência de algumas livrarias e editores que intermediaram as aquisições dos novos objetos ao arquivo da instituição no período citado.

A partir destas ocorrências, identificamos indícios de uma intensa dinâmica no comércio editorial e livreiro no Rio de Janeiro ao longo das décadas de 30 e 40 do século XX. Por conseguinte, como constatado nos registros, verificamos que uma grande rede comercial ligada aos setores culturais, colocava em movimento diversos atores sociais que coletavam e ofereciam para o diretor Rodolfo Garcia, obras bibliográficas, documentos manuscritos, iconografias, desenhos e aquarelas de

³⁹⁵ CUNHA, *Iconografia Baiana do Século XIX*...151.

³⁹⁶ GARCIA, *Explicação*... p. 26.

viajantes, coleções científicas, obras raras, fotografias, periódicos, para citar alguns exemplos de objetos adquiridos.

Tal dinâmica comercial, aponta para o importante papel desempenhado pela instituição ao longo de sua existência, não só no que tange a produção, divulgação e circulação da cultura letrada no território nacional, como igualmente, é relevante a sua atuação como uma propulsora da indústria e do comércio cultural local. Abaixo apresentamos os nomes das livrarias e editoras que mais foram citados nos registros de procedência dos livros acima mencionados:

Tabela 12: Livrarias e Editores recorrentes nos livros de registros de compras de obras para o acervo da Biblioteca Nacional

Livro de Compras -Livro de Registros de Obras 1937 a 1944
Editora Civilização Brasileira
Editora Gonzalez
Editora Jorge Leite
Editora Nacional
Editora Odeon
Editora Salvat
Livraria Ateneu
Livraria Boffoni
Livraria Editora Suissa
Livraria Freitas Bastos
Livraria F. Briquet & Cia
Livraria H. Antunes
Livraria José Olympio Editores
Livraria Queirós
Livraria Kosmos

Apresentamos a seguir, o documento do registro de aquisição do espólio de Maria Graham anotado no *Livro de Compra*, datado em 28 de dezembro de 1938, onde está registrado o nome da Livraria Kosmos, como a marca de procedência dos documentos adquiridos:

Figura16: Documento: Livro de Compra com o registro de aquisição do espólio literário de Maria Graham

[illegible]

Fonte: Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

Figura 17: Documento: Detalhe do Livro de Compras-registro da compra do Espólio Literário de Maria Graham.

Objeto adquirido		Número de papel	Procedencia
1985			
73	Indice de cartas de 1844 de 1845 de 1846 de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de Indice de Carlos Salazar y Sotomayor	1	89
80	Correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	85
81	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	86
82	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	87
83	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	88
84	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	89
85	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	90
86	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	91
87	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	92
88	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	93
89	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	94
90	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	95
91	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	96
92	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	97
93	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	98
94	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	99
95	Indice de correspondencia de Carlos Salazar y Sotomayor, Indice de 1844 de 1845 de 1846	1	100

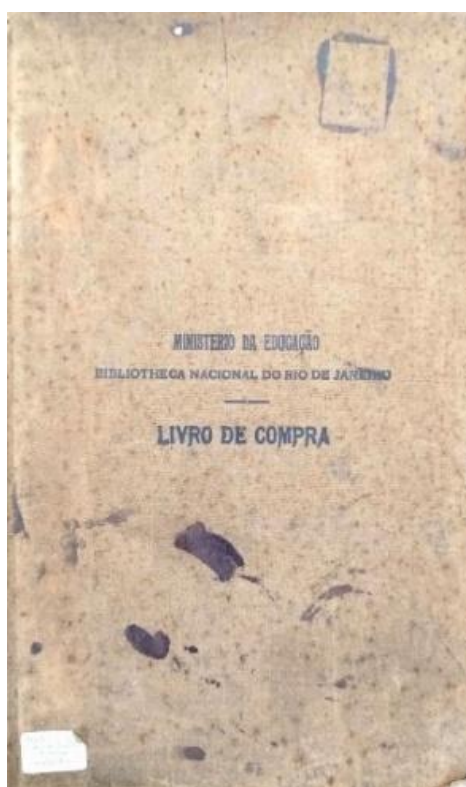
Fonte: Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

Transcrevemos a seguir, os objetos registrados no documento anterior:

Nº de ordem: 86-Biografia de D. Pedro, imperador do Brasil- Por Maria Graham (Inédito) - Procedência: Livraria Kosmos- Data: 28 de

dezembro de 1938- Valor: 2: 000\$000-Nº de ordem: 87- Correspondência de Maria Graham, depois Lady Callcott com a imperatriz do Brasil Maria Leopoldina, com Sir Charles Stuart, com Lord Gordon e com Mareschal. (inéditos) 1825-1826. Procedência: Livraria Kosmos – Data: 28 de dezembro de 1938. Abaixo apresentamos a capa do *Livro de Compra* dos anos 1934 a 1944.

Figura 18: Documento: capa do Livro de Compra dos anos de 1934 a 1944



Fonte: Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

Dando sequência, no dia nove de março de 1939, ou seja, no ano seguinte da aquisição da coleção de aquarelas e dos manuscritos pertencentes ao espólio documental de Maria Graham, o diretor Rodolfo Garcia comprou um exemplar do *Journal of a Voyage to Brazil and a residence there during part of Years 1821, 1822, 1823* para a Biblioteca Nacional. Segue o documento de compra registrado no livro de *Registros de Obras Adquiridas* (1937-1944):

Figura 19: Documento: registro da compra do *Journal of a Voyuge to Brazil*, no ano de 1939

OBRA ADQUIRIDA		NÚMERO DE VOLUMES		Prestitos	Data	Valor	Observações
22	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
23	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
24	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
25	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
26	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
27	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
28	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
29	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
30	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
31	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
32	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
33	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
34	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
35	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
36	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
37	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
38	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
39	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
40	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
41	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
42	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
43	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
44	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
45	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
46	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
47	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
48	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
49	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
50	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
51	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
52	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
53	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
54	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
55	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
56	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
57	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
58	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
59	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
60	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
61	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
62	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
63	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
64	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
65	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
66	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
67	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
68	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
69	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
70	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
71	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
72	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
73	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
74	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
75	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
76	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
77	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
78	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
79	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
80	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
81	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
82	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
83	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
84	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
85	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
86	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
87	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
88	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
89	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
90	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
91	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
92	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
93	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
94	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
95	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
96	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
97	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
98	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
99	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	
100	Journal of a Voyuge to Brazil	1	1	1939	28.00	50	

Fonte: Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

Ainda que não tenhamos documentos que comprovem o que teria motivado o diretor a adquirir o diário de viagem da inglesa Maria Graham, podemos deduzir que para Garcia a oportunidade de enriquecer a Biblioteca Nacional com fontes inéditas para a escrita da história do período da Independência, a partir do ineditismo trazido pelo olhar feminino da preceptora da princesa Maria da Glória, constituiria um bom motivo. Podemos admitir, igualmente, que tal aquisição comungava com as abordagens historiográficas inovadoras do amigo historiador Oliveira Lima, quando ele deu voz a [Maria Graham no texto intitulado *Mrs. Graham e a Confederação do Equador*,³⁹⁷ publicado pela primeira vez no ano de 1906.

Por conseguinte, a repercussão positiva na imprensa da Capital Federal relativa à compra do espólio literário de Maria Graham por Rodolfo Garcia e publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LX, no ano de 1940, foi documentada na coluna intitulada “*Annaes da Bibliotheca Nacional*” assinada pelo jornalista Carlos Pontes, no *Correio da Manhã* do dia 20 de outubro de 1940. Segue a transcrição do documento:

³⁹⁷ LIMA, Manuel de Oliveira. *Mrs. Graham e a Confederação do Equador*. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Vol. XII, 1906, p. 306.

A coleção dos preciosos *Annaes da Bibliotheca Nacional* do Rio de Janeiro acaba de ser enriquecida com mais um volume, que é o 60º da série iniciada em 1876-77, e o quinto organizado na administração do Sr. Rodolfo Garcia. É de justiça salientar desde logo, o labor desse grande mestre da nossa história, em tão boa hora colocado à frente de um dos serviços públicos da mais alta importância cultural, como é a primeira e a maior biblioteca do Brasil[...]já tivemos oportunidade de nos pronunciar sobre algumas publicações cuja consulta se impõe sem dúvida como indispensável aos pesquisadores brasileiros. O volume que temos agora[...]é sobretudo interessante compreendendo além da correspondência epistolar trocada entre Maria Graham e a imperatriz Leopoldina e de um esboço biográfico de D. Pedro I feito por aquela escritora inglesa, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro, documentos esses completamente inéditos, adquiridos pela Biblioteca Nacional e vertidos para a nossa língua pelo professor e escritor Américo Jacobina[...]a simples indicação desse opulento sumário seria bastante para encarecer o valor, se o novo volume não viesse ainda precedido de belo prefácio, em que sob o título de “Explicação” nos dá o Sr. Rodolfo Garcia eruditos informes sobre a personalidade de Maria Graham.³⁹⁸

Por conseguinte, para darmos continuidade ao tópico da relevante repercussão nacional que obteve a aquisição do espólio literário e artístico de Maria Graham, e, em especial do interesse suscitado pelo conjunto das aquarelas da Bahia entre os estudiosos da história do Brasil naquelas décadas, encontramos uma carta do médico, historiador, escritor e fotógrafo, Edgar de Cerqueira Falcão,³⁹⁹ endereçada ao diretor do Instituto Nacional do Livro-INL, Augusto Meyer,⁴⁰⁰ e datada de 21 de março de 1943, pedindo-lhe que convencesse Rodolfo Garcia dos receios de publicar as “aquarelas de Maria Graham”.⁴⁰¹ Na carta enviada ao amigo Augusto Meyer, Edgar Cerqueira relembra ao

³⁹⁸ PONTES, Carlos. *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Correio da Manhã. Terça-feira, 20 de outubro de 1940. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1 Acesso em: 18 de agosto de 2023.

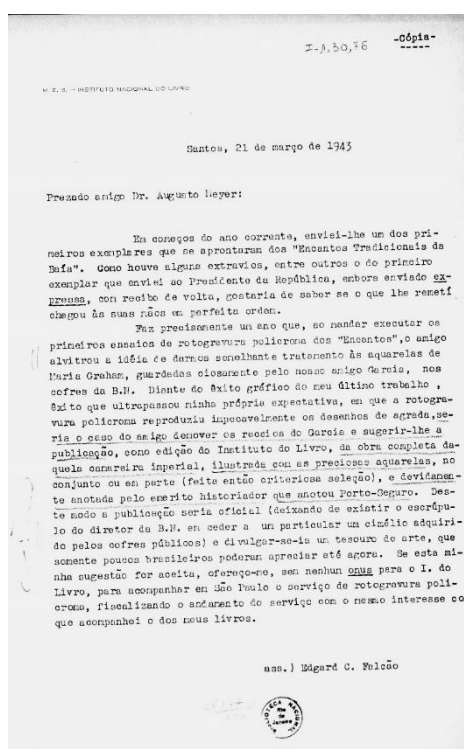
³⁹⁹ Edgar de Cerqueira Falcão (1904-1987) foi um destacado médico, historiador, escritor e fotógrafo baiano, membro da Academia de Medicina da Bahia e autor de vasta obra bibliográfica. Dentre outras obras de sua autoria, citamos as seguintes: *Fontes Coloniais de Salvador* (1942); *Encantos tradicionais da Bahia* (1943); *A fundação da cidade de Salvador em 1549* (1949). *Anais da Academia de Medicina da Bahia*, V. VII, 1987.

⁴⁰⁰ O Jornalista, ensaísta, memorialista e folclorista gaúcho Augusto Meyer (1902-1970), é autor de livros de poesias, tais como *Coração Verde* (1926); *Giraluz e Duas Orações* (1928). No ano de 1937 foi convidado por Getúlio Vargas para organizar o Instituto Nacional do Livro -INL. Augusto Meyer lecionou Teoria da Literatura no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional na gestão de Rodolfo Garcia. No ano de 1960, ele foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/augusto-meyer> Acesso em: 20 de julho de 2023.

⁴⁰¹ Documento - 31-I-1, 30, 76. 21/03/1943. 2fl. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Rodolfo Garcia. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1469846/mss1469846.pdf. Acesso em 20 de julho de 2023.

diretor do INL que, “faz precisamente um ano que, ao mandar executar os primeiros ensaios de rotogravura policroma dos “Encantos”, o amigo alvitrou a ideia de darmos semelhante tratamento às aquarelas de Maria Graham” que estavam guardadas nos cofres da Biblioteca Nacional “pelo nosso amigo Garcia”. Mais à frente na missiva, Edgar Cerqueira explica que, por motivo “do êxito gráfico do meu último trabalho[...]em que a rotogravura policroma reproduziu impecavelmente os desenhos de agrada”, sugere que o amigo demovesse “os receios do Garcia e sugerir-lhe a publicação, como edição do Instituto do Livro, da obra completa daquela camareira imperial, ilustrada com as preciosas aquarelas, no conjunto ou em parte”, pois segundo ele, “divulgar-se-ia um tesouro de arte, que somente poucos brasileiros puderam apreciar até agora”. Segue abaixo o documento inédito, seguido da transcrição do documento:

Figura 20: Documento: *Carta de Falcão sobre Garcia*



Fonte: Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

Transcrição do documento anterior:

Santos, 21 de março de 1943

Prezado amigo Dr. Augusto Meyer:

[...]Faz precisamente um ano que, ao mandar executar os primeiros ensaios de rotogravura policroma dos “ Encantos”, o amigo alvitrou a ideia de darmos semelhante tratamento às aquarelas de Maria Graham, guardadas ciosamente pelo nosso amigo Garcia, nos cofres da B. N. Diante do êxito gráfico do meu último trabalho, êxito que ultrapassou minha própria expectativa, em que a rotogravura policroma reproduziu impecavelmente os desenhos de agrada, seria o caso do amigo demover os receios do Garcia e sugerir-lhe a publicação, como edição do Instituto do Livro, da obra completa daquela camareira imperial, ilustrada com as preciosas aquarelas, no conjunto ou em parte (feita então criteriosa seleção), e devidamente anotada pelo emérito historiador que anotou Porto-Seguro. Deste modo a publicação seria oficial (deixando de existir o escrúpulo do diretor da B. N. em ceder a um particular um cimélio adquirido pelos cofres públicos) e divulgar-se-ia um tesouro de arte, que somente poucos brasileiros puderam apreciar até agora. Se esta minha sugestão for aceita, ofereço-me, sem nenhum ônus para o I. do Livro, para acompanhar em São Paulo o serviço com o mesmo interesse com que acompanhei o dos meus livros. Ass. Edgard Falcão

A partir da leitura da carta de Edgar Falcão para Augusto Meyer, é possível perceber que as aquarelas da Bahia enquanto estiveram atribuídas a autoria à Maria Graham, por Rodolfo Garcia, ou seja, até os anos 1950, eram documentos reconhecidos como “um tesouro de arte, que somente poucos brasileiros puderam apreciar até agora”. Portanto, o fato de que poucos pesquisadores pudessem ter acesso a este conjunto de desenhos, justificava a urgência de uma publicação “como edição do Instituto do Livro”, o que revela que havia uma grande expectativa por parte do historiador Edgar Falcão e de seus pares, para que as aquarelas fossem divulgadas para um maior número de estudiosos e interessados na história do Brasil.

O documento também revela o zelo de Rodolfo Garcia na salvaguarda do conjunto das aquarelas “guardadas ciosamente pelo nosso amigo Garcia, nos cofres da B. N. “ Contudo, a representatividade histórica desta coleção de aquarelas parece ter repentinamente desaparecido a partir da década de 50 do século XX, quando o conjunto de aquarelas da Bahia foi relegada a um lugar sombrio de esquecimento pela comunidade de pesquisadores, que, inseguros quanto a autoria das mesmas, preferiram, desde então, não mais utilizá-las nos seus estudos. Entretanto, como defendemos nesse estudo, tais inseguranças por parte dos pesquisadores, atestam o desconhecimento do parecer de Rodolfo Garcia que reconhecia a procedência das aquarelas como “algo que não está escrito nel[as], que não é explícito, que só se conhece pela história dos objetos.

⁴⁰² Com a chegada do ano de 1945, Rodolfo Garcia foi substituído da Direção da Biblioteca Nacional e os *Anais da Biblioteca Nacional*, novamente pararam de ser publicados pelos cinco anos seguintes.

Ainda em dezembro no mesmo ano, Rubens Borba de Moraes que sucedeu a Rodolfo Garcia, tornou-se o primeiro Diretor- Geral, sendo esta a nova designação dada para o cargo máximo da Biblioteca Nacional. Durante a sua gestão que durou até dezembro de 1947, o novo dirigente reformulou administrativamente a instituição. A partir das reformas administrativas implementadas na gestão de Rubens Borba de Moraes, foram introduzidos na Biblioteca Nacional o aperfeiçoamento técnico dos servidores e métodos modernos de classificação e catalogação de acervos.

Os anos que se seguiram desde o afastamento de Rodolfo Garcia da Biblioteca Nacional foram marcados pelo fim do Estado Novo, com o golpe que derrubou Getúlio Vargas do poder em 1945. Essa ruptura foi impulsionada por uma conjuntura complexa, tanto interna quanto externa. No cenário externo, a experiência da Segunda Guerra Mundial com a participação do Brasil no conflito ao lado das potências aliadas, embora tardiamente, gerou uma série de transformações no país. A industrialização, acelerada pela necessidade de produzir bens para o esforço de guerra, impulsionou o crescimento urbano e a formação de uma nova classe trabalhadora. A experiência da guerra também contribuiu para a radicalização de setores da sociedade, fortalecendo os movimentos sociais e intensificando o debate político.⁴⁰³

Por conseguinte, no Brasil, “multiplicaram as vozes descontentes com o rumo tomado pelo governo”.⁴⁰⁴ A crescente insatisfação popular, a oposição dos setores médios e a pressão internacional, sobretudo dos Estados Unidos, contribuíram para a deposição de Vargas. A aliança entre militares, civis e a Igreja Católica, que viam no regime varguista uma ameaça aos seus interesses, foi fundamental para a concretização do golpe.⁴⁰⁵ A queda de Vargas abriu caminho para a redemocratização do país, marcada pela promulgação de uma nova Constituição em 1946, que restabeleceu as liberdades individuais e o pluripartidarismo. As eleições presidenciais de 1946,

⁴⁰² KNAUSS, Paulo. No domínio dos acervos: história e as práticas do olhar. *Revista Maracanan*, vol. 12, n. 14, p. 12-24, jan/jun. 2016.

⁴⁰³ CARVALHO, A *Formação das Almas Brasileiras...* 2006.

⁴⁰⁴ DEL PRIORE, *Uma Breve História do Brasil...*p. 259.

⁴⁰⁵ FAUSTO, Boris. *História do Brasil...* 2000.

vencidas por Eurico Gaspar Dutra, representaram um momento de transição e consolidação do novo regime. No entanto, a consolidação da democracia brasileira foi um processo gradual e marcado por diversas crises políticas nas décadas seguintes.⁴⁰⁶ Avançando para o ano de 1948, a diretoria-geral da Biblioteca Nacional foi ocupada pelo escritor Josué de Souza Montello,⁴⁰⁷ de janeiro de 1948 a março de 1951.

Durante a sua gestão, o diretor-geral “inaugurou o laboratório de microfilmagem e restauração, com máquinas que na época eram as mais modernas, com a finalidade de fazer cópias dos livros e manuscritos raros”,⁴⁰⁸ e intensificou as atividades de catalogação, classificação e expurgo do acervo. Entre os anos de 1951 até 1956, a direção geral da Biblioteca Nacional ficou sob a responsabilidade do ensaísta e crítico literário Eugênio Gomes.⁴⁰⁹ Ao longo de sua gestão, os *Anais da Biblioteca Nacional* voltaram a ser publicados, assim como o *Boletim Bibliográfico*.

Em 1956, o ensaísta e filólogo Celso Ferreira da Cunha (1917-1989)⁴¹⁰ foi convidado pelo recém-empossado Presidente Juscelino Kubitschek para ocupar a Diretoria Geral da Biblioteca Nacional, onde permaneceu até o ano de 1960. Dentre as relevantes realizações de sua administração, Celso da Cunha executou um intenso plano de ativação das relações culturais internacionais com o Brasil, através de Exposições da Biblioteca Nacional no exterior e adquiriu para o acervo geral, obras de base, como dicionários, enciclopédias, grandes coleções completas, revistas científicas

⁴⁰⁶ WEFORT, Francisco C. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

⁴⁰⁷ Josué de Souza Montello (1917-2006), foi um jornalista, escritor, teatrólogo e ensaísta maranhense. Dirigiu a Biblioteca Nacional, o Museu da República e o Museu Histórico Nacional. Autor de uma vasta obra literária, onde destacam-se, “Os Tambores de São Luiz” (1965), “Duas vezes perdida” (1966) e “Perto da meia noite” (1985). Josué Montello foi eleito para a Academia Brasileira de Letras no ano de 1954 ocupando a cadeira 29. Disponível em: <https://www.academia.org.br/publicacoes/josue-montello> Acesso em 27 de setembro de 2023.

⁴⁰⁸ ALMEIDA; BAPTISTA, *Breve histórico da Biblioteconomia brasileira...* p53.

⁴⁰⁹ O ensaísta e crítico literário baiano Eugênio Gomes (1897-1972), foi secretário do ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani, de 1947 a 1950 e adido cultural na Embaixada Brasileira em Madri. Em 1950, Eugênio Gomes recebeu o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras-ABL pelo conjunto de sua obra literária. Dos anos 1951 a 1956, Eugênio Gomes dirigiu a Biblioteca Nacional e no ano de 1960, ele foi diretor do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.antonimiranda.com.br/poesia_basis/bahia/eugenio_gomes.html Acesso em: 29 de setembro de 2023.

⁴¹⁰ Celso Ferreira da Cunha (1917-1989) foi um filólogo e ensaísta nascido em Minas Gerais. Na sua época, se filólogo era conhecer a história da língua. Desta forma, Celso Cunha deu uma grande contribuição para os estudos dos cancioneiros, fundamentais para o conhecimento da origem e evolução da nossa língua portuguesa. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1987, ocupando a cadeira 35. Disponível em: <https://www.academia.org.br/publicacoes/josue-montello> Acesso em 27 de setembro de 2023.

europeias, manuscritos do século XVIII, a Biblioteca de Artur Ramos e a maior coleção especializada em música da América, a de Abraão de Carvalho. Em 27 de abril de 1960, Celso Cunha, atendendo a um convite da Secretaria de Educação do Estado da Guanabara, deixou suas atividades na Biblioteca Nacional.

Como vimos ao longo deste capítulo, a proposta de uma arqueologia institucional da Biblioteca Nacional é realizada por meio da análise da incorporação ao seu acervo de coleções e documentos doados ou adquiridos por compra aos proprietários particulares, livreiros, editores ou em leilões públicos, desvelando ao leitor o conhecimento da história intelectual das elites culturais de diferentes projetos de nação, no recorte temporal contemplado nesse estudo, e a papel da Biblioteca Nacional nesse cenário, que, por meio da mediação de seus diretores, contribuiu para a construção de uma memória coletiva identitária brasileira.

Para reconstituir o panorama do enriquecimento da Biblioteca Nacional ao longo do século XIX e parte do XX, recorremos aos estudos de autores que se dedicaram ao tema, bem como às fontes primárias pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional na Sessão de Manuscritos, em especial, a sua mais importante e continua publicação, os *Anais da Biblioteca Nacional*, que desde do primeiro volume em 1876, registrou em capítulos especiais ou nos relatórios dos seus diretores, as aquisições documentais da instituição no recorte temporal da presente pesquisa. Também encontramos preciosas informações do acervo da Biblioteca Nacional em publicações como catálogos de exposições, *Documentos Históricos*, *Coleção Rodolfo Garcia*, e em publicações avulsas “sobre material incorporado à Biblioteca Nacional, valorizando peças, divulgando riquezas culturais, patrimônio inalienável da nação brasileira”.⁴¹¹ como aponta Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha.

A continua divulgação de tais estudos autorais, coleções bibliográficas e dos relatórios publicados nos *Anais*, estabelece os meios seguros para traçarmos um retrato, que, longe de ser acabado, pretende-se resultar num esboço bem delineado para a compreensão de diversos fatores, nem sempre tão explícitos, que incidiram na complexidade teórica-conceitual para as atribuições de autoria e escolhas documentais

⁴¹¹ CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. I- Real Biblioteca. In: Subsídios para a História da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 101. p. 103-145, 1981.

na formação do vastíssimo acervo da Biblioteca Nacional dos últimos 213 anos por meio da mediação intencional de seus diretores.

Ao longo do século XX, uma abordagem do conceito contemporâneo das atribuições institucionais de uma Biblioteca Nacional fora relacionada na Conferência Geral da UNESCO de 1970. Na ocasião, as recomendações redigidas no relatório da Conferência definiram que as Bibliotecas Nacionais:

são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações importantes impressas no país e que funcionam como “bibliotecas de depósito”, por força de lei ou de outros dispositivos. Além disso, elas normalmente executam algumas das seguintes funções: elaborar uma bibliografia nacional, reunir e manter atualizada uma coleção ampla e representativa de obras estrangeiras que inclua livros relativos ao próprio país; atuar como centro nacional de informação bibliográfica; compilar catálogos coletivos, publicar a bibliografia nacional retrospectiva. Bibliotecas chamadas “nacionais”, mas cujas funções não correspondem às definições acima não deveriam ser colocadas na categoria “Bibliotecas nacionais”.⁴¹²

Como visto, a Biblioteca Nacional enquanto monumento da memória cultural brasileira atende aos requisitos qualificativos contemporâneos da categoria de “Bibliotecas nacionais” definida na Conferência Geral da UNESCO de 1970, pois na sua dimensão simbólica, a Biblioteca “busca unificar sua identidade patrimonial e sua relação com a nação que representa”.⁴¹³ Pierre Nora (1993) nos lembra que na “perspectiva de uma constituição *nacional*, o político, o militar, o bibliográfico e o diplomático são os pilares da continuidade” destes lugares de memória, pois o “sentimento de continuidade torna-se residual aos locais”. Para o autor, o que constitui a legitimidade destes lugares de memória é um contínuo jogo entre a memória, a História e o tempo, que, por suas complementariedades recíprocas formam uma espécie de “Anéis de Moebius enrolados sobre si mesmos[...]e é isso que os torna apaixonantes”.

Isso posto, e dando continuidade ao enfoque temático desta tese, no próximo capítulo analisaremos a trajetória biográfica do historiador e erudito Rodolfo Garcia entre os anos de 1873-1932 e a sua contribuição no tocante a compra e atribuição de

⁴¹² UNESCO. Guidelines for national bibliographic agency and the national bibliography. Paris, dec. 1979. Tradução de Luciana Grings. _____. *O Leigo e a Especialista*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2019, p. 42.

⁴¹³ GRINGS, *O Leigo e a Especialista...* p. 74.

autoria das aquarelas da Bahia, e o empenho na divulgação da aquisição da obra textual inédita da escritora inglesa Maria Graham como fontes históricas fidedignas para a historiografia da Independência do Brasil.⁴¹⁴

⁴¹⁴ CONDÉ, Elisio. *Guia da Biblioteca Nacional-1810-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca nacional, Ministério da educação e Cultura, 1960, p. 18-19.

CAPÍTULO 3

RODOLFO GARCIA: PELAS MÃOS DO HISTORIADOR, MARIA GRAHAM CHEGA À BIBLIOTECA NACIONAL

Os conterrâneos não sabem, em geral apreciar o serviço que v. prestou ao Brasil. Tenho, porém, a certeza de que gerações futuras, mais cultas, e mais afeitas aos estudos do que a nossa, lhe rendam plena justiça.

Clemente Gaspar Maria Brandenburger⁴¹⁵

3.1 A gênese da trajetória biográfica de Rodolfo Garcia

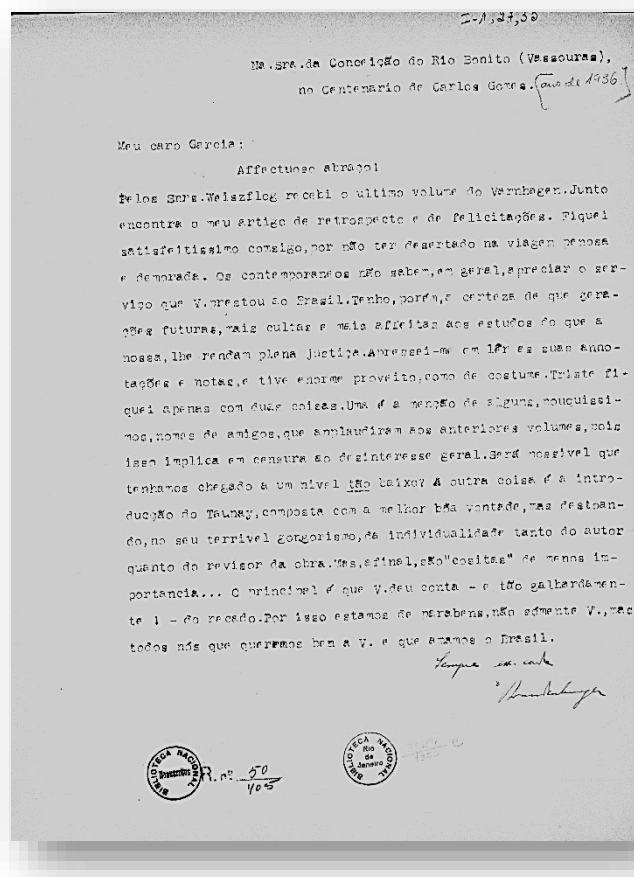
Por certo, as palavras de cunho premonitório da lavra do historiador alemão e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Clemente Gaspar Maria Brandenburger, nos idos de 1936, tomadas à guisa de epígrafe desse capítulo, já vislumbravam, assertivamente, o reconhecimento que as futuras gerações de historiadoras e historiadores brasileiros reservariam para a obra e representatividade de seu amigo e confrade no IHGB, Rodolfo Garcia, na cena da pesquisa e atribuição de autoria de documentos e da escrita da história do Brasil da primeira metade do século XX. Abaixo apresentamos o documento manuscrito, do qual extraímos a epígrafe deste capítulo, seguido da transcrição do mesmo. A missiva da lavra de Clemente Gaspar e endereçada ao amigo Rodolfo Garcia no ano de 1936, tem como intenção parabenizá-lo pelas anotações e revisões feitas ao quinto e último tomo da 3ª Edição da obra *História Geral do Brasil* (1936),⁴¹⁶ de Francisco Adolfo de Varnhagen e, ainda, por ele

⁴¹⁵Clemente Gaspar Maria Brandenburger, historiador, filósofo e publicista, nasceu na Alemanha em 1879 e faleceu no Brasil em 1947. No ano de 1909, Clemente Gaspar transferiu-se para o Brasil, onde ocupou o cargo de secretário no Museu Paulista no período de 1911 e 1912. Em 1915, já morando no Rio de Janeiro, ele organizou e publicou os periódicos *Deutch Tageblatt* e o *Diário do Rio*. Ingressou como Sócio Correspondente da cidade de Vassouras no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB- em 1919, e foi membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco-IAHGP, do Instituto do Ceará e da Associação Brasileira de Imprensa -ABI. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/CGMBrandenburger.html> Acesso em: 22 de setembro de 2023.

⁴¹⁶ A publicação da 3ª edição revisada e anotada da *História Geral do Brasil* de Varnhagen foi concluída em seis etapas distintas, a saber: em 1906, um primeiro tomo da obra apareceu, anotado por Capistrano de Abreu. Em 1927 foi publicação uma nova edição do primeiro tomo, desta feita, revisada com anotações de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Entretanto, com a morte de Capistrano de Abreu no ano de 1927, Rodolfo Garcia assumiu inteiramente sozinho o projeto de revisão e anotações da obra. Por conseguinte, o segundo tomo da 3ª edição da *História Geral do Brasil* foi publicado em 1930, o terceiro tomo apareceu no ano de 1931, o quarto tomo em 1934, e o quinto e último tomo, em 1936 (N/A).

não ter “desertado na viagem penosa e demorada”, que significou a dedicação do amigo em tão grandiosa empreitada. Segue o documento:⁴¹⁷

Figura 21: Documento: Carta manuscrita de Clemente Gaspar Maria Brandenburger



Fonte: Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional

Transcrição do documento anterior:

Ns. Sra. da Conceição do Rio Bonito (Vassouras), no centenário de Carlos Gomes[ano de 1936]

Meu caro Garcia

Affectuoso abraço!

Pelo Snr. Weiszflog recebi o último volume do Varnhagen. Fiquei satisfeitiíssimo consigo, por não ter desertado na viagem penosa e

⁴¹⁷ Documento: BRANDENBURGER, Clemente.[Carta a Rodolfo Garcia declarando-lhe estar certo de que as gerações futuras mais cultas render-lhe-iam plena justiça ao apreciar o serviço que o mesmo prestava ao Brasil.]. Vassouras, RJ:[s. n.],[1936]. 1 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1448086/mss1448086.pdf. Acesso em: 18 de nov. 2023.

demorada. Os contemporâneos não sabem, em geral, apreciar o serviço que v. prestou ao Brasil. Tenho, porém, a certeza de que gerações futuras, mais cultas e afeitas aos estudos do que a nossa, lhe rendam plena justiça. Apressei-me em ler as suas anotações e notas, e tive enorme proveito, como de costume. Triste fiquei apenas com duas coisas. Uma é a menção de alguns, pouquíssimos, nomes de amigos, que aplaudiram aos anteriores volumes, pois isso implica em censura ao desinteresse geral. Será possível que tenhamos chegado a um nível tão⁴¹⁸ baixo? A outra coisa é a introdução do Taunay, composta com a melhor boa vontade, mas destoando, no seu terrível gongorismo,⁴¹⁹ da individualidade tanto do autor, quanto do revisor da obra. Mas afinal, são “coisitas” de menor importância... O principal é que v. deu conta – e tão galhardamente! – do recado. Por isso estamos de parabéns, não somente v., mas todos nós que queremos bem a v. e que amamos o Brasil.

Sempre[?]

Brandenburger

Logo, na breve trajetória biográfica construída ao longo desse capítulo, onde a fronteira que separa a história da biografia é imprecisa,⁴²⁰ analisamos o personagem referencial que foi Rodolfo Garcia, como historiador, linguista, pesquisador e gestor, situando-o no recorte temporal dos anos de 1873 a 1945, reconstruindo a sua passagem em instituições referenciais tais como o Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico Pernambucano, IAHGP, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, o Museu Histórico Nacional, MHN e a Biblioteca Nacional, BN.

Em vista disso e sendo “o pensamento, a peça de resistência de Rodolfo Garcia”,⁴²¹ a partir de suas experiências nestas instituições, encontramos as pistas para compreender a formação mental do intelectual versátil e humanista, e dos métodos empregados na crítica e atribuição de autoria de fontes históricas, daquele “que se firmou depois da morte de Capistrano de Abreu, como o maior historiador erudito da

⁴¹⁸ A palavra “tão” aparece sublinhada pelo autor da carta no texto original.

⁴¹⁹ Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, a palavra “gongorismo” significa o estilo literário barroco cujo maior representante é Luiz de Góngora y Argote (1561-1627), poeta espanhol, conhecido pela utilização de palavras muito eruditas, pelo excesso de figuras de linguagem e pela afetação exagerada. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 857.

⁴²⁰ LORIGA, *A Biografia como problema...* p. 225.

⁴²¹ GUIMARÃES, *Esse magistral Rodolfo Garcia...* 2023.

historiografia brasileira”.⁴²² Assim, a narrativa biográfica torna-se neste capítulo, o lugar de investimentos “não apenas intelectuais, mas afetivos, políticos e memoriais”,⁴²³ priorizando as “condições sociais[...]enquanto constitutivas de um certo campo político-cultural”,⁴²⁴ onde Garcia se insere. Por conseguinte, história e memória entrelaçam-se na trajetória de vida de Rodolfo Garcia, para destacar suas notáveis contribuições para com a história, a crítica documental e a historiografia brasileira, sobretudo, no que tange a atribuição de autoria de fontes primárias sobre o processo da Independência do Brasil, uma vez que foi por seu intermédio que se deu a aquisição e o primeiro parecer autoral das aquarelas da Bahia pela Biblioteca Nacional no ano de 1938. Logo, para matizar a trajetória de Rodolfo Garcia enquanto um “historiador por vocação” seguiremos Pierre Bourdieu, para quem a noção de trajetória é entendida como sendo “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, ou por um mesmo grupo, estando sujeito a incessantes transformações num espaço que é ele próprio um devir”.⁴²⁵

Figura 22: Retrato de Rodolfo Garcia



Fonte: Academia Brasileira de letras

⁴²² ROGRIGUES, José Honório. *História e Historiografia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p. 161.

⁴²³ AVELAR; SCHMIDT, *O que pode a biografia hoje?... p. 11.*

⁴²⁴ GOMES, *Essa gente do Rio...*p. 11.

⁴²⁵ BOURDIEU, *A Ilusão Biográfica...* p. 189.

No contexto das transformações sociopolítico-culturais ocorridas no Brasil, desde a institucionalização da República em 1889⁴²⁶ até a primeira metade do século XX, os conceitos de modernidade e os investimentos intelectuais visando projetos que pensassem a construção de uma identidade nacional ganharam protagonismo nos debates da produção literária e das ciências sociais, tanto no âmbito regional, quanto à nível nacional.⁴²⁷

Estes homens letrados, conectados pelas afinidades estéticas e ideológicas de seus grupos, pensavam em estratégias culturais para “encarar os estigmas do ‘passado e atraso’ a serem por todos vencidos”.⁴²⁸ Portanto, as décadas iniciais da chamada Primeira República⁴²⁹ foram anos de grande trânsito de ideias onde “o liberalismo, positivismo, socialismo e anarquismo misturavam-se[...]na boca e na pena das pessoas[...]indicando tanto a insatisfação com o passado como a incerteza nos rumos do futuro”.⁴³⁰ Rodolfo Garcia sendo um notável representante deste longo processo em prol das estratégias de modernização do Brasil que se deu a partir da nova ordem

⁴²⁶ Para José Murilo de Carvalho “a República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais. Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado Vitalício e do Conselho de Estado e a introdução do federalismo, tinham, sem dúvida inspiração democratizante, na medida em que buscavam descentralizar o exercício do poder[...]Mas a propaganda republicana prometera mais do que isso. O entusiasmo e as expectativas despertadas em certas camadas da população pelo advento do novo regime provinham de promessas democratizantes feitas nos comícios, nas conferências públicas, na imprensa radical”. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 45-46.

⁴²⁷ A missão modernizadora da mentalidade nacional realizada por gerações de intelectuais na chamada “Era Vargas”, presumia uma espécie de empreendimento de transformação que renegava a naturalização da pátria como a manifestação romântica da nação, simbolizada pela “língua, territórios, costumes e história, dando lugar a afirmação do estado como um empreendimento inteligente e ordenado”. JAQUARIBE, Beatriz; LISSOVSKY, Maurício. *Imagem fotográfica e imaginário social.: A invenção do olhar moderno na Era Vargas*. Eco – Pós-v. 9, n. 2, agosto-dezembro, 2006, pp 88-109.

⁴²⁸ GOMES, *Essa gente do Rio...* p. 13.

⁴²⁹ A chamada Primeira República é a temporalidade demarcada entre a Proclamação da República em 1889 e o ano de 1930, quando Getúlio Vargas ascende como Presidente da República do Brasil. Segundo Angela de Castro Gomes, o ano de 1930 é o ano chave “para demarcar o fim de uma república que, só a partir de então poderia e começaria a ser chamada de “velha” em distinção e oposição a uma “nova”, que se inaugura fazendo promessas e mudanças revolucionárias[...]embora seja obvio destacar que uma dicotomia entre velho x novo[...]seja sempre uma construção *a posteriori* e com carga evidentemente valorativa[...]Isso pois[...]República Velha e Primeira República transformaram-se em designações sinônimas, durante décadas, preenchidas de um significado construído por determinados atores/autores do pós 1930”. GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. In: GOMES, Ângela de Castro; MOURÃO, Alda. (orgs.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, p. 57-58.

⁴³⁰ CARVALHO, *Os Bestializados...*p. 42-66.

política e social instaurada com a chegada da República, atuou como um agente mediador inserido em uma rede de sociabilidades intelectuais, constituída, sobretudo, em “lugares de aprendizado[...]e relações profissionais”,⁴³¹ que também lhe propiciou vínculos pessoais de amizades duradouras.

A partir do contexto histórico acima descrito mapearemos a trajetória intelectual do historiador Rodolfo Garcia desde os primeiros anos de formação acadêmica e de sua inserção nos lugares de sociabilidade letrada na cidade do Recife, tais como a imprensa, livrarias e associações culturais, até a consagração profissional do historiador e gestor cultural nos bastiões institucionais da memória nacional no Rio de Janeiro, Capital Federal. Nesse processo, como aponta Michel de Certeau, é em função desses lugares de saber, verdadeiros bastiões intelectuais, que grupos delineiam entre si uma topografia de interesses em comum, para articular estratégias metodológicas que se apliquem às suas práticas científicas para as pesquisas e escrita da história.⁴³²

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia foi um historiador e filólogo, nascido em 25 de maio de 1873 na cidade de Ceará Mirim, Rio Grande do Norte, filho de Augusto Carlos de Amorim Garcia e Maria Augusta de Amorim Garcia. O historiador potiguar foi reconhecido ainda em vida pelos pares por sua erudição histórica, dedicação à pesquisa documental, análise crítica e capacidade de desvendar mistérios e dirimir dúvidas relativas à atribuição de autoria de fontes históricas, e por divulgar documentos de interesse aos estudos da história do Brasil da Colônia e Império. Tal assertiva é confirmada pelas palavras do acadêmico Maurílio Augusto de Almeida, quando por ocasião do seu discurso de posse na cadeira nº 65 da Academia Brasileira de História ele lembra que “ Rodolfo Garcia deixou iluminadas numerosas fontes encobertas no passado remoto do Brasil”.⁴³³ Em um outro momento de seu discurso, ele afirmou pertencer o nome de Garcia ao luminoso “triunvirato Potiguar a que pertenceram

⁴³¹ GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 20.

⁴³² CERTEAU, *A Escrita da História...* p. 56.

⁴³³ ALMEIDA, Maurílio Augusto de. *Rodolfo Garcia a história de sua vida na vida da história*. Discurso de Posse na cadeira nº65, patronímica de Rodolfo Garcia, da Academia Brasileira de História, em 30 de outubro de 1981. João Pessoa, Pb: Editora Universitária/UFPB, 1981, p. 6. Professor, escritor, médico, bibliófilo e historiador paraibano, Maurílio Augusto de Almeida (1926-1998) foi membro da Academia Brasileira de História e de várias instituições congêneres históricas e literárias, possuindo vasta obra historiográfica. Disponível em: <https://cbg.org.br/biografia/maurilio-augusto-de-almeida> Acesso em 11 de junho de 2023.

Tavares de Lyra,⁴³⁴e Tobias Monteiro”⁴³⁵.⁴³⁶ Ainda hoje, Rodolfo Garcia é citado como sendo um dos grandes nomes da historiografia brasileira da primeira metade do século XX, ao lado de “Capistrano e Varnhagem”, como bem definiu Pedro Calmon.⁴³⁷

Dentre outras relevantes contribuições historiográficas de sua autoria, consagrou-o no *podium* da história pátria, o trabalho de revisão e anotação da 3ª edição da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), ao lado de João Capistrano de Abreu, de quem foi discípulo dileto e amigo pessoal. A obra revisada foi composta de cinco tomos, sendo publicado o primeiro deles no ano de 1927, o segundo tomo no ano de 1930, o terceiro volume em 1931, o quarto em 1934 e o quinto e último tomo em 1936.

3.2 No Recife da virada do século XX, os alicerces academicistas de Rodolfo Garcia

Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, ainda jovem e seguindo a vontade paterna, cursou a Escola Militar do Ceará e depois transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde deu continuidade aos seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha.⁴³⁸ No ano de 1895, acusado de ter participado com outros alunos das manifestações em favor do ex-presidente Floriano Peixoto, que representava os militares no poder, Rodolfo Garcia

⁴³⁴ Augusto Tavares e Lyra (1872-1958), professor de Direito, jornalista, historiador e editor do jornal *A República*, foi governador do estado do Rio Grande do Norte nos governos de Afonso Pena e Venceslau Brás e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade> Acesso em: 10 de junho de 2023.

⁴³⁵ Tobias do Rego Monteiro (1866-1952), jornalista e reconhecido como um importante historiador brasileiro, foi senador pelo Rio Grande do Norte de 1921 a 1923. PEIXOTO, Renato Amado. Tobias Monteiro. In: ABREU, Alzira Alves. (org.). *Dicionário da Primeira República- 1889-1930*. Rio de Janeiro: EFGV, 2015, p. 1.

⁴³⁶ ALMEIDA, Maurílio Augusto de Almeida. *Rodolfo Garcia, a história de sua vida na vida da História*. Discurso de Posse na Cadeira nº65 da Academia Brasileira de História, em 30 de outubro de 1981. João Pessoa, Pb: Editora Universitária/UFPB, 1981, p. 5.

⁴³⁷ CALMON, *Prefácio...* 1973.

⁴³⁸ A Escola Militar da Praia Vermelha foi criada em 1857, no Rio de Janeiro, a então capital do Império. Segundo Celso Castro, “no Brasil, a Escola Militar foi a principal instituição a desenvolver características “modernas” no seio de uma sociedade predominantemente tradicional, rural, patriarcal e hierarquizada, e assim permaneceu até bem depois de instituída a República[...]Nos quinze anos seguintes, a Escola Militar da Praia Vermelha tornou-se bastião de defesa dos ideais republicanos[...]Japoiando as posições políticas de Benjamim Constant, nomeado o Primeiro Ministro da Guerra da República e, após a morte deste, o governo de Floriano Peixoto”. CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 1995, p. 55-67.

foi desligado da escola militar. Contando então com vinte e dois anos, Garcia seguiu para Pernambuco, quando ingressou na Faculdade de Direito do Recife, FDR, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1908, aos trinta e cinco anos de idade.⁴³⁹ Por ocasião da conclusão no curso de direito, profissão, que, aliás, jamais exerceu, Garcia recebeu vivas de Arthur Muniz, escritor, historiador, jornalista e membro do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP.⁴⁴⁰ no *Jornal do Recife*, de 19 de dezembro de 1908.⁴⁴¹ Nas palavras de Arthur Muniz:

Afirmo que Rodolfo Garcia vencerá no mundo das letras, e será amanhã um nome abençoado por sua Pátria, que lhe dará brilho e glória no seu envolver para a cultura crescente, que a enaltece entre os povos cultos, pois para o realização dessa vitória, basta o merecimento próprio e a constância no trabalho sério e profícuo do aperfeiçoamento da inteligência que a todos obriga.⁴⁴²

Como observado na citação acima, Rodolfo Garcia iniciava os seus primeiros passos em direção a um destino que começava a ser esboçado, e, para isso, escolhera, acertadamente, bacharel-se e doutorar-se na Faculdade de Direito do Recife.⁴⁴³ No Brasil, ainda nos idos coloniais, bacharel-se em ciências jurídicas aos moldes da Universidade de Coimbra constituiu um ideal de *status-quo* almejado por gerações de filhos das elites agrárias e de comerciantes, desde que a cultura associada à importância

⁴³⁹ Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia> Acesso em: 11 de junho de 2023.

⁴⁴⁰ O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano-IAHGP-foi fundado em 28 de janeiro de 1862, sendo o primeiro instituto histórico regional do Brasil e está situado à rua do Hospício, nº130, bairro Boa Vista, Recife-PE. Conta-se que a origem do IAHGP está ligada às críticas feitas pelo Imperador d. Pedro II, quando da sua visita ao Recife em 1859, sobre o descaso e a indiferença dos intelectuais pernambucanos quanto ao passado histórico do Estado. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=645&Itemid=181 acesso em: 12 de junho de 2023.

⁴⁴¹ *Jornal do Recife* de 19 de dezembro de 1908. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=52505> Acesso em 12 de junho de 2023.

⁴⁴² SOBRAL, Gustavo. *Rodolfo Garcia*. Natal: Offset Gráfica, 2021, p. 8.

⁴⁴³ A Faculdade de Direito do Recife-FDR foi criada em 11 de agosto de 1827, pelo Imperador d. Pedro I. Originalmente a instituição ocupou as dependências do Mosteiro de São Bento em Olinda e depois transferiu-se para as dependências do Mosteiro dos Beneditinos. Em 1912 a FDR mudou-se e para o edifício em estilo neoclássico, de autoria do arquiteto francês Gustave Varin, na praça Adolfo Cirne S/N no bairro da Boa Vista em Recife. Este seu atual prédio foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, no ano de 1980. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/recife-faculdade-de-direito-do-recife/#!/map=38329&loc=-8.058746286120623,-34.88260567188263,17> Acesso em: 7 de maio de 2023.

do título de bacharel foi trazida ao Brasil pelos jesuítas no século XVI.⁴⁴⁴ Com o avançar dos anos, os estudos jurídicos tiveram os alicerces consolidados no Oitocentos com a criação das primeiras Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo autorizadas pela Assembleia Geral e pelo Imperador d. Pedro I, em 11 de agosto de 1827.

Logo, com a modernização econômica do Brasil ao longo do século XIX, que provocou o aparecimento de uma juventude elitizada mais interessada em ocupar cargos na administração pública e nas esferas da política, aqueles jovens rapazes encontravam nas Faculdades de Direito de São Paulo e na do Recife, que anteriormente designava-se “de Olinda”, uma formação intelectual ligada ao ensino das humanidades, letras e retórica. Cadeiras oferecidas como as de Diplomacia e História, Higiene Pública, Ciência e Administração, Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado, preparavam os futuros bacharéis para os serviços burocráticos e administrativos demandados pelo Estado brasileiro, uma vez que o “fato de se ter concluído um curso universitário garantia uma série de privilégios, sendo notório que os bacharéis marcavam presença maciça na política e predominavam nas funções burocráticas”.⁴⁴⁵

Logo, no início do século XX a Faculdade de Direito do Recife já era reconhecida como sendo o centro referencial de formação intelectual dos homens letrados do norte do país, e uma das mais fortes instituições educacionais no Brasil. Como visto, no Brasil da Primeira República (1889-1930), “o título de bacharel ganhou foro de nobreza[...]prestígio e privilégio”.⁴⁴⁶ Portanto, para um jovem promissor como Rodolfo Garcia, entrar na Faculdade de Direito do Recife era determinante “para o ingresso no panteão das letras em Pernambuco e um passaporte para ser inserido nas redes de sociabilidade”⁴⁴⁷ dos intelectuais da capital pernambucana. Segundo Maurício Silva, esta estratégia academicista resultava em dar maior visibilidade ao acadêmico e a literatura praticada por ele, que “passava a integrar, além do círculo semierudito do jornalismo[...]os salões literários[...]que serviam como instância real de legitimação da

⁴⁴⁴ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 1995, p. 67.

⁴⁴⁵ BESSONE, *Palácios de destinos cruzados...*p. 45.

⁴⁴⁶ BOMENY, *Os Intelectuais da Educação....* p. 18-19.

⁴⁴⁷ OLIVEIRA “*Os operários das letras*”... p. 72.

estratégia academicista”.⁴⁴⁸ Com Rodolfo Garcia não foi diferente, e, como a maioria dos intelectuais nos anos 1900-1920, ele percorreu o caminho almejado por sua geração:⁴⁴⁹ ingressou em escolas militares, cursou a Faculdade de Direito, escreveu em jornais, tornou-se um funcionário público e ocupou cadeiras nas principais instituições culturais brasileiras, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, o Museu Histórico Nacional, MHN, a Biblioteca Nacional, BN e a Academia Brasileira de Letras, ABL.

Portanto, reproduzindo o paradigma educacional para a formação profissional dos jovens intelectuais de seu tempo, foi justamente no ambiente acadêmico que Rodolfo Garcia teve a oportunidade de conhecer alguns homens de letras, cujos nomes que já eram consagrados nos espaços institucionais da memória histórica e literária regionalista pernambucana, lhe foram fundamentais para a consolidação de uma cultura letrada, mentalidade humanista e erudição histórica, características que o distinguiram ao longo de toda a sua vida.

Dessa forma, as competências intelectuais de Rodolfo Garcia foram reconhecidas por membros da Academia Pernambucana de Letras, APL,⁴⁵⁰ e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, IAHGP. Nomes tais

⁴⁴⁸ SILVA, Maurício. *O sorriso da sociedade: literatura e academicismo no Brasil na virada do século (1890-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 101-102.

⁴⁴⁹ Angela de Castro Gomes destaca que “a noção de geração permanece ligada à ação do que se pode chamar de “eventos fundadores” ou “acontecimentos marcantes”, mas não se esgota neles, na medida em que uma geração não está “datada” pela coincidência com a ocorrência de fenômenos sociais e históricos específicos[...]ou seja, uma geração só ganha significado próprio quando remetida às relações com outras gerações. Uma das características da categoria, no sentido em que está sendo tomada, é o fato de ela conter uma perspectiva identitária que se realiza por contraste através do tempo, o que é situado e defendido como projeto daquele grupo ante seus antecessores ou contemporâneos”. GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2013, p. 40-41.

⁴⁵⁰ A Academia Pernambucana de Letras foi fundada em 26 de janeiro de 1901 por Carneiro Vilela e mais 19 escritores pernambucanos. A instituição foi a quarta academia de Letras no Brasil, precedida pela Academia Cearense de Letras, criada em 15 de agosto de 1894, pela Academia Brasileira de Letras, fundada em 20 de julho de 1897 e pela Academia Paraense de Letras, instituída em 3 de maio de 1900. A primeira reunião ordinária da Academia Pernambucana de Letras se deu no dia 6 de fevereiro de 1901 sob a presidência de Carneiro Vilella. Em 27 de novembro de 1903, o escritor Alfredo de Carvalho tomou posse como Presidente da APL. Mais à frente, em 12 de março de 1908, foi a vez Phaelante da Câmara ocupar a presidência da Academia Pernambucana de Letras. Em 10 de abril de 1920, o historiador Oliveira Lima foi empossado na APL, ocupando a cadeira nº11. Disponível em: <https://aplpernambuco.com.br/> Acesso em: 03 de junho de 2023.

como os dos escritores e historiadores Phaelante da Câmara,⁴⁵¹ Alfredo de Carvalho⁴⁵² e Arthur Muniz, o acolheram ao convívio do seletor círculo de pares letrados e lhe abriram os portões das searas literária, acadêmica e jornalística do Recife.

Foi por esse tempo que Rodolfo Garcia, no ano de 1903, estreou a sua participação no *Jornal do Recife*,⁴⁵³ publicando nas edições de 31 de outubro e 5, 6, 10, 12, e 14 de novembro, uma série de reportagens sobre a *Exposição Internacional de Aparelhos a Álcool* que acontecera no Rio de Janeiro naquele mesmo ano, e cujas reportagens marcaram o início de sua carreira na imprensa Pernambucana.⁴⁵⁴ No excerto do documento a seguir, que apresenta a matéria publicada na edição nº 246 do referido jornal de 31 de outubro de 1903, que marca a estreia da participação de Rodolfo Garcia na imprensa pernambucana por ocasião da *Exposição Internacional de Aparelhos a Álcool*, o intelectual potiguar imprime no texto jornalístico a sua análise, apontando o atraso social da população brasileira, bem como, pontua a engenhosidade dos brasileiros e os esforços empreendidos pelos setores das letras, artes e ciências “em suas múltiplas manifestações” em imprimir avanços significativos à nossa sociedade. Em seguida na sua análise, Rodolfo Garcia acusa a “inação de nossos governos” como

⁴⁵¹ Phaelante da Câmara (1862-1909), foi um poeta pernambucano, jornalista, orador, cientista social, advogado, político e professor. Fundador da Academia Pernambucana de Letras e autor de treze obras literárias, entre crítica, ensaios, romances, novelas, poemas e história literária. COUTINHO, Afrânio; SOUZA, José Galante de. *Enciclopédia de Literatura brasileira*. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, 2001, 2V, p. 32.

⁴⁵² Alfredo de Carvalho (1870-1916) foi um escritor, filólogo, poliglota, jornalista e historiador pernambucano. Membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, da Academia Pernambucana de Letras e de outras instituições congêneres. GASPAR, Lúcia. Alfredo de Carvalho. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: < <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/> >. Acesso: 7 de maio de 2023.

⁴⁵³ O *Jornal do Recife* foi criado em 1863 em formato 22x14 cm. Inicialmente com 32 páginas, teve posteriormente, o número ampliado. Seus primeiros redatores foram: Aprígio Guimarães, Braz Florentino Henriques de Souza e Antonio Torres Bandeira. OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José F. de. *Intelectuais à Pernambucana: Literatura, Direito e História nos periódicos locais* (1865-1914). Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: São Gonçalo, 2012, p. 7.

⁴⁵⁴ Relativo ao momento de desenvolvimento e de renovação da imprensa no Brasil, Juarez Castro lembra que “esse processo de desenvolvimento do jornalismo[...]corresponde ao próprio desenvolvimento da economia. Na primeira metade do século XIX, e de maneira mais efetiva nos anos que antecedem o século XX, os jornais e a tipografia, assim como o livro e outras manifestações do pensamento e das artes, beneficiam-se da eliminação do trabalho escravo, do crescimento econômico que impõe melhores níveis de renda, do trabalho assalariado e da descentralização republicana. O desenvolvimento do jornalismo no período que abrange o fim da primeira e o começo da segunda fase absorve as profundas mudanças econômicas que vive o país na passagem do Império para a República. A economia assinala, então, duas transições: uma para o trabalho assalariado, e outra, para um sistema industrial”. BAHIA, Juarez. *História, jornal e técnica: história da Imprensa brasileira*, v. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2009, p. 114-115.

sendo os legítimos responsáveis do Brasil ser “um país de hontem”, uma vez que os políticos não incentivam os progressos e investimentos privados necessários ao desenvolvimento da economia industrial brasileira:

Socialmente, somos um país de hontem, não temos talvez uma individualidade bem definida, o nosso typo ainda não está moldado, definitivamente, mas já temos uma literatura nossa, cultivamos as sciencias em suas múltiplas manifestações, somos inventores, industriaes, agricultores, comerciantes, soldados e marinheiros. Falta-nos talvez, a iniciativa privada, na ordem industrial; mas este fenômeno mesmo tem sua causa na inação dos nossos governos, de cuja culpa só ligeiramente podemos participar.⁴⁵⁵

Por certo, acreditamos que para Rodolfo Garcia a experiência como jornalista no *Jornal do Recife* vai ao encontro ao que Silvio Romero⁴⁵⁶ preconizara sabiamente nos idos de 1888, quando apontou o importante papel que a prática de escrever em periódicos exercia sobre o aprendizado e refinamento da escrita literária brasileira no Oitocentos, prática esta que manteve-se eficiente também no século seguinte.

Nas palavras de Romero, “o jornalismo tem sido o animador, o protetor, e ainda mais, o criador da literatura brasileira[...]. É no jornal que tem todos estreado os seus talentos; nele é que tem todos polido a linguagem, apreendido a arte da palavra escrita”.⁴⁵⁷ A observação de Sílvio Romero é confirmada pelo colega de ofício, Juarez Bahia, quando ele menciona que já em 1904, “os maiores jornais incorporam cada vez

⁴⁵⁵ Documento: ver, GARCIA, Rodolfo. Exposição Internacional de Aparelhos a Álcool. In: *Jornal do Recife*, edição de 31 de outubro, número 246, 1903, p. 1. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=46238> Acesso em: 13 de junho de 2023.

⁴⁵⁶ O sergipano Sílvio Romero nasceu no ano de 1851 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1914. Foi um notável poeta, escritor e crítico literário, cujo conjunto de sua obra inclui ensaios num estilo claramente polemista e combativo publicados em periódicos do Recife na década de 1870, estendendo-se ainda para a poesia, crítica literária, folclore, etnografia e estudos sociológicos e políticos. Silvio Romero estudou as humanidades no Rio de Janeiro e bacharelou pela Faculdade de Direito de Recife em 1873. No ano de 1880 assumiu como lente de Filosofia do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Polemista de grande destaque, foi notável escritor e tem como principal obra a *História da Literatura Brasileira*, publicada em dois volumes no ano de 1888. Romero foi membro do IHGB, empossado como sócio efetivo em 01/01/1901, e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 17 em 28 de janeiro de 1877. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/SVSRomero.html> Acesso em 12 de agosto de 2023.

⁴⁵⁷ ROMERO, *O Momento Literário...* p. 49.

mais nomes destacados da literatura, seja para editoriais, seções permanentes ou simples colaboração, como também para assinalar correspondências no exterior”.⁴⁵⁸

De maneira surpreendente, esse “apadrinhamento” literário de Rodolfo Garcia, por nomes tão representativos do universo intelectual pernambucano, não fugia à regra das expectativas aspiradas pelos estudantes da Faculdade de Direito de Recife naquele início de século, pois, curiosamente, “só quando lhes sorria a literatura é que os bacharéis sentiam abrir-se perspectivas na carreira intelectual, tão irmanadas andavam nessa especialidade, as letras e a profissão”.⁴⁵⁹

Por conseguinte, ao longo de toda a Primeira República, a prática do “apadrinhamento” dos jovens intelectuais, por literatos já reconhecidos em seus meios, era a maneira pela qual os novatos e promissores letrados ascendiam ao convívio dos agrupamentos literários, verdadeiros “objetos de desejo” dos intelectuais, comumente conhecidos como *coterias*, “panelinhas literárias”, ou “igrejinhas” como conceitua Alfredo Machado Neto.⁴⁶⁰ Ainda segundo o autor, essas associações literárias tinham a função de servir como bastiões de práticas de ideologias estéticas, e ainda se constituíam “como uma associação de ajuda mútua na República das Letras”.

Naqueles tempos de modernidades civilizatórias no Brasil, Recife era uma cidade em transformação urbanística e social, e sobre as pontes dos rios Capibaribe e Beberibe transitava uma imensa população de ambulantes que vendia de tudo: do munguzá e cuscuz, às cocadas e coalhadas. Engraxates experientes dividiam a atenção dos clientes com jornalistas ruidosos e comerciantes varejistas, que comercializavam em suas lojas desde os secos e molhados até livros de bolso, como demonstra Flávio Weinstein Teixeira.⁴⁶¹ Logo, toda uma população diversificada representada por segmentos urbanos e rurais, mesclavam-se no centro da cidade em uma grande e animada algazarra sonora que serpenteava agitada, em meio a um misto de barcos, jangadas, bondes, carros e carroças puxadas por cavalos.

⁴⁵⁸ BAHIA, Juarez. *História, jornal e técnica: história da Imprensa brasileira*, v. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2009, p. 131.

⁴⁵⁹ SODRÈ, *História da Literatura Brasileira...* p. 302.

⁴⁶⁰ MACHADO NETO, *Estrutura Social da República das Letras...* p. 24.

⁴⁶¹ TEIXEIRA, *As cidades enquanto palco da modernidade...* 1994.

Algumas fachadas desbotadas do antigo casario da “arquitetura do açúcar”⁴⁶² resistiram aos tempos do império e misturaram-se às residências caracterizadas por “platibandas escalonadas, motivos geométricos[...]e cores decorativas”,⁴⁶³ que anunciavam a renovação estética pré-modernista chegada ao Brasil com os anos republicanos.⁴⁶⁴ Nesta profusão de ecletismos arquitetônicos conviviam os cafés, as livrarias, os jornais, as tipografias e as editoras do Recife, por onde Rodolfo Garcia e seus pares bacharéis transitavam e debatiam sobre os gêneros literários e os temas históricos em voga naquele período.

Os fatos pretéritos da história local, tanto quanto os poemas, sonetos e biografias de personalidades nacionais escritos pelos integrantes da Academia Pernambucana de Letras, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e da Faculdade de Direito do Recife eram publicados nos jornais e revistas, cujos proprietários também faziam parte destes centros de saber.⁴⁶⁵ Nos animados cafés do centro da cidade, que ofereciam em seus cardápios “preferencialmente café, cerveja, coalhada e empada”,⁴⁶⁶ estudantes, professores e acadêmicos socializavam cotidianamente, o que bem demonstra o caráter eclético dos grupos que frequentavam esses lugares de difusão de ideias.

⁴⁶² O conceito “arquitetura do açúcar”, pode ser entendido como “a dos edifícios que compunham as unidades produtivas dos engenhos, a saber, os engenhos, até o século XIX[...]e a arquitetura das cidades que se fundaram no Nordeste e dos edifícios que ali foram construídos com os lucros auferidos pela produção e comercialização do açúcar[...]como igrejas e conventos[...]e os solares para a residência dos senhores”. GOMES, Geraldo. *Arquitetura do Açúcar*. In: BICCA, Briane Elizabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (orgs.). *Arquitetura na Formação do Brasil*. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2006, p. 82.

⁴⁶³ ALMEIDA, Geraldo Antonio Gomes. *A Arquitetura do Brasil República (1889-presente)*. Disponível em: https://geraldoagalmeida.weebly.com/uploads/1/8/4/7/18477814/historia_da_arquitetura_no_brasil_republica_.pdf Acesso em: 23 de junho de 2023.

⁴⁶⁴ O Pré-Modernismo é conceituado como um movimento que marca a fase de mudanças políticas-culturais no Brasil ocorridas nas primeiras décadas do século XX, entre 1902 e 1922. Na arquitetura, apresenta uma geometrização das formas com forte acento dos contrastes cromáticos, e na literatura, o Pré-Modernismo pode ser identificado pela escrita de cunho regionalista e nacionalista e de crítica social voltada para os problemas concretos do país, como pode ser observado nas obras de Lima Barreto (1881-1922) e Euclides da Cunha (1866-1909). Segundo Nicolau Sevcenko, “os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram[...]a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 97.

⁴⁶⁵ OLIVEIRA, *Intelectuais à Pernambucana...* p. 2.

⁴⁶⁶ MOURA, *Os antigos cafés do Recife...*p. 97-107.

Assim, enquanto os intelectuais pernambucanos debatiam temas e articulavam estratégias para a circulação de suas produções literárias e históricas, os livreiros e livrarias do Recife foram conquistando lugares de protagonismo na mediação cultural entre as agremiações de letrados e o público leitor, divulgando a produção escrita e as ideias representativas que norteavam tais círculos.

Nesse dinâmico contexto literário destacamos a presença da Livraria Silveira,⁴⁶⁷ como sendo um importante ponto de encontro dos intelectuais criadores do “Cenáculo do Silveira”, cujos principais membros que o compuseram foram: Arthur de Albuquerque, Machado Dias, Arthur Muniz, Rodolfo Garcia, Aprígio Garcia, Oswaldo Machado e Phaelante da Câmara.⁴⁶⁸ Sobre os fundamentos das atividades intelectuais cotidianas do cenáculo, Phaelante da Câmara registrou que “diariamente discutem-se os problemas da arte, da ciencias, da língua com todos os percalços da aprendizagem, mas sem o respeito às falsas conveniências”.⁴⁶⁹

A interlocução dos integrantes do Cenáculo dava-se frequentemente entre a Academia Pernambucana de Letras e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, onde os membros frequentavam as sessões do IAHGP, sempre com o intuito de empreender pesquisas históricas a partir da documentação depositada no arquivo da Instituição.⁴⁷⁰

Apontamos nessa tese, que a representatividade do cenáculo na vida de Rodolfo Garcia foi decisiva, pois que, o seu envolvimento com a agremiação lhe despertou definitivamente para a pesquisa em estudos históricos, como será demonstrado mais à frente desta seção, no excerto do *Discurso de Posse* de Rodolfo Garcia na Academia Brasileira de Letras- ABL em 1935, quando ele ocupou a Cadeira nº 39, patronímica de Francisco Adolfo de Varnhagen.

⁴⁶⁷ Segundo Rômulo José Francisco de Oliveira Júnior, a “Livraria Silveira localizada na rua Primeiro de Março, nº14 recebia um contingente de acadêmicos e letrados bastante significativos. Sua importância se dava, em primeiro lugar, por ter um quantitativo de livros de História, Direito, Artes, Romances, Religião e Ciências, em segundo lugar, por estar situada próximo às redações de jornais e do centro comercial e por fim, por ter acolhido as reuniões e debates do Grupo do Cenáculo. “ OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José Francisco de. “Os operários das letras”: o campo literário no Recife (1889-1910). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016, p. 208.

⁴⁶⁸ OLIVEIRA JÚNIOR “Os operários das letras”... p. 137.

⁴⁶⁹ CÂMARA, Phaelante da. In: *A Cultura Acadêmica*. Anno II. Vol. II. maio-junho de 1906. p. 192. Acervo FUNDAJ. Disponível em: <http://digitalizacao.fundaj.gov.br> Acesso em: 13 de maio de 2023.

⁴⁷⁰ OLIVEIRA JÚNIOR, “Os operários das letras...”p. 138.

Em vista disso, por intermédio de Phaelante da Câmara e do irmão Aprígio Garcia, que marcaria uma importante presença na formação da vida intelectual e profissional de Rodolfo Garcia, os irmãos Rodolfo e Aprígio ingressaram ao Cenáculo do Silveira, cujos membros, aos moldes dos intelectuais franceses do início do século XX, reuniam-se assiduamente na Livraria Silveira e recebiam epítetos que lhes identificavam à semelhança, quanto ao estilo da escrita, aos famosos pares letrados parisienses.

Desta forma, os dois irmãos ficaram conhecidos no meio literato pernambucano, como os “Irmãos *Goncourt*”⁴⁷¹ brasileiros. Segundo consta no relato do historiador Hélio Viana (1908-1972),⁴⁷² que no futuro se tornará amigo de Rodolfo Garcia no Rio de Janeiro, o Presidente do Cenáculo, Phaelante da Câmara, membro fundador da Academia Pernambucana de Letras e professor da Faculdade de Direito do Recife, teria dedicado a Rodolfo Garcia, o nosso “*Jules de Goncourt*” brasileiro, o verso que se segue:

Rodolfo Garcia

Se nunca me passara pela mente—E, no entanto, a coisa é toda verdadeira—Conversar pessoalmente com o Júlio de Goncourt, lá no Silveira... E que espanto, que cara de maluco. Quando o Júlio puxou do bolso, a rir, o seu trabalho acerca do Nabuco, com que fez o Cenáculo dormir...

Talvez por intuição, ou talvez por acertada perspicácia do colega de Cenáculo da Livraria Silveira, a alcunha comparativa ao famoso romancista francês bem adivinhava a prodigalidade com que um historiador por vocação como Rodolfo Garcia construiria a sua trajetória intelectual ao longo de toda a vida. A seguir, como referido anteriormente, extraímos um excerto do *Discurso de Posse* de Rodolfo Garcia na Academia Brasileira de Letras, ABL, no dia 13 de abril de 1935, onde ele atribui aos seus companheiros do Cenáculo o seu entusiasmo pela obra de Francisco Adolfo de Varnhagem, cuja revisão bibliográfica e documental anotada por Garcia e Capistrano

⁴⁷¹ Os irmãos Goncourt, Edmond (1822-1896) e Jules (1830-1870) de Goncourt, são considerados os precursores do movimento naturalista na literatura francesa, ao lado de Émile Zola e de Alphonse Daudet. Jules de Goncourt escreveu romances, peças de teatro e críticas de arte. Após a morte dos irmãos, em 1903, foi criada a “Academia Goncourt” que concede anualmente o prêmio literário de maior prestígio na França. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/resenhas/literatura-em-lingua-francesa/a-genese-do-goncourt> Acesso em 19 de maio de 2023.

⁴⁷² VIANA, Hélio. *Curso Varnhagen- Rodolfo Garcia (1873-19 49)*. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=5499>. Acesso em 19 de maio de 2023.

de Abreu, à 3ª edição integral da *História Geral do Brasil* de 1936, marcaria para sempre a sua opção pela pesquisa histórica documental brasileira. Segundo Rodolfo Garcia:

Nesse tempo, na província, como no Brasil em geral[...]A arte de escrever era então complicada e difícil. Mas, apesar de também participar eu da influência derramada pela Correspondência de Fradique Mendes e pela Cidade e as Serras, li, como vos disse, e reli por meu prazer, o grande livro de Varnhagen, que os meus companheiros do cenáculo da Livraria Silveira, no Recife, em princípios do século corrente, incluíam em seu *Index librorum prohibitorum*, por pesadão, massudo, sem estilo...Vem daí o entusiasmo, a admiração, de que vos falei, pela obra do historiador do Brasil, acrescida sempre, no curso dos tempos, à medida que melhor a conhecia através de sua avultada bibliografia.⁴⁷³

Figura 23: O Cenáculo do Silveira



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj⁴⁷⁴

Legenda da imagem anterior:

1º Plano (sentados): Oswaldo Machado, Aprigio Garcia, Phaelante da Câmara, Domingos Magarinos, Bianor de Medeiros; 2º Plano (Em pé): Heitor Maia, Arthur de Albuquerque, Machado Dias, Arthur Maia, Rodolfo Garcia.

⁴⁷³ GARCIA, Maria Celeste. *Rodolfo Garcia: cadeira 39/ocupante 4*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, p. 8.

⁴⁷⁴ O documento fotográfico está disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/search?SearchableText=fundaj%20acervo%20%20fotografia%20cena%C2%B4culo%20do%20Silveira>

Logo, reproduzindo o perfil acadêmico esperado para um letrado estudante do Cenáculo, o “*Jules de Goncourt*” brasileiro lecionou História, Geografia, Português e francês nos colégios Santa Margarida e Wolf, ambos localizados na capital pernambucana. Com o estímulo da prática didática em sala de aula, logo suas inclinações para os estudos da História e Filologia da língua tupi ganhariam destaque.

Segundo Hélio Viana, é por esse tempo que aparecem as primeiras anotações bibliográficas de Rodolfo Garcia na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, IAHGP, Tomo XI, n. 47, ano 1904,⁴⁷⁵ comentando as “*Notas Dominicais*”, de Louis François Tonellare⁴⁷⁶ e “*Na conferência açucareira do Recife*” de Francisco Augusto Pereira Costa. Em edições seguintes, Garcia redigirá notas bibliográficas sobre os trabalhos de Alfredo de Carvalho: “*Horas de Leitura*” e “*O Tupi na Corografia Pernambucana*”.⁴⁷⁷

Naqueles anos, quando Rodolfo Garcia ainda ocupava os bancos universitários da Faculdade de Direito do Recife, ele teria sido responsável pela redação do *Diário de Pernambuco* e colaborado na revista e editora *Cultura Acadêmica* publicando, em 1906, um cronológico sobre “*Antônio Vicente do Nascimento Feitosa*”.⁴⁷⁸ Aos 36 anos de idade Garcia começou a recolher junto ao seu irmão Aprígio Carlos de Amorim Garcia, historiador e segundo secretário do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, nos anos de 1904 a 1906, informações e documentos para

⁴⁷⁵ O volume completo da Revista está disponível em: <https://pt.scribd.com/document/397303941/Revista-Do-Instituto-Arqueologico-Historico-e-Geografico-Pernambuco-Recife-V-11-n-60-Dez-1903> Acesso em: 18 de maio de 2023.

⁴⁷⁶ Ver: Índice do Volume XI, da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Tomo XI, ano 1904, p. 352. Disponível em: https://pt.m.wikisource.org/wiki/Revista_do_Instituto_Arqueol%C3%B3gico,_Hist%C3%B3rico_e_Geogr%C3%A1fico_Pernambucano/11# Acesso em: 18 de maio de 2023.

⁴⁷⁷ VIANA, Hélio. *Curso Varnhagen- Rodolfo Garcia (1873-1949)*. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=5499>. Acesso em 19 de maio de 2023.

⁴⁷⁸ Antonio Vicente do Nascimento Feitosa (1816-1868) foi um jornalista e político pernambucano, fundador do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e criador de vários jornais em Recife. Sobre Antonio Vicente, Rodolfo Garcia escreveu em 1906 um cronológico em sua memória na Revista *Cultura Acadêmica*, onde se lê: “Abafada a revolução de 1848, quando o partido liberal, que o promovera, sentia as fileiras desfalcadas e o ânimo dos seus legionários fortemente trabalhado pelas crises que sucederam a derrota, o Dr. Nascimento Feitosa, entrando na política, não procurou os vencedores; foi alistar-se entre os vencidos, levando-lhes o generoso contingente dos seus talentos, da sua coragem e da sua fé inabalável”. QUINTAS, Amaro. Um pioneiro da Ordem dos Advogados. Recife: separata da *Revista da Ordem dos Advogados de Pernambuco*, 1976, v. 19/20, n. 19/20, p. 111–132, 1976. apud SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1978.

a escrita de “*Cotas a um Dicionário*”. Mais à frente, em 1910, Rodolfo Garcia assumiu um cargo público no Congresso do Estado de Pernambuco, e, por meio da indicação de Alfredo de Carvalho, seu amigo e membro da Comissão de Estatutos e Redação da Revista do IAHGP, integrou a Comissão de Trabalhos Geográficos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, publicando na Revista da mesma instituição, o trabalho “*Cotas a um Dicionário. Etimologias Tupis*”⁴⁷⁹ em coautoria com Aprígio Garcia.

3.3 Conexões entre Rodolfo Garcia, Alfredo de Carvalho e Manoel de Oliveira Lima e as primeiras publicações da obra de Maria Graham na Historiografia Brasileira do século XX.

Assim sendo, por tudo o que foi referido anteriormente e no que tange à esta tese, apontamos que foi naquele contexto de efervescente pesquisa histórica e etnográfica no Recife das primeiras décadas do século XX, que Rodolfo Garcia teve o primeiro contato com a narrativa e a representatividade da escritora Maria Graham para com a história de Pernambuco e do Brasil nos anos da Independência. Logo, no ambiente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, instituição que ocupava um lugar privilegiado de confluência dos debates teóricos e metodológicos para uma escrita histórica regional, circulavam pelos corredores e sessões de estudos, homens de letras e acadêmicos reconhecidos. Entre eles, sobrelevavam as figuras de Rodolfo Garcia, Alfredo de Carvalho (1870-1916) e a do destacado diplomata, historiador e também sócio da agremiação, Manoel de Oliveira Lima (1867-1928).

A partir do entrecruzamento de itinerários destes estudiosos, cuja conjuntura coincide com os primeiros convites feitos por Carvalho para que Rodolfo Garcia publicasse um artigo na Revista do IAHGP no ano de 1910, e que integrasse a comissão de trabalhos do mesmo periódico, observamos a formação da tríade virtuosa de historiadores que terá papel inaugural na divulgação, publicação e legitimação das fontes literárias e iconográficas produzidas por Maria Graham durante a sua estada no Brasil entre os anos de 1821 a 1825.

⁴⁷⁹ GARCIA, Aprígio; GARCIA, Rodolfo. *Cotas a um Dicionário. Etimologias tupis. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. 14, Recife, 1909, p. 629, 656.

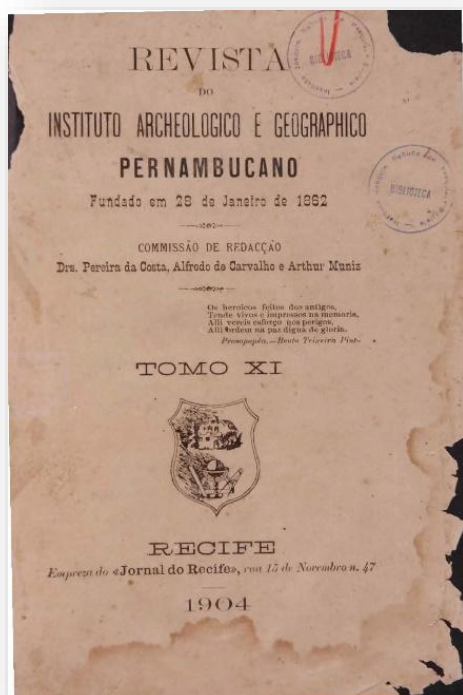
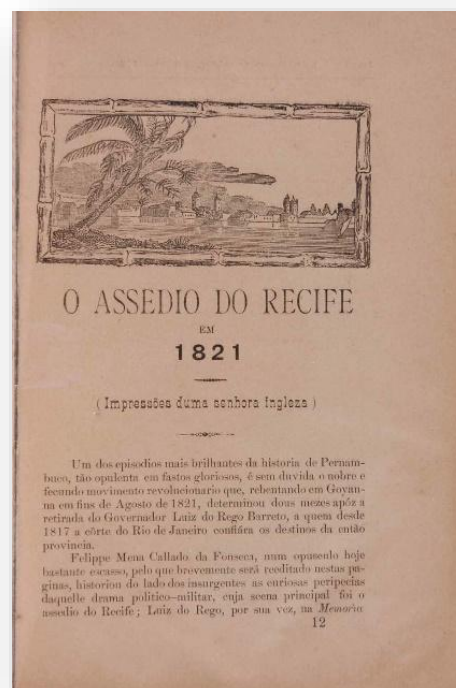
Com todo esse contexto favorável, veio a lume no ano de 1904, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Tomo XI, a primeira tradução publicada no Brasil de uma passagem da obra *Journey of a Voyage to Brazil, and Residence There during part of the Years 1821, 1822, 1823*, de autoria de Maria Graham. O artigo intitulado, “Assedio do Recife em 1821 (*Impressões de uma senhora inglesa*)”, da lavra do historiador Alfredo de Carvalho, trazia de maneira pioneira para o conhecimento do meio acadêmico regional e nacional, o testemunho ocular da escritora inglesa sobre a Insurreição Constitucionalista Pernambucana de 1821,⁴⁸⁰ quando Maria Graham, inclusive, negociou diplomaticamente com o chefe dos rebeldes, Manoel de Carvalho Paes de Andrade.⁴⁸¹

A pioneira tradução foi realizada a partir do documento bibliográfico inédito e de imenso valor histórico que havia pertencido à própria escritora inglesa e que fora comprado pelo diplomata pernambucano Manoel de Oliveira Lima, em Londres, no ano de 1903, ou seja, apenas um ano antes da publicação da tradução em terras brasileiras do texto “Assedio do Recife em 1821 (*Impressões de uma senhora inglesa*)”. Abaixo apresentamos a capa do exemplar da *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Tomo XI de 1904 e a primeira página da pioneira tradução de Alfredo de Carvalho no Brasil.⁴⁸²

⁴⁸⁰ Sobre a participação diplomática de Maria Graham nesse episódio, ver: PORTO, Denise G. Crise, nova onda constitucionalista e impressões sobre Pernambuco, na voz feminina de Maria Graham, 1821. *Anais do III Seminário Internacional da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*, SEO, Natal, RN, 2019, p. 1-12. https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=415 acesso em: 16 de outubro de 2023.

⁴⁸¹ Sobre a representação diplomática de Maria Graham com o chefe da Junta de Provisória de Goiana, Manoel de Carvalho Paes de Andrade no quartel general de Olinda, por ocasião da Insurreição Constitucionalista Pernambucana de 1821, a autora conta que a oportunidade de se aproximar do governo da Junta Provisória de Goiana surgiu a partir da ordem de proibição por parte dos Patriotas, de que ‘a roupa pertencente ao navio, enviada a terra para lavar, voltasse à cidade’. Partiu então uma comitiva composta por um intérprete, um oficial e ela própria, em direção a Olinda. Levavam uma carta cujo conteúdo era a queixa expressa sobre a dita proibição, em nome do próprio capitão do navio. Esta carta tinha como destinatário, o comando da Junta Provisória”. Ver em: PORTO, Denise G. *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2020, p41.

⁴⁸² Documento: O volume completo da Revista está disponível em: <https://pt.scribd.com/document/397303941/Revista-Do-Instituto-Arqueologico-Historico-e-Geografico-Pernambuco-Recife-V-11-n-60-Dez-1903> Acesso em: 18 de maio de 2023.

Figura 24: RIAHGP-V. XI-1904**Figura 25:** O Assédio do Recife

O periódico acadêmico enviado por subscrição para assinantes e por permuta para instituições congêneres, incluindo o IHGB no Distrito Federal, era o principal veículo de disseminação do conhecimento histórico em Pernambuco e teve sua primeira aparição em 1863. No índice da citada edição do ano de 1904, constam as contribuições historiográficas de nomes reconhecidos nacional e internacionalmente como os de Franklin Távora, Theodoro Sampaio, F. A. Pereira da Costa, Charles Darwin, Henry Koster, Manoel de Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, Nina Rodrigues, L. F. de Tollenare, Orville A. Derby, J. B. Regueira Costa, Arthur Muniz e Alfredo de Carvalho.

Mais à frente, foi a vez da publicação do artigo “Mrs. Graham e a Confederação do Equador”⁴⁸³ de Oliveira Lima na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, IAHGP, Vol. XII, p. 306/310, do ano de 1906. O texto, uma tradução inédita de parte do manuscrito original do *Journey of a Voyage to Brazil, and Residence There during part of the Years 1821, 1822, 1823*, cotejava a atuação de Maria Graham na Confederação do Equador, o que já abordamos com

⁴⁸³ LIMA, Oliveira. Mrs. Graham e a Confederação do Equador. In: GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1956, p. 374.

profundidade no livro “*Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*.”⁴⁸⁴ Logo, com a tradução destas duas relevantes revoltas pernambucanas, a Insurreição Constitucionalista Pernambucana de 1821, traduzida no artigo de Alfredo de Carvalho e a Confederação do Equador de 1824, com tradução de Oliveira Lima, revelava-se para a historiografia brasileira um cenário inédito e desconhecido da história regional de Pernambuco no processo de Independência do Brasil, sob a perspectiva testemunhal de uma mulher estrangeira.

Isso posto, em consequência da divulgação da fonte primária *Journey of a Voyage to Brazil during the Years, and Residence There during part of the Years 1821, 1822 e 1823*, e das subsequentes traduções e publicações realizadas por Alfredo de Carvalho e Oliveira Lima no alvorecer do século XX, em 1922, ano da comemoração do centenário da Independência do Brasil, Oliveira Lima publicou pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, a obra *O Movimento da Independência, 1821-1822*, quando, mais uma vez, destacou a atuação de Maria Graham na Confederação do Equador. Nas décadas seguintes outros nomes de relevo como os de Gilberto Freyre (1900-1987), Américo Jacobina Lacombe (1909-1993) e de C. de Mello-Leitão (1886-1948), unir-se-iam aos deles.

O jovem sociólogo Gilberto Freyre recorreu ao original do diário de viagem da Maria Graham pertencente ao seu amigo e mestre, Manuel de Oliveira Lima, para fundamentar a escrita dos hábitos e peculiaridades da sociedade oitocentista pernambucana em *Casa Grande e Senzala*, obra publicada pela Livraria Schmidt Editora em 1933.⁴⁸⁵ Alguns anos à frente, em 1937, o zoólogo, historiador e diretor de zoologia do Museu Nacional nos anos de 1931 a 1937, C. De Mello-Leitão, publicou pela Companhia Editora Nacional, o livro *O Brasil visto pelos ingleses*, no qual destacou as impressões de Maria Graham acerca dos aspectos da cidade e da sociedade urbana no Rio de Janeiro.

⁴⁸⁴ Ver: PORTO, Denise G. *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2020. Sobre esse episódio, ver também: PORTO, Denise G. Maria Graham na Confederação do Equador: uma inglesa como mediadora entre o Império e a República. *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. v. 18, n. 35-junho de 2022, p. 74-89. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/2449/2809> Acesso em 19 de setembro de 2023.

⁴⁸⁵ FREYRE, *Casa Grande e senzala*...2003.

No ano seguinte, foi a vez do jovem historiador e diretor da Casa de Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe atender ao pedido do mestre Rodolfo Garcia, então diretor da Biblioteca Nacional, e contribuir com a tradução para o vernáculo, do *Escoço Biográfico de D. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro*, publicado mundialmente pela primeira vez, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LX, 1938, o que elevou definitivamente a obra da inglesa Maria Graham a um lugar de destaque como fonte para as pesquisas históricas do Brasil oitocentista.⁴⁸⁶ É relevante observar que a aquisição pela Biblioteca Nacional das aquarelas da Bahia e dos demais documentos manuscritos que integram o Espólio de Maria Graham, não foi acidental.

Ao contrário, Rodolfo Garcia certamente vislumbrou com a compra da fabulosa documentação, constituída por fontes imagéticas e manuscritos inéditos da autora, a oportunidade de suprimir uma importante lacuna na história dos anos da Independência e desvendar novos horizontes históricos com obras até então desconhecidas da autora, o que pode ser percebido pelo tom de otimismo externado nas palavras do texto *Explicação*, que prefacia e apresenta a riquíssima coleção adquirida, tal como será visto mais à frente neste capítulo.

Ademais, o diretor tinha plena ciência de que a partir daquela relevante aquisição, a Biblioteca Nacional passaria a ter sob a sua guarda o maior acervo de Maria Graham no Brasil, contribuindo, inquestionavelmente para o alargamento dos estudos e pesquisas históricas do período

Por todo o exposto, a pioneira aquisição do manuscrito *Journey of a Voyage to Brazil during the Years, and Residence There during part of the Years 1821, 1822 e 1823*, por Oliveira Lima nos idos de 1903, representou um marco temporal e teórico para os estudos da obra da escritora Maria Graham no Brasil e, constitui-se, ainda nos dias atuais, em uma relevante fonte para a pesquisa da história dos anos da Independência. Isso posto, Manuel de Oliveira Lima⁴⁸⁷ expressou a sua alegria pela

⁴⁸⁶ Sobre a experiência de Maria Graham corte do Palácio de São Cristóvão, ver: PORTO, Denise G. Maria Graham e D. Leopoldina: Iluminismo, Destinos e Desventuras na Corte de D. Pedro I. *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO*, n. 24, 2017, p. 123-139.

⁴⁸⁷ Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) foi um notável historiador e diplomata brasileiro, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 39, a mesma que Rodolfo Garcia viria a ocupar no ano de 1935 e cujo patrono é Francisco Adolfo de Varnhagem. Oliveira Lima foi eleito Sócio Correspondente do IHGB em 11 de outubro de 1895, passando para a categoria de Sócio Honorário em 1912, e chegando a de Benemérito em 1917. Precursor da obra de Maria Graham no Brasil no ano de 1903, é o autor de uma vasta bibliografia historiográfica de referência para os estudos da História do Brasil. Segundo Paulo Roberto de Almeida e André Heráclito do Rêgo, Oliveira Lima “foi muitas vezes pioneiro e precursor: da história da vida privada, por exemplo, ao indicar a utilização de romances como

descoberta de tão precioso e inédito documento para a história do Brasil, logo no primeiro parágrafo do artigo “*Mrs. Graham e a Confederação do Equador*” publicado em 1906, quando então, ele atribui à intervenção mitológica e divina, a aquisição de “um livro único[...] *Viagem ao Brasil* de Mrs. Graham”:

Há de certo um deus para os bibliômanos. Nem vejo por que deixaria de existir, havendo-o para os borrachos, que são personagens ruidosos, mas menos interessantes. A esse deus, devo o ter adquirido recentemente um livro único: o exemplar que pertenceu à autora, da *Viagem ao Brasil* de Mrs. Graham.⁴⁸⁸

A decisiva contribuição que o inédito manuscrito trouxera naqueles dias para os estudos históricos da independência no Brasil do início do século XX, demonstra o posicionamento teórico de Oliveira Lima, uma vez que a tipologia da fonte, em se tratando de um diário de viagem, o aproximava aos pressupostos da Escola Alemã de Leopold von Ranke (1795-1886).⁴⁸⁹

Por meio das facilidades proporcionadas pelo cargo público que ocupava na representação diplomática brasileira na Europa, o incansável pesquisador pernambucano, bibliófilo e minucioso colecionador de fontes históricas, pode esquadriñar pacientemente, leilões, antiquários, livreiros, bibliotecas, arquivos públicos e particulares no velho continente e na América do Norte, reunindo documentos que pudessem servir para a história do Brasil. Por conseguinte, ao longo de toda a sua vida, “conquanto não fosse rico, conseguiu reunir uma das maiores, senão a maior, coleção de livros, documentos, gravuras, mapas e outros objetos de interesse para a história do Brasil de sua época”.⁴⁹⁰ Tal predileção por diferentes tipologias de fontes e documentos desconhecidos e de interesse para a história brasileira, levou-o a interpretações inovadoras, ao inserir em suas análises históricas perspectivas inéditas

fontes historiográficas; da utilização das obras de viajantes estrangeiros sobre o Brasil”. ALMEIDA, Paulo Roberto; RÊGO, André Heráclito do. *Oliveira Lima, um historiador das Américas*. Recife: CEPE Editora, 2017, p. 11.

⁴⁸⁸ LIMA, *Mrs. Graham e a Confederação do Equador*...p. 306. 1906.

⁴⁸⁹ Leopold Von Ranke (1795-1886), reconhecido como o fundador do historicismo romântico alemão, sugeria que “a história sem documentos autênticos e sem edição crítica das fontes primárias não podia merecer confiança nem respeito”. RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p. 177.

⁴⁹⁰ ALMEIDA; RÊGO, *Oliveira Lima*... p. 65.

sobre a vida privada, política e dos costumes cotidianos da sociedade brasileira nos idos da Colônia e do Império.

Para tanto, Oliveira Lima incorporou ao rol das fontes validadas para o estudo da história, os diários e relatos de viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil ao longo de todo o século XIX, a exemplo dos ingleses John Mawe (1764-1829), John Luccock e Henry Koster (1793-1830), dos naturalistas bávaros Johann Baptist Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), dos franceses August de Saint-Hilaire (1779-1853), e Jean - Baptist Debret (1768-1848).

Destacamos aqui o nome da escritora inglesa Maria Graham como a única representante feminina a figurar no céu historiográfico de Oliveira Lima, fato este que certamente chamou a atenção de Rodolfo Garcia pela fidedignidade dos seus testemunhos, sensibilidade crítica, dimensão intelectual e talento artístico desta mulher estrangeira, pois Garcia era um estudioso interessado nos relatos dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil desde o século XVI ao XIX.

Como visto até aqui, a maneira como o historiador pernambucano concebia o seu posicionamento teórico na escrita da história, trouxe para o Brasil logo na primeira década do século XX, um vislumbre do alargamento dos horizontes historiográficos que ocorreria nas décadas seguintes. Por meio do uso de diferentes tipologias de fontes históricas e da inclusão das ciências auxiliares como a Sociologia, a Antropologia e a Literatura, Oliveira Lima antecipa os preceitos metodológicos problematizados pelos *Annales* na década de 1920.⁴⁹¹

Um exemplo desse posicionamento, onde ele prescreve para os historiadores da sua geração a fórmula para uma nova escrita da história no Brasil, pode ser observado no artigo “*O que deve ser uma História do Brasil*” publicado em Bruxelas no ano de 1909:

O que entre nós efetivamente se há feito é a história dos sucessos, não a das instituições, a história política e militar, não a econômica e social[...]Ninguém ainda considerou as relações precisas das classes da população entre si, a posição exata dos fidalgos do reino e de outras partes afluídos à aventura, dos peões que os acompanhavam ou que por si embarcavam nas mesmas disposições, dos índios defendidos por

⁴⁹¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de; RÊGO, André Heráclito do. *Oliveira Lima: um historiador das Américas*. Recife: CEPE, 2027, p. 11.

jesuítas e dos africanos condenados ao cativeiro, faltando-nos portanto, a história do povo, se bem que sobrando a das guerras.⁴⁹²

Logo, a partir de suas convicções de como deveria ser escrita uma história do Brasil, Oliveira Lima, em sintonia com o *Zeitgeist* das primeiras décadas do Novecentos, antecipa-se aos seus pares brasileiros, e emprega amplamente a fonte *Journal of a Voyage to Brasil* (1824) na obra seminal de sua autoria “O Movimento da Independência-1821-1822”⁴⁹³ publicado em 1922, ano do centenário da Independência do Brasil. Esta será a primeira vez que a voz de Maria Graham, uma intelectual estrangeira, sobressaíra em meio a outras vozes e falas masculinas advindas dos documentos oficiais, institucionais e bibliográficos, cuidadosamente cotejados pelo autor pernambucano para a escrita deste clássico da historiografia brasileira da Independência.

Como um precursor da obra de Maria Graham no Brasil, Oliveira Lima trará para o debate histórico uma análise inovadora acerca da atuação da inglesa na Confederação do Equador, tal como referido anteriormente. Por conseguinte, esse decisivo acontecimento histórico, que já havia sido publicado no artigo “Mrs. Graham e a Confederação do Equador” no ano de 1906, sendo reafirmado pelo amigo Oliveira Lima na publicação do “O Movimento da Independência-1821-1822”, por certo acentuou a atenção de Rodolfo Garcia para a obra de Maria Graham, ainda nos tempos em que o historiador potiguar respirava a atmosfera intelectual do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na década de 1920.

3.4 Algumas considerações acerca das disputas teóricas no campo da História que incidiram nas escolhas metodológicas de Rodolfo Garcia

Em consequência da renovação historiográfica em curso no Brasil daqueles anos, provocada pelo “impacto da experiência republicana, que se seguiu à ao fim do regime escravista”,⁴⁹⁴ Rodolfo Garcia e seus pares historiadores seguiam em busca de novas fontes documentais que ampliassem suas pesquisas etnográficas, geográficas, políticas e sociais sobre o passado histórico colonial e imperial do Brasil. Lúcia Maria

⁴⁹² LIMA, Manuel de Oliveira. “O que deve ser uma História do Brasil”. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 696, 697, 698 e 699.

⁴⁹³ LIMA, *O movimento da Independência...* 1989.

⁴⁹⁴ GOMES, Angela de Castro. *Gilberto Freyre: alguns comentários...* p. 47–57.

Paschoal Guimarães observa que com a chegada da República, havia o receio de um “apagamento” dos fatos e acontecimentos do período imperial, já que a historiografia brasileira produzida até então, estava circunscrita ao recorte temático do descobrimento até a chegada da família real ao Brasil.⁴⁹⁵ Havia, portanto, poucas monografias produzidas sobre o período anterior à República e era preciso legitimar o novo governo por meio da escrita da história:

No período de 1910-20, os meios intelectuais vivenciaram uma fase de efervescente reafirmação dos sentimentos cívicos. À medida que crescia esse apostolado, reflexo da crise internacional que acabaria desembocando na Primeira Guerra Mundial, tomava corpo uma onda de interesse pelas questões nacionais. Descortinar o Brasil estava na ordem do dia dos círculos beletristas.⁴⁹⁶

Logo, com a instauração da República, tornou-se necessário escrever uma história pátria que inventasse uma nova tradição simbólica e política brasileira, que servisse para legitimar a identidade nacional republicana. Tal projeto previa, portanto, como anteriormente citado, considerar o passado colonial, tanto quanto, não deixar cair no esquecimento o período imperial que marcara um século de grandes avanços políticos e sociais no Brasil.

Dentre os feitos relevantes ao tempo da monarquia brasileira, destacamos, sobretudo, o fim da servidão e a conquista pela soberania política brasileira, que teve no “Grito do Ipiranga” de 7 de setembro de 1822 o seu ponto decisivo, para consumar-se, definitivamente, com a ratificação do Tratado de Paz, Aliança e Amizade de 29 de agosto de 1825. Por conseguinte, os anos que sucederam a Proclamação da República, acirraram as diferenças políticas e teóricas evidenciadas entre aqueles que apoiavam o novo regime republicano, e os demais que se ressentiam com a derrubada da monarquia. Nesse contexto político “os processos de construção de uma escrita da história e de uma cultura cívica republicana se farão por negociação e apropriação de

⁴⁹⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006, pg. 74.

⁴⁹⁶ GUIMARÃES, *Da Escola Palatina ao Silogeu...* pg. 81.

tradições, mesmo no caso das chamadas tradições inventadas”.⁴⁹⁷ Relativo ao novo governo instituído, Barbosa Lima Sobrinho⁴⁹⁸ ressalta:

A Proclamação da República[...]consumou-se no Brasil, por um simples golpe de Estado[...]os golpes de Estado raramente se traduzem em revolução[...]a de 1889 derrubou um regime, trouxe novos quadros ao governo do País, completou algumas conquistas, como a separação entre igreja e Estado, a secularização dos cemitérios e até mesmo o advento do federalismo, que era uma aspiração antiga de todo o País e já havia conquistado posições avançadas no Partido Liberal.⁴⁹⁹

No âmbito da história, as diferenças conceituais também estavam postas na arena do campo intelectual. Uma parte do grupo da tradição ensaística histórica brasileira emergente identificada com os ideais republicanos, posicionou-se favorável às práticas dos estudos históricos centrados nas informações de nomes, fatos e datas “que privilegiava tão somente aspectos políticos e administrativos da nossa história”, com pretensões a cientificidade, aos moldes das teorias metodológicas prescritas pelos historiadores franceses Charles V. Langlois (1863-1929) & Charles Seignobos (1854-1942).

Um outro grupo, aquele que não excluía das análises dos documentos a crítica histórica interpretativa e investigativa do historiador, inclinou-se para os pressupostos historicistas de Leopold Von Ranke, postulado na historiografia brasileira do século XIX, por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), e Capistrano de Abreu (1853-1927), que foi “discípulo incomparável que soube levar aos seus últimos resultados as pesquisas e a crítica lançadas e fundadas por Varnhagen”.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009, p. 12.

⁴⁹⁸ Barbosa Lima Sobrinho nasceu na cidade do Recife, PE, em 22 de janeiro de 1897 e faleceu no Rio de Janeiro em 16 de junho de 2000. Advogado, jornalista, ensaista, historiador, professor e político, Barbosa Lima cursou a Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1917. Colaborou com a imprensa pernambucana no *Diário de Pernambuco* e no *Jornal do Recife*. No Rio de Janeiro foi redator político e, mais tarde redator chefe no *Jornal do Brasil* nos anos de 1924 a 2000. Sócio Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Sócio Correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, IAHGP, dentre outras instituições congêneres, Barbosa Lima Sobrinho ocupou a Cadeira 6 da Academia Brasileira de Letras em abril de 1937, onde foi Presidente no biênio 1953 e 1954. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/barbosa-lima-sobrinho/biografia> Acesso em: 14 de novembro de 2023.

⁴⁹⁹ SOBRINHO, *A Imprensa...* p. 118.

⁵⁰⁰ RODRIGUES, *História e Historiadores...* p. 178.

Logo, aqueles que seguiram as trilhas da Escola Metódica ou Positivista de V. Langlois & Charles Seignobos, inspiravam-se na ideia de progresso e exaltação do nacionalismo, na valorização das biografias dos personagens heroicos e na afirmação dos ídolos nacionais para a construção pedagógica de uma identidade e memória coletiva comum.⁵⁰¹ A partir da publicação do livro *Introdução aos Estudos Históricos*,⁵⁰² obra que se tornou referência na França dos anos finais do século XIX, às décadas iniciais do século XX, e cuja primeira edição deu-se originalmente no ano de 1898, Charles Langlois & Charles Seignobos instituíram uma metodologia que postulava análises qualitativas, perspectivas generalizantes, compilação dos fatos ordenados cronologicamente, objetividade científica, e neutralidade absoluta do historiador frente aos documentos históricos oficiais utilizados para a escrita da História.⁵⁰³

No Brasil, esses pressupostos vinham em encontro às aspirações Republicanas da formação de um novo Estado Nacional que se reinventava moderno, confiante na civilização e no progresso de uma “comunidade política imaginada cuja invenção e representação simbólica reforçava a ideia de nação”.⁵⁰⁴ Logo, a elaboração de uma nova escrita histórica, deveria estar em conformidade com o projeto político da recém instaurada República, pois esse era um regime que “precisava se legitimar, produzindo tanto um “passado” no qual pudesse se reconhecer e ser reconhecido, como “futuros” que pudessem ser projetados e nos quais se pudesse acreditar”.⁵⁰⁵

Entretanto, em oposição aos pressupostos cientificistas da escola Metódica, posicionavam-se aqueles historiadores que comungavam com o modelo teórico da Escola historicistas. Esse era o paradigma historicista que animou gerações de historiadores ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte a

⁵⁰¹ Sobre a confirmação das práticas teórico-metodológicas do Positivismo por parte da comunidade historiadora europeia ao longo dos anos 1800, José D’Assunção Barros acrescenta que, “na historiografia será sobretudo a partir de meados do século XIX, com obras de Taine (1828-1893), Renan (1823-1892) e Buckle (1821-1862) que o Positivismo se afirmará. *A História da Civilização na Inglaterra*, publicada por Henry Thomas Buckle em 1857, está repleta de referências à ideia de “progresso” - geralmente relacionadas aos avanços tecnológicos e ao conjunto das explicações científicas para os diversos fenômenos naturais e sociais- e aparecem referências aos “estágios da civilização”. BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História V. II: Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011, p. 97.

⁵⁰² LANGLOIS; SEIGNOBOS, *Introdução aos Estudos Histórico...*1946.

⁵⁰³ GUIMARÃES, *Da Escola Palatina ao Silogeu...*p. 82.

⁵⁰⁴ ANDERSON, *Comunidades imaginadas...* p. 55.

⁵⁰⁵ GOMES, *A República, a História e o IHGB...* p. 24.

reescrever a história pátria, pois segundo afirma José Honório Rodrigues, “a atitude de cada século em face da herança comum representa um fenômeno novo que a geração seguinte deverá vencer. Nisto reside o desafio que a história provoca, pois cada época incorpora a forma e o espírito da sua idade”.⁵⁰⁶

Em vista disso, em meio a forte dicotomia epistemológica no campo da história ao longo do século XIX, em que a “fluidez de fronteiras que momentos inaugurais de construção de identidade possuem”,⁵⁰⁷ o Brasil teve na figura do historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen, o precursor da crítica histórica e documental historicista.⁵⁰⁸ As premissas teóricas de existência de um padrão cultural do historicismo romântico-erudito esteve presente na formação intelectual de Varnhagen, que “viveu o apogeu do romantismo e foi por ele influenciado”, como afirma Arno Wehling.⁵⁰⁹ Assim, a publicação do livro *História Geral do Brasil* do Visconde de Porto Seguro, em 1854, foi um marco na historiografia brasileira e inspirou, por conseguinte, a concepção de revisionismo histórico em Capistrano de Abreu, que teve como seus discípulos e seguidores, Afonso de Taunay (1876-1959) e Rodolfo Garcia. Esse apostolado revisionista, iniciado por Varnhagen, tanto teórico como factual, influiu “decididamente em ambos, seja renovando a interpretação e pesquisa histórica com novos materiais, seja revelando fatos novos”.⁵¹⁰ Essa nova “tradição” revisionista “postulada como uma[...]relação necessária entre trabalho intelectual e tradição[...]se reforçaria justamente ao modificar-se através do tempo, por ampliar a linhagem dos que dela se alimentam por adesão ou por rejeição”.⁵¹¹

Transcorridos cinquenta e três anos desde a primeira edição da *História Geral do Brasil*, veio à lume no ano de 1907, um primeiro volume da edição revisada e anotada da obra publicada por Capistrano de Abreu, em decorrência de um pedido feito pela Editora Laemmert para que o mestre cearense revisasse o grande livro do Visconde de Porto Seguro, o “Heródoto brasileiro”, segundo alguns de seus notáveis seguidores.

⁵⁰⁶ RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p. 177.

⁵⁰⁷ GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de Casa Grande e Senzala. *Remate de Males*, Campinas, SP, v. 20, n. 1, p. 47–57, 2012. DOI: 10. 20396/remate. V 20i1. 8636147. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636147>. Acesso em: 20 de set. 2023.

⁵⁰⁸ RODRIGUES, *Teoria da história do Brasi...*1978.

⁵⁰⁹ WEHLING, Arno. *Francisco Adolfo de Varnhagen...*p. 27.

⁵¹⁰ RODRIGUES, *História e Historiadores...* p. 188.

⁵¹¹ GOMES, *Essa gente do Rio...*p. 26.

Entretanto, houve um fato decisivo que mudou o curso do destino da publicação. Os originais dos demais volumes anotados por Capistrano, e que já estavam prontos no prelo, foram inteiramente perdidos por motivo do grande incêndio que destruiu as oficinas da Editora Laemmert no ano de 1909. Abalado com a perda dos originais, Capistrano convidou o amigo e auxiliar de ofício, Rodolfo Garcia, a ajudá-lo na tarefa de dar continuidade ao projeto. Desse modo, no ano de 1927, os dois historiadores publicaram juntos o primeiro tomo da terceira edição revisada e anotada da *História Geral do Brasil*. Entretanto, com a morte de Capistrano naquele mesmo ano, Rodolfo Garcia assumiu sozinho o projeto de revisar e ampliar com seus comentários, notas e aditamentos, os quatro tomos faltantes da 3ª edição integral da *História Geral do Brasil*. Por esse motivo, o segundo tomo foi publicado em 1930, o terceiro no ano de 1931, o quarto em 1934 e o quinto e último tomo no ano de 1936. Sobre o cotidiano trabalho de revisão que empreendiam juntos e a ruptura ocasionada pela inesperada morte do amigo, Rodolfo Garcia confidencia sua tristeza, no *Discurso de Posse* na Academia Brasileira de Letras no ano de 1935:

Éramos vizinhos de bairro, e mais amiudada, quase diária, tornou-se então nossa convivência. Ultimamente, revíamos juntos a terceira edição da História Geral. Quando o primeiro volume ficou concluído, Capistrano morreu, na aziaga madrugada de 13 de agosto de 1927.⁵¹²

⁵¹² GARCIA, Rodolfo. *Discurso de Posse*. Academia Brasileira de Letras, 1935, p. 5. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia/discurso-de-posse> Acesso em: 18 de dez. 2023.

Figura 26: Folha de Rosto da História Geral do Brasil-1907

Fonte: Biblioteca Unesp⁵¹³

A partir da publicação revisada, anotada e acrescida de novas fontes e de inúmeras notas de rodapé de Rodolfo Garcia, a corrente do revisionismo histórico conquistou outros seguidores dedicados, como Pedro Calmon (1902-1926)⁵¹⁴ e Américo Jacobina Lacombe (1909-1993),⁵¹⁵ que tal como os seus antecessores,

⁵¹³ Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/71d68bf4-41c6-4440-ac76-5b21e0c24b03> Acesso em 18 de dez. 2023.

⁵¹⁴ Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, historiador, nasceu na Bahia em 1902 e faleceu no Rio de Janeiro em 1985. Formou-se em Ciências Jurídicas na Universidade do Brasil e obteve no ano de 1926 o grau de doutor em Direito. Em 22 de agosto de 1931, Pedro Calmon ingressou no IHGB como sócio efetivo. Foi conservador do Museu Histórico Nacional e na mesma instituição, criou e ocupou a cadeira de História da Civilização Brasileira. Dedicou-se a pesquisa histórica e magistério, publicando as obras “O Rei do Brasil”, “O Rei Cavalheiro” e O rei Filósofo”, respectivamente, as biografias de d. João VI, d. Pedro I e d. Pedro II. No ano de 1936 foi eleito para a cadeira 16 da Academia Brasileira de Letras, ABL. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, passou a sócio Benemérito em julho de 1943 e Grande Benemérito em 1958, I orador oficial do IHGB de 1939 a 1968 e Presidente e Grande Presidente de 1968 a 1985. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/pcalmon.html> Acesso em: dez. de 2023.

⁵¹⁵ Américo Jacobina Lacombe, historiador, nasceu no Rio de Janeiro em 1909 e faleceu na mesma cidade no ano de 1993. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorou-se na mesma Universidade. Foi Secretário do Conselho Nacional da Educação de 1931 a 1932, Diretor da Casa e Rui Barbosa e depois Presidente da mesma Instituição desde 1939. Sócio Efetivo do IHGB em setembro de 1945, benemérito em agosto de 1968 e Grande Benemérito em maio 1971. Foi Presidente do IHGB em 1985, sucedendo Pedro Calmon. Possui vasta obra historiográfica, onde destacamos sua contribuição por meio das suas traduções para o vernáculo, das obras literárias de Maria Graham no Brasil, como o *Diário de uma Viagem ao Brasil* publicado em de 1956 e Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina e Cartas

encontraram no revisionismo factual idealizado por Capistrano, um movimento de pensar contemporâneo que possibilitava a revisão dos grandes quadros históricos anteriormente concebidos, renovando-os a interpretação historiográfica, atualizando-os factual e ideologicamente, corrigindo-lhes as datas, incluindo-lhes atores, comparando-os e acrescentando-lhes novos documentos. Sobre o tópico, “foi nesse momento que inúmeros acontecimentos e personagens foram “revisados” ou porque se introduziram novos fatos e heróis na narrativa, ou porque a hierarquia entre os que eram conhecidos precisava ser repensada”.⁵¹⁶ Logo, a o modelo epistemológico utilizado por Rodolfo Garcia, levou-nos a refletir sobre a prescrição teórica de Jacques Le Goff para quem “a objetividade histórica[...]constrói-se pouco a pouco através de revisões incessantes[...]verificações sucessivas e acumulação de verdades parciais”.⁵¹⁷

Em face disso, na maior parte da sua produção historiográfica, Rodolfo Garcia voltou-se para os textos introdutórios, explicativos, anotações e aditamentos, onde não se distinguem com clareza as influências de um, ou outro paradigma histórico, pela constante fluidez de fronteiras na sua prática historiográfica⁵¹⁸. Uma vez que ele não estava preocupado em explicar a sua metodologia, Garcia encontrara no revisionismo histórico de seu mestre Capistrano, a liberdade para trabalhar as fontes, empregando uma abordagem heurística dos documentos, avaliando e criticando rigorosamente as fontes históricas, pois a relação do texto com o real[...]constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação de escrita”.⁵¹⁹

Logo, tal como um detetive que trabalha com detalhes, pistas e indícios, Rodolfo Garcia a partir de uma perspectiva exegética, compulsava as fontes em conjunto, estabelecendo conexões históricas, factuais e intuitivas ao contexto de vida dos autores dos documentos, comparando-as entre si para conferir-lhes autenticidade, descobrindo novos documentos e validando informações desconhecidas. Desta feita, partindo da perspectiva “hermenêutica de Rodolfo Garcia, rigorosamente exegética no

Anexas, publicada no ano de 1940. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ajlacombe.html> Acesso em 10 dez de 2023.

⁵¹⁶ GOMES, A *República, a História e o IHGB*...p.24.

⁵¹⁷ LE GOFF, *História e Memória*... p. 26.

⁵¹⁸ WEHLING, *Esse Magistral Rodolfo Garcia*...2023.

⁵¹⁹ CHARTIER, *A História Cultural*....63.

sentido de ser ancorada na documentação”,⁵²⁰ entendemos que Garcia tenha fundamentado a sua análise para a atribuição de autoria das aquarelas da Bahia, considerando, sobretudo, a linha de procedência dos documentos, e a verossimilhança temática e temporal das fontes iconográficas, em relação aos manuscritos da autora. Ademais, Rodolfo Garcia em seu parecer, levou em conta a vivência e observação *in loco* de Maria Graham, do cotidiano urbano dos africanos escravizados na Bahia, conforme revela a narrativa da autora no *Escorço Biográfico de d. Pedro I com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo*.

3.5 A República das Letras e a consagração do historiador no IHGB

Ainda nos idos de 1913, Rodolfo Garcia transferiu-se com a sua esposa, Esther de Amorim Garcia, do Recife para o Rio de Janeiro onde residiu até a sua morte no ano de 1946. Durante o seu tempo na Capital Federal, reconhecida nacionalmente naquelas primeiras décadas do século XX como a República das Letras, ele transitou pelos principais meios da cultura histórica e letrada brasileira da época, pois “a capital não era uma república como as cidades europeias[...]havia muitas repúblicas que se interpenetravam mas não se misturavam”.⁵²¹ Por intermédio de seu irmão Aprígio Garcia, que já havia estabelecido residência no Rio de Janeiro, Garcia é apresentado ao secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- IHGB, Max Fleiüss (1868-1943),⁵²² que, por sua vez, introduz o recém-chegado e promissor historiador potiguar ao presidente da instituição, Conde de Afonso Celso (1860-1938).⁵²³ A partir desse momento, a vida de Rodolfo Garcia no Rio de Janeiro transcorreria pautada por

⁵²⁰ WEHLING, Arno. *Esse Magistral Rodolfo Garcia... Filólogo, historiador, humanista*. Academia Brasileira de Letras, 2023.

⁵²¹ BESSONE, *Palácios de destinos cruzados...*p. 109.

⁵²² Max Fleiüss foi um historiador, jornalista, bacharel em Direito e secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomou posse como sócio Efetivo no IHGB em 3 de junho de 1900, passando a Honorário em 1914, benemérito em 1917 e Grande Benemérito em 17 de agosto de 1920. Sua extensa obra é composta por livros, artigos, conferências e discursos. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MFleiuss.html> Acesso em 23 de agosto de 2023.

⁵²³ O Conde de Afonso Celso foi um jurista de mérito, professor da Faculdade de Ciências Jurídicas, Reitor da Universidade do Brasil e membro da Academia Brasileira de Letras. Entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB em 1892 como sócio Efetivo, Honorário em 1909, benemérito em 1913 e Grande Benemérito em 1917. Foi ele quem instalou o Instituto em 21 de outubro de 1913 na sala que edificara para a sua sede, no flanco do Silogeu Brasileiro, à esquina das avenidas Augusto Severo e Teixeira de Freitas na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acdconde.html> Acesso em 23 de agosto de 2023.

uma sucessão de circunstâncias que se lhe apresentaram favoráveis, para culminar no futuro, na reconhecida notoriedade como pesquisador, historiador, filólogo, editor e gestor cultural à frente da Biblioteca Nacional.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, em 1838, está inserido na ideia de consolidação do Estado Nacional, que sob a proteção do Imperador d. Pedro II, afirmou-se como um “lugar privilegiado da produção historiográfica nacional”,⁵²⁴ viabilizando um projeto para elaborar uma história brasileira de maneira sistematizada aos moldes das academias europeias, herdeiras do iluminismo setecentista. Logo, uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa, o delineamento de um perfil para a “Nação Brasileira” capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto amplo das nações, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX.

Entretanto, a gestação de tal projeto destinado a uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas, envolvia dificuldades específicas. É, portanto, a tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação, que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB, como aponta Manoel Luiz Salgado Guimarães.

A história torna-se assim, o meio indispensável para forjar as bases da nacionalidade brasileira e será a partir da mobilização dos membros do IHGB, que será empreendido um projeto intelectual bem articulado a um conjunto de interesses e questões de natureza política, econômica e social do Brasil como um todo unificado. Nesse contexto, nos estudos da história, geografia, etnografia, arqueologia e linguística a questão indígena será parte substancial das discussões relativas à formação étnica nacional e será, portanto, em torno da temática indígena que no interior do IHGB, e fora dele, “travar-se-á um acirrado debate em que literatura de um lado e a história do outro, argumentarão sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena.”⁵²⁵ Nessa perspectiva, a Revista do IHGB terá centralidade na divulgação nacional dos trabalhos dos sócios da agremiação das temáticas em torno da construção de uma identidade brasileira.

⁵²⁴ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 3-27.

⁵²⁵ GUIMARÃES, *Nação e Civilização nos trópicos...* p. 3-27.

A antiga cidade do Rio de Janeiro onde encontrava-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que acolheu o historiador potiguar em sua nova moradia, despojou-se de suas vestes coloniais no dia 22 de janeiro de 1808, ornamentou-se com trajes de corte, para que, em décadas futuras viesse a paramentar-se da gala republicana e transformar-se na “República das Letras”. Faceira, a urbe simbolicamente renovada, preparou-se para o novo século que se avizinhava. Embelezou seus passeios, urbanizou ruas, e ao som do chorinho animou seus salões com decoração, louças e serviço à francesa para a chegada dos novos tempos.

A capital da República abrigou assim, “um *ethos* sociocultural materializado tanto no esplendor dos “salões” das residências dos políticos e intelectuais, como na luminosidade das ruas, plenas de vida boêmia”.⁵²⁶ E assim, com os ares da modernidade europeia foi recebido o século que eternizou Copacabana nos cartões postais. Sobre a transmutação cultural e política da cidade no início do Novecentos e a presença dos intelectuais na sua dinâmica social e nas esferas do poder público, Cláudia Mesquita sublinha que nas primeiras décadas do novo século, a cidade - capital “se caracterizou pela forte presença do estado e seu aparato burocrático”. Nas palavras da autora,

Em função da cidade-capital e sua consequente “missão” de representar o país, outra característica marcante desses intelectuais seria a sua ativa participação em todas as polêmicas culturais de repercussão nacional devido à relação de simbiose que se estabeleceu entre a cidade do Rio de Janeiro e a nação brasileira a partir das três primeiras décadas do século XX[...]que transmutou a cidade em uma “espécie de metáfora da vida social brasileira.”⁵²⁷

Logo, nesta concepção, as diferentes visões de cidade inserem-na na problemática da cultura do mundo contemporâneo sugerida por Michel de Certeau, na qual destaca as condições sociopolíticas da cultura nas “suas pluralidades e singularidades”.⁵²⁸ Naqueles anos, a cidade do Rio de Janeiro era a capital cultural brasileira e representava um espaço de atração para intelectuais vindos de várias partes do Brasil. Tal condição propiciou a disseminação de padrões estéticos e valores

⁵²⁶ GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio. Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 27.

⁵²⁷ MESQUITA, *Um Museu para a Guanabara...*p. 23.

⁵²⁸ CERTEAU, *A invenção do cotidiano ...*p. 100.

culturais por todo o território nacional, consolidando-os como referência civilizacional.⁵²⁹

Nesse sentido, Rodolfo Garcia se enquadra na noção de “um intelectual que constrói nessa cidade sua rede de sociabilidade fundamental, mantendo contatos com a sua terra natal e tecendo articulações que se espriam em outras partes do país”.⁵³⁰ Por conseguinte, em torno do IHGB no *Siloge*,⁵³¹ cuja sede estava fincada no coração urbano da cidade, Rodolfo Garcia ocupou uma posição social caracterizada pela especialização e pelo acúmulo de capital cultural.⁵³² Sua trajetória evidencia a importância da formação científica e do domínio de saberes específicos para a consolidação de sua autoridade intelectual.

Contratado logo que chegou ao Rio de Janeiro como assistente do secretário Max Fleiüss no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para que no ano de 1917 fosse nomeado bibliotecário daquele grêmio, substituindo Vieira Fazenda (1874-1917)⁵³³ no mesmo cargo, Rodolfo Garcia que “ganhou o instituto[...]por títulos e provas; provas do mérito, títulos literários”⁵³⁴, acabou por tornar-se amigo do Conde de Afonso Celso. Essa amizade com o presidente do IHGB, que na época era a

⁵²⁹ GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio. Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 19.

⁵³⁰ GOMES, *Essa gente do Rio...* p. 19.

⁵³¹ Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, “palavra inventada e introduzida no vernáculo por Ramiz Galvão, *Siloge* significa casa onde se reúnem associações literárias ou científicas. A expressão designava um palacete de estilo neoclássico, construído pelo governo republicano, em terreno fronteiro ao Passeio Público, com a finalidade de reunir num mesmo espaço todas as associações letradas existentes no Distrito Federal. O Instituto Histórico transferiu-se para as dependências do *Siloge* em 1913 e permanece neste mesmo local até hoje, instalado em um moderno arranha-céu, erguido após a demolição do prédio primitivo na década de 1970. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Siloge: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007, p. 15.

⁵³² BOURDIEU, *O poder Simbólico...* p. 135.

⁵³³ Nascido no Rio de Janeiro, José Vieira Fazenda (1874-1917) foi um historiador, erudito e bibliotecário, autor de “*Antigalhas e memórias do Rio de Janeiro*” publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nos números 140 (1919), 142 (1920), 143 (1921), 147 (1923) e 149 (1924). Contratado pelo secretário Max Fleiüss como bibliotecário do IHGB para “pôr ordem no acervo documental, bem como a mapoteca, em péssimas condições de conservação e de uso[...]José Vieira Fazenda deu conta da tarefa com grande competência”. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Siloge: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007, p. 48.

⁵³⁴ CALMON, *Prefácio...* p. XVI.

instituição histórica mais importante do Brasil⁵³⁵ onde os debates historiográficos aconteciam, abriu-lhe definitivamente as portas em outras diversas instituições científicas e educacionais, que garantiriam a sobrevivência e a continuidade de seus trabalhos”.⁵³⁶

Paralelamente às funções exercidas no IHGB, Rodolfo Garcia fora admitido no Instituto dos Advogados do Distrito Federal, e na Academia Brasileira de Letras, para o cargo de bibliotecário, e ainda, como professor do Colégio Progresso e secretário da Faculdade de Ciências Jurídicas, que era dirigida pelo amigo Conde de Afonso Celso. Por conseguinte, é notório que a inserção meteórica de Rodolfo Garcia nestes importantes centros de saber, demonstra o reconhecimento de sua grande capacidade intelectual pelos pares e confirma, que a sua escolha pelo Rio de Janeiro, a capital da intelectualidade brasileira daqueles anos, foi decisiva para que ele assumisse o seu lugar no *podium* da historiografia nacional do século XX.

Isso posto, no que diz respeito à atuação profissional de Rodolfo Garcia no IHGB e na Faculdade de Ciências Jurídicas para fazer jus aos meios necessários de subsistência e atender às dúvidas acadêmicas dos jovens estudiosos que o procuravam, Pedro Calmon, historiador, orador e sócio do IHGB, que conheceu de perto Rodolfo Garcia, revela que “os dois lugares de exíguo ordenado, em si contraditórios — na escola do Catete, a responder os problemas dos moços e na biblioteca do *Silogeu*, a responder às consultas dos velhos, deram para a vida sem inquietações”.⁵³⁷

É ainda de Calmon a síntese mais reveladora sobre o sentimento de gratidão dos alunos da faculdade que consultavam Garcia para dirimir difíceis dúvidas sobre fatos históricos: “não sabíamos que era um sábio; desconfiássemos que fosse um santo;

⁵³⁵ WEHLING, Arno. O Triunfo da Memória: uma contribuição à História da historiografia brasileira. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007, p. 12.

⁵³⁶ SOBRAL, *Rodolfo Garcia...* p. 9.

⁵³⁷ Pedro Calmon (1902-1985) foi um historiador, político e professor nascido na Bahia. Em 1925 tornou-se conservador do Museu Histórico Nacional, realizando na instituição diversas obras administrativas. Como Deputado Estadual na Bahia foi o autor da primeira lei de proteção ao patrimônio histórico. Pedro Calmon ingressou no IHGB como sócio efetivo em 1931 e foi o orador oficial da agremiação do ano de 1939 a 1968. Esteve no cargo de presidente e grande presidente da instituição dos anos de 1968 a 1985 e foi o responsável pela conclusão da nova sede do IHGB, interrompida havia muitos anos. Autor de uma vasta bibliografia, destacamos, dentre as obras de sua autoria, as biografias de Antonio de Castro Alves. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/pcalmon.html> Acesso em: 14 de julho de 2023.

desses de cara fechada e coração aberto[...]paternal, lacônico, discreto, São Rodolfo das causas perdidas”.⁵³⁸

Plenamente aceito no *Silogeu Brasileiro*, o que significava estar “admitido” nos círculos da *intelligentzia* nacional, Rodolfo Garcia inaugura sua produção historiográfica no Distrito Federal com “*Nomes de Aves em Língua Tupi- Contribuição para a lexicografia Portuguesa*”, publicado em 1913 pelo Ministério da Agricultura, e republicado no ano de 1929 no *Boletim do Museu Nacional*, em separata. Ainda naquele mesmo ano, ele participa de um concurso para o cargo de bibliotecário no Museu Nacional com a tese “*Sistema de Classificação Decimal e suas vantagens*”, trabalho este, que será recebido com louvores pelos pares do IHGB, quando da sua apresentação na sessão do dia 20 de outubro de 1914.⁵³⁹ Desta feita, embora Rodolfo Garcia não tenha logrado sucesso no concurso, o mesmo não aconteceria ao estrear na *Revista do IHGB*, Tomo 76, ano 1913, parte 1, publicado em 1915, com a festejada edição do *Dicionário de Brasileirismos (Peculiaridades pernambucanas)*.

Logo, a partir do trabalho de bibliotecário no IHGB, Rodolfo Garcia integrou-se ao círculo de sócios da instituição e aproximou-se de grandes nomes da historiografia e das letras brasileiras, que já naqueles anos tinham seus trabalhos reconhecidos nos meios acadêmicos, como Ramiz Galvão (1846-1938), e aquele de quem ele se tornaria amigo e discípulo, João Capistrano de Abreu (1853-1927).

A seguir apresentamos um excerto do *Discurso de Posse* de Rodolfo Garcia na Cadeira 39 da Academia Brasileira de Letras, ABL, no ano de 1935, quando ele recorda do momento em que o bibliotecário do IHGB, Vieira Fazenda, o apresentou a Capistrano de Abreu:

Mais tarde, quando os bons fados, pela mão amiga desse velhinho boníssimo que foi Vieira Fazenda, no salão de leitura do Instituto Histórico, permitiram que me acercasse de Capistrano de Abreu, das primeiras indagações que me fez, foi a propósito de Varnhagen. Parece que me saí melhor desse exame de suficiência, porque o

⁵³⁸ CALMON, Pedro. Prefácio. In: GARCIA, Rodolfo. *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, Biblioteca Nacional, 1973. p. XV.

⁵³⁹ A tese “*Sistema de Classificação Bibliográfica da Classificação Decimal e suas vantagens*” foi publicada no Boletim do Museu Histórico Nacional no ano de 1929 e republicada em 1969 pela Associação Brasileira de Bibliotecários. Disponível em: https://catalogo.biblioteca.ibict.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=21465&query_desc=su%3A%22Classifica%C3%A7%C3%A3o%20Decimal%20de%20Dewey%22 Acesso em: 14 de julho de 2023.

mestre, esquivo como costumava ser para os desconhecidos, conversou largamente comigo e terminou por convidar-me a visitá-lo em seu tugúrio (assim chamava sua residência) que demorava então nas grimpas da Rua Dona Luiza. Lá fui eu muitas vezes, e nunca desci aquelas ladeiras sem trazer uma dúvida resolvida, uma noção mais clara, uma indicação mais precisa sobre matéria que consultasse. E como me dava às vezes a incumbência de fazer verificações de alguns fatos que estudava, assim me obrigava a estudar também.⁵⁴⁰

Por conseguinte, a confluência de intelectuais proporcionada pelo compartilhamento das dependências do prédio do *Siloge* por associações científicas e literárias tais como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, IHGB, a Academia Brasileira de Medicina, ABM, o Instituto dos Advogados do Brasil, IAB, e a Academia Brasileira de Letras, ABL, faziam daquele espaço um “reduto intelectual”⁵⁴¹ privilegiado de debates e circulação de ideias no panorama da cultura brasileira na primeira metade do século XX. Nesse sentido, o *Siloge*, pela sua pluralidade intelectual, representou “uma dessas forças coletivas pelas quais os homens vivem o seu tempo”.⁵⁴²

Em vista disso, em sintonia com as temáticas nativistas da História Pátria publicadas pelos pares do *Siloge*, o estudo dos “brasileirismos”, como resultante da adaptação e plasticidade linguística aos costumes e tradições regionais, foi, como citado, abordado por Rodolfo Garcia na sua primeira contribuição para a *Revista* do IHGB tomo 76, 1ª parte de 1913⁵⁴³, publicada no ano de 1915, e oferecida ao amigo e diplomata Oliveira Lima, “pelo grande amor à Terra Natal”. A estreia Garciana na *Revista* do IHGB — o coração pulsante da Instituição — com o “*Dicionário de Brasileirismos (Peculiaridades Pernambucanas)*” foi festejada pelos pares, onde destacamos a significativa aprovação do colega de ofício, Oliveira Lima, o que demonstra que ele participava ativamente das novas formulações dos meios historiográficos, pois segundo aponta Lúcia Maria Paschoal Guimarães, “no período de 1910-1920, os meios beletristas brasileiros atravessavam uma fase de efervescente

⁵⁴⁰ GARCIA, Rodolfo. *Discurso de Posse*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia/discurso-de-posse>. Acesso em 12 de dezembro de 2023.

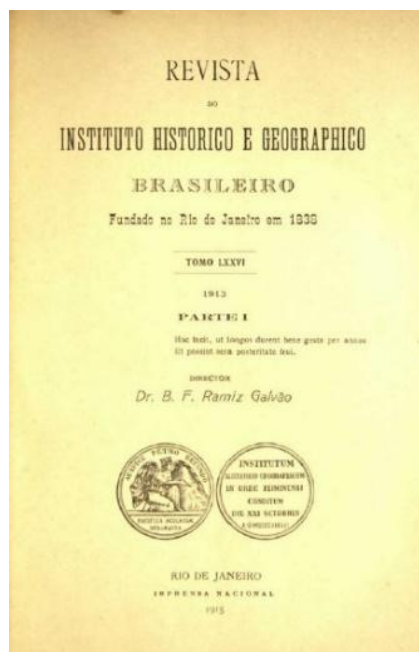
⁵⁴¹ GUIMARÃES, *Da Escola Palatina ao Siloge*...p. 15.

⁵⁴² CHARTIER, *A História Cultural*... p. 43.

⁵⁴³ Disponível em <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=320> Acesso em 14 de julho de 2023.

reafirmação dos sentimentos cívicos[...]privilegiando-se, dentre outros aspectos, o estudo da história pátria e das tradições brasileiras”.⁵⁴⁴

Figura 27: RIHGB- Tomo LXXVI, parte 1- ano 1913



Fonte: Biblioteca do IHGB

A seguir apresentamos a transcrição do documento referente a carta manuscrita enviada por Oliveira Lima para Rodolfo Garcia em 1915, onde o diplomata pernambucano agradece a dedicatória que o amigo potiguar lavrou no volume da *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, RIHGB, que lhe foi enviado com o *Dicionário de Brasileirismos (Peculiaridades pernambucanas)*.

Lima ressalta na missiva, a excelência da edição, a qualidade do trabalho, pois que na sua opinião “achei[...]o melhor dos que têm sido compilados sobre o assunto”, e a relevância da publicação do *Dicionário* para os estudos das “peculiaridades pernambucanas”. Informa igualmente, que felicitou o secretário perpétuo do IHGB,

⁵⁴⁴GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos- Faculdade de Filosofia e Letras: (1916-1921). *Revista de História*, [S. L.], n. 141, p. 91-100, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18885> Acesso em 14 de julho de 2023.

Max Fleiüss, pelo fato do Instituto Histórico e a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais contarem em seus quadros com a colaboração de Rodolfo Garcia. Segue a transcrição do documento:

Londres, 2 de setembro de 1915

Meu caro patrício e amigo Dr. Rodolfo Garcia

Muito obrigada por ter juntado ao favor da sua dedicatória impressa uma dedicatória manuscrita, ainda me atribuindo méritos que não tenho. O seu excelente trabalho já estava pronto quando dele tive conhecimento, e apenas formulei votos pela sua pronta publicação, porque achei, sem com isso querer lisonjeá-lo, o melhor dos que têm sido compilados sobre o assunto, claro, consciencioso e bem coordenado. Estimei imensamente a tiragem em separado, e também que lhe houvesse dado o título de *Dicionário de Brasileirismos*, porque são mais do que peculiaridades pernambucanas. O volume está bem impresso e tem aparência atraente. Felicito-o muito cordialmente por ele. Como já mandei dizer ao sr. Fleiüss, foi com grande prazer que fiquei sabendo de sua colaboração aí, no Instituto e na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, fazendo muitos votos para que tudo lhe corra do melhor modo e para que só conheça tempos prósperos. Creia sempre na muita amizade do admirador afetuoso e obrigado.

M. de Oliveira Lima.⁵⁴⁵

A resposta de Rodolfo Garcia ao amigo pernambucano, tardou para que fosse remetida. Logo no primeiro parágrafo da missiva, o autor, agradece a carta enviada por Oliveira Lima e, desculpando-se ao seu interlocutor, descreve as circunstâncias de cunho pessoal que o levaram a adiar o retorno ao amigo, alegando que esteve ausente do Instituto por motivo da gravidade da doença de sua esposa. Em seguida, Rodolfo Garcia informa que lhe enviará um exemplar do seu *Dicionário de Brasileirismos*, cuja edição estava esgotada e que terminou um artigo para ser publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* nº 84. A seguir Garcia lhe revelará os novos projetos historiográficos em parceria com Capistrano de Abreu, dentre eles, um glossário da língua tupi, que constará de uma obra inédita sobre a história do Brasil, a ser publicada em Paris. Apontamos que no documento apresentado abaixo, Rodolfo

⁵⁴⁵DOCUMENTO: *Carta de Oliveira Lima para Rodolfo Garcia. 2 de dezembro de 1915* Disponível em: <https://libraries.catholic.edu/special-collections/oliveira-lima-library/index.html> Acesso em: 24 de julho de 2023.

Garcia sublinha a satisfação que sente em demorar-se esmiuçando detalhadamente documentos históricos e que lamenta o fato de não dispor de mais tempo para entregar-se a ocupação de que mais gosta: a da pesquisa e escrita histórica, para solucionar e desvendar os fatos desconhecidos da história do Brasil. Seque a transcrição do documento de Rodolfo Garcia endereçado ao amigo Oliveira Lima:

Rio, 27 de outubro e 1919.

Meu prezado amigo Sr. Oliveira Lima.

Tive o prazer de receber uma carta, há tempos, a qual demorou em me ser entregue porque, tendo estado com minha mulher muito doente, deixei por duas semanas de comparecer ao Instituto, para onde foi dirigida. Inteirando-me do seu assunto, tratei de satisfazer logo aos seus desejos, adquirindo no Paiva um exemplar de meu Dicionário de Brasileirismos (a edição está esgotada) destinado ao Sr. Zeballos, o que farei diretamente. Por essa ocasião, enviar-lhe-ei também algumas notas sobre o vocábulo mandinga.

Devo dizer-lhe que muito me desvaneceram as suas referências a meu respeito, e que agradeço amavelmente. Tenho trabalhado alguma coisa para a revista do Instituto; ultimamente dei um artigo com alguns documentos interessantes, sobre a Capitania de Pernambuco no governo de José Cezar de Menezes (1774-1787), que deve sair no nº84, a aparecer por estes dias.

Agora ocupo-me com o Capistrano no preparo de um Atlas Histórico do Brasil, que nos encomendou o Brigueit. O estudo da cartografia americana, a que me obriga esse trabalho, está me interessando vivamente. Terminei há pouco um glossário tupi dos nomes contidos na relação do[padre]Claude d' Abbeville: foi encomendado Capistrano para a edição fac-similar que sob o título, Eduardo Prado, o sobrinho deste, Paulo Prado, mandou fazer em Paris. Essa coleção será composta de obras históricas sobre o Brasil.

Como vê o meu distinto amigo e patrono, não tenho ficado inativo. O que mais desejava era dispor de mais tempo, que as minhas funções propriamente burocráticas no Instituto consomem em grande parte. Espero ter o gosto de vê-lo proximamente, antes de ir para o estrangeiro.

Com os meus respeitosos cumprimentos à Exma. Sra., creia-me seu patricio e amigo.

Rodolfo Garcia

O Aprigio vai bem e pede-me que lhe envie as suas saudações.⁵⁴⁶

⁵⁴⁶ DOCUMENTO: Carta de Rodolfo Garcia para Oliveira Lima de 27 de outubro de 1919. O manuscrito original pode ser encontrado na Biblioteca Oliveira Lima da Catholic University of América, Disponível em: <https://cuislandora.wrlc>.

Apontamos que na supra citada carta enviada por Rodolfo Garcia ao amigo Oliveira Lima há um interessante fato a ser notado, pois no referido artigo de autoria de Garcia *A Capitania de Pernambuco no governo de José Cezar de Menezes (1774-1787)*, publicado na *Revista do IHGB*, Tomo 84, 1920, pp. 535-560,⁵⁴⁷ há uma citação direta na página 542, referente a obra de Oliveira Lima, intitulada “*Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*” (Leipzig, 1895), p. 209, o que pressupõe que o diálogo historiográfico de Garcia com Lima no artigo *A Capitania de Pernambuco no governo de José Cezar de Menezes (1774-1787)*, que logo seria publicado na *Revista do IHGB*, tenha oportunizado a Rodolfo Garcia colocar em dia a correspondência com o amigo diplomata, desculpando-se cordialmente pela demora em respondê-lo. Ademais, a citada missiva evidencia a troca de informações historiográficas entre os dois intelectuais, o que demonstra que havia uma confluência de predileções quanto aos temas de suas pesquisas além de explicitar a admiração mútua que demonstravam entre si.

Como informado na carta a Oliveira Lima, o texto *A Capitania de Pernambuco no Governo de José Cesar de Menezes (1774-1787)* foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* Tomo 84, de 1920, o que contribuiu ainda mais para que os membros do IHGB creditssem a Rodolfo Garcia uma crescente simpatia pela profundidade das suas pesquisas documentais, anotações e notas explicativas.

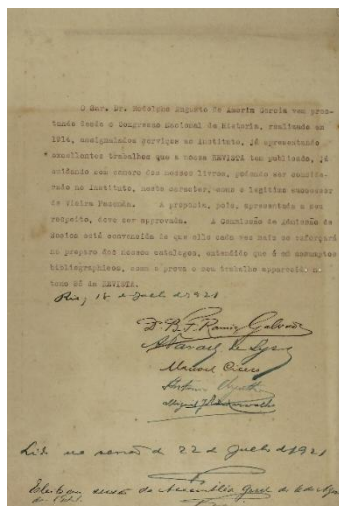
Por conseguinte, colhendo os louros de um exaustivo e consciencioso trabalho à frente da biblioteca do IHGB, pois que substituíra Vieira Fazenda no cargo, no ano de 1917, e tendo a seu favor o reconhecimento dos pares pela ativa colaboração na *Revista do IHGB*, e ainda, pelo empenho no Congresso Nacional de História realizado em 1914 e na organização da *Bibliografia Geográfica Brasileira* publicada no tomo 85 da *Revista*, o nome de Rodolfo Garcia fora indicado para compor o seletto quadro de sócios da Instituição em 1919. A aprovação da sua admissão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, se deu no ano de 1921, como consta no documento manuscrito

[org/islandora/object/lima%3A18834?solr_nav%5Bid%5D=53f33406312045f03318&solr_nav%5Bpage%5D=0&solr_nav%5Boffset%5D=1#page/1/mode/1up](https://islandora/object/lima%3A18834?solr_nav%5Bid%5D=53f33406312045f03318&solr_nav%5Bpage%5D=0&solr_nav%5Boffset%5D=1#page/1/mode/1up). Acesso em: 24 de julho de 2023.

⁵⁴⁷ Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107831-revista-ihgb-tomo-84.html>. Acesso em: 25 de junho de 2023.

“Documento de aprovação pela Comissão de Admissão de Sócios do IHGB”, seguido de transcrição do documento:⁵⁴⁸

Figura 28: Documento de aprovação pela Comissão de Admissão de Sócios do IHGB



Fonte: Arquivo de documentos manuscritos do IHGB.

Segue a transcrição do manuscrito anterior:

O Sr. Rodolpho Augusto de Amorim Garcia vem prestando desde o Congresso Nacional de História, realizado em 1914, assinalados serviços ao Instituto, já apresentando excelentes trabalhos que a nossa Revista tem publicado, já cuidando com esmero dos nossos livros, podendo ser considerado no Instituto, neste caráter, como o legítimo sucessor de Vieira Fazenda. A proposta, pois apresentada a seu respeito, deve ser aprovada. A Comissão de Admissão de Sócios está convencida de que elle cada vez mais se esforçará no preparo dos nossos catálogos, entendido que é em assumptos bibliográficos, como prova o seu trabalho apparecido no tomo 85 da Revista.

Rio, 18 de julho de 1921

Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Augusto Tavares de Lyra, Manoel Cícero, Antonio Olyntho, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho

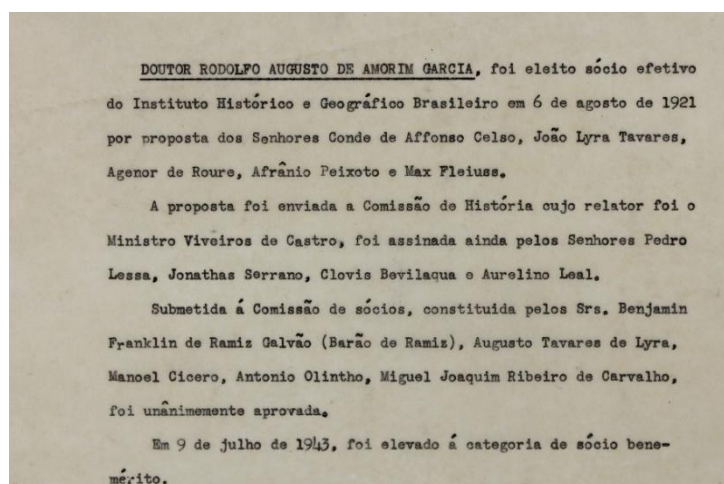
Lido na sessão de 22 de julho de 1921

Eleito em sessão da Assembleia Geral de 6 de agosto de 1921.

⁵⁴⁸ Documento manuscrito: Aprovação pela Comissão de Admissão de Sócios do IHGB do nome de Rodolfo Garcia para compor o quadro de associados da Instituição. Fonte: *Acervo do arquivo de documentos manuscritos do IHGB, Coleção Rodolfo Garcia*.

Ao longo de toda a sua vida, Rodolfo Garcia colaborou com trabalhos originais para a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, destacando-se pela predileção das pesquisas sobre os viajantes estrangeiros, explorações científicas e estudos etnográficos e linguísticos das populações originárias do Brasil. A isso, Pedro Calmon acrescenta, “revelam-lhe ambas as predileções, tanto o indianismo derivativo da pesquisa filológica, como a contribuição dos naturalistas ao descobrimento integral do País”.⁵⁴⁹ Em vista disso, a representativa produção historiográfica de Rodolfo Garcia no IHGB, culminou na elevação de sua categoria no grêmio histórico, levando-o a ser empossado como sócio benemérito no dia 9 de julho de 1943, como atestado no documento apresentado abaixo, seguido da transcrição do mesmo:⁵⁵⁰

Figura 29: Documento de aprovação de Rodolfo Garcia para sócio benemérito



Fonte: Arquivo de documentos manuscritos do IHGB.

Transcrição do Documento:

DOUTOR RODOLFO AUGUSTO DE AMORIM GARCIA, foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 6 de agosto de 1921 por proposta dos Senhores Conde de Affonso Celso, João Lyra Tavares, Agenor de Roure, Afrânio Peixoto e Max Fleiüss.

⁵⁴⁹ CALMON, Pedro. Prefácio. In: GARCIA, *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação. 1973.

⁵⁵⁰ Documento de aprovação do nome de Rodolfo Garcia para a categoria de sócio benemérito do IHGB, de 9 de julho de 1943. Fonte: *Acervo do arquivo de documentos manuscritos do IHGB, Coleção Rodolfo Garcia*.

A proposta foi enviada à Comissão de História cujo relator foi o Ministro Viveiros de Castro, foi assinada ainda pelos Senhores Pedro Lessa, Jonathas Serrano, Clóvis Bevilaqua e Aurelino Leal.

Submetida à Comissão de Sócios, constituída pelos Srs. Benjamin Franklin de Ramiz Galvão (Barão de Ramiz), Augusto Tavares de Lyra, Manoel Cícero, Antonio Olintho, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, foi unanimemente aprovada.

Em 9 de julho de 1943, foi elevado à categoria de sócio benemérito.

Em meio às publicações de Rodolfo Garcia no IHGB, citamos a celebrada “*História das explorações científicas*”, In: *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1922, p. 856-910,⁵⁵¹ cujo ineditismo da pesquisa e amplitude de fontes consultadas, inspirou Capistrano de Abreu, a convidar Rodolfo Garcia para ajudá-lo na revisão da *História Geral* de Varnhagen. Segundo Afonso de E. Taunay, contemporâneo e amigo de Rodolfo Garcia:

É certamente dos ensaios mais proeminentes de nossa historiografia nacional e trouxe ao seu autor extraordinário acréscimo de prestígio, verdadeira consagração de méritos já tão patentes[...]foi então que Capistrano, esta demonstração de capacidade trouxe a sugestão de convidar a quem o apresentara, para, em colaboração, realizarem uma reedição da *História Geral* de Varnhagen, agora largamente anotada e comentada.⁵⁵²

Referente ao tópico das predileções de Rodolfo Garcia pelas pesquisas sobre os viajantes estrangeiros, na *Explicação* da “*História das explorações científicas*”,⁵⁵³ o historiador revela que o século XIX foi “o verdadeiro século do descobrimento de nosso país para as nações estrangeiras”. Nessa afirmação reconhecemos a relevância que a

⁵⁵¹ GARCIA, Rodolfo. História das explorações científicas. In: Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1922, p. 856-910. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147> Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

⁵⁵² TAUNAY, *Um Grande Livro...* p.X.

⁵⁵³ GARCIA, Rodolfo. História das explorações científicas. In: Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1922, p. 856-910. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147> Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

compra do Espólio literário e artístico de Maria Graham pela Biblioteca Nacional pode ter representado para Garcia enquanto esteve à frente daquela instituição.

Ademais, importa-nos na presente tese, compreender as relações existentes entre as práticas de Rodolfo Garcia—relativas à sua reconhecida autoridade no que diz respeito a escolha, coleta, atribuição de autoria e divulgação dos documentos históricos— e aquelas referentes a metodologia empregada por ele para estabelecer a autoria das aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham.

Por conseguinte, observamos que um dos procedimentos metodológicos utilizados por Garcia ao longo de sua vida para desvendar o mistério da autoria dos documentos e atribuir-lhes a autenticidade, tinha como pressuposto, formulações hipotéticas que se confirmariam ou não, por meio de estudos comparativos, indiciários e dedutíveis das fontes documentais entre si, e em relação aos atores envolvidos nas tramas históricas, seus percursos biográficos e os contextos culturais, geográficos e temporais nos quais os documentos estavam inseridos, confrontando-os a fontes de outras procedências.

Assim, o historiador formulava a sua hipótese de autoria, construindo para tal, um “discurso para servir como comprovação de sua procedência”.⁵⁵⁴ Logo, entendemos que para Rodolfo Garcia o “conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjetural”.⁵⁵⁵

Destarte, um exemplo da perspectiva hermenêutica utilizada por Rodolfo Garcia, é demonstrada, a seguir, no texto de *Explicação dos “Almanaques da Cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794”*, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, V. LIX, 1937.⁵⁵⁶ Nesse texto, o historiador compara o documento sem autoria e até então desconhecido, com uma outra fonte de autoria conhecida, intitulada “*Almanaque Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1799*”, a qual “guarda, principalmente com o primeiro, a mesma disposição material, embora seja muito mais desenvolvido que os dois, com a apreciável parte histórica nele

⁵⁵⁴ BRÖNSTRUP, Gabriela D’Ávila. Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da História-1932-1945. In: *Desafios e Caminhos da Teoria e da História da Historiografia*. ANHEZINI, Karina; VARELA, Flávia Florentino (orgs). Mariana: Editora SBTHH, 2016, p. 251.

⁵⁵⁵ GINZBURG, *Mitos, Emblemas, Sinais...* p. 157.

⁵⁵⁶ GARCIA, *Os Almanques da Cidade do Rio de Janeiro...* p. 184, 240.

contida”,⁵⁵⁷ e cujo autor “declarado” é o “Primeiro -Tenente de Bombeiros do Regimento de Artilharia Antônio Duarte Nunes”. A partir da compatibilização recíproca entre “a disposição material” e “a parte histórica” das fontes, Rodolfo Garcia deduziu “que não seria descabido conferi-la ao Primeiro- Tenente de Bombeiros de Artilharia Antônio Duarte Nunes”. Por tudo isso posto, depreendemos que Garcia conferiu a autoria do documento pela similaridade temática, temporal, contextual e histórica das fontes, como demonstrado a seguir:

Os Almanques da Cidade do Rio de Janeiro, para os anos de 1792 e 1794, são peças de interesse histórico que, por não terem até hoje desfrutado o favor da impressão, se fazem dignos de ser divulgados nas páginas destes Anais[...]a autoria dos Almanques é desconhecida; mas não seria descabido conferi-la ao Primeiro-Tenente de Bombeiros do Regimento de Artilharia Antônio Duarte Nunes, que neles figura com esse posto, e é o autor declarado do Almanque Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1799, publicado na Revista do Instituto Histórico, Tomo XXI, p. 5/176, o qual guarda, principalmente com o primeiro, a mesma disposição material, embora seja muito mais desenvolvido que os dois, com a apreciável parte histórica nele contida, e que, em seu maior trecho, é o histórico da fundação da cidade, já inserto no tomo da mesma Revista. O autor era natural do Brasil, de Santa Catarina ou do Rio de Janeiro, — não se apurou ao certo[...].

Um outro exemplo da análise heurística utilizada por Rodolfo Garcia para desvendar a autoria das fontes, foi descrita pelo próprio historiador no texto de *Explicação do documento, Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, V. LXII, 1940.⁵⁵⁸ O documento manuscrito adquirido pela Biblioteca Nacional no ano de 1938 havia sido comprado do livreiro antiquário Walter T. Spencer, por intermédio de Erich Eichmer da Livraria Kosmos, juntamente com o Espólio Literário e Artístico de Maria Graham, e era originalmente anônimo.

Ressaltamos que nesta tese importa saber que ao adquirir uma documentação para a Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia procedia inicialmente a uma minuciosa crítica factual para constatar a autoria da fonte, pois como um criterioso historiador que

⁵⁵⁷ GARCIA, Rodolfo. Os Almanques da Cidade do Rio de Janeiro, para os anos de 1792 e 1794. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, V. LIX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, p. 184, 240, 1937.

⁵⁵⁸ GARCIA, Narrativa de viagem de um naturalista inglês ...p. 2-127.

era, anotador da *História Geral do Brasil* e discípulo de Capistrano de Abreu, ele sabia que, *a priori*, um documento anônimo estaria fadado indefinidamente ao descrédito de seus pares. Por conseguinte, só após constatada a autoria de um documento adquirido, Rodolfo Garcia divulgaria o achado histórico nos *Anais da Biblioteca Nacional*, como declarado pelo próprio investigador: “A importância desse documento, que vale como um capítulo inédito da história das explorações científicas no Brasil, estava a exigir que fosse levantado o seu anonimato antes de qualquer divulgação”. E Rodolfo Garcia continua a informar o leitor, que “as pesquisas que nesse sentido se impunham, alcançaram resultados satisfatórios, graças sobretudo, aos dados fornecidos pela própria narrativa, como a seguir se verá”.⁵⁵⁹

A partir disso, Garcia informa que estabeleceu uma metodologia comparativa e indiciária, cruzando informações com outras fontes históricas reconhecidas, com o objetivo de completar as lacunas informativas que faltavam ao texto para chegar à autoria da fonte. O que se depreende da leitura de seu método, entretanto, é que o percurso investigativo traçado pelo historiador demonstra um raciocínio lógico-intuitivo, criativo e perspicaz, próprio de um grande conhecedor do seu ofício, que parte dos mínimos indícios oferecidos pelo documento para completar-lhe a integridade da informação histórica.

Logo, na sequência da *Explicação*, do documento *Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*, Rodolfo Garcia descreve para o leitor as lacunas que encontrara no documento, para em seguida, refazer o histórico metodológico do raciocínio dedutivo que o levou a esclarecer o enigma da autoria. Fazendo uso de uma escrita fluida, onde é ressaltado o encadeamento sequencial de hipóteses e deduções utilizadas por ele para a elucidação do caso, Rodolfo Garcia demonstra na sua escrita, a mestria do historiador inquieto, cujo estilo narrativo investigativo e instigante, leva o leitor a surpreender-se e a festejar com o autor, quando ele revela, por fim, a sua descoberta: tratava-se do naturalista Sir Charles James Fox Bunbury, que chegara ao Brasil no dia 18 de julho de 1833 a bordo do paquete inglês Reynald e que estivera viajando pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais dos

⁵⁵⁹ GARCIA, Rodolfo. *Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, V. LXII. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, p. 2-127, 1940.

anos de 1833 a 1835. Estava assim resolvido o mistério. Nas palavras de Rodolfo Garcia:

O autor informa que saiu de Falmouth em junho de 1833; que fez uma viagem muito favorável e rápida, tanto que a 17 do mês seguinte avistava o Cabo Frio. Não declarou o nome do navio em que veio, nem os dias da partida e da chegada, nem o tempo que durou a travessia[...]se o navio em questão passou pelo Cabo Frio em 17 de julho, em viagem normal, havia de ter entrado no porto do Rio de Janeiro no outro dia. De fato, nas *Notícias Marítimas do Jornal do Comércio* de 19, que dão as entradas do dia 18, está a do paquete inglês *Reynald*, procedente de Falmouth, com quarenta dias de viagem. Vê-se daí que não podia ser outro paquete do mês de julho[...]pelo visto o *Reynald* traria o autor da narrativa, embora o seu nome não figurasse na lista dos passageiros, da qual a *Aurora Fluminense*, de 22 de julho destacou[...]se os jornais tivessem publicado tal lista, o caso estaria resolvido, porque o seu nome havia de aparecer. Para suprir a falta, só um recurso se apresentava, que era inquirir os naturalistas ingleses que no tempo assinalado jornadearam no Brasil. Rumadas as pesquisas nessa direção foi fácil encontrar abonado por Ignace Urban, *Vitae itineraque collectorum botanicorum*, etc. in Martius, *Flora Brasiliensis*, vol. I, parte 1. ^a pgs. 8/9, o nome de Sir Charles James Fox Bunbury, que viajou no Brasil e no Rio da Prata, de 1833 a 1835; no Brasil conheceu o Rio de Janeiro e Minas Gerais (Gongo-Soco, Capão, Cocaís, Ouro Preto, etc.[...])—particularidades essas que a narrativa confirma em todos os seus termos.

Por tudo isso posto, retornamos a citar a publicação em 1922 da *História das explorações científicas in: Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1922, p. 856-910, e verificamos que a mesma coincide com três outros marcos importantes na História do Brasil: o Centenário da Independência, a Semana de Arte Moderna em São Paulo e a criação do Museu Histórico Nacional. Nos anos 1920, os debates “modernistas eclodem com grande sonoridade, provocando cisões que demarcam a diversidade de projetos estéticos e políticos existentes em competição entre si e em várias partes do Brasil”.⁵⁶⁰ Vale lembrar que, nesse momento, as discussões nos campos da História, da Arte e da Literatura, aconteceram em torno das propostas modernistas, entre as quais, estava a aproximação com a cultura popular, a recuperação de canções, músicas e versos

⁵⁶⁰ GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio. Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 19.

folclóricos e nativos, o lugar do exótico e do primitivo que inspirassem uma identidade brasileira.

Naqueles anos o Brasil vivia a descoberta de sua essência nacional e o projeto modernista “respondia aos anseios políticos, estéticos e intelectuais da época”.⁵⁶¹ Assim, as aproximações do campo da história com os objetivos do modernismo, se deram por meio dos estudos linguísticos, etnográficos, folclóricos e geográficos produzidos pelos membros do IHGB, e que teve em Rodolfo Garcia um representante destacado. A produção bibliográfica de Garcia é extensa e fragmentada em textos introdutórios, como as suas famosas “*Explicações*”,⁵⁶² revisões, anotações, aditamentos e acréscimos em notas de rodapé em obras de terceiros e em documentos históricos, e, ainda, em seus ensaios autorais. Nesse sentido, duas obras destacam-se, sendo elas: os *Escritos Avulsos* que é “uma preciosa coletânea de estudos, em que o historiador, o filólogo, o humanista[...]dá a medida da versatilidade e da profundidade do conhecimento”,⁵⁶³ e o *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil*,⁵⁶⁴ obra póstuma, que compila o conjunto das dezenove aulas de História Política e Administrativa do Brasil que ministrou no *Curso de Museus* do Museu Histórico Nacional em 1932. O livro póstumo, que conta com *Prefácio* de Afonso de E. Taunay e *Apresentação* de Josué Montello, foi publicado pela Livraria José Olympio Editora no ano de 1956, como um volume integrante da *Coleção Documentos Brasileiros*, cuja direção estava sob a responsabilidade do historiador Octávio Tarquínio de Souza. Para Josué Montello, o livro “mostra-nos o mestre na lição mais desenvolvida. Não é apenas o anotador, com a verdade da minúcia, mas o historiador, com a lição das grandes sínteses”.⁵⁶⁵

Como se depreende do todo exposto, a trajetória de Rodolfo Garcia consagrada pelos pares do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por sua atuante produção historiográfica, caracterizada, sobretudo, pelas revisões inovadoras, pesquisas com fontes inéditas, vastidão de conhecimentos em acervos bibliográficos e iconográficos,

⁵⁶¹ ABREU, Marcia. *Cultura Letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 54.

⁵⁶² As “*Explicações*” são textos introdutórios e constituem um gênero historiográfico muito utilizado por Rodolfo Garcia, cuja característica de encadeamento interpretativo da narrativa histórica possibilita a compreensão sistemática da obra em sua totalidade. N/A.

⁵⁶³ CALMON, *Prefácio*... 1973.

⁵⁶⁴ GARCIA, *Ensaio sobre a História Política ...* 1956.

⁵⁶⁵ MONTELLO, *Um Mestre*... p. 19.

demonstrados, sobretudo, enquanto foi o responsável pelas bibliotecas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto dos Advogados e do Museu Nacional, levou Rodolfo Garcia ao cargo de diretor do Museu Histórico Nacional-MHN, no período de 8 de dezembro de 1930 a 17 de novembro 1932, quando então, o historiador potiguar deixou o cargo para assumir a direção da Biblioteca Nacional.

3.6 Rodolfo Garcia no Museu Histórico Nacional- o conceito de curadoria e o Curso de Museus como legado museológico para o Brasil

O Museu Histórico Nacional, MHN fundado em 1922 por iniciativa do escritor, jornalista e político Gustavo Barroso (1888-1959),⁵⁶⁶ por meio do Decreto-Lei nº15.596 de 02 de agosto de 1922, do presidente da república Epitácio Pessoa, emerge no contexto do Centenário da Independência como um projeto de construção da identidade nacional. A instituição, tinha como ideário difundir a memória histórica brasileira, contribuindo para a formação de um imaginário nacional que valorizasse as raízes e as singularidades culturais do país. Enquanto esteve à frente da direção do Museu Histórico Nacional, desde os anos 1922 a 1929, e de 1932 a 1959, Gustavo Barroso dedicou-se à construção de um projeto museológico que visava preservar e difundir a memória nacional. Relativo ao fecundo momento histórico em que a criação do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro se inscreve, Cláudia Mesquita aponta,

Vale observar a presença significativa na cidade do Rio de Janeiro de instituições criadas na chamada “era brasileira de museus” caracterizada pelo florescimento de uma série de museus nacionais dedicados inicialmente à pesquisa etnográfica e ao estudo das chamadas ciências naturais. Esses lugares são exemplos de um trabalho de autorrepresentação empreendido por um grupo de intelectuais, voltados para o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos de origem colonial.⁵⁶⁷

⁵⁶⁶ O cearense Gustavo Barroso (1888-1959) foi o fundador e diretor do Museu Histórico Nacional desde 1922 a 1929, e de 1932 a 1959, ano da sua morte. Formado pela Faculdade Nacional de Direito no Rio de Janeiro em 1911, Gustavo Barroso foi museólogo, romancista e reconhecido folclorista brasileiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, da Academia Brasileira de Letras, ABL, eleito em 8 de março de 1923, onde ocupou a cadeira 19. O intelectual presidiu a ABL nos biênios 1932-33 e 1949-50. RIBEIRO, Juliana Gonçalves. *A criação do Sphan: disputa em torno da política patrimonial do governo Vargas*. (Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História) - Universidade de Brasília, DF, 2021, p. 15.

⁵⁶⁷ MESQUITA, *Um Museu para a Guanabara...* p. 32.

Contudo, com a chegada dos anos 1930, um novo projeto político se instaurou no Brasil, tendo na figura de Getúlio Vargas a representação de novos rumos em direção a modernização econômica, social e cultural brasileira. No plano cultural, a crescente articulação entre política e cultura promoveu a valorização dos espaços de sociabilidade letrada na cidade, tanto no domínio público quanto no privado.

Tal dinâmica contribuiu para a ampliação das oportunidades profissionais para os intelectuais, que passaram a ocupar lugares cada vez mais relevantes nas estruturas burocráticas do Estado, uma vez que “como cidade-capital e a sua consequente missão de representar e civilizar o país, outra característica marcante desses intelectuais seria a sua ativa participação em todas as polêmicas culturais de repercussão nacional”.⁵⁶⁸

A passagem de Rodolfo Garcia pelo Museu Histórico Nacional entre os anos de 1930 e 1932 está inserida no conflituoso contexto político que tem como cenário, a Revolução de 1930. Com a deposição do presidente Washington Luiz pelo golpe militar, o candidato Júlio Prestes, eleito por maioria de votos para substituí-lo na cadeira presidencial, foi impedido de assumir a presidência da República, e em seu lugar, foi empossado Getúlio Vargas, como o novo presidente do Brasil.

Ocorre que, naqueles anos, Gustavo Barroso, o então fundador e diretor do Museu Histórico Nacional, era um notório apoiador de Júlio Prestes na campanha para a presidência da República. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, Gustavo Barroso foi afastado da direção do MHN e em seu lugar foi indicado o nome de Rodolfo Garcia, por suas simpatias pelo novo governo “abertamente expressas logo após a vitória”.⁵⁶⁹ A criação oficial do Museu Histórico Nacional está diretamente ligada a *Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência* realizada no ano de 1922 e tinha como propósito de seu fundador, Gustavo Barroso, a “legitimação da República, a afirmação do Estado Nacional e o sentimento patriota comum nos brasileiros”.⁵⁷⁰ Segundo José Bittencourt, o intelectual cearense:

Foi um dos defensores da cultura e do patrimônio brasileiro no início do século XX, conhecido por seus esforços nessa área. Barroso defendia a atuação do poder público para criar e implementar políticas

⁵⁶⁸ MESQUITA, Cláudia. *Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009, p. 23.

⁵⁶⁹ BITTENCOURT, *Museu Histórico Nacional...* p. 6.

⁵⁷⁰ RIBEIRO, *A criação do Sphan...*p. 12.

de estímulo educacional, transformando o museu num agente educativo e civilizado.⁵⁷¹

Nesse sentido, dos feitos mais notáveis de Rodolfo Garcia nos dois anos em que esteve à frente do Museu Histórico Nacional, apontamos a organização da *Exposição Comemorativa do Centenário de Abdicação de D. Pedro I-1831-1931* e a criação do *Curso de Museus*, voltado para a formação especializada de funcionários para o Museu Histórico Nacional- MHN, Arquivo Nacional-AN e Biblioteca Nacional-BN. Durante a gestão de Rodolfo Garcia no MHN, foram implementadas algumas reformas prediais, e, relativo ao acervo museológico disponível na instituição, o novo diretor contou com empréstimos cedidos do acervo do Museu Naval, aumentando, assim, o número de peças disponíveis para exibição pública, além de promover a maior de suas contribuições para o MHN, o Curso de Museus.

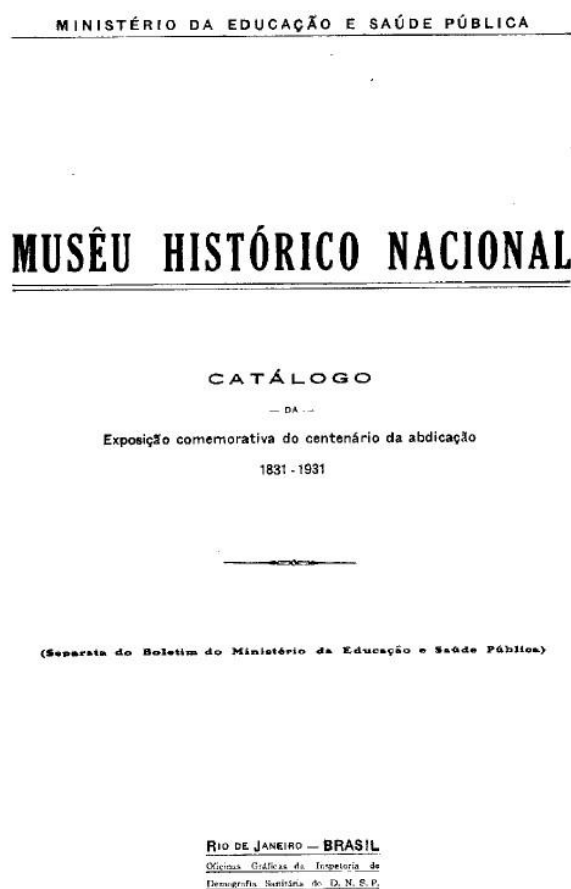
Quanto a realização da *Exposição do Centenário da Abdicação de D. Pedro I -1831-1931*, ela é considerada um marco importante para a museologia brasileira, uma vez que foi a primeira vez no Brasil em que uma coleção foi organizada a partir da temática dos objetos dispostos, pensados em função da adoção do sistema de curadoria instituído por Rodolfo Garcia, prática museológica inédita até então nos museus brasileiros. Segundo José Bittencourt, a seleção de objetos foi confiada pelo diretor Rodolfo Garcia,

aos “chefes das Seções Primeira e Segunda, este aparentemente atuando apenas como colaborador. Pelo que se depreende do pequeno catálogo lançado, mais de quatrocentos objetos procuraram dar ao visitante uma ideia não apenas do período em tela, mas dos principais personagens, começando pelo Imperador e passando por diversas figuras de maior ou menor importância. Ao que parece, Garcia pretendia fazer dessas “exposições parciais” uma atividade permanente do Museu.⁵⁷²

⁵⁷¹ BITTENCOURT, José. Museu Histórico Nacional, 1931: o nascimento de uma nova museologia no Brasil? In: *Anais do MHN*, v. 33, 2001, p. 9.

⁵⁷² BITTENCOURT, *Museu Histórico Nacional...*p. 13.

Figura 30: Documento: Catálogo da Exposição Comemorativa do Centenário da Abdicação-1831-1931



Fonte-Arquivo do Museu Histórico Nacional

A partir desse relato percebemos que Rodolfo Garcia pretendia implementar como prática museológica de sua gestão, uma concepção inovadora de curadoria fundamentada nos seus métodos da crítica factual histórica, tão cara a ele. A começar pela escolha do tema, *Exposição Comemorativa do Centenário da Abdicação de d. Pedro I*, o que indica a intenção de um revisionismo caracterizado por uma abordagem mais crítica e contextualizada do personagem em foco. Destarte, para alcançar o seu objetivo, Garcia utilizou um vasto conjunto composto de mais de 400 objetos relacionados tanto a representação simbólica da vida pública, a exemplo de pinturas históricas e retratos de personagens da família imperial e de personalidades políticas, como a exposição também apresentou objetos que pertenceram a esfera privada do imperador, como móveis, porcelanas, espadas e peças da sua indumentária pessoal. Diante disso, entendemos que Garcia compreendia o museu como um espaço de

produção de conhecimento e de construção de identidades, e não se limitou a apresentar os fatos históricos de forma objetiva, mas, ao contrário, “reconheceu formas de fruição sensível”⁵⁷³ e propôs uma observação abrangente dos objetos contextualizados, questionando as narrativas tradicionais e incentivando o visitante a uma reflexão crítica sobre o passado nacional. Sob essa perspectiva Cláudia Mesquita aponta que,

A inteligibilidade dos museus pressupõe sua contextualização histórica, isto é, a recuperação das suas bases ideológicas e culturais. Não somente as marcas de origem, como também as deixadas ao longo da sua trajetória institucional, pois assim como as cidades, os museus se configuram como um campo da memória em disputa, abarcando camadas de significados que com o passar do tempo foram encobertas e muitas vezes esquecidas.⁵⁷⁴

Figura 31: Exposição Comemorativa do Centenário de Abdicação de d. Pedro I.



Fonte: arquivo histórico MHN

Por conseguinte, constituindo-se na primeira exposição temporária com características modernas montada no Brasil, a *Exposição Comemorativa do Centenário da Abdicação de D. Pedro I-1831-1931*, teve ainda como diferencial, a introdução de um novo conceito museológico no Brasil, em oposição às exposições anteriores, que

⁵⁷³ KNAUSS, Paulo. Apresentação. Coleção. In: *Anais do MHN*, v. 33, 2001, p. 19.

⁵⁷⁴ MESQUITA, *Um Museu para a Guanabara...* p. 32.

tinham características “proto-museológicas”.⁵⁷⁵ Tal conceito pressupõe exposições pensadas a partir do espírito das exposições universais oitocentistas, que embora estivessem associadas ao processo de desenvolvimento dos museus públicos na Europa, objetivavam cumprir uma missão educativa e civilizatória com o visitante, ao estabelecer uma ligação entre o passado e o presente.

Nesse contexto de exposições com características proto-museológicas, podemos citar a *Exposição Nacional de História*, de 1881, organizada pela Biblioteca Nacional, a *Exposição Antropológica Brasileira*, de 1882, que esteve aberta à visitação pública pelo período de seis meses no Museu Nacional no Campo de Santana, a *Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência*, de 1922, no Museu Histórico Nacional, e ainda, os diversos salões promovidos pela Escola Nacional de Belas Artes. Ainda sobre as características proto-museológicas dos primeiros museus modernos, José Bittencourt assinala que,

A museografia era bastante diversa do que conhecemos hoje em dia, tendendo os objetos a serem apresentados em bloco, associados a períodos históricos amplos. A própria exposição permanente do Museu Histórico Nacional[...]em seus primórdios reunia um ajuntamento de objetos cuja única coerência museográfica era dada pelos períodos que abrangia: “Da Colônia à Monarquia” e “da monarquia à República”.⁵⁷⁶

No ano seguinte a sua estreia nacional como curador da primeira exposição temporária no Brasil, Rodolfo Garcia inaugurou em 1932, o Curso de Museus. Como anteriormente mencionado, para esse curso ele ministrou as aulas sobre *A História Política e Administrativa do Brasil*. Entretanto, segundo Pedro Calmon “ele não chegou[...]a lecionar toda a matéria que se havia proposto—até a época republicana—por motivo de sua passagem, no ano seguinte, para a direção da Biblioteca Nacional”. A seguir, apresentamos um excerto da *Explicação* da abertura do Curso de Museus⁵⁷⁷ proferido por Rodolfo Garcia, no Museu Histórico Nacional em 1932, que revela suas afinidades com o projeto político de especializações culturais, técnicas e científicas em curso no Governo Vargas, quando cita que o curso visa a especialização dos

⁵⁷⁵ MESQUITA, Cláudia. *Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009, p. 32.

⁵⁷⁶ BITTENCOURT, *Museu Histórico Nacional*...p. 11.

⁵⁷⁷ GARCIA, Rodolfo. *Explicação*...p. 3.

funcionários que atuam no Museu Histórico Nacional, Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, e ainda, que reconhece a Universidade do Rio de Janeiro⁵⁷⁸ como sendo um lugar de convergências para o desenvolvimento intelectual das gerações futuras:

Ao declarar aberto o Curso de Museus, antes de outras considerações, devo encarecer o ato do governo, que o instituiu. Esse ato, se por um lado consulta aos altos propósitos da administração, de desenvolver a cultura nacional, ampliando a obra de educação que compete à Universidade do Rio de Janeiro, nos termos da recente lei que a reorganizou, por outro atende à necessidade de dotar o país de um corpo de técnicos e especialistas nos ramos de conhecimentos professados neste instituto e em seus congêneres nos Estados da Federação.

Nos tempos modernos, quer nas profissões ditas liberais, quer no campo científico, a especialização se torna cada vez mais necessária, cada vez mais exigida pelas condições da sociedade, sobretudo se se atender ao formidável acúmulo dos conhecimentos de todos os setores da atividade humana.

O decreto que criou em 1922 o Museu Histórico Nacional, instituiu o curso técnico, comum à Biblioteca, ao Arquivo e ao Museu; mas essa criação, por motivos independentes da vontade dos dirigentes desses estabelecimentos, não teve realização prática. Assim, restaurado o Curso de Biblioteconomia para a Biblioteca Nacional, a diretoria do Museu achou-se na obrigação de pleitear para ele o Curso que hoje vamos inaugurar.

Contando com a boa vontade e a dedicação de meus companheiros, ilustrados e competentes especialistas nas matérias que vão lecionar, espero que havemos de fazer trabalho digno dos intuitos que presidiram à criação deste curso.

A criação do Curso de Museus foi resultante de um pedido que Rodolfo Garcia fez ao então Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, ratificado no Decreto nº 21. 129 de 7 de março de 1932. A partir da reabertura no mesmo ano, do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia fundamentou a sua proposta para a criação do Curso de Museus, estabelecendo para isso, um compromisso de cooperação mútua entre o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, e o Arquivo Nacional de preservação e acesso aos acervos destas instituições. A intenção de Garcia era a de instituir ainda no mesmo ano um curso único destinado a formação e especialização dos funcionários das três instituições, MHN, BN e NA. Nos anos

⁵⁷⁸ A Universidade do Rio de Janeiro foi criada em 1920, reorganizada em 1937 e a partir dessa data, passou a se chamar Universidade do Brasil. Em 1956 recebeu o nome de Universidade Federal do Rio de Janeiro, designação que permanece até os dias atuais. N/A.

seguintes O Curso de Museus tornou-se efetivo e o seu êxito deveu-se a uma combinação de alguns fatores, como por exemplo, a adesão dos funcionários do MHN bem como aos interesses do governo de Getúlio Vargas, “de consolidar uma identidade nacional que tinha como fundamento a constituição de um passado comum”.⁵⁷⁹

Figura 32: Documento: Fotografia da inauguração do Curso de Museus do MHN



Fonte: *Diário da Noite* do dia 3 de maio de 1932. Hemeroteca FBN

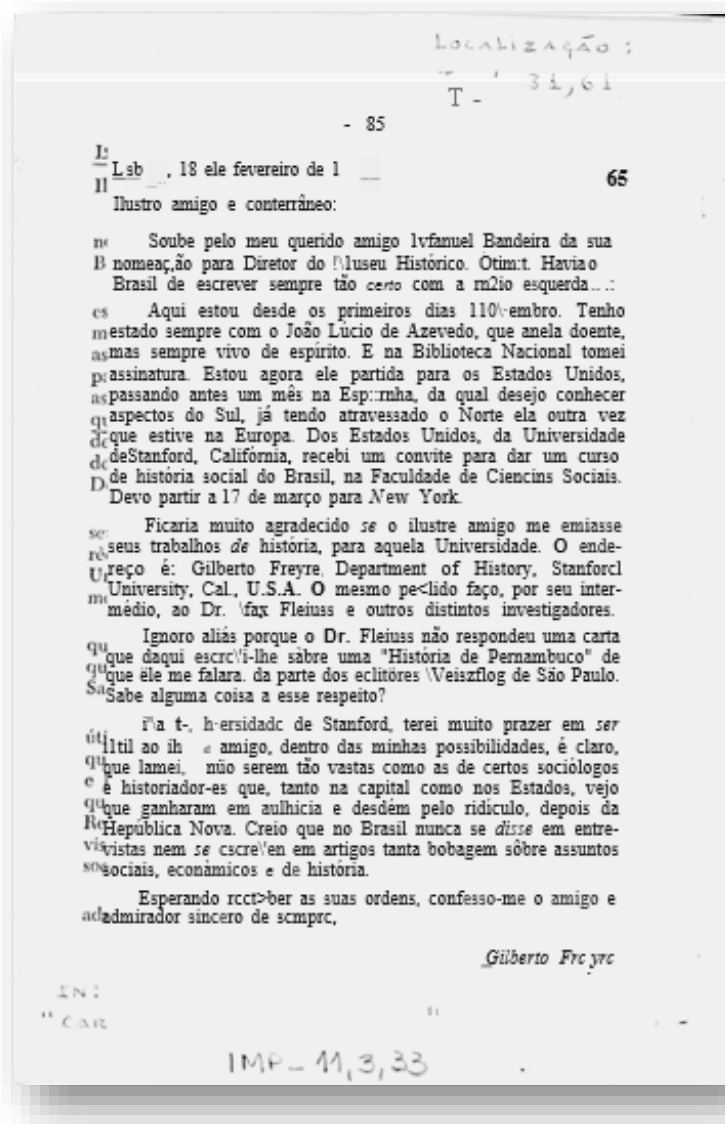
Apresentamos a seguir o documento acompanhado de transcrição, “Carta a Rodolfo Garcia”. A missiva ilustra a amizade estabelecida entre os dois estudiosos, tanto quanto o apoio recebido por Rodolfo Garcia de integrantes da sua vasta e ilustrada rede de sociabilidade, formada, sobretudo, por grandes intelectuais de seu tempo.

Na carta enviada de Lisboa em 18 de fevereiro de 1931, o jovem e promissor sociólogo pernambucano parabeniza o amigo historiador pela sua recente nomeação como diretor do Museu Histórico Nacional e lhe solicita que envie os seus trabalhos de História para compor a bibliografia do curso de História que Gilberto Freyre ministrará na Universidade de Stanford, Califórnia. Ao final da carta, Freyre critica abertamente

⁵⁷⁹ BRÖNSTRUP, Gabriela D’Ávila. Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da História-1932-1945. In: *Desafios e Caminhos da Teoria e da História da Historiografia*. ANHEZINI, Karina; VARELA, Flávia Florentino (orgs.). Mariana: Editora SBTHH, 2016, p. 193.

o momento intelectual brasileiro, que para ele é tributário da ideologia da “República Nova[...]pois no Brasil nunca se disse em entrevistas nem se escreveu em artigos, tanta bobagem sobre assuntos sociais, econômicos e de História.”⁵⁸⁰

Figura 33: Documento: Carta de Gilberto Freyre a Rodolfo Garcia



Fonte: Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional.

Lisboa, 18 de fevereiro de 1931⁵⁸¹

⁵⁸⁰ FREYRE, Gilberto. *Carta a Rodolfo Garcia*. Lisboa: 1931. Coleção Rodolfo Garcia. Localização: I-1, 31, 61. Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional.

⁵⁸¹ Documento 37- FREYRE, Gilberto. *Carta a Rodolfo Garcia* pedindo-lhe que remetesse os seus trabalhos de história para a Stanford University, onde o mesmo deveria dar um curso de História Social do Brasil. Lisboa, 18/02/1931. 3p. Consta uma cópia impressa da carta. Autógrafo. Orig. Ms. Imp. Coleção Rodolfo Garcia. Localização: I-1, 31, 61. Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional.

Ilustre amigo e conterrâneo:

Soube pelo meu querido amigo Manuel Bandeira da sua nomeação para Diretor do Museu Histórico. Ótima. Havia o Brasil de escrever sempre tão certo com a mão esquerda.....

Aqui estou desde os primeiros dias de novembro. Tenho estado sempre com o João Lúcio de Azevedo, que anda doente, mas sempre vivo de espírito. E na Biblioteca Nacional tomei assinatura. Estou agora de partida para os Estados Unidos passando antes um mês na Espanha, da qual desejo conhecer aspectos do Sul, já tendo atravessado o Norte da outra vez que estive na Europa. Dos Estados Unidos, da Universidade de Stanford, Califórnia, recebi um convite para dar um curso de História social do Brasil, na Faculdade de Ciências Sociais. Devo partir a 17 de março para New York.

Ficaria muito agradecido se o ilustre amigo me enviasse seus trabalhos de história, para aquela Universidade. O endereço é: Gilberto Freyre, Department of History, Stanford University, Cal., U. S. A. O mesmo pedido faço, por seu intermédio, ao Dr. Max Fleiuss e outros distintos investigadores.

Ignoro aliás porque o Dr. Fleiuss não respondeu uma carta que aqui escrevi-lhe sobre uma “História de Pernambuco” de que ele me falara, da parte dos editores Weiszflog de São Paulo. Sabe alguma coisa a respeito?

Na Universidade de Stanford, terei muito prazer em ser útil ao ilustre amigo, dentro das minhas possibilidades, é claro, que lamento não serem tão vastas como a de certos sociólogos e historiadores que, tanto na capital como nos estados, vejo que ganharam a audácia e desdém pelo ridículo, depois da República Nova. Creio que no Brasil nunca se disse em entrevistas nem se escreveu em artigos, tanta bobagem sobre assuntos sociais, econômicos e de História.

Esperando receber as suas ordens, confesso-me o amigo e admirador sincero de sempre.

Gilberto Freyre

3.7 O historiador na Biblioteca Nacional: um tempo próspero para as aquarelas da Bahia e os manuscritos de Maria Graham

Ainda em novembro do ano de 1932, Rodolfo Garcia foi indicado para assumir a diretoria da Biblioteca Nacional, o monumento por excelência da memória e história brasileiras. Assim, o já consagrado historiador potiguar tomaria posse de seu novo posto levando consigo, a *utensilagem mental*⁵⁸² adquirida ao longo de uma profícua

⁵⁸² O conceito de *utensilagem mental* relaciona-se um “conjunto complexo de traços filosóficos, psicológicos e estéticos, detectado entre as várias produções intelectuais ou artísticas de um período,

vida, dedicada, sobretudo, às minúcias das investigações documentais de seus estudos históricos, aos saberes laboriosos alcançados pela prática como bibliotecário nos arquivos e nas bibliotecas em que esteve à frente, aos exercícios cotidianos de escrita no seu ofício de historiador, às incessantes pesquisas por novas fontes históricas, ao cuidado diligente na crítica documental para a atribuição de autoria e ao empenho para a publicação e divulgação de novos documentos e estudos históricos. Em decorrência disso, para enriquecer ainda mais a bagagem profissional pretérita de Rodolfo Garcia, somaram-se aos feitos anteriores, as suas realizações enquanto gestor do Museu Histórico Nacional, levando-o a assumir a direção da Biblioteca Nacional.

Como já mencionado no Capítulo II, subcapítulo II. VII desta tese, a gestão Garcia na Biblioteca Nacional entre os anos de 1932 e 1945 foi marcada por uma intensa atividade editorial, uma vez que foram publicados por ele setenta números dos *Documentos Históricos*, diversos volumes dos *Autos da Devassa da Inconfidência* e vinte volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*. A atividade de Rodolfo Garcia como editor e divulgador da cultura histórica brasileira enquanto esteve à frente da BN, pode ser confirmada pelos ecos do artigo de sua autoria publicado na edição do periódico carioca *O Jornal*, do dia 21 de abril de 1946. Nas palavras de Garcia,

Em treze anos de direção, publiquei na Biblioteca Nacional mais de setenta volume dos Anais, Documentos Históricos e publicações avulsas, num total superior a cinco mil páginas impressas, de que fui o copista, o anotador e o revisor[...].⁵⁸³

Desta feita, tal como assinalado anteriormente, a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional* tem como finalidade divulgar os documentos históricos e bibliográficos de seu magnífico acervo, como igualmente, publicar as atividades institucionais no Relatório da Diretoria. A partir disso, e no que tange ao escopo desta pesquisa, abordaremos a seguir os *Anais da Biblioteca Nacional V. LX, 1938*, com o intuito de comentar o texto de Rodolfo Garcia na *Explicação de Maria Graham no*

quer pelo jogo de influências, quer pelo remeter para o espírito do tempo”. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Algés: DIFEL, 2002, p. 35.

⁵⁸³ Documento: GARCIA, Rodolfo: *A verdade sobre a Biblioteca Nacional*. *O Jornal*. Rio de Janeiro: 21 de abril de 1946, p. 8. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194&pesq=A%20verdade%20sobre%20a%20Biblioteca%20Nacional&pagfis=150 Acesso em 24 de setembro de 2023.

Brasil, como, igualmente, relacionar as principais fontes utilizadas pelo diretor da Biblioteca Nacional na composição dos aditamentos de grande erudição informativa das notas de pé de página, dos seguintes documentos traduzidos dos originais: *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Leopoldina* e o *Esboço Biográfico de d. Pedro I com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo*.

O objetivo de tal abordagem crítica da fonte que ora realizamos nessa subseção do capítulo, é oferecer um estudo inédito até a presente data, que se propõem a apresentar um panorama dos caminhos percorridos por Rodolfo Garcia para proceder a crítica de autenticidade dos manuscritos em questão. Em razão disso, pretendemos demonstrar que foram as “minúcias e novidades dignas de despertar sua atenção para essa fase da História do Brasil[...]com depoimentos que lhe possam trazer testemunhas fidedignas”,⁵⁸⁴ reveladas por Maria Graham nos documentos em tela, o que teria levado Garcia a deduzir que Maria Graham seria também a autora do conjunto das aquarelas da Bahia, uma vez que as fontes apresentavam compatibilidades mútuas.

Como observado por Américo Jacobina Lacombe, as notas explicativas adicionadas aos documentos em questão pelo diretor da Biblioteca Nacional para uma melhor compreensão dos contextos históricos em que se deram os fatos narrados, os transformaram em fontes de referência para os estudos do período, “tanto mais quanto a publicação é valorizada por notas preciosas do erudíssimo diretor da Biblioteca”.⁵⁸⁵ Diante disso, apontamos que Rodolfo Garcia, tomando como base as informações contidas e reveladas na *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Leopoldina* e no *Esboço Biográfico de d. Pedro I com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo*, estabeleceu os parâmetros comparativos e dedutivos de sua investigação para atribuir a autenticidade das aquarelas da Bahia, uma vez que a “autoria declarada” dos manuscritos, era a de Maria Graham.

Por conseguinte, e tendo em perspectiva o fundamento epistemológico da metodologia exegética Rodolfo Garcia para conferir a autoridade das fontes, tal como demonstramos na subseção III. VI do presente capítulo, verificamos que também em relação às aquarelas e aos manuscritos em questão, Rodolfo Garcia manteve o mesmo

⁵⁸⁴ LACOMBE, Américo Jacobina. Maria Graham-Dom Pedro I, Esboço Biográfico. In: GRAHAM, Maria. *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997, p. 27.

⁵⁸⁵ LACOMBE, Maria Graham-Dom Pedro I... p. 27.

paradigma investigativo: recorreu a diversas tipologias documentais para compor as anotações, correções e aditamentos ao texto. Dito isso, Garcia consultou sobretudo, as publicações institucionais e dos acervos da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de pesquisar em cartas, diários de viagem, jornais e periódicos da época, documentos diplomáticos e bibliografia historiográfica de referência da história do Brasil, tanto de autores clássicos, como de seus contemporâneos, como será apresentado mais à frente.

Em vista desse fato, o diretor da Biblioteca Nacional inicia a *Explicação* da documentação, *Maria Graham no Brasil* traçando uma biografia da escritora, desde a sua primeira viagem para a Índia em 1808 com o pai, oficial do almirantado inglês de S. M. B., passando pela juventude na casa do tio Sir David Dundas, em Londres, onde nos salões aristocráticos de sua mansão, Maria Graham conviveu com uma intelectualidade formada por músicos, literatos, pintores e poetas proeminentes naquele início do século XIX.⁵⁸⁶ A seguir Rodolfo Garcia traça um roteiro detalhado dos principais acontecimentos históricos testemunhados pela escritora inglesa nas províncias brasileiras que visitou, acrescentando informações complementares acerca dos principais personagens que aparecem na narrativa de Maria Graham, ou sobre outros atores históricos, nem sempre famosos, com os quais ela teria tido contato durante a sua estada no Brasil.

Na sequência, Rodolfo Garcia, baseando-se nas *Notícias Marítimas* da *Gazeta do Rio de Janeiro* de 15 de dezembro de 1821, dá a conhecer o aviso da chegada da fragata inglesa *Doris* ao porto do Rio de Janeiro, e da saída da mesma embarcação para o Chile no dia 10 de março de 1822. Em seguida informa que a escritora ficara viúva durante a viagem para o Chile, e que ela ao chegar na cidade chilena de Valparaíso encontrara o seu antigo amigo de juventude, Almirante Thomas Cochrane, que se encontrava a serviço do governo para comandar as forças marítimas chilenas nas lutas pela independência daquela nação do domínio espanhol. O diretor da Biblioteca Nacional continua informando que Maria Graham retornara para o Brasil no ano de 1823, a bordo do navio que trouxera o Almirante Thomas Cochrane para organizar e comandar a esquadra da marinha imperial brasileira. Diante disso, Rodolfo Garcia

⁵⁸⁶ Sobre a representatividade da escritora inglesa Maria Graham enquanto uma integrante do romantismo inglês, ver: PORTO, Denise G. O espírito de um tempo: na obra de Maria Graham, o romantismo histórico oitocentista. *Revista Pesquisa & Educação a Distância*, v. 7, 2020, p. 1-13.

recorre as *Notícias Marítimas* do *Diário do Governo*, para localizar o registro da chegada ao porto do Rio de Janeiro da fragata inglesa *Colonel Allen*, no dia 15 de março de 1823, vinda de Valparaíso no Chile.

Dando continuidade, o diretor construirá uma síntese dos acontecimentos registrados pela escritora no manuscrito *d. Pedro*, onde ele tem o cuidado de apontar para o leitor os pormenores históricos que merecem ter atenção no texto, por serem fatos até então “absolutamente inéditos sobre a história do Brasil”. Uma outra característica observada na escrita explicativa e introdutória de Rodolfo Garcia nos documentos em questão, diz respeito a empatia que ele demonstra ter pela autora dos manuscritos, o que deduzimos dever-se menos pelas qualidades pessoais da escritora, e mais pela relevância das informações fidedignas que ele estava tendo a oportunidade de divulgar para os pares historiadores, pela primeira vez mundialmente.

Ao longo da *Explicação* dos documentos adquiridos é possível perceber que em alguns momentos, o diretor da Biblioteca Nacional se deixa envolver pela narrativa apaixonada de Maria Graham, levando o leitor a entrever no correr de sua pena, um certo tom de parcialidade interpretativa do documento. Recorrendo ao *Diário Fluminense*, nas *Notícias Marítimas* do dia 13 de setembro de 1825 daquele periódico, Rodolfo Garcia encontra o registro de saída definitivo de Maria Graham do Brasil, onde se lê: “Saídas do dia 10 do corrente: Portsmouth, F. Ingl. Sibilia, M. James Corbitte, passageira a ingl. Maria Graham, com passaporte da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros”.⁵⁸⁷

Mais à frente, o diretor relata que a escritora se casara em 20 de fevereiro de 1827 com o famoso pintor inglês Augustus Wall Callcott e, em face dessa informação, Garcia demonstra a sua minúcia de investigador histórico, ao construir uma biografia do pintor, citar suas principais obras, os museus e galerias onde elas foram expostas, acrescentando ao texto, um comentário pessoal sobre o marido de Maria Graham.

Prosseguindo na leitura da fonte, Rodolfo Garcia relaciona a totalidade da obra bibliográfica da escritora, com as respectivas referências às editoras, anos de publicação e edições. Após isso, o diretor acrescenta que Maria Graham,

figura entre os coletores da Flora Brasiliensis de Martius, nomeando os seus trabalhos botânicos e o itinerário das suas herborizações, que

⁵⁸⁷ GARCIA, Rodolfo. Explicação. In: Maria Graham no Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*, V. LX, 1938. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, p. 18.

abrangeram em 1821, as cidades de Recife, Bahia e Rio de Janeiro, e no ano de 1823, o Rio de Janeiro, caminho para Santa Cruz.⁵⁸⁸

Nessa passagem, Garcia adverte inclusive, que na publicação *Flora Brasiliensis*, “não se mencionam aí as suas contribuições de 1824 e 1825, ainda no Rio de Janeiro, Laranjeiras e Macacu, de que há notícias no escrito publicado”.⁵⁸⁹ Ao longo da crítica que faz ao documento, o diretor da Biblioteca Nacional avalia que o manuscrito, “é antes uma memória ou narrativa de sua permanência no Brasil[...]que demonstra o fino labor da primitiva escrita”.⁵⁹⁰ Por fim o historiador declara que:

Por tudo quanto fica sumariamente apontado nessas linhas, o que se vai ler nas páginas seguintes apresenta aos estudiosos minúcias e novidades dignas de despertar sua atenção para essa fase da história do Brasil, que embora bastante versada, não dispensa para a sua maior clareza os depoimentos que lhes possam trazer testemunhas fidedignas, com mais fortes razões quando o depoente, que vem a juízo, pertence a sublimada categoria de Maria Graham.⁵⁹¹

Prosseguindo na leitura dos *Anais* e após a apresentação do texto de *Explicação*, segue-se a publicação do primeiro grupo de manuscritos compilados pelo diretor da Biblioteca Nacional, sob o título de *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Leopoldina e Cartas anexas*. Para os aditamentos explicativos e correções aos textos originais das missivas, o historiador recorreu a uma multiplicidade de fontes para construir a composição de suas anotações. Logo, do que relacionamos das fontes utilizadas por Rodolfo Garcia para as anotações desse conjunto de manuscritos, verificamos diversas citações das fontes descritas a seguir, sendo observado também, a ocorrência de aditamentos do próprio punho do autor, sem que os mesmos apresentem indicação de procedência. Pelo todo exposto, seguem as fontes consultadas com indicação das respectivas referências de edições ou ano de publicação, quando citadas:

⁵⁸⁸ GARCIA, Rodolfo. Explicação. In: Maria Graham no Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*, V. LX, 1938. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, p. 18.

⁵⁸⁹ GARCIA, *Explicação*... p. 21.

⁵⁹⁰ GARCIA. *Explicação*... p. 22.

⁵⁹¹ GARCIA, *Explicação*. p... 23.

Documentos Oficiais:

Correspondência diplomática do ministro austríaco Mareschal com o príncipe de Metternick. Segundo nota de Rodolfo Garcia esta é uma “das melhores fontes para a história do período que precedeu à Independência. “ *Anais da Biblioteca Nacional*, V. LX, 1938. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, p. 46.

Periódicos:

Almanack do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1823, 1824, 1825 e 1827.

Diário Fluminense. Rio de Janeiro, 1823, 1824, 1825 e 1826. Notícias Marítimas. Rio de Janeiro, 1823, 1824, 1825 e 1826.

O Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1828.

Obras de Referência:

Catalogue of the valuable Library of the late right honourable Lord Stuart de Rothesay, including many illuminated and importante Manuscripts. Acervo da Biblioteca Nacional.

Han d’Island. romance de Victor Hugo. Paris, chez Persan, Éditeur, 1823.

J. M Quérard, *Les Supercheries littéraires dévoilées*. Tomo III. Paris, 1870.

Memórias da Literatura Portuguesa. Lisboa: Oficina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792 a 1814, 8 tomos in-4.

Récits d’une Tante: Mémoires de La Comtesse de Boigne, née D’Osmond, vol. II. 3ª Ed. Paris: Plon-Nourrit & Cie., 1907.

Rough Notes taken during some rapid Journeys across the pampas and among the Andes. Londres, 1826.

The Dictionary of National Biography. v. III. Oxford University Press, 1917.

Vivian Grey. Novela de Lothair Disraeli. Londres, 1825.

Continuando a apresentação de *Maria Graham no Brasil* nos *Anais da Biblioteca Nacional V. LX, 1938*, segue-se o manuscrito *Escorço Biográfico de d. Pedro I com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo*. Destarte, para a composição das anotações e aditamentos deste documento, o diretor da Biblioteca Nacional recorreu às fontes relacionadas a seguir, as quais foram compiladas para essa tese, seguindo a mesma metodologia utilizada para a exposição das fontes consultadas por Rodolfo Garcia no documento *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Leopoldina e Cartas anexas*.

Cartas e Diários:

Carta da Imperatriz Leopoldina para Maria Graham de 13 de outubro de 1823; 10 de maio de 1824.

Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. in: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LXI.

Carta de Maria Edgeworth de 27 de abril de 1824.

Carta de Maria Graham para a Imperatriz -S/D.

Lord Cochrane. *Narrativa de Serviços ao libertar-se o Brasil da Dominação portuguesa prestados pelo Almirante Conde de Dundonald*. Londres, 1859.

Maria Graham. *Journal of a Voyage to Brazil and a residence there in the Years 1821, 1822, 1823*. Londres, 1824.

Documentos Oficiais:

Diário do Governo: 31 de janeiro de 1824; 21 de fevereiro de 1824; 23 de fevereiro de 1824; 5 de maio de 1823; 14 de maio de 1823; 23 de maio 1823; 10 de junho de 1823; 14 de novembro de 1823; 19 de novembro de 1823.

Periódicos:

Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro. 1823, 1824, 1825 e 1827.

Diário Fluminense: 26 de maio de 1823; 2 de agosto de 1825; 14 de setembro de 1824; 13 de outubro de 1824; 21 de outubro de 1824; 22 de novembro de 1824; 30 de novembro de 1824; 4 de abril de 1825; 19, 27 e 29 de julho de 1825; 24 de novembro de 1825.

Jornal do Comércio 31 de julho de 1837.

O Patriota, nº 3, 1813.

Revistas do IHGB:

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, XXIX, parte 2ª.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XXXVIII, parte 1ª.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XLIII, parte 2ª.

Obras de Referências:

Albert du Petit-Thouars- *Flore des iles australês de l'Afrique, Histoire particulière des plantes orchidées, recueillies sur trois terres australês d'Afrique, de l' Ile de France et de Madagascar*. Paris, 1822.

André Gain. *De la Lorraine au Brésil*. Nancy, Société d'Impressions Typographiques, 1930.

Compêndio da Doutrina Cristã. Lisboa, Oficina de Joseph da Costa Coimbra, 1751.

Domingos Antônio Rayol- *Motins Políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará, desde o ano 1821 até 1835*. Rio de Janeiro: Typografia Portuguesa do Lobão, 1884.

Francisco Adolfo de Varnhagem. *História da Independência*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1916.

Hyppolite Taine. *Histoire de la littérature Anglaise*, t. IV. Paris, 1892.

Jean-Baptiste Aublet. *Histoire des plantes de la Guyane Française, rangées suivant la méthode sexuelle*. Londres- Paris, 1775.

Jean-Baptiste Grivel. *Memóires: Revolution, Empire*. Paris, Plon-Nourrit & Cie., 1914.

José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, vol. V. 1946.

Melo Moraes. *Brasil Histórico*, 2.ª ed, tomo II, 1867.

Memórias de Leopoldo. II Congresso.

Obras do historiador Henry Hallan (1799-1859)

Padre Diogo Feijó. *Voto do Sr. Deputado....., como membro da Comissão do Eclesiástico, sobre a indicação do Sr. Deputado Ferreira França, que propõe que o clero do Brasil seja casado*. Rio de Janeiro, 1827.

Tobias Monteiro – *História do Império- O Primeiro Reinado*, tomo I. Rio de Janeiro: Briguier & Cia., 1939.

Logo, pelo exposto na argumentação desse capítulo, reiteramos a afirmação de que Rodolfo Garcia, tomando como base o estudo que realizou dos manuscritos *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Leopoldina* e no *Escoço Biográfico e d. Pedro I com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo*, confrontando-os, aditando-os e suprimindo-lhes as lacunas com o auxílio das fontes supracitadas, pode estabelecer os seus parâmetros exegéticos para proceder a crítica documental das aquarelas da Bahia e conferir a autoridade do conjunto imagético a Maria Graham por verificar-lhes a complementariedade. Destarte, ao submeter as aquarelas da Bahia a uma análise crítica e comparativa aos manuscritos em questão, o historiador buscou identificar as contradições, as lacunas e as diferentes interpretações presentes nos documentos, evitando assim a construção de narrativas simplistas e

generalizantes. Com isso, ao conferir-lhes o parecer de autoria, o diretor da Biblioteca Nacional inseriu as aquarelas da Bahia no rol de fontes confiáveis para os estudos da representatividade de Maria Graham como uma observadora do período da Independência do Brasil.

Dito isso, no próximo capítulo daremos um salto temporal para a década de 50 do século XX, quando abordaremos o protagonismo feminino no contexto histórico da primeira metade dos anos 1900, onde a presença de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha se insere. Evidenciaremos a historicidade de mulheres pioneiras que contribuíram de forma significativa para a construção do conhecimento cultural e científico no Brasil, sublinhando, sobretudo, os caminhos percorridos pela bibliotecária e museóloga Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Traçaremos um perfil biográfico de Lygia para destacar os caminhos da sua formação intelectual e profissional como reconhecida especialista em estudos da técnica artística da gravura no Brasil e discutiremos a contribuição metodológica da bibliotecária e chefe da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional entre os anos de 1950 a 1976, relativa as suas análises acerca da autoria das aquarelas da Bahia, e os impactos e consequências das suas conclusões no âmbito dos estudos acadêmicos da obra de Maria Graham e das pesquisas históricas referentes ao período da Independência do Brasil.

CAPÍTULO 4

LYGIA DA CUNHA: O OLHAR DA ESPECIALISTA PARA AS AQUARELAS DA BAHIA ATRIBUÍDAS À MARIA GRAHAM

A constatação de que as ilustrações de Maria Graham estão na sua totalidade voltadas para a paisagem e a existência de desenhos feitos por Earle, fixando as figuras, provando assim que seu pouco interesse nos tipos e hábitos locais decorria de alguma dificuldade para desenhá-los, concorre para asseverar que não são de autoria de Maria Graham os desenhos adiante descritos.

Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha⁵⁹²

4.1 Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha: um perfil biográfico da bibliotecária e pesquisadora nos primeiros anos de sua formação.

Retornando com a abordagem do protagonismo feminino na presente tese, quando, como visto nos capítulos anteriores, II e III, foram destacadas, sobretudo, as contribuições culturais e intelectuais de atores históricos masculinos, e onde vimos a inglesa Maria Graham figurar como a única mulher a brilhar no cenário histórico observado, enfatizamos que também para as brasileiras, desde o início do século XX, os percursos trilhados para a inserção profissional no mercado de trabalho, incluindo nesse movimento o acesso aos cargos públicos nos espaços letrados e de preservação da memória nacional, constituíram-se por meio de um processo lento, ascendente e contínuo ao longo dos decênios seguintes, e que teve na conquista pelo direito ao voto no Brasil em 1932,⁵⁹³ uma linha divisória para novas perspectivas acerca da representatividade social feminina.

Em meio ao contexto histórico da primeira metade dos anos 1900, onde a presença de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha se insere nessa análise, uma outra voz feminina, a da naturalista e feminista, Bertha Lutz (1894-1976), sobrepõe no cenário das lutas pelos direitos sociais e da emancipação intelectual e profissional das mulheres no Brasil, sendo o seu exemplo uma inspiração para as gerações futuras, como a da jovem bibliotecária Lygia da Cunha.

⁵⁹² CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Iconografia Baiana do Século XIX. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, 1981, p. 151.

⁵⁹³ GIULANI, *Os Movimentos de trabalhadoras e a Sociedade Brasileira...*p. 644.

Formada em Botânica, Biologia, Ciências Naturais, Zoologia e Química, pela Faculdade de Ciências de Paris, Sorbonne, no ano de 1918, Bertha Lutz teve contato com o movimento sufragista ainda durante a sua estada na Europa. De volta ao Brasil em 1919, Lutz fundou a Liga Para a Emancipação Intelectual da Mulher, e no mesmo ano, ingressou por concurso no Museu Nacional, para exercer a função de secretária na instituição, onde se aposentou no ano de 1966. Pertencendo a uma geração na qual mulheres cientistas definiam seus papéis na sociedade, Bertha Lutz “atuou[...]apoiada tanto em sua inserção científica e institucional quanto no movimento feminista do qual fazia parte”.⁵⁹⁴

Assim, inserida no seletorol das mulheres pioneiras no Brasil, Bertha Lutz, “que povoou a opinião pública de sua época”,⁵⁹⁵ é reconhecida como a segunda mulher a ingressar nos quadros do serviço público brasileiro, sendo precedida pela diplomata Maria José de Castro Rabello,⁵⁹⁶ apenas um ano antes, em 1918.

A partir da sua conquista por um lugar de trabalho no serviço público, Bertha tornou-se uma referência para outras mulheres brasileiras que desejavam, como ela, transpor a “linha divisória entre o mundo da família onde ficavam as mulheres e o mundo público do trabalho e sucesso profissional onde estavam os homens”.⁵⁹⁷ Como visto, muitas foram as mulheres que com seus exemplos de tãmpera pessoal e escolhas profissionais, contribuíram para a emancipação social e intelectual feminina no Brasil ao longo do século XX.⁵⁹⁸

⁵⁹⁴ SOUSA, Lia Gomes Pinto de. *Educação e Profissionalização de mulheres. Trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2009, p. 8.

⁵⁹⁵ SOUSA, *Educação e Profissionalização de mulheres...* p.9.

⁵⁹⁶ A diplomata Maria José de Castro Rabello (1891-1936) foi uma pioneira ao ingressar no serviço público brasileiro. Aprovada em primeiro lugar no Concurso do Itamaraty em 28 de setembro de 1918, Maria José de Castro Rabello é a primeira mulher a exercer o cargo de diplomata no Brasil. Disponível em: <https://apd.org.br/a-primeira-mulher-no-servico-publico-brasileiro-100-anos/> Acesso em: 12 de agosto de 2024.

⁵⁹⁷ KURZAWA, Luciane Lima Perez. *O papel da mulher na gestão pública*. Disponível em: <https://arq.sefaz.ms.gov.br/age/artigostec/artigoluciane.pdf> Acesso em: 12 de agosto de 2024.

⁵⁹⁸ No contexto do pioneirismo de mulheres nas lutas pela emancipação feminina das primeiras décadas do século XX, citamos a presença da mineira Jerônima Mesquita (1880-1972), que, entre as suas diversas contribuições como ativista feminista e enfermeira, fundou, no ano de 1918, o Hospital Pró-Matre, no Rio de Janeiro; em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), e em 1932, participou ativamente do movimento sufragista, sempre com a coparticipação da amiga ativista, Bertha Lutz. MONTES, Natália. *A mulher que emponderava mulheres*. Curitiba: Editora Casa, 2004, p. 11.

Nesse sentido, no decurso da década de 1940, o Brasil— ao contrário do que acontecia no conflituoso contexto econômico internacional que colapsara com a evolução da Segunda Grande Guerra (1939-1945) —, apresentava um progresso econômico em decorrência do “surgimento da indústria de base dedicada à produção de máquinas e ferramentas pesadas, à siderurgia, à metalurgia e à indústria química”.⁵⁹⁹ Para as mulheres brasileiras, esses anos também representaram avanços com a consolidação das Leis Trabalhistas por Getúlio Vargas⁶⁰⁰ e a conquista de direitos relativos ao universo feminino, como, por exemplo, o acesso aos serviços de amparo a maternidade,⁶⁰¹ um avanço que significou uma mudança expressiva na perspectiva profissional destas mulheres no mercado de trabalho.

Isso posto, lembramos que para além da atuação feminina pela emancipação de seus direitos sociais e dos “movimentos das trabalhadoras[...]ligadas às atividades produtivas”,⁶⁰² testemunhamos a participação silenciosa de brasileiras mobilizadas em prol do movimento nacional de esforço de guerra, onde destacamos o nome da enfermeira Virgínia Porto Carrero (1917-2023).⁶⁰³ Mulheres representantes de diversos segmentos sociais uniram-se para atender ao chamado da nação “como parte de um movimento de constituição de um front interno para a prática da Enfermagem de Guerra”,⁶⁰⁴ uma vez que o Brasil havia enviado para a frente de batalha na Itália, um

⁵⁹⁹ Del PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2016, p. 254.

⁶⁰⁰ Del PRIORE; VENÂNCIO, *Uma breve história do Brasil...* p. 256.

⁶⁰¹ A consolidação das Leis Trabalhistas assinada em 1943, determinava, dentre outras disposições, que a partir de então, a mulher operária teria direito aos serviços de proteção e amparo a maternidade, como também ficou determinada a restrição a exploração ao trabalho infantil. Del PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2016, p. 256.

⁶⁰² GIULANI, *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira...* p. 640.

⁶⁰³ Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero (1917-2023), graduada em enfermagem pela Cruz Vermelha Brasileira, ingressou no serviço militar voluntariamente em resposta ao chamado do Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. Motivada por um anúncio em jornal, inscreveu-se discretamente no curso de preparação para enfermagem de guerra. Selecionada para integrar o primeiro contingente feminino de enfermeiras do Exército Brasileiro, embarcou para a Itália em junho de 1944, alistando-se à Força Expedicionária Brasileira (FEB). Sua trajetória evidencia o papel fundamental das mulheres brasileiras no esforço de guerra e a importância da formação profissional na mobilização de recursos humanos para o conflito. BERNARDES, Margarida Maria Rocha; KAMINITZ, Laurinda Rosa Maciel; ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá; OLIVEIRA, Alexandre Barbosa; PORTO, Fernando Rocha. Uma enfermeira da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. *Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (v. 29), n. 2, abr - jun / 2022.

⁶⁰⁴ Segundo Taís da Silva Kneodler, “durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) havia apenas quatro escolas de enfermagem na Capital Federal: a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, criada em 1890; a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira, criada em 1916; a Escola de Enfermagem Anna Nery, em 1822 e a escola de Enfermeiras Luiza de Marillac, fundada em 1939”. KNEODLER, Taís da Silva. *Mulheres de Prontidão: o preparo de voluntárias pelas escolas de enfermagem da Capital*

contingente de cerca de vinte e cinco mil soldados que constituíram a Força Expedicionária Brasileira, FEB, organizada pelo Ministério da Guerra em 1943, contribuindo o Brasil para o êxito das forças aliadas representados pela aliança dos E. U. A, França e Inglaterra.⁶⁰⁵

Logo, após apresentarmos a digressão acima sobre o avanço das conquistas pelos direitos sociais das mulheres brasileiras na primeira metade do século XX, e da inserção delas em segmentos profissionais e públicos, lugares que até então eram ocupados predominantemente por homens, aprofundaremos nossa análise neste capítulo, ao investigar a presença feminina nos espaços de produção e difusão do conhecimento histórico, científico, cultural e de memória, tais como, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Museu Nacional, o Museu Histórico Nacional e em outras instituições congêneres.

Para tanto, evidenciaremos a historicidade de pioneiras que contribuíram de forma significativa para a construção do conhecimento cultural e científico no Brasil, sublinhando, sobretudo, os caminhos percorridos pela bibliotecária Lygia da Cunha. Neste cenário, destacaremos os parâmetros teóricos e metodológicos que orientaram o olhar da especialista nas análises das aquarelas da Bahia, e no seu parecer de atribuição de autoria a Maria Graham, ainda na década de 50 do século XX, uma vez que para analisar um documento era preciso “ler e saber selecionar[...]analisar, descrever, comparar, retratar, reproduzir, caracterizar, relatar, narrar... “, segundo Lygia da Cunha.⁶⁰⁶

Nesse sentido, de acordo com a historiadora Margareth Rago, “a recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico”.⁶⁰⁷ De fato, e no que tange ao escopo dessa tese, desde as últimas décadas do século XX, houve no Brasil uma expansão da produção acadêmica, científica e editorial de estudiosas ligadas não apenas ao campo da História, mas também, na Museologia e na Biblioteconomia, ocupando espaços,

Federal do Brasil para as demandas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Dissertação. (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

⁶⁰⁵ MOREIRA, *Força Expedicionária Brasileira...*p. 388.

⁶⁰⁶ RIBEIRO, *Uma senhora bibliotecária...* p. 9.

⁶⁰⁷ RAGO, *As Mulheres na Historiografia Brasileiras...* p. 81.

onde anteriormente predominava um universo hegemonicamente masculino, como citado anteriormente.

A partir daí, inéditos estudos deram amplitude a dezenas de antigas vozes femininas. Silenciadas em pilhas de documentos, essas vozes foram esquecidas nas gavetas, prateleiras e cofres dos arquivos espalhados por todo o Brasil. Logo, uma centena de evidências materiais produzidas por mulheres que viveram no passado, puderam ser finalmente desveladas e interpretadas, possibilitando que estes documentos fossem ressignificados por especialistas a partir das suas intervenções dos usos do passado no presente.

Assim, com a conquista de lugares na produção intelectual dos campos científico, acadêmico, literário e editorial, as mulheres deram visibilidade às temáticas concernentes ao universo feminino, tanto quanto, às questões ligadas a representatividade histórica e cultural de seu gênero. Enfim, as mulheres ganharam um lugar no debate historiográfico e da memória brasileira.

Em consequência disso, pesquisas inéditas cotejando documentos diversos como desenhos, pinturas, gravuras, narrativas de viagem, diários íntimos, cartas, biografias, autobiografias, fotos, e tantos outros vestígios de vidas passadas, legitimariam novas interpretações acerca das trajetórias femininas pretéritas, dando-lhes protagonismo, voz, feição e historicidade.

As vidas dessas personagens e de suas produções artísticas e literárias, que por séculos ficaram ausentes dos livros de história, como por exemplo, a problematização da autoria das aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham a que nos debruçamos nessa tese, estão agora inseridas na historiografia brasileira a partir de inovadores constructos textuais elaborados por mulheres.⁶⁰⁸ Tais sínteses contemporâneas, destacam os lugares sociais, que um dia foram ocupados por outras de nós. Entremeados a questões muitas vezes subjetivas, esses vestígios do passado destacam as complexidades dos cotidianos de suas vidas e identificam a mentalidade de seu tempo, suas estratégias de lutas, sobrevivências e dificuldades. Para Mary Del Priore, esta historiografia feminina deve tratar de:

⁶⁰⁸ PORTO, Denise G. Os Ecos de uma voz feminina oitocentista: Maria Graham e a escrita sobre os anos do Brasil independente (1821-1825). In: OLIVEIRA, Cláudia (org.). *Mulheres na História: Inovações de gênero entre o público e o privado*. Petrópolis: Editora Literar, 2020, p. 133-153.

“Enfocar as mulheres através das tensões e das contradições que se estabeleceram em diferentes épocas, entre elas e seu tempo, entre elas e as sociedades nas quais estavam inseridas[...]mostrando como o ser social, que ela é, articula-se com o fato social do qual ela é parte integrante”.⁶⁰⁹

Diante disso, traçaremos um perfil biográfico “dessa admirável servidora pública”,⁶¹⁰ Lygia da Cunha (1922-2009), bibliotecária, museóloga e reconhecida especialista em gravuras, para destacar os caminhos da sua formação intelectual e profissional, “mostrando como o ser social, que ela é, articula-se com o fato social do qual ela é parte integrante”.⁶¹¹

Para tanto, e por serem ainda escassas as fontes bibliográficas que examinam a trajetória da vida de Lygia da Cunha, consultamos para a escrita da presente tese a documentação pessoal da bibliotecária doada por sua família ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, onde o acervo adquirido está organizado e disponível para consulta pública sob a denominação de “Arquivo Lygia da Cunha”. Somaram-se aos aludidos documentos de arquivo, alguns textos de referência, tais como, *uma senhora bibliotecária*,⁶¹² *A imagem como evidência histórica: algumas considerações sobre o trabalho de Lygia Cunha*,⁶¹³ *Perfil Biográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*,⁶¹⁴ *Estampas antigas, tempos modernos: Lygia Cunha e a cultura visual de seu tempo*,⁶¹⁵ *Nota Técnica*,⁶¹⁶ e outros textos selecionados de autoria da própria especialista, publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*.

Entretanto, era preciso recuperar o vívido colorido existencial de Lygia, inevitavelmente esmaecido pela passagem do tempo que incide nos documentos adormecidos em arquivos, e nas páginas silenciosas dos livros. Em vista disso, recorreremos ao depoimento memorialístico inédito, concedido em entrevista com a colega bibliotecária, discípula e atual coordenadora de Acervos Especiais da Fundação

⁶⁰⁹ DEL PRIORE, *Apresentação...* p. 9.

⁶¹⁰ RIBEIRO, *Uma senhora bibliotecária...* p. 14.

⁶¹¹ DEL PRIORE, *Apresentação*. p. 9.

⁶¹² SANTOS, *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional...* 2010.

⁶¹³ SANTOS; RIBEIRO; LYRA, *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional...* 2010.

⁶¹⁴ LYRA, *Perfil Biográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha...* 2010.

⁶¹⁵ ANDRADE, *Estampas antigas, tempos modernos...* 2019.

⁶¹⁶ CUNHA, *O Rio de Janeiro através das estampas antigas...* 2019.

Biblioteca Nacional, Mônica Carneiro,⁶¹⁷ que conviveu com Lygia da Cunha, na Biblioteca Nacional, até a sua aposentadoria. O depoimento oral realizado por meio de entrevista presencial configura uma fonte primária inédita para essa tese.

Gilberto Vilar de Carvalho, na sua *Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)*,⁶¹⁸ sublinha que dos servidores e dirigentes da Biblioteca Nacional que julgou terem destaque na vida cultural brasileira, apenas cinco eram mulheres, e entre elas, o nome da bibliotecária Lygia da Cunha, distinguia-se. De fato, a trajetória profissional de Lygia ao longo dos vinte e cinco anos em que esteve à frente da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, notabilizou-se por seu profundo conhecimento no estudo de gravuras e pelo dedicado comprometimento nas pesquisas e análises técnicas do acervo iconográfico da instituição.

⁶¹⁷ A bibliotecária e servidora pública, Mônica Carneiro Alves, nasceu no Rio de Janeiro e se formou em Biblioteconomia na área de Processamento Técnico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UNIRIO. No ano de 1984, Mônica Carneiro entrou para a Biblioteca Nacional como estagiária na seção de Catalogação. Ao findar a graduação, Mônica foi chamada para trabalhar ao lado de Lygia da Cunha na Seção de Iconografia, quando na época, Lygia era a coordenadora de Acervos Especiais, função que hoje é exercida por Mônica Carneiro na Biblioteca Nacional. A atual coordenadora de Acervos Especiais tem profundo conhecimento de todo o rico acervo da seção e de sua constituição ao longo do tempo, que hoje totaliza mais de 200 mil peças. ALVES, Mônica Carneiro. Entrevista concedida a Denise G. Porto. 2024. Coordenação de Acervo Especial/Fundação Biblioteca Nacional.

⁶¹⁸ CARVALHO, *Biografia da Biblioteca Nacional...* 1997.

Figura 34: Fotografia de Lygia da Cunha em Paris no ano de 1947



Fonte: Álbum de Família-Reprodução: Cesar Duarte⁶¹⁹

O Rio de Janeiro estava em festa em 1922, pois aquele era o ano em que a Capital Federal se mobilizava em torno dos preparativos para a grande *Exposição Comemorativa do Centenário da Independência*, efeméride na qual o Museu Histórico Nacional foi criado, como já visto no Capítulo III dessa tese, e que suscitaria, também, a renovação cultural no Brasil promovida pelos debates em torno do movimento modernista da Semana de Arte Moderna. Em meio a tal contexto histórico de festividades e reformulações profundas no campo cultural e da memória nacional, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha veio ao mundo, no dia 4 de junho de 1922. Filha primogênita de Elisa Ribeiro da Fonseca e Henrique Guilherme Fernandes da Cunha, Lygia teve uma infância cercada de livros, bibliotecas, saraus musicais e arte, pois

⁶¹⁹ Imagem reproduzida a partir do livro: LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Perfil Biográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

segundo a sua biógrafa, “o cultivo da leitura era uma característica do ambiente familiar em que Lygia nasceu e cresceu”.⁶²⁰ A menina brincou a infância e passou parte de sua juventude em companhia de seus três irmãos, no bairro carioca do Grajaú. Sempre destacando-se nos estudos, pela dedicação característica de uma aluna exemplar, Lygia da Cunha fora educada na Escola Alemã, por influência de seu avô materno, Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca, médico, intelectual e sócio do IHGB,⁶²¹ que havia se formado em medicina em Viena.

Avançando para o ano de 1938, nos tempos da juventude, por ocasião da conclusão no Curso Secundário Fundamental no Colégio Lafayette, a jovem Lygia, então com 16 anos de idade, foi aconselhada por um tio a se inscrever no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, o primeiro da América Latina, e que havia sido criado nos idos dos anos 1920, ainda na direção de Manoel Cícero Peregrino da Silva, como já citado no Capítulo II dessa tese.⁶²² O destino de Lygia da Cunha parecia concorrer para que a jovem estudiosa encontrasse, finalmente, no ambiente da Biblioteca Nacional, a oportunidade para a realização de uma carreira pública plena de sucessos na maturidade, vivendo “no meio dos livros que você tanto ama”,⁶²³ como vaticinou um dia, o seu tio querido.

Por conseguinte, em 1939, com a entrada de Lygia da Cunha no Curso de Biblioteconomia, os caminhos de Rodolfo Garcia, Maria Graham e os de Lygia, os três protagonistas históricos sobre os quais este estudo se debruça, começariam a se interconectar mutuamente pelos anos vindouros, ainda que eles nunca viessem a saber

⁶²⁰ LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Perfil Biográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 26.

⁶²¹ ANDRADE, *Estampas antigas, tempos modernos...* p. 8.

⁶²² O currículo do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional quando foi criado por Manoel Cícero Peregrino, no ano de 1920, compreendia cadeiras ligadas a formação histórica, artística e técnica. Na cadeira intitulada, Bibliografia, eram ministradas, a história do livro, a conservação, administração e a organização das bibliotecas. Na cadeira de Paleografia e Diplomática, eram ministrados os estudos e análises dos documentos diplomáticos, os títulos nobiliárquicos, nomes e lugares, e o conhecimento das escritas utilizadas pelas chancelarias régias. Na disciplina de Iconografia, estudava-se a origem e a história da gravura, as técnicas e processos da gravura dos mais afamados mestres. A identificação dos gravadores conhecidos, suas marcas ou assinaturas. *Biblioteca Nacional, Memória e Informação*. Catálogo Comemorativo dos 180 anos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1990, p. 52.

⁶²³ *Biblioteca Nacional, Memória e Informação*. Catálogo Comemorativo dos 180 anos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1990, p. 52.

disso. Lembramos que no ano anterior da entrada de Lygia da Cunha no Curso de Biblioteconomia, ou seja, em 1938, Rodolfo Garcia, o então diretor da Biblioteca Nacional e responsável pela reabertura do Curso no ano de 1932, havia adquirido para a Biblioteca o Espólio Literário e Artístico de Maria Graham, e em seguida, atribuído a autoria das aquarelas à escritora inglesa, como citado em diversas ocasiões no presente estudo.

Logo, quando a jovem Lygia da Cunha, chegou à Biblioteca Nacional em 1939, o ano em que eclodiu o conflito da Segunda Guerra Mundial, a compra das aquarelas da Bahia estava sendo divulgada por Rodolfo Garcia nos *Anais da Biblioteca Nacional* v. LX, ano, 1938, enquanto a imprensa carioca, em meio às manchetes que traziam as notícias do confronto europeu, noticiava a festejada aquisição da documentação inédita, na matéria assinada por Carlos Pontes, no jornal *Correio da Manhã* do dia 29 de outubro de 1940, como já citado nessa tese. Portanto, não é descabido inferir que Lygia, uma atenta leitora, e aplicada futura bibliotecária, tivesse conhecimento da aquisição das aquarelas por meio da leitura dos *Anais* da instituição, uma vez que a publicação mais antiga da Biblioteca Nacional era a principal fonte de divulgação do fabuloso acervo institucional e de pesquisas para os alunos do Curso.

Quando concluiu o Curso de Biblioteconomia, em 1940, aos 18 anos de idade, Lygia da Cunha foi aprovada com a média seis, entre os vinte e dois alunos de uma turma de trinta e seis inscritos no segundo ano do curso. Daqueles que concluíram o curso, quatorze alunos eram mulheres. Naquele ano, segundo consta na lista dos aprovados publicada no *Relatório da Diretoria* do diretor Rodolfo Garcia para o ministro Gustavo Capanema, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LXII, 1940,⁶²⁴ foram ministradas as seguintes disciplinas com seus respectivos professores, como demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 13: Quadro de disciplinas e professores da turma de 1940

Bibliografia: Emanuel Gaudie Ley
História Literária: João Carlos Moreira Guimarães
Paleografia e Diplomática: Bacharel José Bartolo da Silva
Iconografia e Cartografia: Floriano Bicudo Teixeira

⁶²⁴ *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LXII, 1940. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 406-416.

Figura 35: Documento: Lista dos aprovados na turma do Curso de Biblioteconomia de 1940

Desses 36 alunos, somente terminaram o curso 22, sendo considerados aprovados com as seguintes médias:

NOMES	MÉDIA
1 — Leda Boechat	7
2 — Maria Antonietta de Magalhães Requião	7
3 — Aurora Barros de Araujo Vieira	7
4 — Lydia da Queiroz Sambaquy	7
5 — Heloisa Rego Freitas Ponteselle	6

412

6 — Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	6
7 — Theresza Esther Rindrigues Pereira	6
8 — Ruth Libanio Villola	6
9 — Marcondes de Carvalho	6
10 — Cybele de Ilanauquão Gomes	6
11 — Ruth Maia Dutras	6
12 — Manoel Adolpho Wanderley	6
13 — Maria Eugenia Quaresma	5
14 — Maria Helena da Fonseca Costa Couto	5
15 — Regina Maria Dires de Sá	5
16 — Maria da Glória Tavares de Lacerda	5
17 — Regina Maria Pedernettes	5
18 — Elay Guimarães Ferreira	5
19 — Isa Senna Chévoller	5
20 — Edina Vauquy Leite Guimarães	5
21 — Dulce de Albuquerque Bastos	5
22 — Alfred Wendner Rusine	5

Não conseguiram média para a aprovação 11 alunos.

Não se apresentaram três alunos.

O curso de Biblioteconomia funcionou com a máxima regularidade, cumprindo ressaltar a boa vontade dos bibliotecários.

Fonte: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LXII, 1940.

O documento publicado acima e copiado dos *Anais* v. LXII, 1940, apresentase danificado quanto a sua legibilidade, em razão do ataque cibernético que atingiu o acervo da BNdigital no dia 11 de abril de 2021, e que avariou uma grande parte da documentação online, entre os quais, encontram-se os *Anais da Biblioteca Nacional*. Por esse motivo, apresentamos a seguir um quadro com a transcrição dos nomes dos vinte e dois alunos inscritos na turma segundo ano, e as respectivas notas com as quais eles concluíram o Curso, e onde são identificados os nomes de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha e de Lídia de Queiroz Sambaquy.⁶²⁵

⁶²⁵ Lídia de Queiroz Sambaquy (1903-2006) foi uma bibliotecária formada na turma de 1940, do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, na qual Lygia da Cunha também se formara. Considerada um nome exemplar na Biblioteconomia no Brasil, podemos citar como contribuições relevantes de Lídia de Queiroz Sambaquy, a fundação do antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBC), atual, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Ao longo de sua carreira, Lídia chefiou o Serviço de Intercâmbio de Catalogação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de

Tabela 14: Transcrição da lista de alunos aprovados na turma de 1940

1	Leda Boechat	7
2	Maria Antonieta de Magalhães Vieira	7
3	Aurora Barros de Araújo Vieira	7
4	Lydia de Queiroz Sambaquy	7
5	Heloisa Rego Freitas (?) Fontenelle	6
6	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	6
7	Thereza (?) Rodrigues Pereira	6
8	Ruth Libanio Villela	6
9	Mercedes de Carvalho	6
10	Cybele da Conceição Gouvea	6
11	Ruth Maria Dantas	6
12	Manoel Adolpho Wanderley	6
13	Maria Eugênia Quaresma	5
14	Maria Helena da Fonseca Costa	5
15	Regina Maria Pires de Sá	5
16	Maria da Glória Tavares de Lacerda	5
17	Regina Maria Pederneiras	5
18	Eloy Guimarães Ferreira	5
19	Iza Seabra (?)	5
20	Edna (?) Leite Guimarães	5
21	Dulce de Albuquerque	5
22	Alfredo Theodor Rosine	5

4. 2 Do Museu Nacional à Biblioteca Nacional: trajetórias em um novo tempo

A jovem Lygia da Cunha havia apenas concluído a sua formação como bibliotecária, e logo no ano seguinte, em 1941, surgiu a oportunidade para ocupar um cargo na biblioteca do Museu Nacional. Assim, Lygia começaria uma longa e exitosa trajetória pessoal na profissão que escolhera. Aprovada no concurso promovido pelo Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), Lygia foi efetivada e nomeada bibliotecária- auxiliar daquela instituição, pelos quatro anos seguintes. Por certo, esse foi um tempo de intenso aprendizado pessoal, crescimento profissional e intelectual para Lygia da Cunha, pois, naqueles anos, o Museu Nacional era dirigido pela antropóloga Heloísa Alberto Torres (1895-1977),⁶²⁶ que fora a primeira mulher a

1937 a 1953, foi Bibliotecária da Biblioteca do Ministério da Educação e Saúde e responsável pelo serviço das bibliotecas do MEC. Lídia Sambaquy exerceu o magistério no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional dos anos de 1945 a 1954. Disponível em: <https://biblioteca.ibict.br/2023/11/30/noticia-2/> Acesso em 15 de agosto de 2024.

⁶²⁶ Heloísa Alberto Torres (1895-1977) nasceu no Rio de Janeiro, e é considerada uma protagonista no desenvolvimento da Antropologia brasileira e no fortalecimento de instituições científicas e de cultura no Brasil. No ano de 1918, Heloisa ingressou no Museu Nacional como estagiária do diretor da instituição, o antropólogo Roquete-Pinto, sendo ele o seu patrono científico. Roquete-Pinto atuou na expansão das fronteiras sociais das ciências naturais, trabalhando para a sua divulgação, na implantação

dirigir a instituição dos anos 1939 a 1955. Durante a sua gestão, a antropóloga renovou os quadros técnicos voltados para as pesquisas em antropologia, geologia, paleontologia, botânica e zoologia, e integrou o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, de 1934 a 1939, sendo Heloisa, a única mulher representada no Conselho.⁶²⁷ O caminho que Heloisa Alberto Torres trilhou até chegar a direção da instituição, iniciou-se formalmente a partir do concurso público para o cargo de professora substituta da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu. Ao ser aprovada, e nomeada por decreto de 2 de setembro de 1925, Heloisa tornou-se a primeira professora concursada para lecionar a cadeira de Antropologia naquela instituição.

Para a bibliotecária-auxiliar Lygia da Cunha, os anos transcorridos no Museu Nacional, por certo proporcionaram-lhe a convivência estimulante com mulheres cientistas, desbravadoras e reconhecidas nacionalmente por suas contribuições acadêmicas, pois pelos ambientes do primeiro museu de ciências naturais e antropológicas do Brasil, circulavam, além da sua diretora, também a naturalista e sufragista Bertha Lutz. As duas cientistas eram contemporâneas geracionais, nascidas nos anos de 1885, e 1884, respectivamente, e teriam ingressado no Museu Nacional em momentos muito próximos uma da outra: Bertha Lutz, em 1919, como já citado, e Heloisa Alberto Torres, no ano de 1925.

Logo, a mentalidade profissional de Lygia da Cunha, uma jovem mulher de 19 anos, que estava dando os seus primeiros passos na carreira pública escolhida, teria sido refinada por ideias, exemplos e métodos, provenientes daquele fértil ambiente de trabalho. Por ali transitavam especialistas, pesquisadores, cientistas, professores e alunos, homens e mulheres, numa intensa movimentação em prol da renovação e divulgação científica brasileira. Nesse sentido, estimulada a aprofundar os seus conhecimentos, especializando-se e capacitando-se melhor na profissão, Lygia da

da radiofonia e do cinema educativo brasileiro. SILVA, Maria do Perpétuo Socorro Lopes de Souza. *Uma contribuição à História das mulheres nas ciências do Brasil: Heloisa Alberto Torres, a primeira Diretora do Museu Nacional/UFRJ*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e Epistemologias-HCTE) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p. 26.

⁶²⁷ FARIA, Luiz de Castro. *Heloísa Alberto Torres (1895-1977)*. Disponível em: https://www.museunacional.ufrj.br/semiar/docs/Listagem_de_artigos_e_periodicos/artigo_FARIA-LUIS.pdf Acesso em 16 de agosto de 2024.

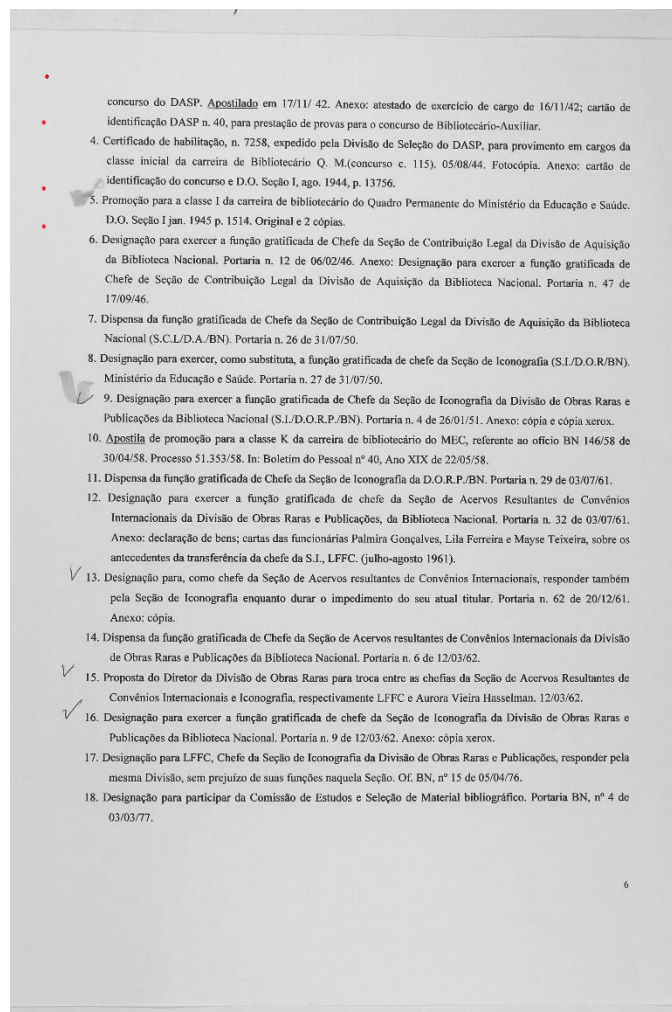
Cunha, no ano de 1943, concluiu o Curso de Biblioteconomia do DASP, Divisão de Aperfeiçoamento, para no ano seguinte prestar um novo concurso para a classe I da carreira de bibliotecário do quadro permanente do Ministério da Educação e Saúde. D. O. Seção I, jan. 1945 p. 1514”, conforme está registrado no seu *Curriculum Vitae*,⁶²⁸ documento manuscrito publicado em parte a seguir, e que está disponível para consulta no “Arquivo Lygia da Cunha”, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Por conseguinte, durante os quatro anos em que esteve atuando no cargo de bibliotecária-auxiliar, Lygia teria amadurecido o seu perfil profissional, tanto pela prática cotidiana junto aos pesquisadores, no atendimento com informações bibliográficas para as pesquisas multidisciplinares no campo das ciências naturais e da Antropologia, quanto, pela experiência adquirida na convivência regular com a diretora Heloisa Alberto Torres e com a botânica Bertha Lutz, que foram, certamente, referências luminares para Lygia da Cunha. Foi nesse momento de sua carreira, que surgiu o interesse pela obra e literatura das expedições científicas e dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, desde o século XVIII, e que ainda eram desconhecidos para a maioria dos estudiosos brasileiros. Ao recordar os anos transcorridos no Museu Nacional, Lygia afirmou que, “foi ótimo[...]aqueles anos foram uma verdadeira escola, em todos os sentidos”.⁶²⁹

⁶²⁸ O documento manuscrito *Curriculum Vitae* integra 37 páginas, onde estão registradas, a trajetória e a produção acadêmica e profissional de Lygia da Fonseca. O documento foi redigido pela autora em resposta à solicitação do 1º secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, em correspondência destinada a Lygia da Cunha, no dia 17 de dezembro de 1974, pedindo-lhe que enviasse os dados relativos aos “estudos científicos e literários, com as respectivas datas; cargos que tenha ocupado ou esteja exercendo; principais trabalhos feitos e publicados; títulos honoríficos e condecorações”, e que tinha o objetivo de incluir o nome de Lygia da Cunha no *Dicionário biobibliográfico dos sócios do IHGB, desde a sua fundação*, que estava sendo organizado naquele ano. Ambos os manuscritos integram o acervo do Fundo Lygia da Cunha custodiado no Arquivo do IHGB. N/A.

⁶²⁹ ANDRADE, *Estampas antigas, tempos modernos...*p. 9.

Figura 36: Documento: Parte do *Curriculum Vitae* de Lygia da Cunha (p. 6)



Fonte: Fundo Lygia da Cunha-IHGB

O ano de 1945 havia chegado, e com ele, reverberaram as notícias do fim do grande conflito mundial que marcara o século XX, em todos os jornais e periódicos nacionais. Logo o Rio de Janeiro seria o palco das grandes festividades públicas em homenagem as tropas vitoriosas da Força Expedicionária Brasileira-FEB, que retornavam para casa após o êxito da guerra na Itália. No campo político, as lideranças civis e militares impetraram um golpe de Estado, depondo Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945. No lugar do presidente deposto, José Linhares (1886-1957) assumia interinamente a presidência do país por apenas noventa e quatro dias, sendo depois

substituído pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (1883-1974). Em meio a esse contexto, Lygia da Cunha passou no concurso que a designou “para exercer a função de chefe da Seção de Contribuição Legal da Divisão de Aquisição”,⁶³⁰ cargo que ela assumiria a partir do ano vindouro de 1946.

Dessa forma, ao chegar a Biblioteca Nacional, Lygia levava consigo uma bagagem profissional robusta, adquirida nos anos de aprendizado como bibliotecária-auxiliar do Museu Nacional e no Curso de Biblioteconomia do DASP, que fizera em 1943, experiências estas, que logo se destacariam na sua primeira chefia na Biblioteca Nacional, que agora, no ano de 1946, estava sob a direção do bibliotecário e bibliófilo Rubens Borba de Moraes (1899-1986).

Por certo a recém-empossada chefe da Seção de Contribuição Legal da Divisão de Aquisição, contando então com vinte e quatro anos, encontrara uma Biblioteca Nacional envolta numa atmosfera nebulosa, povoada por rumores, perplexidades, intrigas e mudanças. O motivo de tais alvoroços, teria sido provocado por um relatório secreto que Rubens Borba de Moraes enviara para o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em março de 1945, e que acarretou a retirada de Rodolfo Garcia da diretoria da instituição, por meio da publicação oficial de sua aposentadoria compulsória, sem que o ex-diretor tivesse conhecimento prévio da articulação desastrosa que o envolvia.

Ocorreu que, dois anos antes, em 1944, com a reforma administrativa implantada por Rodolfo Garcia, Rubens Borba de Moraes, ex-diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo, fora convidado por Garcia para chefiar uma das Divisões da Biblioteca Nacional, e, em seguida, em março de 1945, também a convite do diretor da Biblioteca, Borba de Moraes assumiu a disciplina de Bibliografia e Serviço de Referência no Curso de Biblioteconomia da instituição.

Passado algum tempo da sua nomeação, Borba de Moraes escreveu um relatório para o então ministro Gustavo Capanema, descrevendo a real situação da Biblioteca Nacional, dossiê este, que havia sido solicitado pelo próprio Ministro Capanema à Rubens Borba de Moraes. Esse documento, conhecido como Relatório Confidencial,

⁶³⁰ LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Perfil Biográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 26.

que pode ser consultado na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, foi publicado na *Revista de Biblioteconomia de Brasília* na edição de julho /dez de 1974,⁶³¹ transcorridos trinta anos desde o acontecimento. O documento é, segundo Gilberto Vilar de Carvalho, “um relatório de um técnico experiente e competente, e, ao mesmo tempo, de um homem apocalíptico e destruidor de reputações”.⁶³² No seu Relatório, Borba de Moraes, apresentou os problemas da Biblioteca considerando todos os setores, com especial ênfase na preservação do acervo, na precariedade das instalações prediais, e na premente necessidade de reformular o quadro administrativo, o que previa a aposentadoria dos funcionários mais velhos e antigos, que nas palavras dele, “eram pautados por uma visão de biblioteconomia tradicional e burocrática”.⁶³³

Com a deposição de Getúlio Vargas e a consequente saída de Capanema da pasta da Educação e Saúde, Raul Leitão da Cunha (1881-1947) ao assumir interinamente o ministério da Educação e Saúde do presidente José Linhares, que permaneceu em exercício no período de 30 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946, e acreditando na urgência da implantação do projeto de reestruturação da Biblioteca Nacional defendido por Borba de Moraes, demitiu por aposentadoria compulsória o historiador Rodolfo Garcia em novembro de 1945, surpreendendo-o com a demissão inesperada, e, ao mesmo tempo, nomeou para o cargo de diretor-geral da Biblioteca, o próprio Rubens Borba de Moraes, o primeiro bibliotecário a dirigir a instituição.

A reforma administrativa que Borba de Moraes implementou, previa cinco pontos importantes, sendo destacados aqui, aqueles que julgamos serem os dois mais significativos para os argumentos defendidos nessa tese: a catalogação do acervo e a criação de um serviço especial para obras raras.

Logo, a partir dessa reforma, foi criada a Divisão de Obras Raras e Publicações, pelo decreto-lei nº 8679, em janeiro de 1946, e colocada sob a chefia do historiador José Honório Rodrigues (1913-1987). Aos chefes das Seções de Manuscritos, Obras Raras, Iconografia e Periódicos, — seções alocadas na Divisão de Obras Raras—, foi

⁶³¹ O Relatório Secreto de Rubens Borba de Moraes foi publicado na íntegra na Revista de Biblioteconomia de Brasília 2 (2) jul. /dez. 1974. MORAES. Rubens Borba. *Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde, relativo ao exercício de 1946*. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb> Acesso em 19 de 1º de agosto de 2024.

⁶³² CARVALHO, *Biografia da Biblioteca Nacional...*p, 100.

⁶³³ ARDUINI, *Rubens Borba de Moraes ...*p. 154.

facultada a incumbência de limpeza, separação, catalogação e guarda dos documentos, procedimentos estes, que foram implementados na gestão de Rubens Borba de Moraes e continuados nas gestões seguintes, como veremos mais à frente. Sobre a implicações da reforma ocorrida em 1946 que resultou na criação da Seção de Iconografia, e das competências a ela atribuídas, Lygia da Cunha resume:

Pela reforma de 1946, que reuniu na Seção de Iconografia o acervo de duas seções já existentes— Estampas e Mapas—, ficou esta seção especializada em estampas e desenhos originais; livros referentes às belas artes e bibliografias especializadas; documentação iconográfica sobretudo referente ao Brasil (incluindo-se alguns originais de estampas e desenhos, fotografias e reproduções fac-similares) mapas e atlas, além de um pequeno conjunto de obras básicas sobre geografia antiga.⁶³⁴

Contudo, ainda que o novo diretor-geral tenha promovido diversas melhorias para a organização e integralidade do acervo bibliográfico e documental da instituição, ele, ao contrário de Rodolfo Garcia—que durante os doze anos de sua gestão colocou em dia a publicação dos *Anais* e editou setenta volumes dos *Documentos Históricos*—, não publicou sequer um único volume dos *Anais*. Esse fato ilustra o motivo dos seus Relatórios da Diretoria não terem sido publicados pela Biblioteca Nacional. Quanto aos *Documentos Históricos*, Rubens Borba de Moraes publicou apenas quatro volumes. Sem aprofundarmos no debate, pois este não é o objeto da presente tese, deduzimos que a entrada do bibliotecário Rubens Borba de Moraes na direção da Biblioteca Nacional resultou do embate entre projetos epistemológicos distintos, — de um lado o historiador Rodolfo Garcia representando um herdeiro do paradigma da erudição e da pesquisa documental histórica, legado por seu flerte com o historicismo—, e, por outro lado, o combativo projeto modernizador de Borba de Moraes, pautado em parâmetros técnicos e metodológicos da Biblioteconomia e que previa, sobretudo, a liderança administrativa da instituição por bibliotecários.⁶³⁵

O relatório confidencial de Rubens Borba de Moraes, resultou no inesperado afastamento de Rodolfo Garcia da direção da Biblioteca por aposentadoria

⁶³⁴ CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. A Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 76.

⁶³⁵ CARVALHO, *Biografia da Biblioteca Nacional...*p. 100.

compulsória. Apontamos que as consequências do relatório para a vida do ex-diretor foram catastróficas, uma vez que todo o seu trabalho à frente da Biblioteca, —e de seus esforços para a aquisição, atribuição de autorias e divulgação dos acervos bibliográficos, iconográficos e documental—, foi de uma hora para outra, interrompido, desprezado.

Por esse motivo, levado pelo ressentimento e pela indignação de ver o seu nome e os anos de trabalho à frente da Biblioteca serem atacados pelo ex-subordinado e ex-professor da disciplina de Bibliografia, Rodolfo Garcia publicou uma resposta contra as acusações feitas a sua administração por Rubens Borba de Moraes, intitulada “*A verdade sobre a Biblioteca Nacional*”, publicada na edição de 21 de abril de 1946 de *O Jornal*,⁶³⁶ como aludido no Capítulo III. No excerto abaixo, Rodolfo Garcia demonstra que as acusações, a seu ver, só serviram como um pretexto bem articulado para afastá-lo da Biblioteca Nacional. O fato, por fim, teve grande repercussão entre os pares de Garcia nas academias culturais do Distrito Federal. Contudo, embora tenha recebido mensagens de apoio e solidariedade dos amigos, Rodolfo Garcia afastou-se, dedicando os seus últimos anos de vida à escrita de uma biografia de Robert Southey, obra inacabada por motivo da sua morte no ano de 1949, ou seja, transcorridos apenas quatro anos desde a sua aposentadoria da Biblioteca Nacional. Nas palavras de Rodolfo Garcia,

Aos setenta e três anos, depois de uma vida honrada e laboriosamente vivida, com a consciência de sempre ter servido com dignidade ao meu país, sou forçado a vir para as colunas desse jornal[...]me defender das insinuações contra a minha administração na Biblioteca Nacional, pela premeditada malevolência de seu atual diretor[...]Essas insinuações obedeceram, na sua publicidade, a um plano de escândalo que tem apenas como propósito mal disfarçado criar um ambiente favorável à permanência do Sr. Rubens Borba de Moraes.

De todo modo, as mudanças implementadas pelo novo diretor-geral, tiveram na chefia da bibliotecária Lygia da Cunha, à frente da Seção de Contribuição Legal da Divisão de Obras Raras, um modelo de sua eficiência. Seguindo as diretrizes da reforma, que previa um programa de aperfeiçoamento técnico e de qualificação

⁶³⁶ Documento: GARCIA, Rodolfo: *A verdade sobre a Biblioteca Nacional*. *O Jornal*. Rio de Janeiro: 21 de abril de 1946, p. 8. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194&pesq=%22A%20verdade%20sobre%20a%20Bibliotec%20Nacional%22&pagfis=32682 Acesso em 24 de setembro de 2023.

acadêmica voltado para os servidores da Biblioteca Nacional, Lygia da Cunha, ao final do primeiro ano de sua chefia, recebeu uma bolsa de estudos no *Institut Français de Hautes Études*, para cursar História da Arte e História da Gravura do século XVIII, na *Bibliothèque Nationale de France* e no *Musée du Louvre*, Paris, entre os meses de março de 1947 e fevereiro de 1948. Portanto, ao concluir a bolsa de estudos, Lygia da Cunha retornou para o Brasil trazendo para a Biblioteca Nacional a sua primeira especialização no campo da pesquisa com imagens.

Logo, a partir dos documentos pesquisados, é possível constatar que os primeiros cursos de especialização realizados na França por Lygia da Cunha, faziam parte do projeto de Rubens Borba de Moraes para a qualificação e especialização de bibliotecários capazes de organizar, identificar e catalogar o acervo de gravuras e de iconografias da instituição, atribuições estas, que na avaliação do diretor-geral eram “umas das mais urgentes necessidades da Biblioteca Nacional[...]que apesar de tudo, quase nada pudemos fazer nessa seção até hoje[...]por não dispor a Biblioteca de pessoal realmente conhecedor dos modernos métodos de organização de coleções de gravuras”.⁶³⁷ A partir disso, verificamos que, de fato, a busca constante de Lygia da Cunha por especialização profissional na área de gravuras e iconografias, seja em cursos no exterior, ou no Brasil “articula-se com o fato social do qual ela é parte integrante”,⁶³⁸ aludindo a citação de Mary Del Priore, anteriormente mencionada.

Ao retornar da França no ano de 1948, Lygia da Cunha tornara-se a mais qualificada bibliotecária na instituição para a gestão especializada do acervo de gravura e iconografia, o que a levou a exercer como “substituta a função de chefe da Seção de Iconografia da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, passando a titular no ano seguinte”,⁶³⁹ com apenas vinte e oito anos de idade. Naquele ano de 1950, a direção da Biblioteca Nacional estava a cargo do escritor Josué de Souza Montello (1916-2006), que no seu discurso de posse comprometeu-se a prosseguir intensificando e desenvolvendo as “atividades ligadas a catalogação e conservação do

⁶³⁷ MORAES, Rubens Borba. *Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde, relativo ao exercício de 1946*, p. 229. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb>. Acesso em 19 de 1º agosto de 2024.

⁶³⁸ DEL PRIORE, *Apresentação...* p. 9.

⁶³⁹ LYRA, *Perfil Biográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha...* p. 28.

acervo”, iniciadas na gestão anterior, e a investir na “divulgação das principais peças iconográficas e na restauração das “coleções preciosas”.⁶⁴⁰

4.3 A especialista na chefia da Seção de Iconografia: o seu olhar para as aquarelas da Bahia e a atribuição de autoria para Maria Graham

Nesse cenário institucional de decisivos investimentos na catalogação, organização e divulgação das “coleções preciosas”, destacaram-se as qualificações de Lygia da Cunha adquiridas, sobretudo, nos cursos que fizera na França e no aperfeiçoamento técnico vinculado ao curso de Biblioteconomia do DASP. Desde o momento em que Lygia fora efetivada no cargo de chefe da Seção de Iconografia da Divisão de Obras Raras e Publicações, função que ocupou entre os anos de 1950 e 1965, para ela “era urgente resgatar a preciosa documentação iconográfica ali guardada e nunca disponibilizada ao público por falta de estudos que subsidiassem a sua catalogação”.⁶⁴¹ Em virtude disso, segundo consta no seu *Curriculum Vitae*, foi realizada na Biblioteca Nacional a “reorganização da Seção de Iconografia, nos vários setores que a compõem: estampas, obras de arte, retratos, documentação iconográfica, atlas e mapas”.⁶⁴² Quanto as competências estabelecidas para a recém criada Seção de Iconografia e como se davam os “trâmites de rotina” no departamento, Lygia da Cunha informa:

Toda peça é entregue a esse departamento especializado e submetida aos trâmites de rotina, até que aparece no fichário, catalogada com as identificações imprescindíveis à sua consulta. O trabalho que aí se processa para a completa identificação da maioria das peças é feito com base em estudos e conhecimentos especializados e, sobretudo, espírito de pesquisa.⁶⁴³

E foi a partir da sólida preparação teórico- metodológica pregressa, que Lygia da Cunha, chefiando uma equipe de bibliotecárias especialmente preparada por ela,

⁶⁴⁰ ALMEIDA, Nélida Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. *Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação profissional*. XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação. Florianópolis, SC, 2013, p53.

⁶⁴¹ ANDRADE, *Estampas antigas, tempos modernos...* 2019.

⁶⁴² CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. *Curriculum Vitae*. Arquivo Ligia da Cunha. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB.

⁶⁴³ CUNHA, *A Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional*. p. 79.

analisou, catalogou e “tornou público, através de exposições parciais e publicações de catálogos” as preciosidades iconográficas ali guardadas:

Não só os trabalhos técnicos ocupam os responsáveis, pois, segundo as atribuições que assumem ao responder pela seção, devem eles preparar para divulgação estudos sobre as diversas peças do acervo, como também tornar público, através de exposições parciais e publicações de catálogos, as coleções sob a sua guarda.⁶⁴⁴

Seguindo as diretrizes para a organização do acervo iconográfico da Biblioteca Nacional implantadas pelo ex-diretor-geral e bibliotecário, Rubens Borba de Moraes, e continuadas na gestão do escritor Josué Montello, Lygia da Cunha investigou “com mais minúcia, “ o conjunto de aquarelas que pertencia ao Espólio Literário e Artístico de Maria Graham, o qual não havia sido tecnicamente inventariado, desde a sua aquisição no ano de 1938. A vista disso, sublinhamos que os documentos consultados para a escrita da presente tese, demonstram a relação intrínseca entre o projeto de reorganização catalográfica dos documentos iconográficos da Biblioteca Nacional iniciado por Rubens Borba de Moraes, e a efetiva e inédita catalogação do conjunto de aquarelas realizada por Lygia da Cunha e sua equipe a partir dos anos 1950.

Ao assumir a chefia da Seção de Iconografia, Lygia da Cunha implantou na sua equipe uma mentalidade de trabalho multidisciplinar, onde o aprofundamento em estudos sobre a História da Arte, História da Gravura, História do Brasil, a Geografia e a Cartografia Antigas, eram imprescindíveis para a análise dos objetos e do bom desenvolvimento do trabalho preparatório das fichas catalográficas das coleções. Mônica Carneiro ressalta que “para catalogar um objeto é preciso conhecê-lo, pois ele conta a história de seu contexto.”⁶⁴⁵ Segundo Lygia da Cunha,

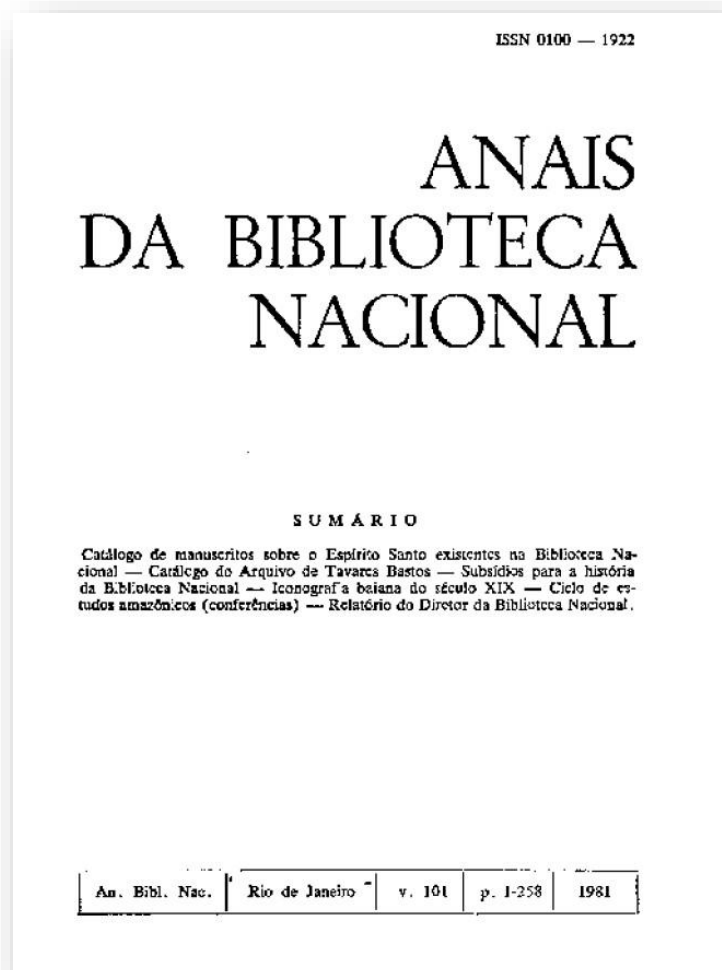
A maioria dos leitores que se aproveita daquelas coleções[...]nem sempre avalia o quanto demorou para ser realizado o trabalho preparatório que se completa com uma simples inserção de uma ficha catalográfica nos respectivos fichários. É de se desejar que, além do tratamento técnico adquirido nos cursos de biblioteconomia, as

⁶⁴⁴CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. A Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 80.

⁶⁴⁵ ALVES, Mônica Carneiro. Entrevista concedida a Denise G. Porto. 2024. Coordenação de Acervo Especial /Fundação Biblioteca Nacional.

bibliotecárias dedicadas a este setor, se aprofundem em outros conhecimentos, sobretudo, História do Brasil, História da Arte (em especial, História da gravura), Geografia e Cartografia Antigas.⁶⁴⁶

Figura 37: Documento: Capa dos *Anais da Biblioteca Nacional*, V. 101, 1981



Fonte: Biblioteca Nacional

Transcrição do Sumário dos *Anais da Biblioteca Nacional*, V. 101, 1981:⁶⁴⁷

⁶⁴⁶ CUNHA, Ligia da Fonseca Fernandes da. A sessão de Iconografia da Biblioteca Nacional. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 80.

⁶⁴⁷ A transcrição do Sumário copiado dos *Anais* v. 101, 1981, foi realizada em razão da ilegibilidade do documento provocada pelo ataque cibernético que atingiu o acervo da BNdigital no dia 11 de abril de 2021, e que danificou uma grande parte do acervo documental online, incluindo alguns números dos *Anais da Biblioteca Nacional*. N/A.

Catálogo de manuscritos sobre o Espírito Santo existentes na Biblioteca Nacional — Catálogo do Arquivo de Tavares Bastos — Subsídios para a história da Biblioteca Nacional — Iconografia baiana do século XIX — Ciclo de estudos amazônicos (conferências) — Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional.

Logo, tendo em vista a nova dinâmica de trabalho instituída a partir de 1946 na Biblioteca Nacional, e, em especial, com a criação da Seção de Iconografia sob a chefia de Lygia da Cunha, retornaremos aos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101,⁶⁴⁸ publicado no ano de 1981, para verificarmos com mais detalhes, como mencionado no Capítulo I da presente tese, a maneira pela qual Lygia da Cunha construiu o estudo do conjunto de aquarelas realizado a partir de 1950, com o objetivo de catalogá-lo e atribuir-lhe um parecer de autoria.

Isso posto, ao iniciar a apresentação textual do conjunto de desenhos, Lygia da Cunha informa que as aquarelas adquiridas na antiga gestão de Rodolfo Garcia haviam sido selecionadas para a catalogação, agora sob uma nova perspectiva metodológica, pois, como declarado no documento, “pudemos estudar com mais minúcia o conjunto de aquarelas”. Tal alusão ao exame criterioso das imagens, nos leva a concluir que os desenhos não possuíam, desde a sua aquisição em 1938, uma identificação catalográfica adequada. A partir dessa informação, Lygia irá descrever para o leitor os caminhos investigativos empregados por ela e sua equipe nos trabalhos técnicos para inventariar e catalogar o conjunto de aquarelas da Bahia, e que, no primeiro momento, o seu olhar voltou-se no sentido de estabelecer a procedência dos objetos analisados, de maneira a atribuir-lhes uma autoria:

Na gestão do historiador Rodolfo Garcia, foi adquirido um conjunto de aquarelas por ele atribuído a Maria Graham (vide *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 60—introdução ao Diário e Escorço Biográfico de Pedro I, por R. Garcia). Entretanto, a partir de 1950,

⁶⁴⁸ CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Iconografia Baiana do século XIX. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, 1981, p. 151. O texto *Iconografia Baiana do século XIX*., apresenta o histórico das aquisições, a descrição tipológica e temática das fontes, e o parecer de autoria dos seguintes documentos: um conjunto de cento e cinquenta e três desenhos de autoria da inglesa Emma Juliana Smith, produzidos entre os anos de 1844 e 1845, representando cenas de Pernambuco e Bahia, e o conjunto em questão, constituído das aquarelas atribuídas a dois diferentes artistas amadores: o pintor inglês H. Lewis que seria o autor dos desenhos de Pernambuco, e um autor desconhecido que teria executado os desenhos da Bahia, que receberam a atribuição de autoria de Maria Graham. N/A.

pudemos estudar com mais minúcia o conjunto de aquarelas e assim considerá-lo obra de dois diferentes artistas amadores.⁶⁴⁹

Em seguida, Lygia da Cunha informa que ficaram divididas as atribuições de autoria, sendo o pintor H. Lewis, o autor dos desenhos de Pernambuco, “restando considerar ou não Maria Graham como autora dos desenhos da Bahia”.

O primeiro, H. Lewis, é o autor dos desenhos de Pernambuco, já divulgados por ocasião das comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana, em 1954, quando no Recife se organizou a Exposição de Iconografia do Recife do século XIX. Cedeu a Biblioteca Nacional a cópia fotográfica dos originais; algumas figuraram no catálogo publicado. Ficaram então divididas as atribuições, restando considerar ou não Maria Graham como autora dos desenhos da Bahia.⁶⁵⁰

Nota-se que ao citar o ano de 1954, como aquele em que a Biblioteca cedeu cópias dos desenhos originais de H. Lewis para a Exposição do Tricentenário da Restauração Pernambucana, Lygia da Cunha sinaliza que o estudo do conjunto das aquarelas foi realizado em data anterior àquela. Em vista disso, entendemos que a chefe da Seção de Iconografia procurou estabelecer parâmetros comparativos entre a temática e a estética artística das trinta e oito aquarelas da Bahia, em relação as onze gravuras publicadas no *Journal of a Voyage to Brazil and residence there during the Years 1821, 22, 23 (1824)*,⁶⁵¹ da edição inglesa comprada pela Biblioteca Nacional em 1939, e não os encontra, pois, “pela análise estilística dos desenhos, infere-se não pertencer a autoria dos mesmos à viajante inglesa”. Na sequência, a pesquisadora descreve as representações temáticas do conjunto iconográfico, ressaltando o caráter etnográfico, social e de costumes, identificados com o cotidiano urbano dos africanos escravizados, tanto quanto, de outros atores sociais da província baiana:

Constitui o conjunto de peças um documentário social da maior importância onde estão representados os escravos nas suas diferentes atividades; mulheres do povo, desde a moça branca às doceiras mulatas; baianas livres com luxuosa roupa típica; a variedade dos religiosos dos vários conventos de Salvador; os soldados, os presos

⁶⁴⁹ CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Iconografia Baiana do século XIX. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, 1981, p. 151.

⁶⁵⁰ CUNHA, *Iconografia Baiana do século XIX...* p. 151.

⁶⁵¹ GRAHAM, *Journal of a Voyage to Brazil ...1824*.

nas suas humildes funções; os transportes das classes abastadas; as cerimônias públicas de caráter religioso, tudo está registrado.

Para justificar o argumento das diferenças em sua análise, Lygia da Cunha, descreve as características das faturas técnicas das aquarelas, como sendo incompatíveis as gravuras de Maria Graham publicadas no seu *Journal of a Voyage to Brazil* (1824). Por fim, a chefe da Seção de Iconografia complementa o seu diagnóstico, ressaltando a singeleza e a simplicidade das soluções pictóricas e artísticas das aquarelas, e que os contrastes entre os dois conjuntos de imagens se acentuam quando as aquarelas são confrontadas com os desenhos de Maria Graham existentes no *British Museum* e já “reproduzidos na tradução portuguesa de seu livro”.

Destacamos aqui, uma observação relevante relativa à citação anterior de Lygia da Cunha concernente a edição do *Journal of a Voyage to Brazil* (1824), utilizada por ela e sua equipe na década de 1950. O motivo de tal observação, fundamenta-se no fato de que no início do seu texto, Lygia menciona o *Journal of a Voyage to Brazil* (1824), como sendo o documento utilizado como parâmetro comparativo na pesquisa, para mais à frente, mencionar a “tradução portuguesa de seu livro”, como uma outra referência válida para “perceber a diferença de tratamento estilístico” entre os dois conjuntos de imagens. Ocorre que a mencionada “tradução portuguesa de seu livro”, só veio a lume no Brasil no ano de 1956, com a festejada edição da Companhia Editora Nacional, traduzida por Américo Jacobina Lacombe, quando então, foram acrescentadas vinte e duas reproduções inéditas, às demais onze gravuras que já haviam sido publicadas na edição inglesa de 1824.

Assim sendo, constatamos que ao longo dos anos seguintes, a contar da data dos primeiros estudos efetuados para a catalogação e atribuição de autoria das aquarelas, Lygia da Cunha e sua equipe, realizou uma revisão crítica do conjunto de desenhos, utilizando para isso, a nova edição brasileira de 1956, pois além da publicação ter representado um marco para a historiografia da independência do Brasil, o *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956) apresentava aos pesquisadores brasileiros, um conjunto de gravuras inéditas de Maria Graham, inclusive com a indicação do percurso de aquisição e procedência das cópias reproduzidas na edição brasileira, e da custódia arquivística das imagens originais.

Por certo, o lançamento do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), com tradução do erudito historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB, e da Academia Brasileira de Letras, ABL, Américo Jacobina Lacombe, foi um

grande acontecimento cultural nos meios letrados do Distrito Federal. A “tradução portuguesa” do seu *Diário* preenchia uma lacuna para que a obra literária de Maria Graham sobre o Brasil oitocentista dos anos da Independência estivesse integralmente traduzida e publicada no país, e a chefe da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional não poderia deixar de incluí-la como uma referência comparativa obrigatória em suas pesquisas sobre as aquarelas da Bahia. Isso explicaria a razão de Lygia da Cunha citar no texto das *Iconografias Baianas do século XIX*, as gravuras “existentes no British Museum e já reproduzidas na tradução portuguesa de seu livro”. Por outro lado, no texto introdutório, “*Advertência do Tradutor*”, do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), Américo Jacobina Lacombe informa a procedência dos desenhos inéditos publicados pela primeira vez no Brasil:

As ilustrações desta edição exigem, ainda, uma explicação especial. Em 1845, Sir William Callcott, viúvo da autora, legou ao *British Museum* uma centena de desenhos relativos às viagens ao Brasil. Em 1949 obteve o Embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho uma coleção de fotografias desses debuxos que cedeu à Companhia Editora Nacional e aqui se publicam pela primeira vez por gentileza daquele historiador.⁶⁵²

Sublinhamos igualmente, o fato das vinhetas que constam, tanto do *Journal of a Voyage to Brazil* (1824), como do *Diário de uma Viagem ao Brasil* (1956), não terem sido consideradas por Lygia da Cunha e sua equipe na análise comparativa dos documentos, uma vez que, do total das nove vinhetas publicadas no *Diário*, em quatro delas ocorrem representações de cenas do cotidiano da população africana escravizada, que dialogam tematicamente com três imagens do conjunto de aquarelas da Bahia, como será verificado mais à frente. A seguir, apresentamos o *Sumário* do *Journal of a Voyage to Brazil* (1824), com a tradução e transcrição dos títulos e relação das gravuras e vinhetas que constam da edição original da obra, e dando continuidade, publicamos o “*Índice Geral*” da edição do *Diário de uma viagem ao Brasil* de 1956, seguido da listagem das gravuras, vinhetas e gravuras inéditas editadas no *Diário* de Maria Graham:

⁶⁵² GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 12.

Figura 38: Documento: Sumário do *Journal of a Voyage to Brazil* (1824) -Edição original

PLATES.	
PLATE I. Val Longo, or Slave Market at Rio	to front the Title Page.
II. represents the Great Dragon Tree of Oratava, of which Humboldt has given so interesting an account. He saw it in all its greatness; I drew it after it had lost half its top.	to face Page 85
III. View of Count Maurice's Gate at Pernambuco, with the Slave Market	107
IV. Gamella Tree at Bahia	135
V. Laranjeiras	163
VI. View from Count Hoggendorp's Cottage	170
VII. View of Rio from the Gloria Hill	169
VIII. Corcovado, from Botafogo	220
IX. Palace of San Cristovão	246
X. Dona Maria de Jesus	292
XI. English Burial Ground	307
VIGNETTES.	
I. That at the head of the Journal, page 77., represents two young Dragon Trees; that with a single head is twenty years old, and had not, when I saw it, been tapped for the Dragon's Blood. The other is about a century old, and the bark is disfigured by the incisions made in it to procure the gum	to face Page 77
II. Part of Pernambuco, seen from Cocoa-nut Island, within the Reef	97
III. Slaves dragging a Hogshead in the Streets of Pernambuco	131
IV. Cadeira, or Sedan Chair of Bahia	133
V. Church and Convent of Sant Antonio da Barre at Bahia, as seen from the Roca	157
VI. The Sugar-loaf Rock, at the Entrance to the Harbour of Rio de Janeiro	158
VII. The End of an Island in the Harbour of Rio de Janeiro, drawn for the sake of the variety of Vegetation	201
VIII. Convicts carrying Water at Rio de Janeiro	217
IX. Stone Cart at Rio de Janeiro	321

Transcrição do documento anterior na tabela que se segue:

Tabela 15: Gravuras do *Journal of a Voyage to Brazil* (1824)

1- Valongo, ou mercado de escravos no Rio de Janeiro Autor-August Earle⁶⁵³
2- A árvore do Grande Dragão, de Oratava da qual Humboldt fez uma interessante descrição. Ele a viu em pleno desenvolvimento. Quando a desenhei ela havia perdido metade de sua copa.
3-Vista do Portão do Conde Maurício em Pernambuco com o mercado de escravos Autor-August Earle
4-A árvore da gamela, na Bahia
5-Laranjeiras
6-O Rio visto do Outeiro da Glória
7-Vista da casa de campo do Conde de Hoggendorp
8-O Corcovado visto de Botafogo
9-Palácio de São Cristóvão
10-Dona Maria Quitéria de Jesus Autor -August Earle
11-Cemitério Inglês

⁶⁵³ Indicamos em vermelho, as gravuras de autoria de August Earle.

Tabela 16: Vinhetas publicadas no *Journal of a Voyage to Brazil* (1824) comuns as publicadas no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956)

1-A da cabeça da página 83 do Diário, representa as duas árvores pequenas do Dragão. A de uma cabeça só, tinha vinte anos quando a vi, e não se havia ainda extraído dela o sangue do Dragão. A outra tem cerca de um século e a casca está desfigurada pelas incisões feitas à procura da resina.
2-Aspecto de Pernambuco, visto da ilha dos Côcos, dentro do Recife
3-Escravos transportando uma pipa nas ruas de Pernambuco ⁶⁵⁴
4-Cadeirinha da Bahia
5-A igreja e o convento de Santo Antônio da Barra na Bahia, vistos da roça
6-O Pão de Açúcar, na entrada da baía do Rio de Janeiro
7-Extremidade de uma ilha na baía do Rio de Janeiro, note-se a variedade da vegetação
8-Presos incumbidos de carregar água no Rio de Janeiro
9-Carros de pedras no Rio de Janeiro

As vinhetas apresentadas a seguir, e indicadas em vermelho na tabela acima, representam cenas do cotidiano da população africana escravizada no Brasil, e foram publicadas nas edições inglesa e brasileira dos *Diários* de Maria Graham. Tais imagens encontram correspondências temáticas nas seguintes aquarelas da Bahia: *Ganhadores*, *Cadeira Bahia* e *Convicts-Bahia*.

Figura 39: Vinheta 3- Escravos transportando uma pipa nas ruas de Pernambuco



⁶⁵⁴ A seleção marcada em vermelho, indica as vinhetas que representam tipos e cenas do cotidiano da população escravizada no Brasil.

Figura 40: Vinheta 4- Cadeirinha da Bahia



Figura 41: Vinheta 8- Presos incumbidos de carregar água no Rio de Janeiro



Figura 42: Vinheta 9- Carros de pedras no Rio de Janeiro

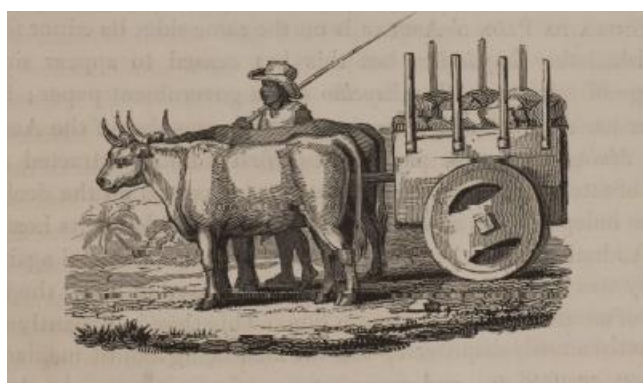


Figura 43: Aquarela da Bahia - *Ganhadores*



Figura 44: Aquarela da Bahia - *Cadeira Bahia*



Figura 45: Convicts-Bahia



Figura 46: Documento: Índice Geral do Diário de uma viagem ao Brasil (1956)

ÍNDICE GERAL	
Advertência do Tradutor.....	XI
Prefácio da Autora.....	XV
<i>Diário de uma viagem ao Brasil:</i>	
Introdução: Esboço da História do Brasil	3
Diário.....	83
Segunda visita ao Brasil.....	233
APÊNDICES	
I — Tábuas de importação e exportação da Província do Maranhão.....	368/370
II — Artigo de Oliveira Lima acerca de Maria Graham.....	374
III — Notas constantes do exemplar da Autora pertencente à Biblioteca de Oliveira Lima — (Universidade Católica — Washington).....	379
ÍNDICE DAS GRAVURAS	
GRAVURAS	ENTRE PÁGS
I — Valongo (sic), ou mercado de escravos no Rio	IV/V
II — A árvore do Grande Dragão, de Oratava, da qual Humboldt fez uma interessante descrição. Ele a viu em pleno desenvolvimento. Quando a desenhei ela havia perdido metade de sua copa.....	94/5
III — Vista do Portão do Conde Mauricio em Pernambuco, com o Mercado de Escravos.....	118/19
IV — A árvore da Camela, na Bahia.....	146/47
V — Laranjeiras.....	178/79
VI — O Rio visto do outeiro da Glória.....	182/83
VII — Vista da casa de campo do Conde de Hoggendorp	186/87
VIII — O Coreovado, visto de Betafogo.....	246/47
IX — Palácio de São Cristóvão.....	272/73
X — Dona Maria [Quitéria] de Jesus.....	324/25
XI — Cemitério dos Ingêses (Rio de Janeiro)	348/49

Tabela 17: Gravuras do Diário de uma viagem ao Brasil (1956) comuns a edição original do *Journal of a Voyage to Brazil* (1824)

3- Valongo, ou Mercado de Escravos no Rio de Janeiro Autor-August Earle⁶⁵⁵
4- A árvore do Grande Dragão, de Oratava da qual Humboldt fez uma interessante Descrição. Ele a viu em pleno desenvolvimento. Quando a desenhei ela havia perdido metade de sua copa.
3-Vista do Portão do Conde Maurício em Pernambuco com o Mercado de Escravos _ Autor-August Earle
4-A Árvore da Gamela, na Bahia
5-Laranjeiras
6-O Rio visto do Outeiro da Glória
7-Vista da casa de campo do Conde de Hoggendorp
8-O corcovado visto de Botafogo
9-Palácio de São Cristóvão
10-Dona Maria Quitéria de Jesus Autor -August Earle
11-Cemitério Inglês

⁶⁵⁵ Indicamos em vermelho, as gravuras de autoria de August Earle.

Figura 47: Documento: continuação do Índice Geral do Diário de uma viagem ao Brasil (1956)

VIII		DIÁRIO DE UMA VIAGEM AO BRASIL
VINHETAS		
I —	A da cabeça da página 83 do <i>Diário</i> , representa as duas árvores pequenas do Dragão. A de uma cabeça só tinha vinte anos quando a vi, e não se havia ainda extraído dela o sangue do Dragão. A outra tem cerca de um século e a casca está desfigurada pelas incisões feitas à procura de resina.....	83
II —	Aspecto de Pernambuco, visto da ilha dos Côcos, dentro do Recife.....	105
III —	Escravas transportando uma pipa nas ruas de Pernambuco	143
IV —	Cadeirinha, na Bahia.....	145
V —	A igreja e o convento de Santo Antônio da Barra na Bahia, vistos da Roça.....	173
VI —	O Pão de Açúcar, na entrada da baía do Rio de Janeiro	174
VII —	Extremidade de uma ilha na baía do Rio de Janeiro. Note-se a variedade da vegetação.....	225
VIII —	Presos incumbidos de carregar água no Rio de Janeiro	242
IX —	Carro de pedras no Rio de Janeiro.....	362
FAC-SIMILES		
	Carta ao Imperador.....	XII/111
	Frontispício da edição inglesa.....	XII
	Carta a José Bonifácio.....	273
GRAVURAS INÉDITAS		
(não constantes da edição original)		
	ENTRE PÁGS.	
A porta norte do Recife (da varanda da casa do Sr. Stewart) ..	116/19	
Árvore no bairro da Graça (Bahia) notável pelas parasitas.....	148/49	
Jardim na Bahia.....	162/63	
O morro da Graça — No primeiro plano o Largo do Machado	174/75	
Vista do Corcovado.....	174/75	
Lagoa Rodrigo de Freitas.....	176/79	
Rua do Catete — Caminho para a Glória.....	182/83	
Fonte da Saudade.....	182/83	
O aqueduto de Santa Teresa.....	182/83	
Igreja de São Francisco de Paula.....	186/87	
Panorama das montanhas cariocas.....	190/91	
São Luís — Caminho da Gávea para Tijuca.....	190/91	
Saída da baía do Rio de Janeiro.....	214/15	
ÍNDICE GERAL		IX
Fazenda de Nossa Senhora da Luz.....	222/23	
Copacabana — Vista do Morro de Cantagalo.....	300/01	
Fazenda dos Afonsos.....	308/09	
Fazenda dos Afonsos.....	308/09	
Freguezia de Santo Antônio.....	312/13	
Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí.....	312/13	
Palácio de Santa Cruz.....	326/21	
Campinho.....	320/21	
Vista da janela da casa à rua dos Pescadores (Visconde de Inhaúma).....	336/37	

Tabela 18: Vinhetas publicadas no Diário de uma viagem ao Brasil (1956) e comuns as publicadas no *Journal of a Voyage to Brazil* (1824)

1-A da cabeça da página 83 do Diário, representa as duas árvores pequenas do Dragão. A de uma cabeça só, tinha vinte anos quando a vi, e não se havia ainda extraído dela o sangue do Dragão. A outra tem cerca de um século e a casca está desfigurada pelas incisões feitas à procura da resina.
2-Aspecto de Pernambuco, visto da ilha dos Côcos, dentro do Recife
3-Escravos transportando uma pipa nas ruas de Pernambuco ⁶⁵⁶
4-Cadeirinha da Bahia
5-A igreja e o convento de Santo Antônio da Barra na Bahia, vistos da roça
6-O Pão de Açúcar, na entrada da baía do Rio de Janeiro
7-Extremidade de uma ilha na baía do Rio de Janeiro, note-se a variedade da vegetação
8-Presos incumbidos de carregar água no Rio de Janeiro
9-Carros de pedras no Rio de Janeiro

Tabela 19: Gravuras inéditas publicadas no Diário de uma viagem ao Brasil (1956) e não constantes da edição original do *Journal of a Voyage to Brazil* (1824)

1-A porta norte do Recife (da varanda da casa do Sr. Stewart)
2-Árvore do bairro da Graça
3-Jardim da Bahia
4-O morro da Graça- no primeiro plano o Largo do Machado
5-Vista do Corcovado
6-Lagoa Rodrigo e Freitas
7-Rua do Catete-caminho para a Gávea
8-Fonte da Saudade
9-O aqueduto de Santa Teresa
10-Igreja de São Francisco de Paula
11-Panorama das montanhas cariocas
12-São Luiz-Caminho da Gávea para a Tijuca
13-Saída da Barra do Rio de Janeiro
14-fazenda N ^a Sr. ^a da Luz
15-Copacabana
16-Fazenda dos Afonsos
17-Fazenda dos Afonsos
18-Freguesia de Santo Antônio
19-Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí
20-Palácio de Santa Cruz
21-Campinho
22-Vista da Janela da Casa à rua dos Pescadores (Visconde de Inhaúma)

⁶⁵⁶ A seleção marcada em vermelho, indica as vinhetas que representam tipos e cenas do cotidiano da população escravizada no Brasil.

Logo, como já citado, ao tempo em que foi redigido o texto do seu parecer nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, 1981, Lygia teria se reportado também, a edição brasileira do *Diário de uma Viagem ao Brasil* (1956), para confirmar a assertividade da sua análise comparativa, uma vez que a nova publicação estava revisada e acrescentada com desenhos inéditos copiados do acervo do *British Museum*. Segundo Lygia da Cunha em seu parecer técnico:

A singeleza do traço, a simplicidade de soluções técnicas, as pouquíssimas notações gráficas da natureza (árvores, paisagens, etc., mesmo quando esses detalhes completariam as figuras, compondo um fundo), poucas pinceladas de aquarela, são os principais característicos da fatura dos mesmos. Se confrontados com os desenhos de Maria Graham existentes no *British Museum* e já reproduzidos na tradução portuguesa de seu livro, será fácil perceber a diferença de tratamento estilístico.

Para Lygia da Cunha, uma vez que a linguagem temática e técnica das aquarelas da Bahia não dialogasse com as gravuras publicadas no *Journal of a Voyage to Brazil* (1824), pois tais imagens estavam na sua maioria “voltadas para a paisagem”, e que as únicas gravuras figurativas a constarem no livro eram de autoria do pintor inglês August Earle, Lygia concluiu que Maria Graham não poderia ser a autora das aquarelas em questão. Por esse motivo, a pesquisadora aventou a hipótese de que as aquarelas haviam sido adquiridas por Maria Graham ocasionalmente, de algum outro viajante que estivesse passando pela Bahia naquele mesmo momento em que ela se encontrava. E, acresce a isso, o fato, das aquarelas da Bahia não estarem assinadas por Maria Graham, constando, entretanto, legendas explicativas a tinta, com a caligrafia da escritora. Desta forma, por todos os fatores descritos acima, Lygia da Cunha finaliza o seu parecer técnico concluindo que “não há condições de se atribuir autoria dos desenhos da Bahia, enquanto os de Pernambuco pertencem a H. Lewis”:

O artista desse conjunto, inclinou-se para os aspectos inusitados de uma sociedade de característicos “pitorescos” “diferentes de seu ambiente pátrio. Nota-se a preocupação em fixar o exótico dos costumes locais, sem nenhum interesse pela paisagem.

Entretanto, Lygia da Cunha admitiu que todo o conjunto foi guardado juntamente com os manuscritos da escritora inglesa, o que validou a autoridade da procedência autoral e privada do conjunto de aquarelas a Maria Graham, reforçando, com isso, o parecer de Rodolfo Garcia, que pautou a atribuição de autoria das aquarelas

nos atributos de origem e procedência das fontes, ou seja, por integrarem o Espólio documental de Maria Graham quando adquiridas. O fato de as aquarelas pertencerem ao acervo particular da escritora, mesmo que não possuísem a sua assinatura, definiu a inscrição catalográfica do conjunto de aquarelas da Bahia no acervo da Biblioteca Nacional como “obra anônima atribuída a Maria Graham” uma vez que a instituição reconheceu a incerteza quanto à autoria, mas, igualmente, a inquestionável relevância histórica e artística do conjunto iconográfico. Segundo Lygia da Cunha:

Admite-se que tais desenhos tenham sido obtidos por Maria Graham de artistas amadores que esporadicamente passaram pela Bahia e Pernambuco, na mesma época em que por ali passara a viajante inglesa e foram guardados juntamente com seus manuscritos. Em seu *Journal of a Voyage to Brazil and a residence There During part of the Years 1821, 22 23*, ocorrem três estampas gravadas a água-tinta, copiando desenhos de August Earle e referências explícitas ao fato de que recebera pessoalmente o “retrato que o Sr. Earle, talentoso jovem artista inglês, pintou da Senhora Alferes Dona Maria de Jesus...”

A constatação de que as ilustrações de Maria Graham estão na sua totalidade voltadas para a paisagem e a existência de desenhos feitos por Earle, fixando as figuras, provando assim que seu pouco interesse nos tipos e hábitos locais decorria de alguma dificuldade para desenhá-los, concorre para asseverar que não são de autoria de Maria Graham os desenhos adiante descritos.

O conjunto de aquarelas sobre a Bahia foi grupado e numerado, com legendas explicativas, a tinta, acrescentadas na montagem. Cada peça foi posteriormente, colada em álbum formando um conjunto sobre a Bahia e um conjunto sobre Pernambuco (já divulgado). Não há condição de se atribuir autoria dos desenhos da Bahia, enquanto os de Pernambuco pertencem a H. Lewis.

É relevante ressaltar, como já mencionado no Capítulo I, que no tempo em que Lygia e sua equipe procederam a catalogação e inventário das aquarelas da Bahia, elas não levaram em consideração os desenhos, gravuras, aquarelas e esboços de Maria Graham custodiados no *British Museum*, que representam diferentes fases da sua vida, pois o acesso ao acervo da instituição britânica era dificultado pelas limitações de pesquisa da época. No conjunto de obras da escritora que integram o acervo do museu britânico, é possível constatar que a linguagem pictórica de Maria Graham é eclética, de grande liberdade temática e estética, não se fixando a quaisquer estilos específicos e nem a técnicas pictóricas pré-concebidas. A escritora inglesa, dependendo do lugar onde ela se encontrava, e de como percebia a realidade ao seu redor, ora podia desenhar vistas e paisagens pitorescas, ora fixava figuras humanas às cenas do cotidiano observado de algum país estrangeiro onde o navio que tripulava aportasse, ou em outras

situações, ela desenhava a paisagem marinha a partir da perspectiva do navio em que estava viajando.⁶⁵⁷ E para isso, Maria Graham utilizava o suporte técnico que tivesse disponível para ela naquele momento, pois segundo aponta Laura Burman, ainda no século XVIII o projeto iluminista preconizava que os “profissionais do mar deveriam desenvolver a técnica do desenho para obter registros etnográficos e topográficos mais precisos”.⁶⁵⁸ Portanto, esperava-se que eles informassem ao velho mundo, tudo o que pudessem registrar sobre os fenômenos naturais, os hábitos e aparência das populações nativas dos remotos horizontes conquistados. Diante desses fatores, encontramos nos álbuns de desenhos e esboços de Maria Graham, pertencentes ao acervo do *British Museum*, obras reproduzidas em dimensões, técnicas e suportes materiais, dos mais variados tipos, tais como, caneta e nanquim preto ou marrom sobre papel colorido, desenhos esboçados apenas a lápis e aguadas monocromáticas sobre pequenos suportes de papel ou papel cartão, muitas delas sem um bom acabamento ou mesmo inacabadas, e, em outros momentos, encontramos desenhos de grande refinamento estético e técnico, reproduzidos em aquarelas de rica paleta cromática e apurado acabamento estilístico.

Sublinhamos que não identificamos na obra pictórica de Maria Graham, a recorrência de um padrão estético que possa definir com precisão o estilo artístico que caracterize sua obra como um todo. Ao contrário, após a nossa pesquisa no acervo do *British Museum*, constatamos que a escritora-pintora carecia de materiais disponíveis para a prática da pintura, possuindo uma paleta variada de aquarelas, duas cores de tinta para caneta, sendo elas, preta e a marrom, alguns grafites pretos e sépia e alguns pincéis para aquarelas. Quanto aos suportes, Maria Graham utilizava, sobretudo, papel colorido azul, papel cartão ou papéis para aquarela em dimensões variadas, onde observamos a recorrência de pequenos e médios formatos. Apontamos, igualmente, que a produção pictórica de Maria Graham objetivava, fundamentalmente, complementar com imagens ilustrativas os seus diários de viagem, de maneira a contextualizar para o seu leitor, a realidade percebida como um todo, sem que ela externasse em nenhum momento em

⁶⁵⁷ Sobre as impressões de Maria Graham relativas à cidade do Rio de Janeiro, ver: PORTO, Denise G. Crônicas de uma cidade em movimento: Maria Graham e o Rio de Janeiro nos anos da Independência. In: MENEZES, Lená Medeiros (org.). *O Rio de Janeiro em 1822: história, cidade e memória no Bicentenário da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Ayrán, 2022, p. 109-124.

⁶⁵⁸ BURMAN, *A natureza como experiência do ser...* p. 54.

seus diários, qualquer pretensão ao reconhecimento distintivo de sua expressão estético- pictórica.

Uma outra observação relevante, é quanto à ocorrência da assinatura de Maria Graham nas obras atribuídas a sua autoria, pois, após realizarmos uma listagem de todos os desenhos, gravuras e esboços de Maria Graham custodiados no *British Museum*, constatamos a existência de uma quantidade expressiva de esboços sem registros da assinatura da escritora inglesa, e, ainda assim, o museu britânico atribuiu a autoria dos esboços a Maria Graham, pelo fato das obras terem sido adquiridas como parte da doação da coleção da produção artística de Maria Graham feita pelo marido da escritora, Sir Augustus Callcott ao *British Museum* no ano de 1843. A seguir citamos os álbuns referentes a obra de Maria Graham custodiados no *British Museum*:

Tabela 20: Quadro do *Álbum de Vistas da Índia, Itália, Malta e Inglaterra- 1803-1819*.

Álbum de Desenhos de Vistas da Índia, Itália, Malta e Inglaterra-1803-1819.

Nº do Museu: 1845, 0405. 13. 1-167

Doado por Sir Augustus Callcott em 1844.

Compõem o conjunto o total de 166 obras, entre esboços de desenhos a caneta e aquarelas.

Deste conjunto, apontamos que 100 esboços não apresentam assinaturas, e sim legendas explicativas com a caligrafia de Maria Graham.

Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/search?keyword=Lady&keyword=Callcott>

Tabela 21: Quadro do *Álbum de Esboços, principalmente da América do Sul, desenhados entre 1821 e 1825*

Álbum de Esboços, principalmente da América do Sul, desenhados entre 1821 e 1825.

Nº do Museu: 1845, 0405. 14. 1-261

Doado por Sir Augustus Callcott em 1844.

Alguns desses desenhos foram gravados em água-tinta por Edward Findem para ilustrar o *Diário de uma Viagem ao Brasil* e o *Diário do Chile*

Sobre o Brasil ocorrem 42 gravuras assinadas e 23 esboços sem assinatura, e com legendas explicativas com a caligrafia da autora.

Sobre o Chile constam 7 gravuras assinadas.

Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/search?keyword=Lady&keyword=Callcott>

Tabela 22: Quadro do *Álbum de Gravuras de Gênova***Álbum de Gravuras de Gênova**

Nº do Museu: 1878, 0713. 4562

Vários doadores e aquisições feitas pelo *British Museum* em diferentes datas

O Álbum é composto de 31 objetos, entre gravuras e desenhos

Todas as peças estão assinadas com as iniciais M. G, MG Del ou M Callcott

Apresentam legendas explicativas.

Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/search?keyword=Lady&keyword=Callcott>

Em vista disso, entendemos que ainda que Lygia da Cunha não tenha atribuído tecnicamente a autenticidade das aquarelas, em razão das malogradas comparações com as gravuras paisagísticas publicadas no *Journal of a Voyage to Brazil* (1824), e, posteriormente, no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), ela teria confirmado a procedência das aquarelas como pertencentes a Maria Graham, quando indicou no seu parecer, que os desenhos “foram guardados com os seus manuscritos”. Com isso, Lygia da Cunha legitima definitivamente o elo histórico estabelecido pela procedência autoral dos objetos, iniciado no parecer de Rodolfo Garcia no ano de 1938, pois, tal como a chefe da Seção de Iconografia, a única certeza de Garcia em relação as aquarelas, era quanto a procedência das mesmas, por ser indiscutível que as aquarelas pertencessem ao acervo privado da escritora, e por elas dialogarem contextualmente com os demais documentos históricos manuscritos que integravam o Espólio Literário e Artístico de Maria Graham adquirido pela Biblioteca Nacional, incluindo o *Journal of a Voyage to Brazil* (1824).

Ao final do texto do seu parecer, Lygia da Cunha descreve as características materiais do conjunto iconográfico, destacando que as peças pertencentes ao álbum de aquarelas da Bahia estavam numeradas, e possuíam legendas explicativas. Sublinhamos, que tais características de identificação individualizada dos desenhos, a saber, numeração e títulos das obras em legenda manuscrita, correspondem ao mesmo padrão de identificação encontrado nos desenhos atribuídos a Maria Graham, sob a custódia do *British Museum*, o que corrobora para afirmarmos, que as aquarelas pertenciam, de fato, ao acervo pessoal de Maria Graham.

Por conseguinte, de maneira a complementar a discussão sobre a atribuição de autoria das aquarelas da Bahia, fundamentada na linha histórica contextual e de propriedade a Maria Graham, apresentamos a seguir, a transcrição da entrevista que

realizamos com a bibliotecária Mônica Carneiro Alves,⁶⁵⁹ atual Coordenadora de Acervos Especiais da Fundação Biblioteca Nacional-FBN, e discípula de Lygia da Cunha. Neste depoimento, Mônica Carneiro, esclarece, em meio a outras informações relevantes e até curiosas, o parecer técnico de sua antecessora, sob a perspectiva da análise de documentos para a catalogação no acervo da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional.

Transcrição da entrevista:

Entrevistada: Mônica Carneiro Alves, Coordenadora de Acervo Especial da Fundação Biblioteca Nacional-FBN

Data: 28 de setembro de 2024

Local: Coordenação de Acervo Especial da Fundação Biblioteca Nacional-FBN.

DGP: Mônica, você teve contato com a Lygia da Cunha?

MCA: Sim, eu entrei na Biblioteca Nacional em 1984, como estagiária no setor de Catalogação. Quando me formei em Biblioteconomia pela UNIRIO, fui indicada por uma amiga para vir trabalhar com a d. Lygia na Iconografia. Na época que eu vim, ela foi indicada para ser coordenadora de Acervo Especial. O que eu sou hoje, ela era na época. Hoje eu ocupo o lugar que foi da d. Lygia.

DGP: Poderia descrevê-la enquanto profissional e chefe de Seção?

MCA: Ela parecia uma madre superiora...[risos]mas ela também tinha um lado humano que era legal, porque, como ela era chefe, ela tinha uma coisa de ter que ter uma rigidez, para poder manter todo mundo na linha..., mas ela tinha também o seu lado humano... ela era mais conhecida como Lygia Cunha, embora o nome correto seja, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. D. Lygia era baixinha. Uma vez, foi até engraçado... ela já tinha se aposentado, e contou que foi a uma festa, — e um homem ficou beijando a minha cabeça, como se eu fosse um boneco.[risos]... porque ela era baixinha, então agarraram ela e deram muitos beijos..., — ele me beijava, beijava, como se eu não fosse ninguém, ele dizia que eu era bonitinha, fofinha...[risos].

DGP: O que você sabe sobre os métodos empregados por Lygia da Cunha para as análises do álbum Vistas, Tipos e Transportes da Bahia e Vistas de Pernambuco?

MCA: Se a gente olhar, na época de d. Lygia, o Gilberto Ferrez viajava mais. Dona Lygia, tinha, é claro, até pela formação dela em família e tudo o mais, um grande conhecimento do mundo. Só que era um período que a gente não tinha acesso aos lugares, e nem a internet. O Ferrez ia aos lugares, trazia documentações de outras instituições estrangeiras, mas ela, muitas vezes bebia das fontes daqui mesmo. Então ela não teve acesso a essa documentação do *British Museum* quando fez essa análise. Ela analisou o que encontrou, mas ela não conhecia e não teve acesso ao que estava no museu britânico.

DGP: Na época em que você trabalhou com Lygia da Cunha, a Seção de Iconografia já tinha uma estrutura interdisciplinar?

⁶⁵⁹ ALVES, Mônica Carneiro. Entrevista concedida a Denise G. Porto. 2024. Coordenação de Acervo Especial/Fundação Biblioteca Nacional.

MCA: Não, mas ela falava sobre isso, porque a d. Lygia era formada em História, Museologia e Biblioteconomia, e ela falava uma coisa que era para a que a gente olhasse a imagem para além do processo. Claro que, eu como bibliotecária, teria a minha limitação, mas a gente aprende a ter esse outro olhar, até através de outros colegas que vão sendo anexados ao Setor de Iconografia. Para a gente catalogar de forma precisa, nós precisamos desse auxílio, ou eu terei que me limitar ao que eu sei, pois não vou me arriscar além do que o meu conhecimento permite, a não ser que eu tenha uma fonte para comparar as informações. Caso dê errado, qualquer coisa, eu apago e faço de novo.

MCA: Aqui na Iconografia a gente tem que fazer tudo: catalogar, classificar, registrar. Os documentos iconográficos são todos classificados e catalogados aqui. Tanto que no setor, não tem apenas bibliotecários, por quê? O processamento técnico de bibliotecário é livro. O livro tem que ser processado pelo bibliotecário. Agora, fotografia, desenhos, gravuras etc....., podem ser processados por um arqueólogo, museólogo, arquiteto, artista plástico ou arquivista, porque depende da área de interesse. Se nós não tivermos essa interdisciplinaridade, perdemos a informação, pois a biblioteconomia é uma formação limitada ao processamento de livros. A forma como os livros vão ser tratados, cabe a biblioteconomia, mas as informações adicionais, precisam do auxílio de outros campos disciplinares.

MCA: O nosso acervo não é frio. Além de nós fazermos a catalogação das imagens, precisamos inserir todo o contexto necessário para identificar o artefato a uma coleção. As principais áreas do conhecimento que complementam a catalogação do acervo, são a Museologia, História, Arquitetura, Artes Plásticas e Arquivologia.

DGP: Na sua opinião, por que Lygia da Cunha, apesar de asseverar que as aquarelas da Bahia não eram de autoria de Maria Graham, manteve na catalogação dos documentos no acervo da Seção de Iconografia, a atribuição das pinturas a escritora e pintora inglesa?

MCA: O que é mais importante para o acervo da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional é o documento como fonte, e o conjunto das aquarelas da Bahia como fonte documental é inegável. Se quem assinou os desenhos foi a Graham ou não, ou se os desenhos são diferentes dos que estavam nos seus diários de viagem, o conjunto de aquarelas é uma fonte de época. Como documentação ela é perfeita. Se não era ela a autora, era da sua coleção. Então a ligação desses desenhos com Maria Graham nunca se rompeu. Ela mantém a linha histórica, de origem e propriedade com Maria Graham, e por conseguinte, da atribuição inicial. O que é inegável é que os desenhos pertencem ao espólio de Maria Graham e por esse motivo a linha de atribuição nunca se rompe.

MCA: Então se não tem assinatura, vamos apagar o nome dela do acervo? E a origem? Ela não se rompe. A propriedade não tem mobilidade na linha de continuidade dos documentos históricos.

DGP: Então, a partir da constatação de que essa linha de continuidade com a origem da documentação não foi interrompida, Lygia da Cunha preserva a atribuição inicial de autoria chancelada por Rodolfo Garcia?

MCA: Sim, ela preserva. Se tem essa dúvida quanto a autoria, a ligação com a Maria Graham nunca se romperam. Pois se não era de autoria dela, era de sua propriedade. Era da sua coleção privada.

4.4 O *Diário de uma viagem ao Brasil* como fonte histórica: a inovadora contribuição metodológica de Lygia da Cunha

Como demonstrado ao longo dessa tese, os estudos comparativos empreendidos pela chefe da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, pautaram-se no confronto direto entre as aquarelas da Bahia e as gravuras publicadas nas edições inglesa e brasileira do seu diário de viagem, pois, conforme estabelecia a nova mentalidade implementada por Lygia da Cunha quanto ao tratamento técnico dispensado aos acervos da Seção de Iconografia, era preciso, como anteriormente citado, “comparar, retratar, reproduzir, caracterizar, relatar, narrar”.⁶⁶⁰

Entretanto, visto que na década de 50 do século XX, os recursos para a aquisição de informações digitais no Brasil eram inexistentes, Lygia da Cunha e sua equipe recorriam às fontes bibliográficas disponíveis no vastíssimo acervo da Biblioteca Nacional, com o objetivo de instrumentalizar os diversos estudos necessários para inventariar, catalogar e atribuir a autoria as coleções custodiadas na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional.

Logo, em vista das diretrizes metodológicas inéditas implementadas por Lygia da Cunha a partir dos anos 1950, houve um alargamento de horizontes nas análises técnicas e de divulgação da preciosa documentação, pois “sendo a Seção de Iconografia um misto de biblioteca e gabinete de obras de papel, era natural que se investisse nos desenhos e nas estampas”.⁶⁶¹ Nesse sentido, as análises técnicas comparativas das aquarelas da Bahia em relação as mencionadas edições do diário de viagem de Maria Graham, além de possibilitarem a experiência de inovadoras técnicas de pesquisa utilizando os diários de viagem da autora, difundiram para os pesquisadores nas décadas seguintes dos séculos XX e XXI, o imenso potencial investigativo da fonte bibliográfica em questão. Além disso, a abordagem comparativa realizada pela chefe da Seção de Iconografia evidenciou, inquestionavelmente, a relevância do *Diário de uma viagem ao Brasil* enquanto fonte histórica complementar aos estudos brasileiros

⁶⁶⁰ RIBEIRO, Marcus Vinício. Uma senhora bibliotecária. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 9.

⁶⁶¹ ANDRADE, *Estampas antigas, tempos modernos...* p. 10.

que se debruçam sobre o longo processo de independência do Brasil, sob múltiplas abordagens de análise.

Nos últimos anos constatamos que a produção das inúmeras investigações acadêmicas em torno da representatividade histórica de Maria Graham a partir de uma pluralidade de enfoques teóricos, se concentraram, sobretudo, na abordagem de metodologias interpretativas sobre a produção textual da escritora inglesa, em especial no *Diário de uma viagem ao Brasil*, e, como já mencionado, reiteramos que existe uma lacuna historiográfica relativa a trabalhos que tenham utilizado as aquarelas da Bahia como fontes históricas, pelo motivo das incertezas quanto a atribuição de autoria das mesmas, como denunciado ao longo dessa tese.

Para efeito de comprovação de tal assertiva, citamos como exemplo algumas teses, dissertações e artigos, que apresentam abordagens interpretativas para elaboração dos argumentos de pesquisa utilizando as fontes, *Diário de uma viagem ao Brasil*, *Escoço Biográfico de d. Pedro I*, *Correspondência entre Maria Graham a Imperatriz Dona Leopoldina*, e as aquarelas da Bahia, circunscrita ao recorte temporal dos anos 1992 a 2021, dos seguintes autores: Laura Burman (1992),⁶⁶² Angélica Zubaran (2004),⁶⁶³ Margareth de Almeida Gonçalves (2005),⁶⁶⁴ Isadora Eckardt da Silva (2005),⁶⁶⁵ Marina Haizenreder Ertzogue (2007),⁶⁶⁶ Maria de Fátima Hanaque Campos (2009),⁶⁶⁷ Ariane Luna Peixoto e Tarciso de Souza Filgueiras (2010),⁶⁶⁸ Ana Carolina de Santana Custódio (2015),⁶⁶⁹ Denise Maria C. G. Porto⁶⁷⁰ (2019), Maria de Fátima Medeiros Souza (2020)⁶⁷¹ e Flaviana Aparecida da Silva (2021).⁶⁷² Ressaltamos que

⁶⁶² BURMAN, *A natureza como experiência do ser...* p. 53-73.

⁶⁶³ ZUBARAN, *O Olhar de uma inglesa viajante sobre o Brasil Oitocentista*: pp. 253-271.

⁶⁶⁴ GONÇALVES, *Subjetividade e viagem em Maria Graham...*p. 1-8.

⁶⁶⁵ SILVA, *Maria Graham, uma narradora à moda antiga*. ...2005.

⁶⁶⁶ ERTZOGUE, *Solidão tanto quanto possível: anotações de um diário de viagem ao Brasil de Maria Graham*. ANPUH-XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/29-snh24?start=740> Acesso em 13 de outubro de 2023.

⁶⁶⁷ CAMPOS, *Relatos de viagem e a obra multifacetada de Maria Graham no Brasil*. p. 99-114.

⁶⁶⁸ PEIXOTO; FILQUEIRAS, *Maria Graham: anotações sobre a flora do Brasil...*p. 992-998.

⁶⁶⁹ CUSTÓDIO, *A construção visual da vestimenta das mulheres escravizadas...*2015.

⁶⁷⁰ PORTO, *A voz feminina e estrangeira de Maria Graham* ...2019.

⁶⁷¹ SOUZA, Maria de Fátima Medeiros de. *Viajar, observar e registrar: coleção e circulação da produção visual de Maria Graham*. Tese (Doutorado em Artes Visuais) -Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

⁶⁷² SILVA, *Uma “viajante de letras”...* 2021.

do conjunto de autores selecionados, verificamos que além de nós, Maria de Fátima Hanaque Campos (2009) e Ana Carolina de Santana Custódio (2015) utilizaram as aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham como fontes para os seus trabalhos,⁶⁷³ ao contrário de Maria de Fátima Medeiros de Sousa (2020), que, como já mencionado no Capítulo I dessa tese, não quis utilizar as aquarelas da Bahia, pelas dúvidas quanto a autoria das mesmas, levantada por Lygia da Cunha.

Em vista disso, faz-se relevante informar que enquanto produtoras de vasta bibliografia acerca da historicidade de Maria Graham, na perspectiva crítica da sua contribuição testemunhal para a historiografia do processo de Independência do Brasil, temos utilizado com recorrência em nossos trabalhos um *corpus* documental constituído, tanto pelas fontes bibliográficas de sua autoria, quanto pelo conjunto de fontes imagéticas produzidas pela escritora, para fundamentar as nossas análises historiográficas. A partir desse conjunto de fontes de diferentes tipologias, utilizávamos práticas metodológicas que consideravam abordagens interpretativas das fontes, ou seja, análises que problematizavam os documentos em relação aos seus próprios conteúdos implícitos.

Entretanto, ao longo dos estudos para a elaboração da presente tese, verificamos que, quando Lygia da Cunha utilizou comparativamente a fonte bibliográfica *Diário de uma viagem ao Brasil*, em relação as aquarelas da Bahia, ou seja, quando ela confrontou fontes de diferentes tipologias, conteúdos e suportes, ela nos despertou o interesse para as novas possibilidades de abordagens do documento bibliográfico *Diário de uma viagem ao Brasil*. Por conseguinte, considerando as contribuições inovadoras de Lygia da Cunha, no que tange ao tratamento metodológico da fonte primária mencionada, foi possível que empreendêssemos uma pesquisa inédita, no que se relaciona ao procedimento técnico empregado, e na relevância das informações levantadas.

Para tal, levando em conta a abordagem comparativa, “abrangente e ampliada”,⁶⁷⁴ confrontamos um conjunto de documentos históricos de distintas tipologias e procedências, constituído por manuscritos administrativos relacionados à

⁶⁷³ Como exemplo de análises historiográficas que utilizam, tanto a produção textual, quanto as aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham citamos igualmente: PORTO, Denise G. Entre vendeiras e quitandeiras: o olhar de Maria Graham para a paisagem urbana da Bahia Oitocentista. *Revue Passages de Paris*, nº 20 (2020. 2).

⁶⁷⁴ PRADO, “Repensando a história comparada da América Latina”.... p. 11-33.

Independência do Brasil, custodiados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e no Projeto Resgate de documentação histórica “Barão do Rio Branco”⁶⁷⁵ da Biblioteca Nacional, e por registros textuais de Maria Graham do *Diário de uma Viagem ao Brasil* (1956), escrito durante a sua estada em terras brasileiras entre os anos de 1821 e 1824.

Para exemplificar os resultados obtidos na pesquisa em tela, o procedimento investigativo identificou aproximações temáticas, espaciais e cronológicas entre os documentos administrativos de arquivo que consideravam os conflitos políticos e militares ocorridos nas províncias brasileiras da Bahia, Maranhão e Pernambuco, em relação aos relatos de Maria Graham sobre os mesmos acontecimentos narrados na fonte bibliográfica *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956). Ademais, visamos com o estudo realizado, contribuir para a amplitude do debate acerca do reconhecimento da escritora Maria Graham como autora de fontes historiográficas fidedignas sobre o processo de Independência do Brasil, bem como, sublinhar o potencial investigativo e inovador que o acervo de fontes sobre a História do Brasil dos anos da Independência disponíveis nos arquivos do *Projeto Resgate* oferece aos pesquisadores interessados no tema.

Quanto a tipologia da documentação, o conjunto é composto, sobretudo, por representações oficiais tais como: requerimentos, ofícios, cartas, avisos, certidões, consultas, informações, cartas patentes, proclamações e manifestos e foram produzidas por figuras históricas tais como: o rei d. João VI, chefes dos setores militares, políticos e da administração pública portuguesa e brasileira, comerciantes, eclesiásticos e cidadãos civis, lusitanos e brasileiros residentes no Brasil ou em Portugal, para tratar de assuntos políticos, institucionais, financeiros, comerciais, militares e dos âmbitos civil, privado e familiar, referentes às mais diversas demandas geradas durante o período dos investimentos de Portugal nos esforços de guerra, pela pacificação das instabilidades políticas, e para manter as províncias conflagradas fiéis a d. João VI.⁶⁷⁶

⁶⁷⁵ O Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” da Biblioteca Nacional é um programa de cooperação arquivística internacional que tem por missão catalogar e reproduzir a documentação histórica referente ao Brasil existente em manuscritos avulsos e em códices custodiados nos acervos de instituições estrangeiras. Disponível em: <https://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate> Acesso em 22 de agosto de 2024. N/A.

⁶⁷⁶ PORTO, Denise G. Novos horizontes investigativos sobre o processo da Independência do Brasil... p. 1-17.

Os documentos traçam um retrato representativo das lutas nas províncias brasileiras que aderiram a causa da Independência, se colocando contra o juramento da constituição da monarquia portuguesa, em oposição às facções que juraram fidelidade à Lisboa. Nos manuscritos é possível constatar, ainda, o movimento de dissidências de militares e tropas portuguesas que aderiram a causa brasileira pela Independência do Brasil, bem como, a resposta do governo Português com esforços bélicos para a manutenção do sistema constitucional português e da permanência dos laços do Brasil a Portugal.

Os documentos atestam a movimentação interprovincial e transatlântica de navios de guerra e de tropas militares brasileiras, e a mobilidade de batalhões lusitanos entre as províncias da Bahia, Pernambuco e Maranhão, para sufocar as querelas independentistas nestas províncias. Na documentação manuscrita é observada ainda, a retirada das tropas militares e da esquadra da marinha portuguesa do Brasil e o seu retorno para Lisboa, bem como, o regresso a Portugal de presos políticos, doentes e feridos de guerra, autoridades públicas e militares, magistrados, religiosos, militares de linha e de representantes da sociedade civil portuguesa em geral.

Em vista disto, organizamos uma seleção de verbetes da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino custodiados no Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”⁶⁷⁷ circunscrita aos manuscritos dos Catálogos das Capitanias da Bahia (CU_005), Maranhão (CU_009) e Pernambuco (CU_015), alusivos aos anos de 1823 e 1824 e correlatos às narrativas de Maria Graham no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), que são referentes aos acontecimentos políticos que se deram nestas províncias do Norte durante aqueles anos. Para tanto, utilizamos os critérios de similaridade temática, temporal e espacial entre os distintos documentos tratados comparativamente, e acrescentamos ao *corpus* documental, a pretexto de fundamentação historiográfica,

⁶⁷⁷ A citada pesquisa documental foi realizada entre os anos de 2021 e 2022, por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, no âmbito do “Projeto de Identificação e exposição dos documentos históricos relativos ao processo de Independência do Brasil contidos no acervo do Projeto Resgate Barão do Rio Branco”, contemplado pelo Edital 34 da FAPERJ em colaboração com a Fundação Biblioteca Nacional. Em tal pesquisa, colaboramos como pesquisadora Bolsista do Edital 34 FAPERJ em cooperação com a Fundação Biblioteca Nacional. A pesquisa teve como produto final, a elaboração e publicação do instrumento de pesquisa intitulado “O Esquecimento das Desavenças Passadas: o processo de Independência do Brasil no Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”. Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. ASSUNÇÃO, Paulo de; PORTO, Denise G. O esquecimento das desavenças passadas: o processo de independência do Brasil no Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”. DIAS, Érika; NARA JÚNIOR. João Carlos (orgs). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2024. N/A.

três transcrições paleográficas a partir dos manuscritos originais custodiados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Isso posto, no Catálogo Brasil Geral - AHU_ACL_CU_003, Cx. 45,⁶⁷⁸ selecionamos o verbete do documento D. 3666 comparando-o a citação no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), observamos que em ambas as fontes são relatadas a falta de víveres e a calamidade social na Bahia em maio de 1823.

Verbetes -1823- Sobre a falta de víveres e de calamidade na Bahia

[ant. 1823, abril, 9]

AHU_CU_003, Cx. 45, D. 3666.

OFÍCIO (extrato) do[governador das Armas da província da Bahia], brigadeiro[Inácio Luís] Madeira[de Melo], informando que a Bahia está quase toda sublevada; sobre a falta de víveres e de dinheiro; a necessidade de mais tropas; e a conveniência em bloquear-se os portos do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

Transcrição do documento manuscrito D. 3666:⁶⁷⁹

Acusou-se[?]a recepção em 9 de abril de 1823

O Brigadeiro Madeira em ofício de 28 de novembro de 1822 expõe o seguinte: Que a Província da Bahia está quase toda sublevada. Que a deficiência de víveres é grande e será cada vez maior. Que se quer fazer uma guerra haveria, se necessário maior número de tropas. Pedese lhe mandar. Que seria muito conveniente bloquear o Porto do Rio de Janeiro, assim como o de Pernambuco, que[?]um tal projeto exige muitas forças marítimas, e grandes defesas — mas que este é o modo de segurar a Bahia— e emprega-se depois as suas forças em alguma outra Província. Que há grande falta de dinheiro. Remeto documentos que mostram as dificuldades do achar recifes para o Corpo de Voluntários de El Rey e recea muito a sorte daqueles indivíduos.

Abaixo, a citação extraída do *Diário de Uma viagem ao Brasil* (1956), relacionando-a ao documento acima, onde constam informações da falta de víveres e de penúria da população da Bahia em maio de 1823, e ainda, o bloqueio comercial imposto pelo general Inácio Luís Madeira de Melo às províncias aderentes ao governo de d. Pedro I. Segundo Maria Graham:

⁶⁷⁸ Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pagfis=0 Acesso em 22 de agosto de 2024. No site acima encontra-se o documento manuscrito citado, referente ao Catálogo Brasil Geral - AHU_ACL_CU_003, Cx. 45.

⁶⁷⁹ Transcrição nossa. As regras para as transcrições paleográficas adotadas nesse estudo, seguiram um compromisso entre a edição diplomática e a edição crítica, tendo por premissa, uma atitude de fidelidade aos manuscritos, conforme as orientações preconizadas por Eduardo Borges Nunes. NUNES, Eduardo B. *Varia paleográfica*. Lisboa: Portugalia e Histórica, 1973. N/A.

16 de maio de 1823. —[...]a cidade da Bahia parece estar numa situação desesperada por falta de provisões. Os escravos morrem pelas ruas. Algumas casas, depois de ficarem fechadas por alguns dias, foram abertas pelos funcionários da polícia, que verificaram terem os donos fugidos e os escravos morrido. Duas vezes por dia abriam-se os portões para permitir saída de mulheres e crianças. Alguns oficiais da *Doris*⁶⁸⁰ tiveram a curiosidade de assistir a algumas dessas ocasiões e viram quinhentas pessoas, carregadas com a mobília e a roupa que o estado de inanição permitia aguentar, deixarem a cidade. A pequena quantidade de provisão fresca que consegue penetrar na cidade é exorbitantemente cara. O general Madeira proclamou a lei Marcial na praça, requisitou alguma cevada e trigo de um navio neutro e levantou empréstimos forçados de todas as classes, tanto de nativos, quanto de estrangeiros.⁶⁸¹

A seguir, no Catálogo da Capitania da Bahia AHU_ACL_CU_005, Cx. 275⁶⁸² foi selecionado o verbete D. 19203; da Caixa 276 constam os documentos, D. 19235 e D. 19257; e da Caixa 277, selecionamos os documentos, D. 19279 e D. 19288. Os manuscritos aludidos correlacionam-se com as passagens que destacamos no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956) de Maria Graham, de maneira a demonstrar a evidente correspondência entre as fontes, como observado nas citações às batalhas de Itaparica e de Pirajá, nas informações sobre os reforços enviados por Lisboa ao general Inácio Luís Madeira de Melo, nos relatos do ataque impetrado pela esquadra portuguesa contra as forças navais imperiais comandadas pelo almirante Thomas Cochrane, por ocasião do envio da ofensiva do governo de d. Pedro I para a expulsão dos contingentes militares portugueses da Bahia sob o comando do general Inácio Luis Madeira de Melo, e ainda, o pedido que o almirante João Félix Pereira de Campos fez ao Rei d. João VI para retirar-se do comando da esquadra portuguesa. Por fim, há o informe sobre a expulsão definitiva das tropas portuguesas da Bahia, na correspondência trocada entre o almirante Thomas Cochrane e Maria Graham.

Verbetes-1823-Sobre as batalhas de Itaparica e de Pirajá

⁶⁸⁰ A fragata de guerra *Doris* pertencia a marinha de S. M. B e era uma grande embarcação que possuía vinte e quatro canhões. O navio chegou à costa brasileira no ano de 1821 comandado pelo Capitão Thomas Graham e trazia a bordo a escritora-viajante Maria Graham, que era a esposa do comandante. PORTO, Denise G. *Maria Graham: uma inglesa na Independência do Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

⁶⁸¹ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil*...p. 278.

⁶⁸² Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pagfis=0 Acesso em 22 de agosto de 2024. No site acima encontram-se os documentos manuscritos citados neste estudo referentes ao Catálogo da Capitania da Bahia AHU_ACL_CU_005, Cx. 275, 276 e 277.

AHU_CU_005, Cx. 275, D. 19203.

1823, fevereiro, 12, Baía

OFÍCIO da Junta Provisória do Governo da Baía ao[secretário de estado dos Negócios do Reino], Filipe Ferreira de Araújo e Castro, comunicando o ataque a Pirajá e Ilha de Itaparica. Anexo: 2ª via.

Correlacionada ao verbete do Ofício supracitado, apresentamos abaixo a passagem do *Diário de Uma viagem ao Brasil* (1956), onde Maria Graham informa o ataque das tropas do general Inácio Luis Madeira de Melo sobre as forças brasileiras na malsucedida investida à Ponta da ilha de Itaparica no dia 2 de janeiro de 1823, e da batalha ocorrida entre o exército imperial e os contingentes portugueses na Batalha de Pirajá, no dia 18 de novembro de 1822.

13 de março de 1823. — A expedição mais importante de Madeira foi a enviada à Ponta de Itaparica, cuja pose se estava tornando cada dia mais importante, à medida que diminuía as provisões da cidade. Com esse objetivo, 1. 500 homens embarcaram a bordo do *Prontidão* e outros dois brigues de guerra. Deviam desembarcar metade de um lado e metade do outro da pequena península que forma a Ponta, na qual há um pequeno forte e uma vila, que as tropas deviam tomar enquanto os briques bombardeavam o forte[...]nesse meio tempo os brasileiros haviam erguido montes de areia, atrás dos quais se esconderam deitados, e fizeram com segurança fogo sobre os portugueses que passavam e cometeram uma grande mortandade[...]esta batalha, se pode ser assim chamada deu-se a 2 de janeiro de 1823 e durou de meio dia ao pôr-do-sol[...]A 18 de novembro de 1822, porém, Madeira fez uma surtida e chocou-se com os brasileiros em Pirajá[...]houve então uma grande batalha com algumas perdas dos dois lados, ambos proclamando-se vencedores.⁶⁸³

Verbetes-1823- Sobre os reforços da Armada Portuguesa e ajuda vinda de Lisboa

AHU_CU_005, Cx. 276, D. 19235.⁶⁸⁴

1823, março, 22, Baía

CARTA do[governador das Armas da Província da Baía], Inácio Luís Madeira de Melo, ao rei[D. João VI], sobre as notícias vindas do Rio de Janeiro do reforço dos insurretos e apelando para o reforço da Armada e ajuda de Lisboa, sem o qual considera que o Brasil se perderá. Anexo: 7 docs., 2ª via e extrato.

⁶⁸³ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 240-241.

⁶⁸⁴ Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pagfis=0
Acesso em 22 de agosto de 2024.

Correlacionado ao verbete da Carta acima referenciada, citamos a seguir, os fragmentos extraídos do *Diário de Uma viagem ao Brasil* (1956), onde encontramos informações fornecidas por Maria Graham sobre a chegada de reforços do governo de d. Pedro I vindos de Alagoas para o general Labatut em março de 1823, e do envio para o Brasil de um comboio de transporte de tropas portuguesas para reforçar o contingente militar do general Inácio Luís Madeira de Melo em abril do mesmo ano. Nas palavras da inglesa:

13[de março] de 1823. — Parece que só na noite passada os navios de Sua Majestade Imperial *União* (agora *piranga*), *Niterói* e *Liberal*, seguidos de uma esquadra de transportes, voltaram de Alagoas, onde desembarcaram reforços para o general Labatut, cujo quartel-general é em Cachoeira, e que está atacando a cidade da Bahia de perto. O general Madeira tem uma poderosa força de soldados portugueses, além de 2. 000 marinheiros que podem eventualmente servir em terra, e uma força naval considerável.⁶⁸⁵

25[de abril] de 1823. — Um brigue de guerra francês veio hoje da Bahia. Soubemos agora que os navios avistados pelo *Tartar* eram somente uma fragata e um comboio de transporte de tropas, a bordo do qual havia um reforço para Madeira de 1. 500 homens. Não farão senão aumentar a desgraça da guarnição, que se tem como muito grande, já que não trouxeram provisões.⁶⁸⁶

Verbete-1823-Ataque da frota portuguesa às forças comandadas pelo almirante Cochrane

AHU_CU_005, Cx. 276, D. 19257.⁶⁸⁷

1823, abril, 28, Baía

OFÍCIO do chefe de divisão comandante da Esquadra, João Félix Pereira de Campos, ao[secretário de estado da Marinha e Ultramar], Inácio da Costa Quintela, sobre a preparação da esquadra para socorrer os Voluntários Reais, a nomeação de comandante interino para a esquadra, em virtude da sua doença, o capitão-de-mar-e-guerra Manuel de Vasconcelos Pereira de Melo, e o ataque às forças comandadas pelo almirante Cochrane. Anexo: 2 docs.

Relacionado ao verbete do Ofício D. 19257, acima mencionado, destacamos o trecho do *Diário de Uma viagem ao Brasil* (1956) no qual Maria Graham narra o

⁶⁸⁵ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 242.

⁶⁸⁶ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil*...p. 249.

⁶⁸⁷ Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pagfis=0
Acesso em 22 de agosto de 2024.

embate entre a esquadra imperial comandada pelo almirante Thomas Cochrane e a esquadra portuguesa fundeada na costa norte da Baía de Todos- os-Santos, como exposto a seguir:

13[de junho]de 1823. — Logo que se soube que o Lorde partira para a Bahia, a esquadra portuguesa saiu da barra fora, e estendeu-se ao longo da costa norte da baía. Lorde Cochrane, que esperava em vão, no lugar de encontro no mar, por dois brulotes que deviam vir do Rio, armara um de seus pequenos navios, a escuna *Real* (Pedro) como brulote e pretendeu voar em direção à Bahia a 4 de maio, quando se chocou com a frota portuguesa, em número de trinta navios, dispondo ele só de cinco navios, um brique e um brulote.⁶⁸⁸

Verbete-1823-Abandono do comboio pelo chefe de divisão e comandante da Esquadra, João Félix Pereira de Campos.

AHU_CU_005, Cx. 277, D. 19279.⁶⁸⁹

1823, julho,[?]

TERMO de protesto (cópia) feito a bordo do navio Conde de Palma, pelo comandante 1º tenente José Franco, saído da Baía debaixo do comboio da nau D. João VI, contra o abandono do comboio pelo chefe de divisão e comandante da Esquadra, João Félix Pereira de Campos.

Abaixo, o excerto do *Diário de Uma viagem ao Brasil* (1956) relacionando-o ao verbete do Termo de protesto acima mencionado, onde Maria Graham cita que no dia 24 de abril, o almirante João Felix Pereira de Campos passou o comando da esquadra portuguesa a outro oficial. Segundo a autora:

[...]Publicaram uma carta circular, apelando para todos os oficiais e tripulações a fim de que se esforçassem, prometendo-lhes a destruição da esquadra brasileira, e no mesmo dia, 24 de abril, o almirante João Félix Pereira de Campos, passou o comando a outro oficial.⁶⁹⁰

Verbete-1823- Carta régia do rei d. João VI ordenando a evacuação das forças de mar e terra da província da Baía.

AHU_ACL_CU_005, Cx. 277, D. 19288⁶⁹¹

⁶⁸⁸ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 281.

⁶⁸⁹ Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pagfis=0 Acesso em 22 de agosto de 2024.

⁶⁹⁰ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil*...p. 279.

⁶⁹¹ Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pagfis=0 Acesso em 22 de agosto de 2024.

1823, julho, 23, Lisboa

OFÍCIO do secretário de estado dos Negócios da Guerra e interinamente dos da Marinha e do Ultramar, conde de Suberra,[Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real], ao governador das Armas da Província da Baía, Inácio Luís Madeira de Melo, enviando carta régia do rei D. João VI ordenando a evacuação das forças de mar e terra da província da Baía.

Transcrição do documento manuscrito:⁶⁹²

/fl. 1v/

Baia 23-7-823

Em certeza achará Vossa Senhoria huma Carta Regia que Sua Magestade El Rey Nosso Senhor há por bem escrever a Vossa Senhoria nesta ocazião.

Deos guarde a Vossa Senhoria. Lisboa no Palácio da Bemposta, em 23 de julho de 1823.

Illustrissimo Ignacio Luiz Madeira

/fl. 2v/

Ignacio Luiz Madeira de Mello, Brigadeiro do Meu Real Exército, Comandante das Armas da Provincia da Bahia. Eu El Rey Vos Envio muito saudar. Havendo Encarregar o Conde de Rio Maior, e o Desembargador Francisco José Vieira, de passarem a Corte do Rio de Janeiro, com importante comissão de junto do Meu sobre todo Muito Amado e Presado Filho Primogenito Dom Pedro de Alcantara, tratarem de restabelecer a harmonia evitando-se a desintelligencia que infelizmente tinhão suscitado as pérfidas violências da facção que insidiosamente se havia levantado nestes Reynos e que em todas as suas sinistras maquinações só tinha por objecto a perda da Monarchia Portugueza em geral. Fui Outros cin servido autoriza los para igualmente alle tratarem dos arranjos necessários para a evacuação das Forças do Mar e Terra, que se vinhão nessa Provincia da Bahia, e de tudo quanto for mais adequado para que assim melhor se execute, avisando vos bemcomo de o Chefe de Divizão João Filipo Pereira de Campos, Comandante em Chefe da Esquadra-Estacionada no mar da mesma Provincia, dos termos em que tiverem convicto: Por tanto Ordeno-vos que, com a sua participação procedas logo à mencionada evacuação, pois em todo o sobredito vos levarey inteiramente conformado da que em Meu Real Nome for comunicado pelos referendos Commissarios todos ou por aquelles que sobreviverem e não forem compreendidos em qualquer legitimo embarço, que perturbe a alguns deles do exercício desta Comunicasão que a todos Fui Servido Encarregar, ficando a força que tendes debaixo do vosso comando assim dependente do que elles vos participarem, que lhe dou Meu Serviço, do Meu Sobretodos muito Amado, e Prezado Filho Primogenito Dom Pedro de Alcantara.

O que tudo assim cumprirais. Escrita em Lisboa no Palacio da Bemposta, aos vinte e hum de julho de mil oitos centos vinte e trez.

⁶⁹² Transcrição nossa. Como citado anteriormente, as regras para as transcrições paleográficas adotadas nesse estudo, seguiram um compromisso entre a edição diplomática e a edição crítica, tendo por premissa, uma atitude de fidelidade aos manuscritos, conforme as orientações preconizadas por Eduardo Borges Nunes. NUNES, Eduardo B. *Varia paleográfica*. Lisboa: Portugalia e Histórica, 1973. N/A.

Rey
Para Ignacio Luiz Madeira de Mello

Referente ao Ofício D. 19288 transcrito acima, segue a correspondência privada trocada entre o almirante Thomas Cochrane e Maria Graham, e publicada no *Diário de Uma viagem ao Brasil* (1956), na qual o comandante da armada imperial relata em detalhes para a amiga, como se deu a expulsão da esquadra portuguesa da Bahia: Segundo o relato do almirante:

17[de julho]. — Afinal a Bahia caiu[...]Lorde Cochrane, cuja amabilidade não falha, escreveu-me nos seguintes termos:
“Minha cara senhora — Tive pena em saber de sua doença, mas é preciso ficar boa, já que lhe comunico que expulsamos o inimigo para fora da Bahia. As fortalezas foram abandonadas esta manhã e os navios de guerra, em número de 13, com cerca de 32 barcos de transporte e navios mercantes, estão a caminho. Acompanhá-lo-emos (isto é, a *Maria da Glória* e a *Pedro I*) até o fim do mundo. Repito, espere novas notícias. Creia-me sempre seu amigo sincero e respeitoso,
Cochrane
2 de julho de 1823, a oito milhas ao norte da Bahia”.⁶⁹³

No Catálogo da Capitania do Maranhão - AHU_ACL_CU_009, Cx. 175⁶⁹⁴ foram destacados os documentos D. 12677 e D. 12705, relacionando-os aos trechos do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956) que aludem à vinda de 500 homens para reforçar as tropas portuguesas, a nomeação dos integrantes da nova Junta de Governo do Maranhão e a obediência política dos respectivos membros da Junta Governativa ao Imperador d. Pedro I.

Verbete-1823-Sobre a vinda do reforço de 500 homens para as tropas portuguesas na Capitania do Maranhão

AHU_CU_009, Cx. 175 Doc.: 12677

1823, julho, 23, Lisboa

AVISO do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Manuel Inácio Pamplona Corte Real, para a Junta da Fazenda do Maranhão, sobre a

⁶⁹³ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 292.

⁶⁹⁴ Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&pagfis=106801
Acesso em: 12 de agosto de 2024. No site acima encontram-se os documentos manuscritos citados neste estudo referentes ao Catálogo da Capitania do Maranhão AHU_ACL_CU_009, Cx. 175.

carta régia de 21 de julho do mesmo ano (1823), na qual se expedia um batalhão para as províncias do Maranhão e Piauí. Em anexo: 1 documento.

Abaixo, segue o excerto do *Diário de Uma viagem ao Brasil* (1956), comparando-o ao verbete do documento D. 19677, quando Maria Graham informa o movimento a favor da Independência no Maranhão, embora a insurreição independentista tenha sido abafada pelas forças portuguesas que esperavam pelo reforço de 500 homens enviados por Lisboa. Segundo a autora:

Houvera antes algum movimento em favor da independência, mas tinha sido abafado pelas tropas portuguesas, das quais havia cerca de 300 homens na cidade[...]além disso elas esperavam, a qualquer momento, um reforço de 500 homens de Lisboa.⁶⁹⁵

Verbetes-1823-Sobre a nomeação dos integrantes da nova Junta Governativa do Maranhão e a obediência política de seus membros e dos corpos militares ao Imperador d. Pedro I.

AHU_CU_009, Cx. 175 Doc. 12705⁶⁹⁶

1823, agosto, 20, São Luís do Maranhão

OFÍCIO da Junta Provisória e Administrativa do Governo do Maranhão para o secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Manuel Gonçalves de Miranda, dando conta da obediência política ao imperador d. Pedro I por parte da dita Junta Provisória e dos membros dos corpos militares.

Abaixo segue a transcrição⁶⁹⁷ do documento manuscrito referente ao verbete acima:

Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor
Tendo de voltar a esta Província a tropa de primeira linha, que daqui foi remetida pelo Governo passado com o pretexto de suspeitas Independentes, achando-se esta Província aderida ao sistema de obediência ao nosso Augusto Imperador e Defensor Perpetuo do Brasil, o Senhor Dom Pedro primeiro, cumpre a esta Junta Provisoria do Governo atual, participar a Sua Excelência, que ficando a officialidade Portuguesa, partam na primeira ocasião acompanhados unicamente pelo seu chefe o Coronel Manoel de Souza Pinto de Magalhães, todos os outros, que formam o Corpo da dita tropa sendo brasileiros.

⁶⁹⁵ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 348.

⁶⁹⁶ Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=009_MA&pagfis=106801
Acesso em: 03 de junho de 2023.

⁶⁹⁷ Transcrição nossa. N/A.

Deos guarde a Vossa Excelência muitos anos.
 São Luis do Maranhão. 20 de agosto de 1823.
 Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor secretário de Estado dos
 Negócios da Guerra de Portugal
 Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce-Presidente
 Pedro Antonio Pereira Pinto do Lago
 José Joaquim Vieira Belfort
 Antonio Joaquim (?) Galvão
 Antonio Raimundo Belfort de Burgos
 Fábio Soares de Souza Belfort

Abaixo, a passagem do *Diário de Uma viagem ao Brasil* (1956) que comparamos ao Ofício D. 12705 acima, onde constam informações de Maria Graham sobre a proclamação da Independência do Brasil e do juramento de fidelidade ao Imperador d. Pedro de Alcântara pelos membros da Junta do Governo da Província do Maranhão e do corpo de políticos e militares provinciais que aderiram ao governo do Rio de Janeiro.

A 28[de julho] a Junta do Governo, a Câmara da cidade, os soldados, o capitão Crosbie representando Lorde Cochrane[...]reuniram-se para proclamar a Independência do Brasil e jurar fidelidade ao Imperador Dom Pedro de Alcântara[...]no dia seguinte habitantes procederam à escolha do novo Governo Provisório, que se instalou no dia 8 de agosto. Os seus membros são: Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce-Presidente, Fábio Soares de Souza Belfort, José Joaquim Vieira Belfort, Pedro Antonio Pereira Pinto do Lago.⁶⁹⁸

No Catálogo da Capitania de Pernambuco AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 288⁶⁹⁹ selecionamos o documento D. 19834, relacionando-o ao *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), alusivo ao sentimento republicano que ganhava forças em Pernambuco, indicando o levante dos movimentos de insurgência política e social que culminaram na Confederação do Equador em 1824.

Verbete-1823-Sobre informações de militares vindos da província de Pernambuco tratando de especulações quanto a ser declarada a república naquela província.

AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 288, D. 19834.
 1823, dezembro, 7, Porto

⁶⁹⁸ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 372.

⁶⁹⁹ Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&pagfis=189964
 Acesso em: 12 de agosto de 2024. No site acima encontram-se os documentos manuscritos citados neste estudo referentes ao Catálogo da Capitania de Pernambuco - AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 288.

OFÍCIO do chefe de Esquadra e intendente da Marinha, José Joaquim da Rosa Coelho, ao[secretário de Estado interino da Marinha e Ultramar, ministro assistente do despacho e encarregado da Secretaria de Estado da Guerra], conde de Subsera,[Manoel Inácio Martins Pamplona Corte Real], sobre as informações de militares vindos da província de Pernambuco de que o governo lá estabelecido não reconhece, nem o governo português, nem o do Rio de Janeiro, e acerca das especulações de ser declarada a república naquela província, informando ainda que o ex-deputado Barata é o redator do periódico Sentinela. Anexo: 1 doc. Obs.: documento em anexo impresso.

Comparado ao Ofício D. 19834, apresentamos o excerto do *Diário de Uma viagem ao Brasil* (1956), com informações fornecidas por Maria Graham sobre as queixas e ressentimentos dos Pernambucanos para com o governo do Rio de Janeiro, como sendo algumas das causas do nascimento do sentimento republicano que ganhava forças em Pernambuco e que contou com a liderança de Manoel de Carvalho Paes de Andrade como Presidente do Conselho do Governo da província de Pernambuco:

[...]Entrementes, o sentimento republicano, que sempre distinguiu os pernambucanos, ganhava forças diariamente. A província queixava-se por ter feito e sofrido muito pela causa da Independência; por ter sido a primeira a habilitar a Bahia a resistir e a expulsar os *pés-de chumbo* e, contudo, serem todas as suas rendas drenadas para a Capital, estarem suas obras públicas abandonadas, e seus funcionários, ou mantidos inativos na corte, ou demitidos bruscamente; enfim por não serem cumpridas as promessas de reforma em todos os seus departamentos. Nestas circunstâncias Manuel de Carvalho Paes de Andrade tornou-se Presidente do Conselho do Governo[...]Ele e o poder imperial entraram a ser desafiados e as províncias vizinhas conclamadas a apoiar os pernambucanos na afirmação de seus direitos como homens e cidadãos.⁷⁰⁰

Logo, pelo todo exposto, procuramos demonstrar com o estudo apresentado, que a partir da perspectiva metodológica utilizada ineditamente por Lygia da Cunha, relativa a abordagem dos *Diários de uma viagem ao Brasil*, nos idos dos anos 1950, e sendo reproduzida por nós contemporaneamente no século XXI, foi possível identificar as aproximações temáticas, cronológicas e espaciais entre os manuscritos administrativos oficiais custodiados pelo Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” e os relatos de Maria Graham no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), o que confirma

⁷⁰⁰ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 390.

que o maior mérito de Lygia da Cunha “ está na forma como empregou o documento iconográfico, valorizando-o em sua especificidade e ressaltando as suas possibilidades à luz de outros documentos”.⁷⁰¹

Faz-se relevante, destacar, que tal observação, tem por objetivo evidenciar as imensas potencialidades de pesquisa oferecidas pela fonte bibliográfica *Diário de uma viagem ao Brasil*, uma vez que os documentos históricos ao serem cotejados, respondem silenciosamente as perguntas formuladas pelos seus interlocutores. A partir desta premissa, como já ensinava o mestre Marc Bloch nos anos 1940, “as vezes a resposta será fornecida por critérios externos: tais como, por exemplo, as datas relativas[...]na falta desse apoio, a análise psicológica, com a ajuda das características internas do objeto ou do texto”.⁷⁰²

Isso significa, que, ainda que tenhamos encontrado sob as nossas lentes investigativas, diversas correspondências complementares entre as fontes de diferentes tipologias documentais utilizadas, como o estudo apresentado acima verificou, tal procedimento não esgota o universo de probabilidades para a obtenção de outras informações contidas no *Diário de uma viagem ao Brasil*. Para certificar esta proposição, tomamos por exemplo, as referências aos contextos e acontecimentos onde podem ser identificados na fonte bibliográfica citada, os costumes locais e tipos históricos representados nas aquarelas da Bahia, como demonstramos no Capítulo I dessa tese, uma vez que os documentos não informam o que o observador “viu na realidade, mas sobre o que, em sua época, era estimado natural ver”.⁷⁰³

4.5 O protagonismo feminino de Lygia da Cunha alcança a academia: uma pioneira na Biblioteca do IHGB.

Os anos 1950 avançavam, e em meio as transformações políticas e culturais que se processavam na Capital Federal do Brasil naquela década, o ensaísta e filólogo Celso Ferreira da Cunha foi convidado pelo recém-empossado Presidente Juscelino Kubitschek para ocupar a Diretoria Geral da Biblioteca Nacional em 1956, onde

⁷⁰¹ SANTOS, Renata. A imagem como Evidência Histórica. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcos Venício; LYRA, Maria de Lurdes Viana (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Coleção Rodolfo Garcia, Vol. 34. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. p. 9.

⁷⁰² BLOCH, *Apologia da História...* p. 112.

⁷⁰³ BLOCH, *Apologia da História...*p. 107.

permaneceria no cargo até o ano de 1960. Como já citado, entre as relevantes realizações de sua administração, Celso da Cunha executou um intenso plano de ativação das relações culturais internacionais com o Brasil, através de Exposições da Biblioteca Nacional no exterior, e adquiriu para o acervo da instituição a Biblioteca de Artur Ramos, e a de Abraão de Carvalho, sendo a última, a maior coleção especializada em música da América Latina. As realizações de Celso da Cunha durante a gestão à frente da Biblioteca Nacional, coincidiam com *Zeitgeist*⁷⁰⁴ daqueles anos, onde também Lygia da Cunha se faria presente dando a sua contribuição. Os anos 50 presenciaram no Brasil o “desenvolvimento industrial e de otimismo pós-guerra, iniciado no segundo governo Vargas, entre, 1951 e 1954 e acelerado no governo JK, no período de 1956 a 1960”.⁷⁰⁵ Em meio a esse espírito de euforia desenvolvimentista e de esperança nos novos tempos promissores, surgiram no Rio de Janeiro, “segmentos intelectuais contagiados com a vontade de mudança, responsáveis por novas formas de conceber o cinema, o teatro, a música, a poesia[...]manifestando-se também nas artes plásticas[...]com o sucesso do concretismo e do abstracionismo”.⁷⁰⁶

Com a inauguração do Museu de Arte Moderna- MAM, no Rio de Janeiro em 1948, sob a presidência de Raymundo de Castro Maya, e ainda sem sede própria, foi realizada no ano seguinte, nas dependências do atual Palácio Gustavo Capanema, a maior exposição de arte moderna “até então realizada no país”,⁷⁰⁷ sublinhando que a sua inauguração, foi “uma das iniciativas expressivas do modernismo carioca, reafirmando a capacidade do Rio em reverberar para o Brasil os movimentos artísticos internacionais de vanguarda”.⁷⁰⁸ Nesse contexto de grande efervescência cultural,

⁷⁰⁴ O termo *Zeitgeist*, de origem alemã, possui o significado de espírito de uma época, sinais do tempo, e passa a ser utilizado no final do século XVIII por Johann Gottfried Herder (1744-1803), um dos principais representantes do romantismo alemão, que escreve uma crítica ao trabalho *Genius Saeculi* (1760) do filósofo Christian Adolph Klotz, introduzindo a palavra *Zeitgeist* como uma tradução de *genius saeculi* (do latim: *genius*- “espírito do tempo” e *seculi* “dos séculos”. O termo passou a ser reconhecido com a formação do conceito introduzido na obra de Georg W. F. Hegel, *Filosofia da História* (1837), pensando o *Zeitgeist* como o espírito de uma época em que a razão seria o caminho do homem na História em direção à liberdade. CONTI, Thiago Fernando Spanholeto. Uma análise do movimento *Zeitgeist*: liberalismo e utilitarismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2018.

⁷⁰⁵ MESQUITA, *De Copacabana à Boca do Mato...* p. 50.

⁷⁰⁶ MESQUITA, *De Copacabana à Boca do Mato...*p. 50.

⁷⁰⁷ ANDRADE, *Estampas antigas, tempos modernos...* p. 10.

⁷⁰⁸ MESQUITA, *De Copacabana à Boca do Mato...*p. 50.

apontamos que um outro marco relevante para a consolidação do Movimento Concretista no Brasil foi a realização no ano de 1953, na cidade de Petrópolis, da I Exposição Nacional de Arte Abstrata, que contou com a participação de artistas como Ivan Serpa,⁷⁰⁹ Abraham Palatinik,⁷¹⁰ Décio Vieira,⁷¹¹ Lygia Clark,⁷¹² Lúcia Pape,⁷¹³ e Aluísio Carvão,⁷¹⁴ entre outros, que se tornaram nos anos seguintes grandes referências do movimento concretista na arte brasileira.

⁷⁰⁹ Ivan Serpa (1923-1973) representante do movimento construtivo no Brasil, exerceu um papel relevante na formação de artistas e na difusão da arte concreta. Sua atuação como professor no MAM-Rio, em parceria com o crítico Mário Pedrosa, priorizava a liberdade de expressão e a experimentação artística. A participação de Serpa na Exposição Nacional de Arte Abstrata no Quitandinha em Petrópolis em 1953, atesta sua relevância no cenário artístico nacional da época. CAMPOS, Haroldo de. *Arte Construtiva no Brasil: depoimento por ocasião dos 40 anos da Exposição Nacional de Arte Concreta. Revista USP*, São Paulo (30): 251-261. junho/agosto 1996, p. 252.

⁷¹⁰ Abraham Palatinik (1928-2020) emerge como figura central na consolidação da arte cinética no Brasil, expandindo os limites da pintura tradicional por meio da incorporação de elementos cinéticos e tecnológicos em suas obras. A participação de Palatinik em eventos como a 1ª Exposição Nacional de Arte Abstrata no Quitandinha (1953) consolidou sua posição como um dos principais expoentes da arte concreta no Brasil. CAMPOS, Haroldo de. *Arte Construtiva no Brasil: depoimento por ocasião dos 40 anos da Exposição Nacional de Arte Concreta. Revista USP*, São Paulo (30): 251-261. junho/agosto 1996, p. 251.

⁷¹¹ Décio Luiz Monteiro Vieira (1922-1988) foi um dos principais artistas do movimento concretista que marcou a arte brasileira na década de 1950. Embora tenha aderido aos princípios construtivistas, Vieira desenvolveu uma poética singular, marcada pela pesquisa de nuances cromáticas pela leveza de suas composições. A influência de Alfredo Volpi foi fundamental para a evolução de sua obra, uma vez que o aprendizado da técnica da têmpera permitiu a Vieira explorar um universo cromático mais sutil e a criação de obras de caráter mais lírico e monocromático. Essa combinação entre a rigorosa geometria do construtivismo e a poética pessoal de Vieira resultou em uma obra de grande originalidade e complexidade. MENDONÇA, Vanessa Cristina Cavalcante de. *Tecidos Estampados e Gravura Artística-Encontros na obra de Fayga Ostrower-de 1952-67, no Rio de Janeiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História da Arte) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

⁷¹² Lygia Clark (1920-1988), iniciou sua carreira no Rio de Janeiro, influenciada por Burle Marx. Em Paris, aprofundou seus estudos com grandes nomes do construtivismo. De volta ao Brasil, participou ativamente do Movimento Concretista, contribuindo para a renovação da arte brasileira. Sua obra, marcada pela experimentação e pela busca por uma arte participativa, a coloca como uma das principais referências da arte contemporânea. GIOVANI, Giulia Vilela. *A análise de técnicas e materiais aplicada à conservação de arte contemporânea: o uso da tinta industrial sobre madeira na produção pictórica de Lygia Clark*. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 2014.

⁷¹³ Lygia Pape (1927-2004) se destacou como uma das principais artistas a explorar as possibilidades da arte construtiva. Ao romper com a rigidez da geometria pura, Pape introduziu elementos da materialidade e da experiência sensorial em suas obras, criando um diálogo entre a arte e a vida. Seus trabalhos, que frequentemente convidavam à participação do público, representam uma ruptura radical com a arte tradicional e uma antecipação das tendências da arte contemporânea. MACHADO, Vanessa Rosa. *Lygia Pape, espaços de ruptura*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁷¹⁴ Aluísio Carvão (1920-2001), foi um artista que deixou sua marca em diversas áreas da arte. Sua obra, marcada por uma intensa pesquisa formal e cromática, transcende os limites da pintura, explorando também a escultura, a ilustração e o design de cenários. A partir da década de 1950, Carvão se envolveu ativamente com o Movimento Concretista brasileiro, participando de importantes exposições e contribuindo para a definição de um estilo próprio. Suas obras, como “Ritmo-Centrípeto-Centrífugo” e “Clarovermelho”, destacam a exploração do movimento e da luz, revelando um artista inquieto em busca

Por conseguinte, toda essa dinâmica de renovação na arte brasileira estava sendo acompanhada de perto por Lygia da Cunha, pois que, autorizada pela política de aquisições da Biblioteca Nacional na gestão de Celso da Cunha, ela pode investir na compra de desenhos e estampas dos artistas contemporâneos que se destacavam no cenário brasileiro, para integrar o acervo da Seção de Iconografia. Assim, sob os ventos renovadores soprados por Celso da Cunha na Biblioteca Nacional, Lygia da Cunha sentiu que era preciso aprofundar as suas competências no campo das artes plásticas e para isso, buscou no ano de 1955 a oportunidade de especializar-se no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, pois nas palavras da bibliotecária:

Nessa época, eu senti como era importante aprofundar o conhecimento sobre os acervos ali guardados. Então eu me propus a fazer o curso do Museu Histórico Nacional, muito voltado para a arte, como uma complementação da minha formação.⁷¹⁵

É interessante observar que no momento em que Lygia da Cunha ingressa no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional,⁷¹⁶ novamente os caminhos de Lygia e Garcia se conectam, pois que no passado, a jovem Lygia que se profissionalizara no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, reeditado na gestão de Rodolfo Garcia, recorreria no futuro ao Curso de Museus, que fora criado por Garcia durante a sua direção no Museu Histórico Nacional na década de 1930, e que tinha como objetivo

de novas possibilidades expressivas. Esta referência é uma singela homenagem ao artista plástico Aluísio Carvão, que foi professor da autora dessa tese no “Curso de Pintura, Formas e Cores” no MAM-RIO na década de 1980. N/A.

⁷¹⁵ ANDRADE, *Estampas antigas, tempos modernos...*p. 10.

⁷¹⁶ Neusa Fernandes é servidora pública e nasceu no Rio de Janeiro em 1934. Formada em Filosofia, Pedagogia, Museologia e História, concluiu o doutorado e o pós-doutorado em História pela Universidade de São Paulo, USP. Reconhecida nacionalmente como uma referência de pioneirismo feminino na gestão de museus no Rio de Janeiro e no Brasil, Neusa Fernandes esteve à frente das lutas pela defesa da profissão, que foi regulamentada quando da sua presidência na Associação Brasileira de Museologia (ABM). Com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e o da Guanabara no ano de 1975, Neusa Fernandes foi indicada para assumir a direção executiva da recém criada Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro, (FEMURJ) entre os anos de 1975 e 1979, onde ela desenvolveu um trabalho inovador de políticas públicas de museus no âmbito estadual. A sua longa e exitosa trajetória profissional é revelada no livro autobiográfico, “*Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro (FEMURJ) - Uma experiência pioneira de política pública de museus*”, publicado pela Escola de Museologia da UNIRIO, no ano de 2023. Como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, IHGRJ, e exercendo no biênio 2024-2025, o cargo de presidente da instituição, Neusa Fernandes revelou-nos em entrevista concedida para esse estudo, que ela foi contemporânea de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha na agremiação histórica por muitos anos e que sempre mantiveram uma cordial relação de amizade e diálogo científico. Fonte: FERNANDES, Neusa. Entrevista concedida a Denise G. Porto. 2024.

maior, segundo o seu criador, “dotar o país de um corpo de técnicos e especialistas nos ramos de conhecimentos professados neste instituto e em seus congêneres nos Estados da Federação”.⁷¹⁷

Por conseguinte, a busca constante pelo aperfeiçoamento de conhecimentos “sobre os acervos ali guardados”, levou a chefe da Iconografia, — que ensinava as bibliotecárias do setor a “olhar a imagem para além do processo”—,⁷¹⁸ a sua admissão no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, em 1971, onde mais uma vez assistiremos os caminhos de Rodolfo Garcia e Lygia da Cunha se encontrando, pois a bibliotecária ocupará o lugar de direção da biblioteca do grêmio histórico, que um dia foi exercido, igualmente, por Garcia.

Uma pioneira bibliotecária a ingressar no IHGB, Lygia da Cunha foi a segunda intelectual a ser admitida na entidade acadêmica-histórica, cujo perfil era predominantemente masculino. Eleita sócia honorária em 1971, segundo a sua biógrafa, Lygia da Cunha recebeu a honraria comovida, declarando que “desnecessário seria dizer da minha satisfação e honra em merecer tal distinção, recebida com verdadeira e sincera modéstia”.⁷¹⁹ Considerada pelos pares como uma intelectual erudita sempre disposta a compartilhar os seus conhecimentos, Lygia da Cunha logo se destacou no IHGB por sua competência, entusiasmo e dedicação. Por ocasião das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972, Lygia destacou-se pela participação na organização e elaboração do catálogo da exposição comemorativa realizada na Biblioteca Nacional em parceria com IHGB e com o Ministério de Educação e Cultura. A sua atuação à frente da organização de exposições, as publicações na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a presença

⁷¹⁷ Excerto do Discurso de Abertura do Curso de Museus proferido por Rodolfo Garcia, e anteriormente citado no Capítulo III dessa tese. GARCIA, Rodolfo. Explicação. In: *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1956, p. 3.

⁷¹⁸ A citação é de autoria da bibliotecária e atual Coordenadora de Acervo Especial da Biblioteca Nacional, Mônica Carneiro Aves, em depoimento na entrevista concedida a autora dessa tese, no dia 28 de setembro de 2024. Mônica Carneiro Alves é formada em Biblioteconomia pela UNIRIO e entrou na Biblioteca Nacional no ano de 1984 como estagiária de Lygia da Cunha, então Chefe da Seção de Iconografia. Mônica Carneiro permaneceu trabalhando ao seu lado até a aposentadoria da sua chefe, quando esta ocupava o cargo de Coordenadora de Acervo Especial. Segundo o seu depoimento, Lygia da Cunha tinha profundo conhecimento de todo o acervo e da sua constituição, que hoje totaliza mais de 200 mil peças, e que por ela ter formação em História, ensinava aos bibliotecários da Seção a olharem “a imagem para além do processo”. ALVES, Mônica Carneiro. Entrevista concedida a Denise G. Porto. 2024. Coordenação de Acervo especial/Fundação Biblioteca Nacional.

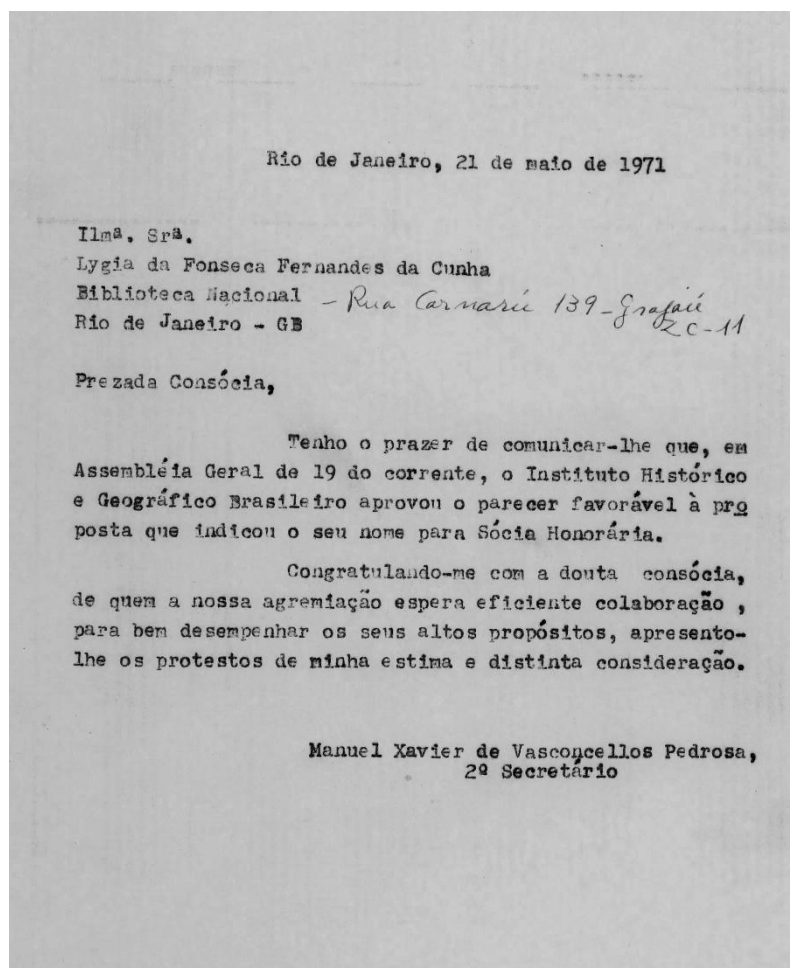
⁷¹⁹ LYRA, *Perfil Biográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*.... p. 31.

assídua da bibliotecária nas seções da instituição, levaram-na no ano de 1974, a ser transferida de sócia honorária a sócia efetiva, “ pelo muito o que compensado a sua curta permanência do quadro social do Instituto, com a brilhante colaboração que tem dado a Casa, seja frequentando a tribuna ou colaborando com a Revista”.⁷²⁰ A seguir, apresentamos o documento inédito, “Carta do 2º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, de 21 de maio de 1971”, comunicando para a nova consocia Lygia da Cunha, a aprovação de seu nome para integrar os quadros do IHGB como sócia honorária, seguida da transcrição do documento.⁷²¹

⁷²⁰ LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Perfil Biográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna. (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 31.

⁷²¹ Documento manuscrito: Carta do 2º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa para Lygia da Cunha, datada de 21 de maio de 1971. Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Fundo Lygia da Cunha.

Figura 48: Documento: Carta do 2º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, de 21 de maio de 1971



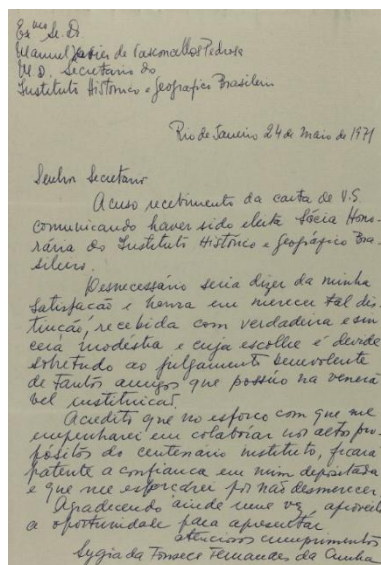
Fonte: Fundo Lygia da Cunha - IHGB

Transcrição do documento anterior:

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1971
 Ilma Sr^a.
 Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha
 Prezada, consocia,
 Tenho o prazer de comunicar-lhe que, em Assembleia Geral de 19 do corrente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aprovou o parecer favorável à proposta que indicou o seu nome para Sócia Honorária.
 Congratulando-me com a douda consocia, de quem a nossa agremiação espera eficiente colaboração, para bem desempenhar os seus altos propósitos, apresento-lhe os protestos de minha estima e distinta consideração.
 Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
 2º Secretário

A seguir, apresentamos o documento inédito, “Carta de Lygia da Cunha ao 2º Secretário do IHGB, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, datada de 24 de maio de 1971”, na qual Lygia da Fonseca acusa o recebimento da carta comunicando a sua indicação para Sócia Honorária do IHGB. Acompanha a transcrição do documento.⁷²²

Figura 49: Documento: Carta de Lygia da Cunha ao 2º Secretário do IHGB, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, datada de 24 de maio de 1971



Fonte: Fundo Lygia da Cunha - IHGB

Transcrição do documento anterior:

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa

M. D. Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1971

Senhor Secretário

Acuso o recebimento da carta de V. S. comunicando haver sido eleita Sócia Honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Desnecessário seria dizer da minha satisfação e honra em merecer tal distinção, recebida com verdadeira e sincera modéstia e cuja escolha é devido sobretudo ao julgamento benevolente de tantos amigos que possuo na venerável instituição.

Acredito que no esforço com que me empenharei em colaborar nos altos propósitos do centenário instituto, ficará patente a confiança em mim depositada e que me esforçarei por não desmerecer.

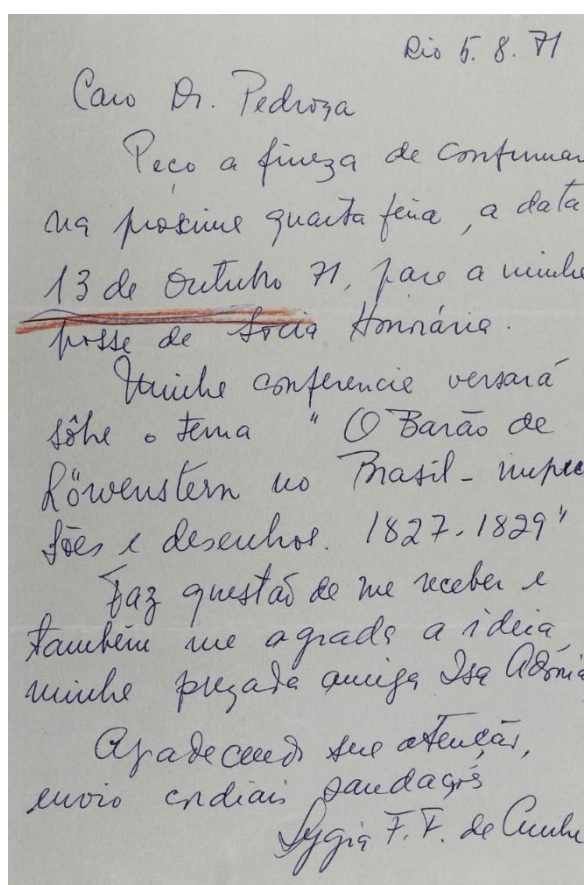
⁷²² Documento manuscrito: Carta de Lygia da Cunha ao 2º Secretário do IHGB, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, datada de 24 de maio de 1971. Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Fundo Lygia da Cunha.

Agradecendo ainda uma vez, aproveito a oportunidade para apresentar os meus cumprimentos.

Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha

A seguir, apresentamos o documento inédito, “Carta de Lygia da Cunha para o 2º Secretário Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa datada de 5 de agosto de 1971”,⁷²³ na qual a sócia solicita a confirmação de sua posse como sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seguida de transcrição do documento:

Figura 50: Documento: Carta de Lygia da Cunha para o 2º Secretário Manuel Xavier Vasconcellos Pedrosa de 5 de agosto de 1971



Rio 5. 8. 71

Caro Dr. Pedrosa

Peco a fmeza de confirmar na proxima quinquena, a data 13 de Outubro 71, para a minha posse de Socia Honoraria.

Minha conferencia versará sobre o tema "O Barão de Roewenstern no Brasil - impressões e desenhos. 1827-1829"

Faz questão de me receber e também me agrade a ideia minha pegada aqui, Dr. Adônio

Agradeço sua atenção, e vou enviar saudades

Lygia F. F. de Cunha

Fonte: Fundo Lygia da Cunha – IHGB

Transcrição do documento anterior:

Rio, 5. 8. 71

Caro Dr. Pedrosa

⁷²³ Documento manuscrito: Carta de Lygia da Cunha para o 2º Secretário Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa datada de 5 de agosto de 1971. Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Fundo Lygia da Cunha.

Peço a fineza de confirmar na próxima quarta-feira, a data 13 de outubro 71, para a minha posse de Sócia Honorária.

Minha conferência versará sobre o tema “O Barão de Löwenstern no Brasil-1827-1829”.

Faz questão de me receber e também me agrada a ideia, a minha prezada amiga Sra. Adonias

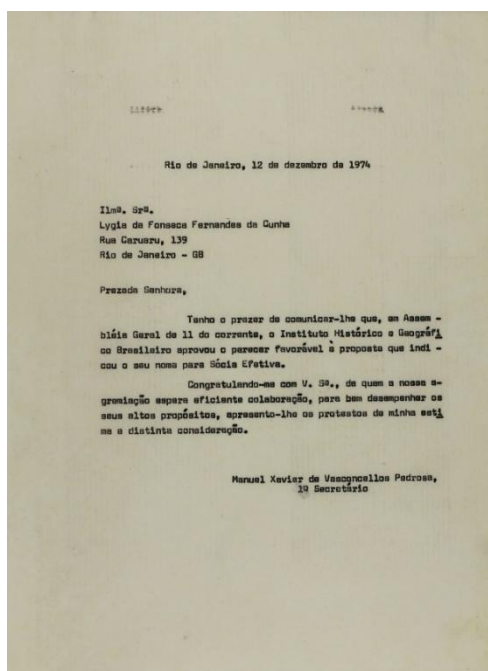
Agradecendo a sua atenção,

Envio cordiais saudações

Lygia F. F. da Cunha

A seguir, apresentamos o documento, “Carta do 2º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, de 12 de dezembro de 1974”, endereçada a Lygia da Cunha⁷²⁴, informando a aprovação do seu nome para Sócia Efetiva, seguida de transcrição do documento.

Figura 51: Documento: Carta do 2º Secretário do IHGB, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, de 12 de dezembro de 1974



Fonte: Fundo Lygia da Cunha - IHGB

Transcrição do documento anterior:

⁷²⁴ Documento Manuscrito: Carta do 2º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, para Lygia da Cunha, datada de 12 de dezembro de 1974. Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Fundo Lygia da Cunha.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1974

Ilm^a Sr.^a

Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha

Rua Caruaru, 139

Rio de Janeiro-GB

Prezada Senhora,

Tenho o prazer de comunicar-lhe que, em Assembleia Geral de 11 do corrente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aprovou o parecer favorável à proposta que indicou o seu nome para Sócia Efetiva.

Congratulando-me com V. S^a., de quem a nossa agremiação espera eficiente colaboração, para bem desempenhar os seus altos propósitos, apresento-lhe os protestos de minha estima e distinta consideração.

Ao longo dos anos, a participação e, sobretudo a contribuição de Lygia da Cunha para a representatividade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, traduziu-se em diversas publicações na Revista do IHGB - RIHGB, principal publicação da instituição, em sua participação constante das seções semanais da “Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas” (CEPHAS), e na organização de exposições relativas a eventos históricos promovidos pelo IHGB. Das inúmeras publicações e conferências de Lygia da Cunha no IHGB, destacamos as que se seguem:

O Barão de Löwenstern no Brasil: impressões e desenhos: 1827-1829. Conferência pronunciada no IHGB. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 299, 1973.

Imperatriz d. Thereza Cristina Maria. Conferência pronunciada no IHGB. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 304, 1974.

Imagens do Rio de Janeiro na época da Regência. Trabalho apresentado no Congresso de História da regência. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 307, 1975.

Federação das Academias Portuguesas e Luso-Brasileiras. *Vasco da Gama 500 anos.* 1998. IHGB.

Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros. 1998. IHGB.

Frei Velloso e sua trajetória no século XVIII. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1999.

A gênese da Biblioteca Nacional e a recente divulgação do acervo Real Português. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 435, 2007.

A trajetória acadêmica de Lygia da Cunha no IHGB revelada pelos documentos de seu arquivo privado e doado para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é pautada por uma relevante produção historiográfica, o que levou os seus pares a

reconhecê-la como uma autoridade inquestionável no campo da iconografia e cartografia histórica.

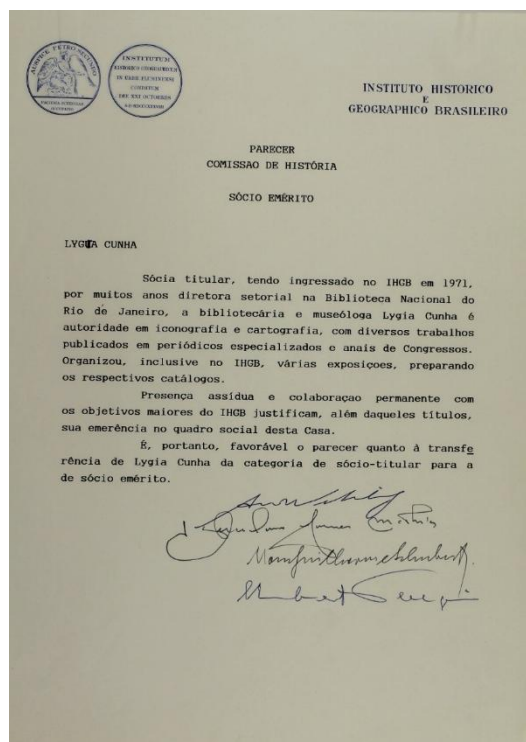
Desta feita, no ano de 1993, Lygia da Fonseca foi promovida a Sócia Emérita, pela “presença assídua e colaboração permanente com os objetivos maiores do IHGB”. Com a nova posição na instituição histórica e por uma robusta experiência em organização institucional, fruto dos anos de trabalho à frente de chefias de seções na Biblioteca Nacional, Lygia da Fonseca ajudou a implementar uma reestruturação administrativa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que culminou com a criação das novas diretorias para a Biblioteca, o Arquivo e o Museu da instituição. Logo, a partir desse novo gerenciamento setorial, coube a Lygia da Cunha ocupar a diretoria da Biblioteca, o que foi designado pelo próprio presidente do grêmio, Arno Wehling, no dia 9 de janeiro do ano 2002. O lugar de destaque de Lygia da Cunha, como a primeira mulher a ocupar a diretoria da Biblioteca daquela instituição, permaneceu refletindo sua profícua atividade intelectual até a sua morte, que se deu no ano de 2006. A partir dessa data, a diretoria da Biblioteca do IHGB teve na bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro,⁷²⁵ no ano de 2023, a segunda mulher a ocupar a cadeira que antes pertencera a Lygia da Cunha.

A seguir, apresentamos o documento inédito: “Parecer da Comissão de História”, com a transcrição do documento.⁷²⁶

⁷²⁵ A bibliotecária e servidora pública, Ana Virgínia Teixeira da Paz Pinheiro, nasceu a 27 de julho de 1957, no Rio de Janeiro. Aposentada da Biblioteca Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UNIRIO, Ana Virgínia trabalhou nas duas instituições por mais de 35 anos. Formada em Biblioteconomia e Documentação pela UNIRIO, no ano de 1978, Ana Virgínia se especializou no segmento de livros raros, sendo hoje reconhecida como uma referência nacional na área de atuação. Contratada no ano de 1982 pela Biblioteca Nacional para integrar um projeto para inventariar o acervo que estava no sótão instituição desde a mudança em 1910 da sede do Passeio, para a atual, na Avenida Rio Branco, Ana Virgínia permaneceu trabalhando na Biblioteca Nacional até a sua aposentadoria em 2020. Ao longo da sua exitosa carreira, a bibliotecária especialista em livros raros, foi, respectivamente, coordenadora do projeto para inventariar acervos, chefe da Divisão de Manuscritos, Coordenadora de Acervos Especiais e Diretora da Área de Acervos Especiais, na presidência de Afonso Romano de Sant’Anna nos anos de 1990-1996. PINHEIRO, Ana Virgínia. Entrevista concedida a Denise G. Porto. 2024.

⁷²⁶ Documento Manuscrito: Parecer da Comissão de História. Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Fundo Lygia da Cunha.

Figura 52: Documento: Parecer da Comissão de História



Fonte: Fundo Lygia da Cunha – IHGB

Transcrição do documento anterior:

Parecer
Comissão de História
Sócio Emérito
Lygia Cunha

Sócia titular, tendo ingressado no IHGB em 1971, por muitos anos diretora setorial na Biblioteca nacional do Rio de Janeiro, a bibliotecária e museóloga Lygia Cunha é autoridade em iconografia e cartografia, com diversos trabalhos publicados em periódicos especializados e anais de Congressos. Organizou, inclusive no IHGB, várias exposições, preparando os respectivos catálogos.

Presença assídua e colaboração permanente com os objetivos maiores do IHGB justificam, além daqueles títulos, sua emergência no quadro social desta casa.

É, portanto, favorável o parecer quanto à transferência de Lygia Cunha da categoria de sócio titular para a de sócio emérito.

Arno Wehling
Herculano Gomes Mathias
Monsenhor Guilherme Schubert
Umberto Peregrino Seabra

Desse modo, pelo exposto ao longo desse capítulo, sublinhamos que os entrecruzamentos de itinerários que se deram entre Lygia da Cunha e Rodolfo Garcia,

dois destacados intelectuais em suas áreas de mediação, apontaram para a simetria dos percursos profissionais que os levaram a consagração de suas atuações nos campos da história e da memória brasileiras. Por caminhos distintos, ambos se especializaram em seus espaços de atuação, distinguiram-se como eficientes funcionários públicos, foram reconhecidos intelectuais mediadores nas mais destacadas instituições da cultura letrada nacional, e dedicaram-se as pesquisas de atribuições de autoria e divulgação de documentos históricos, alcançando o reconhecimento de suas posições acadêmicas quando ingressaram como membros no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB.

Nesse sentido, sobreleva-se o ineditismo dos dois notáveis estudiosos, no que concerne aos seus esforços para a aquisição, catalogação, atribuição de autoria e divulgação das aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham, nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Destarte, reiteramos que Rodolfo Garcia e Lygia da Fonseca, por meio de seus empenhos para a recolha e salvaguarda de fontes para a história do Brasil, foram os responsáveis por lançarem luz sobre as aquarelas da Bahia, e que tais esforços são ressignificados contemporaneamente a cada nova consulta ao catálogo de obras de Maria Graham no acervo digital da Biblioteca Nacional.

CONCLUSÃO

Se tem essa dúvida quanto à ligação das aquarelas da Bahia com a Maria Graham, isso nunca se rompeu. Pois se não era de autoria dela, era de sua propriedade, de seu uso. Se não era a autora, era da sua coleção privada. Então a ligação desses desenhos com a Maria Graham nunca se rompeu, porque são fontes, eram dela.

Mônica Carneiro⁷²⁷

O desdobramento do minucioso estudo que agora concluímos, teve por objetivo, responder a hipótese, de que o primeiro parecer de autoria das aquarelas da Bahia chancelado pelo historiador e diretor da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia, e publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LX,⁷²⁸ no ano de 1938, mantêm-se válido contemporaneamente, a despeito do parecer contrário, conferido pela bibliotecária e chefe da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, que na década de 1950, discordou de Garcia quando divulgou no texto, *Iconografia Baiana do Século XIX*, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, 1981,⁷²⁹ que, segundo suas análises, Maria Graham não era a autora das aquarelas da Bahia.

Com base na hipótese, nosso estudo procurou, então, revisar essa questão e verificar se a atribuição original ainda se sustentava à luz de novas evidências. Destarte, no estudo inédito até a presente data, investigamos os caminhos percorridos por Rodolfo Garcia e Lygia da Cunha, dois intelectuais reconhecidos especialistas em atribuições de autoria de fontes históricas, no que se refere aos métodos de pesquisa que empreenderam para realizar a crítica de autenticidade das aquarelas da Bahia.

Levando em conta as circunstâncias históricas, políticas e culturais que incidiram nas ações, metodologias, mentalidades, visões de mundo e representatividade social dos sujeitos históricos elencados na presente tese, examinamos os fundamentos conceituais que nortearam os pareceres de Rodolfo Garcia e Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, quanto a autoria das trinta e oito imagens que integram o conjunto de aquarelas da Bahia, custodiados na Seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional, FBN, e comprovamos a hipótese que inspirou-nos a elaborar essa pesquisa, de que a atribuição inicial de autoria das aquarelas da Bahia, asseverada por Rodolfo Garcia, justificou-se pela preservação da linha de propriedade com o acervo documental privado de Maria Graham, adquirido no ano de 1938 pela Biblioteca Nacional. Em vista disso, foi

⁷²⁷ ALVES, Mônica Carneiro. Entrevista concedida a Denise G. Porto. 2024. Coordenação de Acervos Especiais/Fundação Biblioteca Nacional, FBN, Rio de Janeiro.

⁷²⁸ GARCIA, *Maria Graham no Brasil...*p.7.

⁷²⁹ CUNHA, *Iconografia Baiana do século XIX....* p. 151.

demonstrado ao longo desse estudo, que, a despeito das discordâncias metodológicas postas nas análises de Garcia e Cunha nas décadas de 1930, e 1950, respectivamente, a linha de propriedade, ou seja, a ligação das aquarelas da Bahia, enquanto documentos de uso privado de Maria Graham, nunca se rompeu.

Por conseguinte, com base na confirmação da nossa hipótese, verificamos que o ponto de convergência entre ambos os pareceres, foi a inegável constatação de que as aquarelas da Bahia são de propriedade de Maria Graham, e que em função deste fato, o termo, “atribuição de autoria a Maria Graham”, adicionado ao inventário da coleção por Lygia da Cunha, por ocasião da inserção das fichas de catalogação do conjunto de aquarelas da Bahia no acervo da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional na década de 1950, preservou a autoridade do primeiro parecer chancelado por Rodolfo Garcia, por ocasião da compra do Espólio Literário e Artístico de Maria Graham, no ano de 1938. Reiteramos que a nossa asserção foi sustentada pela atual Coordenadora de Acervo Especial da Fundação Biblioteca Nacional, FBN, Mônica Carneiro Alves, na entrevista publicada no Capítulo IV,⁷³⁰ como verificado a seguir:

DGP: Então, a partir da constatação de que essa linha de continuidade com a origem da documentação não foi interrompida, Lygia da Cunha preserva a atribuição inicial de autoria chancelada por Rodolfo Garcia?

MCA: Sim, ela preserva. Se tem essa dúvida quanto a autoria, a ligação com a Maria Graham nunca se rompeu. Pois se não era de autoria dela, era de sua propriedade. Era da sua coleção privada.

Desta feita, a pesquisa constatou que a metodologia utilizada por Rodolfo Garcia, priorizou a origem e propriedade das obras, ou seja, tal como um detetive que trabalha com detalhes, pistas e indícios, Garcia, fundamentado em uma perspectiva exegética, compulsou as fontes em conjunto e estabeleceu conexões históricas, factuais e intuitiva contexto de vida da autora dos documentos, comparando-as entre si, para conferir-lhes autenticidade. Portanto, concluímos nesse estudo, que Garcia sustentou a sua análise para a atribuição de autoria das aquarelas da Bahia, considerando, sobretudo, a linha de procedência documental, e a verossimilhança temática e temporal das fontes

⁷³⁰ ALVES, Mônica Carneiro. Entrevista concedida a Denise G. Porto. 2024. Coordenação de Acervo Especial/Fundação Biblioteca Nacional.

iconográficas em relação aos manuscritos da autora inglesa, “de particular interesse para a história dos primórdios do Brasil independente”.⁷³¹ Ademais, verificamos que Rodolfo Garcia levou em conta para o seu julgamento, o testemunho *in loco* do cotidiano urbano dos africanos escravizados na Bahia, conforme revelado pela autora no manuscrito, *Escorço Biográfico de d. Pedro I com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo*.⁷³²

Logo, a pesquisa confirmou, que para Rodolfo Garcia, o conhecimento histórico se dava indiciária e conjenturalmente,⁷³³ uma vez que as práticas relativas à sua reconhecida autoridade no que diz respeito a escolha, coleta, atribuição de autoria e divulgação dos documentos históricos, tinham como pressupostos, formulações hipotéticas que se confirmariam, ou não, por meio de estudos comparativos e dedutíveis das fontes documentais entre si, e em relação aos atores envolvidos nas tramas históricas, seus percursos de vida e os contextos culturais, geográficos, temporais e da origem dos documentos, confrontando-os a fontes de outras procedências.

Em contrapartida, avançando na década de 1950, os nossos estudos provaram o pioneirismo de Lygia da Cunha, tanto no que concerne a catalogação do conjunto de aquarelas da Bahia, quanto a utilização do *Diário de uma viagem ao Brasil* como fonte histórica para pesquisas comparativas. A inédita análise técnica empreendida por Lygia, quando ela confrontou diretamente as aquarelas da Bahia aos demais desenhos da autora “voltadas para a paisagem”, publicados na edição inglesa de 1824 do *Journal of a Voyage to Brazil*,⁷³⁴ e na edição traduzida para o português por Américo Jacobina Lacombe, publicada em 1956,⁷³⁵ evidenciou o potencial investigativo das mencionadas edições do diário de viagem de Maria Graham, enquanto fonte histórica complementar aos estudos brasileiros que debruçam sobre o longo processo de independência do Brasil, sob múltiplas abordagens de análise.

Ademais, o presente estudo identificou a relação intrínseca entre o projeto de reorganização catalográfica dos documentos iconográficos do recém criado Setor de Iconografia da Biblioteca Nacional, iniciado por Rubens Borba de Moraes no ano de 1946, e a efetiva e inédita catalogação técnica do conjunto de aquarelas realizada por

⁷³¹ GARCIA, Rodolfo. Maria Graham no Brasil. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LX, 1938. Rio de Janeiro, 1940.

⁷³² GARCIA, *Maria Graham no Brasil*....p.7.

⁷³³ GINZBURG, *Mitos, Emblemas, Sinais*...p. 157.

⁷³⁴ GRAHAM, *Journal of a Voyage to Brazil*...1824.

⁷³⁵ GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil*... p. 12.

Lygia da Cunha e sua equipe, a partir dos anos 1950, ou seja, transcorridos 12 anos desde a aquisição do Espólio de Maria Graham pela Biblioteca Nacional.

Por conseguinte, asseveramos na presente tese, a relevância da representatividade de Lygia da Cunha, no que tange aos esforços empreendidos para a divulgação inédita do conjunto artístico para o campo acadêmico. Ao catalogar individualmente as aquarelas da Bahia e publicá-las na íntegra nos *Anais da Biblioteca Nacional* em 1981, Lygia da Cunha fez uma contribuição fundamental para a preservação e divulgação desse importante acervo histórico, descortinando novas possibilidades de estudo sobre a vida cotidiana, a cultura e a sociedade baianas do século XIX.

Demonstramos na tese, que Lygia da Cunha fundamentou a sua análise em parâmetros técnicos e teóricos comparativos, contrapondo “a singeleza do traço, a simplicidade de soluções técnicas[e]as pouquíssimas notações gráficas da natureza” das aquarelas da Bahia, apenas em relação as demais gravuras publicadas nos diários de viagem da autora (1824 e 1956), sem considerar, contudo, em sua pesquisa, o acervo de Maria Graham custodiado no *British Museum*.

Diante de tal constatação, comprovamos que as limitações de pesquisa da época influenciaram nas conclusões de Lygia da Cunha, uma vez que, as suas afirmações sobre as habilidades artísticas de Maria Graham, quando citou “que seu pouco interesse nos tipos e hábitos locais decorria de alguma dificuldade para desenhá-los”,⁷³⁶ não se sustentou. De modo a fundamentar essa assertiva, tal como foi verificado na tese, selecionamos oito gravuras publicadas no *Journal of a residence in India*,⁷³⁷ duas vinhetas e seis ilustrações pertencentes ao *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*, que apresentam, tipos e hábitos locais em suas composições.⁷³⁸ Acrescentou-se a este total, nove gravuras relacionadas ao álbum “Roma”, sendo toda esta relação de desenhos pertencente ao acervo de Desenhos e Gravuras do *British Museum*.⁷³⁹

Na sua análise comparativa, Lygia da Cunha priorizou parâmetros técnicos para enfatizar as características estilísticas associadas as representações de vistas ao estilo do romantismo pitoresco, publicadas nos diários de viagem de Maria Graham, sem

⁷³⁶ CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Iconografia Baiana do Século XIX. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, V. 101, pg. 147-156, 1981.

⁷³⁷ GRAHAM, *Journal of a Residence in India*... 1813.

⁷³⁸ GRAHAM, *Journal of a Residence in Chile*... 2024.

⁷³⁹ Os álbuns de desenhos e gravuras de Maria Graham custodiados no *British Museum* estão disponíveis em: <https://www.britishmuseum.org/collection/search?agent=Maria,%20Lady%20Callcott> Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

considerar, contudo, as similaridades temáticas e descritivas que as imagens estabelecem com os textos do *Journal of a Voyage to Brazil* (1824), e do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956).

Diante desse fato, a tese apresentou uma análise por amostragem, que identificou a intenção contida singularmente em cada desenho, e o nexo de seus significados, em relação comparativa ao texto do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), e de 17 aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham, nas representações das figuras: *Market Woman*; *Fish Woman-Bahia*; *Seller of sweetmeats* (doces); *Cadeira- Bahia*; *Cadeira*; *Private- Cadeira*; *The Harbour and bay of Bahia -Brazil*; Franciscano, Beneditino; São Francisco; Carmo-Bahia; Beneditinos; Capuchinhos; *Police-Bahia*; *Soldier*[do Batalhão provisório da Bahia]; Batalhão Provisório da Bahia e *Fishman's hut - Bahia*.

Por conseguinte, no tocante à natureza discursiva dos temas abordados no conjunto das aquarelas da Bahia, em relação comparativa ao *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), destacamos no estudo, elos de reciprocidade mútua de significados entre o texto e as iconografias selecionadas, relativos a caracterização etnográfica e da indumentária própria dos cativos, forros e livres, homens e mulheres, retratados em suas diversas funções no cotidiano laboral das ruas das cidades provinciais do Brasil oitocentista; a tipificação dos setores eclesiásticos dos conventos de Salvador e a representação das festas rituais da igreja católica; a caracterização dos uniformes dos soldados integrantes das milícias do governo provincial baiano e a tipificação racial de batalhões de negros e de brancos; a representação das atividades pesqueiras dos barqueiros e ribeirinhos pobres da província baiana; bem como, as características das construções e a estética simplória de suas modestas habitações, e ainda, a tipificação das cadeiras de arruar e de seges, como meios de transporte das elites provinciais.

Como resultado desse estudo comparativo, concluímos que as aquarelas da Bahia complementam e enriquecem a narrativa presente no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), oferecendo um registro visual da vida cotidiana na Bahia do século XIX. A análise conjunta de texto e imagem permitiu uma compreensão mais abrangente da sociedade baiana da época, especialmente no que diz respeito à diversidade étnica, às relações sociais e às práticas culturais oitocentistas. Diante disso, o estudo comprovou que as aquarelas da Bahia se relacionam implícita e explicitamente aos contextos temáticos e históricos apresentados no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), corroborando para validar a noção de intersubjetividades compreensíveis e verificáveis concebida por

Wolfgang Mommsen.⁷⁴⁰

Pelo todo exposto, ainda que Lygia da Cunha não tenha atestado tecnicamente a autenticidade das aquarelas, em razão das malogradas comparações com as gravuras de vistas publicadas no *Journal of a Voyage to Brazil* (1824), e, posteriormente, no *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956), ela teria confirmado a procedência das aquarelas como pertencentes a Maria Graham, quando indicou no seu parecer, que os desenhos “foram guardados com os seus manuscritos”, e quando incluiu nas fichas catalográficas dos documentos, o termo “Atribuído a Maria Graham”. Com isso, Lygia da Cunha legitimou definitivamente o elo histórico estabelecido pela procedência autoral dos objetos, iniciado no parecer de Rodolfo Garcia no ano de 1938, pois, tal como a chefe da Seção de Iconografia, a única certeza de Garcia em relação as aquarelas, era quanto a origem das mesmas, por ser irrefutável que as obras pertencessem ao acervo privado da escritora, e pela temática do conjunto artístico dialogar contextualmente com os demais documentos históricos manuscritos que integram o Espólio Literário e Artístico de Maria Graham, adquirido pela Biblioteca Nacional em 1938. Por conseguinte, como demonstrado na tese, em seu parecer Lygia da Cunha preserva a linha histórica de propriedade das aquarelas com Maria Graham, e valida a atribuição de autoria inicial de Rodolfo Garcia, confirmando que a linha de origem dos documentos nunca se rompeu.

E como palco privilegiado onde toda a ação protagonizada pelos atores históricos elencados nesse estudo se desenrolou, a presente tese lançou luz sobre a Biblioteca Nacional. No estudo, foi destacado a historicidade institucional do principal repositório da memória cultural brasileira e locus privilegiado de guarda e preservação do maior acervo literário e artístico de Maria Graham no Brasil, percorrendo 150 anos da memória histórica desta instituição.

Por conseguinte, ao longo das pesquisas que agora se encerram, refletimos sobre o longo percurso histórico da Biblioteca Nacional, demonstrando sua inserção na dinâmica temporal dos processos de afirmação e de transformação da identidade nacional nos séculos XIX e XX, bem como, investigamos o papel dos gestores da instituição, suas

⁷⁴⁰ Wolfgang Mommsen, propõe três abordagens teórico-metodológicas para examinar a pertinência das diversas versões interpretativas dos documentos e fatos históricos: compará-las com outras fontes relevantes, verificar se todas as informações anteriores foram consideradas e se o mais recente estágio de investigação foi tomado em consideração; avaliar se essas interpretações conseguem abranger todos os dados históricos disponíveis; verificar se as explicações explícitas ou implícitas são consistentes, rigorosas e não contraditórias. MOMMSEN, W. J. Social Conditioning and Social Relevance In: Historical Judgment. In: *History and Theory Studies in the Philosophy of History*. XVII, Supl. 17 (Historical Consciousness and Political Action), pp. 19-35, 1978. apud LE GOFF, Jacques. *História e Memória*- 1º Volume: História. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 31.

ações e suas contribuições para a formação, preservação e divulgação do acervo e para o seu posicionamento na cena cultural brasileira.

No contexto institucional, destacamos a representatividade do historiador, erudito, intelectual e editor Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, que assumiu como diretor da Biblioteca Nacional, de novembro de 1932 a dezembro de 1945. Sua passagem pela Biblioteca foi marcada por uma produção bibliográfica caracterizada por Explicações e anotações nos *Anais da Biblioteca Nacional* e nos catálogos de documentos, autores e obras selecionados por ele para serem publicados.

A sua gestão contemplou a necessária revitalização da Seção de Publicações sobretudo aquelas ligadas à história do Brasil, como por exemplo, os setenta volumes da *Coleção Documentos Históricos*, diversos volumes dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* e ainda, vinte volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, que após um longo intervalo de 12 anos voltaram a ser publicados na sua gestão. Foi dele também, a iniciativa de reestruturar o Curso de Biblioteconomia, de organizar a Seção de Referências e de adquirir valiosos conjuntos documentais para o acervo da Biblioteca Nacional, entre os quais o Espólio Literário e Artístico da escritora inglesa Maria Graham.

Como afirmado nessa pesquisa, a partir da aquisição do espólio documental de Maria Graham, a Biblioteca Nacional passou a ter sob a sua custódia, o maior acervo de obras reunidas da escritora inglesa no Brasil, graças a sensibilidade de Rodolfo Garcia em identificar o ineditismo da narrativa testemunhal de uma mulher que apresentava um panorama desconhecido do Brasil dos anos da independência na escrita das suas cartas, ensaios manuscritos, e no conjunto de desenhos em aquarela representando aspectos dos costumes locais e da paisagem social escravocrata urbana da Bahia. Nesse sentido, a tese apresentou evidências da relevante repercussão nacional que a aquisição do espólio de Maria Graham obteve no mercado livreiro nacional. Para validar a informação, publicamos o documento inédito referente a uma carta do médico, historiador, escritor e fotógrafo, Edgar de Cerqueira Falcão, endereçada ao diretor do Instituto Nacional do Livro-INL, Augusto Meyer, e datada de 21 de março de 1943, pedindo-lhe que convencesse Rodolfo Garcia dos receios de publicar as “aquarelas de Maria Graham”.⁷⁴¹

O presente estudo constatou, igualmente, que desde a incorporação das aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham ao acervo da Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, o conjunto artístico permanece até os dias atuais, guardadas junto aos

⁷⁴¹ Documento - 31-I-1, 30, 76. 21/03/1943. 2fl. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Rodolfo Garcia. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1469846/mss1469846.pdf. Acesso em 20 de julho de 2023.

manuscritos da autora inglesa no cofre da instituição, o que corroborou com a validade da hipótese que norteou a nossa investigação, de que a linha da autoria por pertencimento ao acervo privado de Maria Graham, nunca se rompeu.

Pelo todo exposto e levando em consideração os resultados obtidos na presente tese, convidamos a todos aqueles investigadores históricos que se dedicam a estudar com profundidade os testemunhos textuais e pictóricos da escritora e pintora inglesa, a despirem os seus olhares de antigos receios cristalizados nos tempos pretéritos, de incertezas e desconfianças quanto a procedência das aquarelas da Bahia atribuídas a Maria Graham, e a recorrerem ao frescor renovado do vasto universo de possibilidades interpretativas do conjunto iconográfico, oferecido pelas novas evidências apresentadas nessa tese, em pesquisas que contemplem perspectivas políticas, sociais, culturais ou dos costumes da Bahia e do Brasil oitocentista dos anos da Independência.

Isso posto, a guisa de despedida das páginas que pacientemente registraram o que nos foi possível investigar, tomamos de empréstimo a lição de esperança formulada pelo mestre Roger Chartier, e almejamos que as questões postas nessa tese possam ter ficado, “senão resolvidas, pelo menos formuladas com mais rigor”.⁷⁴²

⁷⁴² CHARTIER, Roger. *A História Cultural-Entre Práticas e Representações*. Algés: DIFEL, 2020, p. 27.

FONTES

Bibliográficas

ANAIS da Biblioteca Nacional, v. 101, 1981, p. 149-154. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1981.

ANAIS da Biblioteca Nacional, v. LXII, 1940. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 406-416.

ANAIS da Biblioteca Nacional, vol. LX, 1938. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico da Biblioteca Nacional, 1940, p. 5-176.

ANAIS da Biblioteca Nacional, v. I e II, 1876. Rio de Janeiro, Typografia. G. Leuzinger e Filhos, 1877.

BIBLIOTECA Nacional, Memória e Informação. Catálogo Comemorativo dos 180 anos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1990.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Iconografia Baiana do século XIX. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 101, 1981, p. 149-154.

GARCIA, Rodolfo. Maria Graham no Brasil. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LX, 1938. Rio de Janeiro, 1940, p. 5-176.

GRAHAM, Maria. *Journal of a Residence in India*. Edinburgh: Printed by George Ramsay and company, for Archibald Constable and Company, and Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown. London, 1813. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

_____. *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

_____. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

_____. *Journal of a Residence in Chile and a Voyage to Brazil in 1823*. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster- Row: and John Murray-Albemarle-Street-1824. Madri: Editorial América, 1916.

_____. *Journal of a Voyage to Brazil, and Residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme e Brown; and John Murray, 1824.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. *Anais da Biblioteca Nacional-1877-1878*. v.

IV. Rio de Janeiro: Typografia. G. Leuzinger e Filhos, 1878, p. VI Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1877_00004.pdf

_____. O Conde da Barca. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. II, Fascículo I, 1876-1877. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger & Filhos, 1877, p. 1-32. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630> Acesso em: 10 de abril de 2023.

GARCIA, Rodolfo. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 56, 1934, p. 9. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1934_00056.pdf Acesso em: 12 de março de 2023.

GARCIA, Rodolfo: *A verdade sobre a Biblioteca Nacional. O Jornal*. Rio de Janeiro: 21 de abril de 1946, p. 8. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194&pesq=%22A%20verdade%20sobre%20a%20%20Biblioteca%20Nacional%22&pagfis=32682 Acesso em 24 de setembro de 2023.

GARCIA, Rodolfo. Explicação. Maria Graham no Brasil. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LX, 1938, p. 7-28.

GARCIA, Rodolfo. *Discurso de Posse*. Academia Brasileira de Letras, 1935. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia/discurso-de-posse> Acesso em: 18 de dez. 2023.

GUIA DE COLEÇÕES DA DIVISÃO DE MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: FBN, 2024. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/bndigital2888/bndigital2888.pdf Acesso em 14 de setembro de 2024.

LACOMBE, Américo Jacobina. Maria Graham-Dom Pedro I, Esboço Biográfico. In: GRAHAM, Maria. *Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

_____. Advertência do Tradutor. In: *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. XII.

LAGO, Tomás. *La Viajera Ilustrada- La vida de Maria Graham*. Santiago: Editorial Planeta, 2000.

LIMA, Manuel de Oliveira. Mrs. Graham e a Confederação do Equador. Apêndice

II. In: GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Editora Companhia Editora Nacional, 1956.

_____. Mrs. Graham e a Confederação do Equador. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Vol. XII, 1906, p. 306-310.

PONTES, Carlos. Annaes da Bibliotheca Nacional. *Correio da Manhã*. Terça-feira, 20 de outubro de 1940. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=anaes%20da%20biblioteca&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2352 Acesso em: 18 de agosto de 2023.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à história do reino do Brasil: divididas em três épocas da felicidade, honra e glória: escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821*. Brasília: Edições Senado Federal; v. 180, 2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil-1907*. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/71d68bf4-41c6-4440-ac76-5b21e0c24b03> Acesso em 18 de dez. 2023.

VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

VINCENT, Frank. *Around and About South América: Twenth months of Quest and Query*. 5. ed. New York: D. Appleton and Co., 1895.

Cartográficas

RECLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brasil- Geografia, Ethnografia, Estatística*. Trad. B. F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro. Garnier, 1900.

Iconográficas

COLEÇÃO Maria Graham[Maria Callcott] da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 de junho de 2024.

CALLCOTT, Maria. **Ganhadores:** Bahia. Bahia[Salvador, BA]:[s. n.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i48/icon393042i48.jpg Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Ganhadores:** Bahia. Bahia[Salvador, BA]:[s. n.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i48/icon393042i48.jpg

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Bread seller:** Bahia. Bahia[Salvador, BA]:[s. n.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i18/icon393042i18.jpg

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Market woman.**[S. l.: s. n.],[s. d.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i24/icon393042i24.jpg

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Milkman:** Bahia. Bahia[Salvador, BA]:[s. n.].

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i16/icon393042i16.jpg

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i16/icon393042i16.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i16/icon393042i16.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Milk vender:** Bahia.[S. l.: s. n.],[s. d.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i14/icon393042i14.jpg

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i14/icon393042i14.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i14/icon393042i14.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Seller of prints, etc.:** Bahia. Bahia[Salvador, BA]:[s. n.].

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i17/icon393042i17.jpg

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i17/icon393042i17.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i17/icon393042i17.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Market woman.**[S. l.: s. n.],[s. d.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i23/icon393042i23.jpg

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i23/icon393042i23.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i23/icon393042i23.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Fish woman: Bahia.** Bahia[Salvador, BA]:[s. n.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i13/icon393042i13.jpg

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i13/icon393042i13.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i13/icon393042i13.jpg)

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Fruits woman:** Bahia. Bahia[Salvador, BA]:[s. n.]. Disponível

em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i20/icon393042i20.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i20/icon393042i20.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i20/icon393042i20.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Seller of smallwares, sweetmeat, etc.**[S. l.: s. n.],[s. d.].

Disponível em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i15/icon393042i15.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i15/icon393042i15.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i15/icon393042i15.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Seller of sweetmeats (Doces): Bahia.**[S. l.: s. n.],[s. d.].

Disponível em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i19/icon393042i19.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i19/icon393042i19.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i19/icon393042i19.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Water carrier: Bahia.**[S. l.: s. n.],[s. d.]. Disponível em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i26/icon393042i26.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i26/icon393042i26.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i26/icon393042i26.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Market woman[and] water carrier.** Bahia, Salvador, BA:[s. n.].

Disponível em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i21/icon393042i21.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i21/icon393042i21.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i21/icon393042i21.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Market woman:** Bahia.[S. l.: s. n.],[s. d.]. Disponível em: [http://objdi gital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i25/icon393042i25.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i25/icon393042i25.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i25/icon393042i25.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Holiday dress.** Bahia[Salvador, BA]:[s. n.]. Disponível em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i22/icon393042i22.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i22/icon393042i22.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i22/icon393042i22.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Holiday dress:** Bahia. Bahia[Salvador, BA]:[s. n.].

Disponível em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i8/icon393042i8.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i8/icon393042i8.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i8/icon393042i8.jpg) Acesso

em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **The Harbour and Bay of Bahia Brasil.** Bahia[Salvador, BA]:[s. n.]. Disponível em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i8/icon393042i8.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i1/icon393042i1.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i1/icon393042i1.jpg) Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Fisherman's hut**. Bahia[Salvador, BA]:[s. n.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i12/icon393042i12.jpg

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Fortaleza do Mar**: Bahia. Bahia[Salvador, BA]:[s. n.].

Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/callcott/icon393042i06.pdf

Acesso em: 20 Dez. 2021.

CALLCOTT, Maria. **Fishermen in jangada and Canoe**: Bahia.[S. l.: s. n.].

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i4/icon393042i4.jpg

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Bahia**. Bahia[Salvador, BA]:[s. n.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i5/icon393042i5.jpg

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Private cadeira**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i28/icon393042i28.jpg

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Cadeira**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i29/icon393042i29.jpg

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Cadeira**: Bahia. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i30/icon393042i30.jpg

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Bishop's carriage**: Bahia. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i34/icon393042i34.jpg

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **São Francisco; Carmo**: Bahia. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível

em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i40/icon393042i40.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i40/icon393042i40.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i40/icon393042i40.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **São Francisco; Carmo:** Bahia.[S. l.: s. n.],[s. d.]. Disponível

em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i43/icon393042i43.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i43/icon393042i43.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i43/icon393042i43.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Procession of the Host (Sacramento):** Bahia.[S. l.: s. n.],[s. d.].

Disponível em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i38/icon393042i38.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i38/icon393042i38.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i38/icon393042i38.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Beneditinos; Capuchinhos.**[S. l.: s. n.],[s. d.]. Disponível em:

[http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i39/icon393042i39.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i39/icon393042i39.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i39/icon393042i39.jpg)

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Franciscano; Carmelita.**[S. l.: s. n.]. Disponível em: [http:](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i42/icon393042i42.jpg)

[//objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i42/icon393042i42.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i42/icon393042i42.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i42/icon393042i42.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Franciscano; Beneditino:** Bahia.[S. l.: s. n.],[s. d.].

Disponível em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i44/icon393042i44.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i44/icon393042i44.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i44/icon393042i44.jpg)

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Carmo; Penha (Italian):** Bahia.[S. l.: s. n.]. Disponível em:

[http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i41/icon393042i41.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i41/icon393042i41.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i41/icon393042i41.jpg)

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Going to Mass:** Bahia.[S. l.: s. n.],[s. d.]. Disponível em: [http:](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i37/icon393042i37.jpg)

[//objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i37/icon393042i37.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i37/icon393042i37.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i37/icon393042i37.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Soldier “do Batalhão Provisório da Bahia”.**[S. l.: s. n.].

Disponível em: [http://objdigital.bn.](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i37/icon393042i37.jpg)

[br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i51/icon393042i51.jpg](http://objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i51/icon393042i51.jpg)

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Batalhão Provisório da Bahia**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i50/icon393042i50.jpg

Acesso em: 17 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Police**: Bahia. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i52/icon393042i52.jpg

Acesso em: 18 fev. 2022.

CALLCOTT, Maria. **Convicts**: Bahia. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393042i53/icon393042i53.jpg

Acesso em: 17 fev. 2022.

GRAHAM, Maria. esboços de desenhos, gravuras e aquarelas alusivos a Itália, Índia e América do Sul no *British Museum* disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1878-0713-4562 Acesso em 12 de junho de 2024.

_____. *Catálogos de esboços e gravuras alusivos à América do Sul no British Museum*. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1845-0405-14-1-261 Acesso em: 12 de junho de 2024.

Manuscritas

BRANDENBURGER, Clemente. [Carta a Rodolfo Garcia declarando-lhe estar certo de que as gerações futuras mais cultas render-lhe-iam plena justiça ao apreciar o serviço que o mesmo prestava ao Brasil.]. Vassouras, RJ: [s. n.], [1936]. 1 p. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Acesso em: 18 de nov. 2023.

CARTA de Gilberto Freyre, para Rodolfo Garcia de 18 de fevereiro de 1931. Lisboa. Coleção Rodolfo Garcia. Localização: I-1, 31, 61. Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional.

CARTA do 2º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, para Lygia da Cunha, datada de 12 de dezembro de 1974. Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Fundo Lygia da Cunha.

CARTA de Lygia da Cunha ao 2º Secretário do IHGB, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, datada de 24 de maio de 1971. Fonte: *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB*, Fundo -Lygia da Cunha.

CARTA do 2º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa para Lygia da Cunha, datada de 21 de maio de 1971. Fonte: *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB*, Fundo-Lygia da Cunha.

CARTA de Lygia da Cunha para o 2º Secretário Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa datada de 5 de agosto de 1971. Fonte: *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB*, Fundo Lygia da Cunha.

CARTA de Oliveira Lima para Rodolfo Garcia. 2 de dezembro de 1915. Disponível em: <https://libraries.catholic.edu> Acesso em: 24 de julho de 2023.

CARTA do padre Luiz Gonçalves dos Santos Marrocos. Manuscrito parcialmente transcrito dos *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 56, 1943, p. 53, carta nº 11. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1934_00056.pdf Acesso em: 12 de março de 2023.

CARTA de Rodolfo Garcia para Oliveira Lima de 27 de outubro de 1919. em: <https://libraries.catholic.edu> Acesso em: 24 de julho de 2023.

CATÁLOGO da Capitania da Bahia, AHU_ACL_CU_005, Cx. 275, 276, 277: D. 19203; D. 19235; D. 19257; D. 19279 e D. 19288. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pagfis=0 Acesso em 22 de agosto de 2024.

CATÁLOGO da Exposição Comemorativa do Centenário da Abdicação-1831-1931. Fonte- *Biblioteca virtual do Museu Histórico Nacional*. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=&pagfis=14734>

CATÁLOGO Brasil Geral- AHU_ACL_CU_003, Cx. 45, D. 3666; Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pagfis=0 Acesso em 22 de agosto de 2024.

CATÁLOGO da Capitania do Maranhão - AHU_ACL_CU_009, Cx. 175: D. 12677 e D. 12705. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pagfis=0

Aceso em 22 de agosto de 2024.

CATÁLOGO da Capitania de Pernambuco, AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 288: D. 19834. Disponível em:

https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003_BG_AV&pagfis=0

Aceso em 22 de agosto de 2024.

CURRICULUM Vitae. Fonte: *. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IHGB. Coleção Lygia da Cunha.*

DOCUMENTO de aprovação do nome de Rodolfo Garcia para sócio benemérito do IHGB, de 9 de julho de 1943. Fonte: *Acervo do arquivo de documentos manuscritos do IHGB. Coleção Rodolfo Garcia.*

DOCUMENTO de aprovação do nome de Rodolfo Garcia pela Comissão de Admissão de Sócios do IHGB. 22 de junho de 1919.: Fonte: *Acervo do arquivo de documentos manuscritos do IHGB. Coleção Rodolfo Garcia.*

LETTER FROM MARIA GRAHAM TO JOHN MURRAY II, Rio de Janeiro, 05 Aug. 1823. Disponível em: <https://manuscripts.nls.uk/> Acesso em 12 de junho de 2024.

MANUSCRITO- 31-I-1, 30, 76. 21/03/1943. 2fl. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Coleção Rodolfo Garcia. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1469846/mss](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1469846/mss1469846.pdf)

1469846. pdf. Acesso em 20 de julho de 2023.

PROJETO RESGATE “ Barão do Rio Branco ” da Biblioteca Nacional. Manuscritos avulsos e em códices custodiados nos acervos de instituições estrangeiras. Disponível em: <https://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate> Acesso em 22 de agosto de 2024.

MORAES, Rubens Borba. *Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde, relativo ao exercício de 1946*. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb> Acesso em 19 de agosto de 2024.

PONTES, Carlos. *Correio da Manhã do dia 29 de outubro de 1940*. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=002534&pesq=%22Arquivologia%22&pasta=ano%20195&pagfis=21297> Acesso em 17 de abril de 2024.

Periódicos

Correio da Manhã de 29 de outubro de 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader>.

[aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=%22Anais%22%20%22%20Biblioteca%20Nacional%22&pagfis=3722](https://biblioteca.nacional.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=%22Anais%22%20%22%20Biblioteca%20Nacional%22&pagfis=3722) Acesso em 17 de abril de 2024.

Diário da Noite do dia 3 de maio de 1932. Hemeroteca FBN- Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/diario/221961> Acesso em 19 de abril e 2024.

Idade D'ouro do Brasil. Edição 00012, 11 fev. 1823. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/idade-d-ouro/749940> Acesso em 12 de agosto de 2024.

Jornal do Recife. Edição 00289, 19 de dezembro de 1908. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=52505> Acesso em 9 de outubro de 2023.

O Jornal do dia 21 de abril de 1946. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pesq=A%20verdade%20sobre%20a%20Biblioteca%20Nacional&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=150 Acesso em: 19 de abril de 2024.

Revistas

CÂMARA, Phaelante da. In: *A Cultura Acadêmica*. Anno II. Vol. II. maio-junho de 1906. p. 192. Acervo FUNDAJ. Disponível em: <http://digitalizacao.fundaj.gov.br> Acesso em: 13 de maio de 2023.

REVISTA do IHGB, Tomo 84, 1920, pp. 535-560. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista> Acesso em: 25 de junho de 2023.

REVISTA do IHGB tomo 76, 1ª parte de 1913. Disponível em <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=320> Acesso em 14 de julho de 2023.

REVISTA do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Tomo XI, ano 1904. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Wikisource:P%C3%A1gina_principal Acesso em: 18 de maio de 2023.

GARCIA, Rodolfo. *Discurso de Posse*. Academia Brasileira de Letras, 1935. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/rodolfo-garcia/discurso-de-posse> Acesso em: 18 de dez. 2023.

BIBLIOGRAFIA

1) Livros

ABREU, Marcia. *Cultura Letrada: literatura e leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto; RÊGO, André Heráclito do. *Oliveira Lima, um historiador das Américas*. Recife: CEPE Editora, 2017.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ASSUNÇÃO, Paulo de; PORTO, Denise G. *O esquecimento das desavenças passadas: o processo de independência do Brasil no Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”*. DIAS, Érika; NARA JÚNIOR. João Carlos (orgs). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2024.

BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História V. II: Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. Volume. I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; São Paulo: Metalivros. Fundação Odebrecht, 2000.

BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. 2ªed. São Paulo: EDUSP, 2014.

BICCA, Briane Elizabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira (orgs.). *Arquitetura na Formação do Brasil*. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2006.

BLOCH, Marc. *A Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil-1900*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora,. 1990.

BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Trad. Fernando Thomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: o uso das imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2027.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional. 1807-1990*. Rio de Janeiro: Editora Irradiação Cultural,. 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A escrita da História*. trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Algés: DIFEL, 2002.

COOK, Terry. *O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CONDÉ, Elísio. *Guia da Biblioteca Nacional-1810-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960.

COSTA, Luiz Antônio Severo da. E outros. *O Brasil 1900-1910*. Apresentação: DOYLE, Plínio. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Coleção Rodolfo Garcia, 1980.

COUTINHO, Afrânio; SOUZA, José Galante de. *Enciclopédia de Literatura brasileira*. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, 2001, 2V.

CRARY, Jonathan. *Técnicas do observador. Visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012.

CUNHA, Lygia da Fonseca. *O Rio de Janeiro através das estampas antigas*. Rev. Técnica: Mônica Carneiro Alves. 2ª ed. Rio de Janeiro: FBN, 2019.

DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. *O Fardo do Homem Branco: Shouthey, historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DIAS, Sonia. PASSOS, Francisco de Oliveira. In: *Dicionário Biográfico da Primeira República-1889-1930*. ABREU, Alzira Alves de (org.). Rio de Janeiro: FGV- Editora CPDOC, 2015. p. 1.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia de Bolso, 1990.

DEL PRIORE. D. *Maria I: as perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como a “louca”*. São Paulo: Benvirá, 2019.

_____. Mary. *Histórias da gente brasileira-2 Império*. São Paulo: Leya Editora, 2016.

_____, Mary; Venâncio, Murilo. *Uma Breve História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, 1981, vol. 16, p. 764. MD e AD Disponível em: <https://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario/melanha-melania/> Acesso em: 12 de junho de 2024.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2000.

FERNANDES, Neusa. *Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro (FEMURJ) -Uma experiência pioneira de política de museus*. Rio de Janeiro: Escola de Museologia, UNIRIO, 2023.

FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *Memória e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FONTANA, J. *A História dos Homens*. Trad. Heloisa J. Reichel; Marcelo Fernando da Costa. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2003.

GARCIA, Maria Celeste. *Rodolfo Garcia: cadeira 39/ocupante 4*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

GARCIA, Rodolfo. *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação. Biblioteca nacional, 1973.

_____. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil-1500-1810*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S. A, 1956.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e*

ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009.

GRINGS, Luciana. *O Leigo e a Especialista*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2019.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006.

GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 2006.

LANGLOIS, Charles. V. & SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. Tradução: Laerte de Almeida Moraes. São Paulo: Editora Renascença, 1946.

LEITE, Miriam. *Livros de Viagem-1803-1900*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LE GOFF. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

_____. *História e Memória- Iº Volume: História*. Lisboa: Edições 70, 2000.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O movimento da Independência (1821-1824)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1989.

_____. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

MANGUEL, Alberto. *A Biblioteca à noite*. Lisboa: Tinta da China, 2016.

MARIZ, Vasco. *Retratos do Império: os Orléans, os Saxe- Coburgo e outras personalidades da época*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

MARTINS, Ana Cecília; MILLER, Marcela; SOCHACZEWSKI, Monique. *Iconografia Baiana do Século XIX na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005.

MARTINS, Ismênia de Lima. *D. João VI: um rei e muitas controvérsias*. Niterói: Editora Proprietas, 2022.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3º. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MESQUITA, Cláudia. *Um Museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação*

do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro: Edições Folha Seca,. 2009.

_____. *De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto de Stanislaw Ponte Preta*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa,. 2008.

MICELLI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Editora Perspectiva,. 1977.

MONTES, Natália. *A mulher que emponderava mulheres*. Curitiba: Editora Casa,. 2004.

NARA Júnior, João Carlos. *Fronteiras da escravidão: da África ao cemitério dos pretos novos de Santa Rita no Rio de Janeiro*. Brasília: Edições do Senado Federal,2024.

NUNES, Eduardo B. *Varia paleográfica*. Lisboa: Portugalia e Histórica, 1973.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortalezas e a defesa de Salvador*. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

PEREZ, Eliana (org.). *Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: FBN, 2018.

PORTO, Denise G. *Maria Graham, uma inglesa na Independência do Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

RICOTTA, Lúcia. *Natureza, Ciência e Estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora,. 2003.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores*. Petrópolis: Editora Vozes,. 2008.

_____. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 5. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; INL. 1978.

RIO, João do. *O Momento Literário. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1906.

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1978.

SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional,. 2010.

_____. *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da*

Fonseca Fernandes da Cunha. *Coleção Rodolfo Garcia, Vol. 34*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional,. 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras,. 2002.

SELA, Eneida Maria Mercadante. *Modos de Ser, Modos de Ver*. Campinas: Editora da Unicamp,. 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore,. 1988.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, Ltda,. 1971.

WEFFORT, Francisco C. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

WEHLING, Arno. *Esse Magistral Rodolfo Garcia. Filólogo, historiador, humanista*. Academia Brasileira de Letras, 2023.

2) Capítulos de Livros

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Estampas antigas, tempos modernos: Lygia Cunha e a cultura visual de seu tempo. In: CUNHA, Lygia da Fonseca. *O Rio de Janeiro através das estampas antigas*. Rev. Técnica: Mônica Carneiro Alves. 2ª ed. Rio de Janeiro: FBN, 2019, p. 7-17.

BONAVENTURE, Léon. Prefácio à edição brasileira. In: Jaffé, Aniela (org.). *Carl Gustav Jung: memórias, sonhos e reflexões*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008, p. 16-20.

BRONSTRUP, Gabriela D'Avila. Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da História-1932-1945. In: VARELA, Flávia Florentino; ANHEZINI, Karina (orgs.). *Desafios e Caminhos da Teoria e da História da historiografia*. Mariana- MG: Editora SBTHH, 2018,. 135-281.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. A Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 75-80.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: ____; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 7-10.

_____. As mulheres e os livros: vidas que se contam. In: PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasileana da Biblioteca Nacional: guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova fronteira, 2001, p. 369-381.

DIAS, Sonia. PASSOS, Francisco de Oliveira. In: *Dicionário Biográfico da Primeira República-1889-1930*. ABREU, Alzira Alves de (org.). Rio de Janeiro: FGV- Editora CPDOC, 2015. p. 1.

FALBEL, Nachman. Os Fundamentos Históricos do Romantismo. In:

FALCON, Francisco. História e Poder. In: FLAMARION, Ciro Cardoso; VAIFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1997. p. 93-138.

FERREIRA, Marieta de Moraes. PEÇANHA, Nilo. Verbete. In: *Dicionário Biográfico da Primeira República-1889-1930*. ABREU, Alzira Alves de (org.). Rio de Janeiro: FGV- Editora CPDOC, 2015.

GARCIA, Rodolfo. Explicação. In: _____. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1956, p. 3-

GIULANI, Paola Cappelin. Os Movimentos de trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 640-668.

GOMES, Angela de Castro. Nas gavetas da História do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos 1930. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *Memória e Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 31-57.

_____. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro (orgs). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 109-150.

GRINGS, Luciana. Mulheres na Administração da Biblioteca Nacional. In: DA SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; ROMEIRO, Nathália Lima (orgs.). *O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres Latino- Americanas*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020, p. 239-258.

GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 23-50.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs). *A Invenção das Tradições*. Trad. Celina Cardim

Cavalcante. 6ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008, p. 9-24.

IPANEMA, Rogéria. Conde da Barca: um estadista no governo de d. João. In: *D. João e a cidade do Rio de Janeiro-1808-2008*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. 2008, p. 81-93.

LIMA, Manuel de Oliveira. Mrs. Graham e a Confederação do Equador. In: GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1956, p. 374-378.

_____. “O que deve ser uma História do Brasil”. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 696 – 699.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Perfil Biográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 25-46.

MAURICIO, Augusto. A Biblioteca Nacional-Carmo-Passeio- Cinelândia. In: *O Brasil de 1900-1910*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, Ltda, 1980, p. 174-182.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. A nova Corte e a circulação de ideias nos Império luso-brasileiro: Impressão Régia e Real Biblioteca do Rio de Janeiro durante o governo joanino (1808-1821). In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira; MOMESSO, Beatriz (orgs). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009, p. 179-197.

MESQUITA, Cláudia. AGUIAR, Souza Verbete. In: *Dicionário Biográfico da Primeira República-1889-1930*. ABREU, Alzira Alves de (org.). Rio de Janeiro: FGV- Editora CPDOC, 2015. p. 2-5.

MOMMSEN, W. J. Social Conditioning and Social Relevance In: Historical Judgment. In: *History and Theory Studies in the Philosophy of History*. XVII, Supl. 17 (Historical Consciousness and Political Action), pp. 19-35, 1978. *apud* LE GOFF, Jacques. *História e Memória- Iº Volume: História*. Lisboa: Edições 70, 2000.

MONTELLLO, Josué de Souza. Um Mestre: Rodolfo Garcia. In: GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil-1500-1810*. Rio de

Janeiro: Livraria José Olympio Editora S. A, 1956, p. 19-20.

MOREIRA, Florence Alencar. Força Expedicionária Brasileira: efetivo, instalações e instruções para o serviço Postal (1944-1945). In: AMANTINO, Márcia; LAGUARDIA, Rafael; SCHETTINI, Vitória; ZAMPA, Vívian (orgs.). *Sociedade e Movimento: representações e memórias*. Rio de Janeiro: Chalé Editorial, 2024, p. 387-398.

NUNES, Benedito. A Visão Romântica. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013, p. 51-74.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição e Política: o pensamento de Almir e Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro (orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 31-47.

PEDROSA, Mário. Visconti diante das modernas gerações. In: _____. *Acadêmicos e Modernos: textos escolhidos III*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 119-133.

PINHEIRO, Ana Virgínia. Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional. In: *Brasileana da Biblioteca Nacional: Guia das Fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001, p. 241-250.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. *Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

PORTO, Denise G. A Imperatriz Austríaca e a Viajante Inglesa: entre cartas e tristezas, a história de uma amizade nos tempos da Independência do Brasil. In: *O Movimento da Independência: homens e mulheres na conquista da autonomia nacional*. André Heráclito do Rêgo (org.). Curitiba: Appris Editora, 2023, p. 119-132.

_____. A Missão Artística Francesa e a introdução da arte cortesã no Brasil Oitocentista. In: CHRISTILLINO, Cristiano; SCHETTINI, Vitória (orgs.). *O que disse à imprensa sobre o Brasil Imperial: fontes e propostas didáticas para a sala de aula*. Rio de Janeiro: Editora Igualdade, 2023, p. 52-56.

_____. Crônicas de uma cidade em movimento: Maria Graham e o Rio de Janeiro nos anos da Independência. In: MENEZES, Lená Medeiros (org.). *O Rio de Janeiro em 1822: história, cidade e memória no Bicentenário da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Ayran, 2022, p. 109-124.

_____. Os ecos de uma voz feminina oitocentista: Maria Graham e a escrita sobre

os anos do Brasil independente (1821-1825). In: OLIVEIRA, Cláudia (org.). *Mulheres na História: Inovações de gênero entre o público e o privado*. Petrópolis: Editora Literar, 2020, p. 133-153.

QUINTAS, Amaro. Um pioneiro da Ordem dos Advogados. Recife: separata da *Revista da Ordem dos Advogados de Pernambuco*, v. 19/20, n. 19/20, p. 111–132, 1976.

RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995, p. 81-91.

RIBEIRO, Marcus Vinicio. Uma senhora bibliotecária. In: SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venicio Toledo; LYRA, Maria de Lourdes Vianna (orgs.). *O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional: Estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 9-16.

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Nascimento Feitosa e a Revolução de 1848*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1978.

SILVA, A. D. Instruções Políticas. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 2001, p. 164. In: MARTINS, Ismênia de Lima. *D. João VI: um rei e muitas controvérsias*. Niterói: Editora Proprietas, 2022.

SOBRINHO, Barbosa Lima. A Imprensa. In: DA COSTA, Luiz Antonio Severo (org.). *O Brasil 1900-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Coleção Rodolfo Garcia, 1980, p. 123-142.

TAUNAY, Afonso de E. Um Grande Livro. In: GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2ªed. 1975, p. X-XVIII.

WEHLING, Arno. O Triunfo da Memória: uma contribuição à História da historiografia brasileira. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007, p. 9-13.

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen, História, Diplomacia e um projeto para o Brasil. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial Orgânico (Uma proposta para o Brasil em meados do século XIX)*. Brasília: FUNAG, 2016, p. 19-46.

3) Artigos em revistas

ALVES, Monica Carneiro; RAMOS, Diana dos Santos; FERNANDES, Maria José

da Silva. A Importância do Carimbo e outras marcas de propriedade no acervo da Biblioteca Nacional. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 16, n. 3, p. 730-761, dez. 2022.

BELLUZZO, Ana Maria. O Viajante e a paisagem brasileira. *Revista Porto Alegre*: Porto Alegre, v. 15, nº25, nov. 2008, pp. 01-17.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha; KAMINITZ, Laurinda Rosa Maciel; ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá; OLIVEIRA, Alexandre Barbosa; PORTO, Fernando Rocha. Uma enfermeira da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. *Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (v. 29), n. 2, abr - jun / 2022, p. 531-550.

BURMAN, Laura. A natureza como experiência do ser. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 8, 2012, p. 53-73. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12167> Acesso em: 11 nov. 2023.

CAMPOS, Haroldo de. Arte Construtiva no Brasil: depoimento por ocasião dos 40 anos da Exposição Nacional de Arte Concreta. *Revista USP*, São Paulo (30): 251-261. junho/agosto 1996, p. 252.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. Relatos de viagem e a obra multifacetada de Maria Graham no Brasil. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 41, p. 99-114, jul. /dez. 2009.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. Biblioteca Nacional de Brasil. *Revista B. AnaBad*, XLII (192), Núm. 3-4, p. 1-38. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/> Acesso em: 10 de abril de 2023.

GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre: alguns comentários sobre o contexto historiográfico de produção de Casa grande e senzala. *Remate de Males*, Campinas, SP, v. 20, n. 1, p. 47-57, 2012. DOI: 10. 20396/remate. V 20i1. 8636147. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636147>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GARCIA, Aprígio; GARCIA, Rodolfo. Cotas a um Dicionário. Etimologias tupis. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. 14, Recife, 1909, p. 629, 656.

GARCIA, Rodolfo. História das explorações científicas. In: Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1922, p. 856-910. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=893676&pagfis=51767>

Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos- Faculdade de Filosofia e Letras: (1916-1921). *Revista de História*, [S. L], n. 141, p. 91-100, 1999. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria> Acesso em 14 de julho de 2023.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5 -27.

JOSEPHINO, Marcos Ferreira. O Brasil de Darwin nas aquarelas de Augustus Earle e Conrad Martens. *Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 1, p. 37–58, 2023.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Símbolos e Representações: a Biblioteca Nacional. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 132, 2012, p. 1 97-208. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 14 de setembro de 2023.

KNAUSS, Paulo. No domínio dos acervos: história e as práticas do olhar. *Revista Maracanan*, vol. 12, n. 14, p. 12-24, jan/jun. 2016.

KOSEL, Salete; FURLANETTO, Beatriz Helena. Paisagem Cultural: da cena visível à encenação da alma. *Ateliê Geográfico-Goiânia-GO*, V. 8, n. 3. pp. 215-232, dez/. 2014.

MARINHO, João Saldanha. O Catálogo da Camoneana. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 1, 1876, p. 76-102.

MÓL, Cláudia Cristina. Entre sedas e baetas: o vestuário das mulheres alforriadas de Vila Rica. *Revista Varia História*, nº 32. Pp. 176-189, Belo Horizonte: UFMG, julho, 2004.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo. (10), dez, 1993, pp. 1-22.

PEIXOTO, Ariane Luna; FILQUEIRAS, Tarciso de Souza. Maria Graham: anotações sobre a flora do Brasil. *Acta. bot. bras.* 22 (4): 992-998. 2008. Oct. /Dec. 2010.

PORTO, Denise G. Novos horizontes investigativos sobre o processo da

Independência do Brasil: estudos comparativos de fontes manuscritas do período de 1823. *Contraponto*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. V. 12, nº1 (2023), p. 1-17. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/download/14485/8702> Acesso em 22 de junho de 2024.

_____. Entre vendeiras e quitandeiras: o olhar de Maria Graham para a paisagem urbana da Bahia Oitocentista. *Revue Passages de Paris*, nº 20 (2020. 2). Disponível em: <https://www.apebfr.org/ojs/index.php/passadesdeparis/issue/view/3> Acesso em: 24 de setembro de 2023.

_____. Maria Graham na Confederação do Equador: uma inglesa como mediadora entre o Império e a República. *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. v. 18, n. 35-junho de 2022, p. 74-89. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/> Acesso em 19 de setembro de 2023.

_____. Notas sobre a pitoresca paisagem baiana no Diário de uma viagem ao Brasil da inglesa Maria Graham. *Revista Pesquisa & Educação a Distância*, Niterói, nº14 (2022), p. 1-10. <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=index&page=search&op=titles&searchPage=80> Acesso em: 19 de setembro de 2023.

_____. Maria Graham e D. Leopoldina: iluminismo, destinos e desventuras na corte de d. Pedro I. *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO*, n. 24, 2017, p. 123-139.

_____. O espírito de um tempo: na obra de Maria Graham, o romantismo histórico oitocentista. *Revista Pesquisa & Educação a Distância*, v. 7, 2020, p. 1-13.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a história comparada da América Latina”. *Revista de História*, 153 (2, 2005), p. 11-33.

REIS, João José. De escravo a rico liberto- A trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia Oitocentista. *Rev. hist.* (São Paulo), n. 174, p. 15-68, jan., jun., 2016.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, p. 107-142. mar. /ago. 1988.

SOUZA, M. de F. M de. Viajar, observar e registrar: coleção e circulação da produção visual de Maria Graham. *MODOS: Revista de História da Arte*,

Campinas, SP, V. 5, n. 2, p. 59-85, 2021.

TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Joalheria de crioulas: subversão e poder no Brasil colonial. *Revista Antíteses*, v. 10, n. 20, p. 829-856, jul. dez. 2017.

TELES, Ângela Cunha da Motta. “A marcha civilizatória nos trópicos: percalços e particularidades- Grandjean de Montigny, as festas reais e a Praça do Comércio. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, 1999, p. 59-68.

ZUBARAN, Maria Angélica. O Olhar de uma inglesa viajante sobre o Brasil Oitocentista: O Diário de viagem de Maria Graham (1821-1824). *Revista Métis: História e Cultura*. V. 3, n. 5, pp. 253-271, jan. /jun. 2004. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis>

4) Teses e Dissertações

ARDUINI, Silvana da Silva Antonio. *Rubens Borba de Moraes e a institucionalização da Biblioteconomia no Brasil: uma questão política-cultural*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BRÖNSTRUP, Gabriela D’Ávila. *Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da História (1932-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Estadual Paulista. Assis, 2015.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O Bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*-Tese (Doutorado em História) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

CONTI, Thiago Fernando Spanholeto. *Uma análise do movimento Zeitgeist: liberalismo e utilitarismo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2018.

COSTA, Caio Itália. *Jóias de Crioula: estudo etnográfico sobre brincos, colares, anéis e pulseiras balangandãs no Brasil Colônia*. Artigo (Bacharelado Ciências Humanas) - Universidade Federal de Juiz de Fora Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

CUSTÓDIO, Ana Carolina de Santana. *A construção visual da vestimenta das mulheres escravizadas no Brasil Imperial*. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) -Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

GIOVANI, Giulia Vilela. *A análise de técnicas e materiais aplicada à conservação de arte contemporânea: o uso da tinta industrial sobre madeira na produção pictórica de Lygia Clark*. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Minas

Gerais, Escola de Belas Artes, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. *História dos Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas do Rio de Janeiro- século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1992.

JESUS, Simoneide Correia Araújo de. *Mello Moraes e o modelo de escrita científica historiográfica no Brasil-Império*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

MACHADO, Vanessa Rosa. *Lygia Pape, espaços de ruptura*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MENDONÇA, Vanessa Cristina Cavalcante de. *Tecidos Estampados e Gravura Artística-Encontros na obra de Fayga Ostrower-de 1952-67, no Rio de Janeiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História da Arte) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018

PORTO, Denise Maria C. G. *A voz feminina e estrangeira de Maria Graham na construção de uma narrativa historiográfica sobre o Brasil oitocentista-1821-1825*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, 2019.

RIBEIRO, Juliana Gonçalves. *A criação do Sphan: disputa em torno da política patrimonial do governo Vargas*. (Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em História) - Universidade de Brasília, DF, 2021.

SILVA, Flaviana Aparecida da. *Uma “viajante de letras” no Império do Brasil: relações de gênero e redes de sociabilidade nos relatos de viagem de Maria Graham*. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

SILVA, Iuri Azevedo Lapa. *Sobre papéis, trajetórias e dídivas: a doação da Coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Isadora Eckardt da. *Maria Graham, uma narradora à moda antiga*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) -Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

SILVA, Maria do Perpétuo Socorro Lopes de Souza. *Uma contribuição à História das mulheres nas ciências do Brasil: Heloisa Alberto Torres, a primeira Diretora*

do Museu Nacional/UFRJ. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e Epistemologias-HCTE) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de. *Educação e Profissionalização de mulheres. Trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Maria de Fátima Medeiros. *Viajar, observar e registrar: coleção e circulação da produção visual de Maria Graham*. Tese (Doutorado em Artes Visuais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

KNEODLER, Taís da Silva. *Mulheres de Prontidão: o preparo de voluntárias pelas escolas de enfermagem da Capital Federal do Brasil para as demandas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*. Dissertação. (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

5) Textos em anais de congressos

ALMEIDA, Nélida Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação profissional. XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação. Florianópolis, SC, 2013.

COSTA, Thiago. Percepções da Natureza: o pitoresco. *Anais do VIII Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual: arquivos, memórias, afetos*. Goiânia, GO: UFG/ Núcleo Editorial FAV, 2015.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. *Solidão tanto quanto possível: anotações de um diário de viagem ao Brasil de Maria Graham*. ANPUH-XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. <https://www.snh2007.anpuh.org/> Acesso em: 13 de outubro de 2023.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. Subjetividade e viagem em Maria Graham. ANPUH- XXIII Seminário Nacional de História. Londrina, 2005, p. 1-8. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206570_8c1de5e986113fa09436ae2202a5ab29.pdf Acesso em 13 de outubro de 2023.

SILVA, Anielle Cristina; GRECCO, Priscila Miraz de Freitas. Joalheria e resistência escrava na Bahia colonial- As Joias de Crioulas. Disponível em:

<https://saraus.com.br/artigos.html> Acesso em 18 de setembro de 2023.

6) Leis e documentos oficiais:

DECRETO real da fundação da Biblioteca Real[LEIS, decretos e avisos]. Rio de Janeiro, RJ:[s. n.],[1810 – 1831]. 17 p. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Acesso em: 13 de abril de 2023.

[LEIS, decretos e avisos]. Rio de Janeiro, RJ:[s. n.],[1810 – 1831]. 17 p. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Acesso em: 13 de abril de 2023.

PORTARIA nº1 de 23 de maio de 1823.[LEIS, decretos e avisos]. Rio de Janeiro, RJ:[s. n.],[1810 – 1831]. 17 p. Disponível em: <http://https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Acesso em: 13 de abril de 2023.

PORTARIA de 2 de dezembro de 1823.[LEIS, decretos e avisos]. Rio de Janeiro, RJ:[s. n.],[1810 – 1831]. 17 p. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> Acesso em: 13 de abril de 2023.

7) Documentos eletrônicos

ARGON, Fátima. *Reflexões sobre o arquivo da família imperial e o papel de d. Pedro II na sua formação*. Texto da palestra do Instituto Histórico de Petrópolis em 8 de abril de 2011. Disponível em: <https://ihp.org.br/> acesso em 13 de agosto de 2023.

DANIEL Edward. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1878-0713-4562 Acesso em 12 de junho de 2024.

FARIA, Luiz de Castro. *Heloísa Alberto Torres (1895-1977)*. Disponível em: https://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Listagem_de_artigos_e_periodicos/artigo_FARIA-LUIS.pdf Acesso em 16 de agosto de 2024.

GARCIA, Rodolfo. *Sistema de Classificação Bibliográfica da Classificação Decimal e suas vantagens*. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/> Acesso em: 14 de julho de 2023.

KOSMOS Livraria -Erich Eichner e Cia-Ltda. Disponível em: <http://acervo.if.usp.br/index.php/orcamentos-de-livraria-kosmos-erich-eichner-cia-ltda> Acesso em: 23 de maio de 2024.

KURZAWA, Luciane Lima Perez. *O papel da mulher na gestão pública*. Disponível em: <https://arq.sefaz.ms.gov.br/age/artigostec/artigoluciane.pdf> Acesso em: 12 de agosto de 2024.

CELSONO, Afonso. Disponível em <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acdconde.html> Acesso em 23 de agosto de 2023.

CONDÉ, Elisio. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/sobre-bn/historico> Acesso em: 16 de agosto de 2023.

CUNHA, Celso Ferreira da. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/publicacoes/josue-montello> Acesso em 27 de setembro de 2023.

FELNER, Rodrigo José de Lima. Disponível em: <https://arquivo.acad-ciencias.pt/details?id=3&detailsType=Authority> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

FLEIÜSS, Max. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/> Acesso em 23 de agosto de 2023.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/ramiz-galvao-barao-de-ramiz-galvao/biografia> Acesso em: 14 de junho de 2023.

GAMA, João de Saldanha da. Catálogo da Exposição Permanente dos Címrios da Biblioteca Nacional, no ano de 1885. <https://www.gov.br/bn/pt-br/acesso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/historico/1881-1900> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

GOMES, Eugênio. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/bahia/eugenio_gomes.html Acesso em: 29 de setembro de 2023.

GONCOURT, Edmond; GONCOURT Jules. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/resenhas/literatura/literatura-em-lingua-francesa/a-genese-do-goncourt/> Acesso em 19 de maio de 2023.

GORDON, Sir Robert. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/> Acesso em: 10 de maio de 2024.

LONGMAN, Thomas. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection> Acesso em: 12 de junho de 2024.

MARESCHAL, Barão de. Disponível em: https://atom.itamaraty.gov.br/index.php/min-281-3-7-1827-09-03;isad?sf_culture=fr Acesso em 10 de maio de 2024.

MEYER, Augusto. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/augusto-meyer/biografia> Acesso em: 20

de julho de 2023.

MONTELLO, *Josué de Souza*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/publicacoes/josue-montello> Acesso em 27 de setembro de 2023.

MURRAY II, *John*. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/John_Murray_\(publisher,_born_1778\)](https://en.wikipedia.org/wiki/John_Murray_(publisher,_born_1778)) Acesso em: 12 de junho de 2024.

PIMENTEL, *Adolfo Morales Los Rios y Garcia de*. Disponível em <https://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/es/morales-de-los-rios-garcia-de-pimentel-adolfo/ar-81651/> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

PEREGRINO, *Manoel Cícero*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/manuelCicero.html> Acesso em 14 de junho de 2023.

RABELLO, *Maria José de Castro*. Disponível em: <https://apd.org.br/a-primeira-mulher-no-servico-publico-brasileiro-100-anos/> Acesso em: 12 de agosto de 2024.

ROGERS, *Samuel*. Disponível em: <https://www.springer.com/br?srsItid=AfmBOoqwpoNZD7c8dFKH6f0MAKd8mOf6H2jGPOo0BeXXG0KuEZf-5WYZ> Acesso em: 12 de junho de 2024.

ROMERO, *Silvio*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/> Acesso em 12 de agosto de 2023.

SAMBAGUY, *Lídia*. Disponível em: <https://biblioteca.ibict.br/2023/11/30/noticia-2/> Acesso em 15 de agosto de 2024.

SOBRINHO, *Barbosa Lima*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/barbosa-lima-sobrinho/biografia#:~:text=Foi%20presidente%20do%20Instituto%20do,or%C3%A7amento%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Guerra>. Acesso em: 14 de novembro de 2023.

9) Anais

ALMEIDA, *Nélida Barros Ferreira de*; BAPTISTA, *Sofia Galvão*. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação profissional. XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação. Florianópolis, SC, 2013, p. 1-13.

ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1938, vol. LX, Rio de Janeiro: 1940. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca->

[nacional/402630](#) Acesso em 23 de maio de 2024.

BITTENCOURT, José. Museu Histórico Nacional, 1931: o nascimento de uma nova museologia no Brasil ? In: *Anais do MHN*, v. 33, 2001, p. 6.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. I- Real Biblioteca. In: Subsídios para a História da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 101. p. 103-145, 1981.

FALCÃO, Edgar de Cerqueira. *Anais da Academia de Medicina da Bahia*, V. VII, 1987.

GARCIA, Rodolfo. Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, V. LXII. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, p. 2-127, 1940.

_____. Os Almanques da Cidade do Rio de Janeiro, para os anos de 1792 e 1794. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, V. LIX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, p. 184, 240, 1937.

_____. “ “Explicação”. Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, 1811 a 1821. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 56, 1934, p. 1-25. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx> Acesso em: 12 de março de 2023.

GOMES, Angela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. *ANPUH-XXV. Simpósio Nacional de História* -Fortaleza, 2009-1-12.

PORTO, Denise G. Crise, nova onda constitucionista e impressões sobre Pernambuco, na voz feminina de Maria Graham, 1821. *Anais do III Seminário Internacional da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*, SEO, Natal, RN, 2019, p. 1-12.

KNAUSS, Paulo. Apresentação. Coleção. In: *Anais do MHN*, v. 33, 2001, p. 19.

10) Entrevistas

ALVES, Mônica Carneiro. Entrevista concedida a Denise G. Porto. 2024. Coordenação de Acervo Especial/Fundação Biblioteca Nacional.

FERNANDES, Neusa. Entrevista concedida a Denise G. Porto. 2024.

PINHEIRO, Ana Virgínia. Entrevista concedida a Denise G. Porto. 2024.